UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

PRISCILA HENNING

O ESPETÁCULO DO PATRIMÔNIO: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC

Campinas
2019

PRISCILA HENNING

O ESPETÁCULO DO PATRIMÔNIO: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em História, na Área de Política, Memória e Cidade.

Orientadora*:* PROFA. DRA. CRISTINA MENEGUELLO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA PRISCILA HENNING, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. CRISTINA MENEGUELLO.

Campinas
2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

H393e

Henning, Priscila, 1978-
O espetáculo do patrimônio : imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC / Priscila Henning. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Cristina Meneguello.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa Monumenta. 2. Patrimônio histórico - São Francisco do Sul (SC). 3. Turismo cultural. 4. Contemporaneidade. 5. Patrimônio cultural - Proteção. 6. Pós-modernismo. 7. Monumentos - Conservação e restauração. I. Meneguello, Cristina, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The spectacle of heritage : image and tourism in the historic center of São Francisco do Sul - Brazil
Palavras-chave em inglês:
Built heritage - São Francisco do Sul (SC)
Cultural tourism
Contemporaneity
Cultural heritage - Protection
Post-modernism
Monuments - Conservation and restoration
Área de concentração: Política, Memória e Cidade
Titulação: Doutora em História
Banca examinadora:
Cristina Meneguello [Orientador]
Beatriz Mugayar Kühl
Ilanil Coelho
Eloisa Dezen-Kempter
Silvana Rubino
Data de defesa: 30-09-2019
Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0003-4868-4539
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6600630978159385

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 30 de setembro de 2019, considerou a candidata Priscila Henning aprovada.

Profa. Dra. Cristina Meneguello

Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl

Profa. Dra. Ilanil Coelho

Profa. Dra. Eloisa Dezen Kempter

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Aos meus pais
Leoni Maria Padilha Henning e
Ademir Assis Henning,

com amor e eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Os percalços foram muitos ao longo da escrita desta tese, em virtude das muitas mudanças na minha vida pessoal e pública ao longo dos últimos anos. Neste intervalo, vivemos profundas e crescentes transformações na vida política do Brasil, cujas feridas ainda estão abertas. Diante deste cenário difícil, cujos efeitos se fizeram sentir no processo de pesquisa e escrita, são muitos os agradecimentos para que este trabalho pudesse ser produzido e concluído. Agradeço:

à minha orientadora Profa. Dra. Cristina Meneguello, pelos ensinamentos, pela confiança e paciência e pelas grandes oportunidades que me propiciou nestes últimos anos;

ao CNPq, pelo apoio financeiro por meio da bolsa do Programa de Doutorado em História do IFCH – Unicamp / processo **140173/2014-5**;

ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, do IFCH – Unicamp, pelo aprendizado transformador na minha formação acadêmica;

às Profas. Dras. Eloisa Dezen-Kempter e Silvana Rubino, pelas importantes contribuições no exame de qualificação; à rofa. Dra. Beatriz M. Kühl pelos esclarecimentos pontuais mas absolutamente determinantes para o avanço da pesquisa.

a Dalmo Vieira Filho, pelas explicações importantes e pela atenção gentilmente despendida em longas horas de conversas;

a Ângelo Pereira Costa, da Prefeitura de São Francisco do Sul, pela atenção e pelas informações;

ao pessoal do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul, Santa Catarina, em especial Ricardo Ambus (pesquisador mestrando do PEP/IPHAN), Aline Rocha e Aline Figueiredo, pelo auxílio e prestatividade nas pesquisas nos arquivos e esclarecimentos prestados. Igualmente, à Fundação Cultural São Francisco do Sul e Secretaria de Turismo;

aos funcionários do programa de Pós-Graduação em História, em especial Daniel, pela atenção, prestatividade e cuidado ao longo dos anos de estudo;

a Alexandra Elbakyan pela indispensável defesa da democratização dos textos científicos necessários;

aos amigos que fiz ao longo do doutorado na Unicamp, em especial Renata Monezzi, Alessandra Mafra e Bea Andreotti, e àqueles que conheci nos eventos, viagens e pesquisas. Obrigada por todas as trocas enriquecedoras, sugestões, incentivos e indicações;

aos colegas patrimoniais em Londrina, Paraná, onde resido e participo do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC) – com destaque para Camila Oliveira, Vanda de Moraes e Solange Batigliana, que muito me incentivaram;

aos colegas de trabalho e chefes em todas as universidades pelas quais passei ao longo destes últimos anos, em especial Juliana Belo Mussi Alencar, Flávio Carraro e Fernando Graton, pela compreensão e apoio. A todos os alunos que me inspiram e motivam a seguir pelo caminho da docência;

aos meus amigos maravilhosos, pelo apoio, torcida e compreensão sobre minhas ausências;

e finalmente, aos meus pais Ademir e Leoni, e também meus irmãos Frederico e Germano, por todo o suporte imensurável e por sempre acreditarem em mim.



As velhas casas em São Francisco do Sul.
Foto: Priscila Henning, 2019.

"(...) Não gosto das casas novas
Porque casas novas não têm fantasmas
E, quando digo fantasmas, não quero dizer essas
Assombrações vulgares
Que andam por aí...
É não-sei-quê de mais sutil
Nessas velhas, velhas casas,
Como, em nós, a presença invisível da alma..."

(**Mário Quintana**, *Arquitetura funcional*, 1976)

RESUMO

HENNING, Priscila. **O espetáculo do patrimônio**: imagem e turismo no centro histórico de São Francisco do Sul - SC. 2019. 351 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

O patrimônio cultural vem se ampliando exponencialmente ao longo dos últimos anos, consistindo em um fenômeno notável e característico de nosso tempo. Associado ao turismo cultural, também em franca expansão no mesmo período, ao ponto de se tornar uma das principais indústrias mundiais, o patrimônio se insere dentro da lógica cultural e econômica da pós-modernidade. As intervenções nos sítios históricos passam a ser regidas pela perspectiva do espetáculo e do consumo, privilegiando a aparência rejuvenescida e lúdica, e sua utilidade em detrimento da conservação de sua autenticidade e de sua relação com o tempo, e resultando em uma cisão entre a teoria da restauração e a prática contemporânea de preservação. Dividido em duas partes, em quatro capítulos, o presente trabalho propõe discutir na primeira parte, por meio de revisão bibliográfica, o contexto da patrimonialização, a relação da sociedade contemporânea com sua história e o impacto do turismo cultural. Na segunda parte, o centro histórico da cidade de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, se apresenta como um objeto de estudo que reflete a complexidade destas questões, analisado por meio de pesquisa de campo. Tombado em 1985, principalmente em função de sua paisagem junto ao mar, o centro histórico foi objeto de uma abrangente e celebrada intervenção realizada no âmbito do Programa Monumenta, na década de 1990. Ao longo do processo de requalificação e ainda hoje, a cidade enfrenta desafios que são representativos de uma problemática ampla, global e contemporânea, e suscita reflexões importantes quanto às questões teóricas e práticas das intervenções em bens culturais, discutidas no último capítulo. Através da reflexão acerca desta problemática, propõe-se a discussão de possíveis caminhos para superar esta dicotomia, garantindo a sustentabilidade da atividade turística, sem prejuízos ao patrimônio que se pretende conservar.

Palavras-chave: patrimônio histórico / espetáculo / turismo cultural / São Francisco do Sul.

ABSTRACT

HENNING, Priscila. **The spectacle of heritage**: image and tourism in the historic center of São Francisco do Sul - SC. 2019. 351p. Dissertation (Doctorate in History) - Institute of Philosophy and Human Sciences, State University of Campinas - Brazil, Campinas, 2019.

The notion of cultural heritage has been expanding exponentially over recent years, consisting in a remarkable and characteristic phenomenon of our time. Associated with cultural tourism, also booming in the same period, to the point of becoming one of the world's main industries, heritage becomes part of the cultural and economic logic of post-modernity. Interventions in historical sites are oriented by the principles of spectacle and consumption, privileging its rejuvenated and recreational appearance and utility at the expense of the conservation of its authenticity and its relationship with time, resulting in a division between restoration theory and the contemporary practice of heritage conservation. Divided into two parts, in four chapters, this study aims to discuss in its first part, through bibliographic review, the context of heritagization, the relationship between contemporary society with its history and the impact of cultural tourism. In its second part, the historic center of São Francisco do Sul, in Santa Catarina (southern Brazil), presents itself as a research object that reflects the complexity of these issues, analyzed through field survey. Listed in 1985 by IPHAN, mainly due to the landscape composed by buildings and sea, the historical downtown was the object of a large and celebrated intervention realized through the Monumenta Program in the 1990's. Throughout the requalification process up until today, the city faces challenges that are representative of a broad, global and contemporary problematic, and warrants important reflections as to the theoretical and practical issues regarding intervention in cultural objects, discussed in the final chapter. Through reflection regarding this subject, this study proposes the discussion of possible directions to overcome this dichotomy, preserving the sustainability of touristic activity, without irreversible damage to heritage we aim to preserve.

Keywords: heritage / spectacle / cultural tourism / São Francisco do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vista da paisagem marítima de São Francisco do Sul/SC a partir da Baía da Babitonga.	20
Figura 2	Muro pichado no bairro da Gràcia, em Barcelona, 2017.	107
Figura 3	Edifício em enxaimel “falso” na cidade de Blumenau.	119
Figura 4	Royal Ontario Museum, em Toronto, no Canadá, com o anexo de Daniel Libeskind.	121
Figura 5	Museu do Amanhã.	122
Figura 6	Parte da paisagem marítima de São Francisco do Sul/SC.	169
Figura 7	Ossadas humanas encontradas por pescador em Sambaqui localizado na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul.	174
Figura 8	Aquarelas representando a evolução do edifício da Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça, de autoria de Conny Baumgart.	177
Figura 9	Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em fotografia datando do início do século XX.	177
Figura 10	Vista aérea de São Francisco do Sul, meados do século XX.	180
Figura 11	Vista da Rua da Babitonga, S/D.	182
Figura 12	Vista da paisagem da orla da Babitonga, com os guindastes e navios do porto ao fundo.	184
Figura 13	Cartão postal retratando a paisagem marítima de São Francisco do Sul, provavelmente, de fins do século XIX.	194
Figura 14	Paisagem Clássica do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.	195
Figura 15	Detalhe construtivo da Peixaria anexa ao Mercado Público.	195
Figura 16	Paisagem típica do Centro Histórico: construções históricas, barcos, trapiches e mar.	196
Figura 17	Vista de passeio à beira da orla requalificada, nas proximidades do Largo Almirante Morães Rêgo.	200
Figura 18	Vista passeio alargado na Rua Comandante Cabo, Praia do Mota.	200
Figura 19	Fachada externa da Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças após a restauração.	201
Figura 20	Mercado Público Municipal, após a intervenção.	202
Figura 21	Fachada externa da Biblioteca Augusto José Ribeiro.	203
Figura 22	Vista do casarão do Centro Cultural Ester dos Passos Rosa, a partir da Praça Almirante Morães Rêgo.	203
Figura 23	Clube XXIV de Janeiro logo após a intervenção.	204
Figura 24	Inserção do Clube XXIV de Janeiro na Baía da Babitonga.	204
Figura 25	Detalhe dos ornatos ecléticos na fachada do Clube do XXIV de Janeiro.	205

Figura 26	Rua Dr. Luís Gualberto.	205
Figura 27	Proposta de píer para atracação de embarcações particulares na orla de São Francisco do Sul.	214
Figura 28	Café do Museu Nacional do Mar.	215
Figura 29	Vista do Museu Nacional do Mar a partir do píer.	215
Figura 30	Vista da Baía da Babitonga a partir dos jardins do Museu.	216
Figura 31	Vista dos antigos Armazéns Hoepcke, que abrigam o Museu Nacional do Mar.	216
Figura 32	Instalações e Atracadouro do Portal Turístico Naval.	217
Figura 33	Localização da Avenida Barão do Rio Branco em relação ao centro histórico preservado.	224
Figura 34	Vista da Avenida Barão do Rio Branco.	225
Figura 35	Vista do Mercado Público Municipal.	233
Figura 36	Foto do Mercado Público na década de 1980, antes do restauro pelo Monumenta.	234
Figura 37	Imagem do pátio interno do Mercado Municipal.	235
Figura 38	Análise da argamassa do Mercado Público.	237
Figura 39	Aspecto do Mercado Público Municipal logo após restauração.	238
Figura 40	Condições atuais do pátio interno do Mercado Público Municipal.	239
Figura 41	Mercado Público de Florianópolis, SC.	239
Figura 42	Mercado Público de Itajaí, SC.	240
Figura 43	Pátio Central do Mercado Público de São Francisco do Sul, logo após restauração.	240
Figura 44	Imagem aérea de 1960, retratando as instalações e trapiches dos antigos Armazéns Hoepcke (atual Museu Nacional do Mar) e dos Armazéns Santista (atual Terminal Naval).	241
Figura 45	Edifício dos Armazéns Santista em ruínas.	242
Figura 46	Edifício dos Armazéns Santista em ruínas, vista interna.	243
Figura 47	Aspecto atual do Terminal de Passageiros, vista da rua.	244
Figura 48	Aspecto atual da torre antes em ruínas, que atualmente abrigaa Fundação Cultural e loja de artesanato.	244
Figura 49	Exemplo de intervenção contemporânea em ruínas: Colégio do Caraça, Minas Gerais.	245
Figura 50	Pátio interno do Terminal Naval de Passageiros.	246
Figura 51	Vista do Terminal Naval de Passageiros a partir do seu trapiche.	246
Figura 52	Entrada do Parque Ecológico Morro do Hospício.	247

Figura 53	Imóveis particulares de estilos diversos após intervenção na Rua Dr. Hercílio Luz.	247
Figura 54	Ilustração do tratado de Alberti.	275
Figura 55	Vista aérea de São Francisco do Sul a partir da Baía da Babitonga.	297
Figura 56	Construções coloridas em São Francisco do Sul.	312
Figura 57	Vista do Largo do Pelourinho, Salvador.	313
Figura 58	Imagens de divulgação do projeto Tudo de Cor para Você.	315
Figura 59	Centros históricos repintados por projetos em parceria com empresas de tinta.	316
Figura 60	Modelo de requerimento preenchido para obtenção de autorização para intervenções de pintura em imóvel tombado tanto em conjunto quanto individualmente.	319
Figura 61	A Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis, antes e após restauro.	326
Figura 62	Vista atual da Rua Comandante Cabo, Centro Histórico de São Francisco do Sul.	329
Figura 63	Vista da Rua da Babitonga, a partir do mar.	330
Figura 64	Torres da Igreja Matriz de São Francisco do Sul	331
Figura 65	Mercado Público Municipal, hoje.	333
Figura 66	Vista da construções à beira da Baía da Babitonga, São Francisco do Sul	340

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização das cidades brasileiras selecionadas pelo Programa Monumenta.	155
Mapa 2	Localização e Geografia de São Francisco do Sul – SC	170
Mapa 3	Polígono histórico de São Francisco do Sul, demarcando a localização da Igreja Matriz e as instalações do primeiro Porto de São Francisco do Sul.	178
Mapa 4	Localização do porto em relação ao centro histórico	185
Mapa 5	Localização dos principais bairros no município de São Francisco do Sul	187
Mapa 6	Poligonal de tombamento delimitado pelo IPHAN	193
Mapa 7	Intervenções realizadas pelo Programa Monumenta em São Francisco do Sul/SC.	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tourism Towards 2030 – Tendências reais (até 2010) e previsões (*forecasts*) até 2030	97
Gráfico 2	Crescimento populacional em São Francisco do Sul/SC entre 1991 e 2015	186

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo

ET ou **ETEC –** Escritório Técnico (do IPHAN)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MinC – Ministério da Cultura (Brasil)

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMT – Organização Mundial do Turismo

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PIB – Produto Interno Bruto

SFS – São Francisco do Sul

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (anterior ao IPHAN)

UEP – Unidade Executora de Projetos (do Programa Monumenta)

UCG – Unidade Central Gestora (do Programa Monumenta)

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (*em português*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UNWTO – United Nations World Tourism Organization (mesmo que OMT).

WTTC - World Travel & Tourism Council (*em português,* Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20

PARTE I

1. O PATRIMÔNIO COMO ESPETÁCULO: questões de contexto 33

1.1. Patrimonialização e expansão da noção de preservação 43
1.1.1. Conceito e abrangência do patrimônio cultural 43
1.1.1.1 Patrimônio material, imaterial e a paisagem cultural 44
1.2. A expansão social e geográfica do patrimônio 53
1.2.1. O patrimônio como campo de disputa 54
1.2.2. A trajetória de consolidação do campo patrimonial 58
1.2.3. A universalização por meio dos órgãos institucionais de salvaguarda 62
1.2.4. Conflitos culturais na delimitação de conceitos-chave 66
1.3. Presentismo e a obsessão pelo passado 72
1.3.1. Os regimes de historicidade: presentismo 73
1.3.2. Cultura da memória como imagem e lógica de consumo 81

2. TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO: uma relação controversa 87

2.1. Turismo em números 95
2.2. Origem e evolução do turismo cultural e patrimonial 101
2.2.1. O advento do turismo de massa e a turismofobia 103
2.3. Patrimônio, consumo e espetacularização 109
2.3.1. O espaço turístico como objeto de consumo 111
2.3.2. Turismo e espetáculo: seus efeitos no patrimônio 115
2.3.3. Disneyficação e os não-lugares 125
2.3.4. Branding urbano e as cidades-atração 137
2.4. O turismo nas Cartas Patrimoniais 146
2.5. Políticas de preservação cultural vinculadas ao turismo como motor de desenvolvimento 150
2.5.1. O Programa Monumenta 154

PARTE II

3. O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, SC: de cenário a atração 168

3.1. São Francisco do Sul (SC) – um breve histórico 171

3.1.1. Dinâmicas territoriais 186

3.2. O tombamento do centro histórico 188

3.3. O Programa Monumenta em São Francisco do Sul 197

3.4. Potencial turístico: um centro de lazer regional 210

3.4.1. Perfil do turismo e dos visitantes 219

3.4.2. Transformações territoriais: uma nova centralidade urbana 223

3.5. Algumas reflexões sobre os resultados do Programa Monumenta em São Francisco do Sul 226

3.6. Teoria e prática nas intervenções em edifícios isolados 232

3.6.1. O Mercado Público Municipal 233

3.6.2. Terminal Turístico de Passageiros (Antigos Armazéns Santista) 241

3.6.3. Outras edificações 246

4. A RESTAURAÇÃO NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA: a cisão entre teoria e prática 249

4.1. Teoria e prática na conservação e restauro de monumentos: complementaridade ou conflitos? 253

4.1.1. Cisão entre teoria e prática da restauração no âmbito do órgãos de salvaguarda 265

4.1.2. Síntese das teorias clássicas do campo da restauração 273

4.1.3. Vertentes contemporâneas de restauro 288

4.1.4. A formação do arquiteto restaurador 291

4.2. O espetáculo e o tempo: a imagem que não envelhece 297

4.2.1. A primazia do "estado original" 303

4.2.2. Diretrizes teóricas sobre tratamento de superfícies 311

4.2.2.1. A cor dos monumentos 322

CONSIDERAÇÕES FINAIS 330

Referências Bibliográficas 341

Apêndices

1. Transcrições de Entrevistas
1.1. Entrevista com Dalmo Vieira Filho – 31 janeiro 2019 354
1.2. Entrevista com Dalmo Vieira Filho – 07 fevereiro 2019 360
1.3. Conversa com Ângelo Pereira Costa – 08 fevereiro 2019 367

INTRODUÇÃO

"O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra" (CHOAY, 2001, p. 12)

"A memória é uma armadilha, pura e simples, que altera, e sutilmente reorganiza o passado, de forma a encaixar-se no presente" (Goethe)

São Francisco do Sul, Santa Catarina. Conhecida popularmente como a terceira mais antiga cidade do Brasil e a primeira do estado de Santa Catarina, esta ilha pitoresca tem uma história peculiar. Em 1504, a expedição francesa chefiada pelo Capitão Binot Palmier de Gonneville teria aportado na região do atual município, apenas quatro anos após a atracação dos portugueses na Bahia. Oficialmente, em 1568, é elevada a Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, iniciando a ocupação portuguesa do atual estado de Santa Catarina, até então alvo de disputas entre Portugal e Espanha quanto à localização exata da linha divisória do Tratado de Tordesilhas. Outras cidades do litoral do estado, como Florianópolis e Laguna, foram fundadas poucos anos depois. A bela imagem da orla marítima da Baía da Babitonga emoldurando o conjunto colorido de edificações de diversas características e épocas, que por sua vez se destacam sobre o pano de fundo de morros ondulantes, se consolidou como uma "paisagem clássica" (PEREIRA, 2007) que justificou, ainda na década de 1980, seu tombamento nacional (CHUVA e PESSÔA, 1995).

Figura 1 – Vista da paisagem marítima de São Francisco do Sul/SC a partir da Baía da Babitonga



Fonte: Priscila Henning, 2019.

A presença humana data, porém, de muito antes – toda a região da Baía da Babitonga, incluindo o município de São Francisco do Sul, tanto no continente quanto em sua porção insular, é recoberta com cerca de 150 sítios arqueológicos pré-colombianos. Muitos séculos depois, o seu porto marítimo, um dos mais importantes do estado, foi porta de entrada para milhares de imigrantes europeus que marcaram a composição étnica da região sul do país. Base de toda a economia da cidade, seja pelas atividades portuárias ou pesqueiras, a cidade tem na sua relação com o mar seu maior atributo, determinante para a construção de sua paisagem tão reconhecida. Esta paisagem ao longo da orla da Baía da Babitonga, vista do mar e com os morros do Hospício, do Rádio e da Caixa d'Água como pano de fundo (figura 1), é, inclusive, o elemento central que justifica seu tombamento federal, em 1987, pelo Processo 1.163-T-85, inscrito no Livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico[1] do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Mais do que as edificações isoladas em si, é a imagem da cidade enquanto paisagem construída historicamente que se impõe como documento, se tornando um dos sítios em que a incipiente noção de paisagem cultural se manifestava, juntamente com Natividade, Olinda e Monte Santo (RIBEIRO, 2007; VASCONCELOS, 2012). Além disso, foi sua vocação como atração regional para turismo cultural e de lazer que norteou os projetos propostos pelo IPHAN e pela Prefeitura Municipal da cidade nos anos subsequentes.

São Francisco do Sul, cidade-documento com potencial de tornar-se atração (SANT'ANNA, 2003), foi um dos 26 centros históricos que recebeu recursos e projetos de intervenção de grande monta, no âmbito do Programa Monumenta, do Governo Federal em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre 2002 e 2013 (BONDUKI, 2000; IPAC, 2016; POZZOBON, 2016). Embora o Monumenta tenha se encerrado em 2013, seus resultados não foram efetivamente conclusivos. O que é previsto e evidente: afinal, toda cidade é dinâmica, e seus processos de transformação e a apropriação de seus espaços pela população residente não se cristalizam ao término das intervenções programadas. São Francisco do Sul continua se transformando – obras continuam sendo realizadas no tecido histórico, edifícios restaurados voltam a se desgastar, a vitalidade da apropriação urbana oscila, metas são atingidas enquanto outros objetivos se mostram frustrados. Por todas as dinâmicas resultantes deste

[1] São quarto os Livros do Tombo nos quais um bem cultural pode estar inscrito, ao ser tombado: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo das Belas Artes, e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Para saber mais, consulte o portal do IPHAN: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608. Acesso em 30 novembro 2020.

processo, pelos seus êxitos e pelos desafios que ainda se impõem, São Francisco do Sul se apresenta como um caso de estudo interessante para se discutir o tratamento que o patrimônio cultural edificado vem tendo nos últimos anos, em um contexto de expansão do patrimônio e de seu reconhecimento como sendo objeto de atribuição de valor cultural, mas também econômico, por sua atratividade turística.

O presente trabalho propõe discutir algumas das questões de São Francisco do Sul dentro de um panorama mais abrangente, enfocando na concepção de patrimônio que se construiu principalmente a partir das décadas de 1990-2000, período de atuação do Programa Monumenta na cidade. Dada a continuidade dos processos na cidade, de certa forma, os efeitos e formas de compreender o patrimônio e suas dinâmicas ressoam ainda nos dias de hoje e, diante dos desafios impostos por uma efetiva preservação do patrimônio para muito além de uma ideal, é essencial que seus critérios e resultados sejam avaliados criticamente.

Uma das principais questões que surgiram ao observar a experiência da cidade no trato com seu patrimônio construído foi compreender o processo do *restauro* como prática, como intervenção direta na materialidade das edificações que compõem o conjunto histórico do polígono tombado. Os edifícios isolados, já no estudo de tombamento, foram considerados de menor valor (PEREIRA, 2007, p. 56), sendo compreendidos mais como "códigos visuais" que organizam e dão significado nas relações dos moradores com seu meio, conforme Márcia Regina Romeiro Chuva e José Simões de Belmont Pessôa, autores do estudo de tombamento do município pelo IPHAN:

> Em São Francisco do Sul, onde não se tem a predominância da arquitetura de determinado período sobre outro, é norma a diversidade arquitetônica. A fragilidade da maquiagem arquitetônica deve informar a leitura do documento construído, para não induzir ao erro de aferir o período de construção de determinado edifício diretamente de seu aspecto formal. No entanto, a classificação do repertório estilístico serve para que se entenda o processo paralelo, embora mais rápido, de transformação dos códigos mais visuais do que arquitetônicos de que o homem reveste, como uma roupagem, o corpo espacial do seu habitat. (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 64-65)

Portanto, os edifícios têm especial relevância quando lidos e interpretados em conjunto – no caso, um conjunto de cerca de quatrocentas edificações que constroem a paisagem urbana historicamente. Não há imóveis isolados objeto de proteção especial por parte do IPHAN, porém alguns edifícios, como a igreja matriz da cidade (cujos elementos mais antigos datam do século XVII), o Mercado Público, o Museu Nacional do Mar (que ocupa os galpões do antigo

Armazéns Hoepcke) e o Terminal Turístico, instalado nas antigas ruínas dos Armazéns Santista (e que fora, anteriormente, o primeiro porto da cidade), por pertencerem ao poder público e fazerem parte do plano estratégico de desenvolvimento da cidade, tiveram seu papel definido e seu restauro realizado no âmbito do Programa Monumenta[2]. Embora seu reconhecimento como paisagem tenha sido uma das experiências pioneiras em uma abordagem multidisciplinar e dinâmica que busca superar o tratamento compartimentado dado às categorias patrimoniais até então no Brasil (SCIFONI, 2016; VASCONCELOS, 2012; RIBEIRO, 2007), compreendendo o patrimônio da cidade como conjunto, é interessante analisar algumas decisões que foram tomadas nas intervenções físicas nas edificações que compõem esta paisagem. Muitas das experiências evidenciam um menor rigor metodológico nos processos de restauro ou reabilitação dos edifícios isolados mais significativos, no ponto de vista do referencial teórico consolidado que orienta as práticas interventivas no campo do restauro. A imagem do conjunto, tomada como um todo e trabalhada de forma paisagística em uma cidade histórica revitalizada, seria o valor maior que se pretendia preservar. Esta aparente cisão entre teoria e prática da restauração, referendada pelos organismos de salvaguarda, demonstra que, nas intervenções realizadas, as mudanças de critérios e entendimentos dos conceitos pertinentes acabam por relativizar alguns procedimentos de maior rigor em nome de objetivos mais abrangentes, como a conservação ou mesmo a construção de uma imagem idealizada. Além disto, estas práticas apontam para uma visão de preservação de patrimônio cultural contemporânea vinculada, principalmente, a um ideal de planejamento estratégico e viabilização turística que é, por sua vez, reflexo dos valores de nossa época.

E qual seria este contexto? Vivemos uma era peculiar: nada escapa à voracidade da memória. Futuro, presente e passado convivem simultaneamente, seja na paisagem urbana, nas vitrines das lojas, nas telas do cinema, nas coletâneas de música. Nunca se preservou tanto na história da humanidade. O afã preservacionista abarca todo tipo de objeto de todas as escalas, lugares e épocas, e o fenômeno da patrimonialização chega inclusive a situações-limites: novas criações que já alcançam, de imediato, o *status* de "patrimônio", ou seja, algo que já surge com um valor extraordinário e deve, portanto, ser conservado e transmitido para as futuras gerações, como se, ainda no presente, já antecipássemos a nostalgia que nos acometerá no futuro. "Vestígios do passado, inteiros, desmembrados ou discerníveis apenas em traços, estão por todo

[2] Os imóveis privados também foram objeto de editais específicos de captação de recursos para sua recuperação.

o lugar, no entanto, até recentemente, estes remanescentes eram valorizados raramente"[3] (LOWENTHAL, 2015, p. 26, tradução nossa). Embora todas as sociedades ao longo da história tivessem, em níveis variados, algum interesse pelas relíquias legadas por tempos idos, a sociedade contemporânea é particularmente afeita a esta tendência colecionista.

A obsessão por produtos culturais do passado tem várias formas: o fetiche pelos objetos originais, que são preservados, restaurados ou recompostos e, também, a produção de novos objetos e ambientes retomando formas e linguagens "antigas", na forma de réplicas, reproduções e "inspirações" retrô. Esta prática se estende às mais diversas manifestações artísticas, da música pop ao cinema, passando por objetos de decoração e design, moda e aos simples objetos cotidianos, consolidando o que o jornalista Simon Reynolds cunhou de *Retromania* (2011). No entanto, por ser seu *status* de vestígio do passado ou permanência da tradição a própria essência do patrimônio cultural como campo específico, esta pesquisa busca situar o impacto e a relação deste contexto histórico-cultural específico com as questões intrínsecas da preservação do patrimônio histórico nas últimas décadas que, por disseminação destas tendências, influenciam as experiências nas cidades históricas brasileiras, como São Francisco do Sul.

Outros sintomas deste fenômeno histórico-cultural incluem o crescimento vertiginoso de bens inventariados, listados e tombados nas mais variadas instâncias, assim como a ampliação do próprio conceito de patrimônio – abarcando manifestações de grupos minoritários, de comunidades distantes, além de categorias relativamente novas como o patrimônio imaterial oriundo da cultura popular. Museus, locais de memória, sítios tombados e monumentos abundam e encontram um público ávido em visitá-los. Muitos autores reconhecem este fenômeno que se acentua a partir da segunda metade do século XX: Pierre Nora (1993) fala em "fúria preservacionista"; Andreas Huyssen menciona a "cultura da memória" (2000); François Hartog alerta para a "patrimonialização galopante" (2003); David Lowenthal fala em "passado onipresente", parecido demais com o presente (2015); Françoise Choay retoma Alois Riegl e percebe um "culto ao patrimônio" (2001); Henri-Pierre Jeudy questiona a "máquina patrimonial" e a espetacularização (2005), dentre diversos outros.

---

[3] No original: "*Vestiges of the past, whole, dismembered, or discernible only in traces, lie everywhere around us, yet until recently these remnants were seldom prized*". (LOWENTHAL, 2015, p. 26, Versão Kindle).

Consolidado como uma importante ferramenta de expressão e construção da identidade de uma dada sociedade (e, portanto, alvo de toda a complexidade e contradições da relação de uma dada sociedade com sua própria imagem e história), o patrimônio cultural já revela, em suas próprias dinâmicas, problemáticas e questões complexas e desafiadoras. Entre elas, a relação desta sociedade com suas diversas "histórias"[4], com a representatividade dos diferentes estratos e grupos sociais, com o valor que é atribuído ao seu patrimônio e de que maneira a sua preservação é feita. No contexto histórico e econômico contemporâneo da sociedade de consumo – inseridos como estamos dentro da lógica do capitalismo tardio –, este reconhecimento de valor cultural é transformado, também, em valor econômico e se torna um bem mercantilizável (como já antecipou Theodor Adorno[5] em meados do século passado, quando o fenômeno observável ainda era incipiente). Assim, a apreciação destes bens culturais históricos, como expressões da identidade e memória de um povo, sai do escopo restrito do grupo social que os produz e vivencia e passa a ser compartilhada por milhões de pessoas, que se deslocam ao redor do globo para conhecê-los de perto e movimentam um mercado em franco desenvolvimento: a indústria turística. De fato, atualmente é impossível desassociar as questões pertinentes ao campo específico do restauro deste contexto econômico em que o patrimônio cultural está inserido atualmente. As diversas intervenções particulares nas edificações de valor histórico sofrem influência marcada das visões, valores e desejos da indústria turística e de seus diversos atores.

Restauração, conservação, revitalização, *retrofit*, reciclagem, recuperação, reabilitação, requalificação, reconstrução... abundam termos e formas de intervir em edificações e conjuntos urbanos históricos, atraindo atualmente a participação de diversos atores multidisciplinares em uma área de atuação altamente específica e complexa. No entanto, o produto desta ânsia preservacionista – o *culto* a que Françoise Choay se refere no trecho citado no início deste texto, retomando uma ideia já centenária cunhada por Alois Riegl, em 1903 – nem sempre tem se mostrado adequado. Paradoxalmente, nunca se conservou tanto, mas também nunca se destruiu tanto quanto nas últimas décadas, como alertou Andreas Huyssen (2000, pp. 18-19) – tanto por pilhagens, saques, e destruições por guerra, mas também como consequência do desgaste por uso massivo de turistas em locais muitas vezes frágeis ou inadequados, ou em decorrência de

[4] No sentido de narrativas históricas; opondo-se à visão da imposição de uma "verdade" historiográfica oficial e única.

[5] Referência à sua noção de "indústria cultural", ou a lógica de consumo de cultura do sistema capitalista.

intervenções malsucedidas e equivocadas. A razão para isto é proveniente não apenas de conflitos específicos do campo, como uma prática muitas vezes descolada das premissas conceituais do campo teórico específico, mas também advém de uma lógica cultural específica da época em que vivemos, condicionada pela cultura de massa, da sociedade de consumo e do espetáculo e, também, revolucionária, na medida em que conceitos como *autenticidade, valor, verdade* e até mesmo *temporalidade* vêm sendo questionados, reinterpretados e relativizados – e mesmo o espaço se desmaterializa.

Atuando como professora de disciplinas relativas à preservação do patrimônio histórico arquitetônico, mais de uma vez fui questionada sobre a natureza da preservação de edifícios históricos que, apesar de estarem conservados ou terem passado por uma intervenção restaurativa, conservam ainda uma aparência que exibia as marcas do tempo: *"Este edifício já foi restaurado? Mas ainda parece velho!"* A avaliação, um tanto perplexa, dos resultados do processo demonstrava uma percepção frequente de que a preservação de um edifício histórico deveria recuperar sua aparência rejuvenescida e intacta, como se fosse novo. Embora haja, atualmente, menor resistência ao reconhecimento da importância da preservação do patrimônio composto pelas edificações, visto que localidades conservadas são a cada dia mais numerosas e são destinos turísticos populares e atrativos, o que se nota nas intervenções é a persistência generalizada de uma visão idealizada, e bastante descolada dos princípios teóricos do campo, a respeito da natureza e dos propósitos da conservação do patrimônio edificado. Infelizmente, a visão de lugares de memória como locais estilizados, muitas vezes coloridos, e com uma atmosfera alegre tem sido difundida pelo tratamento espetacularizado e simplificado, com finalidade de consumo turístico, que vem se disseminando – muitas vezes, promovidos pelos próprios órgãos de proteção do patrimônio, e é frequente esta interpretação por parte de muitos dos colegas arquitetos, atuantes ou não no campo do restauro. Esta simplificação do processo do restauro, que reduz a complexidade dos múltiplos estratos da edificação histórica à uma imagem superficial rejuvenescida, supostamente "original" (quando não uma recriação fantasiosa), torna-se uma questão grave pois, como admoesta Choay,

> Qual pode ser, com efeito, o valor histórico de um edifício ou de um conjunto de edifícios se não tiverem a bela linearidade temporal tão pacientemente edificada pela história, tão pacientemente apreendida e conservada pela memória orgânica e pouco a pouco reduzida a uma abstração pelas memórias artificiais? Como se pode, sem esse suporte, construir o quadro de referência que dá o significado histórico a um monumento, a um conjunto urbano ou a uma aldeia antigos? (CHOAY, 2001, p. 229).

Esta abordagem, aliada à visão da cultura vista como produto rentável, reflete uma ideia específica de como o patrimônio deve ser preservado e, inclusive, explicita uma cisão bastante acentuada entre a prática da preservação do patrimônio e a fundamentação teórica e conceitual que deveria, ao menos em tese, embasar estas ações. Diante da força do mercado e da indústria cultural, problematizar como se vê o passado e de que modo seus testemunhos físicos deverão ser preservados passa a ser relegado a um plano utópico, meramente acadêmico, fora da realidade. Como compreender esta dissensão em plena era da informação? Trata-se de ignorância, desprezo ou uma postura conscientemente diversa, reveladora de novos paradigmas no entendimento do tempo e do espaço e, portanto, do restauro? A resposta, como se pretende explorar ao longo deste texto, demonstra um contexto muito mais complexo do que parece à primeira vista.

Uma das forças certamente presentes nesta dinâmica é, certamente, a indústria turística, conforme já foi apontado anteriormente. Uma das mais rentáveis do planeta, ela conduz e orienta processos, valores e objetivos nas ações sobre o patrimônio histórico. Parte considerável das cidades turísticas europeias já afirmam o turismo não apenas como consequência, mas como o próprio objetivo ou justificativa da preservação do patrimônio, visto que é o turismo cultural – cujos destinos mais populares são geralmente o próprio patrimônio – a principal fonte de renda de cidades e até de países nos últimos anos, de acordo com relatórios de organismos como a UNWTO[6] (*United Nations World Tourism Organization*, que emite relatórios anuais sobre o desempenho econômico da indústria turística) e o WTTC[7] (*World Travel and Tourism Council*, que reúne empresas envolvidas com a atividade turística, como empresas aéreas, redes hoteleiras, etc.). A WTTC afirma que:

> A última pesquisa anual do WTTC, em conjunto com nosso parceiro *Oxford Economics*, mostra que a contribuição de Viagens e Turismo para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu pelo sexto ano consecutivo em 2015, alcançando um total de 9,8% do PIB mundial (US$$7,2 trilhões). O setor agora emprega 284 milhões de pessoas – isso é 1 em cada 11 empregos no planeta (WTTC, 2016, online[8]).

[6] UNWTO – No Brasil, conhecido como OMT (Organização Mundial do Turismo), ligada às Nações Unidas.

[7] WTTC – World Travel and Tourism Council, traduz-se como Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Órgão internacional criado em 1991, reúne representantes das principais empresas do mercado global de viagem e turismo, como empresas aéreas, redes de hotelaria, agências de turismo, etc.). Saber mais em: https://www.wttc.org/about/ .

[8] Tradução nossa. Texto original, em inglês, disponível em http://www.wttc.org/research/economic-research/economic-impact-analysis/. WTTC 2016. Acesso em setembro de 2016.

Os objetivos finais não são especificamente culturais, mas econômicos; o método não é oriundo da crítica conceitual pertinente ao campo, mas o seguimento da lógica da propaganda. "Na lógica contemporânea de consumo cultural urbano, a cultura passou a ser concebida como uma simples imagem de marca ou grife de entretenimento, a ser consumida rapidamente" (JACQUES in JEUDY, 2005, p. 9). Paola Berenstein Jacques prossegue, relatando que nas políticas e no planejamento estratégico das cidades contemporâneas, os gestores buscam criar uma "marca", uma imagem de cidade com cultura e "identidade" própria com o objetivo de atrair investidores e o turista internacional, criando "simulacros culturais turísticos" – muitas vezes à revelia, ou mesmo às custas, dos habitantes locais e suas práticas cotidianas populares (JACQUES in JEUDY, 2005, pp. 9-12). O objetivo é competir com tantas outras localidades turísticas e disputar o interesse de visitantes, através de numerosas ações sobre os monumentos – além das intervenções físicas, são comuns a promoção de eventos, a animação cultural, a valorização do patrimônio por meio dos "espetáculos de som e luz" (CHOAY, 2001), a difusão das imagens da cidade estilizadas em "cartões postais" e inúmeros *souvenires*, que se sobrepõem ao objeto real. Paradoxalmente, o que é autêntico e identitário é sacrificado em nome de uma homogeneização estética que atende a um gosto massificado globalizado, determinando e padronizando inclusive as ações sobre o patrimônio histórico, contrariando o princípio basilar que determina que, em restauração, "cada caso é um caso" (CARTA DE VENEZA, 1964) e deve ser fruto de uma ação reflexiva que leva em consideração as especificidades de cada monumento e localidade em sua unicidade, em sua dupla polaridade histórica e estética (BRANDI, 1964).

É importante ressaltar, desde já, que a relação visceral do patrimônio com o turismo não é, necessariamente, negativa. Conforme se discutirá, de forma mais aprofundada, no segundo capítulo deste texto, é em grande parte o contrário: os benefícios da associação são numerosos, a começar pela valorização que, embora em princípio econômica, desperta nos habitantes e gestores a consciência de outros valores relativos ao seu patrimônio. A possibilidade de crescimento econômico incentiva cada vez mais localidades, de variados portes e regiões, a documentar, conservar e revitalizar seus exemplares potencialmente atrativos e as particularidades de sua cultura popular local. Como já dito, o turismo já é a principal fonte de renda de muitas cidades e, em vários casos, estimula o desenvolvimento econômico da região, com maior oferta de empregos e condições melhoradas de infraestrutura. Além do mais, a renda gerada pelo turismo cultural pode ser revertida para as ações conservativas do patrimônio local, cujo custo, em geral, é bastante elevado. Segundo diversos autores, este potencial de associação

positiva está, ainda, bastante pouco explorado no Brasil. Estas questões serão analisadas e discutidas, em seus pontos positivos e negativos, na primeira parte desta pesquisa.

Portanto, este trabalho parte da premissa de que a maneira com que a sociedade se apropria e intervém em seus bens culturais, mais notadamente com aqueles denominados patrimônio cultural, é inexoravelmente vinculada ao contexto social e filosófico de cada período – e reflete, de forma física e palpável, a nossa relação com o tempo, com a própria história em si, com a memória, com o envelhecimento e com os valores atribuídos a estes bens. Estes valores e interpretações conceituais se tornam evidentes não apenas nas ações e resultados positivos, mas também, talvez de forma mais gritante, nas omissões, nas distorções, nos objetivos e na apropriação destes monumentos pela sociedade. O patrimônio atua como um espelho da sociedade: reflete seus valores, seus ideais, suas tensões, sua visão de si mesmo e de seu passado.

> Monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade (...) as antiguidades funcionam como um espelho (...) Espelho que mostra também à sociedade humanista uma imagem desconhecida, por definir, de si mesma como alteridade" (CHOAY, 2001, p. 205).

Isto posto, esta tese propõe analisar a tendência contemporânea de intervir em edificações e conjuntos urbanos históricos visando restabelecer sua imagem rejuvenescida, idealizada, consumível, desconsiderando as marcas de seu transcurso no tempo – em casos mais dramáticos, chega mesmo a criar cenários e narrativas artificiais. A partir do confronto entre o campo teórico da restauração com exemplos frequentes de resultados práticos de intervenção em bens patrimoniais edificados, à luz das discussões contemporâneas acerca da sociedade de consumo, do espetáculo e da percepção contemporânea de temporalidade e história, dentro deste recorte conceitual específico, o objetivo é explorar as relações que a atual conjuntura cultural e histórica têm com as ações no patrimônio em sua teoria e prática, com ênfase nos diferentes valores atribuídos aos monumentos e os efeitos de sua exploração econômica.

O trabalho se estrutura em duas partes: na Parte I, o contexto da preservação do patrimônio e da expansão do turismo cultural é abordado dentro do recorte temporal das últimas décadas. O primeiro capítulo trata do panorama cultural mais abrangente no qual a discussão deste trabalho se insere: a sociedade contemporânea e sua relação com o tempo e o espaço; a

expansão da patrimonialização em termos de escopo, geografia e órgãos institucionais, discutindo a ampliação e expansão do conceito de patrimônio e sua relação com a sociedade de consumo e espetáculo. A questão do regime de temporalidade presentista que, segundo François Hartog (2014), rege nossa época e determina nossa relação com o passado, com o presente e com o futuro é objeto de análise. A construção do patrimônio como discurso (por quem e para quem?) é discutida a partir dos estudos e discussões que vêm pautando os debates sobre o tema nos últimos anos, e cuja pertinência se faz sentir nas cidades e conjuntos históricos.

O segundo capítulo se debruça sobre o turismo cultural e, dentro dele, analisa o turismo patrimonial e seus efeitos no campo da preservação. A indústria turística e sua relação com a sociedade contemporânea são discutidas, dimensionadas e contextualizadas, buscando compreender o fenômeno turístico na atualidade. O impacto do turismo sobre a gestão do patrimônio é analisado por meio de discussões que buscam determinar as tendências contemporâneas de atuação discutidas por diversos autores, tanto no Brasil quanto no exterior, para, com isso, buscar compreender as mudanças de paradigmas no uso e consumo do patrimônio na atualidade. Por fim, o capítulo se conclui com a análise das políticas públicas de preservação, em especial o Programa Monumenta, que tem o planejamento estratégico e o turismo cultural e de lazer como ferramenta de desenvolvimento econômico como premissa. O Programa Monumenta atuou diretamente em São Francisco do Sul.

A Parte II se volta para as questões específicas do objeto de estudo, situando a problemática das intervenções realizadas em São Francisco do Sul e as questões pertinentes de teoria e prática de restauração dentro do panorama geral discutido na primeira parte do trabalho. O terceiro capítulo analisa especificamente São Francisco do Sul, apresentando a cidade e sua história, a natureza de seu tombamento nacional, o seu perfil turístico e contextualizando os objetivos e as intervenções realizadas pelo Programa Monumenta. Na sequência, alguns aspectos específicos relativos à restauração e reconstrução dos edifícios individuais, dinâmicas econômica e territorial são discutidos, avaliando os resultados das intervenções até o momento presente.

Por fim, o quarto e último capítulo trata do tema específico da questão da teoria e prática na restauração, contextualizando a experiência em São Francisco do Sul dentro das discussões relativas ao campo da restauração, do ponto de vista da arquitetura. As principais vertentes

teóricas são apresentadas até a caracterização das discussões contemporâneas sobre a atuação prática sobre os monumentos, buscando compreender a cisão que ocorre entre teoria e prática na área do restauro e suas relações com o contexto sociocultural discutido na primeira parte do trabalho. A atuação do arquiteto urbanista é discutida desde sua formação, com o intuito de compreender o papel e as limitações do arquiteto restaurador nesta problemática. O capítulo se conclui com discussões específicas mais aprofundadas acerca da restauração contemporânea que foram percebidas na experiência de São Francisco do Sul, como a abordagem do patrimônio enquanto imagem, a primazia do estado original e da integralidade, a recomposição de edifícios degradados ou em ruínas, a problemática relativa ao tratamento de superfícies e a questão da cor nos monumentos.

Espera-se que este texto, ao buscar reunir e sintetizar diversos estudos e análises sobre a temática, possa levar a uma reflexão por parte dos arquitetos, historiadores e demais interessados na temática, para que as ações e propostas sobre os bens patrimoniais sejam entendidas com maior profundidade em sua complexidade multidisciplinar, sem, no entanto, negligenciar as especificidades da atuação sobre os monumentos. E, deste modo, que a teoria e a prática neste campo disciplinar possam se retroalimentar mutuamente, no sentido de constituir uma *práxis* mais consistente e uma teoria mais condizente com o espírito do nosso tempo.

PARTE I

CAPÍTULO 1

O PATRIMÔNIO COMO ESPETÁCULO: questões de contexto

> *"Na véspera do novo milênio um crítico lamentou que 'A América não tem o agora. Nossa cultura é composta por continuações, reprises,* remakes*, reedições, recriações, reencenações, adaptações, aniversários, memorabilia, rádios de sucessos antigos, coleções de discos de nostalgia'. Sua queixa em si ecoou os anos 1980, a década fundadora do '*replay*, da reciclagem, da rememoração, da recuperação, do reprocessamento, e do reprisar' de tempos mais criativos"*
> (LOWENTHAL, *The Past is a Foreign Country*, p. 32, tradução nossa[9])

Patrimônio. Uma palavra muito antiga, entretanto, talvez nunca tão difundida e utilizada como hoje. O termo patrimônio cultural em suas mais diversas acepções é frequente em veículos da mídia, nos roteiros e propagandas turísticas, nas falas de políticos e empresários, nas políticas de desenvolvimento urbano, nas redes sociais, nas escolas e espaços de cultura. Esta popularização do termo é sintomática, e expressa uma condição particular e mais abrangente da sociedade contemporânea que, de forma massiva, produz e consome vestígios e referências ao passado em suas mais diversas manifestações. Andreas Huyssen, conceituando o que ele denominou de "cultura da memória" (2000), descreve este contexto:

> Desde a década de 1970, pode-se observar, na Europa e nos Estados Unidos, a restauração historicizante de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, empreendimentos patrimoniais e heranças nacionais, a onda da nova arquitetura de museus (que não mostra sinais de esgotamento), o *boom* das modas retrô e utensílios reprô[10], a comercialização em massa da nostalgia, a obsessiva

[9] No original: *"At the new millennium's eve a critic moaned that 'America has no now. Our culture is composed of sequels, reruns, remakes, revivals, reissues, recreations, re-enactments, adaptations, anniversaries, memorabilia, oldies radio, and nostalgia record collections.' His plaint itself echoed the 1980s, the founding decade of 'replay, recycle, recall, retrieve, reprocess, and rerun' from more creative times."* (LOWENTHAL, 2015, p. 32 – Edição Kindle).

[10] Entendendo "retrô" conforme definição do Grande Dicionário Houaiss (online): aportuguesamento da palavra francesa *rétro*: "**1** que ou o que assinala um retorno ao passado, imitando ou retomando um estilo anterior (diz-se de moda, decoração, obra artística, literária etc.) **2** que ou o que adota estilo, comportamento, atitudes próprias do passado (diz-se de pessoa, grupo social etc.)". Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1. Acesso em novembro de 2017.

> automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pós-modernos (com suas difíceis negociações entre fato e ficção), a difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão, incluindo, nos Estados Unidos, um canal totalmente voltado para história: o *History Channel* (HUYSSEN, 2000, p. 14).

Como se percebe pela citação acima e se verá adiante neste capítulo, este fenômeno inclui, mas não se reduz ao patrimônio edificado composto pelas construções históricas ou de valor artístico ou cultural. Não obstante, a presente patrimonialização[11] das cidades e de suas construções tem profunda relação com este modo particular da sociedade contemporânea de se relacionar com sua memória, com a sua história e com sua imagem (em nível individual ou coletivo). O patrimônio se vincula, especialmente, à sua condição de produto, de bem cujo valor transcende o cultural e torna-se também econômico – em casos mais extremos, mas bastante frequentes, este valor justamente se sobrepõe ao valor cultural, e as decisões a respeito de sua gestão seguem diretrizes direcionadas para explorar seu potencial rentável, relegando as questões específicas inerentes à sua condição cultural a um segundo plano. O presente capítulo propõe tratar, a partir de revisão bibliográfica, de algumas questões que parecem elucidar este panorama cultural complexo, por vezes conflituoso, no qual o patrimônio cultural se situa.

Podemos definir o patrimônio, inicialmente e de forma bastante simplista, como algo a que se atribui um valor e que, portanto, deve-se ser preservado e transmitido às gerações futuras (CHOAY, 2001, p.10; UNESCO, 1972). Como conceito, o patrimônio vem ampliando a sua abrangência, e se subdividindo e se qualificando em incontáveis categorias: o patrimônio natural e ambiental, e as diversas subdivisões do patrimônio cultural, ao longo do último século, chegando ao atual nível de ampla expansão e reconhecimento. O fenômeno da crescente patrimonialização é discutido e conceituado por diversos autores referenciais no campo, como Pierre Nora (1993), que menciona uma "fúria preservacionista"; Andreas Huyssen, tratando da já citada "cultura da memória" (2000); François Hartog, que alerta para a "patrimonialização galopante" (2003); David Lowenthal citando um "passado onipresente", parecido demais com o presente (2015); Françoise Choay, retomando o termo "culto ao patrimônio" riegliano (2001);

Já "reprô" é uma expressão originalmente inglesa (*repro*) e se refere à *reprodução* de objetos do passado, de acordo com o Collins Dictionary (online). Disponível em: https://www.collinsdictionary.com/pt/dictionary/english/repro. Acesso em novembro de 2017.

[11] "A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural" (SILVA, 2011, p. 106).

Henri-Pierre Jeudy, que questiona a "máquina patrimonial" e a espetacularização (2005), dentre diversos outros. Chega-se mesmo a questionar se há limites para este processo em que tudo parece ser digno de valor e objeto de conservação, tema particularmente abordado no campo da arquitetura[12], por ser entendido como um processo de engessamento do espaço construído. Como explicar este fenômeno?

Para Lowenthal (2015), esta busca em agarrar-se a vestígios de um passado cada vez mais onipresente pode revelar uma angústia típica do *fin-de-siècle*, em que a sensação temporal de mudança se acentua pela mudança de calendário – e já foi verificado em outros momentos do passado. No entanto, é possível ressaltar que a nostalgia, como fuga de um futuro temerário, que está tão fortemente presente na sociedade atual revela outras questões, estas mais típicas de nosso tempo. Lowenthal, refletindo sobre isso, enumera algumas questões sobre um sentimento de aparente desesperança diante do futuro:

> É uma falácia comum considerar a própria época singularmente significativa ou terrível (...) Por certo, as décadas recentes têm sido agitadas (...) Eventos geraram mídia persistentemente catastróficas em tema e tom, alertando sobre o fim da história, o fim da humanidade, o fim da natureza, o fim de tudo. As perspectivas do milênio em 2000 eram apagadas e desanimadas; o Y2K[13] parecia um presságio de que o pior estava por vir. Nem mesmo os prenúncios de aniquilação nuclear após Hiroshima liberaram presságios sombrios tão disseminados. A angústia de hoje reflete uma perda de fé no progresso sem paralelo: temores de que nossas crianças estarão em situação pior que nós, dúvidas de que nem o governo, nem a indústria, ciência ou tecnologia, podem colocar as coisas em ordem (LOWENTHAL, 2015, pp. 11-12, tradução nossa[14]).

[12] Conforme Choay afirma, "de sua parte, os arquitetos invocam o direito dos artistas à criação. Eles desejam, como seus predecessores, marcar o espaço urbano; não querem ser relegados para fora dos muros, ou condenados, nas cidades históricas, ao pastiche. Lembram que, ao longo dos tempos, os estilos também coexistiram, justapostos e articulados, em uma mesma cidade ou num mesmo edifício (...) Arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas sim manter sua dinâmica: este é o caso da pirâmide do Louvre" (CHOAY, 2001, p. 16).
Ver também: KOOLHAAS, Rem. **Preservation is overtaking us.** GSAPP Transcripts. New York: Columbia Books on Architecture and the City, 2014. Disponível em: https://www.arch.columbia.edu/books/reader/6-preservation-is-overtaking-us#reader-anchor-5. Acesso em março de 2017.

[13] Y2K foi um termo popular que designou o momento da virada para o Ano 2000, a passagem para o novo milênio. ("Y" se refere a *year*, 2K faz referência a 2000).

[14] No original: "*It is a common fallacy to deem one's own epoch singularly significant or dire (...) To be sure, recent decades have been eventful (...) Events spawned media persistently catastrophic in theme and tone, warning of the end of history, the end of humanity, the end of nature, the end of everything. Millennial prospects in 2000 were lacklustre and downbeat; Y2K seemed a portent of worse to come. Not even post-Hiroshima omens of nuclear annihilation unleashed such pervasive glum foreboding. Today's angst reflects unexampled loss of faith in progress: fears that our children will be worse off than ourselves, doubts that neither government nor industry, science nor technology, can set things right*" (LOWENTHAL, 2015, pp.11-12).

Este sentimento de temor pode designar, em certa medida, um sentimento de desorientação e insegurança em um mundo cada vez mais instável, em que as mudanças são rápidas e drásticas em todos os setores – da economia, às estruturas sociais tradicionais, à tecnologia, entre tantos outros – e produzem um sentimento de desamparo. Esta percepção não é recente. Diversos autores[15] se referem a esta época peculiar de nossa história humana: a abundância de termos para designar o sentimento de mudanças radicais e até mesmo rupturas com um modo de vida anterior a partir da década de 1970[16] vão de *pós-modernidade* (Lyotard, 1979; Jameson, 1989; Harvey, 1989; Jencks, 1977); *hipermodernidade* (Lipovetsky, 2004); *supermodernidade* (Augé, 1992); *modernidade líquida* (Bauman, 1999); *modernidade tardia* (Giddens, 1991), até mesmo à manutenção do próprio termo *modernidade* (Habermas, 1985), como um projeto ainda inacabado.

Em comum, percebe-se uma dificuldade mesmo de delimitar conceitos e terminologias para precisar o que, exatamente, está ocorrendo: para alguns, as mudanças acarretadas pela passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro globalizado e o consumo de massa, aliado à revolução tecnológica e o advento da virtualidade, impactaram as nossas vidas de tal modo que não há como negar uma ruptura com o projeto moderno, o que indica a necessidade de nomear uma nova fase (HARVEY, 1992; JAMESON, 1997). Já outros autores argumentam que o que se vivencia hoje seria uma continuidade, mesmo que exacerbada, do projeto moderno que se coloca desde a Revolução Industrial e Revolução Francesa (BAUMAN, 2001; LUVIZOTTO, 2010), e que o termo *pós-moderno*, sobretudo, indica uma negação do moderno, sem, no entanto, suficientemente caracterizar o que há, de fato, agora. O que parece ser unânime, porém, na maior parte dos autores que tratam da contemporaneidade, é a sensação pervasiva de uma nova mudança de paradigma que pode ser algo novo ou uma simples radicalização do moderno[17] – sobretudo, do fim de estruturas sólidas que organizavam a vida

---

[15] Existem diversos outros autores relevantes que aderem aos termos indicados, e mesmo sugerem outras terminologias. Os nomes citados, com as datas da primeira publicação das obras que se tornaram referenciais sobre os termos elencados, são apenas alguns exemplos ilustrativos de um debate muito amplo e profundo, em diversos campos de conhecimento, como a filosofia, sociologia, arquitetura, história, geografia, entre tantos outros. Diante da complexidade e abrangência do tema, esta questão não será abordada a fundo por este trabalho.

[16] A periodização que estabelece a década de 1970 como marco referencial é, evidentemente, uma tentativa de convenção, visto que já havia sinais de ruptura algumas décadas antes, como, para ilustrar alguns, o conceito de indústria cultural, de Adorno, que data da década de 1950 e a ideia de "sociedade do espetáculo", de Débord, da década seguinte (JAMESON, 1997, p. 27). É a partir da década de 1970, no entanto, que os primeiros livros conceituando a noção de pós-modernidade são publicados, dando impulso a um novo entendimento.

[17] Ver SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Scientiae Studia**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.43-81, mar. 2008. Fap UNIFESP (SciELO).

social e a crescente desmaterialização, que vai do *dinheiro* (no capitalismo financeiro, sem lastro) ao *tempo* e *espaço*, as *relações sociais*, o *trabalho*, até mesmo à noções como *verdade* e *realidade*. Ou, como Bauman (2001, p.10) apontou, aquilo que o Manifesto Comunista, ainda em 1848, descrevia como "tudo o que era sólido se desmancha no ar", indicando que o abalo das estruturas tradicionais já ocorria. A questão que parece se colocar é: em que medida as transformações vigentes, em especial as decorrentes da tecnologia digital, são a continuidade de um processo iniciado pelas tecnologias mecânicas? Elas têm propriedades intrínsecas que merecem, por si só, uma outra classificação?

Desde que a industrialização se constituiu, transfigurando de forma irreversível o cotidiano e transformando profundamente todas as formas de relação do indivíduo com a realidade que o cercava, o homem é acossado pela persistente sensação de transformação nas estruturas sociais, econômicas, espaciais, políticas e nas relações sociais. Saímos da Revolução Industrial, no entanto o século XX – sobretudo as últimas décadas – viu as mudanças viscerais se aprofundarem, com inovações tecnológicas que subverteram por completo nossa relação com o tempo, o espaço, com os outros e com a realidade. A internet e a telefonia móvel, para John Urry, transformaram irreversivelmente diversos padrões de comportamento: "a década de 1990 (...) testemunhou uma notável 'compressão espaço-temporal' à medida que as pessoas, ao redor do globo, se 'aproximaram' por meio dos diversos desenvolvimentos tecnológicos. Para muitos grupos sociais, há, cada vez mais, uma 'morte da distância'" (URRY, 2016). Aliados a outras inovações, como a inteligência artificial, a realidade virtual, modalidades cada vez mais rápidas de transporte, as redes sociais e os aplicativos para celular, a capacidade técnica de produção e reprodução, dentre outras, a tecnologia permeia as nossas vidas de modo a transformar, em pouquíssimo tempo, a maneira que nós, enquanto indivíduos, nos relacionamos com praticamente tudo o que nos cerca. O fenômeno das mudanças aceleradas não dá sinais de arrefecer, visto que as transformações tecnológicas acentuam e atualizam as questões suscitadas pelos autores, como se vê com as recentes mudanças comportamentais e sociais, com consequências políticas e econômicas, de inovações como as redes sociais e a onipresença da comunicação e mídia provocada pelos *smartphones.*

Dentre as características gerais desta transformação observada pelos autores citados anteriormente, podemos destacar: o fim da autoridade das grandes narrativas, a heterogeneidade (em contraponto com a universalização e padronização modernos), o individualismo, a

superficialidade, o consumismo em todas as esferas da vida humana, a cultura de massa, a globalização, a prevalência da imagem sobre o objeto ou o simulacro à realidade, a complexidade, a ética hedonista, a flexibilidade, a velocidade, a aceleração do tempo, e a fragmentação tanto do tempo quanto do espaço (ALMEIDA, 2006; SHINN, 2008). Apesar das diferenças terminológicas, das interpretações ora elogiosas ou pejorativas dos conceitos, ou das diferentes explicações e interrelações por trás destas mudanças, os termos enumerados acima são presentes na maior parte dos textos utilizados para fins desta pesquisa, nos diversos campos de conhecimento. Seja *pós-modernidade* ou *hipermodernidade*, ou mesmo simplesmente modernidade, a mudança de paradigmas conjuntural que os diferentes termos procuram designar é o pano de fundo para compreender tanto o fenômeno da patrimonialização quanto do comportamento turístico – ou seja, permeiam a relação de grande parte das sociedades contemporâneas com o tempo e com o espaço.

A aguda consciência corrente de que "algo se perde" com grande velocidade, seja o meio ambiente[18], consumido pela exploração capitalista potencializada pelas tecnologias recentes, quanto as mais variadas expressões culturais, em especial a de grupos minoritários, provoca uma reação a este momento de transformações ostensivas. Há uma percepção premente da possível destruição de manifestações de determinadas culturas e/ou também de seu passado, bem como da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, o que provoca um sentimento de *urgência* em conservar vestígios de uma civilização que parece se desmaterializar. Essa sensação também é exacerbada, como Harvey (1992) aponta, como um meio de resistir à padronização e massificação provocada pela globalização econômica, que levanta um paradoxo: ao mesmo tempo em que permite um contato cada vez maior com o outro, também massifica por imposição do capital. Pode-se afirmar que as ações de preservação tanto cultural quanto ambiental acabam se tornando meios de resistência ao ímpeto desenvolvimentista que se mostra cada vez mais destrutivo.

É neste contexto de análise que podemos, por uma perspectiva, situar o papel e a natureza do fenômeno da patrimonialização, que vem acompanhando o contexto contemporâneo da pós-modernidade praticamente dentro do mesmo recorte temporal. Seria,

[18] Ver MARQUES FILHO, Luiz C. **Capitalismo e colapso ambiental.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

portanto, um aspecto da sociedade em transformação que o patrimônio revela, como espelho? De certa forma, sim, conforme Choay afirma,

> A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória (...) O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, *ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento* (CHOAY, 2001, p. 18, grifo nosso).

É evidente que essa linha de raciocínio apresentada até aqui é bastante pessimista e não é compartilhada por todos, pois a tecnologia também se coloca como solução e ferramenta para a conservação de bens em perigo, sejam naturais ou culturais. De fato temos visto muitos resultados excelentes neste sentido, que vão de ferramentas mais eficientes de mapeamento e monitoramento, recomposição ou reconstituição de elementos perdidos, auxílio de recursos como a realidade virtual, interatividade e disseminação de informações por meio da tecnologia móvel e práticas de simulação educativa, virtual ou não, para evitar desgastes no ambientes originais frágeis, por exemplo. De forma análoga, as transformações propiciadas pela sociedade globalizada e midiatizada possibilitaram a disseminação de informações e consequente valorização e interesse por sítios esquecidos, os quais muitas vezes sobrevivem justamente em função do turismo – e não interessa, para essas comunidades, se o turismo é realmente movido por interesse cultural genuíno ou se é movido por outros objetivos, como *instagrammers* à caça da foto perfeita em busca de *likes*[19]. O fato é que, no fim das contas, estas pessoas consomem, movimentam a economia da região, e garantem a subsistência de muitas comunidades e locais de proteção ambiental.

A preservação do patrimônio cultural vem se consolidando como campo específico e autônomo do conhecimento há cerca de dois séculos, justamente a partir de outro contexto de turbulentas transformações sociais: a partir dos impactos e desdobramentos das Revoluções

[19] *Instagrammers* se refere aos usuários do popular aplicativo de compartilhamento de imagens Instagram, pertencente ao grupo Facebook. *Likes* se refere às "curtidas" que as fotos recebem dos seguidores, que no caso de jovens influenciadores digitais, chegam à casa dos milhões, impulsionando patrocínios e outras formas de monetização aos produtores de conteúdo. Com relação ao fenômeno de "busca da foto perfeita", ver as seguintes reportagens publicadas recentemente na mídia:
COMO o Instagram está remodelando o turismo. **Forbes**. [S.l.] Fotos. 28 fev. 2018. Disponível em: https://forbes.uol.com.br/fotos/2018/02/como-o-instagram-esta-remodelando-o-turismo/. Acesso em: 05 jul. 2019.
VERNE. Quem é o próximo para tirar foto? Uma viagem pelos cenários do turismo de imagens falsas. **El País.** [S.l.] El Viajero. 22 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/elviajero/1563553558_338187.html. Acesso em 23 jul. 2019

Francesa e Industriais, e no contexto da constituição dos Estados modernos europeus. A partir de ativa mobilização de intelectuais e de parte da população em prol da defesa dos bens culturais materiais em risco de destruição, seja por revolucionários franceses ou pelos detratores da desfiguração das cidades tradicionais devido aos efeitos da industrialização, foram, por fim, consolidadas as primeiras ações que conformaram um novo campo de saber, com especificidade técnica e teórica própria. Foram formados comissões e organismos de salvaguarda, elaboradas propostas metodológicas em intervenções práticas de conservação a partir de premissas teóricas delimitadas, realizados os primeiros registros e pesquisas documentais, e criadas legislações próprias nos países europeus, que, posteriormente, serviram de modelo e foram aplicadas na maior parte dos países ao redor do globo, principalmente após a adoção da Convenção do Patrimônio Mundial[20] (1972) pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Em suma,

> Somente com o século XIX as nações europeias foram definidas por seu patrimônio material; somente no século XX esforços concertados foram feitos para que esse fosse protegido. Programas globais para afastar destruição e degradação têm origem nas últimas seis décadas" (LOWENTHAL, 2015, p. 27, tradução nossa[21]).

Ao longo deste intervalo relativamente curto, a expansão do objeto patrimonial foi exponencial, tanto em suas classificações e ramificações, como também em número de bens inventariados, registrados, protegidos e preservados. Na Lista do Patrimônio Mundial, que começou a ser compilado pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, figuram atualmente (2019) 1121 propriedades, das quais 869 culturais, 213 naturais e 39 mistas (tanto culturais quanto naturais). Os bens começaram a compor a lista em 1978, com 12 bens listados, sendo 8 culturais e 4 naturais, ao final da 2ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, com as ilhas de Galápagos constituindo a primeira inserção. Na terceira sessão em 1979, 45 novos bens

---

[20] A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural é um compromisso internacional proposto na 17ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em novembro de 1972. Atualmente (2019), a Convenção é ratificada por 194 países, que auxiliam-se mutuamente no sentido de salvaguarda bens de valor excepcional universal – ou seja, bens patrimoniais culturais e naturais que têm valor reconhecido por toda a humanidade. Entre os benefícios de ratificar a convenção, estão o acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial, com cerca de US$ 4 milhões anuais, que são aplicados em medidas de preservação de bens em perigo. Ver mais no portal da Convenção do Patrimônio Mundial: https://whc.unesco.org/en/convention/. Acesso em novembro 2019.

[21] *"Only with the nineteenth century were European nations defined by their material heritage; only in the twentieth were concerted efforts made to protect it. Global programmes to ward off destruction and decay stem from the past six decades."* (LOWENTHAL, 2015, p. 27, edição Kindle).

foram acrescentados à lista. O ano de 2000 foi o que mais aglutinou bens protegidos como patrimônio mundial, com 61 novas inscrições[22].

No Brasil, ao longo dos pouco mais de 80 anos de atuação do IPHAN no registro de bens nacionais tombados, o crescimento dos bens inventariados também foi exponencial:

> (...) ao longo de oitenta anos –, de maneira menos ou mais autoritária, menos ou mais participativa, menos ou mais elitista, o Iphan acautelou, via instrumento do tombamento, 1.241 bens materiais; via instrumento do cadastro, cerca de 24 mil sítios arqueológicos; e via instrumento do registro, quarenta bens imateriais (sem considerar as línguas inventariadas e os bens ferroviários valorados). Resultado da mais alta relevância para a cultura brasileira (SCHLEE e QUEIROZ, 2017, p. 118).

Este fenômeno não está localizado, mas é generalizado ao redor do globo – alcançando, inclusive, civilizações distantes e que até recentemente tinham uma relação distinta com seu legado histórico. Ou seja: a "fúria preservacionista", para utilizar um termo cunhado por Pierre Nora (1993) se expressa em três níveis: pelo seu *escopo*, abrangendo uma variedade acentuada de objetos e manifestações culturais em categorias cada vez mais amplas e numerosas dignas de proteção específica; pelo *espaço*, considerando a sua expansão em termos de sítios preservados em um número crescente de localidades que aderem à lógica patrimonial e ampliam as interpretações antropológicas sobre as premissas que orientam a preservação; e pelo *tempo*, abarcando manifestações dos mais variados períodos históricos, chegando inclusive à musealização imediata do presente (CHOAY, 2001). É por estas três perspectivas que esta reflexão acerca do processo de patrimonialização contemporânea se ampara.

Por que o patrimônio está sendo, hoje, tão atrativo? Como explicar a valorização e o interesse de estruturas do passado, tanto por parte de público, quanto dos agentes e produtores culturais? O que faz com que atualmente, mais do que em tantos outros períodos históricos, haja este singular interesse de tantos em deslocar-se pelo mundo, gerando uma indústria com uma lógica e uma força econômica tão singular? E, por fim, quais são os impactos desta atividade econômica e desta interpretação do patrimônio e da própria história? Para compreender esta dinâmica em particular, convém retomar e compreender o próprio processo de patrimonialização, a partir da definição do conceito patrimônio e da ampliação do seu

[22] Informações obtidas no portal do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, em busca da atualização da Lista do Patrimônio Mundial por ano. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/list/&order=year#alpha1978. Acesso em abril 2018.

escopo, e analisar como a desmaterialização incidiu sobre a compreensão da própria noção de patrimônio.

1.1. Patrimonialização e expansão da noção de preservação

1.1.1. Conceito e abrangência do patrimônio cultural

A palavra *patrimônio*, em sua etimologia[23], já possui esta dimensão econômica: refere-se aos bens de herança, transmitidos de pai para filho. "(...) Estava, em sua origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo" (CHOAY, 2001, p. 11). Transposta para escala coletiva, passa a designar bens naturais ou artefatos culturais produzidos por determinados grupos sociais, a que se atribui algum tipo de valor[24] e, portanto, devem ser preservadas e transmitidas às gerações futuras para seu usufruto. Esta transposição da esfera familiar para a coletiva se dá durante a Revolução Francesa, quando, segundo Flávio Carsalade (2007, p. 172), o conceito é utilizado pela burguesia ao reivindicar que os bens culturais acumulados pela nobreza eram, na realidade, propriedade de toda a nação, por serem representativos da cultura e identidade nacional. Françoise Choay chama a atenção para o fato de que o termo *patrimônio* tornou-se um *conceito nômade*[25] (2001, p.11), pois, requalificado com adjetivos diversos, passa a designar "herança" e "bens de valor" em diversos campos do conhecimento, como José Reginaldo Santos Gonçalves reforça:

> A palavra "patrimônio" está entre as que usamos com mais frequência no cotidiano. Falamos dos patrimônios econômicos, dos patrimônios imobiliários; referimo-nos ao patrimônio econômico e financeiro de uma empresa, de um país, de uma família, de um indivíduo; usamos também a noção de patrimônios culturais, arquitetônicos, históricos, artísticos, etnográficos, ecológicos, genéticos; sem falar nos chamados

---

[23] A palavra "patrimônio" deriva do latim *patrimonĭum*, do radical *pater* (pai) e refere-se a 'bens de família, herança; posses, haveres', segundo o Grande Dicionário Houaiss (online). Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#1. Acesso em abril de 2015.

De modo análogo, segundo Pedro Paulo Funari (apud BRUSADIN, 2015, p. 65), "patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família".

[24] Os valores atribuídos a um bem patrimonial podem ser diversos: valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, de uso, biológico, antropológico, e, também, econômico, dentre muitos outros. No caso do patrimônio cultural, de grande contribuição foi a primeira discussão a respeito dos diferentes valores atribuídos aos monumentos, suas sobreposições e conflitos, desenvolvida pelo jurista e teórico vienense Alois Riegl, em sua obra basilar *Culto Moderno dos Monumentos*, publicada originalmente em 1903. Mesmo centenária, sua teoria se mantém relevante e atual, já distinguindo as tensões e conflitos muitas vezes contraditórios entre os diferentes valores atribuídos a um monumento. Ver: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

[25] Alguns exemplos em outras áreas de conhecimento: patrimônio genético, patrimônio público, patrimônio de uma empresa ou de uma nação, patrimônio de afetação (imobiliário), patrimônio ambiental, além das múltiplas subdivisões do patrimônio cultural: patrimônio material ou tangível; imaterial ou intangível; patrimônio histórico, patrimônio artístico; patrimônio arqueológico, etc.

> patrimônios intangíveis, de recente formulação. Não parece haver limite para o processo de qualificação dessa palavra (GONÇALVES, 2005, p. 17)

1.1.1.1 Patrimônio material, imaterial e a paisagem cultural

Somente o patrimônio qualificado como *cultural* abarca uma infinidade quase incomensurável de manifestações de diversas naturezas – e continua se expandindo. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, redigida em 1972 pelo Comitê do Patrimônio Mundial, alocado na UNESCO (órgão das Organizações das Nações Unidas dedicado à educação, ciência e cultura), buscou definir logo em seu artigo primeiro o que seria, afinal, o patrimônio cultural. Este documento buscou ser paradigmático na interpretação que se faz do que é patrimônio nos textos normativos da maior parte dos países signatários da convenção. Segundo o texto, definem-se como patrimônio cultural

> *Os monumentos*. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
>
> *Os conjuntos*. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
>
> *Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972, artigo 1º)

No caso específico brasileiro, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, define o escopo do patrimônio cultural brasileiro como:

> os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I. as formas de expressão;
>
> II. os modos de criar, fazer e viver;
>
> III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (apud LOURENÇO in ABREU; CHAGAS, 2009, p. 62).

Como se percebe nos dois textos, há uma ênfase – especialmente no texto da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – nas construções físicas e lugares

palpáveis na definição do que seria patrimônio cultural. "Edifícios – proeminentes, duráveis, aparentemente intrínsecos ao seu entorno – são um grande catalisador da identidade histórica coletiva" (LOWENTHAL, 2015, p. 27, tradução nossa[26]). Apesar de amplas críticas mais recentes a esta dicotomia[27], o patrimônio cultural costuma ser dividido, principalmente pelos órgãos de salvaguarda, em dois grandes e principais grupos: o patrimônio *material* ou tangível, e o patrimônio *imaterial* ou intangível. O primeiro, mais consolidado e de reconhecimento oficial mais antigo, compreende os artefatos físicos, móveis ou imóveis, em suas diversas escalas (principalmente as construções, em um primeiro momento); e o segundo grupo, de conceituação um pouco mais recente, consiste nas manifestações intangíveis ou imateriais, como ritos, danças, música, folclore, receitas, linguagem, crenças e outros saberes e práticas culturais que, embora se manifestem por meio de artefatos físicos, têm sua essência no seu conhecimento não-palpável e transmitido de geração em geração. Atualmente, cada vez as duas instâncias são trabalhadas de forma imbricada, tanto em intervenções que associam as manifestações culturais tangíveis e intangíveis de forma integrada (como as ações sobre cidades históricas com objetivos turísticos, por exemplo), como o próprio entendimento do patrimônio cultural vem sendo ampliado de modo a compreender o material e imaterial como sendo aspectos intrínsecos ao mesmo objeto.

Maria Cecília Londres Fonseca, ao questionar esta classificação estanque e dicotômica entre patrimônio tangível e intangível, afirma que "quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bens materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico" (FONSECA in: ABREU; CHAGAS, 2009, p. 68). Ou seja, todo patrimônio material requer um *conhecimento,* um saber para viabilizar sua criação ou produção, muitas vezes irreplicável ou perdido no tempo; assim como todo patrimônio imaterial, por mais fugaz e

---

[26] *"Buildings – prominent, durable, seemingly intrinsic to their surroundings – are a major catalyst of collective historical identity."* (LOWENTHAL, 2015, p. 27. Edição Kindle).

[27] Ver: LOURENÇO, Maria Cecília França. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 59-79.
Outra autora que discute esta questão é Laurajane Smith: "(...) *all heritage is intangible. In stressing the intangibility of heritage, however, I am not dismissing the tangible or pre-discursive, but simply deprivileging and denaturalizing it as the self-evident form and essence of heritage.* (…) *What makes these things valuable and meaningful – what makes them 'heritage', or what makes the collection of rocks in a field 'Stonehenge' – are the present-day cultural processes and activities that are undertaken at and around them, and of which they become a part*" (SMITH, 2006, p. 3).

transitório que seja, precisa se manifestar a partir de algum tipo de materialidade ou corpo físico.

Em sua origem, o campo disciplinar do patrimônio cultural era voltado primordialmente para o patrimônio material edificado. No século XX, mesmo o critério do patrimônio cultural material se amplia de forma exponencial, passando a considerar não apenas um leque maior de construções tidas como patrimônio, como também passa a considerar obras até então desconsideradas como passíveis de valor, como as construções populares, vernaculares, meramente funcionais ou espontâneas. Choay, acerca disto, relata:

> Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente todas as formas da arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais, todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários foram anexados, sob novas denominações: arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra "a lista" do Patrimônio Mundial estabelecido pela UNESCO. (CHOAY, 2001, pp. 12-13).

Contudo, apesar desta interrelação cada vez mais indissociável e a crescente desmaterialização dos valores atribuídos, é a categoria conhecida como *patrimônio material*, ou "monumento"[28], a mais antiga e estabelecida em termos de reconhecimento jurídico e popular, pois foi justamente em torno dos vestígios físicos das civilizações passadas que todo o campo disciplinar da preservação do patrimônio, assim como suas ferramentas de salvaguarda, se constituiu. Em um primeiro momento, e ao longo da maior parte das civilizações humanas, o que buscou-se preservar foram as estruturas construídas pelo homem – em particular as monumentais, com funções simbólicas e memoriais, vinculadas à religiosidade ou à autoridade dos líderes. Eram, inicialmente, conservadas as imponentes estruturas sagradas como templos e túmulos, muitas das quais perduram, mesmo que em ruínas, por milênios. No entanto, a conservação destas estruturas pouco tinha a ver com uma ideia de reverência histórica ou artística, mas atendiam primordialmente aos interesses daquele

[28] A palavra "monumento" deriva do verbo *monere* em latim, que significa advertir, lembrar, já demonstrando que, para os romanos, o monumento era um suporte físico que transmitia uma memória (de feitos de uma civilização grandiosa) ou um alerta do passado (CHOAY, 2001, p. 28).

momento: pela sua utilidade pragmática, muitas com usos que perduravam (templos pagãos convertidos, por exemplo, em igrejas cristãs no território romano), ou pela sua beleza ainda apreciada.

Em um primeiro registro, foi no Renascimento italiano que a ideia de ruptura histórica entre as civilizações surge, e os fragmentos e objetos materiais remanescentes que remetiam à Antiguidade Romana que despertaram o desejo dos humanistas de conservá-los: ruínas de templos, anfiteatros, e monumentos como os arcos triunfais e fragmentos de colunas clássicas ou esculturas antigas, muitas das quais escavadas e completadas (JOKILEHTO, 1986). A partir da consolidação dos Estados Modernos e a constituição dos primeiros organismos de salvaguarda com legislação específica, a noção de patrimônio se amplia – mas, ainda assim, permanece restrita a objetos palpáveis, hierarquizando-os pelas linguagens consideradas as mais excepcionais e eruditas, vinculadas às grandes civilizações e às classes mais abastadas. O interesse maior se restringia a três grandes categorias de monumentos históricos: os "(...) remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos" (CHOAY, 2001, p. 12), citando especificamente o caso francês da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, criado em 1837.

Como mencionado anteriormente, a iniciativa de conservar os monumentos vem de encontro aos interesses da construção dos Estados modernos, a partir do século XVIII (CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 1985; GONÇALVES, 1988), sendo pensada como ferramenta para consolidar, criar e comunicar identidades nacionais, dentro das "grandes narrativas" nacionalistas e heroicas que vigoravam no período. A partir da década de 1960, as identidades culturais menores, tais como grupos étnicos, classes sociais, áreas geográficas distantes, dentre outras, passam também a ser contempladas.

> A história do patrimônio fica marcada pela monumentalização, pela celebração das civilizações e das identidades triunfantes nos processos de colonização e pela emergência de uma indústria patrimonial promovida pelos Estados hegemônicos e, mais tarde, pelas agências multilaterais (como, por exemplo, a Unesco, o Icomos[29] e

[29] ICOMOS - *Internacional Council of Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), é uma organização internacional não-governamental consultora e colaboradora da Unesco, que se dedica a promover a aplicação de teoria, metodologia e técnicas científicas na conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico, embasando-se, principalmente, nos princípios da Carta de Veneza (1964), documento internacional basilar para as discussões sobre o tema ainda hoje. O ICOMOS foi fundado em 1964, e atualmente conta com mais de 10.000 membros individuais em 153 países e 110 comitês nacionais. Mais informações no portal da entidade, disponível em: https://www.icomos.org/en/. Acesso em outubro de 2017.

> o Conselho da Europa). Este patrimônio, que resulta das forças motrizes da colonização levada a cabo pelos europeus, é também, e particularmente, filho de duas Guerras Mundiais, do sofrimento que elas causaram e da evidenciação do grau de exposição ao risco de desaparecimento súbito. É, nessa perspectiva, um patrimônio que é a expressão do luto resultante do sentimento de perda repentina e lancinante. Com o aproximar do fim do século XX, as representações patrimoniais ficaram menos circunscritas à monumentalidade, ao nacionalismo e às hegemonias. O local, o comunitário, a natureza, as expressões das minorias e o intangível ganham relevância nas representações, nas categorias e nas políticas patrimoniais (PEIXOTO in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2007, p. 15).

Esta ampliação, em termos de representação dos grupos minoritários no *corpus* do patrimônio a ser preservado, reflete uma complexidade específica neste cenário. Por um lado, fruto de um período de marcada mudança de paradigma dentro das ciências humanas: a mudança na visão historiográfica, que até então privilegiava uma narrativa histórica oficial em detrimento das múltiplas narrativas a partir da perspectiva dos diversos grupos sociais; e a ascensão de um olhar antropológico que, também, repensava a cultura. Segundo José Reginaldo Gonçalves,

> (...) o patrimônio sempre foi e é "material". Tanto é assim que foi necessário, nos discursos contemporâneos, criar a categoria do "imaterial" ou do "intangível" para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc. (...) De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas. A categoria "intangibilidade" talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de "cultura". Ou, mais precisamente, ao afastamento dessa disciplina, ao longo do século XX, em relação ao estudo de objetos materiais e técnicas (...) A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria do entendimento humano, na verdade rematerializa a noção de "cultura" que, no século XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc. (GONÇALVES, 2005, p.22).

Esta mudança de paradigma, que deslocou o debate teórico do recorte histórico-estético para o cultural-antropológico, resultou em uma nova estrutura conceitual e propostas práticas de conservação e foi consequência da Virada Culturalista a partir da década de 1970, e da Virada Comunicativa (*Communicative Turn*, em planejamento urbano) nos anos 1980 (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, p. 102), passando então a contemplar, quando não priorizar, o aspecto imaterial mesmo do patrimônio material.

> (...) Os principais conceitos da conservação-restauração foram culturalizados e relativizados; e o foco da conservação-restauração mudou, passando dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio. Para além do alargamento do conceito de patrimônio, os procedimentos e modelos científicos longamente

> estabelecidos pela Filosofia e pela História – então predominantes no campo das ciências humanas – foram gradualmente substituídos pelos da Antropologia, de forma que um novo conjunto de conceitos penetrou nos feudos da conservação-restauração, popularizando-se entre os profissionais da área – conceitos como significância, linguagens, diversidade, memória coletiva e identidades (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, pp.102-103).

Logo, nesta visão mais ampliada de cultura, que contempla não apenas múltiplas perspectivas de grupos sociais diversificados (em oposição a apenas valorizar a cultura ocidental, eurocêntrica, dominante), mas também compreende suas significações a partir de diversas manifestações culturais, passa-se a ampliar, também, o próprio entendimento de patrimônio material:

> A relativização da materialidade é uma tendência contemporânea que transfere importância dos aspectos materiais para os aspectos imateriais do patrimônio (...) essa relativização não significa simplesmente que a materialidade deixou de ser importante, mas que emergiram outros aspectos materiais, geralmente relacionados à imaterialidade, que não haviam sido considerados importantes pelas teorias clássicas (...) a discussão vem se deslocando da preservação da materialidade para a preservação e transmissão do conhecimento. (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, pp.105-106)

A dimensão imaterial das práticas sociais é compreendida como corporificada em uma variedade muito mais ampla de suportes materiais do que aqueles que tradicionalmente eram objetos de estudo do campo da preservação, restrito a edifícios, monumentos e obras de arte erudita, acompanhando a própria mudança de perspectiva no entendimento antropológico de cultura. Assim, além das construções, também no século XX, o patrimônio material também se amplia e passa a abarcar objetos variados, de diversas escalas e suportes. No caso brasileiro, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o escopo do patrimônio material compreende:

> Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como os cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (IPHAN, 2015, *online*[30])

Deste modo, percebe-se que a patrimonialização contemporânea alcança uma abrangência extremamente ampla de manifestações, sejam estas de natureza material ou

[30] Disponível no portal eletrônico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276. Acesso em abril de 2015.

imaterial. A ampliação do escopo se reflete inclusive em uma mudança de nomenclatura em grande parte dos textos e discussões sobre a temática: o conceito estreito anteriormente consolidado de "patrimônio histórico e artístico" deu lugar à noção, muito mais abrangente, de "patrimônio cultural" (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011). Salvador Muñoz Viñas atesta:

> Na segunda metade do século vinte, a conservação experimentou um crescimento notável (...) talvez o sinal mais importante desta expansão tem sido o crescimento exponencial de seu campo de ação. A categoria de objetos de conservação parece não ter limites: de pinturas para cadeiras de balanço, de edifícios para vestuário, de estátuas para fotografias, de motocicletas para cadáveres. De um ponto de vista teórico, este crescimento coloca alguns problemas, já que torna ainda mais difícil encontrar uma lógica por trás desta categoria (VIÑAS, 2005, pp. 8-9, tradução nossa[31]).

Dentro de uma perspectiva marxista, problematizando o fenômeno atual da cultura fetichizada como artigo de consumo, o sociólogo Paulo Peixoto reflete que este deslocamento de valor, que ele chama de "cultura do imaterial", é útil justamente "pelo seu potencial de manipulação dos objetos materiais e pela agenda política que permite materializar" (PEIXOTO in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2007, p. 17), pois, por ser por natureza inefável e mais mutável que a rigidez palpável do suporte físico, o patrimônio imaterial pode ser moldado, assumir múltiplas formas (e, portanto, ser menos controlável) ou ter sua importância diminuída, reduzindo ou direcionando sua carga política de acordo com os interesses políticos e econômicos vigentes.

> [A] cultura do imaterial (...) consagra o fetiche da mercadoria, uma vez que a dimensão material torna a mercadoria igual a tantas outras (...) a cultura do imaterial vem dar ao patrimônio uma plasticidade que ele, na matriz da sua origem material não tem. O *fetiche* do patrimônio resulta também, cada vez mais, desta plasticidade (PEIXOTO in: CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2007, pp. 16-17).

Em proposições mais recentes, já na virada para o século XXI, a concepção de patrimônio dentro de uma perspectiva ampla que considera as interrelações das expressões culturais tangíveis e intangíveis não se reduz apenas a estas categorias patrimoniais, mas inclui também as relações com seu meio natural. Segundo Simone Scifoni, o conceito de *paisagem cultural* consiste em um "conjunto espacial composto de elementos materiais construídos

---

[31] *"In the second half of the twentieth century, conservation experienced a notable growth (...) perhaps the most important sign of that expansion has been the exponential growth of its field of action. The category of conservation objects seems to have no limit: From paintings to rocking chairs, from buildings to garments, from statues to photographs, from motorcycles to corpses. From a theoretical point of view, this growth poses some problems, as it makes it even more difficult to find a rationale behind that category".*

associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente" (SCIFONI, 2016), em uma escala de abrangência maior. Embora não seja um termo recente, pois é bastante explorando em outros campos de conhecimento, como a Geografia, é somente em 1992 que a UNESCO cria a categoria de paisagem cultural como uma das expressões do patrimônio a ser salvaguardado. As experiências internacionais no sentido de criar instrumentos para sua proteção se desenvolvem nos últimos anos do século XX, com o Conselho da Europa (1995) e a Convenção Europeia da Paisagem (2000). No Brasil, embora a visão integrada do patrimônio cultural com seu meio já exista desde o Decreto-Lei nº 25/1937, é somente com a Portaria nº 127 do IPHAN, de 2009, que a categoria é descrita nas suas especificidades e o instrumento próprio da *chancela* é instituído. Apesar do IPHAN já ter entre seus quatro livros-tombo o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desde sua fundação, em 1937, a partir das propostas iniciais contidas no Anteprojeto de Mario de Andrade, segundo Ribeiro (2007), a ideia de "paisagem" ainda era de definição dúbia – ora sequer era mencionado nos conjuntos e cidades históricas protegidas pelo instituto, ora compreendida pela dimensão meramente estética, cenográfica, sem considerar a sua dimensão natural. A preocupação com os conjuntos, sobretudo as cidades históricas, se acentuou a partir da década de 1960, enquanto que a preocupação em preservar o patrimônio natural começa a ter mais presença somente na década de 1970. No entanto, embora o Decreto-Lei nº 25 já contemplasse o patrimônio natural, de certa forma, a atuação do IPHAN nos primeiros anos considerou "a paisagem sobretudo a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção da paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial" (RIBEIRO, 2007, p. 72), optando por registrar os conjuntos de arquitetura histórica nos Livros do Tombo das Belas Artes ou Histórico. Atualmente, a noção de paisagem cultural vem sendo ampliada e consolidada, e se apresenta como uma categoria que possui uma visão mais holística e dinâmica do fenômeno patrimonial, conforme Flavia Brito do Nascimento e Simone Scifoni:

> [...] a perspectiva da paisagem cultural implica em que se identifique as relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria-prima para a apropriação social. Estas relações entre comunidade-natureza explicam como se deu a produção dos objetos materiais (cidades, edificações, campos de cultivo) e da vida imaterial (festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva) (NASCIMENTO; SCIFONI, 2010, p. 32).

Esta variedade de objetos patrimoniais, com características particulares e altamente diversificada entre elas, requer a ação de uma multitude de profissionais diversificados, aptos a compreender, discutir diretrizes e princípios, e intervir em cada tipo de manifestação, considerando suas particularidades em um objeto que se revela bastante complexo. No princípio, e até muito recentemente, eram os *arquitetos* que habitualmente estavam à frente das iniciativas preservacionistas (na intervenção prática, na conceituação teórica, na elaboração de leis e políticas de preservação, etc.) devido ao fato de que as primeiras ideias a respeito da preservação do patrimônio despertaram em torno dos vestígios físicos das construções erigidas nas civilizações da antiguidade clássica, embora já houvesse um caráter multidisciplinar no reconhecimento destes resquícios como sendo detentores de valor. É o caso de ressaltar, por exemplo, que no início do despertar da conservação do patrimônio, ainda no Renascimento, deve-se a humanistas como Petrarca[32] o pioneirismo no reconhecimento da importância e do valor das relíquias romanas e a mobilização para que fossem conservadas, ainda no século XIV (JOKILEHTO, 1986, pp. 11-13). Ou seja: com o deslocamento da interpretação do patrimônio construído como sendo primordialmente material, e passando a abarcar também valores intangíveis como a significância (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011) e seu valor econômico como produto; a sua inserção em um ambiente natural; e com a consequente ampliação de sua importância para além da autoridade discursiva da história, da estética ou da história da arte e da arquitetura, percebemos que há uma rejeição de um "discurso autorizado do patrimônio" (SMITH, 2006) que se impõe como verdade única. Atualmente, e cada vez, incluem-se uma pluralidade de atores e agentes, como a comunidade local, o público visitante (turistas), políticos, turismólogos, gestores, líderes comunitários e religiosos, economistas, comerciantes e empresários, além de estudiosos e especialistas de variados campos do conhecimento. Esta confluência de olhares e valores acaba por, efetivamente, tornar o patrimônio em um campo de disputa, em que deve-se negociar não apenas a natureza da ação sobre o patrimônio, mas seus critérios, métodos e objetivos. É justamente neste ponto que pode residir parte da tensão entre teoria e prática de conservação que se verifica atualmente.

---

[32] Francesco Petrarca (1304-1374) foi um intelectual humanista, reconhecido por suas contribuições no campo da poesia, literatura e filologia, entre outros. Em visita à cidade de Roma em 1337, lamentou que a antiga cidade sede do Império Romano estivesse reduzida a ruínas, distanciando-se de sua grandeza e beleza relatada nos antigos textos garimpados por ele nas bibliotecas dos mosteiros medievais. "Refletindo sobre sua gloriosa história, tanto cristã quanto pagã, e observando os resquícios no presente (...) induziu nele uma nostalgia pelo que havia sido; nos seus escritos, introduziu este novo conceito, o lamento por Roma, *Deploratio Urbis*" (JOKILEHTO, 1986, p. 11, tradução nossa). Jokilehto prossegue, relatando que Petrarca protestou contra a destruição e negligência destas ruínas, e admoestou seu amigo Paolo Annibaldi a conservá-las, proclamando que "será uma honra para você ter salvo estas ruínas, pois elas testemunham para o que uma vez fora a glória de uma Roma inviolada" (PETRARCA apud JOKILEHTO, 1986, p. 11. Tradução nossa).

1.2. A expansão social e geográfica do patrimônio

Além da expansão do próprio objeto do campo patrimonial, a expansão geográfica do conceito também se dá ao longo do século XX, mais acentuadamente em sua segunda metade, e atualmente está presente em virtualmente todos os países do mundo, como parte do processo de globalização (HARVEY, 2008).

As raízes deste processo são muito antigas, e muitos dos princípios conceitos que nortearam as diversas maneiras de intervir em um monumento foram se alterando ao longo do tempo, conforme a complexidade da temática foi se revelando, os problemas decorrentes de experiências malsucedidas foram surgindo e a relação com a memória e o tempo foi se modificando. David Harvey chama a atenção para a simplificação comum de recortar a existência da categoria *patrimônio* à modernidade, e afirma que "o patrimônio sempre esteve conosco e sempre foi produzido pelas pessoas de acordo com suas experiências e preocupações contemporâneas (…) Toda sociedade teve uma relação com seu passado, mesmo aquelas que escolheram ignorá-lo" (HARVEY, 2001, p. 320)[33]. Como o teórico italiano Renato Bonelli (apud KÜHL, 2008, p. 59) reforçou, o restauro é um ato de cultura, um processo relacionado intimamente com mudanças da relação entre uma dada cultura e seu passado. Neste sentido, as particularidades de cada cultura – dentre tantas existentes ao redor do globo – suscitaram novas questões e problemas dentro da abordagem conceitual do restauro, conforme a expansão geográfica do patrimônio foi abarcando mais e mais países; assim como a relação de cada uma destas culturas com seu passado, o que também se modifica ao longo do tempo[34].

Para compreender a expansão geográfica do patrimônio e suas vicissitudes, principalmente em termos de conflitos culturais de atribuição de valor e significado, convém remontar brevemente às origens da noção de patrimônio histórico. O surgimento da noção de "monumento histórico" é ocidental, e traz embutido em si valores e perspectivas fortemente europeias e, portanto, etnocêntricas (CHOAY, 2001; JOKILEHTO, 1986; SMITH, 2006) que foram sendo aplicados de modo universalizado ao redor do globo. Conforme Meneguello, "o

---

[33] No original, "*heritage has always been with us and has always been produced by people according to their contemporary concerns and experiences (...) Every society has had a relationship with its past, even those which havechosen to ignore it*" (HARVEY, 2001, p. 320).

[34] Algumas destas questões acerca da relação das culturas com o tempo serão discutidas na próxima seção (1.1.3.).

monumento histórico não é um dado sempre existente, mas uma invenção ocidental datada que ganha força a partir da segunda metade do século dezenove" (MENEGUELLO, 2000, *online*). Ou seja: é um fenômeno histórico e geograficamente localizado, que traz como princípios os valores e visões de mundo típicos daquele dado momento intelectual europeu.

1.2.1. O patrimônio como campo de disputa

Com a expansão geográfica da preservação do patrimônio cultural e à luz do espírito contemporâneo, o patrimônio vem tendo um alcance cada vez mais popular, para muito além do habitual campo intelectual em que estas discussões são produzidas e vicejam. Muitos destes valores e interpretações aparentemente consolidados vêm sendo questionados e problematizados, trazendo também à luz novas questões. Entre elas, as divergências na atribuição e juízos de valor, disparidades conceituais, a existência de um discurso autorizado sobre o patrimônio, deturpações, memórias difíceis, narrativas oficiais, obliteração de memórias, conflitos decoloniais, além de tensões de classe e raça que se revelam nas escolhas do que permanece, entre outros tantos conflitos que demonstram que o patrimônio, como qualquer outra construção social, é também um campo de disputa. Para Pierre Bourdieu (2007, pp. 107-109), o espaço social é uma "arena" em que os grupos sociais negociam significados e onde se formam disputas simbólicas por distinção e por legitimidade cultural. Aqueles que detêm o poder específico de construir, reproduzir e manipular a verdade e a narrativa histórica escolhida, para assim impô-la a seus pares são os que exercem o domínio do discurso patrimonial – em geral, abrigam-se justamente na esfera intelectual e institucional da gestão do patrimônio e produzem aquilo que Laurajane Smith (2006) denominou "o discurso autorizado do patrimônio":

> (...) existe um discurso acerca do patrimônio de certa forma hegemônico, que atua para constituir o modo com que pensamos, falamos e escrevemos sobre o patrimônio. Este discurso 'patrimonial', portanto, naturaliza a prática de reunir os suspeitos costumeiros para conservar e 'passar adiante' para gerações futuras, e ao fazer isso promovem um certo conjunto de valores culturais da elite Ocidental como sendo aplicáveis universalmente. Consequentemente, este discurso valida um conjunto de práticas e apresentações, que povoam tanto a construção 'patrimonial' popular quanto

> a especializada, e minam ideias sobre o patrimônio alternativas e subalternas. (SMITH, 2006, p. 11, tradução nossa[35]).

Retomando Harvey (2001), este argumenta que, no meio acadêmico específico de estudos do patrimônio, a ideia de que o patrimônio seja uma invenção moderna é quase unânime, desconsiderando quem a relação entre as diversas comunidades e seu passado sempre existiu – o que foi se alterando, ao longo do tempo, foi a natureza desta relação. "As pessoas ainda mantinham uma relação com seu passado, e elas ainda ativamente preservavam e gerenciavam aspectos ou interpretações daquele passado; eles apenas eram alimentados em uma experiência diferente deste patrimônio" (HARVEY, 2001, p. 333, tradução nossa)[36]. O uso do passado para construir um entendimento de identidade individual ou coletiva no presente faz parte da condição humana. Neste sentido, Harvey desafia o entendimento comum que situa a noção de patrimônio em recortes restritos do tempo[37], preferindo referir à expansão patrimonial como um "processo" com raízes muito mais longínquas, em que a interpretação de como o patrimônio deveria ser tratado foi se alterando no decorrer da história. O autor concede, porém, que houve de fato uma mudança significativa a partir da modernidade em como esta relação com o patrimônio se deu, principalmente no sentido de que "[sugere-se] que o desenvolvimento do processo patrimonial a partir do mundo medieval até o (pós-) moderno, pode ser caracterizado em parte por um crescente valor simbólico atrelado aos reais vestígios físicos, em oposição ao significado patrimonial dos sítios em si mesmos" (HARVEY, 2001, p. 331).

---

[35] "*(...) there is rather a hegemonic discourse about heritage, which acts to constitute the way we think, talk and write about heritage. The 'heritage' discourse therefore naturalizes the practice of rounding up the usual suspects to conserve and 'pass on' to future generations, and in so doing promotes a certain set of Western elite cultural values as being universally applicable. Consequently, this discourse validates a set of practices and performances, which populates both popular and expert constructions of 'heritage' and undermines alternative and subaltern ideas about 'heritage'."* (SMITH, 2006. p. 11)

[36] "*People still had a relationship with the past, and they still actively preserved and managed aspects or interpretations of that past; they were just nurtured into a different experience of this heritage*" (HARVEY, 2001. p. 333).

[37] O autor destaca em seu texto inúmeros trabalhos relevantes que tendem, de maneira geral, localizar o nascimento da ideia de patrimônio principalmente no século XIX, destacando como marcos iniciais as iniciativas britânicas e francesas; ou, mais recentemente, às tendências de circunscrever o fenômeno patrimonial em um período ainda mais curto, a partir da segunda metade do século XX. Para o autor, estas são apenas uma das muitas vertentes e fases da preservação de patrimônio, que tendem a reforçar uma ideia de uma suposta forma "correta" ou mais adequada de preservar, em detrimento de iniciativas bastante diversas que ocorreram ao longo da história, destacando que o patrimônio sempre foi um instrumento poderoso de poder e autoridade por parte da elite. O recorte temporal que privilegia, portanto, os aspectos contemporâneos tendem, segundo o autor, a privilegiar questões de ordem técnica, prática e legalista, em detrimento das questões simbólicas como campo de disputa de poder e construção de identidades. Ver HARVEY, David. **Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies**. In: International Journal of Heritage Studies, Vol. 7, No. 4, 2001.

Pode-se, portanto, afirmar que o reconhecimento da materialidade do patrimônio arquitetônico (tratado na época como *antiguidade* ou *monumento*) como detentora de valor simbólico e cultural (e, portanto, alvo das ações interventivas que transcendiam a sua mera utilidade) surge, de fato, de forma mais marcada a partir do Renascimento italiano, sendo este processo normatizado por metodologias, legislações e órgãos específicos a partir do contexto das Revoluções Francesa e Industrial. Em suma:

> O patrimônio (...) adquire seu caráter público a partir do Renascimento, valorizador da herança artística legada pela Antiguidade; e seu caráter de direito de memória quando o Estado, a partir do século dezenove, registra a materialidade do passado e estabelece a identidade nacional (MENEGUELLO, 2000, *online).*

Este reconhecimento se dá, sobretudo, por um grupo social bastante particular – a elite política e a *intelligentsia*, com olhares e objetivos bastante específicos no contexto da modernidade: em especial o racionalismo e cientificismo, em busca de uma "verdade" objetiva (que pautou fortemente, por exemplo, as noções de *autenticidade* e *integridade*); e o contexto político da formação dos Estados Nacionais e a consequente construção de sua imagem simbólica. Neste momento histórico, com base em princípios iluministas,

> Acentuou-se paulatinamente a noção de ruptura entre passado e presente, fazendo com que a forma de lidar com o legado de outras gerações – reconhecido como de interesse para a cultura – se afastasse, cada vez mais, das ações ditadas por razões pragmáticas, assumindo conotação fundamentalmente cultural, voltada aos aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens também com fins educativos (KÜHL, 2008, p. 60).

Pode-se considerar, portanto, que, na modernidade, as discussões sobre os bens culturais coletivos são apartadas do debate popular e concentram-se, principalmente, na noção de *excepcionalidade*, tanto histórica quanto artística. O reconhecimento desta excepcionalidade é restrito a um grupo específico de indivíduos que detém o discurso oficial e universal a respeito do patrimônio: os intelectuais e autoridades ligados ao campo da produção cultural, que por sua vez impõem sua visão e decisão à coletividade. O mecanismo da atuação do *discurso autorizado do patrimônio* é descrito por Laurajane Smith (2006) da seguinte maneira: primeiramente, o discurso se constrói por meio dos critérios, conceitos, interpretações, seleções, diretrizes de usos e intervenções, e construção das narrativas históricas, que são elaborados por esses indivíduos ou organismos oficiais que se sobrepõem às interpretações e narrativas diversas dos grupos sociais que produzem e vivenciam o que chamamos de patrimônio. Segundo, este

discurso oficial é institucionalizado através das agências oficiais constituídas para a proteção do patrimônio e das *amenity societies*[38], e baseia-se na argumentação da autoridade do *saber* dos especialistas técnicos e estéticos. Ele reflete as grandes narrativas de classe e nação, os significados dos sítios atrelados à sua antiguidade (desconsiderando seu papel no presente ou ao longo de sua história), as noções estéticas de monumentalidade e de relevância advindas da autoridade do julgamento do especialista técnico/científico (SMITH, 2006, p.11). O discurso autorizado sobre o patrimônio, de acordo com a definição de Smith, promove a ideia de uma herança nacional comum, de valores inatos e transmitidos naturalmente entre as gerações, que tratam de um passado singular que não deve ser alterado ou transfigurado. Por fim, este passado e esta identidade única são evidenciados através da seleção e exibição de objetos materiais – os monumentos – que são frutos de uma estética universal de gosto e de valores determinados por peritos, muitas vezes marcadamente etnocêntricos, e que são pouco acessíveis aos leigos, que apenas absorvem estas informações passivamente. Este "discurso autorizado", portanto, embora tenha se alterado ao longo do tempo, permanece como uma "visão correta" de como o patrimônio deve ser conservado e apropriado pela comunidade, muitas vezes deixando de levar em consideração valores e significados (ou a ausência destes) para a população em geral.

> As abordagens tradicionais na teoria da conservação-restauração valorizam sobremaneira a opinião do especialista, em detrimento da opinião das pessoas comuns, dos não-especialistas. Entretanto, a prática da conservação-restauração envolve não apenas questões técnicas e científicas, mas também questões sociais e subjetivas como interesses, sentimentos, recordações, preferências e até mesmo gosto (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, pp.109-110).

Para Smith (2006), o discurso autorizado é autorreferente, na medida em que é produzido e destinado a um grupo que detém a autoridade sobre os significados e valores atribuídos a um dado monumento. Citando exemplos em diversos países, como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, a autora reforça que as ações de seleção do que seria o patrimônio que constituiria a narrativa de identidade nacional são promovidas por pessoas advindas das classes mais altas, que determinam que "o patrimônio da elite é o patrimônio 'nacional'", sendo que este discurso, conforme ele vem se construindo desde o século XIX, " não é apenas guiado por certas narrativas sobre nacionalismo e ideais do Romantismo, mas também por uma temática

[38] Termo britânico que se refere a sociedades voluntárias que se constituem com o intuito de preservar a arte e a arquitetura histórica (de acordo com Collins English Dictionary, disponível em: https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/amenity-society. Acesso em janeiro 2018).

específica sobre a legitimidade e o lugar dominante nas culturas nacionais da elite social e política europeia" (SMITH, 2006, p. 22, tradução nossa[39]).

Esta interpretação bastante crítica e ao mesmo tempo pertinente da autora, na medida em que denuncia o enorme fosso entre as discussões especializadas e o público em geral, encontra ecos na noção de Bourdieu do campo de produção erudita, que ele descreve em sua obra *A economia das trocas simbólicas* (2007). Bourdieu descreve este campo como sendo um dos campos presentes na mercantilização dos bens simbólicos, e o define como sendo um campo autorreferente que, ao contrário do campo da indústria cultural cujos componentes competem entre si e visam alcançar o grande público, aqueles validam suas proposições em trocas com seus similares à revelia da compreensão do público leigo e consumidor.

> (...) o campo da produção erudita tende a produzir ele mesmo suas normas de produção e os critérios de avaliação de seus produtos, e obedece à lei fundamental da concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes (...) a produção cultural liberta das censuras e da autocensura impostas ou sugeridas pelo confronto direto com um público alheio à profissão e que encontra no âmbito do próprio corpo de produtores um público crítico e cúmplice, tende a obedecer à sua lógica própria (...) quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam as demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão, por exemplo os fatores de diferenciação econômica, social ou política, como a origem familiar, a fortuna, o poder (...) bem como as tomadas de decisão políticas (BOURDIEU, 2007, pp. 105-106).

1.2.2. A trajetória de consolidação do campo patrimonial

Postas estas questões, analisemos, portanto, o desenvolvimento do campo patrimonial. Desde as origens das primeiras ações de registro e salvaguarda, são, de fato, grupos intelectuais de classes mais abastadas (e, portanto, formalmente educadas) as responsáveis pelas primeiras ações voltadas à preservação do patrimônio. No caso específico do patrimônio histórico arquitetônico, Françoise Choay situa "o nascimento do monumento histórico em Roma, por

[39]No original: "*(...) the preservation of elite heritage as 'national' heritage (...) the discourse of monumentality and heritage as developed from the nineteenth century is not only driven by certain narratives about nationalism and Romantic ideals, but also a specific theme about the legitimacy and dominant place in national cultures of the European social and political elite."* (SMITH, 2006, p. 22).

volta do ano 1420" (CHOAY, 2001, p. 31), com a mobilização dos intelectuais humanistas em torno da retomada da grandiosidade da cidade outrora "capital do mundo", em função do restabelecimento da sede do Papado em Roma[40]. O mesmo período marca o início do recorte temporal do trabalho de Jukka Jokilehto, *A History of Architectural Conservation* (1986), referência em diversos outros textos sobre o assunto e divulgado pelo ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais), entidade que o autor, professor e pesquisador integrou até 1998. O contexto descrito por Choay é o *Quattrocento* italiano, quando "um novo clima intelectual se desenvolve em torno das ruínas antigas, que doravante falam da história e confirmam o passado fabuloso de Roma" (CHOAY, 2001, p. 31). Embora houvesse, antes desta data, diversas manifestações de apreço e reverência às civilizações anteriores cujos vestígios permaneceram, a autora estabelece uma diferença importante quanto à maneira de se relacionar com os fragmentos da Antiguidade: "a distância (histórica) que o observador do *Quattrocento* estabeleceu, pela primeira vez, entre o mundo contemporâneo, ao qual ele pertence, e a longínqua Antiguidade cujos vestígios estuda" (CHOAY, 2001, p. 38). Há uma ruptura entre o passado e o presente no olhar dos humanistas renascentistas: esta percepção dos fragmentos como pertencentes a uma civilização anterior, e não mais percebidas dentro de um *continuum* temporal em que são apropriadas e ressignificadas no presente, como normalmente se fazia durante a Idade Média, por exemplo, em que não sendo mais concebível o mundo pagão, as antigas estruturas eram reaproveitadas e convertidas dentro da simbologia cristã; ou seu material construtivo simplesmente era reutilizado para novas edificações por ter valor de uso. Jokilehto cita, especificamente, esta nova visão a partir da perspectiva de Petrarca:

> Enquanto pensadores cristãos antes dele haviam visto a história como contínua da Criação até seu próprio tempo, Petrarca fazia uma distinção entre o mundo clássico, *historiae antiquae*, e a recente *historiae novae*. Ele se sentia desconectado do mundo antigo e podia, portanto, vê-lo como uma totalidade, 'um ideal a ser aspirado, ao invés de ser uma realidade ao mesmo tempo utilizada e temida', como havia sido na Idade Média (JOKILEHTO, 1986, p. 11).

[40] Entre os anos de 1309 e 1377, a sede da Igreja e residência do Papa não era em Roma, mas fora transferida para Avignon, na França, pelo Papa Clemente V. Em 1377, o Papa Gregório XI volta a fixar-se em Roma, dando início a uma disputa política que culminou na Grande Cisma do Ocidente (ou Cisma de Avignon), quando, com a ruptura da Igreja, passam a coexistir mais de um Papa. Com o Concílio de Constança, em 1414, os Antipapas João XXIII e Bento XIII foram depostos, e o Papa Gregório XII abdicou. Em 1417, o Papa Martinho V fora eleito e reestabelece, oficialmente, a sede da Igreja na cidade de Roma, com o objetivo de restaurar a cidade à sua antiga glória.

Choay ressalta, no entanto, que este corte cronológico tem um valor "essencialmente heurístico" (CHOAY, 2001, p. 31), pois este processo de reconhecimento de valor nos vestígios antigos é fruto de uma longa maturação e foi visível em diversos momentos da história muito anteriores à modernidade. A coleção de obras de arte do passado, segundo a autora, remonta ao século III a.C. No reino de Pérgamo, os atálidas colecionavam objetos artísticos escolhidos e adquiridos por sua qualidade intrínseca, e não como curiosidades de guerra ou destinados a fins religiosos ou fúnebres, como era o caso em civilizações anteriores, conforme os relatos de geógrafos e historiadores gregos, como Políbio e Plínio. Pausânias, geógrafo e viajante grego do século 2 a.C., autor da obra *Descrição da Grécia*, já demonstra em seus escritos a sensibilidade com relação às ruínas antigas. Em sua visita a Olympia no primeiro século a.C, cita a seguinte mensagem que viu numa placa de bronze fixada a um pilar:

> Stranger, I am a remnant of a famous house.
> I, who once was a pillar in the house of Oenomaüs;
> Now by Cronus' son I lie with these bands upon me,
> A precious thing and the baleful flame of fire consumed me not.
> (PAUSANIAS apud JOKILEHTO, 1985, p.5).

Apesar de este trecho demonstrar a consciência existente já nas civilizações antigas de que o fragmento "remanescente de uma casa famosa" era algo "precioso" – portanto, requer cuidado –, a ideia de que a preservação do patrimônio deveria se sistematizar como um campo disciplinar autônomo, com uma metodologia própria, começou a surgir nos fins do século XVIII e consolidou-se, de forma gradativa, somente no século XX (KÜHL, 2005, p. 18; CHOAY, 2001). Antes disto, segundo Alois Riegl, os estudiosos do Renascimento chamaram a atenção para os monumentos romanos pelo seu "valor de rememoração", que seria para eles a constatação de sua importância artística e histórica: "Pela primeira vez, vemos homens reconhecendo como estágio anterior de sua própria atividade artística, cultural e política, as obras e os acontecimentos distantes de mais de mil anos" (RIEGL, 1984, p. 50). Nesta mesma época, os italianos editaram as primeiras medidas em favor da proteção dos monumentos de seus antepassados, em especial a breve do Papa Paulo III em 1534 (RIEGL, 1984, p. 51), visando restabelecer Roma à sua glória antiga. Foram designados os primeiros Inspetores dos Monumentos Históricos, cuja função consistia não apenas em fiscalizar e punir atos destrutivos, mas também promover e empreender as primeiras intervenções restaurativas nos antigos monumentos e no desenho urbano (CHOAY, 2001, pp. 54-55).

No entanto, por mais que houvesse o reconhecimento da importância e a intenção de conservar os monumentos – intenção evidenciada pela própria significação da palavra, cuja origem remonta à Grécia e Roma Antigas –, a prática de restaurar ou conservar era de cunho prático, sem reflexão ou diretrizes, seguindo o gosto da época, uma visão idealizada da arquitetura anterior ou a intenção "artística" do próprio restaurador, que muitas vezes dependia apenas da imaginação para deduzir o estado original da obra. Os restauros renascentistas, por exemplo, frequentemente "aprimoravam" as formas ou os elementos da arquitetura antiga a partir da própria evolução do pensamento classicista, discutido e amplamente difundido pelo meio dos tratados sobre arquitetura clássica (JOKILEHTO, 1986), com poucas exceções.

Os monumentos escolhidos para serem reabilitados foram medidos, escavados, registrados em múltiplos desenhos publicados por arquitetos humanistas importantes do período, como Brunnelleschi e Alberti, e finalmente compreendidos à luz das orientações textuais de obras recentemente redescobertas como o Tratado de Vitruvius, *De Architectura libri decem*, escrito por Marcus Vitruvius Pollios no século I a.C. e, até então, de conhecimento restrito pelo clero. Mesmo assim, as intervenções nestas ruínas com o objetivo de restabelecê-las muitas vezes visavam também à reutilização das antigas estruturas. "[Até o século XVIII] as atuações em obras preexistentes eram voltadas, de maneira geral, para sua adaptação às necessidades da época e ditadas por exigências práticas, em especial as de uso" (KÜHL, 2008, p. 59).

Os questionamentos e críticas a isto já haviam surgido, na voz de Giovanni Pietro Bellori (historiador da arte italiano, 1613-1696) ou Johann Joachin Winckelmann (arqueólogo e historiador da arte alemão, 1717-1768), dentre outros, que alertavam para as perdas decorrentes desta abordagem utilitarista e admoestavam o respeito à matéria e configuração original das edificações. No entanto, foi apenas com o surgimento da ideia da Nação iluminista que as atenções se voltaram para os monumentos nacionais como evidências materiais da história da nação, cuja significação na construção das identidades nacionais dependia da conservação de sua integridade física e simbólica. Escorados nestes valores, é neste contexto que o *corpus* teórico e prático do campo disciplinar começa a se constituir, refletindo, sobretudo, os valores de um discurso autorizado e intelectualizado dos líderes nacionais europeus.

1.2.3. A universalização por meio dos órgãos institucionais de salvaguarda

"Quem nos anos 1970 sonharia que nações
gastariam milhões em subornos para certificar – ou
descreditar – sítios do Patrimônio Mundial da UNESCO?"
(LOWENTHAL, 2015, p. 15)

Continuando a análise do processo de constituição do campo disciplinar de preservação patrimonial, o interesse em conservar os monumentos – e regular a maneira com que estas intervenções aconteciam e como estas estruturas eram utilizadas – passou a ser oficial, e foram criados os primeiros organismos oficiais que se encarregariam formalmente da proteção ao patrimônio cultural[41]. Por exemplo, na França pós-revolução, foi nomeado o primeiro Inspetor Geral dos Monumentos Históricos, Ludovic Vitet, em 1830, e a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, estabelecida em 1837 (CHOAY, 2001, p.12). Na Grécia, uma lei bastante elaborada foi instituída para proteger seus monumentos da Antiguidade Grega em 1834, colocando o país em destaque no cenário preservacionista (JOKILEHTO, 1986, p. 234). Já na Inglaterra, em 1882 foi promulgado o Ato dos Monumentos Antigos - mesmo ano em que a Comissão dos Monumentos Nacionais foi instituída em Portugal. Conforme Françoise Choay discute, o termo *monumento histórico*, importante e onipresente nestas diretivas e que passa a constar nos dicionários franceses a partir da metade do século XIX (MENEGUELLO, 2000, *online*), traz em seu significado uma visão europeia específica do patrimônio, "trazendo para si ideias de poder, grandiosidade e beleza durante o século dezessete e passou a afirmar um sentido de grandes esquemas públicos e sensibilidades estéticas" (SMITH, 2006, p. 19, tradução nossa[42]).

Este processo levou à disseminação de tentativas de ações de salvaguarda, com metodologias e percepções bastante diversas. As discussões suscitadas por estas experiências diversas foram acaloradas, inclusive levando à consolidação de vertentes teóricas e práticas até mesmo opostas atuando nas edificações históricas[43]. A maior parte dos monumentos mais notáveis da Antiguidade e mesmo do período medieval sofreram, em maior ou menor grau,

[41] É interessante destacar que o primeiro decreto legal que tinha como objetivo proteger monumentos nacionais datava, já, do século XVII na Suécia. Somente no século XIX se percebe um aumento da consolidação destas medidas protetivas na maior parte dos Estados europeus (SMITH, 2006, pp. 18-19).

[42] No original: *"(...) the use of the term monument is particularly important in the European context. As Choay (2001) documents, the word took on particular registers of power, greatness, and beauty during the seventeenth century and came to affirm a sense of grand public schemes and aesthetic sensibilities*." (SMITH, 2006, p.19).

[43] As principais correntes e questões específicas de restauro serão discutidas com maior profundidade no Capítulo 4, que discutirá os principais autores e linhas teóricas clássicas no campo da preservação do patrimônio.

procedimentos de restauração ou conservação durante este período. Por conta destas questões, e por considerar que muitos dos monumentos tinham importância reconhecida não apenas como patrimônios nacionais, mas *da humanidade*, começou-se a discutir a necessidade de unificar e universalizar visões e diretrizes, para evitar perdas ou ações irrefletidas ou irresponsáveis.

> O fato é que nenhuma única teoria conseguiu claramente triunfar sobre as outras, o que levou a grandes divergências no modo com que o patrimônio era tratado pelas muitas pessoas envolvidas em sua conservação. Para aliviar esta situação, diversas instituições fizeram tentativas interessantes de normalização. Uma consequência proeminente destes esforços foi a promulgação de 'cartas', documentos normativos que foram resultado de uma concordância entre restauradores profissionais e especialistas (VIÑAS, 2005, p. 6, tradução nossa[44]).

A partir de 1931, com uma conferência em que estavam presentes eminentes especialistas da área organizada pela Sociedade das Nações, há um esforço internacional no sentido de embasar a criação de mecanismos de salvaguarda, como a legislação específica de cada nação, bem como as diversas práticas interventivas, em critérios adotados de forma universal, resultando na publicação de uma série de documentos e orientações internacionais (as chamadas "Cartas Patrimoniais"). Já na segunda metade do século XX, após a 2ª Grande Guerra, a partir da criação da UNESCO, braço cultural das Nações Unidas, estas discussões passam a ser promovidas principalmente pelo Comitê do Patrimônio Mundial (*World Heritage Committee*) ou o Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), contando com a anuência dos países signatários da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972.

A expansão geográfica da adesão à causa da preservação do patrimônio é notável ao longo destas primeiras décadas: na primeira reunião em Atenas, em 1931, estiveram presentes apenas estados europeus, justamente os pioneiros na produção teórica, legislativa e prática do campo disciplinar. Na reunião seguinte, em 1964 – que resultou em um dos mais importantes documentos a respeito da preservação, a Carta de Veneza[45] – já eram três os participantes não-

---

[44] No original: *"The fact is that no single theory managed to clearly triumph over the others, which led to great divergences in the way heritage was treated by the many people involved in its conservation. To alleviate this situation, several institutions made interesting attempts at normalization. A prominent consequence of these efforts was the promulgation of 'charters', normative documents that were the result of an agreement between professional conservators and specialists"*(VIÑAS, 2005, p.6).

[45] A Carta de Veneza será mencionada diversas vezes ao longo deste trabalho, e cabe, portanto, já tecer algumas considerações sobre ela. A Carta de Veneza é resultado do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em maio de 1964. Ainda hoje, constitui o "documento-base" do ICOMOS, órgão consultivo vinculado à UNESCO, sobre a qual cartas posteriores foram embasadas, apenas enfatizando e atualizando pontos específicos relativos à salvaguarda do patrimônio, sem, no entanto, negá-la. "(...) Nenhuma outra carta foi elaborada até os dias de hoje para substituí-la (...) porque seus princípios são considerados

europeus: Tunísia, México e Peru (CHOAY, 2001, p. 14; MENEGUELLO, 2000), ou seja: já contando com a participação de países cuja história, etnicidade e cultura fugiam da relativa homogeneidade dos países europeus. Em 2017, a ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial contava com 193 países signatários (ou seja, a totalidade das Nações reconhecidas, de fato, pela ONU – sem incluir os Estados Observadores não-membros, como o Vaticano e o Estado Palestino), e 1031 bens registrados na Lista do Patrimônio da Humanidade. Em 1978, quando da publicação da primeira lista, eram apenas 12 bens inscritos como de valor mundial. Em questão de menos de quatro décadas, a expansão geográfica do reconhecimento do patrimônio cultural e natural foi exponencial.

Ao mesmo tempo que estes organismos se estruturavam, houve também um forte processo de descolonização – uma multiplicidade de países e culturas que, desprendidas do jugo de seus colonizadores, os quais imprimiram ao longo de séculos sua própria cultura como forma de dominação, passam também a retomar sua própria memória, sua história, sua identidade cultural e inventar suas tradições. Como Pierre Nora discute,

> (...) a independência das novas nações conduziu para a historicidade as sociedades já despertadas de seu sono etnológico pela violentação colonial. E pelo mesmo movimento de descolonização interior, todas as etnias, grupos, famílias, com forte bagagem de memória e fraca bagagem histórica (NORA, 1993, p. 8).

O mesmo processo de construção identitária para fins de consolidação nacionalista que havia ocorrido na Europa um século antes, vai se estendendo também aos países sulamericanos, asiáticos e africanos, os quais, ao longo das últimas décadas, vêm cada vez também mais aderindo à construção de um acervo de bens patrimoniais representativos – potencializado pela possibilidade de ganho econômico ao entrar no disputado mercado do turismo patrimonial.

Na eleição de símbolos, costumes, tradições e outros suportes de memória e identidade, o patrimônio também passa a ser inventariado e eleito como símbolo nacional, assim como a Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais (HOBSBAWM e RANGER, 1997, p. 19). Porém, como o *corpus* teórico e conceitual do campo já se encontra bastante consolidado, e os organismos internacionais já constituídos (como os já citados Comitê do Patrimônio Mundial, por exemplo), os novos países passam a incorporar práticas e valores com forte viés

fundamentalmente válidos para o trato de edifícios de interesse histórico, continuando a ser o documento base da instituição" (KÜHL, 2006b, p. 20).

europeu – passando, por exemplo, a estabelecer uma relação com a memória que muitas vezes é bastante diversa da já existente em determinada cultura.

Em 1972, a UNESCO publica, como resultado da sua Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, o documento conhecido como "Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural". O texto

> (...) estabeleceu uma agenda internacional para a proteção e conservação de sítios de significado universal, e de forma importante, confirmou a presença do 'patrimônio' como uma questão internacional. Além disso, a Convenção do Patrimônio Mundial institucionalizou mais ainda a ética de conservação do século dezenove, e o *ethos* do "conservar como foi encontrado (...) o sentido europeu do monumento histórico como sendo significativo universalmente se subscreve nesta Convenção, a qual inevitavelmente universaliza valores e sistemas de pensamento Ocidentais" (SMITH, 2006, p. 27, tradução nossa[46]).

Smith (2006) argumenta que a noção universalizada por meio da Convenção, à qual as novas nações de culturas diversas acabam por se subordinar, traz aspectos significativos de uma cultura ocidental específica: trata-se de um "discurso autorizado" amparado em noções como *nacionalismo* e *patriotismo*, bem como amparados em experiências das classes mais altas e suas noções de valor estético e social – quase sempre à luz de uma cultura erudita europeia, que se dissemina também nas nações periféricas como resquícios do colonialismo. No entanto, justamente por conta de que estes conflitos são específicos de uma dada cultura em um dado momento histórico (ou seja, o contexto europeu do século XIX), a autora ressalta que têm havido diversas situações em que estes princípios basilares passam a ser disputados e contestados por culturas não-ocidentais.

> Este discurso não deixou de ser desafiado. Internacionalmente, a Convenção do Patrimônio Mundial tem sido criticada particularmente por nações e comentadores não-Ocidentais por universalizar conceitos Ocidentais de patrimônio e de valores inerentes a ele (...) Além disso, grupos comunitários de dentro de muitos países Ocidentais têm também desafiado o discurso dominante e advogado por maior participação da comunidade, exigindo que os praticantes reconheçam não apenas comunidades geográficas definidas localmente, mas também comunidades unidas por

[46]No original: *"(...) which established an international agenda for the protection and conservation of sites of universal significance, and importantly confirmed the presence of 'heritage' as an international issue. In addition, the World Heritage Convention further institutionalized the nineteenth-century conservation ethic and the 'conserve as found' ethos (...) the European sense of the historical monument as universally significant underwrites this Convention, which inevitably universalizes Western values and systems of thought"* (SMITH, 2006, p. 27).

> experiências sociais, culturais, econômicas e/ou políticas em comum" (SMITH, 2006, p. 28, tradução nossa[47]*).*

Este discurso patrimonial autorizado, que se impõe principalmente através dos critérios estabelecidos em normas e convenções internacionais, muitas vezes provoca conflitos conceituais na maneira com que o patrimônio é compreendido antropologicamente em diferentes culturas. Os exemplos são muitos. François Hartog discute a interface da história com a antropologia a partir da leitura de Sahlins acerca da concepção de tempo da civilização das ilhas Fiji, em que ele percebe que as diferentes civilizações têm relações diversas com a própria noção de tempo: são regidas por diferentes regimes de historicidade[48] – entendem o tempo de forma diferente da hegemonia ocidental. Estas ilhas não seriam apenas "ilhas de história", mas "produtoras de história, conforme uma ordem do tempo e um regime de historicidade específico" (HARTOG, 2014, p.59). Por conta de uma visão tendenciosa e etnocêntrica, mal entendidos podem ocorrer, como foi o caso do sacrifício do Capitão Cook no Havaí (HARTOG, 2014, pp.56-61). Estes experimentos evidenciam as particularidades antropológicas das diferentes civilizações quanto à sua relação com o tempo.

1.2.4. Conflitos culturais na delimitação de conceitos-chave

Dentre as consequências e o impacto desta expansão geográfica da patrimonialização, figuram os diferentes entendimentos de conceitos que se estabeleceram, aos longos dos anos, como basilares no processo patrimonial. A tentativa de universalizar os princípios-chave e os instrumentos que orientam as atuações práticas mostrou-se limitado, exigindo que as discussões entre os especialistas representantes de países culturalmente diversos resultassem em atualizações conceituais negociadas. Estas questões, evidentemente, começaram a emergir principalmente a partir das décadas mais recentes, com a inclusão de culturas diversas na

---

[47] No original: *"This discourse has not been unchallenged. Internationally, the World Heritage Convention has been criticized, in particular by non-Western nations and commentators, for universalizing Western concepts of heritage and the values inherent within that (...)In addition, community groups from within many Western countries have also challenged the dominant discourse and advocated greater community participation; demanding that practitioners recognize not only locally geographically defined communities, but also communities bound together by common social, cultural, economic and/or political experiences"* (SMITH, 2006, p. 28).

[48] O conceito de "regime de historicidade" de François Hartog será abordado com maior clareza na próxima seção.

Convenção do Patrimônio Mundial, cujas contribuições, amparadas pela visão mais aberta às diferenças antropológicas e sensíveis à questão decolonial, encontram voz.

Um dos conceitos fundamentais nos documentos internacionais acerca da adequada conservação do patrimônio edificado é a noção de *autenticidade*. Esta noção é presente na maior parte dos documentos porém, apesar disto, há uma enorme dificuldade de entendimento à luz das diferenças culturais, e se torna um exemplo bastante ilustrativo do desafio da universalização. Presente em documentos-chave como a Carta de Veneza, o conceito se tornou premente nas discussões sobre patrimônio sobretudo na segunda metade do século XX, principalmente em função da destruição massiva de monumentos e conjuntos históricos na Europa por conta das duas Grandes Guerras ou da expansão urbana desenfreada a partir da década de 1960. A autenticidade é compreendida como a integridade física e sua "originalidade", entendida de forma a remeter à sua forma e matéria original – remetendo às ideias benjaminianas[49] de "aura" e da unicidade que tem valor na sociedade ocidental, rejeitando reconstruções maciças e réplicas como possuidoras do mesmo valor que as obras autênticas. O conceito é base da doutrina moderna da conservação e da restauração dos monumentos históricos, sendo palavra-chave dos documentos (convenções e cartas internacionais) relativos à salvaguarda do patrimônio cultural – inclusive como condição indispensável para a inscrição de um monumento na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Porém, não se encontra em nenhum destes documentos uma definição precisa do conteúdo e sentido que é conveniente dar a ela, em parte porque o conceito, bastante complexo, apresenta diferenças consideráveis segundo as culturas, épocas e grupos sociais.

Atualmente, pode-se considerar que a definição normalmente aceita e difundida de autenticidade em restauro, fundamentada em cinco séculos de experiências práticas e formulações teóricos, é o respeito aos aspectos materiais da obra, inclusive as estratificações e transformações sofridas ao longo do tempo. No entanto, esta definição é mais complexa do que parece, tanto na teoria quanto na prática. A autenticidade tornou-se foco central de uma discussão específica quando, em 1977, passou a ser exigido que os bens culturais que pretendiam ingressar na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO fossem sujeitos ao *teste de*

[49] Referência às ideias do filósofo alemão Walter Benjamin, que, dentre suas proposições, defendeu a noção de "aura" irreprodutível, presente somente na unicidade do objeto material. Ver BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**.** In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp.165-196.

autenticidade[50]. Ou seja, procurou-se elaborar um meio de "atestar" a autenticidade de modo universal, e não relativo, o que imediatamente levantou dúvidas na interpretação do conceito. As dificuldades em se aplicar o *teste de autenticidade* levaram à necessidade de se discutir amplamente o termo em uma conferência específica, realizada no Japão em 1994[51]. Assim, ainda hoje, o conceito encontra-se pouco delimitado, tanto na sua concepção teórica, quanto na sua aplicação prática, apesar de sua importância essencial para a preservação do patrimônio histórico.

As disputas em torno deste conceito-chave foram bastante emblemáticas por trazer à luz as diferenças culturais no modo de se perceber determinados valores. Alguns especialistas, ao analisar os procedimentos e concepções normalmente aceitas pelo Comitê quando da inclusão de propriedades na Lista de Patrimônio Mundial, chegaram à conclusão que a definição de autenticidade aceita pelo Comitê acabava por discriminar algumas culturas, e priorizava a cultura monumental europeia em detrimento das manifestações de outras partes do mundo, ou mesmo de manifestações vernaculares europeias. "A partir do exame da distribuição das propriedades, fica óbvio que há um desequilíbrio na Lista do Patrimônio Mundial a respeito das representações das diferentes regiões culturais do mundo, tipos de propriedades e períodos representados" (DROSTE e BERTILSSON in: UNESCO, 1995. p. 3). Incitou-se que o Comitê buscasse adotar uma postura mais antropológica e global quando da análise das propriedades inscritas, aceitando, inclusive, que a significação de autenticidade adotada não fosse tão rígida e excludente.

Dentre as culturas que se mostraram perplexas com a noção de autenticidade, está a japonesa – mais especificamente no tocante aos ritos preservacionistas em torno dos milenares templos xintoístas (HARTOG, 2014, p. 200). Hartog menciona a reconstrução periódica dos grandes templos da cultura xintó, como o Santuário de Ise, um complexo de 125 templos em

---

[50] A Conferência Geral da UNESCO, em seu encontro em 1972, estabeleceu um comitê que seria responsável por definir os critérios que definiriam a inclusão dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial (World Heritage List). Em 1977, esta comitê definiu que as propriedades a serem incluídas nesta lista deveriam "*meet the test of authenticity in design, material, workmanship, or setting*" (texto incluído nas Operational Guidelines, artigo 24b.i.) "Desde então, o comitê e os estados participantes da Convenção têm encontrado problemas em aplicar o teste devido, por um lado, ao caráter vago do conceito, e, por outro lado, às diferentes interpretações culturais deste conceito" (Prefácio, **Nara Conference on Authenticity** – proceedings; 1995, p. xi)

[51] A *Conferência de Nara sobre Autenticidade*, realizada em Nara, Japão, em 1994, foi promovida pela UNESCO (World Heritage Centre), com apoio do ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property) e do ICOMOS.

madeira que datam de centenas e até milhares de anos (caso de Kotaijingu, considerado a morada de Amaterasu, a deusa do sol, que possui cerca de 2 mil anos de idade). Embora sejam construídos de material perecível, os templos permanecem intactos, pois são destruídos e reconstruídos periodicamente de forma ritualística, em um festival chamado Okihiki, que ocorre a cada vinte anos com a participação da maior parte da comunidade. É o caso da reconstrução ritualística do Santuário de Ise e de outros templos similares.

Como, neste caso, incluir os templos milenares do Santuário de Ise na lista do patrimônio mundial, visto que "o que importa antes de mais nada é a permanência da forma" e "o dilema ocidental 'conservar ou restaurar' não acontece" (HARTOG, 2014, p.200), logo, não seriam "autênticas" segundo o entendimento dominante ocidental?

Nabuo Ito, na mesma conferência, destacou que a problemática relativa à adoção de um conceito universalizante de autenticidade se dá, em parte, pelo fato de que não há em muitos idiomas asiáticos uma palavra que corresponde ao conceito. Ele admite que esta dificuldade talvez possa existir em qualquer idioma que não tenha uma raiz latina:

> 'Autenticidade' é uma palavra que origina do Grego e Latim antigo. Ela persiste até as línguas europeias atuais, como inglês, francês e alemão. Portanto, a maioria dos europeus e americanos podem facilmente entender o significado essencial de 'autenticidade', apesar das nuances de cada idioma (...) Infelizmente, o idioma japonês, e talvez muitos outros idiomas asiáticos, não possui uma palavra adequada para 'autenticidade' (...) Consequentemente, nós não podemos compreender o verdadeiro significado de 'autenticidade' sem o auxílio de um dicionário" (ITO in: UNESCO, 1995, p. 35).

É interessante destacar que as restrições linguísticas não se restringem à noção de autenticidade, mas se estendem ao próprio conceito de patrimônio. Segundo Jeudy,

> A palavra 'patrimônio' não existe na língua japonesa (...) O princípio de consagrar um local, de designá-lo como sagrado a fim de atribuir-lhe um valor sagrado não teria sentido, uma vez que bom número de locais (e sobretudo os inumeráveis templos) já são sagrados (...) No Japão, o patrimônio já está lá, não tem necessidade de ser refletido. É sob pressão dos ocidentais que os japoneses são levados a pensar sobre seu patrimônio (JEUDY, 2005, p.20).

Em função das muitas e acaloradas discussões a respeito das diferenças culturais e antropológicas na determinação de conceitos-chave como a autenticidade, o Comitê do Patrimônio Mundial vem procurando, nos seus documentos mais recentes, ser mais inclusivo

com relação às diversas nuances culturais. No documento final da Conferência de Nara sobre Autenticidade, o Documento de Nara (1994), não houve uma definição ou consenso final sobre o que é, afinal, a autenticidade – ao invés disto, o texto destaca que esta condição pode ter acepções relativas.

No Preâmbulo do referido documento (itens 4-7), afirma-se que

> Num mundo que se encontra cada dia mais submetidos às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade (...) A diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é uma insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo deveria ser ativamente promovida como um aspecto essencial do desenvolvimento humano. A diversidade das tradições culturais é uma realidade no tempo e no espaço, e exige o respeito, por par de outras culturas e de todos os aspectos inerentes a seus sistemas de pensamento. Nos casos em que os valores culturais pareçam estar em conflito, o respeito à diversidade cultural impõe o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais de cada uma das partes (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994, Preâmbulo, itens 4-7, *online*[52]).

Hartog, a respeito desta questão, comenta: "a política cultural japonesa não tinha como primeira preocupação nem a visibilidade dos objetos nem a manutenção dessa visibilidade. Ela repousava em outra lógica, preferencialmente a de uma atualização" (HARTOG, 2014, p. 100). Discutia-se: não seriam estes monumentos autênticos, se até seu uso se mantém atualizado e incorporado no cotidiano dos membros da comunidade, mesmo se sua materialidade não fosse mais a original, e sim uma reconstrução? Evidentemente que sim, embora não se soubesse – em um organismo cuja visão ainda é estritamente etnocêntrica – como exatamente controlar ou medir estes aspectos. Cabe destacar que as autoridades japonesas presentes no encontro não ratificaram a versão do documento final, embora a legislação japonesa de preservação do patrimônio construído tenha demonstrado grandes avanços nos últimos ano no que tange à conservação de seus monumentos, à luz da visão ocidental. Esta questão que Hartog apresenta destaca as diferenças entre a visão sobre o tempo e os regimes de historicidade entre as culturas.

[52] O texto da Conferência de Nara (1994), assim como todos os documentos internacionais e nacionais sobre o tema, encontram-se disponíveis para livre acesso no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na seção "Acervos e Publicações" > "Cartas Patrimoniais". Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em dezembro de 2017.

Jeudy, também tratando da visão de cultura e patrimônio e a imposição de valores ocidentais, acrescenta:

> Um dos primeiros objetivos da ordem patrimonial é o de expressar a identidade de uma região, de uma nação, de um acontecimento histórico... Essa referência obrigatória à identidade, transformada ela mesma na origem dos procedimentos de reconstituição do passado, ou de sua preservação museográfica, parece se opor ao fenômeno de globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais. O que parece evidente para um ocidental é que, no Japão, um risco desses não é decisivo. A identidade cultural não tem necessidade de ser representada ou reivindicada, ela está lá, e manifesta-se de maneira soberana. (JEUDY, 2005, p.22).

Além das culturas não-Ocidentais, a denúncia feita na conferência de Bernd von Droste e Ulf Bertilsson, na Conferência de Nara, de que há um "sério desequilíbrio" nos bens listados na Lista do Patrimônio Mundial com relação a regiões culturais, tipos de propriedades e épocas representadas, pode ser estendida também para as minorias sociais ou etnológicas mesmo dentro dos países Ocidentais. É o caso das culturas aborígenes de países como Austrália, ou mesmo aqui no Brasil. Na Austrália, a necessidade de se levar em consideração as múltiplas manifestações culturais de um país colonizado levou o país a tomar uma iniciativa na contemplação da diversidade cultural em uma Carta Patrimonial até hoje celebrada como progressiva, a Carta de Burra (1979, posteriormente atualizada em 1999). A atualização se deu devido à pressão de comunidades indígenas e não indígenas, que exigiam uma maior participação e consulta nos processos de preservação e tutela de seus lugares de memória e significado (SMITH, 2006, p. 102).

Atualmente, os desafios deste conceito apontam para outros desafios: o da antropologia relativa à sociedade de consumo. A autenticidade, entendida pelo ponto de vista do turismo, têm outras considerações, mais intangíveis – não se referem, especificamente, à materialidade das estruturas visitadas, mas à experiência e à emoção do turista (FORTUNA, 2012; GONÇALVES, 1988). A autenticidade, portanto, não se refere ao ser, mas ao parecer ser, ao que é percebido como "atrativamente autêntico" (ZANCHETI et al, 2008b, p. 4). Estas questões, porém, serão analisadas mais especificamente no Capítulo 2.

1.3. Presentismo e a obsessão pelo passado

"There is only the past. The future hasn't come into being yet, and the present is a hairline thinner than the thinnest imaginable hair ... Let us glory in having added more and more to the past." (Anthony Burgess, 1983[53])

Não são poucos os autores ou os textos que discutem a controversa relação com o tempo que a sociedade contemporânea experimenta. Os termos são diversos: "aceleração da história", como descreve Pierre Nora (1993); "compressão espaço-tempo", nos termos de Harvey (2001) e Dodgshon (1999); ou, paradoxalmente, perspectivas que consideram ora a força de um "presentismo", nos termos de Hartog (2003) ou Huyssen (2014), ou de um "passado onipresente", inclusive fabricado, como denomina Lowenthal (2015).

"O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana" (HARVEY, 1992, p. 186). Embora as interpretações e explicações divirjam entre os diversos autores, há uma percepção generalizada de que estamos vivendo uma época com uma peculiar percepção do tempo e do espaço. A ideia de que cada época possui uma relação específica com o tempo não é nova: o próprio Harvey, em *A Condição Pós-Moderna* (1992), analisa a percepção contemporânea do tempo a partir da comparação com o tempo na modernidade – segundo Daniel Bell,

> os vários movimentos que levaram o modernismo ao apogeu tiveram de elaborar uma nova lógica na concepção do espaço e do movimento (...) a organização do espaço se 'tornou o problema estético basal da cultura da metade do século XX, da mesma maneira como o problema do tempo (em Bergson, Proust e Joyce) o foi das primeiras décadas deste século' (apud HARVEY, 1992, p. 186).

As teorias e interpretações são diversas, frutos de um contexto demasiadamente complexo que exige leituras por diversas perspectivas. Alguns fatores convergem nas análises deste contexto, em especial, a influência na esfera cultural da lógica econômica global vigente (que Jameson chama de "capitalismo tardio"), que massifica culturas e identidades locais, e as consome em forma de indústria cultural. As rápidas mudanças tecnológicas também influem na relação da sociedade com sua memória, com a informação, com suas manifestações políticas e

[53] In: LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country – Revisited** (p. 23). Cambridge University Press. Edição do Kindle.

culturais, criando novas formas de mediar e se relacionar com estas últimas e entre os membros individuais de um coletivo – dentre as consequências, está a cada vez mais presente relativização conceitual de *verdade* e de *realidade*. Por fim, outro elemento importante que surge nas interpretações do presente é o papel que a rápida deterioração do meio ambiente e dos recursos naturais desempenha na nossa visão de futuro.

Diante do alcance e da profundidade destas análises, que são objetos de pesquisas específicas destinadas apenas a estas questões, o presente texto pretende discutir alguns pontos que podem ser relevantes para compreender alguns pontos desta pesquisa a respeito da preservação patrimonial contemporânea. Em especial, o eixo condutor do raciocínio será a noção de "presentismo" de François Hartog (2003) e a noção de espetáculo, conforme conceituada por Guy Débord ainda na década de 1960, mas que, de certa forma, encontra-se ainda muito presente meio século depois de sua formulação.

1.3.1. Os regimes de historicidade: presentismo

"Then we started looking at the interval or the distance between the present and what was preserved. In 1818, it was 2000 years. In 1900, it was only 200 years. And near the 1960s, it became 20 years.

We are living in an incredibly exciting and slightly absurd moment, namely that preservation is overtaking us.

Maybe we can be the first to actually experience the moment that preservation is no longer a retroactive activity

but becomes a prospective activity."

(Rem Koolhaas, *Preservation is Overtaking Us*)

O *presentismo*, segundo François Hartog (2014[54]) é um neologismo que faz contraponto à ideia já difundida de futurismo. A ideia de presentismo é uma forma de entender o presente

[54] O livro "Regimes de Historicidade", em que François Hartog apresenta seus instrumentos conceituais para uma reflexão sobre as dimensões temporais e os chamados tempos históricos, focando no atual regime presentista, foi publicado pela primeira vez em 2003 na França. O livro de onde as citações no texto foram extraídas é uma edição de 2014 publicada pela Editora Autêntica.

onipresente, o presente único, "a tirania do instante e a estagnação de um presente perpétuo" (HARTOG, 2014, p. 11), que o autor percebe dominando nossa cultura mais fortemente no século passado, embora mais aprofundada a partir da queda do muro de Berlim em 1989. Hartog afirma: "O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista que presentista, terminou mais presentista que futurista" (HARTOG, 2014, p. 140). Citando autores como Paul Valéry, Pierre Nora, Marshall Sahlins, Chateaubriand, Arendt, entre outros, Hartog expõe argumentos que explicitam a visão de um "futuro percebido não mais como promessa, mas como ameaça" (HARTOG, 2014, p. 15), em consonância com o que foi abordado no início deste capítulo. A respeito desta crise de um tempo cada vez mais curto, a questão principal é se este presentismo é *pleno* ou *padrão* – ou seja, "será [o presentismo] um modo inédito de experiência do tempo e o delineamento de um novo regime de historicidade, sobretudo para um mundo ocidental que, durante dois séculos, caminhou e fez os outros caminharem para o futuro?" (HARTOG, 2014, p. 14).

Neste contexto da aceleração e encurtamento do tempo, aliado à lógica do consumo, intensifica-se o princípio da rápida obsolescência, visto que o que é tido como "velho" é cada vez mais recente e rapidamente descartável. "Em 1997, o Relógio Retrô norteamericano estava já em 1990, 'um alarmante 74% mais próximo ao presente' que na década anterior. A vida se torna patrimônio quase antes de ter a chance de ser vivida" (LOWENTHAL, 2015, p. 41, tradução nossa[55]). Ao mesmo tempo, o velho – no caso, o patrimônio cultural – "constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos (...) Ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento" (CHOAY, 2001, p.18). Ou ainda: "Ainda se ouve falar que a conservação patrimonial assegura, de alguma maneira, o trabalho de luto. Trabalho que se torna necessário para que possamos suportar o desaparecimento" (JEUDY, 2005, p. 15). Deste modo, o presente se impõe como um *limbo* temporal entre a angústia do passado e do esquecimento, e a angústia do futuro a cada dia mais incerto e ameaçador. O patrimônio edificado, nesta encruzilhada, congela-se no tempo e se impõe como simulacro de si mesmo, como imagem e narrativa idealizada.

[55] No original: *"In 1997 the US Retro Clock stood at 1990, 'an alarming 74% closer to the present' than a decade earlier. Life becomes heritage almost before it has a chance to be lived.'"* (LOWENTHAL, 2015, p. 41. Edição Kindle).

Hartog opta pelo termo *historicidade*, considerando que este "expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo", deixando claro que concebe o mesmo como "uma experiência primeira de *étrangement*, de distância de si para si mesmo que, justamente, as categorias de passado, presente e futuro permitem apreender e dizer, ordenando-a e dando-lhe sentido" (HARTOG, 2014, p. 12). Para o autor, esta consciência independe do conceito moderno de história e tampouco poderia ser sinônimo de *temporalidade*, visto que este último invocaria a ideia de padrão de tempo exterior – como o tempo matemático, da astronomia, ou o "tempo imperioso do mundo" de Fernand Braudel (apud HARTOG, 2014, p.12). Já o termo *regime* remonta às noções de mais e de menos, de grau, de mescla, de composto e de equilíbrio sempre provisório ou instável, concluindo que o regime de historicidade é apenas uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias. Este regime não é uma realidade dada diretamente observável, é construída pelo historiador como uma ferramenta heurística que atua como instrumento de comparação, que pode tornar os fenômenos históricos, sobretudo de crise do tempo, mais inteligíveis para o estudioso da história.

> Em uma acepção restrita, [o regime de historicidade propunha averiguar como] uma sociedade trata seu passado e trata de seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar 'a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana'. Como, retomando os termos de Lévi-Strauss (...), ela 'reage' a um 'grau de historicidade' idêntico para todas as sociedades. Mais precisamente, a noção devia poder fornecer um instrumento para comparar tipos de história diferentes, mas também (...) colocar em foco modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem (HARTOG, 2014, pp.28-29).

O regime de historicidade consiste, portanto, em uma ferramenta que permite esclarecer as relações de dadas sociedades com o tempo, "instaurando um vaivém entre o presente e o passado, ou melhor, passados, eventualmente bem distanciados, tanto no tempo quanto no espaço" (HARTOG, 2014, p. 37). Sua melhor aplicação se dá principalmente nos momentos de crise do tempo, quando justamente as categorias de passado, presente e futuro confundem-se, ora esvaindo-se ou superexpondo-se, correndo o risco, inclusive, de sua construção fantasiosa ou de sua invenção, conforme Hobsbawm e Ranger (1997). Não à toa, diversos autores se referem a estes momentos de crise do tempo como sendo sintomáticas do *fin de siècle*, visto que, embora de naturezas diferentes, estas mudanças paradigmáticas com relação ao tempo também foram vistas nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, em que grandes surtos de *futurismo* conviviam, nem sempre de forma harmoniosa, com momentos de nostalgia por um passado cada vez mais ausente diante das transformações tecnológicas,

políticas e sociais do período. Hartog menciona estas mudanças em sua obra, enfocando as diferenças entre os regimes de historicidade ao longo do tempo, no Ocidente. A sensação de que a história era feita de atropelo, diante da força transformadora indomável do Tempo, não é recente: o autor menciona a percepção de François-René de Chateaubriand, que viveu a transformação da historiografia durante a Revolução Francesa e se espantou com a "aceleração do tempo", com a rapidez com que a história fluía: "Eu escrevia a história antiga, e a história moderna batia à minha porta" (CHATEAUBRIAND apud HARTOG, 2014, p.133).

Esta percepção é compartilhada também entre os autores do campo da preservação do patrimônio. Alois Riegl, em 1903, em sua reflexão que embasava seu projeto de lei para a preservação patrimonial austríaca, ponderava: "Se o século XIX foi o século do valor histórico, o século XX parece ser o do valor de antiguidade" (RIEGL, 2014, p. 44-45). Dentro de sua classificação de valores atribuídos aos monumentos, tanto o *valor histórico* quanto o *valor de antiguidade* são, para este autor, categorias dentro da ideia abrangente de "valores de memória", que se referem à sua qualidade de atuar como suporte da memória e de significados relativos ao passado. O valor histórico é, para Riegl, um valor objetivo, relativo à importância de um fato único que representa um estágio evolutivo de um domínio da atividade humana dentro de uma cadeia de acontecimentos que "supõe um antecedente e não poderia ter acontecido da forma como aconteceu se não tivesse sido antecedido por aquele elo anterior. O ponto-chave de todo conceito histórico moderno é formado pela noção de evolução" (RIEGL, 2014, p. 32). Portanto, reconhecer a importância histórica de um determinado monumento exige do observador uma bagagem cultural prévia, capaz de identificar, classificar e atribuir valor ao monumento dentro do panorama da história ou da história da arte. Já o valor de antiguidade é atribuído subjetivamente, transcendendo o "significado original e sua destinação [do monumento], desde que o seu aspecto externo revele com suficiente evidência que a obra existe por longo espaço de tempo antes da época presente e conseguiu 'sobreviver'" (RIEGL, 2014, p. 39). Ou seja, é o aspecto antigo do monumento histórico, que suscita no observador um reconhecimento e uma reação de reverência não apenas histórica, mas estética. "O efeito estético do monumento são os sinais da degradação, da dissolução da obra humana pelas forças mecânicas e químicas da natureza", seu caráter inegavelmente antigo, perceptível por todos – os que detém uma cultura específica e os que não as possuem (RIEGL, 2014, p.54). Ou seja: é o reconhecimento de que se trata de algo antigo, mesmo que não se saiba identificar exatamente seu período, estilo, autor, ou evento que justificou sua existência. Advém de uma sensibilidade mais democrática, que pode ser compreendida como um desdobramento do valor histórico, porém não a substitui

totalmente. Esse aflorar de uma sensibilidade com os objetos reconhecidos como antigos que não é exatamente racional ou utilitária, mas subjetiva, indicaria a força do *culto moderno aos momumentos*, que ele identifica como uma tendência que a cada dia ganha mais adeptos e que dominaria o futuro (RIEGL, 2014).

Destacando as diferenças entre os regimes de historicidade clássica e moderna, partindo das ideias de Reinhart Koselleck, que notara que em cada presente havia sido colocado em relação as dimensões temporais do passado e do futuro (HARTOG, 2006, p. 263). Hartog compara a presença de uma *história magistra* (do conceito *historia magistra vitae*, de Cícero, que presume que o passado, pleno de exemplos, explica claramente o presente e oferece condições de prever o futuro, visto que as experiências do homem repetem-se ao longo do tempo, como se circunscritas em um círculo[56]) nos escritos de Chateaubriand, com contradições que remetem à incipiente visão historiográfica moderna, em que os acontecimentos são entendidos como acontecimentos únicos dentro de um processo, abandonando "uma concepção de história que conjugava exemplaridade e repetição" (HARTOG, 2014 ,p. 103). A partir da comparação entre os dois modelos de historiografia que se confrontam neste momento de transição – e se explicitam dentro dos diversos *Ensaios* de Chateaubriand – Hartog percebe uma mudança nos regimes de historicidade que, na *historia magistra*, privilegia o passado como "mestre" da vida, e que na historiografia moderna inaugura a visão redentora do futuro, capaz de dar sentido ao presente e ao próprio passado.

> A exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro. O historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na história magistral, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado (...) Com o regime moderno, o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado (HARTOG, 2014, p.137).

O futuro, como categoria redentora, aparece sempre antecipando-se aos acontecimentos como esperança e como objetivo a partir da Revolução Francesa. É a utopia presente no horizonte do ideal comunista, o Espírito Absoluto de Hegel, o sonho da modernidade redentora das vanguardas artísticas do século XX em seus múltiplos manifestos. Os futuristas italianos liderados por Marinetti urgiam pela ruptura com a velha ordem, em seu manifesto publicado em 1909: "o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade"

[56] Conforme HARTOG, 2014, pp. 102-108.

(MARINETTI apud HARTOG, 2014, p. 141). Os arquitetos modernistas ao redor do planeta conclamavam que o espaço construído das cidades e das edificações deveria realizar, por sua vez, a Revolução Industrial que transformou radicalmente todas as outras manifestações do cotidiano – utilizando não o passado como referência para a construção das estruturas, mas sim a máquina. Aqui no Brasil, arquitetos modernistas inspirados pelos textos de arquitetos como Le Corbusier e Walter Gropius urgiam pelo olhar voltado ao futuro, recusando referências anacrônicas na concepção dos espaços, como foi explicitado pelo manifesto de Gregori Warchavchik (bem como no manifesto, de teor semelhante, publicado pelo arquiteto italiano radicado em São Paulo Rino Levi), publicado inicialmente no jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, em 1925:

> A nossa compreensão de beleza, as nossas exigências quanto à mesma, fazem parte da ideologia humana e evoluem incessantemente com ela, o que faz com que cada época histórica tenha sua lógica de beleza. Assim, por exemplo, ao homem moderno, não acostumado às formas e linhas dos objetos pertencentes às épocas passadas, eles parecem obsoletos e às vezes ridículos. Observando as máquinas do nosso tempo, automóveis, vapores, locomotivas, etc, nelas encontramos, a par da racionalidade da construção, também uma beleza de formas e linhas. Verdade é que o progresso é tão rápido que tipos de tais máquinas, criadas ainda ontem, já nos parecem imperfeitos e feios. (...) Esta é a razão porque as nossas máquinas modernas trazem o verdadeiro cunho de nosso tempo. A coisa é muito diferente quando examinamos as máquinas para habitação – edifícios (WARCHAVCHIK[57], 1925).

No entanto, Hartog chama a atenção como, ao longo do século XX, a aceleração do tempo e a urgência em realizar a utopia acabou fundindo o futuro ao presente: "Quando Marinetti proclama: 'O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos *já* no Absoluto, pois *já* criamos a eterna velocidade onipresente', o presente encontra-se 'futurizado' ou não há mais senão presente. Pela velocidade, o presente se transforma em eternidade" (HARTOG, 2014, p.141). Esta mesma fusão de temporalidade, causada pela aceleração, é perceptível na citação de Warchavchik, mencionando a rapidez com que o presente se torna passado. "Como a modernidade trata da experiência do progresso através da modenização, os textos acerca dela tendem a enfatizar a temporalidade, o processo de *vir-a-ser*, em vez de *ser*, no espaço e no lugar" (HARVEY, 1993, p. 190).

Hartog descreve uma situação de alteração do regime de historicidade moderno, que privilegiava o futuro, para outro, que restringe a temporalidade ao tempo presente eterno e

---

[57] Texto na íntegra disponível em XAVIER, Alberto (org.) **Depoimento de uma geração**: arquitetura moderna brasileira. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. O manifesto de Rino Levi também consta na mesma antologia.

urgente. Ao discutir a ascensão do presentismo no século XX, o autor descreve o impacto deste novo regime de historicidade na historiografia, na relação da sociedade com sua memória e com seu patrimônio (que ele chama de *alter ego* tangível da memória). "O século XX é o que mais invocou o futuro, o que mais construiu e massacrou em seu nome, o que levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro" (HARTOG, 2006, p. 270). Porém, em seu último terço, e chegando até nossos dias, o futuro deu lugar ao presente:

> um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. Mas, desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória (HARTOG, 2006, p. 270).

Contundente, o autor destaca o que ele percebe como uma crise do tempo e busca respostas para as questões sobre a ânsia preservacionista que se percebe nas últimas décadas:

> o que significou do ponto de vista do tempo, de sua ordem, o movimento de extensão e de universalização do patrimônio ao qual assistimos há um bom quarto de século? (...) Esse gosto pelo passado, pelo antigo, vinha repentinamente testemunhar uma certa nostalgia por um antigo regime de historicidade, há muito tempo fora de uso? (HARTOG, 2014, p. 193).

Para buscar respostas, evoca autores que realizaram trabalhos identificando os elementos-base para fundamentar este apontamento, como Pierre Nora, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff, dentre outros.

> Para [Pierre] Nora, o efeito da aceleração não é mais somente o de uma 'multiplicação' das memórias coletivas (...), mas sim o de uma 'ruptura' com o passado. A ruptura com o campo da experiência. A globalização, a democratização, a massificação, a midiatização acarretam o fim do que Nora denomina 'sociedades-memórias' e, em suma, o desaparecimento da memória. A tal ponto que 'só se fala tanto de memória porque ela não existe mais; ou, ainda, é justamente porque não há 'mais meios de memória' que 'lugares' se encontram investidos do sentimento residual da continuidade" (HARTOG, 2014, p. 162)

Este "fim da memória", considerado pelo autor como uma angústia do tempo presente diante de um futuro não mais esperançoso, mas ameaçador, é intensificado pelo emprego de ações como as celebrações, as tradições inventadas, e a reabilitação de centros históricos antigos que dão consistência à ânsia em construir uma identidade ou a recuperar vestígios da história, mesmo que construídos ou encenados. David Lowenthal, em *The Past is a Foreign Country,*

elabora uma análise similar, embora ele enfatize uma experiência onipresente do passado, e não necessariamente no presente:

> Para abrandar o luto pela perda, a dor da ruptura, a aflição da obsolescência, nós nos agarramos avidamente a todo tipo de passado, não importa quão alheio ou fragmentário. Passados recentemente aumentados ou embelezados não podem substituir o tradicional 'mundo que nós perdemos'. Mas eles abrangem um complexo de histórias e memórias, relíquias e vestígios, raízes e reinterpretações, bastante diverso do nosso legado a um terço de século atrás" (LOWENTHAL, 2015, p. 11, tradução nossa[58]).

Hartog destaca, neste âmbito, a febre da preservação do patrimônio – destacando inclusive a ampliação do conceito, nos documentos internacionais, para abranger não mais somente os artefatos produzidos pelo homem, mas a própria natureza ameaçada de extinção neste futuro cada vez mais assombroso – que se instaura a partir da década de 1970, e se torna no que ele denomina um fenômeno de patrimonialização "galopante", que musealiza tudo e cada vez mais se aproxima do presente: "Foi preciso estipular, por exemplo, 'que nenhuma obra de arquiteto vivo seria legalmente considerada como monumento histórico'. Isto é um indício muito claro deste presente que se historiciza, já evocado" (HARTOG, 2006, p. 268).

A patrimonialização devorante, portanto, sinaliza uma ruptura entre uma percepção de presente e passado, da experiência acelerada de uma mudança brusca. Em seu artigo Tempo e Patrimônio (2006, p. 272), Hartog enfatiza que o patrimônio "é um recurso para o tempo de crise", e assim se constituiu ao longo da história recente – levando-se em consideração que o patrimônio é uma invenção moderna, resulta de uma sociedade em rápida transformação. A patrimonialização contemporânea, porém, se distingue das fases anteriores pela rapidez de sua expansão, a multiplicidade das novas categorias de bens, e pelo seu caráter presentista (HARTOG, 2006, p. 272). É fruto da crise do tempo, entendida como

> uma consciência, mais comumente inquieta, de que algo (objeto, monumento, sítio, paisagem) desapareceu ou está a ponto de desaparecer do horizonte. Uma crise do tempo é, então, necessária (...) Trata-se porém de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo (...) se trata do

[58] *"To assuage the grief of loss , the pain of rupture , the distress of obsolescence , we cling avidly to all manner of pasts , however alien or fragmentary . We also add to them in ways evident and extraordinary . Newly augmented and embellished pasts cannot replace the traditional ' world we have lost ' . 29 But they comprise a complex of histories and memories , relics and traces , roots and reinterpretations , quite unlike our legacy a third of a century back"* (LOWENTHAL, 2015, p. 11).

> passado – de um certo passado – cuja forma de visibilidade importa no presente (HARTOG, 2014, p. 197).

Hartog conclui que a patrimonialização atual é uma certa forma de resistência, uma luta contra a obliteração completa em um contexto de mudanças profundas e aceleradas. O futuro promissor do início do século não produz mais uma sensação de promessa, mas de angústia. A sensação de que é necessário *proteger* rapidamente tanto a diversidade cultural quanto a biodiversidade, demonstra que o "futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente e ruminar um passado que não passa" (HARTOG, 2006, p. 273).

As considerações de Choay (2001) de que o monumento é a tentativa humana de "resistir à morte e ao aniquilamento" fazem, portanto, muito sentido neste momento particular da história, em que as mudanças aceleradas e a relativização das instituições estáveis que ordenavam a sociedade durante séculos são questionadas e colocadas em xeque, ao mesmo tempo em que o consumo impõe seu ritmo acelerado de apresentação de novidades. Nesta lógica, podemos situar que o presentismo é, ao mesmo tempo, causa e consequência deste novo modo de vida.

> Se o patrimônio é doravante o que define o que nós somos hoje, o movimento de patrimonialização, este imperativo, tomado ele mesmo na aura do dever da memória permanecerá um traço distintivo do momento que nós vivemos ou acabamos de viver: uma certa relação ao presente e uma manifestação do presentismo (HARTOG, 2006, p. 271).

1.3.2. Cultura da memória como imagem e lógica de consumo

François Hartog percebe que há uma mudança de postura nas políticas urbanas que vão, pouco a pouco, substituindo o imperativo da modernização (marca de grande parte da primeira metade do século e que encontra suas evidências no espaço nas décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, durante as reconstruções) por uma lógica de conservar vestígios

semióforos[59], quase sempre destinados ao consumo turístico, uma das indústrias mais rentáveis do mundo (segundo dados da OMT – Organização Mundial do Turismo, afiliada à ONU[60]).

> Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. (...) Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero" (HARTOG, 2014, p. 148)

Midiatizado, espetacularizado e entremeado de conflitos em seu tratamento e sua apropriação, o patrimônio reflete as inquietações de uma sociedade em crise. "O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu. O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato" (HARTOG, 2014, p. 148). O tempo instantâneo, tornado curto, seja pelo desejo da mídia de veicular o instante histórico antes de todos os outros (a ponto de fabricá-los); o culto à "falta de tempo" como exemplo de sucesso no cotidiano das pessoas; a recusa ao envelhecimento; o tempo aparentemente inexistente na imagem das cidades em perpétua construção ou alteração (os não-lugares de Augé (2004) ou as "cidades genéricas" de Koolhaas (2007), desprovida de forma ou de identidade; da aceleração nas mudanças de hábitos e costumes provocada pela tecnologia em rápida transformação e consequente obsolescência (já programada), entre outras. Todas estas manifestações facilmente verificáveis que retratam a sociedade contemporânea são indícios de uma sociedade em rápida transformação, angustiada com o futuro ameaçador e em crise com relação à sua ordem de temporalidade. Huyssen, discutindo o culto à memória, explica este contexto assim: "é uma lenta mas palpável transformação da temporalidade nas nossas vidas, provocada pela complexa interseção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global" (HUYSSEN, 2000, p. 25).

A superficialidade com que as intervenções nos bens patrimoniais são empreendidas, considerando-se apenas a imagem estilística como tendo valor, pode ser um claro indício desta

---

[59] De acordo com a definição: 'objetos visíveis investidos de significações'" (KRZYSZTOF POMIAN apud HARTOG, 2014, p.197).

[60] Segundo dados disponibilizados pela OMT em seu site: http://www.unwto.org/ . Estes números serão discutidos na próxima seção deste capítulo.

crise da historicidade descrita por Hartog – ou a planificação da história. Neste contexto, vemos a retomada do interesse por artefatos antigos ou históricos (porém renovados, despidos de seu envelhecimento) como uma manifestação do *historicismo* de que nos fala Jameson: "a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de alusões estilísticas, e, de modo geral, aquilo a que Henri Lefebvre chamou de primazia crescente do 'neo'" (JAMESON, 1997, p. 45). Para Jameson, este conceito ingênuo de "historicismo" na sociedade pós-moderna leva a um pastiche onipresente, à cultura do simulacro. De forma análoga, Huyssen menciona a "a presente recodificação do passado" (2000, p. 10), "nós estamos obcecados com re-representação, repetição, replicação e com a cultura da cópia, com ou sem o original" (HUYSSEN, 2000, p. 24). O jornalista Simon Reynolds, em seu livro *Retromania* (2011), por sua vez, reconhece esta cultura do "*neo*" e dos "*revivals*" reinante na cultura pop como um todo, destacando a presença cada vez mais frequente de retomadas, *remakes* e a cultura do retrô e do *vintage* na moda e na indústria musical. O que ele destaca, no entanto, é que esta "*retromania*", esta obsessão da cultura pop por seu próprio passado imediato, vem estreitando as relações entre o presente e o passado alvo de revivalismo cada vez mais, resumindo a criação artística contemporânea à autofagia, às colagens e ao pastiche de um passado cada dia mais próximo do presente (REYNOLDS, 2011). "Os interesses de lucro dos comerciantes de memória de massa parecem ser mais pertinentes para explicar o sucesso da síndrome da memória. Trocando em miúdos: o passado está vendendo mais do que o futuro" (HUYSSEN, 2000, p. 24).

Henri-Pierre Jeudy, a respeito deste fenômeno, afirma que "as diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquiladas graças aos simulacros dessa atualização. O passado e o futuro parecem se conjugar no presente, ao passo que o próprio presente se torna o tempo da reprodução antecipada do passado" (JEUDY, 2005, p.16).

Estas intervenções (imagéticas, espetacularizadas[61] e/ou simuladas) refletem a relação da sociedade contemporânea com a história em si. Como trabalhar o patrimônio contemporâneo

[61] Entendendo "espetáculo" conforme a definição de Guy Débord, "a afirmação da aparência e a afirmação de toda vida humana – isto é, social – como simples aparência" (DÉBORD, 1997, p.16). Ou seja, é a imagem destacada do objeto, que adquire primazia sobre o objeto real – as relações com as pessoas (e entre elas) passam a se dar através destas imagens, em detrimento do objeto real. "O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato deste setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência" (DÉBORD, 1997, p.14).

sem sofrer os efeitos da exploração econômica da cultura (a indústria cultural, conforme a ideia já envelhecida de Theodor Adorno), a supremacia da imagem e a recusa ao envelhecimento, que impactam tão fortemente a sociedade contemporânea?

O espetáculo, no patrimônio, é claramente perceptível na relação com o patrimônio como imagem reificada, desligada de sua consistência material. A despeito do respeito absoluto pela matéria original, preceito básico das principais teorias de restauro, muitas vezes vemos que a matéria é desprezada para se garantir a projeção da imagem idealizada do objeto – é o caso das intervenções que visam "sacrificar" as superfícies de dada edificação (como argamassas, pinturas, telhas, etc.) em nome da integridade do bem[62]. Ora, se a imagem projetada consiste justamente na plástica de uma edificação (aspecto, forma, volumetria, cor, material, textura, etc.), que se expressa sobretudo nestas superfícies, ao intervir nelas de forma aleatória afeta-se, justamente, a nossa percepção deste dado monumento. Em outro exemplo, a espetacularização do monumento, que Choay chama de *mise-en-scène*[63], é vista nos casos em o monumento é apresentado de maneira destacada do seu entorno (CHOAY, 2001, p. 212-231).

Outro aspecto digno de destaque é a presença cada vez maior de reconstruções completas, réplicas ou reconstituições de ruínas ou edificações em avançado estado de degradação – um processo de reconstituição de uma imagem hipotética, um simulacro de algo que não existe mais – e que, parafraseando Viollet-le-Duc, possa não ter existido nunca. Baudrillard afirma que "simular é fingir ter o que não se tem" e refere-se a uma ausência (BAUDRILLARD, 1991, p.9). No caso, a ausência do objeto original, que ao longo de seu transcurso acabou se desfigurando ou ruindo. Justamente por ser compreendida como mera imagem simulada, não faz sentido que esta envelheça; mas sim, que permaneça eternamente congelada em seu estado "perfeito", idealizado. Neste escopo, as intervenções no bem histórico fogem de classificações aceitas como "preservação do patrimônio", nas quais o seu *valor de ancianidade* e o respeito pela sua idade são temas de extensas e profundas reflexões por autores como John Ruskin e Alois Riegl.

---

[62] Princípio este defendido, por exemplo, pela vertente contemporânea de hipermanutenção/repristinação, conforme Kühl, 2004, p. 322.

[63] Os procedimentos diversos de espetacularização serão abordados no Capítulo 2, ao tratar do patrimônio voltado para o turismo.

Esta abordagem do patrimônio histórico, constantemente associada a eventos celebrativos destinados ao consumo turístico da memória, os quais muitas vezes esvaziam desta o seu conteúdo, vem se tornando muito frequente, inclusive dentro de ações promovidas pelos próprios órgãos de salvaguarda, pois o turismo é um eficaz instrumento de valorização de bens patrimoniais e de captação de recursos para sua conservação, distanciando-se da fundamentação teórica do campo. Choay comenta, a este respeito, que a ideia de "valorização (*mise-en-valeur*)" do patrimônio tratado como bem de consumo atualmente vem sendo feita de forma antagônica: por um lado, encontram-se os restauradores que atuam "sob o signo do respeito", aliando às teorias dos pensadores dos séculos XIX e XX as novas tecnologias; por outro, são ações "sob o signo da rentabilidade", destinadas a "valorizar o monumento histórico e transformá-lo eventualmente em produto econômico" (CHOAY, 2001, pp. 212-213). Estes problemas são extremamente atuais e nem sempre têm seu impacto reconhecido ou discutido dentro do campo disciplinar específico da restauração. Resultará esta abordagem na destruição do próprio objeto que se pretende preservar? Cabe avaliar e discutir estas contradições para que, dentro do campo do disciplinar do restauro, esta especificidade de nosso tempo seja levada em conta nas elaborações teóricas e não se imponha como uma realidade paralela, visto que as consequências destas intervenções representam perdas irrevogáveis e atingem a sociedade como um todo.

A análise conceitual dos temas mencionados, contrastando a fundamentação teórica específica do campo disciplinar da preservação com a problemática contemporânea, propõe caminhos para aprofundar a compreensão das práticas e tendências atuais de intervenção no patrimônio histórico, e, através destas, também voltar-se ao estudo da sociedade contemporânea que as produz. Em oposição à leitura dicotômica usual, que isola ambas as estruturas de pensamento, ignorando suas interfaces e relações na questão da preservação do patrimônio cultural, considera-se que dificilmente se realiza uma análise dialética entre a sociedade atual e as teorias de restauro, buscando justamente encontrar respostas para a ruptura entre a teoria, bastante consistente no campo, e a sua aplicação prática – que denota que, em alguns aspectos, a teoria se mostra inadequada, insuficiente ou mal interpretada em sua potencialidade. Esta relação deve ser estudada de forma relacionada pois as consequências destas contradições têm ocasionado sérios danos culturais, na medida em que acarretam perdas culturais muitas vezes inexoráveis.

Deste modo, considerando a importância da preservação do patrimônio cultural como mecanismo de registro historiográfico através de seu caráter de suporte material para a memória social, de sua função na construção da identidade social e de seu valor de singularidade, a intervenção deve ser sempre pautada por ação criteriosa, para não ter a pretensão de se "preservar" apenas a *imagem* de uma história que não corresponde à realidade – atitude esta que pode ter graves consequências quando se propõe a abordar a preservação efetiva de um bem histórico sem levar em consideração sua realidade, sua inserção social e também no tecido da cidade contemporânea. Devido à sua condição de suporte material da memória coletiva, perpetuando uma *continuidade* de uma dada sociedade (DE DECCA *in* CUNHA, 1992, p. 130), o monumento histórico conservado é, sem dúvida, um potente meio de consolidação de uma dada cultura, e é vital que a ação sobre ele seja orientada por uma extensa reflexão sobre esta problemática complexa, a fim de evitar cometer erros ou distorções historiográficas que possam comprometer definitivamente os exemplares singulares. Logo, a atuação sobre ele deve ser clara e consistente. Afinal, como bem alerta Eric Hobsbawm,

> Todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político. Eles devem estar atentos a esta dimensão de suas atividades (HOBSBAWM, 1997, p. 22).

CAPÍTULO 2

TURISMO CULTURAL E PATRIMÔNIO:
uma relação controversa

"As a visitable realm of solace,
nostalgia made the past 'the foreign country
with the healthiest tourist trade of all'."
(David Lowenthal)[64]

"Não interessam as tradições do local.
Interessa, ao contrário, trazer consigo o mundo em que essas pessoas vivem.
É um pouco como George Bush, da primeira vez que foi a Roma,
já na Presidência do país mais poderoso do mundo.
Levou toda sua comitiva para comer no McDonald's.
Em Roma, como os americanos."
(Walter Salles)[65]

A expansão do conceito de patrimônio veio acompanhada, também, pelo crescimento exponencial de seu público (CHOAY, 2001). Ao longo dos mesmos dois séculos em que o campo patrimonial se organizou, se consolidou e se ampliou, a prática de se deslocar para apreciar os sítios históricos e entrar em contato com culturas diversas também se afirmou e cresceu de forma descomunal. Hoje, o turismo, em suas múltiplas variáveis, se firmou como uma atividade econômica, social e cultural de enorme potência, e vem sendo inevitavelmente atrelado ao patrimônio cultural – o qual passa a ser visto muito além de um atrativo cultural, mas também como um importante insumo para a indústria do entretenimento, como pontua Carlos Fortuna (2012):

> A relação do património com o passado está hoje diretamente envolvida na discussão sobre o lugar da memória na sociedade contemporânea. A relação desse facto com a atividade turística é reveladora da centralidade que a dimensão histórica e cultural tem em certas tipologias do turismo moderno. Vivemos hoje seduzidos e verdadeiramente cercados pela memória coletiva, a sua objetivação e a sua narrativa. Muitas cidades turísticas contemporâneas devem precisamente à valorização do seu passado a

[64] "Como um reino de consolação visitável, a nostalgia fez do passado 'um país estrangeiro com o mercado turístico mais saudável de todos'". (LOWENTHAL, David. **The Past is a Foreign Country – Revisited**. New York: Cambridge University Press, 2015. Versão digital Kindle. p.37. Tradução da autora.)

[65] SALLES, Walter. **Os idiotas**. *Folha de São Paulo.* Coluna Opinião. São Paulo, 09 de fev. 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0902200609.htm. Acesso em outubro de 2014.

> importância que ostentam enquanto lugares de atração de visitantes num mercado internacional de elevada competitividade (FORTUNA, 2012, pp. 30-31).

Turismo e patrimônio estabelecem, portanto, uma dinâmica que se se alimenta mutuamente, atuando ao mesmo tempo como causa e consequência, contribuindo para que ambos os setores tivessem crescimento e ampliação vertiginosos nestas últimas décadas. No capítulo anterior, abordamos a expansão do campo patrimonial na sociedade contemporânea. Neste capítulo, analisaremos o mesmo processo no domínio do turismo cultural, suas relações e seu impacto na preservação do patrimônio histórico.

Nas últimas décadas, o patrimônio encontra expressividade e reconhecimento de sua importância não apenas em termos culturais, mas passa a abarcar também outros valores, como seu potencial rentável – e demonstra fazer parte importante de uma tendência de utilização da cultura como instrumento de desenvolvimento econômico (JACQUES, 2003, p. 32; CHOAY, 2001, pp. 210-213). "(...) Os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos" (CHOAY, 2001, p. 211). É o caso do patrimônio histórico vinculado à sua função de atração turística. Através de sua exploração econômica como mercadoria, o patrimônio vem sendo tratado como potencial econômico de desenvolvimento de cidades e países, que têm grande parte de sua renda gerada a partir da atração do turismo cultural, conforme comenta Dominique Poulot (2009):

> Atualmente, nas nossas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, sua interpretação, até mesmo sua simulação – daqui em diante, por dispositivos virtuais –, passam por ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional, em função do turismo e das práticas mercantis do saber e do lazer. Por todas essas razões, o patrimônio tornou-se o objeto de uma 'cruzada popular', de acordo com a expressão forjada por David Lowenthal. (POULOT, 2009, p. 200).

A associação entre turismo e patrimônio talvez seja a própria consequência inevitável de seu *status* como suporte de identidade e memória, potencializado pelo contexto contemporâneo de consumo de massa da cultura e da nostalgia. Embora haja inúmeros benefícios desta associação, são frequentes os problemas decorrentes tanto do fluxo de visitantes em dado local, quanto de ações sobre os bens patrimoniais que privilegiam um ideal voltado para o consumo e desconsiderem orientações, conceitos e diretrizes específicas ao

campo patrimonial[66], passando a serem orientados por outra lógica e prioridades – no caso, as de ordem econômica e mercadológica. Em alguns casos extremos, estas intervenções levam à destruição ou desfiguração do que se pretendia preservar, inviabilizando a continuidade de sua própria atividade[67]; em outros, não necessariamente menos severos, podem resultar em versões fantasiosas de um estado anterior idealizado ou mesmo de uma interpretação meramente cenográfica ou lúdica. O impacto do turismo sobre o patrimônio tem sido discutido há décadas, no entanto, o fenômeno vem se mostrando complexo e conflituoso, com grandes vantagens e desvantagens, acentuando problemáticas antigas no tocante à conservação em si (como, por exemplo, qual seria a abordagem ideal ou correta em bens construídos de valor histórico, tema de intenso debate desde o século XIX) e suscitando questões novas, decorrentes da atual conjuntura e de novos desafios à preservação do patrimônio a partir deste novo valor de uso que se consolida e se intensifica.

De acordo com Marc Boyer (2003, p. 16), pode-se definir turismo[68] como o "conjunto dos fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial", e é, portanto, um tipo de consumo diferenciado dos demais por se realizar em outro local e não visar à satisfação de necessidades humanas fundamentais. A Organização Mundial do Turismo (OMT[69]), entidade ligada às Nações Unidas, define o turismo de forma mais simplificada: "é o deslocamento de pessoas de seu domicílio cotidiano, por no mínimo 24 horas, com a finalidade de retorno" (OMT apud FUNARI e PINSKY, 2005, p. 7). São apenas definições genéricas, pois, segundo Barretto (2005, p.9), existem cerca de cem definições de turismo, dependendo da área de formação do autor – o que explicita, por si só, o caráter complexo e multidisciplinar do campo. O turismo pode ser motivado por uma infinidade de razões, desde o descanso e a diversão até por motivo de trabalho, de aprendizado ou aperfeiçoamento profissional, porém todas as modalidades têm em comum a implicação em contato humano e

---

[66] Algumas questões relativas a esta temática serão abordadas, adiante, no Capítulo 4.

[67] Casos de sítios como o Vale dos Reis, no Egito; ou as Cavernas de Altamira, na Espanha, dentre diversas outras localidades em situação similar. Estes locais têm rígido controle da quantidade de visitantes e chegaram, inclusive, a passar por períodos extensos completamente fechados para a visitação pública.

[68] De acordo com Marc Boyer (2003), a origem da palavra "turismo" advém do francês *tourisme*, que por sua vez deriva das *Tours* (do verbo *tourner*, "dar uma volta"), as viagens de estudo aristocráticas dos séculos XVII/XVIII. Heliana Comin Vargas (2016) reforça e vai além: "O termo 'turismo', derivado da palavra tour, traz, em sua origem etimológica, a matriz do radical latino *tornus*, do verbo *tornare*, cujo significado é 'giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida'" (in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 3).

[69] Em inglês, UNWTO – United Nations World Tourism Organization.

cultural com o "outro", a partir da experiência de estar em locais com hábitos e costumes diferentes. De acordo com Timothy e Boyd (2006),

> Como parte desta tendência durante o último quarto de século, a indústria em si e os especialistas que que a estudam começaram a compartimentar o turismo em subcategorias, ou tipos, reconhecendo que turismo e turistas não são um fenômeno homogêneo e indiferenciado. Ao invés disso, o turismo é um sistema complexo de oferta e demanda na qual os destinos fornecem produtos diferentes e o público viajante deseja experiências diversas (TIMOTHY e BOYD, 2006, p. 361, tradução nossa[70]).

Timothy e Boyd enumeram que dentre os tipos mais proeminentes de turismo – oficiais ou não - estão o ecotourismo ou turismo de natureza, turismo esportivo, turismo religioso, turismo de compras ou turismo de consumo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo sexual, turismo de praia e *resorts*, turismo de cruzeiros marítimos e turismo patrimonial[71] (esta última categoria estando normalmente classificada dentro do espectro mais amplo de turismo cultural). Embora estas práticas já existam muito antes de sua classificação taxinômica, o reconhecimento de cada tipo de turismo como específico o suficiente auxilia a compreender as demandas e dinâmicas próprias de cada tipo de deslocamento turístico, aprimorando abordagens de gestão, esquemas de divulgação, circuitos e operadores turísticos, cursos universitários, pesquisas e até mesmo periódicos voltados para cada categoria (TIMOTHY e BOYD, 2006, p. 361). Barretto (2015, p. 10) relata que o aprofundamento dos estudos nas últimas décadas levou ao desenvolvimento de mais de 200 modelos para compreender o turismo como sistema, divididos em diversas categorias, entre teóricos, de planejamento, gestão e predição. Percebe-se então a expansão e aprofundamento do conhecimento sobre o turismo nestas últimas décadas, visando ao aprimoramento das experiências do visitante e da gestão adequada dos locais visitados, com especial atenção à sustentabilidade da atividade. Como indústria ou atividade vista meramente como econômica, o turismo vem se sofisticando, articulando redes de serviços e operadores que fornecem infraestrutura para a atividade (hospedagem, transportes, alimentação, recreação, entre outros) com redes de divulgação e *marketing* cada vez mais sofisticados, além de incremento e aprofundamento dos estudos a seu respeito (URRY, 2016).

---

[70] No original, *"As part of this trend during the past quarter century, the industry itself and the specialists who study it have started to compartmentalise tourism into subcategories, or types, recognising that tourism and tourists are not homogeneous, undifferentiated phenomena. Rather, tourism is a complex system of supply and demand wherein destinations provide different products and the traveling public desires diverse experiences"* (TIMOTHY e BOYD, 2006, p. 362.).

[71] Em inglês é um termo frequentemente utilizado na literatura específica: *heritage tourism.*

Serrano, Bruhns e Luchiari (2000, p. 23), assim como Barretto (2015, p. 14) ressaltam, porém, que a visão do turismo apenas pelo ponto de vista comercial e econômico, estranho à academia, é predominante, o que leva a uma escassez de estudos científicos a respeito de seu funcionamento. Este paradoxo, segundo as autoras, faz com que se perpetue um círculo vicioso em que o turismo permanece como uma atividade marginal, não contando com os subsídios de estudos científicos sobre seu funcionamento, impacto e atores sociais para embasar um planejamento adequado das suas diversas modalidades. Laurajane Smith (2006, p. 42) reforça esta visão, afirmando que a literatura a respeito do turismo tende a abordar o tema primordialmente pela perspectiva do *marketing* e do consumo. Isto é visto pelos estudiosos das humanidades e das ciências sociais como "intelectualmente simplista" e, portanto, de pouca utilidade, o que compromete uma compreensão adequada e não-preconceituosa dos fenômenos relativos à relação entre o patrimônio e o visitante estrangeiro. Especificamente no tocante à arquitetura, às cidades e ao patrimônio histórico, Heliana Comin Vargas acrescenta que "(...) como disciplina ou como campo do saber (...), a Arquitetura e o Urbanismo não são explicitamente considerados no estudo do turismo, embora o patrimônio histórico e arquitetônico sempre se constituísse no atrativo turístico por excelência" (VARGAS in VARGAS; PAIVA, 2016, pp. 11-12). O turismo se desenrola em um espaço, primordialmente nas cidades, e a falta de interdisciplinaridade entre estes campos do saber podem, em parte, contribuir para exacerbar as tensões entre a preservação do patrimônio e a gestão turística dos sítios patrimoniais.

Para Funari e Pinsky (2005, p. 7), embora "turismo cultural" seja definido de forma estreita por muitos autores como o "deslocamento por motivos de estudo", isto não se dá, necessariamente, através do estudo formal – os autores reforçam que, de forma ampla, todo turismo é cultural, ao propiciar contato com outras manifestações culturais, que vão do ambiente em si (construído ou natural), ao idioma, sabores, cheiros, modos de vida, etc. No entanto, ressaltam que "o turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural" (FUNARI e PINSKY, 2005, p. 8), ou seja, algo particular de determinada comunidade, que faça parte do seu patrimônio cultural – compreendendo tanto suas expressões tangíveis e intangíveis. É interessante observar, segundo Barretto (2015, p. 22), que o turismo "de sol e praia", dominante a partir de 1950, vem entrando em declínio e sendo

substituído por uma versão contemporânea do espírito do *Grand Tour*[72], indicando uma reapreciação contemporânea pelas viagens com objetivos culturais.

No contexto contemporâneo, no entanto, muito se debate se há, de fato, uma "cultura turística", e até que ponto os viajantes estão realmente tendo contato com as particularidades locais, ou se a cultura vernacular está se tornando cada vez mais uniformizada e padronizada globalmente (CHOAY, 2001; FROLICH, 1993). Nas últimas décadas, diversas publicações e simpósios periódicos foram promovidos pelos organismos voltados à preservação patrimonial[73], em que são discutidos meios de gestão turística de sítios históricos, com o objetivo de mediar a experiência do turista ao significado cultural do local, ao mesmo tempo em que se procura mitigar os impactos negativos do turismo de massa em locais de materialidade mais delicada.

Entretanto, cabe ressaltar que a reflexão crítica proposta por este trabalho não pretende, de modo algum, vilanizar o turismo como atividade ou como campo do conhecimento. Primeiramente, trata-se de um esforço hipócrita e inútil, na medida em que atualmente a vasta maioria de nós somos turistas, eventuais ou habituais, mesmo que os destinos sejam regionais – e esta condição se expressa de forma avassaladora em números, como se verá no próximo tópico. O turismo faz parte do modo de vida moderno (URRY, 2016), e o apelo aos deslocamentos com objetivo de entrar em contato com paisagens, pessoas, culturas e locais diferentes do nosso cotidiano é cada vez maior e mais presente. "O lazer e o turismo são atualmente parte da cultura mundial e da economia internacional, perdendo apenas para a indústria do petróleo em termos" (FEILDEN, 1993, pp. 59-65). Os ganhos com a prática turística transcendem meramente os ganhos econômicos ou culturais (no sentido de aquisição de conhecimento), sendo compreendidos também pela ótica do desenvolvimento da cidadania, da consciência política e social e da construção ou transmissão de valores nacionalistas. Em algumas nações, o turismo a locais que remetem à memória de grandes eventos ou personagens nacionais é incentivado como uma ferramenta educativa[74] e cívica. De forma análoga, a própria

[72] O *Grand Tour*, viagens aristocráticas com objetivos culturais e educacionais nos séculos XVII e XVIII, será abordado com maior profundidade.no item 2.3.

[73] No âmbito dos órgãos internacionais e nacionais de patrimônio, a questão é frequentemente abordada, chegando a resultar em documentos específicos como a Carta do Turismo Cultural, de 1976, conforme será discutido adiante.

[74] Esta atividade de cunho patriótico é verificada em países com cultura, economias e perfis políticos os mais diversos, como são os casos dos Estados Unidos da América e da China, por exemplo.

experiência de visitação a locais diversos pode ser enriquecedor por alteridade: "O turista atento à cultura apreciará melhor seus interlocutores locais e seus costumes, aproveitará melhor seu lazer e poderá valorizar a diversidade cultural, contribuindo, desta forma, para a formação de uma cidadania mais crítica" (FUNARI e PINSKY, 2005, p. 11). Além disto, o contato com vestígios históricos e culturais, de outras ou da nossa própria civilização, induz à reflexão crítica do cidadão ao ponderar sobre sua própria história, com seus efeitos no presente e no futuro, e também o expõe às vozes de comunidades oprimidas, que não encontram espaço para manifestar sua cultura e sua história pelos meios tradicionais:

> [...] o desenvolvimento do turismo contribuiu para o reconhecimento e valorização de diversas manifestações histórico-culturais que, de certa forma, romperam com a ditadura de estereótipos reducionistas gerada, inclusive, pela historiografia "oficial". Na atual conjuntura pluralista, muitos defendem que o patrimônio das minorias finalmente encontra voz através do investimento da indústria turística, que auxilia na conservação e na projeção ao público que o desconhecia, configurando-se num "importante instrumento de conscientização social" (HENNING, 2007, p. 104).

Além destas vantagens, a argumentação frequente, inclusive nos documentos internacionais específicos do campo da preservação do patrimônio, como a Carta do Turismo Cultural (1976/1999[75]), as Normas de Quito ou a Resolução de São Domingos (1974), para citar apenas alguns – argumentação esta reforçada pelos números que serão expostos a seguir – é que o turismo é um meio de conservação dos monumentos, na medida em que não apenas pode gerar fundos para financiar as ações protetivas, geralmente bastante dispendiosas, como também desperta o interesse de diversos setores da população para a conservação destes monumentos. O fato é que "(...) a investigação sobre o turismo, e o turismo patrimonial em particular, tem se revelado uma janela muito produtiva para compreender a modernidade" (PORTER; SALAZAR, 2005, p. 362, tradução nossa[76]), em todas as suas contradições e complexidades. O conflito, segundo Porter e Salazar (2005), permeia toda a literatura que vem se dedicando a estudar esta temática justamente por suas possibilidades de análise e compreensão da sociedade contemporânea, mesmo que não seja um fenômeno necessariamente

[75] A Carta do Turismo Cultural foi produzida após seminário específico sobre o tema (Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo) realizado em Bruxelas, em 1976. Em 1999, foi atualizada, considerando mudanças significativas no entendimento do patrimônio cultural para além da sua dimensão material. Estas questões serão aprofundadas adiante, em seção específica sobre as Cartas Patrimoniais relativas ao turismo.

[76] No original: "*(...)the investigation of tourism, heritage tourism in particular, has shown itself to be a most productive window in understanding modernity"* (PORTER; SALAZAR, 2005).

inerente ao turismo patrimonial em si mesmo – e certamente não é verificado em todos os locais, ou com o mesmo nível de incidência.

Contudo, as análises compiladas nesta pesquisa, mesmo que não se apliquem diretamente ao objeto de estudo em questão – o centro histórico de São Francisco do Sul, que será analisado no Capítulo 3 –, certamente auxiliam a compreender o olhar contemporâneo sobre as relações entre patrimônio e turismo, uma vez que esta relação permeia as intervenções realizadas e orienta as práticas do Programa Monumenta, do IPHAN, que atuou no município. De certa forma, as práticas de espetacularização do patrimônio se refletem, em maior ou menor grau, na concepção dos projetos e nas diretrizes e políticas de preservação no contexto do programa, como se verá no final deste capítulo.

Em um contexto em que o turismo cultural, como fenômeno de consumo de massa, em sítios reconhecidos como patrimônio não parece ter alcançado ainda seu ápice – pelo contrário, está ainda em franco crescimento, as intervenções nos bens patrimoniais (autênticos ou fabricados) vêm se tornando a cada dia mais elaboradas e diversificadas. Desconsiderar o enorme potencial econômico desta manifestação cultural que se consolida como atrativa para a sociedade capitalista contemporânea, é impossível e até mesmo contraproducente – mas reconhecer e compreender este fenômeno é essencial para que se atue no campo buscando equilibrar as diversas forças, valores e interpretações, estejam elas em sintonia ou em disputa, sem sacrificar sua historicidade e natureza prioritariamente cultural.

2.1. Turismo em números

A expansão da preservação do patrimônio cultural, discutida no capítulo anterior, vem de encontro com outros dados que apresentam crescimento exponencial: os da indústria do turismo, consolidando o fenômeno que Marc Boyer (2003) chama de *revolução turística*, a partir do pós-guerra. Nezar Alsayyad (2001) afirma: "O século vinte tem sido o século de viagem e turismo (...) Enquanto viagens ao redor do mundo têm se elevado a níveis sem precedentes, o número de turistas visitando certo países e cidades em um dado ano frequentemente excede os números das populações destes lugares" (ALSAYYAD, 2001, p.1, tradução nossa[77]). Adiante, o autor continua: "Enquanto o século XXI se desenrola, pessoas de cada classe e proveniente de todos os países estarão vagando para toda parte do planeta. Essa é, certamente, uma era de viagens em uma escala global." (ALSAYYAD, 2001, p. 1, tradução nossa[78]).

Os números divulgados pelas diversas agências que analisam o fluxo de pessoas para fins turísticos corroboram esta percepção. De acordo com os dados globais mais recentes, divulgados no Relatório Anual de 2017 da Organização do Turismo Mundial das Nações Unidas[79], a indústria turística fechou mais um ano com crescimento recorde:

> 2017 foi um ano recorde para o turismo internacional. As chegadas turísticas internacionais cresceram pelo oitavo ano consecutivo, uma sequência de crescimento ininterrupto que não registrada desde a década de 1960. Os destinos ao redor do mundo receberam 1.323 milhões de chegadas turísticas internacionais, cerca de 84 milhões a mais que em 2016 (OMT, 2018, p. 10, tradução nossa[80]).

Segundo dados da OMT, a indústria turística é a terceira categoria exportadora mundial, atrás apenas da indústria petroleira e química, e à frente das indústrias automotivas e alimentícias (OMT, 2016, p. 2). Nos casos específicos de diversos países, como Ilhas Seychelles,

---

[77] No original: *"The twentieth century has been the century of travel and tourism (...) As travel around the world has risen to unprecedented levels, the number of tourists visiting certain countries and cities in a given year often exceeds the numbers of those places' native populations"* (ALSAYYAD, 2001, p. 1).

[78] No original: *"As the twenty-first century unfolds, people of every class and from every country will be wandering to every part of the planet. This is indeed an age of voyaging on a global scale"* (idem).

[79] A Organização Mundial do Turismo, pertencente às Nações Unidas, compila e divulga anualmente os dados coletados sobre o fluxo turístico em relatórios anuais disponíveis para download no sítio da organização, disponível em: http://www2.unwto.org/. Acesso em abril de 2019.

[80] No original, "*2017 was a record year for international tourism. International tourist arrivals grew for the eighth consecutive year, a sequence of uninterrupted growth not recorded since the 1960s. Destinations worldwide welcomed 1,323 million international tourist arrivals, some 84 million more than in 2016"* (OMT, 2018, p. 10).

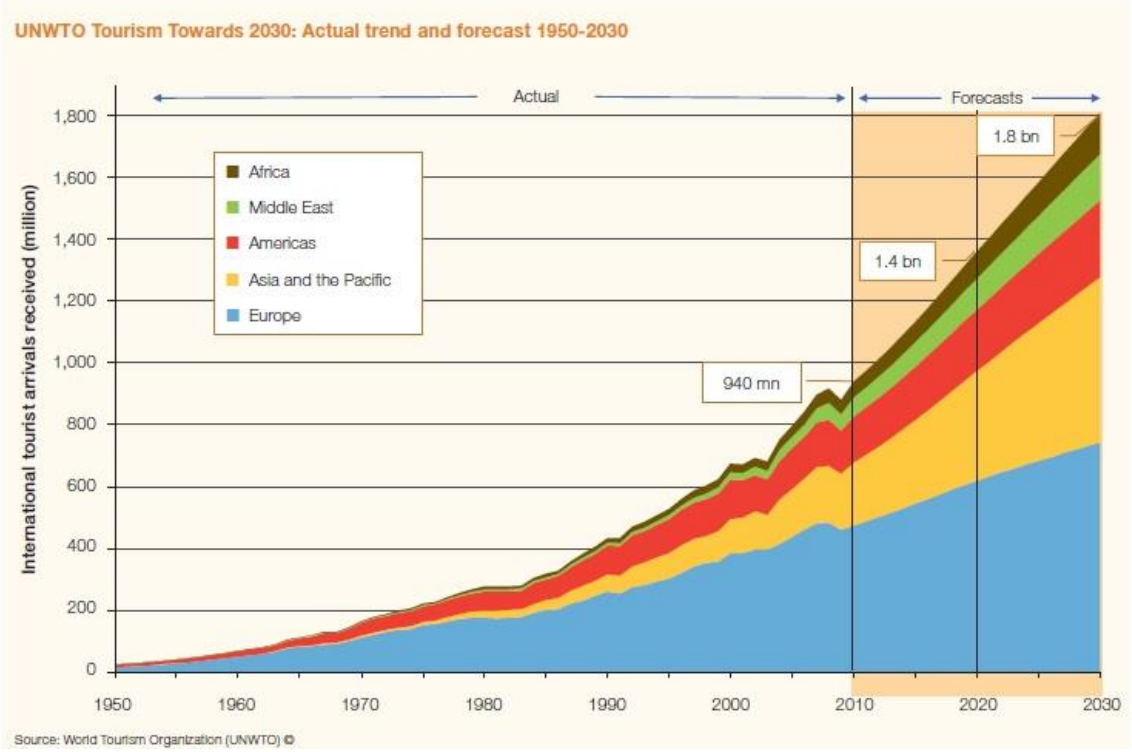
Camboja e Tailândia, é o turismo a principal atividade econômica, chegando a compor até 20% do PIB, segundo reportagem da revista Exame[81]. Há comunidades inteiras, conforme Alsayyad, cujas atividades econômicas são destinadas a atender integralmente ao "outro" durante o ano todo (ALSAYYAD, 2001, p. 3). Em 2015, segundo dados da OMT, foram 1.186 bilhão de chegadas turísticas, gerando uma renda de cerca de US$1,5 trilhões, no sexto ano consecutivo de crescimento. Em 2017, os dados divulgados pela OMT bateram a marca de 1.323 bilhão.

O crescimento notável verificado confirma as previsões otimistas: em 2016, no relatório *Tourism Highlights – 2016 edition* da OMT[82], divulgou-se os resultados do estudo *UNWTO Tourism Towards 2030.* Este estudo é um projeto de pesquisa amplo e multifatorial, parte de um esforço da OMT desde 1990, que resultou em projeções quantitativas para o turismo internacional ao longo de um período de 20 anos, com 2010 sendo o ano-base. Este estudo substituiu o anterior, *Tourism 2020 Vision*, que se consolidou como referência mundial para previsões do turismo internacional. Os resultados do estudo *Tourism Towards 2030* apontaram para um crescimento previsto de 3,3% por ano, entre 2010 e 2030. Em números absolutos, previu-se que o número de chegadas internacionais crescesse em média 43 milhões por ano, quase dobrando o número de 28 milhões de chegadas que aumentaram entre 1995 e 2010. Entre 2008 e 2017, a OMT afirmou que mais 393 milhões de pessoas viajaram internacionalmente por razões turísticas (OMT, 2018, p. 11). Assim, neste ritmo de crescimento projetado, indica-se que as chegadas turísticas internacionais atinjam 1,4 bilhões em 2020, e alcancem 1,8 bilhões em 2030 (OMT, 2016, p. 14). Os registros, porém, como se verifica no relatório de 2017, reforçam que o crescimento tem sido ainda maior do que a média de 4% ao ano prevista – em 2017, consistiu em um crescimento de 7% em relação ao ano anterior (OMT, 2018, p. 11). Este crescimento exponencial se verifica em todos os continentes, como se vê no gráfico a seguir.

[81] De acordo com artigo publicado na revista Exame, os 15 países cuja economia mais dependem do turismo são, em ordem: Ilhas Seychelles, Cabo Verde, Malta, Ilhas Maurício, Barbados, Camboja, Montenegro, Tailândia, Gâmbia, Hong Kong, Marrocos, Jamaica, Tunísia e Malásia. CALEIRO, João Pedro. Os 15 países que mais dependem do turismo (mais o Brasil). **Exame**, Caderno Economia, 07 maio 2015. Disponível em: https://exame.abril.com.br/economia/os-15-paises-que-mais-dependem-do-turismo-mais-o-brasil/. Acesso em: março 2018.

[82] Disponível em: http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284418145. Acesso em abril 2019.

Gráfico 1 – Tourism Towards 2030 – Tendências reais (até 2010) e previsões (*forecasts*) até 2030



Fonte: OMT, 2016, p. 14.

No relatório mais recente da OMT, de 2017, registra-se que região mais visitada é a Europa, com 671 milhões de chegadas de turistas internacionais, apresentando um aumento de 8% em relação a 2016. A Ásia Pacífica é a segunda região mais visitada, com 324 milhões de turistas em 2017, seguida pelas Américas (207 milhões), a África (63 milhões) e o Oriente Médio (58 milhões). Todas as regiões apresentaram índices de crescimento em relação ao ano anterior, variando entre 3% e 9% (OMT, 2018, p. 12). Dentre estes destinos, destacam-se cidades cujos maiores atrativos estão em sua cultura e história.

Para se compreender o impacto massivo do influxo de turistas em cidades atrativas, é interessante chamar a atenção para os dados compilados e apontados por Susana Gastal:

> Hoje, há grandes contingentes humanos visitando cidades como Porto, em Portugal; Veneza, na Itália; ou Barcelona, na Espanha, para ficarmos apenas em alguns destinos turísticos icônicos. Nelas, o número de turistas já em 2012 extrapolava ao da população local: em Veneza, com 60 mil habitantes, seriam 12 milhões de turistas/ano; no Porto, com 240 mil habitantes, e Barcelona, com cerca de 1,7 milhões, haveria, respectivamente, um milhão e sete milhões de turistas/ano (GASTAL in VARGAS; PAIVA, 2016, p. xi).

De acordo com relatório produzido pelo World Travel & Tourism Council (WTTC), de 2018, o setor turístico já corresponde a 10,4% do PIB mundial e emprega 313 milhões de pessoas, ou o correspondente à 9,9 do total de empregos mundiais em 2017 (WTTC, 2018), constituindo um dos anos mais expressivos em termos de crescimento do PIB mundial.

No caso do Brasil, o país figura em 28º lugar, segundo o *ranking* do Forum Econômico Mundial (WORLD ECONOMIC FORUM[83]), com 6,3 milhões de chegadas em 2015, e gerando uma renda total aproximada de US$5,8 milhões. No Anuário Estatístico de Turismo de 2019, referente ao ano de 2018, divulgado pelo Ministério do Turismo, consta que 6.621.376 turistas internacionais desembarcaram no país. Em 2017, o número era ligeiramente menor: 6.588.770. Destes turistas, a maioria provém da América do Sul (4.050.598), com a esmagadora maioria consistindo de argentinos, seguida por turistas europeus (1.460.740), a maior parte dos quais franceses e alemães (BRASIL, 2019, pp. 9-10). Os norteamericanos, sobretudo os estadunidenses (538.532), são o segundo grupo mais numeroso de visitantes (8,1%), atrás apenas dos argentinos, com 2.498.483 visitantes em 2018, correspondendo a 37,7% do total (BRASIL, 2019, p. 302). Os meses de pico de visitação estrangeira são dezembro, janeiro e fevereiro, denotando a nossa vocação primordial para turismo de sol e praia – em 2017, 58,8% vieram ao país por motivos de lazer (BRASIL, 2018, p. 305). Segundo o WTTC, a contribuição total do setor de viagens e turismo ao PIB brasileiro foi de 7,9%, com previsão de crescimento de 2,5% para o ano de 2018. Em termos de empregabilidade, o relatório do WTTC (2018) indica que em 2017 mais de 6,5 milhões de empregos foram ofertados no setor de viagens e turismo no país, correspondendo a 7,3% dos empregos totais. Os relatórios indicam que a maior parte da receita gerada pelo setor é vinculada ao turismo de lazer (87,9%), enquanto que turismo de negócios corresponde a 12,1%. Quanto ao perfil do consumo turístico no país, este é majoritariamente doméstico (94,3%), com baixa presença de turistas estrangeiros (apenas 5,7% do consumo turístico), dados que se equiparam com os divulgados pelo Ministério do Turismo. Diante do potencial do país e de suas dimensões continentais, causa espanto o baixo fluxo de turistas estrangeiros no Brasil: de acordo com dados recentes da OMT, segundo reportagem publicada no portal de notícias da Deutsche Welle,

[83] De acordo com o relatório Travel and Tourism Competitiveness Report 2015, disponível em: https://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2015/index-results-the-travel-tourism-competitiveness-index-ranking-2015/. Acesso março de 2017.

> Enquanto as chegadas de turistas estrangeiros cresceu 7% no mundo em 2017 em comparação ao ano anterior, a maior alta desde a crise financeira mundial de 2008, o turismo no Brasil aumentou somente 0,6% no mesmo período, segundo a UNWTO. Segundo especialistas, entre os principais motivos para um país com tanta diversidade de destinos "patinar" no turismo mundial estão as manchetes negativas no exterior; a pouca divulgação internacional; a falta de preparo e infraestrutura para receber os estrangeiros e o alto custo da viagem (DEUTSCHE WELLE, 2019, online[84]).

Contudo, mesmo diante do fluxo baixo de turistas internacionais no país (menor, segundo a reportagem, que a visitação anual de cidades como Osaka, no Japão), os números totais tabelados pelo Anuário Estatístico de Turismo no Brsail (BRASIL, 2019, p. 305) apontam um crescimento: segundo do Ministério do Turismo, em 1970, somente 249.900 turistas estrangeiros vieram ao Brasil. Em 2009, os dados já indicavam 4.802.217 visitantes. Nos últimos dez anos, o crescimento tem sido constante, a despeito do corte drástico de investimentos públicos no setor (DEUTSCHE WELLE, 2019, online). Em junho de 2019, o Ministério do Turismo divulgou os dados do Anuário Turístico referente ao ano de 2018, destacando um crescimento de 0,5% em relação a 2017. Onze estados brasileiros tiveram crescimento expressivo de visitas de estrangeiros: Pernambuco, Minas Gerais e Ceará foram os estados com aumento mais expressivo de visitantes (BRASIL, 2019). Apesar disto, o Brasil ocupa uma posição alta quanto à contribuição ao PIB mundial no setor: 11º lugar, com US$163 bilhões, figurando atrás apenas do México na América Latina (cuja média de contribuição ao PIB mundial no setor é de US$18,4 bilhões). Os motivos para esta expressiva contribuição é o grande fluxo de turistas brasileiros consumindo no exterior. Em artigo publicado no *website* do Ministério do Turismo em 2018, consta a informação que o Brasil

> (...) está entre os 25 países que mais gastaram com turismo em 2017. O país foi responsável por injetar US$ 19 bilhões na economia mundial no ano passado, US$ 5 bilhões a mais que em 2016, quando os gastos de turistas brasileiros que visitaram cidades estrangeiras eram de US$ 14,5 bilhões. O aumento colocou o Brasil na 16ª posição no ranking global, acima de países como Japão, Suíça, Índia e Emirados Árabes (MINISTÉRIO DO TURISMO, online[85]).

O crescimento em números absolutos de turistas internacionais aqui no Brasil também é exponencial, seguindo, embora de forma mais tímida, a tendência mundial. Na tabela de

---

[84] CAULYT, Fernando. O que afasta os turistas estrangeiros do Brasil? **Deutsche Welle: Brasil**. [s.l.]. 16 fev. 2019. Disponível em: https://p.dw.com/p/3DIZq. Acesso em: ago. 2019.

[85] OLIVEIRA, Nayara. Brasil está entre os que mais gastam com turismo internacional. **Ministério do Turismo.** Brasil. Brasília, 25 de Abril de 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11272-brasil-est%C3%A1-entre-os-que-mais-gastam-com-turismo-internacional.html. Acesso em: ago. 2019.

Turismo Receptivo disponível no Anuário Estatístico de Turismo (2018, p. 203), vê-se que em 1970 o número total de turistas registrados foi de 249.900. Já em 2017, registraram-se 6.588.770 visitantes estrangeiros, totalizando um crescimento de 2.536% no intervalo dos 47 anos registrados.

Como pudemos observar nos dados enumerados anteriormente, o fenômeno do crescimento exponencial do turismo é global e relativamente recente, datando de, no máximo, meio século e acentuando-se nas últimas décadas – evidentemente relacionando-se com a expansão da globalização e das facilidades de acesso à informação do local a ser visitado, disponibilidade maior dos meios de transporte e crescente capacitação e infraestrutura voltada ao recebimento do "outro". Os impactos econômicos do turismo mencionados anteriormente têm atraído o interesse de gestores e comunidades e, em alguns casos, chega a se tornar a principal fonte de receita de muitas localidades – até cerca de 50% do Produto Interno Bruto (NADAL, 2017), dependendo da natureza do seu potencial atrativo.

2.2. Origem e evolução do turismo cultural e patrimonial

Muitas vezes tida como controversa, a relação entre turismo e a preservação do patrimônio é intrínseca e antiga – segundo Timothy e Boyd (2006), é certamente uma das motivações de viagens mais comuns e notáveis. Já se percebe a valorização de determinadas construções e paisagens culturais desde a Antiguidade, quando viajantes como Pausânias (110-180) registravam as ruínas, edificações e localidades do glorioso passado grego em textos como "Descrição da Grécia"[86] (publicado *circa* 160-176). Mais tarde, durante o Renascimento, os artistas e intelectuais que afluíram para a Florença e Roma para documentar as edificações em ruínas, ou os estudiosos que iam até Atenas para fazer o mesmo no século XVIII, deixavam claro em seus textos e relatos a reverência que tinham pelas relíquias das grandiosas civilizações do passado, as quais foram, inclusive, as primeiras a sofrer intervenções com o intuito de restaurá-las e conservá-las para as gerações futuras. Estas intervenções tinham objetivo cultural e não apenas utilitário, como se costumava fazer em reabilitações anteriores ao Renascimento (JOKILEHTO, 1986).

Logo, pode-se afirmar que o turismo cultural, como atividade social, econômica e também cultural, nasceu justamente em torno dos bens patrimoniais. Entretanto, como atividade, o turismo é "produto da sociedade capitalista industrial" (RODRIGUES in FUNARI e PINSKY, 2005, p. 15) e passa a ocorrer de forma organizada a partir do século XVII, como um privilégio aristocrático – principalmente em função do avanço na tecnologia dos transportes, que permitia e facilitava o deslocamento pelo espaço, notadamente com a invenção da máquina a vapor, no século XVIII (VARGAS in VARGAS; PAIVA, 2016, p.4; MENESES, 2006). O contexto da industrialização, ao substituir gradativamente o tempo orgânico pelo tempo dividido entre tempo de trabalho e tempo de lazer, dá início à ideia da viagem por lazer como fenômeno social, configurando fluxos com origem e destinos específicos, e não como excentricidade de um ou outro viajante isolado (SALGUEIRO, 2002).

[86] Há diversos trechos em que Pausânias descreve minuciosamente ruínas e edificações, inclusive fazendo apologia de sua preservação para as gerações futuras. O texto "Descrição da Grécia", em dez livros, é disponível online em inglês, a partir da tradução de W. H. S. Jones, no portal Theoi Project. Disponível em: http://www.theoi.com/Text/Pausanias1A.html. Acesso em fevereiro de 2017.

Na passagem dos séculos XVII e XVIII, a *Tour* ou *Grand Tour* é uma das atividades que assinalam a prática de viagem com fins culturais, quando jovens europeus[87] das classes mais abastadas, ao fim de seus estudos formais, viajavam para os locais onde floresceram as grandes civilizações antigas, principalmente os romanos e mais tardiamente os gregos, a fim de realizar estudos das relíquias artísticas e arquitetônicas ou simplesmente para se inspirar diante da presença de vestígios de tão grandiosas civilizações. Os *grand tourists* eram, segundo Valéria Salgueiro,

> (...) o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes (SALGUEIRO, 2002, p. 291).

As viagens duravam de seis meses a dois anos (BOYER, 2003, p. 22) e, como resultado, uma profusão de textos eram produzidos, em forma de diários de viagem, levantamentos inéditos e descrições de relíquias arquitetônicas e cidades antigas. A partir deste contato, estes jovens poderiam perpetuar a cultura clássica, muito apreciada no período, em que vigorava o Neoclassicismo nas artes. Nos séculos XVIII e XIX, este interesse pela história da arte e do conhecimento se amplia[88], tanto em termos de outros períodos e linguagens artísticas (como, no caso da arquitetura, a atração pelo gótico – resultando em outro "*-neo*", o neogótico, a partir do encanto dos românticos pela Idade Média), como também se estende ao interesse por culturas "exóticas", tornadas mais próximas pelo colonialismo europeu. No campo específico do patrimônio, é essencial destacar que autores essenciais para o surgimento do debate especializado realizaram, também, viagens culturais de estudos a diversas localidades europeias, como a Itália e os Alpes. É o caso de Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc e John

---

[87] Valéria Salgueiro destaca que, embora entre os *grand tourists* figurassem alemães e franceses, o fenômeno era essencialmente inglês. Além disto, a autora destaca que inicialmente, no século XVII, o fenômeno era restrito à aristocracia (especialmente o *gentry* britânico), se estendendo, porém, no século XVIII, aos "filhos da classe média urbana melhor situada" (SALGUEIRO, 2002, p. 292).

[88] É interessante contextualizar, neste período, a profusão de estudos de história da arte e da arquitetura publicados no período, com especial destaque à contribuição de Johann Joachim Winckelmann, autor do livro "História da Arte Antiga", publicado em 1764. Por esta obra, é considerado por muitos autores o "pai da história da arte" e da estética. Além dele, outros autores também se destacaram com seus estudos de arquitetura histórica no período, como Le Roy, James Stuart e Nicholas Revett, Johann W. von Goethe, Tobias Smollet, Richard Payne Knight, dentre outros. Ver: GALÉ, Pedro Fernandes. **Winckelmann:** uma história da arte entre a norma e a forma. 2016. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Ver também SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 22, n. 44, p.289-310, 2002. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882002000200003.

Ruskin, os quais, a partir de seus estudos aprofundados sobre história da arquitetura, principalmente voltados ao campo então inédito da arquitetura medieval, embasaram reflexões e diretrizes basilares para a prática da preservação do patrimônio no período (MENEGUELLO, 2008, p. 224).

O turismo aristocrático, de estudos ou de lazer[89], se estende por capilaridade às outras camadas sociais, a partir do final do século XIX, principalmente através da ação de empreendedores como Thomas Cook e de conquistas trabalhistas como o direito às férias. O acesso cada vez mais fácil aos novos meios de transporte diminuíam as restrições de tempo e espaço, e os trabalhadores também puderam ter acesso às viagens de lazer (BOYER, 2003, p. 8), em geral buscando repetir os mesmos destinos turísticos que se consolidaram com as classes mais abastadas. Desde este primeiro momento, eram os destinos culturais os preferidos dos turistas: cidades como Paris, Roma, Veneza, dentre outras, povoavam o imaginário dos viajantes e conhecer tais localidades era símbolo de status e refinamento cultural. Assim, principalmente a partir do período do pós-guerra, o turismo se tornou progressivamente mais acessível e atraente para grande parte da população (RODRIGUES in FUNARI e PINSKY, 2005, p. 15). O turismo chamado "de massa" começa a dominar o cenário, impulsionado pelos meios de comunicação de massa, a popularização dos automóveis, o surgimento das hospedagens econômicas. Embora existam controvérsias quanto a este termo, de acordo com Boyer (BOYER, 2003, p. 19) pois há um grande contingente populacional e regional que ainda não tem acesso ao turismo, é inegável o volume e o crescimento exponencial que esta indústria teve nas últimas décadas, conforme assinalado anteriormente, a partir da análise das estatísticas registradas.

2.2.1. O advento do turismo de massa e a turismofobia

Na década de 1970, com a ascensão do setor terciário (ou seja, o setor de serviços, em relação ao setor industrial) no cenário econômico, atividades como o turismo passam a florescer com maior fôlego. Segundo Vargas (in VARGAS; PAIVA, 2016, pp. 7-8), a sociedade pós-

[89] As viagens de lazer surgem também no contexto da industrialização, quando há a distinção entre o tempo voltado ao trabalho e ao não-trabalho, principalmente entre as classes mais abastadas. Como forma de distinção social, a burguesia inglesa se dirigia aos balneários do sul da França, no verão, ou às estações de esqui nas montanhas dos Alpes, durante os meses de inverno (BOYER, 2003).

moderna, ou pós-industrial, daria lugar a uma variedade imensa de produtos e diversidade de estilos de vida, em contraponto à homogeneidade e padronização típicas da sociedade industrial anterior. Ao mesmo tempo, a economia passa a tolerar o conceito do ócio e do lazer, desde que incorra em alguma forma de consumo. Deste modo, determinados serviços – entre eles, o turismo – são alçados à nova condição de mercadoria. Segundo Vargas:

> O apelo à prática esportiva e à realização de atividades de lazer das mais variadas formas, a busca da emoção e do prazer gastronômico, da elevação do nível cultural e da informação pela visitação e participação em eventos e o desejo de contatos sociais fornecem à atividade turística os insumos para que ela se torne uma grande indústria motriz e se constitua em um dos pilares da pós-modernidade (VARGAS in VARGAS; PAIVA, 2016, pp. 7-8).

Nesta conjuntura, o turismo cultural passa a ser visto e compreendido como uma significativa atividade econômica e de desenvolvimento de cidades e regiões. Naturalmente que, diante do reconhecimento deste potencial econômico ainda em franca capacidade de se desenvolver, e do crescente interesse do público em viajar para visitar sítios históricos, passou-se a identificar, registrar, preservar e promover os bens culturais tangíveis e intangíveis até nos lugares mais improváveis, onde estas questões até então nunca foram consideradas. Antes restritos a um público diminuto, local, o patrimônio nacional e os monumentos históricos se veem como objeto de interesse de um público cada vez maior e mais diverso, configurando o turismo de massa.

> Até fins de 1960 e 1970, houve um impulso crescente em duas áreas da prática patrimonial. Uma delas é o crescimento marcado do turismo patrimonial (...) O consumo de massa do turismo patrimonial se tornou um fenômeno econômico e cultural em meados de 1970, quando o interesse público em patrimônio e história aumentou (SMITH, 2006, p. 25, tradução nossa[90]).

Festas "típicas" são divulgadas ostensivamente ou ressurgem com novo fôlego, a culinária e as tradições locais são disseminadas, a paisagem urbana é revitalizada, edificações isoladas recebem tratamento de "cartão postal da cidade", e roteiros no patrimônio natural são divulgados com o objetivo de atrair visitantes. Segundo Ricardo Alexandre Paiva (in VARGAS;

[90] No original, em inglês: "*By the late 1960s and 1970s, there was an increasing momentum in two areas of heritage practice. One was the marked increase in heritage tourism. (...) mass consumption of heritage tourism became a significant economic and cultural phenomenon by the mid-1970s as public interest in heritage and history increased*" (SMITH, 2006, p. 25).

PAIVA, 2016, p. 37), neste contexto histórico específico[91], as práticas econômicas dominam toda a produção social como mercadoria: "(...) na pós-modernidade, o consumo adquire um status hegemônico na medida em que determina não somente a produção de bens, mas eleva quase tudo à condição de mercadoria, inclusive o espaço". Neste âmbito, o turismo ocupa uma posição de destaque, configurando-se como uma indústria motriz na sociedade do consumo, em que todos os aspectos da cultura humana, tangíveis e intangíveis, são passíveis de serem mercantilizados (PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, pp. 37-38) e, muitas vezes, passam a tornar-se fruto de manipulações discutíveis diversas, atendendo ao seu apelo mercadológico.

> Inflado por técnicas promocionais, o patrimônio tornou-se, nas últimas décadas do século XX, um importante insumo para a nova indústria do turismo associada ao entretenimento; e, em consequência do seu sucesso de público e do aumento da demanda, tornou-se também uma condição que agrega valor econômico e, com seu poder simbólico, constrói poderosas imagens publicitárias. (SANT'ANNA, 2004, p. 20).

Neste período, iniciam-se os primeiros estudos problematizando a relação entre turismo e patrimônio, em geral, denunciando seus problemas: "Os estudos sociológicos realizados por volta de 1960 [que] versaram, em sua maior parte, sobre os efeitos negativos do turismo, constituem a chamada *plataforma de ataque*[92]" (BARRETTO in SERRANO, BRUHNS e LUCHIARI, 2000, p. 26). Esta tendência se intensifica na década de 1980 e persiste até hoje, quando as questões relativas à massificação e padronização dos espaços, à invenção de tradições e cenarização dos sítios históricos, ao uso excessivo de turistas, à vandalização dos espaços, e à relação tumultuada de turistas com as comunidades nativas e suas consequências, como a gentrificação[93], começam a se impor com maior força no debate sobre o tema. Algumas destas questões serão analisadas mais detalhadamente adiante neste capítulo.

---

[91] A relação contemporânea entre patrimônio como mercadoria e o turismo como consumo será retomada logo adiante, no item. 2.3.

[92] Em contraponto, segundo a autora, a *plataforma de defesa* consiste nos estudos que enfocam o legado positivo do turismo, como "a preservação de áreas históricas ou naturais para atrair turistas, assim como no enriquecimento do repertório de informações das comunidades" (BARRETO in SERRANO, BRUHNS e LUCHIARI, 2000, p. 26).

[93] *Gentrificação* é um termo de origem inglesa (*gentry*, que remete às classes sociais privilegiadas) que designa os processos de *enobrecimento urbano*, em que regiões da cidade sofrem inflação nos preços imobiliários e no custo de vida, levando à substituição forçada de seus moradores anteriores por outros de classe mais alta. O termo surge pela primeira vez no trabalho da socióloga inglesa Ruth Glass, em 1964, e popularizou-se a partir da década de 1980, quando constatou-se que a gentrificação é consequência comum de intervenções e melhorias urbanas. A expulsão dos moradores pode ser indireta (devido à insustentabilidade de moradia e trabalho na região, em decorrência da alta do custo de vida) ou direta, através de remoções e compra de imóveis destinados a aluguel. Ver também: LEITE, 2007, p. 61 e segs.

Atualmente, as tensões entre a comunidade nativa e o intenso fluxo de turistas em cidades atrativas na Europa vem aumentando progressivamente, com destaque na mídia internacional. A *turismofobia*[94] vem se expandindo com força em diversas cidades e localidades intensamente visitadas na Europa e na Ásia, como Veneza, Barcelona, Amsterdã e as ilhas da Tailândia. De acordo com reportagem publicada no jornal *The Independent* em 2017, o Diretor Executivo de Marketing da cidade de Amsterdã, Frans van der Avert, deu a seguinte declaração no Forum Mundial de Turismo realizado em Lucerne em maio do mesmo ano:

> As cidades estão morrendo pelo turismo. Ninguém viverá mais nos centros históricos. Muitas das cidades históricas menores na Europa estão sendo destruídas pelos visitantes. Não gastaremos nem um euro a mais na comercialização de Amsterdam. Não queremos ter mais gente. Queremos elevar a qualidade dos visitantes, queremos pessoas que estejam interessadas na cidade, não que a queiram somente como pano de fundo para uma festa. Vemos muitos visitantes sem respeito pelo caráter da cidade. (AVERT in NADAL, 2017; COFFEY, 2017).

Dentre as principais críticas feitas ao turismo de massa, estão a gentrificação causada, em parte, pelo aumento vertiginoso dos aluguéis em decorrência da compra de imóveis em áreas históricas para destiná-los à recepção de turistas, principalmente por meio de aplicativos de locação de imóveis como o Airbnb[95], o que encarece o custo de vida para os aluguéis de longa duração para a população local, inviabilizando sua permanência no local e alterando as dinâmicas e aparência dos bairros. A cidade de Barcelona, por exemplo, verificou em 2017 que o aluguel turístico, de curta duração, chegou a ser até quatro vezes mais rentável que o aluguel convencional (BLANCHAR; PELLISSER, 2017), o que levou à preferência por aquela forma de locação – e o consequente esvaziamento de regiões da cidade de moradores, com uma boa parte das residências sendo ocupadas por fluxos de turistas. Recentemente, diversas das principais cidades europeias, incluindo Paris e Berlim, vêm discutindo meios de controlar ou restringir os

---

[94] De acordo com uma série de reportagens recentes publicada em jornais internacionais. Ver: BLANCHAR, Clara; PELLICER, Lluís. Turismofobia: a cara menos amável de uma indústria bilionária**. El País**. Caderno Economia. Barcelona, s/p. 28 maio 2017.
Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/27/economia/1495908161_850351.html>. Acesso em: 10 maio 2018.
NADAL, Paco. Nove lugares que odeiam os turistas. **El País**. [s.l.], 4 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/elviajero/1496315476_605835.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM> . Acesso em: 10 maio 2018.
COFFEY, Helen. Eight places that hate tourists the most. **The Independent**. [s.l.], 15 maio 2017. Indy/life. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/travel/news-and-advice/places-hate-tourist-the-most-countries-ban-visitors-venice-thailand-amsterdam-japan-onsen-santorini-a7733136.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

[95] Fundado em 2008, o *Airbnb* é um aplicativo que provê um serviço comunitário para que as pessoas anunciem, reservem e se hospedem em acomodações privadas. A transação é mediada pelo aplicativo, porém a negociação e a cobrança de tarifas diárias é estipulada diretamente entre o proprietário e o turista. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/. Acesso em maio 2019.

aluguéis mediados por aplicativos, aplicando penalidades e buscando regulamentar o serviço – incorrendo em inéditas situações jurídicas internacionais[96]. Diversas municipalidades vêm tentando criar políticas de controle de acessos de turistas, com aplicação de taxas e regulamentação dos serviços turísticos, buscando garantir a manutenção da vitalidade tradicional da cidade e a própria sustentabilidade do serviço turístico.

Além disto, o custo de vida nas cidades intensamente visitadas tende a aumentar em épocas de temporada, e atividades essenciais para a vida cotidiana, como transporte e acesso a serviços e comércio, se tornam inviabilizadas pelo imenso fluxo de usuários. A turismofobia, ou repulsa pelo turismo ou pelos próprios turistas, vem aumentando e até se tornando agressiva, com protestos, cartazes, pichações e demonstrações de irritabilidade por parte dos moradores locais, como se pode verificar na imagem a seguir, publicada em reportagem veiculada no jornal El País.

Figura 2 – Muro pichado no bairro da Gràcia, em Barcelona, 2017.



Fonte: por Carles Ribas in BLANCHAR; PELLISSER, 2017. El País.
Acesso em maio 2019.

A questão primordial não é condenar a associação entre turismo e patrimônio, uma vez que um tratamento excessivamente protegido do bem cultural, isolando-o do público visitante, é um contrassenso, na medida em que o patrimônio só existe uma vez que é reconhecido como tal pela coletividade, e esta transcende a comunidade nativa. Contudo, como Rogério Proença Leita ressalva,

[96] Ver NEVES, Sofia. Dez cidades europeias pedem ajuda à UE para impedir "crescimento explosivo" do Airbnb. Público. [Lisboa], 20 jun. 2019. Imobiliário.
Disponível em: https://www.publico.pt/2019/06/20/economia/noticia/dez-cidades-europeias-pedem-ajuda-ue-impedir-expansao-airbnb-1877124. Acesso em: 22 jun. 2019.

> O problema é que as demandas empresariais da indústria do turismo não subvertem apenas a lógica da seleção dos bens a ser preservados, evidenciando apenas aqueles potencialmente bons para o retorno financeiro. Pelo consumo massificado, reforçam exatamente os aspectos mais monumentais desses bens, alienando-os dos seus significados históricos locais, construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com eles convivem. Mais do que uma solução equivocada, é a reincidência de um equívoco, ou melhor, de uma orientação política que quase sempre negligenciou a participação dos usuários mais diretos do patrimônio edificado (LEITE, 2007, p. 60).

Estas tensões, frutos de uma exploração econômica descontrolada e parasitária que se impõe sobre os aspectos sociais e culturais ao ponto de exaurir os próprios recursos que justificam sua existência, não são imprevistas: ao contrário, já vêm sendo profundamente discutidas há décadas, tanto no contexto mais amplo de uma crítica à própria natureza destrutiva do capitalismo desregulado, quanto no quadro imediato da gestão pública, das políticas urbanas e da conservação do patrimônio. Cartas e compromissos internacionais sobre o tema, urgindo para que a lógica econômica do turismo não se sobreponha aos aspectos culturais, urbanos e sociais, vêm sendo elaboradas desde a década de 1970, sem, entretanto, resolver a disputa.

2.3. Patrimônio, consumo e espetacularização

> *"[...] o espaço social [...] aparece como um produto privilegiado, ora simplesmente consumido (deslocamentos, viagens, turismo, lazeres) como uma vasta mercadoria, ora consumido produtivamente da mesma maneira que as máquinas, nas aglomerações urbanas, como dispositivo produtor de grande envergadura."*
> (Lefebvre, *A produção do espaço,* 1991, p. 349)

Conforme exposto, a partir de fins da década de 1960 a associação estratégica entre o turismo e o espaço, com especial ênfase no espaço histórico, se estabelece como uma prática econômica de grande potência. Isto posto, o foco da análise se direciona para a investigação dos efeitos desta prática no objeto-alvo do turismo – o espaço construído histórico e culturalmente – e nas possibilidades de mitigar seus efeitos negativos e potencializar suas consequências positivas. Retomando a consideração de Choay de que o patrimônio é um "espelho" por revelar as condições e questões de uma sociedade (2001, p.11) ou, por alteridade, a sua relação com a imagem que faz de si mesma (CHOAY, 2001, pp. 240-247), pode-se analisar o fenômeno da expansão e do tratamento dado ao patrimônio no contexto do avanço da sociedade de consumo e do advento da cultura de massa, em que narcisismo patrimonial torna-se, também, um *commodity* a ser explorado ou torna-se uma ferramenta para viabilizar políticas urbanas de desenvolvimento econômico (LEITE, 2007). No entanto, conforme mencionado anteriormente, percebe-se em boa parte da literatura específica sobre o tema poucos entrelaçamentos entre os campos do turismo e o do patrimônio, ou mesmo da Arquitetura e do Urbanismo como grande área (VARGAS in VARGAS; PAIVA, 2016; SERRANO, BRUHNS, LUCHIARI, 2000). No turismo, a ênfase da análise tende a recair sobre aspectos meramente econômicos e comerciais, do *marketing* e do consumo, em geral analisando o fenômeno primordialmente por uma perspectiva quantitativa; enquanto que na literatura específica pertinente ao campo do patrimônio ou do urbanismo, é frequente encontrar uma leitura que ressalta os efeitos negativos do consumo de massa sobre os lugares históricos, e no impacto de sua ação nas dinâmicas espaciais e sociais que compõem o tecido urbano. Ambas as perspectivas são de grande valia, escoradas em amplos estudos que analisam o fenômeno por diversas abordagens, o que evidencia o caráter complexo desta atividade econômica que se configura como uma 'indústria motriz' no atual estágio do capitalismo (PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 39).

Entretanto, o tratamento dissociado do fenômeno em campos distintos, de forma dicotômica e não dialética, acaba por agravar os efeitos nocivos, intensificando as tensões entre

os valores atribuídos à atividade. Analisado estritamente pela ótica do consumo e do lucro, o turismo muitas vezes deixa de tornar-se uma forma de produção de riqueza de modo sustentável, e permite que "agressões ao espaço urbano inicialmente associadas ao Turismo, o são, de fato, ocasionadas pelo setor econômico mais perverso na atualidade: a especulação imobiliária" (GASTAL in VARGAS; PAIVA, 2016, p. XIII). A cidade e as ações sobre o espaço passam a ser regidas por uma lógica econômica, estranha às relações sociais e culturais que são inerentes à comunidade e ao objeto patrimonial. Ao discutir a dinâmica de formular uma ideia abrangente de nação e ao mesmo tempo legitimar experiências do patrimônio e da tradição direcionadas às demandas de mercado e, consequentemente, à gentrificação dos lugares, Rogério Proença Leite argumenta que "desse processo resultam mudanças no valor dos bens simbólicos preservados, que refazem o próprio conceito de patrimônio como lugar simbólico da nação para uma concepção mais fluida que implica práticas voltadas para o consumo dos lugares" (LEITE, 2007, p. 47). Marcia Sant'anna (2004, p. 20) reforça: "Nas últimas décadas do século XX, a função econômica do patrimônio, presente desde sua constituição, prevaleceu, finalmente, sobre as de conhecimento, formação e coesão social que também o integram". Com isso, percebemos uma série de efeitos nocivos ou questionáveis que, embora sejam fruto da sociedade do consumo e do espetáculo, têm impacto profundo no patrimônio cultural. Trazendo as ideias de Riegl (2014) para este contexto atual, percebemos que o valor contemporâneo de uso – no caso, o valor econômico do presente, que sempre foi um aspecto importante do patrimônio cultural – passa a ter primazia sobre os outros valores atribuídos ao patrimônio, e muitos dos agentes atualmente ativamente engajados na exploração econômica do patrimônio têm pouco ou nenhum conhecimento da natureza e das especificidades do objeto patrimonial.

O que se argumenta neste trabalho é a necessidade de uma maior integração entre os campos disciplinares diretamente envolvidos no campo do turismo patrimonial e, consequentemente, um melhor entendimento do espaço histórico e das particularidades da gestão destes locais por parte dos atores envolvidos ou implicados nas atividades turísticas, em especial quando se trata de propor ações diretas nos monumentos, sejam eles urbanos, paisagísticos ou edifícios isolados. Ao buscar diminuir as contradições e disputas através de um entendimento mútuo de objetivos, perspectivas de análise e metodologia de operações, pode-se diminuir os efeitos danosos e garantir a conservação adequada dos bens patrimoniais e, consequentemente, a própria sustentabilidade da atividade turística.

2.3.1. O espaço turístico como objeto de consumo

Antes de iniciar a discussão acerca de alguns desses efeitos, é importante ressaltar o fator econômico do consumo do espaço. A produção do espaço é historicamente resultado da transformação da natureza pelo trabalho do homem em um determinado modo de produção, segundo Paiva (in VARGAS; PAIVA, 2016), e dentro do contexto contemporâneo em que tudo se torna mercadoria, a cidade e o ambiente construído não fogem a esta condição. "No que se refere ao processo de consumo do espaço, este se impõe em relação à produção devido ao estágio avançado do capitalismo, marcado acentuadamente na contemporaneidade pela sociedade do consumo" (PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 36). Deste modo, o espaço preexistente antigo – antes desprezado, abandonado ou demolido para dar lugar a novos edifícios; agora, atua como marcador da *identidade* local – passa a agregar valor cultural e se torna objeto de consumo, com potencial de atrair a visitação turística. Paiva, citando David Harvey, argumenta:

> O turismo representa uma produção não material que repercute no consumo não material; isso sugere que a produção e o consumo do "espaço turístico" são diferenciados e se particularizam na medida em que "não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio de seu uso" (...) O espaço mercadoria do turismo não se explica apenas pelo valor de uso e de troca, mas, cada vez mais, pelo valor simbólico (de signo), que possibilita expressar valores culturais e sociais e a segmentação dos gostos e das demandas (PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 40).

"Assim, na pós-modernidade, o consumo adquire um status hegemônico na medida em que determina não somente a produção de bens, mas eleva quase tudo à condição de mercadoria, inclusive o espaço" (PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 37). O espaço construído, como fruto da cultura humana, passa a ser compreendido também como uma força com uma dimensão econômica simbólica, muito além de seu já estabelecido valor imobiliário. Esta dimensão econômica simbólica é pertinente à cultura que o produziu, e, em especial, aquela cultura regional cuja especificidade em relação às demais faria dela um bem excepcional atraente para visitação de pessoas de outras localidades. É a identidade cultural reificada, fetichizada, anunciada e, por fim, consumida pelo turista.

John Urry, em texto de 2001, analisou a questão do consumo do espaço como resultante de um fenômeno de "compressão do espaço" viabilizado pós-moderno, também, pelas tecnologias móveis, que aliam-se à mobilidade física sem paralelo na história humana: há "uma

notável ‘compressão espaço-temporal’ à medida que as pessoas, ao redor do globo, se ‘aproximaram’ por meio dos diversos desenvolvimentos tecnológicos” e, prossegue, “as relações entre quase todas as sociedades ao redor do globo são mediadas por fluxos de turistas, e os lugares são reconfigurados como receptores de tais fluxos. Assim, há um processo onívoro de produção e ‘consumo de lugares’ ao redor do mundo” (URRY, 2016, pp. 142-143).

Não há como, nas últimas décadas, dissociar a cultura de sua dimensão econômica, como Fredric Jameson também argumenta em seu livro *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio* (1997). O autor defende que, na globalização, a cultura não é mais vista como forma autônoma de organização social, mas tem sua produção e gestão direcionada primordialmente para sua condição de mercadoria, tanto em seus resultados quanto em seus processos. David Harvey, em *A condição pós-moderna* (1991), outro texto paradigmático sobre o assunto, também reforça esta discussão:

> O que de fato está em jogo aqui (...) é uma análise da produção cultural e da formação de juízos estéticos mediante um sistema organizado de produção e de consumo mediado por divisões do trabalho, exercícios promocionais e arranjos de marketing sofisticados. E, em nossos dias, o sistema inteiro é dominado pela circulação do capital (com frequência multinacional). (HARVEY, 1991, p.311).

Urry (2001) caracteriza o consumo pós-moderno (ou *pós-fordista*, na acepção do autor) como sendo um deslocamento da dominância do produtor para o consumidor. A mercadoria, produzida em massa e com pouca variação entre si na modernidade, se expande e passa a abarcar quase todos os aspectos da vida social (URRY, 2001 apud PAIVA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 37), misturando a cultura com o consumo, a politização com a propaganda, o específico com o massificado, o particular com o global. Não se consome apenas o produto, mas a *experiência* que o mesmo suscita, os significados intangíveis atribuídos ao que se consome: emoção, memória, *status* social, identidade. As instâncias da vida social estão de tal modo imbricadas com o consumo, que a hipertrofia da memória do mundo contemporâneo não é apenas a matéria-prima da indústria turística (e do turismo cultural e patrimonial, mais especificamente), mas é alimentado e torna-se também o próprio resultado da massificação do turismo. “(...) Nos nossos dias é o turismo que se torna um dos mais poderosos veículos desta indústria da memória e, mais em particular, dos atropelos e barbarismos da civilização” (FORTUNA, 2012, p. 33).

Um exemplo recente ilustrativo deste entendimento de cultura pelo viés de sua dimensão econômica, principalmente quando pensado em termos de políticas públicas, se vê na fala do Ministro da Cultura brasileiro na gestão Michel Temer, Sérgio Sá Leitão[97]. Em texto de sua autoria publicado no jornal Folha de São Paulo, em 2017, intitulado *Um novo olhar sobre a cultura*[98], o então ministro destacou particularmente a força econômica da Cultura:

> Está mais do que na hora de transformar o modo como a cultura, a política cultural e a Lei Federal de Incentivo à Cultura são encaradas no Brasil.
>
> As atividades culturais e criativas constituem um setor cada vez mais relevante da economia brasileira, respondendo por 2,64% do PIB, 1 milhão de empregos diretos, 200 mil empresas e instituições e cerca de R$ 10,5 bilhões em impostos diretos —mais do que a indústria de eletroeletrônicos, por exemplo.
>
> Trata-se de um *front* de desenvolvimento econômico para o qual o Brasil demonstra grande vocação. E que apresenta alto impacto na geração de renda, emprego e inclusão, além de baixo impacto ambiental.
>
> Há ainda vasto potencial de crescimento. Estudo recente da consultoria Price Waterhouse Coopers estima em 4,6% ao ano a taxa média de expansão do setor nos próximos cinco anos, acima da previsão para o conjunto da economia (...)
>
> A gestão atual do MinC enxerga a cultura como setor estratégico da economia, sem esquecer a dimensão simbólica e o impacto na constituição da identidade nacional, na formação do capital humano e no estímulo à diversidade e à tolerância (LEITÃO, 2017, online).

A ênfase prioritária na dimensão econômica neste texto, a que seus aspectos simbólicos, artísticos e sociais da cultura parecem estar subordinados, não é restrita à visão àquele momento do Ministério da Cultura, pois a ênfase neste aspecto tem sido comum – em maior ou menor grau – em todas as instâncias e gestões de governo. O potencial econômico, tanto para produzir lucro quanto para gerar empregos, é um argumento forte e frequente para garantir orçamento necessário para seu fomento e reconhecimento por parte de um público que, em especial em tempos de crise econômica, tendem a considerar que investir em cultura seja dispensável[99], com alguma exceção quando se vislumbra a possibilidade de retorno econômico.

---

[97] Ministro da Cultura de 20 de julho de 2017 a dezembro de 2018, no governo Michel Temer. Foi o quarto ministro a chefiar a pasta no referido governo, permanecendo até seu fim, em dezembro de 2018. Mais informações: <http://www.cultura.gov.br/o-ministro>. Acesso em dezembro de 2017.

[98] LEITÃO, Sérgio Sá. Um novo olhar sobre a cultura. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 07 dez. 2017. Opinião. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/12/1941270-um-novo-olhar-sobre-a-cultura.shtml. Acesso em: dezembro 2017.

[99] Cabe aqui ressaltar que, logo no início do atual governo Bolsonaro (2019-), sucessor do governo Temer, o Ministério da Cultura foi extinto como órgão autônomo, e passou a ser enquadrado como Secretaria Especial dentro do organograma do recém-criado Ministério da Cidadania, o qual incorporou, também, os Ministérios do Esporte e Ministério do Desenvolvimento Social. O Ministério do Turismo, por sua vez, foi mantido.

Tampouco esta perspectiva pode ser vista necessariamente como nova, pois a relação intrínseca da cultura com a economia é fenômeno que já data pelo menos de meio século, com alcance global. A partir do século XX, analisado por autores como Adorno e Horkheimer, ainda na década de 1950, cultura é mercadoria, e uma bastante rentável. Vendida, empacotada, alvo de *redesign* e objeto de ações de propaganda e marketing, as diversas manifestações culturais – de literatura ao cinema, de festas populares à gastronomia típica, do monumento histórico à paisagem urbana histórica como um todo, qualquer manifestação cultural pode se tornar uma atrativa e rentável forma de mercadoria (ver JAMESON, 1997; HARVEY, 1992), alcançando um nível de comoditização muito além daquele previsto por Marx, no século XIX, ou mesmo Adorno e Horkheimer, quando nomearam e descreveram a indústria cultural. Teixeira Coelho, de forma simples e sucinta, descreve como a cultura é vista dentro da sociedade capitalista a partir da industrialização – reificada, controlada, direcionada, e subjugada à lógica do consumo, em que o público é visto como mera estatística:

> (...) a cultura – feita em série, industrialmente, para o grande número – passa a ser vista não como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa (COELHO, 2003, p.11).

Esta contextualização faz-se necessária por se compreender, no escopo deste trabalho, que é essencial ressaltar que a associação do patrimônio com o turismo cultural não é um fenômeno isolado, mas faz parte de uma lógica muito mais abrangente, que envolve a indústria cultural, o capitalismo globalizado e a evolução de novas práticas na mercantilização dos produtos, com a aplicação generalizada dos elementos da propaganda e do *marketing* para produzir, inventar e/ou vender paisagens urbanas e monumentos, atraindo assim seu consumo por meio da visitação turística (URRY, 2016). Compreender esta dinâmica dentro de uma conjuntura maior, que inclusive revela transformações no modo com que o patrimônio é compreendido e apreendido pelo público, auxilia no entendimento sobre a problemática específica da conservação do patrimônio histórico na atualidade, inserido como está dentro da lógica de mercado:

> A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações culturais (LUCHIARI, 2005, p. 95).

2.3.2. Turismo e espetáculo: seus efeitos no patrimônio

> *"'Nosso patrimônio deve ser vendido e promovido com os mesmos argumentos e as mesmas técnicas que fizeram o sucesso dos parques de diversões'. Discurso do Ministro do Turismo francês em 9 de setembro de 1986, secundado por um de seus colaboradores: 'Passar do centro antigo como pretexto ao centro antigo como produto'"*
> (CHOAY, 2001, p. 211).

Por ser, na maioria das vezes, direcionado ao consumo dos bens culturais, a rentabilidade do turismo torna o patrimônio a cada dia mais atraente para os mais variados setores da sociedade, que passam a agir sobre os bens segundo perspectivas bastante distantes das premissas teóricas discutidas nos campos específicos da preservação do patrimônio ou da gestão urbana, em toda sua complexidade social e espacial. É neste contexto que é essencial compreender como o fenômeno turístico descrito até o momento se impõe sobre a cidade histórica e os monumentos e quais são as tendências verificadas mundialmente. Os conflitos de interesse de gestores, intelectuais, arquitetos, turismólogos, proprietários, marqueteiros, especuladores, o público em geral, dentre outros atores, acaba por expor tensões e disputas na compreensão do que é o bem patrimonial e quais sua função e objetivo. Afinal, estas oposições atestam a complexidade e as contradições inerentes à sua própria natureza enquanto monumento de valor histórico-cultural, e também enquanto espaço construído. Diante do apelo acentuado das possibilidades econômicas a partir da manipulação dos bens patrimoniais, em grande parte das vezes a atuação deixa de ser pautada pelas orientações teóricas, dos documentos nacionais e internacionais que norteiam a salvaguarda, e pelas técnicas específicas do campo do restauro, e passam a servir aos interesses do capital, levando a frequentes cisões entre teoria e prática, decorrentes da falta de conhecimento ou mesmo da desconsideração intencional das especificidades da atuação nos monumentos históricos.

São muitas as questões problemáticas e as críticas que envolvem a gestão dos bens patrimoniais sob esta lógica. Por si só, o fluxo massivo de turistas pode comprometer a própria integridade física dos sítios históricos[100], cujos danos vão desde a erosão física de pisos ou paredes por onde passam, desgastes cromáticos em pinturas murais ou aquarelas delicadas pela iluminação de *flashes* fotográficos ou mesmo por iluminação ambiente, e patologias provocadas pela umidade, fungos e pó trazidos pelos visitantes em espaços delicados (LOWENTHAL, 2015,

[100] Ver LOWENTHAL, 2015, pp. 423-428; CHOAY, 2001, pp. 210-211;

pp. 423-424; CHOAY, 2001, pp. 232-237). Em casos mais graves, estão a incidência de lixo, *pixos*[101], vandalismo, e poluição. Segundo Timothy e Boyd (2006, p.4), outro grave problema que conservadores enfrentam é a pilhagem ou saque de itens ou partes de bens patrimoniais, destinados ao comércio ilegal de antiguidades, chegando ao ponto em que, segundo Lowenthal (2015, pp. 426-427), chega-se a comemorar a produção de artigos falsos por moradores de aldeias peruanas, vendidas pela internet, pois esses prosperam mais com as vendas das reproduções do que com a venda de relíquias autênticas vasculhadas e desenterrados – o que desestimula a predação.

A visitação massiva também interfere e chega a impossibilitar o uso tradicional cotidiano dos locais (CHOAY, 2001, p. 226): as extensas filas e grandes multidões, os ruídos e os custos do ingresso impossibilitam que muitos locais sagrados, como igrejas e templos, sejam usufruídos em sua função primordial pelos fiéis; assim como parques, mercados ou locais de comércio tradicional deixam de ser frequentados pelos moradores locais, como são os casos da igreja Sagrada Família e o Parc Güell, ambas obras icônicas do arquiteto catalão Antoní Gaudí, em Barcelona (FERNANDES, 2015). O turismo voraz de locais de grande atração devora e monopoliza os espaços, rompendo os hábitos mundanos locais.

Estes impactos são consequências inerentes ao incremento de popularidade e frequência. No entanto, é no âmbito das intervenções intencionais sobre os bens patrimoniais, com o intuito de atração turística, que as questões mais delicadas se colocam, como pontua Carlos Lemos:

> Preserva-se em atendimento às exigências do turismo, a grande indústria moderna, que maneja quantias incríveis enquanto vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades. O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos, provocando quadros artificiais, inclusive." (LEMOS, 2000, p. 30).

Nesta conjuntura, diversas problematizações surgem a respeito do tratamento conferido ao patrimônio. No caso do patrimônio material, a análise tende a discutir, em essência, a questão da autenticidade – são discutidos o tratamento artificial dado aos espaços, a criação fantasiosa,

[101] *Pixo*, ou pichação, é o ato de escrever ou rabiscar em muros, paredes e outros suportes físicos, geralmente com tinta em *spray*. Em inglês, é denominado *graffiti*, termo que, no Brasil, costuma identificar desenhos e pinturas murais mais elaboradas, dentro da estética da arte de rua, mantendo parentesco com o pixo.

o fachadismo e a cenarização, a *disneyficação*, a padronização, a construção de réplicas ou reconstruções de objetos que não existem mais. No campo do patrimônio imaterial, a problemática da invenção, encenação ou mesmo incorporação arbitrária de ritos ou símbolos ditos tradicionais – de modo intencional ou não, e o desaparecimento dos mesmos devido às crescentes mudanças do modo de vida moderno, são contrapostos à tendência de recuperar estes costumes atrelados ao consumo turístico (HOBSBAWM e RANGER, 2002).

Na sociedade do espetáculo, retomando Débord, é a imagem que prevalece como vetor de significado. É a imagem da paisagem urbana ou do monumento histórico que lhe é característico que torna-se uma *marca*, um signo identitário que é facilmente reconhecível nos cartões postais, nos pôsteres e anúncios de agências de viagens, nas imagens de documentários ou nos cenários de filmes, nas fotografias atraentes que povoam a internet, que é tratado como identidade visual na comunicação de empresas da cidade, que é representado nas quinquilharias vendidas como *souvenires* locais. Justamente por ser esta imagem estilizada o signo primordial de reconhecimento de determinado espaço, dentro dos muitos que disputam a atenção do turista-consumidor na "aldeia global"[102], a imagem idealizada e eternizada se sobrepõe ao objeto real, determinando, muitas vezes, o tratamento da materialidade do patrimônio construído para que se adapte a suas configurações esperadas. Para corresponder às expectativas e atrair o fascínio do visitante (e, em alguns casos, criar um vínculo para o que mesmo retorne ao local outras vezes), diversas práticas e táticas costumam ser empregadas.

A "engenharia cultural", conforme Françoise Choay (2001) consiste em transformar o valor de uso do local em valor econômico, explorando "os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes" por meios tanto públicos quanto privados. A autora chama a atenção para o conceito de "valorização" frequentemente empregado nesses empreendimentos, que "aponta um fato inédito na história das práticas patrimoniais: o antagonismo entre dois sistemas de valores e dois estilos de conservação" (2001, p. 212). Em um destes tipos de intervenção, realizado "sob o signo do respeito", a prática se estabelece em conformidade com as premissas propostas pelos principais teóricos do campo,

[102] Termo inicialmente cunhado pelo filósofo canadense Marshall MacLuhan, na década de 1960. O conceito designa a crescente conexão entre as comunidades globais por meio da tecnologia, e mais recentemente, retomado por outros autores, passou a abranger também a noção de mercado, da emigração e da cultura globalizada. Ver: POLL, Ryan. **Main Street and Empire:** The Fictional Small Town in the Age of Globalization. New Brunswick: Rutgers University Press, 2012. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/j.ctt5hjdkj. Acesso em maio 2019.

inclusive muitas vezes propondo uma continuidade teórico-prática; porém a outra, considerada dominante pela autora, dá primazia à rentabilidade e ao prestígio, ignorando os princípios de conservação que se estabeleceram ao longo dos últimos séculos em nome da atratividade fácil, propondo de novas formas de "valorização" do monumento. Dentre as inúmeras práticas desta segunda forma de "valorização", Choay destaca algumas frequentemente observadas nos mais variados sítios históricos no sexto capítulo de seu livro *A alegoria do patrimônio*, publicado pela primeira vez na França em 1992, mas que permanece, ainda hoje, um diagnóstico recorrente do fenômeno do patrimônio abordado como bem de consumo.

A primeira destas formas de espetacularização enumeradas por Choay se refere às reformas, reconstruções ou reconstituições historicizadas e fantasiosas, em estilo, de forma idealizada que pode não corresponder à sua real história[103]. Este tipo de intervenção pode ser pontual, estilizando um monumento isolado para que atinja uma configuração "ideal" que pode nunca ter existido de fato; ou se estender até mesmo para a reconfiguração de áreas urbanas inteiras, promovendo alterações de modo a uniformizar conjuntos de edifícios dentro de uma aparência idealizada. Em casos mais radicais, áreas inteiras podem ser reconstruídas dentro de uma linguagem específica, sem embasamento, criando uma paisagem urbana uniforme e ascética, entendendo o conjunto de edificações como um cenário. No Brasil, são comuns incentivos, inclusive por meio de isenção de impostos ou por meio de leis de incentivo, para que moradores de cidades colonizadas por imigrantes, sobretudo europeus, adaptem suas construções para feições "típicas", contribuindo para a criação de um cenário identitário. Cidades como Blumenau[104], em Santa Catarina; Penedo, no Rio de Janeiro ou Holambra, em São Paulo, são apenas alguns dos muitos exemplos.

---

[103] A ideia de que a restauração visa a uma integridade estilística, de modo a chegar a um "estado completo que pode não ter existido nunca" na história da edificação, é notoriamente atribuída ao restaurador francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1872), um dos primeiros teóricos a discutir conceitos e métodos de restauro. No entanto, como Choay ressalta em seu texto (2001, p. 214), atualmente a noção de integridade estilística renovada, e mesmo fantasiosa, chega a níveis que certamente alarmariam Viollet-le-Duc, cuja atuação era pautada em pesquisa rigorosa e premissas bem estabelecidas dentro de seu entendimento de patrimônio e metodologia de intervenção. Ver Capítulo 4.

[104] Sobre o caso específico de Blumenau, na década de 1970 foi implementada uma política de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na cidade para quem adaptasse sua construção para "feições germânicas". A lei foi revogada em 1994, porém na década de 2010 construções em estilo *neoenxaimel* voltaram a ser construídas na cidade. O objetivo, segundo a reportagem publicada no Jornal de Santa Catarina, é estimular o turismo na cidade.
Ver:
VEIGA, Mauricio B. Arquitetura neoenxaimel em Santa Catarina: a invenção de uma arquitetura típica. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 3, n. 1, p. 81-98, mar. 2014. ISSN 2316-395X. Disponível em: http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/40. Acesso em: 05 july 2019. MOSER, Magali**. Jornalismo forjado:** a participação da imprensa na imposição da identidade germânica em Blumenau. 2016. 350 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Figura 3 – Edifício em enxaimel "falso" na cidade de Blumenau.
A obra iniciou-se em 2008.



Fonte: Artur Moser, 2010, disponível em:
http://wp.clicrbs.com.br/pancho/files/2013/09/w_enxaimel.jpg.
Acesso em 20 maio 2019.

A prática do *mise-em-scène*, que Choay define como sendo a apresentação do "monumento como um espetáculo" (CHOAY, 2001, p. 215), por meio de efeitos de luz e som. A iluminação do monumento, o que lhe confere uma "aura" quase mágica, pode ser vista em monumentos tão diversos cultural e geograficamente como o Partenon, na Grécia, quanto o Taj Mahal, na Índia. Outros exemplos são iluminações ritualizadas, com data e hora marcadas, como é o famoso caso da iluminação da Torre Eiffel, em Paris, com configurações diversas em projetos ao longo de sua história. Atualmente, conta com um projeto de iluminação ritualizada ao cair da noite, momentos em que 20.000 lâmpadas têm um efeito cintilante por cinco minutos a cada começo de hora, provocando furor nos visitantes que se aglomeram em seu entorno no horário. Além disto, espetáculos que associam fogos de artifício, projeções, e sonorizações também vem se tornando cada vez mais comuns em muitas localidades.

A animação cultural consiste em uma mediação entre o monumento e o espectador, facilitando seu acesso e compreensão. Ela ocorre de diversas maneiras, como o uso de guias turísticos e animadores, mas também utilizando efeitos especiais, comentários audiovisuais, reconstituição de cenas históricas com uso de atores, bonecos ou imagens digitais. É salutar, para Françoise Choay (2001, p. 216), que se recorra para ferramentas para apresentar as obras ao público que pode desconhecer sua história ou seu contexto, e cada vez mais se recorre para formas de apresentação audiovisual como mapas e brochuras impressas, aplicativos de celular, áudio-guias ou sinalizações esquemáticas. A autora ressalva, porém, as situações em que a

ENXAIMEL. É válido construir réplicas? **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau: JSC, 1971- Diário. 23 jul. 2010, pp. 12-13

mediação alimenta a passividade do visitante, e este deixa de decifrar ou explorar o patrimônio com seus próprios olhos e dentro do seu tempo, "essas são formas demagógicas, paternalistas e condescendentes de comunicação" (CHOAY, 2001, p. 216). Outros exemplos de animação cultural, também cada vez mais frequente, é a utilização do monumento como um cenário para eventos ou espetáculos, como exposições, apresentações musicais, concertos, desfiles de moda, entre outros. Choay alerta que, nestes casos, "o edifício entra em concorrência com um espetáculo ou 'evento' que lhe é imposto (...) [e] que os valoriza; este, por sua vez, pode, em decorrência dessa estranha relação antagônica, ser engrandecido, depreciado ou reduzido a nada" (CHOAY, 2001, p. 217).

Outro artifício contemporâneo identificado por Choay é a modernização (ou a "atualização" de que nos fala Jeudy (2005, p. 51), definida por ela como uma intervenção física no monumento que não propõe ser harmônica com o edifício preexistente, mas sim uma inserção de elementos com linguagem contemporânea, operando por meio do contraste entre o velho e o novo para despertar interesse nos visitantes. Nas últimas duas décadas, este tipo de intervenção tem se popularizado na arquitetura contemporânea – principalmente na Europa e na América do Norte – com obras ousadas realizadas por arquitetos contemporâneos de renome, conhecidos como "*starchitects*", muitos laureados pelo Prêmio Pritzker[105]. É o caso de arquitetos como Daniel Libeskind ou Wolf Prix, este à frente do escritório Coop Himmeb(l)au. Em alguns casos, resulta em obras que, de fato, trazem resultados interessantes, por dinamizá-las para uma nova fase em sua história, atualizando sua artisticidade, sobretudo em edifícios que, embora antigos, tenham uma qualidade artística questionável ou mesmo comum. Esta percepção, porém, não é unânime – há diversos casos em que modernizações arrojadas são alvo de rejeição por uma parte do público, que alegam desde o "desrespeito" com o objeto patrimonial preexistente ou com o contexto do entorno. Um exemplo é a adição do chamado "Crystal" ao corpo do Museu Real de Ontário, em Toronto, projetado pelo arquiteto Daniel Libeskind. Construído em 2007, o anexo ainda suscita reações opostas mais de uma década mais tarde, chegando a ser considerado "o edifício mais odiado do Canadá"[106], por sua agressiva

[105] O Prêmio Pritzker é considerado o prêmio internacional de arquitetura mais relevante do meio. Estabelecido em 1979 pela família Pritzker, por meio da Fundação Hyatt em Chicago, o prêmio é concedido anualmente, laureando os principais arquitetos mundiais. Ver: Pritzker Prize. Disponível em: https://www.pritzkerprize.com/about. Acesso em maio 2019.

[106] De acordo com artigo publicado no portal Azure. VIOLA, Daniel. Revisiting Canada's most hated building. **Azure.** 2 jun. 2017. Disponível em: https://www.azuremagazine.com/article/rom-crystal-10-years-later/. Acesso em jun 2019.

adição à austera fachada neorromânica do edifício, que data de 1914. No entanto, diante da transformação drástica que estas modernizações operam no aspecto final do edifício, em sua volumetria e na materialidade como um todo, corre-se um risco de perder ou deturpar irrevogavelmente exemplares únicos de arquitetura histórica, sendo essencial haver cautela.

Figura 4 – Royal Ontario Museum, em Toronto, no Canadá, com o anexo de Daniel Libeskind.



Fonte: Financial Times, 2015. Disponível em: https://www.ft.com/content/947472d2-0070-11e5-a908-00144feabdc0. Acesso em 02 jun. 2019.

De forma análoga, a modernização de edifícios com anexos ou extensões contrastantes, com uma linguagem contemporânea ousada, pode se aplicar também, com procedimentos e intenção similares, em conjuntos urbanos: neste caso, consiste na adição de uma edificação isolada completamente diferente das edificações de entorno, em termos de linguagem, material construtivo ou volumetria. O objetivo é criar um novo ícone arquitetônico que, por contraste ao contexto urbano, transmite a sensação de dinamismo e modernidade e atrai mais turistas através do chamado "Efeito Bilbao": após a construção do icônico Museu Guggenheim (1997) pelo arquiteto Frank Gehry, a cidade de Bilbao, na Espanha, viu a visitação turística disparar após sua inauguração. Segundo reportagem publicada no portal de notícias português Público (2014),

> Cem mil pessoas visitavam anualmente a cidade na década de 1990. Nos 17 anos de vida do museu, 16,8 milhões de pessoas passaram pelas suas salas - o Guggenheim de Bilbau é "um *case study* cristalino e referencial" do poder do turismo

> cultural, como descreve o director do Museu Nacional de Arte Antiga, António Filipe Pimentel.[107]

A arquitetura de museus e centros culturais contemporâneos vem se difundindo e popularizando no mundo, constituindo-se em um chamariz turístico. Tanto a arquitetura contemporânea atua, sozinha ou em conjunto, para atrair a visitação a lugares antes pouco apelativos aos turistas, como pode – e esta operação vem se tornando a cada dia mais comum – associar-se como um dos atrativos em projetos estratégicos de requalificação ou renovação urbana em áreas históricas da cidade. De acordo com Paulo Bruna (in VARGAS; PAIVA, 2016), os museus vêm se estabelecendo como um fenômeno de interesse turístico há cerca de 20 a 30 anos. Embora os museus, como invenção moderna, já venham se consolidando como atrativos turísticos desde os séculos XVIII e XIX, é no século XX que se consolidam como a expressão da inventividade arquitetônica: a exemplo do MASP[108], em São Paulo, de Lina Bo Bardi (1957-1968), do Guggenheim nova-iorquino de Frank Lloyd Wright (1943-1959), o Centre George Pompidou, em Paris, por Renzo Piano e Richard Rogers (1972-1977), até os projetos contemporâneos como o Museu do Amanhã, de Santiago Calatrava, inaugurado no Rio de Janeiro em 2015, como parte dos atrativos em um grande projeto de renovação urbana, o Porto Maravilha.

Figura 5 – Museu do Amanhã. Ao fundo, os antigos armazéns portuários.



Fonte: Bruno Bartholini / Porto Maravilha.
Disponível em: https://www.portomaravilha.com.br/. Acesso em mar. 2019.

[107] CARDOSO, Joana A. O Guggenheim tornou uma Bilbau cinzenta numa cidade de turismo cultural a cores. **Público.** 2 nov. 2014. Caderno Ípsilon – Artes.
Disponível em: https://www.publico.pt/2014/11/02/culturaipsilon/noticia/o-guggenheim-tornou-uma-bilbau-cinzenta-numa-cidade-de-turismo-cultural-a-cores-1674722. Acesso jun. 2019.

[108] Museu de Arte de São Paulo.

Exemplos ousados de arquitetura museológica abundam, assinada pelos grandes nomes da arquitetura contemporânea, tanto em edifícios novos como em arrojados anexos de edifícios históricos existentes – a icônica pirâmide do Museu do Louvre, de I. M. Pei, inaugurada em 1989, é um dos exemplos mais conhecidos[109]. Integrados a estes projetos de revitalização ou renovação urbanas, e consistindo em vitrines do potencial criativo e lúdico da arquitetura contemporânea – em geral, tratam-se de projetos icônicos, autorreferentes, que visam destacar-se de seu entorno. De acordo com Montaner (2003),

> Em seu interior, o museu transformou-se em um lugar destinado à afluência maciça de um público ativo, aos estímulos, à interação e também ao consumo em seu sentido mais amplo (cafeterias, restaurantes, lojas, livrarias, etc.). Em sua relação com o exterior, o museu reforçou sua dimensão coletiva e converteu-se em um dos lugares públicos mais característicos da cidade contemporânea (MONTANER apud BRUNA in VARGAS; PAIVA, 2016, p. 371)

Assim, é frequente – mesmo em pequenos centros históricos revitalizados – que projetos de museus, bibliotecas, centros culturais e outros equipamentos similares sejam instalados dentro do conjunto (em edifícios novos ou em antigas construções adaptadas a um novo uso) como um atrativo cultural adicional aos turistas e moradores, frequentemente promovendo eventos integrados ao patrimônio, como um meio de estimular a apropriação do local.

Outras formas de espetacularizar o patrimônio, enumerados por Choay (2001), são a conversão dos edifícios históricos em dinheiro, o que consiste na locação dos monumentos para eventos ou para atuar como suporte publicitário; a facilitação do acesso ao bem patrimonial, com a sua integração a uma infraestrutura imobiliária de apoio, como estacionamentos ou praças de alimentação, que despem o local de sua ambiência original. Além disto, a autora problematiza a tendência de reutilização de edifícios antigos, em geral destinados a usos culturais (como museus, bibliotecas, universidade, entre outras) ou institucionais "de prestígio" (tais como edifícios governamentais, hotéis e sedes sociais), mas que também podem ser destinados usos privados, como sedes de empresa, edifícios de escritório ou moradias (CHOAY, 2001, p. 221). A conservação adequada dos bens patrimoniais exige que lhes seja atribuída uma

[109] Cabe aqui mencionar que, a exemplo do Centro George Pompidou, a pirâmide do Louvre inicialmente causou grande rejeição em parte do público de Paris, indignados com o desrespeito com a arquitetura neoclássica dos palácios históricos que abrigam o museu. Ambas as construções operam por contraste gritante com o entorno uniforme da Paris haussmanniana, cujo aspecto uniforme é regulamentado por lei – foram abertas exceções nas permissões urbanísticas para que estas construções fossem realizadas. Anos mais tarde, tornaram-se ícones da cidade e grandes atrativos turísticos locais.

utilidade, tal como preconizado na Carta de Veneza[110], no entanto, com frequência a escolha do uso de determinados edifícios é mais determinado pela lógica do espetáculo e da atração turística do que pela adequação às condições físicas do imóvel, o que pode levar, muitas vezes, à necessidade de sucessivas intervenções restaurativas ou mesmo a destruição ou desfiguração do edifício.

Estes recursos utilizados visam, sobretudo, despertar a atenção do turista para o monumento, criando algum meio de conexão do visitante com o sítio, sua história e sua importância. Afinal, no turismo "de massa", mesmo na sua subcategoria de turismo cultural, a maioria dos visitantes não é composta por estudiosos ou especialistas: poucos têm um conhecimento ou mesmo interesse prévio pelo *conteúdo*, para além do apelo da imagem reificada e estabelecida do monumento. Porém, conforme Choay, há um "vasto público de indivíduos para os quais a visita aos monumentos não é um fim em si mesmo (...) esperam do patrimônio mais do que uma distração – esperam dele uma iniciação à alegria do conhecimento histórico e aos prazeres da arte" (CHOAY, 2001, p. 228). É para este público que a mediação e as ações pedagógicas – como visitas guiadas, infográficos, panfletos, tecnologias como vídeo e áudio, maquetes, réplicas, entre tantos outros recursos – se destinam.

Novamente, retomando as orientações internacionais das cartas patrimoniais, também se reforça reiteradamente, em vários documentos (entre eles a já mencionada Carta de Veneza), a necessária divulgação, democratização do acesso e a promoção de instrumentos de educação patrimonial. Sendo o patrimônio é um bem de valor e interesse coletivo, ele deve, portanto, ser compreendido e apropriado pelo seu público – o reconhecimento do seu significado e da sua importância como instrumento de memória só existe uma vez que é atribuído ao objeto um juízo de valor. Ressalta-se, portanto, a "necessidade de educação sobre a história e o patrimônio das cidades, sem a qual a memória coletiva parece deixar-se apagar, o que, por sua vez, produz efeitos negativos sobre o potencial de atração turística local" (FORTUNA, 2012, p.31).

[110] No artigo 5º da Carta de Veneza (1964), considerada o documento basilar da conservação contemporânea, postula-se: "A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes".

2.3.3. Disneyficação[111] e os não-lugares

Uma das questões frequentemente discutidas nos textos relativos ao turismo e o tratamento dado ao patrimônio na atualidade é a questão da sua massificação, padronização e tratamento "ludicizado" do patrimônio e da memória. Conforme Nezar Alsayyad (2001, p.2), em meio à "monotonia" causada pelo alto capitalismo global, quando produtos e serviços estão cada vez mais padronizados por todo o mundo, há uma demanda crescente por ambientes que prometam experiências culturais únicas e particulares, confluindo para uma percepção de que o patrimônio e a tradição se colocam como uma forma de resistência à massificação. O paradoxo, portanto, se vê na gestão frequente da experiência turística de forma massificada, acabando justamente por padronizar as experiências em cenários cada vez menos diferentes por meio de sua lógica e do modo com que opera. Em suma, toda a singularidade da experiência é esvaziada pela própria lógica do capitalismo global, conforme Maria Tereza Luchiari:

> Na arena econômica, a tradicional subjetividade da cultura foi incorporada a uma racionalidade que busca legitimar identidades hegemônicas. Hoje, mais do que em períodos anteriores da história social, "(...) a economia, enquanto agente central de poder na sociedade, tem a capacidade parcialmente autônoma de criar estética, estilos, preferências de consumo e outros aspectos da ordem cultural, ou de escolher, a partir de impetuosas manifestações imaginativas, quais sobreviverão e de que modo" (Peet, 1997, p.135). (...) A apropriação dos bens culturais vem seguindo a conduta de transformação do patrimônio histórico em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo agora à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais (LUCHIARI, 2005, pp. 95-96).

Assim, o turismo torna-se um fator potente de padronização do mundo através da aplicação de uma logística rígida, que, a despeito das vantagens e especificidades locais – utilizadas como justificativas para o deslocamento turístico – passam a ter o efeito inverso da singularização dos lugares (BRUNEL, 2009, pp. 7-8). Ou seja: os lugares vão se tornando cada vez mais similares e, portanto, previsíveis. Guy Débord, na década de 1960, já mencionava o turismo como fenômeno massificador, problematizando-o dentro da sociedade do espetáculo:

> Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que já se tornou banal. A ordenação econômica dos frequentadores de lugares diferentes é por si só a garantia da sua pasteurização. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço (Guy DÉBORD, 1997, p.112).

[111] Muitas vezes conhecido também pelo termo *disneylandização*, dependendo do autor.

O patrimônio, compreendido historicamente como sendo uma manifestação autêntica e singular de valores culturais que devem ser salvaguardados e transmitido às gerações futuras, vai se "dessacralizando" (PEIXOTO in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017, p. 16), se esvaindo de seu significado e se reduzindo à sua imagem propagandística e à sua condição de mercadoria. Como fenômeno típico desta época que Marc Augé (2012) chama de *supermodernidade*[112], pode, em alguns casos extremos, deixar de ser um lugar antropológico "identitário, relacional e histórico" e passar a ser um *não lugar*[113], ou estar cada vez mais povoado ou rodeado pelos não-lugares, neutros e padronizados, como os aeroportos, estações de trem e metrô, *shopping centers*, redes de varejo, *fast food* e praças de alimentação, lojas de souvenires em que os produtos são todos parecidos, apenas mudam-se os monumentos representados – e todos fabricados, provavelmente, na China (BRUNEL, 2009). Estes espaços de passagem e seus produtos destinados ao consumo rápido, vazios de significado mas previsíveis, tanto em forma quanto em conteúdo, se multiplicam e acenam ao turista como algo reconhecível em meio aos cenários exóticos, e tornam-se estranhamente reconfortantes em sua não-identidade. Ou seja: o turista contemporâneo se vê imerso em um paradoxo entre a busca pelo *lugar antropológico*, pela identidade, historicidade e a autenticidade no contato com o "outro", e ao mesmo tempo pelo conforto, pelos esquemas e produtos padronizados e familiares dos espaços de consumo.

Mesmo que os locais sejam aqueles autênticos, os "lugares de memória", Augé menciona, a partir do pensamento de Michel de Certeau[114], que a pluralidade de lugares e o excesso de estímulos a serem vistos e absorvidos, resultam em um "efeito de 'expatriação'" que provoca uma ruptura entre o viajante-espectador e o espaço que ele observa ou pelo qual transita. Esta ruptura o impede de "ver aí um lugar, de aí se encontrar plenamente, mesmo que tente preencher esse vazio com as informações múltiplas e detalhadas que lhe propõem os guias turísticos... ou os relatos de viagem" (AUGÉ, 2012, p. 79). Os lugares, mesmo que significativos, tornam-se lugares de passagem em que os visitantes não chegam a viver uma experiência física

---

[112] Conforme discutido no Capítulo 1, o autor opta em utilizar o termo *supermodernidade* e não *pós-modernidade*, como tantos outros autores adotam. A escolha pelo termo se dá, segundo o autor, por sugerir um aprofundamento e uma continuidade com relação à modernidade, e não a sua ruptura. BINDE, João Luis. Não-lugares – Marc Augé**.** In: **Revista Antropos** – [s.l.], Volume 2, Ano 1, Maio de 2008, [s.p.].

[113] O conceito de não lugar foi empregado pela primeira vez por Jean Duvignaud em *Lieux et non-lieu* (Paris, Galilée, 1977). Utilizado aqui na ascepção de Marc Augé, em seu livro *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade* (publicado pela primeira vez em 1992), o autor define que o não lugar é o espaço esvaziado de sentido, em contraponto ao lugar antropológico (identitário histórico e relacional).

[114] Ver CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008.

de fato: é a anedótica imagem de turistas mirando os monumentos rapidamente, através da lente de uma câmera fotográfica, no interior de um ônibus de turismo em passagem – ou sendo fotografados diante dos monumentos, tornados cenários passageiros em função do olhar mediado pela tecnologia, como ressalta Urry (2016, pp. 146-147).

> A viagem (...) constrói uma relação fictícia entre olhar e paisagem. E, se chamarmos de "espaço" à prática *dos* lugares que define especificamente a viagem, ainda é preciso acrescentar que existem espaços onde o indivíduo se experimenta como espectador, sem que a natureza do espetáculo lhe importe realmente. Como se a posição do espectador constituísse o essencial do espetáculo, como se, definitivamente, o espectador, em posição de espectador, fosse para si mesmo seu próprio espetáculo. Muitos prospectos turísticos sugerem um tal desvio, um tal giro do olhar, propondo por antecipação ao amador de viagens a imagem de rostos curiosos ou contemplativos, solitários ou reunidos, que escrutam o infinito do oceano, a cadeia circular de montanhas nevadas ou a linha de fuga de um horizonte urbano repleto de arranha-céus: sua imagem, em sua, sua imagem antecipada, que só fala dele (...) O espaço do viajante seria, assim, o arquétipo do *não lugar* (AUGÉ, 2012, pp.80-81, grifo do autor).

Nezar Alsayyad analisa o fenômeno turístico contemporâneo pela ótica do "olhar turístico", conforme conceituado por John Urry: "o turista contemporâneo – como o peregrino do velho mundo – busca autenticidade e verdade em tempos e lugares distantes de sua vida cotidiana" (ALSAYYAD, 2001, p. 5). Percebe-se, portanto, nas várias leituras sobre o tema, percepções divergentes do turista e de seu "olhar". Enquanto que, para Augé e Certeau e mesmo Débord, o olhar do turista é voltado para si mesmo e sua relação com o patrimônio é distanciada e mediada pelas imagens, para Urry, Laurajane Smith (2006), Carlos Fortuna (2012) e Maria Tereza Luchiari (2000; 2005), este turista é ávido por experiências enriquecedoras e por vivenciar emoções por meio do patrimônio. Laurajane Smith, por exemplo, questiona a visão simplificadora do turista enquanto ser passivo:

> A definição de turista usada aqui, centrada na busca pelo 'autêntico outro' por uma audiência acrítica e passiva, é uma que está sendo desafiada na literatura sobre turismo como simplista e estreita demais. (...) turistas são muito mais críticos, atentos e comprometidos do tradicionalmente categorizados, e que a busca pelo autêntico não necessariamente apenas ocorre em encontros com artigos materiais 'autênticos', mas mais em experiências que têm ressonância emocional e significado para a produção da memória (SMITH, 2006, p. 123, tradução nossa[115])

[115] No original: *"The definition of 'tourist' used here, centred on the search for the 'authentic other' by a noncritical and passive tourist audience, is one that is being challenged in the tourism literature itself as too simplistic and narrow (...) demonstrate that tourists are far more critical, mindful and engaged than traditionally categorized, and that the search for the authentic does not necessarily only occur in encounters with the 'genuine' material article, but rather in experiences that have emotional resonance and significance for memory making and reminiscing"* (SMITH, 2006, p. 123).

Carlos Fortuna discute que os sentidos do patrimônio são divididos em duas leituras: aquela do *discurso autorizado do patrimônio*, conforme o conceito analisado por Laurajane Smith (2006), que seria a interpretação dos técnicos especialistas, os quais "tendem a avaliar as situações de acordo com critérios elitistas de validação patrimonial que reclamam um dado sentido universalista"; e os do turista, que vivencia o patrimônio principalmente pelo viés da emoção, e "tendem a valorizar espontaneamente manifestações materiais ou imateriais de cultura popular do que julgam dever ser historicamente relevante para determinada comunidade" (FORTUNA, 2012, p. 27). Significados como autenticidade, raridade, antiguidade e beleza, tidos como "valores consagrados", são percebidos de forma diversa, de acordo com o caráter emocional, social ou político do público receptor. Atualmente, portanto, para Fortuna, é essencial que se leve em consideração a dimensão da emoção – e não apenas a perspectiva da racionalidade técnica – no trato com o patrimônio cultural no contexto contemporâneo.

Diante da questão da emoção – e do caráter cada vez mais diáfano e subjetivo das qualidades do patrimônio e dos seus efeitos no público, gestores apelam à mesma lógica da propaganda e do *marketing* para "vender" o patrimônio dos edifícios e das cidades para os turistas-consumidores. Nezar Alsayyad identifica este processo como a "fabricação do patrimônio", aos modos da produção capitalista e dialogando com o conceito das tradições inventadas, de Hobsbawm e Ranger[116] (2002), pois a relação entre a cultura e o forma construída é afetada tanto ao construir identidades nacionais como fabricar patrimônio para consumo comercial.

> Nesta era global, o consumo da tradição como forma de demanda cultural e a produção do patrimônio como um campo de suprimento comercial são duas faces da mesma moeda. E muitos países estão agora ativamente inventando ou recriando seu próprio patrimônio, e usando as receitas turísticas para este fim. (ALSAYYAD, 2001, p. 15, tradução nossa[117]).

Alsayyad identifica três tipologias principais de ambientes que são produzidos com o intuito de torná-los lugares que representem a tradição cultural: a primeira é representada pela

---

[116]De certa forma, o processo é o mesmo: a fabricação do patrimônio, na concepção de Alsayyad, se aplica à apresentação do patrimônio material, onde os mesmos princípios de tradições inventadas (estas, nos ensaios compilados por Hobsbawm e Ranger em *A invenção das tradições*, são mais relativas ao patrimônio imaterial) são utilizada na criação ou encenação da identidade e historicidade.

[117] No original: *"In this global era, the consumption of tradition as a form of cultural demand and the manufacture of heritage as a field of commercial supply are two sides of the same coin. And many countries are now actively inventing or re-creating their own heritage, and using tourist revenues to do so"* (ALSAYYAD, 2001, p. 15).

Disneylândia; a segunda, por Colonial Williamsburg; e a terceira teria como exemplo a cidade de Las Vegas, todas nos Estados Unidos. Todas têm em comum uma relação profunda com o espetáculo.

A Disneylândia, para Nezar Alsayyad, representa um tipo de fabricação em que se recorre à história ou à identidade cultural (como caricatura ou "tipologia") para criar uma "paisagem de sonhos", um

> lugar onde todos os conflitos em uma dada cultura são resolvidos, e onde todos os aspectos culturais são reduzidos à sua representação (...) todos os ícones culturais, como estilos arquitetônicos, tipologias construtivas e configurações espaciais simplesmente *se tornam* as culturas que pretendem representar. A autenticidade aqui é desejada, e é alcançada através da manipulação de imagens e experiências (ALSAYYAD, 2001, p. 9, tradução nossa[118]).

A Disneylândia – ou a Disney World, ou qualquer outros dos parques temáticos que compõem o Império Disney – são a epítome da criação de um paradigma de espaço contemporâneo. O primeiro a ser aberto foi a Disneylândia, na Califórnia, aberto em 1955; seguido pela construção do Walt Disney World em 1965, sendo que o último é o destino turístico mais visitado do mundo, com cerca de 52 milhões de visitantes anuais[119]. O complexo do resort de entretenimento conhecido como Walt Disney World foi fundada em 1971, na região de Orlando, na Florida (EUA), atualmente é um "minimundo" composto por quatro parques temáticos, dois parques aquáticos, vinte e sete resorts hoteleiros, campos de golfe, *spas*, centros de compras e entretenimento, e até uma cidade inteira criada pela Disney Co., a cidade de Celebration, também na Florida. Tornado símbolo da criação de espaços lúdicos, simulacros de lugares em que as tensões sociais, políticas e econômicas inexistem – é o mundo dos sonhos, acessível ao preço do ingresso. Tornou-se um paradigma que se impõe como modelo de atração turística para outros destinos turísticos ao redor do mundo, e foi analisado profundamente por Michael Sorkin em um ensaio crítico publicado em 2003, intitulado *See you in Disneyland.*

---

[118]No original: *"a dream landscape (...) land where all conflicts within a given culture are resolved, and where all cultural aspects are reduced to their basic representations. In such a vision, all icons of culture, such as architectural styles, building typologies, and spatial configurations, simply* become *the cultures they are meant to represent. Authenticity here is desired, and is achieved through the manipulation of images and experiences"* (ALSAYYAD, 2001, p. 9).

[119] De acordo com as estatísticas compiladas no portal MagicGuide, destinado a programar e guiar viagens turísticas ao complexo de parques Disney. Disponível em: https://magicguides.com/disney-world-statistics/. Acesso em junho 2019.

Embora a prática de replicar lugares do "outro" para que as pessoas os vivenciassem não tenha sido inventado pela Disney – esta prática já acontecia nas Exposições Mundiais, ainda no século XIX (SORKIN, 2003) – a Disney foi a primeira a reconhecer o potencial permanente e comercial destes espaços artificiais, gerando *simulacros* de espaços "típicos": a típica rua central de uma cidade americana, a Main Street, é recriada na Disneylândia a partir de referenciais afetivos dos seus criadores – a cidade de Marceline, no Missouri, terra natal de Walt Disney; e Fort Collins, no Colorado, onde nascera o primeiro diretor da Disney, Harper Goff (ALSAYYAD, 2001, p. 25). O interessante, neste caso, é a inversão posterior do processo: eternizadas na quintessência da "americanidade" na Main Street do parque temático, agora são as cidades originais que imitam sua cópia como ferramenta de distinção cultural: quando Marceline e Fort Collins começaram a passar por dificuldades econômicas, ambas utilizaram suas ligações com a Disney como atrativo. Além disto, o Epcot Center, com seus pavilhões representando diversos países, representam caricaturas culturais para a visitação, visando recriar a experiência de se estar lá.

> Uma viagem para a Disneylândia substitui uma viagem para a Noruega ou Japão. 'Noruega' ou 'Japão' são contraídos para seus significantes mínimos negociáveis, vikings e samurais, gravlax e sushi. Não é que não se tenha viajado – é o movimento que alimenta o sistema, afinal. É que todas as viagens são equivalentes (...) A Disney está numa sombra perpétua, impulsionando seus visitantes par um passado ou futuro invisitáveis, ou para alguma geografia (inconveniente). O sistema todo é validado, porém, pelo fato de que as pessoas literalmente viajaram, e escolheram, afinal, ir para a Disneylândia no lugar de qualquer umas das geografias reais representadas. Para milhões de visitantes, a Disneylândia é igualzinha ao mundo, só que melhor (SORKIN, 2003, p. 216, tradução nossa[120]).

Ou seja: a representação simulada, idealizada e simplificada dos lugares antropológicos na Disney provocou o que Débord havia previsto: a modernização dos deslocamentos retirou a realidade não só do tempo, mas também do espaço. "Como as feiras mundiais, os parques temáticos são simulacros da cidade existente na memória coletiva e no imaginário (...), manipulando experiências, comprimindo o tempo-espaço e promovendo o consumo alienado" (BARRETO, 2016, p. 52). Sorkin analisa que os parques da Disney (Disneylândia, Disney World e EuroDisney) estão todos localizados em um nodal de transporte em uma rede rápida e

[120] No original: "A trip to Disneyland substitutes for a trip to Noway or Japan. 'Norway' and 'Japan' are contracted to their minimum negotiable signifiers, Vikings and Samurai, gravlax and sushi. It isn't that tone hasn't traveled – movement feeds the system, after all. It's that all travel is equivalent. (…) Disneyland is in perpetual shadow, propelling its visitor to an unvisitable past or future, or to some (inconvenient) geography. The whole system is validated, though, by the fact that one has literally traveled, that one has, after all, chosen to go to Disneyland in lieu of any of the actual geographies represented.(…) One has preferred the simulation to the reality. For millions of visitors, Disneyland is just like the world, only better" (SORKIN, 2003, p. 216).

facilmente acessível pelo mundo tudo – o viajante chega diretamente lá, a um lugar encantado em meio ao nada.

> O urbanismo da Disneylândia é precisamente o urbanismo da equivalência universal. Nesta nova cidade, a ideia de lugares distintos é dispersada em um mar de *placelessness*[121] enquanto todo lugar se torna um destino e todo destino pode ser qualquer lugar. O mundo dos arranjos urbanos tradicionais é colonizado pela penetração de um novo corredor multinacional, levando sempre para um único sujeito humano, o consumidor monádico (SORKIN, 2003, p. 217, tradução nossa[122]).

Em suma: a Disneylândia é a cidade sem ser cidade, é a comunidade cujos membros estão trânsito perpétuo, é a significância cultural simulada e representada por meio de alusões ao patrimônio reconhecível. Em essência, é o não lugar, mas travestido de significado artificial através de uma autenticidade encenada e no estímulo da emoção do visitante através do emprego de recursos tecnológicos avançados, por meio de engenharias de imagens, luz e som (conforme descrito anteriormente por Choay) que provocam no visitante o êxtase da imaginação e da tecnologia (HALL apud BARRETO, 2016, p. 52). Toda a experiência se orienta em torno do consumo: o complexo abarca e fornece todas as experiências necessárias de acomodação, alimentação, experiências e compras, todas sob a *marca* Disney.

Transposta para as cidades comuns e reais, a *disneyficação* consiste, portanto, em processos de fabricar produtos culturais globais (ALSAYYAD, 2003, p. 9), comuns nas cidades pós-modernas voltadas ao lazer, à diversão, ao espetáculo, à tecnologia e, como fim último, ao consumo. Para Bryman (apud BARRETO, 2016, p. 53), o processo de *disneyficação* se apoia em cinco pilares: tematização, consumo híbrido, merchandising, trabalho performático, e controle e vigilância. Estes mecanismos vêm sendo adotados em diversas localidades, inclusive em cidades históricas cujo patrimônio já é significativo, porém – atendendo às expectativas do turista contemporâneo – insuficiente para provocar emoção e conexão significativa em todos os tipos turista. Assim, eventos, espetáculos de luz e som, performances, roteiros guiados por meio de animação cultural, paisagens estetizadas e lúdicas, entremeadas pela onipresença da

---

[121] N.T.: Não foi encontrada uma palavra que traduza precisamente o sentido de *placelessness*, que se refere à qualidade de falta de "lugar", ou "estar sem lugar", no sentido antropológico. Logo, optou-se por deixar o termo no inglês original.

[122] No original: "*The urbanism of Disneyland is precisely the urbanism of universal equivalence. In this new cty, the idea of distinct places is dispersed into a sea of universal placelessness as everyplace becomes destination and any destination can be anyplace. The world of traditional urban arrangements is colonized by the penetration of a new multinational corridor, leading always to a single human subject, the monadic consumer"*(SORKIN, 2003, p. 217).

tecnologia e das possibilidades de consumo, passam a integrar-se na cidade tradicional com o objetivo de potencializar a experiência cultural e de lazer do turista. No entanto, o tratamento *disneyficado* do patrimônio é objeto de duras críticas: Smith (2006, pp. 32-33) discute que a sanitização e comoditização do patrimônio, que o reduz a mero entretenimento e simplifica a mensagem do passado, contribui para uma visão condescendente de um turista passivo e acrítico, incapaz de se relacionar criativamente com o patrimônio. Deste modo, o turista é visto como um "recipiente vazio", que recebe o discurso autorizado do patrimônio de forma mediada, sem que com isso ele possa, ele próprio, absorver, apropriar, refletir e fazer o "trabalho de memória" que, de acordo com diversos autores citados por Smith (2006, p.34), seria o processo inerente ao contato com o patrimônio cultural.

Seguindo com a reflexão de Alsayyad, a segunda tipologia de patrimônio espetacularizado e objetificado pode ser representado por Colonial Williamsburg (ALSAYYAD, 2003, p. 9). Este tipo de ambiente histórico diferencia-se da Disneylândia pois este reivindica, de fato, a história, por ter sido palco de eventos históricos importantes, mas que ao longo do tempo perdeu sua relevância. Para recuperar seu antigo prestígio, são sítios que buscam "ressuscitar" seu ambiente histórico por meio de intervenções reconstrutoras massivas. Os objetivos para estes procedimentos, em geral, se resumem a dois: atrair ganhos econômicos por meio do turismo ou atuar como lugares de memória patriótica, com fins cívicos e educativos.

Bastante discutido na literatura sobre preservação do patrimônio e a autenticidade, Colonial Williamsburg é um objeto interessante de análise à luz das discussões sobre a autenticidade do patrimônio histórico[123]. Situada na Virgínia, foi a primeira capital do domínio inglês na América do Norte. Após a transferência da capital para Richmond, Colonial Williamsburg desenvolveu-se como qualquer outra cidade americana na região, sofrendo sucessivas transformações. Na segunda década do século XX, Colonial Williamsburg teve sua reconstrução patrocinada por John Rockefeller, com o objetivo de retomar o aspecto e funcionamento da cidade tal qual supostamente era em 1775, um ano antes da independência americana. O projeto, com fins didáticos e patrióticos, visava à afirmação de uma identidade genuinamente americana e teve dimensões colossais, onde todas as construções que datavam

[123] Ver GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.

de períodos posteriores à data eleita foram destruídos e substituídos por réplicas tidas como exatas, a partir de documentos e fotografias. Do total,

> 82 edifícios coloniais, que ainda sobreviveram total ou parcialmente do século XVIII, foram restaurados à sua forma original; 341 edifícios dos quais, muito frequentemente, nada além de parte de sua fundação sobreviveu para mostrar sua localização, foram reconstruídos; 616 edifícios modernos foram demolidos ou removidos da área restaurada para gerar espaço para jardins, áreas verdes e edifícios reconstruídos" (GONÇALVES, 1988, p.270).

A recriação espetacular da cidade não se ateve às réplicas e reconstruções das edificações, ruas e mobiliário, mas inclui também a reencenação da vida cotidiana da época feita por uma grande equipe de atores contratados, que vivem, vestem-se e falam como se estivessem vivendo no século XVIII. Em razão da reconstrução maciça, aliada à reencenação da vida cotidiana como ela supostamente teria sido, Colonial Williamsburg é frequentemente denunciado como um "parque temático histórico", em que a realidade histórica seria sanitizada e estetizada ao gosto do freguês – no caso, o turista em busca de cultura, mas sobretudo de entretenimento (SMITH, 2006, p. 33). Um exemplo desta questão reside em como as tensões raciais são retratadas na representação da escravidão, por exemplo. Segundo Alsayyad, na década de 1970 historiadores buscaram atuar dando maior proeminência ao papel desempenhado pelos afroamericanos, porém a falta de dados históricos, aliados ao desconforto de representar cenas cruéis e extemporâneas em um contexto em que os espectadores estejam um busca de entretenimento leve, acabou por minar as tentativas. Em essência, representar a realidade poderia ameaçar a popularidade ou o lucro do sítio: "A falta da história 'real' deriva principalmente das preocupações da gerência de que os visitantes possam não vir, ou retornar, a não ser que suas visitas sejam agradáveis" (ALSAYYAD, 2003, p. 10, tradução nossa[124]). A polêmica em torno da representação acurada da comunidade negra levou a frequentes protestos e críticas por parte de historiadores e movimentos sociais (LOWENTHAL, 2015).

Alsayyad aponta a ironia: embora os visitantes estejam em busca de lugares "autênticos", essa experiência é primordialmente "visual" e distanciada. A "aparência" de verdade é o mais importante, de acordo com Lowenthal (2015): embora os idealizadores do projeto tenham sido enfáticos em atestar o compromisso rigoroso com os fatos históricos e a

[124] No original: *"the lack of 'real' history mainly derives from the concerns of management that visitors will not come, or return, unless their visits are enjoyable"* (ALSAYYAD, 2003, p. 10).

autenticidade da sua representação[125], buscavam enfatizar a diferença entre o que era produzido em Colonial Williamsburg e o que se pareceria com a Disneylândia. Para o espanto dos funcionários envolvidos no processo, o público viu pouca diferença. A aparência de verdade, teria mais valor que a verdade em si (LOWENTHAL, 2015, p.582). De qualquer modo, para estudiosos como Gonçalves (1988), os esforços empreendidos na reconstrução e reencenação de Colonial Williamsburg não poderiam ser enquadrados como "inautênticos", mas dotados de uma autenticidade específica da nossa era: uma espécie de "autenticidade não-aurática", uma autenticidade deste novo tipo de objeto patrimonial na era de sua reprodutibilidade técnica, em referência ao conceito de Walter Benjamin[126].

Por fim, a terceira tipologia analisada por Alsayyad é o caso de Las Vegas, que, para o autor, designa um local que explora o patrimônio cultural por meio da construção de cópias, porém sem nenhuma pretensão de autenticidade: o objetivo é explorar o lucro comercial gerado pelo consumo turístico exclusivamente pelo viés do entretenimento (ALSAYYAD, 2003, p. 10). As cópias não têm pretensão de retratar sua ambiência, escala ou até mesmo sua aparência real, suscitando casos interessantes da percepção pública sobre o autêntico/original e a réplica/falso: Lowenthal relata que o Serviço Postal dos Estados Unidos optou por retratar a Estátua da Liberdade em um selo comemorativo de 2011. A imagem retratada era de sua réplica de Las Vegas, e não da estátua original, considerada menos atraente depois de sua restauração na década de 1980 (LOWENTHAL, 2015, p. 536). Alsayyad narra uma anedota em que encontrou um acadêmico americano em Gizé, no Egito, e este demonstrava decepção ao conhecer a Esfinge de perto. Morador de Las Vegas, estava acostumado a ver a imensa reprodução da Esfinge no Hotel e Casino Luxor, em escala três vezes maior. Sua decepção não se devia ao fato de que a "realidade não correspondia à sua imagem, mas que, no caminho, a realidade deixou de ser relevante quando a imagem se tornou o principal quadro de referência" (ALSAYYAD, 2003, p. 26, tradução nossa[127]).

---

[125] Segundo Gonçalves, a recriação de Colonial Williamsburg é feita por equipes de profissionais multidisciplinares (com historiadores, arquitetos, arqueólogo, antropólogos) e com base em um extenso volume de documentos históricos, procurando manter ao máximo a veracidade técnica e estilística dos objetos antigos reais. (GONÇALVES, 1988, p. 269)

[126] Para o filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940), a *aura* é um conceito que designa os elementos únicos, de uma obra de arte original, o fator inexistente em réplicas. O conceito foi utilizado pela primeira vez em 1936 no ensaio "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". Ver: BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica in: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000. pp. 221-257.

[127] No original: *"the reality did not live up to its image, but because along the way, the reality ceased to be relevant when the image became the principal frame of reference"* (ALSAYYAD, 2003, p. 26).

Apesar das denúncias constantes de sua aparência *kitsch*, Las Vegas difere dos outros dois tipos enumerados por Alsayyad por não ter nenhum propósito escondido – as referências patrimoniais a que recorre são abertamente fabricadas, apelando apenas à diversão da colagem de monumentos icônicos de civilizações diversas a despeito de rigores de tempo ou espaço (ALSAYYAD, 2003, p. 11).

Não é que o público confunda o autêntico com o falso, mas simplesmente que na sociedade contemporânea, isso não necessariamente importa. O entretenimento e a emoção provocada pelos efeitos da tecnologia e dos apelos de um ambiente de parque temático são o foco deste tipo de local.

> Inútil aqui querer defender a autenticidade do patrimônio cultural contemporaneamente valorizado. Neste período onde predomina o meio técnico científico e informacional (...), a capacidade de difusão cultural e de reprodução das formas (naturais ou artificiais) é tão ou mais importante que a própria autenticidade. Nós, viajantes, sedentários ou turistas, admiramos conscientemente a capacidade técnica da reprodução, e sabemos que a cultura é um híbrido de representações materiais e simbólicas que, há muito tempo, não são mais originais, autênticas ou exclusivas de um único grupo social (LUCHIARI, 2005, p. 97).

A cultura de memória, pervasiva na sociedade contemporânea, legitima as criações destes espaços com um ar de nostalgia e de cultura, com a facilidade de serem fáceis de visitar pela proximidade. Esta noção não é nova. Já no século XIX, especialmente nas Exposições Universais industriais[128], já houve diversas réplicas e reconstruções de monumentos icônicos de outras partes do mundo, com a função de criar um espetáculo para os visitantes. A Feira Mundial em Nashville, Tennessee, nos Estados Unidos, reproduziu com precisão o templo Partenon, em 1897 – que encontra-se no Centennial Park da cidade até hoje, inclusive com reproduções dos Mármores de Elgin[129] em gesso. As *clous de l'exposition* da Feira Mundial de Paris, de 1900, tinham entre as propostas a recriação de um vulcão com erupções artificiais, reproduzindo não apenas o Monte Vesúvio, mas templos, o fórum, residências e até mesmo a arena de gladiadores, com a reprodução dos "modos de vida" da antiga Pompeia. Embora essa proposta não tenha sido aprovada pelo júri, a *Village Suisse* o foi – e esta reproduzia de forma

[128] Ver mais exemplos em RAIZMAN, David; ROBIE, Ethan**. Expanding Nationalisms at World's Fairs:** Identity, Diversity, and Exchange, 1851-1915. S/l: Routledge, 2017.

[129] As peças conhecidas como Mármores de Elgin eram partes do entablamento do Parthenon, templo ateniense construído no século V a.C. As noventa e duas métopas com esculturas em alto relevo foram retiradas as ruínas do templo e levadas para a Inglaterra por Thomas Bruce, o Lorde Elgin, em 1906. Até hoje a repatriação das peças saqueadas é objeto de disputa jurídica internacional entre a Inglaterra e a Grécia.

inovadora e precisa não apenas a paisagem de vilarejos dos Alpes Suíços, completo com montanhas, lagos, reprodução das casas e até 300 habitantes alpinos nativos reproduzindo seu "modo de vida" para o deleite dos visitantes da Feira (RAIZMAN; ROBIE, 2017, s/p). Conforme Choay relata, em 1900,

> um arquiteto americano submeteu ao Congresso um projeto de Museu Nacional de Arte e História para Washington, que reproduzia em tamanho natural um conjunto de monumentos pertencentes às principais civilizações da Antigüidade. O interesse dessa 'Acrópole moderna' prendia-se ao fato de q 'a ciência moderna pode reconstruir os monumentos e os edifícios antigo com uma exatidão de detalhes muito mais impressionante e instrutiva que os museus europeus, que expõem nas vitrines objetos heteróclitos e muitas vezes até fragmentos'" (CHOAY, 2001, pp. 234-235).

Os paradigmas de atrações turísticas em que o patrimônio é espetacularizado e fabricado, citados aqui, são casos extremos – porém são destinos extremamente populares e, do ponto de vista turístico, exitosos. Evidentemente, os extremos de tais experiências são exceções e não se aplicam do mesmo modo à maioria dos sítios turísticos mundiais. A questão que se coloca, no entanto, é dos valores que estas experiências externalizam e de que modo alguns de seus elementos se repetem na visão comum do patrimônio. Por exemplo: se a recriação do patrimônio histórico como cenário não chega aos extremos sanitizados de Colonial Williamsburg, ainda assim reconstruções de monumentos que idealizam um suposto "estado original" não são incomuns. O tratamento de centros históricos frequentemente adota uma a construção de uma paisagem lúdica, expressa por meio do emprego de cores vivas, do fachadismo e da cenarização urbana, por exemplo. Podemos não ter uma Disney, porém frequentemente os sítios históricos são permeados por atividades de consumo e lazer, substituindo a pluralidade de funções tradicionais por serviços e comércio destinado exclusivamente aos turistas. Tradições são inventadas, atividades folclóricas são apresentadas como *performances.* O turista, mesmo o brasileiro, tem cada vez mais expectativas com relação ao que vai encontrar nos locais de memória, por já estar acostumado com um padrão de serviços turísticos. Estas questões não podem deixar de ser consideradas, sob pena de deixar de compreender os desejos, expectativas e mesmo a apropriação que o turista tem com o espaço patrimonial.

Ao mesmo tempo, ao ignorar ou desprezar o contexto turístico contemporâneo em que o patrimônio se insere, os estudiosos do patrimônio podem se descolar cada vez mais da realidade da gestão destes espaços, perdendo seu lugar para a força dos interesses econômicos

do turismo. Por outro lado, tampouco podem deixar-se atropelar por estes interesses, sacrificando exemplares únicos e às vezes insubstituíveis para esta forma de turismo predatório. Como Alsayyad alerta,

> "o que estes exemplos apontam são os perigos de profissionais do patrimônio que comprometem suas posições sem considerar a indústria turística. Afinal, a indústria turística é um negócio, não uma caridade, e tanto sua ética quanto sua estética respondem primordialmente para exigências de mercado" (ALSAYYAD, 2003, p. 15)

2.3.4. Branding urbano e as cidades-atração

O fenômeno de espetacularização turística das construções pode, no caso de áreas urbanas ou cidades inteiras, incluir os processos descritos nos itens anteriores, porém se reveste ainda de algumas questões específicas. Dentre elas, a mercantilização das cidades por meio do *marketing* de suas supostas particularidades; e neste caso, o patrimônio urbano se configura um atrativo especial, como instrumento de construção da identidade da cidade. Conforme visto anteriormente, as cidades globais também se tornam produtos, voltados para o consumo turístico – porém esta é apenas uma faceta em um contexto econômico maior, em que o capitalismo se desindustrializa, e as cidades mudam o enfoque de suas atividades econômicas e geração de empregos (JAMESON, 1997; HARVEY, 1992; NOBRE, 2003). Nesta conjuntura, as cidades se veem em uma acirrada competição entre si em busca do capital, de modo a garantir a sustentabilidade local. De acordo com David Harvey, "reforçar a imagem da cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares tornou-se um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (desde 1973) de competição interurbana intensificada e de empresariamento urbano" (HARVEY, 1992, p. 92). Sejam seus atrativos naturais ou culturais, sendo que estas últimas se manifestam, primordialmente, em sua historicidade e paisagem construída, é esta identidade cultural do local que é tratada e construída como "marca" (no sentido de *branding*[130]) tanto na gestão do patrimônio cultural quanto no planejamento

[130] *Branding*, em *marketing*, é um termo em inglês que pode ser traduzido, de forma simplista, para "gestão de marcas". Tratam-se de ações como a criação de identidade visual (logotipos, marcas, *slogans*, etc.) que, disseminadas por forte propaganda, consigam provocar uma impressão forte em seu público-alvo, que diferencia o valor deste produto em relação aos seus competidores. BRANDING. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Branding&oldid=50384299. Acesso em: 5 nov. 2017.

estratégico urbano. Sant'anna (2004) conceitua o *branding* aplicado à gestão urbana do seguinte modo:

> (...) o termo designa o conjunto de técnicas de construção e fortalecimento de marcas comerciais, que incluem a publicidade, mas envolvem, principalmente, ações de patrocínio, licenciamento e intervenção direta no campo cultural. O *branding* é, sobretudo, uma estratégia que visa a conferir identidade a uma marca, tornando-a parte da vida e do ambiente cultural do consumidor. Dito de outro modo, é uma estratégia que faz com que uma marca comercial produza cultura ou crie, em torno de si, uma cultura. Na montagem dessas estratégias, têm surgido como veículos privilegiados o espaço público, as identidades sociais, a educação e a própria produção cultural. (SANT'ANNA, 2004, p. 43).

Para destacar a cidade em uma rede cada vez mais competitiva, a cidade é vendida utilizando os mesmos mecanismos que qualquer outro produto: através do *marketing* urbano e da propaganda. De acordo com Philip Kotler (1998), considerado um dos principais estudiosos do marketing, "a essência do marketing é a busca e a criação de mercados (tanto novos, como já consolidados), gerando relacionamentos e vínculos mercantilizados através de produtos comercializáveis" (apud ALMEIDA; ENGEL, 2017, p. 92), através de ferramentas que respondem a demandas e desejos de mercado (o público consumidor), oferecendo produtos e serviços ao qual se atribui um determinado *valor,* que se estabelece como moeda de troca. Inicialmente aplicado a produtos ofertados por empresa, a mesma lógica passa a ser aplicada também no âmbito da cultura e na gestão das cidades (ALMEIDA; ENGEL, 2017; PEIXOTO, 2000).

A partir da transformação urbana promovida por grandes intervenções que utilizam a cultura como significante, os "espaços são (re)utilizados, tendo o marketing a incumbência estratégica e globalizante na (re)construção da imagem desses espaços públicos, posicionando os territórios como sujeitos que disputam uma espécie de mercado territorial" (ALMEIDA; ENGEL, 2017, p. 90). Ou seja: a imagem idealizada, desejada, vendida para atrair o público se impõe como referência e se sobrepõe ao objeto em si, pois, para viabilizá-la, as operações urbanas muitas vezes sacrificam a própria realidade social e material que compõem a cidade preexistente. Conforme Peixoto (2000, p. 102), "a cidade é mais do que um espaço: é um conjunto de imagens". Em suma: a cidade torna-se espetáculo de si mesma.

Paola Berenstein Jacques afirma que "nos últimos vinte anos, vêm se acentuando, em todo o mundo, iniciativas que podem ser classificadas de 'culturalização' ou 'musealização' das cidades" (JACQUES, 2003, p. 32), fenômeno este que em geral se inicia com a

patrimonialização ou museificação das cidades e/ou de seus monumentos, vistos como "recursos simbólicos numa competição global pelo *soft power* da imagem criativa, e também pelo poder econômico de investimentos e receitas proporcionadas pelo turismo" (ZUKIN in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017, p. 25). Visando uma revitalização urbana atrativa que tornaria a cidade competitiva dentro de uma rede global de cidades-mercadoria, disputando a atenção dos turistas,

> As contradições entre valor cultural e valorização econômica, entre público e privado, (...) são expressão dos processos em que as políticas de patrimônio são atravessadas pelos mercados da terra, da arte, do turismo. Estes são processos generalizáveis a todas as cidades em que o patrimônio cultural na dimensão urbana está institucionalizado" (FELDMAN in CYMBALISTA; FELDMAN; KUHL, 2017, p. 226).

Nesta competição interurbana, como a identidade da cidade é concebida e vendida? De acordo com Peixoto, "As cidades são cada vez mais conhecidas por aquilo que são capazes de fazer e propiciar ou, mais apropriadamente, pelas capacidades virtuais que são afirmadas através das campanhas de marketing urbano ou de representações que se vão difundindo e solidificando" (PEIXOTO, 2000, p. 102). Deste modo, busca-se encontrar na cidade em questão um marcador identitário em busca de uma singularização em relação às demais – e estes marcadores são convertidos em *slogans* e em imagens publicitárias. No capitalismo globalizado, conforme discutido anteriormente, em que a cultura se torna um produto – é justamente a cultura, tanto material como também a imaterial, que se estabelece como estratégia principal das intervenções urbanas, e elemento essencial na construção das imagens identitárias da cidade, conforme Peixoto:

> Nesse contexto, as lógicas de empresarialização de todas as formas de gestão, incluindo a pública, incorporam cada vez mais a retórica dos 'ativos imateriais': a cultura, o talento e a criatividade dos indivíduos. Os saberes e os costumes, as ideias, os sistemas de organização, a marca ou o *ethos* identitário, entre outros. O que antes era objeto de estudo e campo do antropólogo e do sociólogo é agora também, e cada vez mais, objeto e campo do administrador e do publicitário (PEIXOTO in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017, p. 17).

A cidade histórica, ou seu centro histórico, passam, portanto a ter maior potencial de construção de uma identidade singular e da exploração de suas qualidades atrativas dentro da lógica empresarial de competitividade urbana no "historicismo pós-moderno"[131] (SANT'ANNA,

[131] Sobre o *historicismo* na arquitetura contemporânea, é interessante aqui inserir a discussão de Fredric Jameson sobre esta questão: "(...) os arquitetos usam essa palavra (polissêmica ao extremo) para designar o ecletismo

2004, p. 50), em que o apreço pela história e/ou a nostalgia do passado (na terminologia de Lowenthal, 2015) seduzem cada vez mais turistas. Como "a pretensa especificidade de cada cidade se encontra fortemente ligada a uma cultura local, é principalmente através dessa cultura própria que as cidades poderiam se individualizar, acentuando suas diferenças" (JACQUES, 2003, p. 33), e seus elementos culturais, tanto materiais quanto imateriais, são alvos que direcionam as intervenções urbanas, principalmente com objetivos estetizantes (ALMEIDA; ENGEL, 2017, p. 94), voltados a um mercado específico e muitas vezes internacional.

Peixoto destaca, inclusive, que a expansão do campo patrimonial dos últimos anos contribui para o incremento da mercantilização das cidades, pois intensifica a percepção da singularidade por meio das tradições retomadas ou inventadas do patrimônio imaterial, como festas, folclore, gastronomia e costumes em geral (HOBSBAWM; RANGER, 2002; LOWENTHAL, 2015) associadas à paisagem urbana. É frequente, em muitas cidades históricas, que eventos como shows e festivais culturais (festas típicas, festivais gastronômicos, entre outros) se tornem um elo de potencializar o fluxo de visitantes para o centro histórico, mantendo um interesse constante e contínuo com o lugar[132] - afinal, como reforça Peixoto (in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017, pp. 16-20), enquanto o patrimônio material é fixo, sólido e imutável, o patrimônio imaterial é plástico, na medida em que sempre se modifica e se transforma, renovando seu potencial de atração. O visitante que foi a uma cidade histórica e viu a configuração espacial composta pelas construções e elementos materiais, já a conheceu – no entanto, a experiência se modifica de forma aparentemente infinita à medida em que diferentes eventos e experiências imateriais podem acontecer neste local.

complacente da arquitetura pós-moderna que, sem critérios ou princípios, canibaliza todos os estilos arquitetônicos do passado e os combina em *ensembles* exageradamente estimulantes" (JAMESON, 1997, p. 46). Contextualizando esta tendência descrita pelo autor com o tratamento estetizado e artificializado de algumas intervenções espetaculares no tecido urbano preexistente, ou em recriações *disneyificadas*, percebemos um certo sistema de valores que impacta a percepção do patrimônio e, por fim, da própria história.

[132] Alguns exemplos desta questão: Em São Francisco do Sul-SC, como se verá no Capítulo 3, festas e eventos culturais esporádicos ao longo do ano visam atrair a visitação pra a cidade fora da temporada de verão, época de pico de visitação à cidade por conta do turismo "de sol e mar" nos seus balneários. A Festa de Tradições da Ilha (Festilha), Festival Gastronômico, além de outros eventos, visam atrair visitantes fora de temporada e manter um fluxo constante e sustentável de atividades turísticas na ilha, com alguma dificuldade. Marcia Sant'anna menciona o mesmo fenômeno ocorrendo no sítio que se tornou paradigma deste tipo de intervenção: o Pelourinho, em Salvador. De acordo com Sant'anna, após a 4ª etapa na controversa revitalização da região histórica, em 1994, foi constatado que o retorno econômico das intervenções das etapas anteriores não lograram os efeitos almejados, pois o turismo se mostrou insuficiente, assim como o consumo em estabelecimentos voltados a um público elitizado. Com isso, deu-se início à promoção de eventos musicais e culturais com objetivo de estimular a afluência de soteropolitanos ao centro histórico e o consequente consumo do espaço e da cultura local. Ver: SANT'ANNA, 2003b, p. 48.

Intervenções massivas nas cidades, visando à sua "requalificação", não são novidade: desde o Plano Haussmann em Paris (1853), grandes transformações no tecido preexistente foram frequentes. Com a expansão da noção de *monumento* na Carta de Veneza, passando a abarcar não apenas as construções isoladas mas também o tecido urbano histórico, houve um chamado à consciência para que as intervenções em áreas históricas fossem mais cautelosas e criteriosas. No entanto, a partir dos anos 1990, intervenções de grande porte e extensão voltaram a ser realizadas em áreas das cidades, com o intuito de dinamizar áreas degradadas ou estimular mais o uso e a apropriação de usuários e visitantes. As intervenções recebem diversas designações:

> O prefixo *RE-* começa a ser empregado nas novas definições – renovação, reabilitação, revitalização, regeneração, etc. – representando referências explícitas às preexistências. O *RE* é uma estratégia que considera (ou finge considerar) a inclusão do Tempo na análise do Espaço, sem contudo, explicitar um significado e uma metodologia para tal. Aparece aí o modismo oportunista, as imprecisões de definição e da própria metodologia a ser adotada (VASCONCELLOS; MELLO, 2003, p. 62).

As interpretações semânticas são diversas, e inclusive têm diferentes entendimentos em áreas distintas da arquitetura e do urbanismo. Em 1995, a Carta de Lisboa pretendeu elencar e definir as características e o escopo de cada tipo de intervenção com o prefixo *re-*, tanto em nível urbano quanto no do edifício individual. Apesar de controversa, pois os termos parecem não ter muita distinção uns em relação aos outros e, também, trazem equívocos e contradições com princípios constantes em outros documentos basilares, como a própria Carta de Veneza[133], o documento pretendeu distinguir quatro termos em relação às estratégias de intervenção urbanas: revitalização, renovação, requalificação e reabilitação[134]. Vasconcellos e Mello (2003)

---

[133] Ver VASCONCELLOS; MELLO, 2003, pp. 60-63; KÜHL, 2010, p. 298.

[134] Segundo a Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada (1995), produzida ao final do 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana (e, portanto, de alcance pontual, não constituindo-se em um documento ratificado em Assembleias mais abrangentes), as definições das intervenções são os seguintes: "a) *Renovação Urbana:* Ação que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua consequente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitetônicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como património arquitetônico ou conjunto urbano a preservar. b) *Reabilitação urbana:* É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infraestruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. c) *Revitalização urbana:* Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas. d) *Requalificação urbana:* Aplica-se sobretudo a locais

apontam ainda a existência de outros termos, como regeneração ou reestruturação urbana. A conclusão a que se chega, porém, é que ainda hoje as definições de cada forma de intervenção, seu alcance e escopo e sua metodologia são pouco claras e criteriosas, o que contribui para ações sobre as preexistências de caráter conflituoso e extremamente controverso.

Nos anos 1990, a partir da intervenção no centro histórico de Salvador, o Pelourinho, diversas outras cidades passaram a ser objeto de intervenções que visavam reabilitar regiões históricas que haviam, ao longo do tempo, se degradado. A experiência no Pelourinho foi pioneira, no Brasil, e por seu alcance operacional e pelos seus resultados, tornou-se paradigma de intervenção em centros históricos no Brasil – tanto pelos seus acertos quanto, talvez com maior enfoque, por seus erros[135]. De acordo com Sant'anna,

> Essas intervenções – que produziram espaços muito semelhantes destinados ao turismo e ao lazer – alcançaram estrondoso sucesso de público e colocaram, rapidamente, as cidades onde foram executadas em evidência no cenário nacional. Concebidas e financiadas por governos municipais ou estaduais, essas iniciativas funcionaram como poderosas peças promocionais das respectivas cidades, do seu patrimônio e de suas administrações (...) Paralelamente, em metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, proliferaram intervenções de requalificação de espaços públicos e de reabilitação de imóveis nos centros antigos, acompanhadas de farta produção discursiva sobre o caráter estratégico dessas áreas e de seu patrimônio para a cidade e para a economia urbana (SANT'ANNA, 2003a, p.156)

Sant'anna afirma que, no rastro destas experiências, programas oficiais na esfera federal – promovidos pelos órgãos de salvaguarda do patrimônio, como é o caso do IPHAN – começaram a ser elaborados para implementar estes procedimentos de forma estruturada, contando com financiamento nacional e internacional e medidas de renúncia fiscal, por meio de parcerias público-privadas. Estas medidas, estimuladas pelo sucesso de público e político, disseminaram o modelo de intervenções urbanas nas cidades históricas por diversas cidades no Brasil através do Programa Monumenta[136] – dentre elas, a cidade de São Francisco do Sul[137].

---

funcionais da 'habitação'; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma atividade adaptada a esse local e no contexto atual." (CARTA DE LISBOA, 1995, pp. 1-2).

[135] O presente trabalho não irá se aprofundar na análise da experiência no Pelourinho por este ser já objeto de inúmeros trabalhos de pesquisa e análise de grande profundidade e extensão. Para maiores informações sobre esta intervenção, ver: SANT'ANNA, 2004; SANT'ANNA, 2003a; SANT'ANNA, 2003b; NOBRE, 2003; ZANIRATO, 2008.

[136] O Programa Monumenta, especificamente, será discutido na seção 2.5.1.

[137] A intervenção no centro histórico de São Francisco do Sul, promovido pelo Programa Monumenta, será apresentado com maiores detalhes no Capítulo 3.

Estes processos levaram a consolidação de um modelo de cidade histórica no Brasil, que Marcia Sant'anna cunha de *cidade atração.* Essas cidades têm, como característica, a função primordial de atuar como espetáculos atrativos, em que, por meio do uso de branding e o marketing de seus atributos, subordinam a sua função cultural à sua condição de produto (SANT'ANNA, 2004). O *branding* urbano aplicado a elas visa, sobretudo, criar vínculos emocionais com os turistas – uma *experiência* singular, associando a ela valores, estilos de vida, *status* social, e sobretudo emoções -, sem que isso dependa, necessariamente, de suas qualidades intrínsecas ou de seu caráter educativo-cultural. Sua aparência, com uma estética lúdica, padronizada e higienizada, associada aos eventos e outros mecanismos de *engenharia cultural* conforme definidos por Choay (2001), oferecem ao visitante uma experiência sobretudo agradável, leve e emocional.

> Essa contaminação entre arte e consumo é o que tem forçado a transformação de espaços especializados, como museus, centros culturais, galerias etc, em espaços que apelam constantemente ao lúdico e ao sensório, como forma de aproximar, à maneira da linguagem dos media, o público do objeto em exibição. O mesmo tem se verificado na esfera urbana, onde igualmente se explora a aparência, os efeitos, as sensações e tudo o mais que diz respeito à ambientação e ao sensório (SANT'ANNA, 2004, p. 46).

Como resultado, verifica-se um paradoxo: na busca da singularidade e da identidade afirmada por meio de sua historicidade e de seu caráter patrimonial, as cidades são geridas de forma padronizada, o que faz com que acabem tornando-se cada vez mais iguais entre si. Voltadas sobretudo ao turista internacional e não ao habitante local (e levando-se em consideração que mesmo entre os habitantes locais, as expectativas da qualidade do espaço tendem a valorizar determinados padrões de serviços e espaços), as cidades-atração atendem cada vez mais a um padrão internacional que se impõe por meio dos operadores turísticos e das redes hoteleiras, de *fast food*, redes de varejo, *shopping centers* e as grandes corporações (JACQUES, 2003; ZUKIN in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017). A padronização ocorre desde a sinalização, e permeia o tratamento dos espaços públicos, praças, mobiliário urbano, paisagismo e maneiras de intervir nas edificações isoladas, priorizando efeitos de cenarização, *lighting design*, e fachadismo, gerando o mesmo efeito do não-lugar descrito anteriormente, agora em escala urbana (PEIXOTO, 2013; SANT'ANNA, 2004).

Jacques vai além, afirmando que a padronização não é apenas imposta pelo capital, mas inclusive pelos próprios organismos de preservação do patrimônio, que tendem a impor uma

interpretação e um modo de gestão único – em geral ocidental e europeu – para cidades as mais diversas:

> No centro das cidades ditas históricas, o que ocorre é ainda mais inquietante, uma vez que essas áreas, a princípio, deveriam preservar a memória cultural de um lugar, de uma população e, muitas vezes, de toda uma nação. O modelo de gestão patrimonial mundial, por exemplo, segue a mesma lógica de homogeneização, ao preservar áreas históricas de forte importância cultural local, pois seguem normas de intervenção internacionais, que não são adaptadas de acordo com as singularidades locais. Assim, esse modelo acaba tornando todas essas áreas – em diferentes países e culturas das mais diversas – cada vez mais semelhantes entre si. Essas áreas não somente se parecem cada vez mais, coo parecem cada vez mais com seus próprios cartões-postais, que também seguem um padrão internacional (JACQUES, 2003, pp. 33-34).

Esta questão pontuada por Jacques vem de encontro aos questionamentos contemporâneos de autores como Laurajane Smith e a crítica ao discurso autorizado do patrimônio, que impõe uma interpretação e um discurso únicos acerca do patrimônio, sem que a perspectiva das comunidades locais sejam levadas em consideração. As intervenções urbanas em cidades históricas rompem não apenas o transcurso do tempo na cidade histórica e a materialidade de seu tecido urbano, como também interferem de forma intensa na rede de relações sociais que produzem e conferem vitalidade à cidade histórica.

Em termos urbanísticos, o impacto social relativo à valorização econômica de sítios históricos, em particular em áreas urbanas, consiste na inclusão ou exclusão da população aborígene na dinâmica econômica renovada que se estabelece, em função do turismo. Em geral, conforme já ressaltado anteriormente, um dos maiores incentivos e justificativas para a turistificação está na possibilidade de dinamização econômica e aumento de oportunidades de emprego para os moradores locais – seja em decorrência da reapreciação da produção cultural local por parte dos turistas, como artesanato, apresentações musicais e folclóricas, gastronomia típica e outras expressões de patrimônio intangível, mas também por meio do consumo dos turistas nos estabelecimentos comerciais e de serviços regionais. No entanto, o revés social provocado pela gentrificação dos sítios históricos ainda é frequente e alvo de intenso debate há algumas décadas. A exclusão da comunidade local se dá por duas formas: intencionalmente, quando há a desapropriação e remoção de moradores ou comerciantes locais em função das intervenções na melhoria dos espaços; e também indiretamente, como consequência da especulação imobiliária e aumento insustentável do custo de vida na região. Sharon Zukin menciona que

> (...) os usuários originais do ambiente construído encaram um difícil dilema se quiserem permanecer no lugar. Por um lado, eles talvez prefiram uma região 'mais desordenada', que contradiz o ideal higienizado de patrimônio cultural imposto sobre espaços públicos. Por outro, uma região recém 'monumentalizada' pode trazer alugueis mais altos, que os residentes de longa data não são capazes de arcar. Os beneficiários da gentrificação chegam para ocupar as regiões históricas, desalojando os padrões sociais dos moradores antigos, enquanto louvam o caráter cultural de sua vida diária (ZUKIN in CYMBALISTA; FELDMAN; KÜHL, 2017, p. 27).

O patrimônio cultural de cada cidade é único, porém, diante da força massacrante da lógica econômica que reduz a cidade à mercadoria – e a mercadoria, dentro de uma visão massificada, é cada vez mais padronizada e universalizada – o tratamento conferido ao patrimônio vem se afastando, cada vez mais, das questões inerentes ao próprio campo. Afinal, se o patrimônio se reduz a uma imagem, esta não se sujeita às ações do tempo. O espetáculo – em suas diversas configurações – é a corporificação do presente eterno, do objeto reificado e idealizado, pronto para ser consumido. Como imagem, ele é descolado das vicissitudes da ação do tempo, das tensões sociais, e sobretudo da sua realidade e autenticidade.

Evidentemente que as questões e características apontadas aqui não estão presentes em todos os lugares, tampouco com a mesma intensidade. No entanto, em maior ou menor grau, muitos dos elementos indicados nos estudos sobre a espetacularização do patrimônio atendendo à demanda turística podem ser encontrados, isolados ou em conjunto, em grande parte das atrações turísticas pelo planeta, e muitas vezes são resultados de ações realizadas por especialistas do campo e mesmo dos órgãos de salvaguarda. A questão primordial que se coloca é: esta nova realidade de sítio histórico é algo problemático que deve ser revertido, ou trata-se da evolução do campo, em função de uma nova conjuntura política, econômica e social?

2.4. O turismo nas Cartas Patrimoniais

O turismo, que em um primeiro momento surge em consequência da existência do patrimônio, agora passa a ser um instrumento que, se bem utilizado, poderia valorizar e garantir a preservação do patrimônio. Isto foi reconhecido pelos próprios organismos de preservação nacionais e internacionais desde a origem da noção institucionalizada de monumento nacional. Segundo Choay, ainda na Revolução Francesa, em 1789, quando pela primeira vez o Estado assume a função de tutelar os bens patrimoniais expropriados da monarquia, do clero e dos imigrantes[138], os critérios de valores incluíam o *valor econômico*, que, segundo a autora "institucionalizou o 'grande passeio' (...) para atrair os visitantes estrangeiros, do patrimônio constituído pels monumentos (...) a exploração dos monumentos franceses oelo turismo é imaginada com base no modelo que a Itália desenvolvera" (CHOAY, 2001, p. 118). No entanto, orientações específicas destinadas a regular a prática turística só surgiriam um século depois na França. Mas é na segunda metade que o setor turístico chega a um volume significativo a ponto de ser considerado nas discussões e incentivado pela própria UNESCO, por exemplo. Já em 1949, na Conferência Geral da UNESCO, organizada pelo italiano Roberto Pane, já se debatia qual poderia ser o papel da UNESCO nesta questão:

> Pane defendia a ideia de uma colaboração da Unesco com outros organismos internacionais, especialmente os de turismo, que, para ele, deveria ser um aliado da conservação: "o turismo trabalha para nós, e nós trabalhamos para o turismo... Velho como o mundo, o turismo é hoje para vários países 'a primeira e a mais completa indústria de exportação'" (RIBEIRO, 2016).

Cecília Ribeiro (2016) relata que as Nações Unidas passa a abordar a temática do turismo definitivamente a partir de 1963, com a organização da *United Nations Conference on International Travel and Tourism* (Conferência sobre Viagem e Turismo Internacional das Nações Unidas), em Roma. Este evento ficou conhecido como o primeiro congresso sobre o turismo internacional, e sua inclusão nas missões de assistência técnica fora recomendado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidades. Entendido como uma "indústria", o turismo deveria ser incluído como um fator de desenvolvimento econômico e a gestão dos recursos naturais e culturais, visando à sua exploração turística, seria um meio de alavancar a

[138] Os valores atribuídos aos monumentos constam de decretos e instruções publicados pelo Comitê de Instrução Pública francês desde sua criação. Os valores que justificam a conservação dos monumentos, naquele contexto, eram, segundo Choay (2001, pp. 116-118): o valor nacional; o valor cognitivo (histórico e cívico); o valor econômico; e, em último, o valor artístico.

competitividade econômica das diferentes regiões do planeta. O termo "turismo cultural" só começou a ser utilizado, nos documentos da UNESCO, a partir de 1966 (RIBEIRO, 2016).

"A partir de 1967, ano do turismo internacional designado pela ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também passou a financiar a assistência técnica para o turismo cultural" (RIBEIRO, 2016). É neste contexto que surgem as Normas de Quito[139], de 1967, documento resultante de um encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos e que tem o Brasil como signatário, é direcionada, de forma pioneira, para o desenvolvimento econômico e turístico da América em torno da adequada proteção dos bens patrimoniais (DUARTE JUNIOR, 2010). Neste documento, já no primeiro parágrafo da sua introdução, se afirma que "esses bens do patrimônio cultural representam um valor econômico e são suscetíveis em constituir-se em instrumentos de progresso". Adiante, adverte que o acentuado empobrecimento dos diversos países americanos colocava o rico patrimônio cultural em risco, e alerta para a pertinência da elaboração de um "plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social", visando à sua conservação principalmente por meio do incentivo à visitação turística destes monumentos (OEA, 1967). O documento recomendava, portanto, que "os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas" (RODRIGUES *in* FUNARI e PINSKY, 2005, p. 18-19).

A repercussão de tais discussões levou, no Brasil, à criação de órgãos como a EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo[140]), em 1966, por meio do Decreto-Lei 55, o qual também criou o Conselho Nacional de Turismo, cuja atribuição era definir uma política nacional para o setor. Especificamente referente ao campo do patrimônio, o órgão de preservação do patrimônio paulista, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio

[139] As Normas de Quito, de 1967, promovida pela Organização dos Estados Americanos, dispõe sobre a conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico.
Disponível no Portal do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em março 2019.

[140] Antiga "Empresa Brasileira de Turismo", criada durante o governo militar como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. No governo Fernando Henrique Cardoso, foi convertida em empresa estatal e teve seu nome alterado para Instituto Brasileiro do Turismo. Segundo o portal do instituto, "a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional." (EMBRATUR – Competências.
Disponível em: http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/opencms/index.html. Acesso em maio 2019.)

Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), criado pela lei estadual nº 10.247 de 1968, tem o termo "turismo" já embutido no nome, reforçando esta relação. Mais recentemente, como se verá adiante, grandes projetos de desenvolvimento que têm a preservação do patrimônio como motor, como é o caso do Programa Monumenta, do IPHAN, têm como um de seus objetivos o desenvolvimento econômico local por meio da promoção do turismo patrimonial.

Em 1976, o ICOMOS (Comitê Internacional de Monumentos e Sítios) publica a Carta de Turismo Cultural[141], resultado do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas naquele ano. Esta versão da carta traz à tona preocupações a respeito dos impactos negativos do turismo de massa sobre os bens patrimoniais, reconhecendo, entretanto, seu caráter inexorável e sua influência positiva no desenvolvimento social e na reversão de seus vultosos rendimentos – que, à época, já se faziam sentir – para a própria conservação dos monumentos e sítios alvo da visitação.

> O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui- para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (ICOMOS, Carta do Turismo Cultural, Postura Básica, item 3).

A Carta ressalta, ao longo de seus parágrafos, que o aspecto primordial a ser considerado e priorizado é o patrimônio e suas necessidades e especificidades: "Em todo caso, com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio (...) é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muito justificada que esta se paute desde o ponto de vista social, político ou econômico" (ICOMOS, Carta do Turismo Cultural, Postura Básica, item 4). Deste modo, a Carta conclama que os setores representativos do setor turístico e as de proteção do patrimônio natural e cultural, devem conciliar seus interesses à luz desta prioridade e produzir uma política concertada e efetiva, de modo a proteger o patrimônio de um "turismo anárquico cujo resultado é a negação de seus próprios objetivos" (ICOMOS, Carta do Turismo Cultural, Bases de Atuação, item 5). Portanto, o ICOMOS apela aos estados signatários que estes garantam uma rápida e rigorosa aplicação da Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial,

[141] Disponível para acesso público pelo portal do IPHAN, em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf. Acesso em março 2019.

Cultural e Natural[142], de 1972, com especial atenção à "proteção da autenticidade e diversidade dos valores culturais". Além disto, enfatizam o papel da educação patrimonial dos usuários, para que se forme "uma consciência universal" de preservação, além de recomendarem que os especialistas que atuarão no planejamento e gestão turística do patrimônio cultural e natural recebam uma formação adaptada à natureza multidisciplinar do turismo cultural.

Em 1999, a Carta do Turismo Cultural foi revista, atualizando-a diante das mudanças de perspectiva do impacto turístico sobre o patrimônio no transcorrer das duas décadas que separam as versões do documento. Nomeada como "Carta do Turismo Cultural Internacional", foi fruto da 12ª Assembleia Geral do ICOMOS no México. Dentre as diferenças, a Carta do Turismo Cultural Internacional enfatiza mais a experiência, as emoções e as relações do turista com a população nativa, ao invés de enfocar apenas nos bens materiais culturais ou naturais – seguindo as mudanças de paradigma no tratamento do tema. Este aspecto demonstra a expansão da noção de patrimônio, conforme visto no Capítulo 1, que passa a abarcar tanto os aspectos tangíveis quanto os intangíveis do patrimônio. A Carta pontua os desafios da proteção, conservação, interpretação e apresentação do patrimônio e da diversidade cultural à luz da crescente globalização, enfatizando, sobretudo, o respeito à memória coletiva e aos significados do patrimônio para a comunidade local. Assim, dentre as orientações da carta, há cuidados para a conservação da autenticidade das manifestações culturais, a redução dos impactos do turismo nos modos de vida tradicionais, a inclusão das comunidades locais na gestão turística, e o constante monitoramento dos impactos das atividades sobre o cotidiano dos moradores locais. Em essência, a Carta postula a sensibilidade dos promotores e turistas em relação às comunidades indígenas, o que inclui desde o comportamento dos turistas até a inserção de novos equipamentos, os quais, segundo a Carta, devem dar preferência para linguagens arquitetônicas vernaculares e o emprego de materiais e técnicas construtivas locais.

[142] A Convenção Internacional para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris em 1972, é um importante marco regulatório para a proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade como um todo, definindo, normatizando e estabelecendo parâmetros, diretrizes, conceitos essenciais do que deva ser definido como Patrimônio Mundial. Nesta ocasião, foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial, vinculado à UNESCO, o qual fica responsável por compilar a Lista do Patrimônio Mundial, reunindo os bens de valor cultural e natural de valor considerados universal para toda a humanidade.

2.5. Políticas de preservação cultural vinculadas ao turismo como motor de desenvolvimento

As iniciativas de preservação do patrimônio urbano, vinculadas principalmente à sua função turística, se colocaram de forma contundente no Brasil nas últimas décadas, se estabelecendo como um modelo dominante de atuação sobre o patrimônio cultural. Foram diversas iniciativas, promovidas em parcerias que envolviam instâncias públicas e privadas: o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), o Programa Monumenta, e, mais recentemente, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas[143] – este último, ainda em vigor. Para fins deste trabalho, enfatizaremos principalmente as características e propostas do Programa Monumenta, que teve, entre os sítios históricos contemplados, a cidade de São Francisco do Sul, objeto desta pesquisa. O caso específico de São Francisco do Sul será analisado no próximo capítulo.

Conforme abordado na seção anterior, desde a década de 1960, os documentos e orientações internacionais que embasam as ações locais sobre a preservação do patrimônio vêm mencionando o turismo em suas normativas, conciliando visões antagônicas sobre seus efeitos e riscos, e sobretudo debatendo diretrizes e procedimentos para mitigar os efeitos negativos sobre o patrimônio. As questões não foram sanadas: considerando o crescimento massivo da atividade em si e dos avanços das novas tecnologias e serviços disponíveis, que facilitam e democratizam o acesso de um público cada vez maior e mais abrangente aos diversos locais. Muitos dos problemas já verificados foram potencializados, e novos desafios surgem, na mesma medida em que os benefícios econômicos se mostram, a cada dia, mais vantajosos para o patrimônio, visto que a atividade turística potencializa o reconhecimento do valor dos bens por parte dos visitantes e da comunidade hospedeira, e com o maior acesso a recursos que viabilizam sua conservação.

[143] O PAC Cidades Históricas é uma linha de investimento específica para a preservação do patrimônio histórico tombado pelo IPHAN dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, implantado pelo Governo Federal em 2007, e que visava "a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil" (IPHAN, online). Em 2013, o PAC Cidades Históricas dá início às atividades, contemplando 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros, com aporte financeiro de R$1,6 bilhão. O PAC Cidades Histórias ainda está em andamento. Para fins deste trabalho, o PAC Cidades Históricas não foi analisado de forma aprofundada por não ter relação direta com as intervenções em São Francisco do Sul – as quais foram realizadas pelo Programa Monumenta.
Ver: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235. Acesso em junho 2019.

Trazendo a questão para o contexto regional[144], a partir da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967 e que resultou na elaboração das Normas de Quito[145], os países latinoamericanos passaram a implementar políticas integradas de preservação do patrimônio cultural associada à promoção do turismo. As principais iniciativas envolviam o financiamento de recuperação de imóveis icônicos e a instalação de equipamentos atrativos, como equipamentos culturais, além de projetos estratégicos promovidos por órgãos como o IPHAN, a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que associavam a revitalização de conjuntos históricos com o desenvolvimento econômica por meio do turismo, cujos recursos seriam destinados para a manutenção dos bens históricos e sustentabilidade econômica de regiões depreciadas ou obsoletas. Estas iniciativas fazem parte de um contexto maior de estímulo a cooperação internacional para a viabilização dos projetos de recuperação dos monumentos nos países latinoamericanos, não apenas fornecendo investimentos como também capacitação de técnicos e mão-de-obra para viabilizar os empreendimentos. Nas décadas de 1970 e 1980,

> um projeto conjunto entre PNUD[146] e UNESCO faz um chamamento à cooperação internacional para assistência técnica aos governos latinoamericanos, com orçamento de USD$ 20.000.000, em que foram criados 16 centros de conservação, os quais, após sete anos consecutivos, já tinham formado 1.500 graduados em cursos de especialização (SCHICCHI, 2012, p. 20).

De acordo com Rogério Proença Leite, já havia, neste período, ações que pretendiam incluir, de forma crescente, o setor privado como forma de suprir a privação orçamentária e,

---

[144] É interessante contextualizar que as propostas que vinculavam a conservação do patrimônio nas cidades históricas com o desenvolvimento econômico local aconteciam simultaneamente ao desenvolvimento da própria noção sobre a conservação do patrimônio urbano. É no pós-guerra – sobretudo na década de 1960 – que as cidades históricas começam a ser alvo sistemático de intervenções que visam a sua recuperação integrada, como foi o caso pioneiro de Bolonha. A Carta de Veneza, de 1964, expandia a noção de monumento histórico, já no seu Artigo 1º, não apenas para o monumento isolado, mas incluía também o sítio urbano ou rural. Apenas três anos após, as Normas de Quito, aqui na América Latina, não apenas contemplava o contexto urbano como considerava que o patrimônio seria um importante meio de alavancar o desenvolvimento econômico destes locais. O patrimônio dos centros históricos foi debatido em outros documentos, com complexidade e sensibilidade maior aos problemas verificados, sobretudo em relação ao estímulo à habitação e mecanismos para evitar a gentrificação e os efeitos da especulação imobiliária. Ver: Recomendação de Nairóbi, 1976; Declaração de Amsterdã, 1975; Carta de Washington, 1986; Carta de Petrópolis, 1987 (Brasil).
Disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em junho 2019.

[145] A cidade de Quito, no Equador, foi o primeiro local a ser declarado Patrimônio Mundial da Humanidade, pela UNESCO, em 1978. A cidade de Ouro Preto, no Brasil, também passou a integrar a lista em 1980, em meio às discussões sobre a conservação das cidades históricas no país por meio de iniciativas governamentais, o que ressalta o quanto as discussões sobre a preservação destas cidades transcendia a questão local ou mesmo regional.

[146] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

assim, desonerar os gastos e descentralizar o papel do Estado na tutela do patrimônio, com a existência de uma "preponderância de um discurso social, voltado ao desenvolvimento urbano e regional, através do incremento do turismo cultural" (LEITE, 2004 apud CUNHA, 2010, p. 140). Em 1986, surgem as primeiras propostas de legislação, no Brasil, de mecanismos de estímulo à participação da iniciativa privada no fomento à cultura, por meio da renúncia fiscal – a Lei nº 7.505, conhecida como Lei Sarney[147]. Considerada excessivamente liberal, foi substituída em 1991 pela Lei de Incentivo à Cultura, a Lei nº 8.313, a Lei Rouanet (por conta de sua autoria, pelo secretário da Cultura Sérgio Paulo Rouanet). Esta lei incluía, dentre seus mecanismos, o Incentivo a Projetos Culturais (Mecenato), que ainda hoje subsidia uma boa parte dos projetos de recuperação dos monumento. De acordo com Gastal, a partir deste tipo de instrumento, viu-se o surgimento de diversos *centros culturais* vinculados a bancos ou instituições financeiras, instalados em edifícios luxuosos construídos ou restaurados e localizados em regiões valorizadas das cidades (GASTAL, 2003, p. 83).

Embora o IPHAN tivesse papel central e preponderante nas medidas de proteção ao patrimônio histórico até a década de 1970, nas últimas décadas do século XX o órgão se viu com graves restrições orçamentárias e declínio de seu corpo técnico, tanto pela ausência de concursos públicos para reposição de pessoal, quanto pelos baixos salários (SANT'ANNA, 2004; CUNHA, 2010; DUARTE JUNIOR, 2010; GIANNECCHINI, 2015). As parcerias entre o MinC/IPHAN e a iniciativa privada, sobretudo com bancos internacionais e leis de incentivo à cultura por meio de políticas de mecenato, além da descentralização do papel do IPHAN com a criação de órgãos locais de tutela do patrimônio, tinham como objetivo encontrar uma alternativa para a sua dificuldade de atuação. Entretanto, muito em função da pouca tradição brasileira de atuação de entes privados na tutela de bens coletivos, os desafios permanecem.

Segundo Marcia Sant'anna (2004, p. 254), em 1974, o BID financiou um projeto ambicioso de intervenção na cidade de Cuzco, no Peru, que acabou por se tornar um piloto de iniciativas semelhantes pelo continente latino-americano. No Brasil, entre 1973 e 1983, o

[147] "O incentivo fiscal à cultura vem sendo praticado no Brasil desde 1986, quando foi promulgada a primeira lei de incentivo à cultura, a Lei n? 7.505, conhecida como Lei Sarney, logo no início do processo de redemocratização do país e da posse de José Sarney como presidente." Ver: COSTA, Andrea. Incentivo Fiscal para a cultura. **Itaú Cultural**, s/d. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/andreacosta/legislacao-em-producao-cultural/texto-02-lei-de-incentivo-fiscal. Acesso em maio 2019.

Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH[148] foi implementado em ação conjunta do IPHAN, BID, Embratur e Unesco, já durante a gestão de Renato Soeiro no IPHAN, que buscou descentralizar a atuação do órgão junto ao patrimônio brasileiro, além de buscar subsídios em parcerias internacionais. Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2005, p. 162), a criação do PCH pretendia suprir a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, enquanto que este fornecia a referência conceitual e técnica para a atuação nos sítios.

> Para os países envolvidos, o apoio do órgão financeiro internacional significaria, em termos políticos, um reconhecimento, para além-fronteiras, da qualidade cultural do seu patrimônio arquitetônico, reforçando o orgulho local4• Mas, para além da questão político-social, e identitária, ressaltaria as novas possibilidades das áreas de memória como negócio bancário (GASTAL, 2003, p. 80).

De acordo com Sant'anna, "O PCH foi o primeiro programa brasileiro de preservação que envolveu instituições federais e estaduais em sua coordenação e execução movimentou, em dez anos, cerca de US$ 73,8 milhões, financiando 193 projetos distribuídos por 12 estados brasileiros" (SANT'ANNA, 2004, p. 254-255): Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. O PCH já tinha como objetivo o fomento do turismo e visava, além das intervenções físicas nos monumentos isolados (geralmente direcionados para uso institucional, turístico ou institucional), a implantação e infraestrutura para o turismo, como serviços hoteleiros, comércio e serviços, melhoria dos acessos, treinamento e capacitação de técnicos e mão-de-obra, divulgação do patrimônio cultural material e imaterial, além dos atrativos naturais.

Apesar do grande investimento destinado às atividades, o PCH foi descontinuado em 1983 em função de diversos fatores: a insustentabilidade financeira das cidades beneficiadas, as quais, pouco depois do fim dos projetos, voltavam ao estado anterior de estagnação financeira e deterioração física; a crise econômica que assolou a América Latina na década de 1980; a consequente retração e interrupção dos investimentos públicos; e a própria sazonalidade e instabilidade da atividade turística (SANT'ANNA, 2004, p. 255; DUARTE JUNIOR, 2010; CUNHA, 2010, p.140). A ideia de que os vultosos investimentos públicos incentivariam também a participação da iniciativa privada não se verificou, e a centralização dos recursos apenas no

[148] Para informações e análises amis aprofundadas sobre o PCH, ver SANT'ANNA, Marcia. A herança do PCH: balanço crítico e desdobramentos 40 anos depois. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, [s.l.], v. 24, n. 1, p.59-74, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

poder público – sobretudo em um cenário de crise econômica, social e política – acabou por frustrar as iniciativas naquele momento, indicando o ponto primordial a ser ajustado em iniciativas futuras: "o envolvimento do setor privado e, consequentemente, sua inclusão nos esquemas de financiamento seriam, portanto, a chave para se promover processos sustentáveis de preservação nas cidades históricas latino-americanas" (SANT'ANNA, 2004, p. 255). Como saldo positivo, porém, Sant'anna aponta a persistência dos órgãos estaduais e locais de salvaguarda do patrimônio, a maior parte dos quais criados em função do PCH, que descentralizaram, modernizaram e ampliaram a ação pública de preservação para além do IPHAN, que havia sido, até os anos 1970, o único órgão de salvaguarda a atuar no país – e cuja atuação era relativamente limitada, devido a restrições técnicas e orçamentárias. Embora a incumbência tenha passado a ser compartilhada com outras instâncias (estaduais e municipais), o IPHAN permanece atualmente como paradigma de atuação, retomando a posição central em suas intervenções quando da implementação do Programa Monumenta, na década de 1990, em parcerias com estados, municípios, organismos internacionais e a iniciativa privada (CUNHA, 2010, p. 18).

2.5.1. O Programa Monumenta

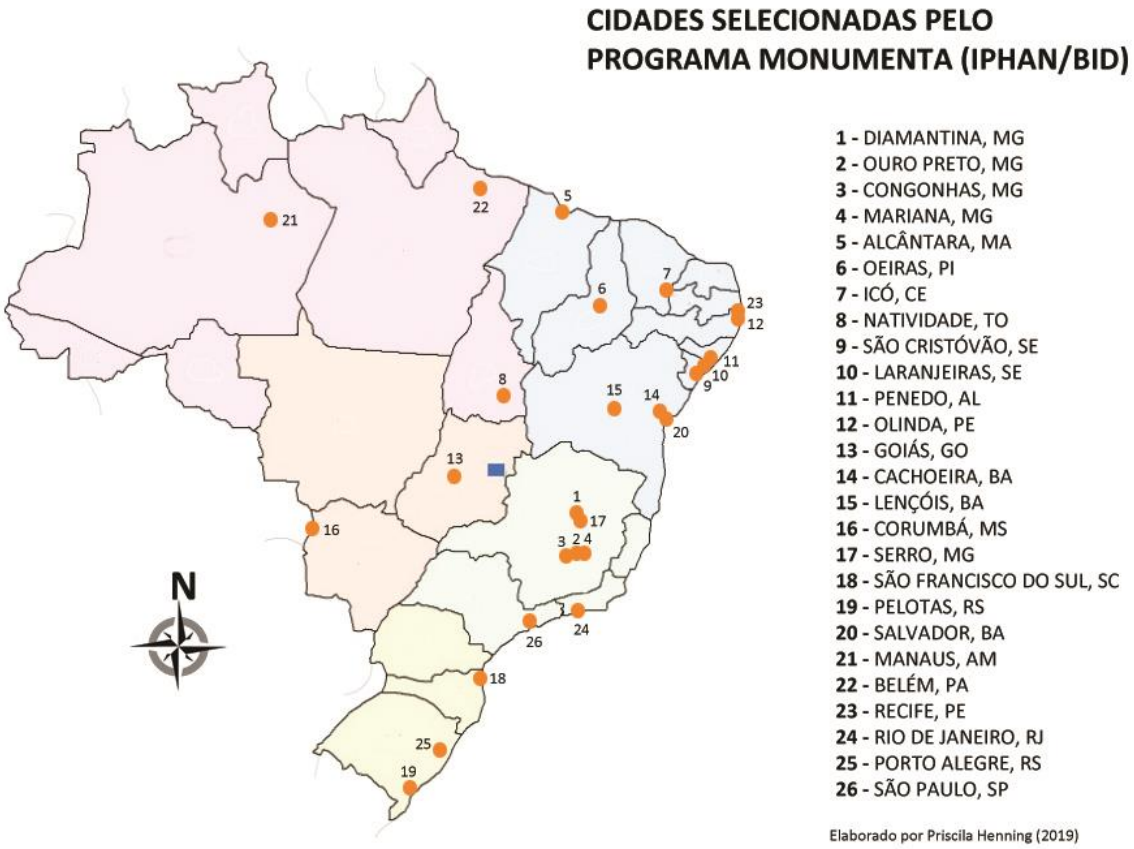
O Monumenta foi um programa estratégico do governo federal, por meio do MinC/IPHAN, com financiamento do BID, e apoio da UNESCO e de estados e municípios brasileiros, iniciou-se em 1996 e encerrou-se em 2010 (GIANNECCHINI, 2015). Até aquele momento, foi o projeto de recuperação do patrimônio histórico urbano de maior envergadura já realizado no Brasil, e tem suas raízes nas experiências realizadas pelo PCH, pouco mais de duas décadas antes. De acordo com a descrição do projeto em sua página de internet (atualmente desativada),

> Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social (...) Sua proposta é agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto, além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos. (PROGRAMA MONUMENTA, 2010 apud DUARTE JUNIOR, 2010, p. 77).

O processo seletivo do governo federal envolveu 101 sítios históricos em 80 municípios, dos quais apenas 26 cidades foram selecionadas por todo o Brasil, espalhadas em 17 estados da federação. As localidades elegíveis deveriam ser já tombadas pelo órgão federal, dentro de uma "Lista de Prioridades" elaborada pelos especialistas em 2000, e com a seleção finalizada em 2006 (SCHICCHI, 2012). Olinda, Recife, Salvador, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo eram definidas como cidades de atuação prioritária, e outras cidades puderam participar, a partir de 2004, de editais de apoio a projetos pontuais em obras de restauros específicas, nas áreas de capacitação e na promoção de atividades econômicas.

Os critérios para a seleção levavam em consideração a existência de sítios históricos urbanos nacionais e conjuntos urbanos de monumentos nacionais, com potencial de desenvolvimento turístico e que fossem representativas de diversos perfis e localizações geográficas no país, conforme o mapa a seguir.

Mapa 1 – Localização das cidades brasileiras selecionadas pelo Programa Monumenta.



Fonte: Elaborada pela autora, a partir das informações contidas em DIOGO, 2010, p. 19.

De acordo com Susana Gastal, a filosofia do programa "se embasa menos em questões histórico-culturais das localidades e mais naquilo que os documentos oficiais do Projeto têm caracterizado como sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade" (GASTAL, 2003, p. 78), com ênfase particular na promoção do desenvolvimento econômico dos sítios revitalizados, principalmente visando à atração do turismo. Segundo Érica Diogo:

> O Programa Monumenta foi concebido, no final da década de 1990, com o objetivo de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão-de-obra. Busca gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais (...) A estruturação das ações para cada cidade fundamentou-se na implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação. Esse modelo de intervenção esteve em consonância com a visão, dominante na época (Carta de Quito), de que o desenvolvimento local passava necessariamente pelo crescimento das atividades turísticas no núcleo histórico (DIOGO in DIOGO, 2009, p. 17).

Rogério Proença Leite, ao discutir as diretrizes de programa, destaca que a atuação institucional priorizou ações de *enobrecimento*, pois, segundo o próprio BID[149], o resultado imediato aguardado seria o aumento de rentabilidade econômica; do número de visitas de turistas, residentes das proximidades, estudantes, entre outros; da taxa de ocupação dos edifícios preservados; de eventos realizados na localidade; de atividades econômicas e empregabilidade; e do conhecimento público acerca da história e da cultura local (BID apud LEITE, 2007, p. 76). Leite avalia, portanto, que

> todas essas expectativas têm como pano de fundo o incremento das atividades econômicas do setor. Os indicadores do BID não se referem aos usos sociológicos dos lugares, nem aos sentidos que o patrimônio tem para seus usuários. Embora mantenha uma expectativa voltada para o conhecimento histórico da área a ser conservada, a ênfase recai no aspecto promocional que a divulgação da história possa ter para o empreendimento (LEITE, 2007, p. 76).

Em linhas gerais, a proposta do Programa consiste em um novo modelo de gestão e intervenção patrimonial, segundo seus proponentes, visando articular de forma integrada a preservação do patrimônio material e imaterial, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local, por meio de três premissas centrais: a habitabilidade, a acessibilidade e a dinamização econômica. Para tanto, os projetos articulavam o restauro e

---

[149] De acordo com o documento BID. *Program do preserve urban historical and cultural heritage*, Projeto nº BR-0261. (apud LEITE, 2007, p. 76).

outros tipos de intervenção nos imóveis públicos e privados dentro dos perímetros urbanos das cidades tombadas escolhidas visando recorrer à atratividade turística, recorrendo a algumas das práticas analisadas anteriormente: instalação de equipamentos culturais como museus e centros culturais nos bens de maior valor histórico e simbólico; iluminação cênica dos monumentos; instalação de infraestrutura e melhorias nos logradouros públicos, como passeios, praças, paisagismo, iluminação pública e mobiliário urbano; reabilitação de imóveis privados; aprimoramento da paisagem urbana, muitas vezes recorrendo ao fachadismo e à cenarização urbana – consistindo no que Sant'anna (2004, p.270) denominou "uma forte preocupação estética". O modelo do projeto é rígido e coloca como exigência que o trecho urbano selecionado "contenha os monumentos e logradouros de maior importância do conjunto, abranja uma área que assegure a composição de um 'conjunto arquitetônico harmonioso'" (SANT'ANNA, 2004, p, 269) e permita a instalação de atividades econômicas viáveis, atraindo o fluxo de turistas.

> (...) Os monumentos nacionais recuperados abrigariam atividades e funções que dariam sustentação às novas atividades, ligadas ao turismo, ou fortaleceriam as já existentes. Os espaços públicos, praças, parques, ruas ou orlas se integrariam e se articulariam com os monumentos nacionais, promovendo um uso mais intenso e qualificado desses espaços (DIOGO in DIOGO, 2010, p. 17).

Ao considerar que o objetivo final era reduzir a dependência em recursos estatais para a manutenção dos imóveis e das atividades econômicas sustentáveis, o programa tinha como princípio a inclusão da população local, tanto por meio de educação patrimonial (para que se compreendesse não apenas a importância do patrimônio, mas também seu potencial econômico); capacitação técnica de mão de obra e agentes culturais; e a inclusão da comunidade na própria conservação, principalmente dos imóveis privados no interior do perímetro da intervenção. Rogério Proença Leite questiona a natureza destas iniciativas, ao ressaltar que o patrimônio cultural de minorias étnicas e religiosas havia sido apenas recentemente reconhecido após uma longa trajetória em que foram desconsideradas na atuação de órgãos oficiais de salvaguarda.

> Para essas minorias, parece uma triste sina sair do patronato do Estado para o mecenato do mercado: o primeiro deixou-os à margem das políticas de patrimônio das políticas de patrimônio, porque se voltou predominantemente para as edificações que representassem os símbolos oficiais de uma *ideia* de nação branca e católica; o segundo, ávido pelo retorno de cada dólar que investe, não se interessa nem mesmo por esses símbolos dominantes, caso não apresentem possibilidades imediatas de retorno dos investimentos (LEITE, 2007, p. 77).

As vultosas obras de restauração nos imóveis privados seriam financiadas[150] com juros baixos e com orientação técnica por meio de editais e da estrutura do próprio Programa, visando possibilitar que a população local permanecesse na região. Segundo Érica Diogo, que atuou como Coordenadora de Imóveis Privados no Programa Monumenta,

> A melhoria das condições de uso e, principalmente, de moradia das edificações localizadas nos centros históricos deveria ser realizada pelos próprios moradores e usuários, que teriam a possibilidade de contrair um financiamento em condições bastante acessíveis para a reforma dos imóveis (...) A permanência dos moradores nos centros históricos, independentemente de suas rendas, seria favorecida pelas condições facilitadas dos financiamentos, tanto para moradias quanto para o comércio e negócios (DIOGO in DIOGO, 2010, p. 18).

Além das intervenções físicas, as atividades culturais tradicionais eram incentivadas, também como forma de atração turística, integrando patrimônio tangível e intangível. Como o programa tinha como objetivo, antes de mais nada, a sustentabilidade das atividades e a independência em relação aos aportes públicos, o governo federal, por meio do BID, propunha os investimentos estratégicos iniciais, de modo a criar condições favoráveis para a atração de parceiros e investimentos privados. "No Brasil, o programa Monumenta recebeu cinquenta milhões de dólares do banco em 1999 e teve uma contrapartida dos governos locais de mais cinquenta milhões" (SCHICCHI, 2012, p. 21). Com a valorização econômica da região, que poderia levar ao aumento de arrecadação de impostos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), os recursos oriundos do desenvolvimento econômico local seriam canalizados para um Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural[151]. Este fundo foi gerido localmente de forma autônoma por um Conselho Curador, composto por representantes do poder público e da sociedade civil de forma paritária. "Os recursos, oriundos do conjunto de intervenções promovidas pelo Monumenta e do aporte orçamentário municipal anual, devem ser destinados às ações de preservação e conservação do patrimônio cultural" (DIOGO in DIOGO, 2010, p. 19).

---

[150] Com relação aos valores financiados, segundo Erica Diogo: "Até outubro de 2008, R$ 14,6 milhões já haviam sido aplicados, viabilizando a recuperação de 300 imóveis, localizados em 20 das 25 cidades participantes do Programa. As cidades restantes, até aquela data, ainda não haviam efetivado a ação. Cerca de 40% dos imóveis recuperados abrigam famílias com renda inferior a três salários mínimos, e 60% dos tomadores de crédito receberam valores iguais ou inferiores a R$ 20 mil" (DIOGO in DIOGO, 2010, p. 26).

[151] Requisito para a inclusão do município no Programa Monumenta, o Fundo Municipal foi o principal instrumento de gestão patrimonial criado pelo projeto. Os recursos gerados pelo projeto, aumento de arrecadação, receitas produzidas pelos imóveis reabilitados, além do retorno do financiamento da recuperação dos imóveis privados abasteciam o fundo e garantiam a manutenção e conservação dos imóveis e logradouros que receberam a intervenção (SANT'ANNA, 2004, pp. 267-268).

> O modelo de intervenção imposto pelo Programa Monumenta parte do pressuposto de que apenas os recursos públicos não são suficientes para a manutenção e conservação das áreas históricas e, por isso, demanda a conjugação de esforços com a iniciativa privada. A questão da sustentabilidade é central na implementação do acordo e para a provação de projetos no âmbito do Monumenta (...) Para isto, são estimulados nos projetos a adoção dos usos turísticos e culturais, considerados aptos para dar o desejado retorno financeiro do investimento feito" (CUNHA, 2010, p, 142).

O Programa Monumenta se inicia a partir de 1995, após a reestruturação política e a estabilização econômica no Brasil, o Ministério da Cultura (MinC) e o BID retomaram as negociações para reestruturar um programa abrangente de preservação do patrimônio cultural urbano por todo o país, aos moldes da experiência em Quito, no Equador, em 1994 – considerada por muitos especialistas um marco na reabilitação urbana na América Latina. Reconstruída após um terremoto em 1987, a cidade de Quito se mostrou uma oportunidade para se viabilizar uma experiência em um "momento em que o patrimônio surgia como vedete no bojo da nova relação pós-moderna com o passado" (GASTAL, 2003, p. 79).

O modelo aplicado em Quito previa não apenas a conservação dos monumentos e melhorias dos espaços públicos, mas também a melhoria das condições de habitação e acessibilidade e o estímulo à vitalidade econômica local por meio de uma associação entre o poder público e a iniciativa privada que incluíam, porém não se reduziam, às atividades turísticas (SANT'ANNA, 2004). Os financiamentos do BID foram redirecionados a programas integrados de conservação e revitalização de centros históricos, que envolviam todos os atores interessados, transcendendo a centralidade governamental e condicionando a execução à criação de mecanismos de participação pública (SCHICCHI, 2012). O Programa Monumenta, portanto, nasce desta discussão conjuntural em que se compreende a conservação dos monumentos integrados com seu contexto, tanto considerado como um conjunto histórico, quanto integrado à totalidade da cidade, em todos os seus aspectos.

Inspirados pela experiência equatoriana, em 1996, o primeiro documento oficializando a implementação de um programa semelhante no Brasil (porém muito mais ambicioso, por contemplar inicialmente 20 cidades) foi assinado, de acordo com Sant'anna:

> Preparado pelo IPHAN e denominado "Revitalização de Sítios Urbanos Através da Recuperação do Patrimônio Cultural", o documento propõe ao BID a constituição de um programa centrado na ação conjunta entre União, Estados e Municípios, a ser desenvolvido em 20 cidades localizadas em todas as regiões do país (SANT'ANNA, 2004, p. 257).

A proposta, porém, foi recusada pelo BID em função da visão ainda muito centralizada em torno do IPHAN e dos investimentos públicos sem garantias de retorno financeiro, aos moldes do PCH. O objetivo do banco era estabelecer como meta a transformação da atuação de preservar o patrimônio, diminuindo a preponderância do poder estatal e compartilhando a responsabilidade de forma mais balanceada com a sociedade e, especialmente, com a iniciativa privada. Segundo Marcia Sant'anna, durante a fase de preparação do Programa Monumenta, ficou evidente "o extremo despreparo do Estado brasileiro para lidar com a complexa questão da preservação e dinamização de áreas urbanas, tanto em termos da ausência de políticas e instrumentos adequados quanto de projetos minimamente estruturados" (SANT'ANNA, 2004, p. 258), e lamentavelmente, o saldo das experiências anteriores não foram devidamente analisadas, o que poderia antecipar e apontar caminhos para a resolução de alguns pontos difíceis recorrentes durante o projeto. O objetivo de descentralizar o IPHAN expôs a dificuldade de Estados e Municípios de conduzir projetos complexos, o desafio da sustentabilidade econômica das atividades turísticas e culturais propostas, e a dificuldade de envolver a comunidade local ao longo do processo. Ao mesmo tempo, expôs a necessidade de ter instituições fortalecidas e bem equipadas para que os projetos pudessem ser adequadamente geridos, porém o que ocorria era justamente o contrário:

> A implantação do Programa Monumenta pôs em relevo, de modo muito agudo, a situação precária do IPHAN e a opção do governo federal, nos anos 90, de aumentar a receita da área de cultura, deixando à míngua, entretanto, suas principais instituições (...) No âmbito dessas consultorias [do BID] concluiu-se que o IPHAN não necessitava propriamente de uma profunda reestruturação interna, mas de melhores condições de trabalho, com pessoal e orçamento adequado ao desempenho de suas tarefas. Concluiu-se também que a situação dos organismos estaduais e municipais era ainda pior, o que inviabilizava qualquer proposta responsável de descentralização ou de repasse de competências do plano federal para essas unidades (SANT'ANNA, 2004, p. 258).

O IPHAN, portanto, é demovido de seu papel central como órgão de preservação, e "se vê alijado das funções de direção e coordenação da execução do Programa, para as quais são nomeados funcionários terceirizados. Ao IPHAN coube apenas o gerenciamento das ações de fortalecimento da própria instituição" (CUNHA, 2010, p. 141), pois uma das propostas do Programa Monumenta previa investimentos e aperfeiçoamento técnico e tecnológico. Os aportes destinados a isso financiavam bancos de dados, inventários, manuais técnicos, adquirir equipamentos, realizar a capacitação técnica de pessoal e desenvolvimento de sistemas que estabelecessem prioridades de conservação. Este deslocamento do papel central do IPHAN e a promoção de outros atores que tomassem para si o papel de desenvolvimento e implementação

dos projetos (como estados, municípios, iniciativa privada e comunidade local) se enquadram dentro da lógica política, social e econômica do momento (RAMOS, 2014, p. 5).

O modelo do Programa Monumenta buscou romper com o modelo tradicional, centralizado, "paternalista e ineficiente" (SANT'ANNA, 2004, p. 262) de gestão patrimonial que vinha sendo realizado no Brasil até então, diluindo as responsabilidades de atuação nos projetos de intervenção para múltiplos atores. Por outro lado, "essa mudança de enforque pode ser interpretada como uma crítica direta à histórica prática de restauração do IPHAN, que, ao longo de sua história, sempre viu com ressalvas a participação da iniciativa privada nas políticas de preservação" (LEITE, 2007, p. 78). Afinal, a atuação histórica do IPHAN, segundo Leite, sempre priorizou os aspectos históricos e estilísticos em detrimento do aproveitamento econômico ou utilitário do patrimônio cultural, objetivo final do Programa.

A estrutura organizacional do Monumenta concentrava funções de supervisão, coordenação, gerenciamento, administração, planejamento e parte da execução no plano nacional (distribuídas entre o MinC, o BID, e a Unesco), e, no nível local, funções de execução dos projetos, o que também acarretou em limitações por conta da burocracia envolvida nas diversas esferas. A distribuição das competências se deu da seguinte maneira, segundo Sant'anna (2004, pp. 262-265):

1) **BID:** como órgão financiador, determina os princípios do programa a partir dos objetivos definidos. Assume funções de supervisão geral e monitoramento, e analisa e autoriza a liberação de recursos para a realização das etapas do projeto.

2) **UNESCO:** atua com uma outra instância de controle e supervisão do programa, embora sua participação não estivesse determinada no contrato de empréstimo, contratando consultores, especialistas e serviços, e organizando licitações. Foi incluída de modo a contornar entraves legais e burocráticos nacionais, como a Lei das Licitações (GASTAL, 2003, p. 84).

3) **Ministério da Cultura (MinC):** "o principal executor do Monumenta é o Ministério da Cultura, com funções de coordenação, supervisão, orientação e fiscalização" (SANT'ANNA, 2004, p. 263). Suas atividades são divididas em dois eixos: o IPHAN e a UCG (Unidade Central de Gerenciamento), situada no interior do ministério.

a. **UCG:** responsável pela execução do programa, acumulando as funções de supervisão e controle. Composto exclusivamente por técnicos terceirizados, apontados pela Unesco, a UCG é responsável por dar suporte direto aos municípios, além de coordenar, planejar e acompanhar a execução das etapas de cada componente do projeto.

b. **IPHAN:** papel técnico de orientação e fiscalização relativo aos aspectos de proteção aos bens tombados, atuando meramente como assessoria ou no desempenho de atividades específicas.

4) **UEP** (Unidade Executora de Projetos): competência dos Estados e Municípios, com atuação em nível local. Suas atribuições são elaborar os projetos, executar procedimentos licitatórios no contexto local, controlar e acompanhar a execução de contratos. Dependendo da estrutura do município, podem ser compostos por servidores públicos locais, inclusive técnicos específicos de órgãos de salvaguarda do patrimônio[152], ou profissionais terceirizados.

Os principais atores do Programa são as UEPs, nos municípios, e o setor privado, como os membros da própria comunidade e empresários interessados em investir. Para incentivar a participação destes, o Monumenta propôs programas de financiamento para recuperação de imóveis; treinamentos para desenvolvimento de atividades econômicas, turísticas e culturais; e promoção da participação privada nas atividades econômicas, como exploração de concessões. No entanto, entre os resultados, verificou-se que o afastamento dos órgãos públicos da coordenação e execução do projeto não garantiu a agilidade dos resultados, conforme o esperado, justamente porque toda e qualquer intervenção que incida sobre um bem tombado deve passar pelo crivo do IPHAN, devido ao impacto das obras nas estruturas materiais. As diversas burocracias em todos os níveis envolvidos acabaram por, na avaliação de Marcia Sant'anna (2004, pp. 264-265), levar a um engessamento que dificultou e muitas vezes quase

[152] Na cidade de São Paulo, por exemplo, a UEP contou com a participação ativa de servidores do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Prefeitura; além de técnicos do conselho estadual de conservação do patrimônio, o Condephaat.

inviabilizou o processo, ao mesmo tempo que enfraqueceu e diminuiu o poder de atuação do IPHAN.

O resultado do distanciamento do IPHAN do processo ativo de proposição e execução de projetos é, segundo Sant'anna, uma ênfase maior em um tratamento estetizado que não dialoga, necessariamente, com as diretrizes pertinentes ao caráter sobretudo cultural do patrimônio preservado:

> A forte preocupação estética contida nas regras de projeto não corresponde, entretanto, a um cuidado especial para com o patrimônio preservado, no sentido de serem também estabelecidas exigências quanto ao desenvolvimento de estudos detalhados sobre as características patrimoniais dos sítios enfocados. Os inventários arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos pelo IPHAN no âmbito do próprio programa não estão vinculados aos projetos locais, constituindo um produto independente, que não é utilizado para informar estes últimos (SANT'ANNA, 2004, p. 270).

Pode-se concluir, portanto, que em muitas situações – em especial no caso das cidades selecionadas antes de 2003 – se deu um tratamento espetacularizado do patrimônio edificado, pois os critérios que nortearam os projetos eram primordialmente econômicos, priorizando o uso turístico e restringindo sua atuação junto aos monumentos a melhorias estéticas (SANT'ANNA, 2004, p. 270). "A busca pela atratividade está implícita em toda a proposta, como ao direcionar financiamento para a restauração da fachada - a face do prédio que dá para a rua -, e não para o imóvel como um todo", visando que o imóvel recupere sua "aparência original", porém adaptado às novas necessidades (GASTAL, 2003, p. 88). Diversas imagens, como se verá adiante no Capítulo 4, demonstram um tratamento cenarizado padronizado de fachadas e conjuntos urbanos em centros históricos tão distintos entre si quanto Pelotas (RS) e Recife (PE). A padronização não é apenas estética: a rigidez do modelo levou a procedimentos estandardizados em cidades que não levaram em consideração, necessariamente, as particularidades do patrimônio local ou mesmo as potencialidades econômicas (SANT'ANNA, 2004, p. 271).

A priorização de atividades turísticas se mostrou, em diversos casos, insustentável. Enquanto que em algumas cidades as melhorias de fato resultaram em aumento da atratividade turística e a sustentabilidade da vitalidade urbana, em casos como o Pelourinho, em Salvador (BA), o turismo foi um fator que potencializou as tensões decorrentes da gentrificação ao ponto da experiência tornar-se um paradigma de estudos sobre o fenômeno das *cidades-atração*. Em

outros, como pondera Marcia Sant'anna, o turismo como atividade-fim se revelou inviável – como garantir que cidades interioranas e distantes, como Icó (CE) – a 400km de Fortaleza – ou Natividade, no Tocantins, se tornem atrativos turísticos significativos, a ponto da atividade mobilizar deslocamentos expressivos a ponto de garantir, com sua receita, a conservação de seu patrimônio? Em diversos locais contemplados pelo Monumenta, como, em certa medida, o centro histórico de São Francisco do Sul, os "edifícios recuperados anteriormente se deterioraram em decorrência de situações de estagnação econômica, usos inadequados ou demasiadamente voltados para uma demanda cultural e turística que nunca se configurou" (SANT'ANNA, 2004, p. 270).

A ênfase direcionada à atividade turística como principal motor de desenvolvimento levou, também, a uma outra forma de gentrificação – que não apenas a provocada pela exclusão dos moradores tradicionais em consequência da especulação imobiliária, mas pela própria insustentabilidade da manutenção do cotidiano em locais alvo da intervenção – seja pelo fluxo de pessoas, ruídos, filas, mudança do perfil do comércio e serviço e a transformação de equipamentos úteis, como mercados públicos, em locais voltados ao consumo turístico. Ao privilegiar ações voltadas à atratividade turística em detrimento da integração sensível com o cotidiano dos moradores e seus elos de sociabilidade e sua relação com o lugar, em diversas situações a continuidade da moradia se tornou inviável.

> Ainda que no discurso se afirme a necessidade de manutenção da população original e usuária dos centros, a introdução da atividade turística como fator de rentabilidade dos investimentos estabelece uma contradição, já que os serviços gerados para uso da população residente e de renda mais baixa não são compatíveis com os voltados para o turismo nacional e internacional. (SCHICCHI, p. 30)

Diante das constatação das limitações deste modelo de projeto, em 2003 a direção do Programa Monumenta altera seus rumos. Segundo Érica Diogo, a Coordenação Nacional do Programa Monumenta reformulou as diretrizes do modelo a partir da verificação de resultados das primeiras experiências e das críticas que se avolumaram. Dentre as novas proposições, Diogo enumera "a ampliação das a implementação de projetos ligados às reais potencialidades de desenvolvimento econômico e social das cidades, ampliando as possibilidades para além do turismo cultural" (DIOGO in DIOGO, 2010, p. 20), e a recuperação dos imóveis privados, voltados preferencialmente para a manutenção dos usos originais, principalmente moradia e comércio e serviços tradicionais. Esta iniciativa é considerada chave pelos promotores do

programa, pois ao estimular a permanência e o uso dos imóveis que, muitas vezes, encontram-se fechados há muito tempo e em arruinamento, evita-se a insegurança, a sensação de abandono e estimula-se a vitalidade urbana. Além disto, o Monumenta enfatizou a qualificação do espaço público, estimulando a apropriação dos espaços e visuais da cidade pelo público local, e incentivando a instalação de outros tipos de equipamentos que estimulem a economia local, como universidades (DIOGO in DIOGO, 2010, pp. 20-21).

Como conclusão, pode-se verificar pela experiência do Programa Monumenta o quanto a intervenção em centros históricos é complexa e de difícil intervenção por diversos motivos. Marcia Sant'anna[153] elencou alguns dos desafios e deficiências do resultado final geral da primeira fase programa: os gastos excessivos com a administração, a falta de conclusão de grande parte das obras, a baixa participação da população local, a baixa adesão da iniciativa privada aos projetos, a pouca qualidade dos projetos apresentados (muitos dos quais não foram aprovados pelo IPHAN), equívocos metodológicos e a "tendência de concentrar os esforços de dinamização e sustentação econômica das Áreas de Projeto no desenvolvimento de atividades turísticas e culturais" (SANT'ANNA, 2004, pp. 272 -274). Em 2015, uma reportagem do jornal O Globo indicou que um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) havia apontado que o saldo final do programa seriam obras "superfaturadas, estruturas danificadas e até intervenções que sequer haviam começado antes do término oficial do projeto" (MIRANDA, 2015[154]), consumindo R$149 milhões entre 1999 e 2010. O relatório da CGU apontava que 23,7% dos bens analisados não estavam preservados em 2010, e "houve também situações em que as obras não haviam sido concluídas no prazo de outubro de 2010. De todas as 346 intervenções do Monumenta, 37,5% não ficaram prontas no prazo, sendo que 18,6% nem ao menos haviam sido iniciadas" (MIRANDA, 2015).

A experiência do Programa Monumenta aponta a uma mudança conceitual na maneira com que o patrimônio cultural urbano é compreendido no Brasil, inserido na conjuntura analisada anteriormente. Se antes tínhamos a *cidade-monumento*, reconhecida pela sua

[153] Sua tese de doutorado, publicada em 2004, contemplou apenas os três primeiros anos do programa, e aponta o resultado desta primeira fase. Convém ressaltar que as limitações apontadas por Sant'anna não necessariamente se aplicam do mesmo modo aos resultados obtidos após a reformulação do projeto em 2003.

[154] MIRANDA, André. CGU: Monumenta teve obras superfaturadas e deficientes. In: **Jornal O Globo**. 23 Outubro 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/cgu-monumenta-teve-obras-superfaturadas-deficientes-17851322. Acesso em 2 julho 2019.

excepcionalidade significativa do ponto de vista da história ou da arte, e selecionada pelos critérios rigorosos e seletivos dos especialistas pioneiros do patrimônio; e a partir da década de 1970 víamos a transição para a *cidade-documento*, em que a cidade é valorizada não pelos rigores estéticos ou históricos mas por sua própria trajetória como artefato ao longo do tempo – um autêntico monumento histórico; com as experiências das décadas de 1990-2000 temos a *cidade-atração* (SANT'ANNA, 2004), em que a cidade é compreendida como além de um monumento ou um documento, mas também um produto. Sua capacidade atrativa configura seu potencial econômico e seu caráter lúdico, a sua complexidade é, muitas vezes, reduzida à sua imagem estilizada e a um padrão turístico internacional confortável para o turista, ao gosto da sociedade pós-moderna. Diante dos desafios apresentados pelos resultados do Programa Monumenta, Romeu Duarte Junior propõe outro modelo a ser considerado: a *cidade-instrumento*, "em que as características das anteriores [cidade-monumento e cidade-documento] se somam ao exercício da cidadania e à elevação do padrão da qualidade de vida das populações, sem renunciar ao cotidiano da economia, da gestão e do mercado" (DUARTE JUNIOR, 2010, p. 60), e onde o "patrimônio cultural como recurso social e econômico [é] utilizado como ferramenta do desenvolvimento, situado além do mero empreendimento turístico/de lazer voltado unicamente a visitantes" (DUARTE JUNIOR, 2010, p. 65).

Podemos concluir que a primazia do olhar meramente econômico sobre as cidades históricas e o patrimônio cultural edificado é, por fim, insustentável. Primeiramente, porque a cidade, como organismo vivo, é produzida e vivenciada diariamente por quem a produz - não faz sentido direcionar sua essência para quem usufrui dela em passagem. O turismo é movimento, e a cidade – e especialmente seu patrimônio – é a permanência. Por fim, é sua estabilidade e sustentabilidade que garante que a cidade possa ser continuamente atrativa não apenas para os turistas, mas principalmente para seus moradores, que nela devem poder habitar, trabalhar, socializar, consumir, circular e descansar nos momentos de lazer. Em um contexto em que as cidades entram em um jogo cada vez mais competitivo de atração, a busca autêntica do turista pela experiência e pela emoção poderá se tornar insatisfatória, na medida em que os espaços se tornam a cada dia mais padronizados, artificiais e desprovidos de sua qualidade de *lugar antropológico*, com todas as suas complexidades e contradições.

PARTE II

CAPÍTULO 3

O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, SC: de cenário a atração

"Tuas ruas estreitas e fontes
Tradições que se guardam com ardor
São Francisco do Sul - Horizontes
Deste mar-continente e ardor!

Tens em ti esplendecência da vida
Cuja história palpita em teu ser
Minha terra óh ilha querida
Sou teu filho e por ti vou viver"
(Hino de São Francisco do Sul,
por Freitas Barranco e Sebastião Lima)

A pequena cidade de São Francisco do Sul, a mais antiga do estado de Santa Catarina, localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina, é um interessante exemplo do tratamento do patrimônio cultural, com resultados que refletem a complexidade do tema, dentro da perspectiva exposta nos capítulos anteriores. A experiência do tombamento municipal e nacional ainda na década de 1980, a intervenção nos edifícios do centro histórico, a partir de 2002, e seus consequentes resultados são frequentemente celebrados como um exemplo bem-sucedido do Programa Monumenta, conforme Oliveira, Carvalho e Meira (2018, p.142): "O município de São Francisco do Sul é considerado um 'modelo' pela atuação junto ao Programa Monumenta e por ação compartilhada no processo de gestão do patrimônio haja vista que se tratava da cidade que mais cumpriu com seus propósitos." No entanto, apesar de ter diversos êxitos ao longo ao processo, a experiência de São Francisco do Sul também desperta algumas problemáticas que, mais do que específicas, refletem as questões pertinentes à preservação do patrimônio edificado nas últimas décadas.

A questão da preservação do centro histórico da cidade permite uma ampla diversidade de perspectivas e recortes acadêmicos, visto que se trata de um sítio com características geográficas, história e com dinâmicas urbanas e sociais muito particulares, e vem sendo objeto de inúmeros estudos sobre o tema nos últimos anos (PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2007; LUCA e MARTINS, 2008; DIOGO, 2009; BONDUKI, 2010; SANTOS, 2015; POZZOBON, 2016;

BANDEIRA; BORBA; ALVES, 2017; só para citar alguns exemplos de textos com recortes temáticos variados). Para fins deste trabalho, a discussão enfatizará dois pontos específicos, sendo eles: 1) o processo de intervenção no centro histórico, visando analisar a preservação de seu patrimônio cultural dentro da lógica da cidade-documento/cidade-atração, associada com a pretensão de exploração do turismo e lazer; e 2) a análise de como o processo de restauração em edificações específicas se deu, em termos metodológicos e teóricos, à luz da interpretação da natureza, processos e objetivos da preservação do patrimônio edificado enquanto imagem.

Figura 6 – Parte da paisagem marítima de São Francisco do Sul/SC



Fonte: Priscila Henning, 2019.

É importante frisar, no entanto, que São Francisco do Sul não é, nem de longe, um centro histórico com potencial e vocação de atratividade turística como outros centros históricos considerados como cidade-atração (SANT'ANNA, 2004), também objetos de intervenções como o Programa Monumenta, como é o caso das capitais nordestinas ou das cidades coloniais mineiras. Pelo contrário: a sua vocação, desde a década de 1980, já era percebida como um centro de lazer mais modesto, de alcance regional, segundo relato de Dalmo Vieira Filho[155] (2019). Talvez por este motivo, as questões discutidas aqui sejam menos exacerbadas, embora ainda perceptíveis, como método próprio de uma forma de compreender a preservação do patrimônio em um determinado contexto – no caso, o do Programa Monumenta. Apesar disto, as dinâmicas sociais no processo de apropriação do patrimônio tombado, o desempenho

[155] Em entrevista a esta pesquisadora, realizada por telefone em 31 de janeiro de 2019; e também pessoalmente, em São Francisco do Sul, em 07 de fevereiro de 2019.

Dalmo Vieira Filho é arquiteto e urbanista e atuou no IPHAN durante mais de duas décadas. Foi Superintendente do IPHAN/SC entre 1985-2006 e Diretor do Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DPAM) de 2006-2012. Vieira Filho atuou e acompanhou todo o processo de tombamento e intervenção de São Francisco do Sul desde o princípio.

turístico (potencial e real) da região a partir das intervenções e o próprio processo de intervenção física no patrimônio edificado, com sua dualidade entre a teoria específica do campo do restauro e a prática das intervenções, guardam similaridades e são ilustrativas das questões abordadas nesta tese.

São Francisco do Sul é um município localizado no litoral norte do estado de Santa Catarina, a 148km da capital do estado, Florianópolis, e a 46,2km da maior cidade, Joinville. Compreende uma porção continental, correspondente ao Distrito do Saí, e a uma área insular, a Ilha de São Francisco do Sul, em 1160m^2 de área total (SANTOS, 2016, p.1) e população atual estimada de 51.677 habitantes (IBGE Cidades[156]). No último censo, de 2010, contava com 42.520 habitantes. O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) era de 0,762 em 2010 (IBGE Cidades), classificando o município em 65º lugar no estado de Santa Catarina.

Mapa 2 – Localização e Geografia de São Francisco do Sul – SC



Fonte: Google Maps / Wikimedia Commons [modificada pela autora], 2018.

A parte insular, que compreende a maior parte da área do município, é também a região de maior relevância, visto que é nesta região que localiza-se o centro histórico tombado do município, às margens da Baía da Babitonga, o porto e as principais praias.

[156] Dados do município de São Francisco do Sul, SC. IBGE Cidades. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-francisco-do-sul/panorama. Acesso em: 17 ago. 2018.

3.1. São Francisco do Sul (SC) – um breve histórico

São Francisco do Sul, Santa Catarina, tem uma história instigante. Considerada uma das mais antigas povoações do Brasil, a região da ilha localizada ao norte do estado de Santa Catarina foi registrada em documentos apenas quatro anos após a chegada dos portugueses em território brasileiro – consta que já em 1504, a expedição do navegador normando Binot Paulmier de Gonneville, o veleiro *L'Espoir*, que tinha originalmente como destino as Índias, aportou na região da Baía da Babitonga. Dá-se início à terceira mais antiga povoação do Brasil e a primeira de Santa Catarina (SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp.24-15; PEREIRA, 1984, pp. 13-28; VERLIDEN, 1959, p. 5; IBGE Cidades), embora só tenha sido elevada a vila mais de cem anos depois. Este *status* lhe rendeu algumas honrarias – como a Lei nº 15.109 de 2010, que prevê a transferência simbólica da capital do Estado para São Francisco do Sul a todo dia 11 de agosto.

De acordo com o levantamento historiográfico empreendido por Letícia Bauer, historiadora responsável pelo texto *Pesquisa histórica sobre São Francisco do Sul (1880-1930)*, publicada no primeiro volume de "Estudos, levantamentos e consultorias sobre o centro histórico de São Francisco do Sul/SC" (LUCA e MARTINS [orgs.], 2008), editado pelo IPHAN, diversos estudos sobre a história de São Francisco do Sul foram realizados ao longo do tempo, com reforço no ano de 2004, por ocasião da comemoração dos 500 anos da chegada dos franceses à cidade. Nesta ocasião, alguns livros sobre a história e cultura da cidade foram publicados especialmente para fins comemorativos, como é o caso do livro "São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville" (SANTOS; NACKE; REIS, 2004), com conteúdo abrangente e ricamente ilustrado com fotografias e documentos históricos raros. Além desta fonte, é de grande importância o estudo realizado pela historiadora Marcia Regina Romeiro Chuva e pelo arquiteto José Simões de Belmont Pessôa, responsáveis pela análise histórica e urbana da cidade do Estudo de Tombamento do Centro Histórico de São Francisco do Sul, publicado no Caderno 2 – Estudos de Tombamento do IPHAN (1995).

Bauer destaca os estudos empreendidos por Ana Brancher e Sílvia Arend, e Silvio Coelho dos Santos, além das publicações dos historiadores e intelectuais francisquenses da primeira metade do século XX como Carlos da Costa Pereira, Arnaldo San Thiago e Otávio Silveira, citados proeminentemente em qualquer estudo sobre a história local. Quanto a estes

últimos, a historiadora destaca o recorte específico da historiografia tradicional local: tendem a focalizar em duas perspectivas distintas, sendo elas:

> (...) uma primeira perspectiva centra a pesquisa e narrativa na chegada de Gonneville em 1504, na instalação da Vila de São Francisco e sua trajetória até a transformação do núcleo urbano em cidade, percorrendo, prioritariamente, documentos relativos ao período compreendido entre o século XVI e a primeira metade do século XIX (...) Uma segunda perspectiva caracteriza-se pela narrativa voltada ao cotidiano da cidade, numa série de registros muitas vezes contemporâneos ao autor (BAUER in LUCA e MARTINS, 2008, p.2).

Em seu trabalho, Bauer também realiza pesquisas nos arquivos do Museu Histórico de São Francisco do Sul (MHSFS), que contém um acervo variado de fotografias, textos datilografados de autoria de Otávio Silveira, crônicas e artigos de jornais, e outros objetos. Por fim, outra fonte para seu levantamento são artigos de jornais de São Francisco do Sul disponibilizados na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Bauer relata, no entanto, que diversas lacunas temporais ou temáticas persistiram em seu levantamento em função da pouca quantidade ou mesmo ausência de documentos (BAUER in LUCA e MARTINS, 2008, pp. 1-5).

Mais recentemente, a jornalista Nelci Terezinha Seibel publicou o livro "História do Porto de São Francisco do Sul", em 2012, e a Editora da Univille, em Joinville, dedicou-se a publicar os livros "São Francisco do Sul: memória e história – anotações de Manoel Deodoro de Carvalho", da pesquisadora Regina S. Thiago (2014) e "Patrimônio cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em arqueologia histórica" organizado pelas pesquisadoras Dione Bandeira, Fernanda Mara Borba e Maria Cristina Alves (2017). Essencialmente, são esses os principais autores e fontes que fomentam as demais pesquisas acadêmicas e dão embasamento também aos textos relativos a São Francisco do Sul produzidos por órgãos técnicos como o IPHAN. A partir deste levantamento das fontes existentes, grande parte dos autores citados foram utilizados, também, para o embasamento histórico desta pesquisa.

Apesar de São Francisco do Sul não ter sido alvo de proteção nacional pelo IPHAN "por concentrar em sua história uma densa lista de 'acontecimentos notáveis', mas por tratar-se de documento da história urbana do país, dentro do contexto de expansão das fronteiras meridionais" (CHUVA e PESSÔA, 1995, p. 53), há algumas passagens peculiares em sua história,

que se refletem no rico patrimônio – tombado e ainda não objeto de proteção legal – que marcam a paisagem da ilha.

São Francisco do Sul tem raízes muito longínquas no tempo, o que se percebe até hoje em seu relevo. Os primeiros vestígios humanos na ilha datam de 5 a 6 mil anos atrás, com a presença de muitos sítios arqueológicos pré-coloniais. Estes se concentram "nas praias, margens de rios e de lagos da Ilha de São Francisco do Sul e do entorno da Baía da Babitonga como um todo, onde foram localizados cerca de 150 sítios arqueológicos, comprovando a presença indubitável desses grupos" (REIS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 56). Dentre estes sítios, os mais facilmente reconhecidos são os *sambaquis*[157]*,* de maior antiguidade em relação aos demais sítios registrados no litoral do estado, além de *sítios-oficina*[158] e *sítios-rasos*[159]. O Sambaqui mais antigo de Santa Catarina foi descoberto em São Francisco do Sul, segundo reportagem da Globo, sucursal de Santa Catarina, veiculada em 27 de novembro de 2015[160]. A datação realizada atestou idade de 6000 mil anos, e as escavações arqueológicas registraram a presença, inclusive, de pinturas pré-coloniais no local, reforçando o registro da presença nativa no local de longa data.

---

[157] Os sambaquis derivam do idioma tupi *tambaki,* significando "amontoado de conchas" (*tamba* = concha e *ki* = amontoado). Com grandes dimensões, que chegam a aparentar serem simples morros à distância, "os sambaquis são formados por restos de animais aquáticos, sobretudo de moluscos marinhos, de restos de peixes de diferentes tipos e de mamíferos marinhos e terrestres (...) faz parte, também, da composição desses sítios uma série de artefatos, testemunhos de atividades desenvolvidas pelas populações humanas responsáveis por sua formação" (REIS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 57). Dentre os artefatos encontrados, estão ferramentas e objetos feitos em pedra, artefatos feito de ossos ou conchas e artefatos cerâmicos, além de, em muitas situações, ossadas humanas, que lá eram sepultadas. Os sambaquis são datados através de métodos físico-químicos atestando que foram formados a partir de 5000 anos atrás até por volta de 700 anos – época aproximada da chegada dos primeiros europeus.

[158] Sítios-oficina, segundo REIS (in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 59), consistem em conjuntos de sulcos ou depressões produzidos em superfícies rochosas, geralmente próximos às praias e margens de rios e lago. Estes conjuntos foram provocados pela fricção de blocos de pedra misturadas a água e areia, objetivando a produç!ao de artefatos líticos, como lâminas de machados e raspadores.

[159] Sítios rasos, segundo a mesma autora (REIS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 59), são a concentração de artefatos líticos ou fragmentos cerâmicos encontrados em local de solo escuro com pouca profundidade.

[160] Em reportagem intitulada "Pesquisadores descobrem sambaqui de 6 mil anos em São Francisco do Sul", veiculada no Jornal do Almoço na Globo no dia 25 de novembro de 2015. Disponível no portal G1-SC no endereço: http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/pesquisadores-descobrem-sambaqui-de-6-mil-anos-em-sao-francisco-do-sul/4638729/. Acesso em 18 dez. 2018.

Figura 7 – Ossadas humanas encontradas por pescador em Sambaqui localizado na Baía da Babitonga, São Francisco do Sul.



Fonte: JUNGES, Leandro S. **Pescador encontra ossadas humanas em sambaqui de ilha da Baía da Babitonga, no Norte de Santa Catarina.** Jornal A Notícia. 25 fev. 2014. Disponível em: http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2014/02/pescador-encontra-ossadas-humanas-em-sambaqui-de-ilha-da-baia-da-babitonga-no-norte-de-santa-catarina-4429475.html. Acesso em 05 jan, 2019.

Os indígenas guarani, depois denominados carijó, ocuparam a região há cerca de 1000 anos, de acordo com registros oriundos de datações de registros arqueológicos. Mais tarde, na região, há registro da presença e consequente disputas territoriais com outras tribos, como os Xokleng e Kaingangs (SANTOS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 44). Atualmente, segundo Cátia Weber (in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 45) vivem cerca de 60 índios guaranis na periferia do Centro Histórico de Laranjeiras, na aldeia (Tekoa) Laranjeiras, e outro pequeno grupo reside nas proximidades, na aldeia "Araçá" ou "Figueira". Apoiadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), aguardam a demarcação de suas terras.

O evento considerado como "marco inaugural" da cidade, e é sempre citado em pesquisas, livros, reportagens e outras produções sobre a cidade, versa sobre a chegada da embarcação francesa *L'Espoir*, capitaneada por Binot Palmier de Gonneville às terras brasileiras, apenas cinco anos após a chegada dos portugueses. O navio, contendo um pequeno grupo de comerciantes de Honfleur, tinha como destino as Índias, porém por conta das intempéries, acabaram por perder o rumo no contorno do continente africano, chegando ao Brasil - mais especificamente São Francisco do Sul, em janeiro de 1504. Este evento foi marcado por uma situação peculiar: bem recebidos pelos índios carijós locais, a embarcação permaneceu na região por alguns meses. Ao partir, Gonneville convidou dois índios para retornarem à França com a tripulação, dentre eles o filho do chefe da tribo local, Arosca. Assim, Essomericq (Carlos da Costa Pereira especula que provavelmente o nome seria uma corruptela

ou adulteração do termo carijó *Içá mirim*, significando "chefe pequeno" (PEREIRA, 1984, p. 21), foi levado pelo Capitão Binot Palmier de Gonneville consigo para a Normandia, onde o indígena – batizado na viagem de "Binot" – casou-se com a filha do Capitão, Suzanne. Esta informação é disputada por Silvio Coelho dos Santos (in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 28), que não especifica o parentesco exato da esposa de Essomericq, no entanto ressalta que o mesmo teve quatorze filhos e alcançou idade superior a 90 anos de idade. Santos ressalta que Essomericq, ao contrário de muitos outros nativos levados à Europa como escravos ou como espetáculos exóticos, gozou de prestígio como "príncipe originário das terras austrais" (SANTOS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 28), e foi protegido pelo Capitão Gonneville, inclusive herdando dele seu nome e parte de seus bens.

Toda a história de São Francisco do Sul, e consequentemente sua configuração urbana, é marcada pela sua relação com o mar. É pelas características da Baía da Babitonga, considerada ótimo atracadouro para navios desde Gonneville, que a cidade é fundada em 1658 para abrigar um porto e, assim, acelerar a ocupação do vazio entre São Vicente e o Rio da Prata, território de disputa entre colonizadores portugueses e espanhóis. De acordo com Raquel S. Thiago, toda região ao sul de São Vicente era alvo de disputa entre portugueses e espanhóis.

> A indefinição da linha demarcatória de Tordesilhas promoveu movimentações tanto de espanhóis como de portugueses pelas terras do sul. Os espanhóis entendiam que a linha terminava em são Vicente, o que determinava toda a área dali para o sul como sua propriedade, embora os portugueses a situassem no Rio da Prata (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 77).

Inclusive, foi em uma das incursões espanholas que o nome da cidade foi atribuído, por uma expedição de navegadores espanhóis liderados por Juan Díaz de Solís em 1515. Em 1533, um grupo de espanhóis fundaram uma povoação na ilha, como tentativa de demarcar o território como de sua propriedade (POZZOBON, 2016, p.18). No entanto, este povoado se desfez quando a população lá residente se retirou para Assunção, em virtude de doenças e falta de alimentos (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 77). Para tanto, seguiram por um caminho[161] antes trilhado pelo explorador D. Álvar Núñez Cabeza de Vaca, que também explorou as paragens

[161] A trilha percorrida por Cabeza de Vaca é um ramal da notável trilha indígena chamada de Caminho do Peabiru, que atravessa a América Latina, ligando o Atlântico ao interior. Cabeza de Vaca notabilizou-se por chegar até Assunção em 1542 por meio deste caminho, sendo o primeiro europeu a encontrar as Cataratas do Iguaçu no meio do percurso.

de São Francisco do Sul, tomando posse de terras na foz do Rio Itapocu, em nome do rei da Espanha.

Após a dissolução da "União Ibérica", que consistiu em um domínio espanhol exercido sobre Portugal entre 1580 e 1640 (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 77; PEREIRA, 1984, pp. 29-44), Portugal deu início ao povoamento efetivo da região, fundando as vilas de Paranaguá, no Paraná, em 1648; São Francisco do Sul, em 1658; Nossa Senhora do Desterro, atualmente Florianópolis em 1666, e Laguna, no sul do estado, em 1767. Em comum, todas estas cidades tinham previsto a instalação de portos, que faziam o apoio aos navios portugueses que se abasteciam no intenso comércio no Rio da Prata (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 54; MARTINS, 2008, p.50). O porto, como se verá a seguir, é a marca do desenvolvimento da cidade e da sua relação não apenas com a paisagem marítima, mas com o próprio desenvolvimento da cidade.

Figura de destaque da capitania de São Paulo, o bandeirante Manoel Lourenço de Andrade foi o responsável em se instalar e iniciar o povoado, sendo, portanto, creditado como o fundador da cidade, sendo o responsável por distribuir as terras entre os colonos (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 79). Lourenço chegou com sua família e um grande número de colonos portugueses e paulistas, que instalaram no local antes ocupado pelos espanhóis propriedades agrícolas rurais, que contavam com auxílio de um pequeno número de escravos domésticos (PEREIRA, 2007, p. 34). De acordo com Carlos da Costa Pereira (1984, p. 42), ao conceder uma sesmaria em 1642 a Antônio Fernandes, já havia registros de que já havia, no local escolhido, a capela da Nossa Senhora da Graça – santa padroeira da igreja matriz até os dias atuais. Isto é, já existia uma igreja rudimentar no local antes mesmo da chegada e Manoel Lourenço de Andrade, que, ao chegar, mandou construir outra igreja quando São Francisco do Sul tornou-se paróquia em 1665. Embora a igreja tenha sido bastante alterada ao longo do tempo, como se observa nas imagens a seguir, o edifício atual ainda conserva elementos originais.

Figura 8 - Aquarelas representando a evolução do edifício da Igreja Matriz – Nossa Senhora da Graça, de autoria de Conny Baumgart.



Fonte: SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 84-85. Modificada pela autora.

Figura 9 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, em fotografia datando do início do século XX.



Fonte: Acervo Museu Histórico de São Francisco do Sul.
POZZOBON, 2016, p.21.

De acordo com Pereira (2007), desde as primeiras ocupações, São Francisco do Sul se desenvolveu na mesma região, entre saída ao sul da Baía da Babitonga e os morros próximos (Morros do Hospício e da Caixa d'Água). A posição da igreja sempre foi no mesmo local, embora a construção em si tenha sofrido alterações conforme foi se modernizando e ampliando. O porto, no entanto, estava localizado bem próximo da Igreja, onde atualmente funciona o Portal Turístico de São Francisco, diferente de sua atual localização, já fora do polígono histórico da cidade, conforme o mapa a seguir:

Mapa 3 – Polígono histórico de São Francisco do Sul, demarcando a localização da Igreja Matriz e as instalações do primeiro Porto de São Francisco do Sul.



Fonte: IPHAN – ET/SFS / PEREIRA, 2007, p. 35.
Modificado pela autora.

Em 1720, a Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco tinha uma vasta extensão, que, posteriormente, foi desmembrada quando da vinda do Ouvidor Rafael Pires Pardinho para para formar os municípios vizinhos de Joinville, Araquari, Garuva, Barra Velha, Piçarras, Penha, Barra do Sul, Itapoá, chegando até Porto Belo e Itajaí (atualmente localizada a 74km de São Francisco do Sul). O Ouvidor reformulou a organização administrativa e judiciária, e estabeleceu os limites do município. De acordo com Pereira (2007, p. 35), não há registros oficiais sobre onde, exatamente, eram estes limites. São Francisco do Sul foi elevado a município em 1748, com a independência da Capitania de Santa Catarina, e finalmente tornou-se cidade em 1847.

Com a economia local predominantemente voltada para a subsistência, com produção de mandioca e pesca, o crescimento da cidade foi lento e modesto (CHUVA; PESSOA, 1995, pp. 55-56), com poucas trocas comerciais e uma frágil rede econômica. Carlos da Costa Pereira (apud BAUER, 2008, p. 6) mencionou em uma publicação no jornal A Notícia que em 1820, havia apenas cerca de 86 casas na vila De acordo com Regina Thiago,

> Desde o início, tentou-se instalar em São Francisco um regime de grandes propriedades destinadas à agricultura, com mão-de-obra de escravos e agregados. Diversos fatores contribuíram para impedir a instalação deste modelo: dificuldades encontradas na consolidação da ocupação, despovoamento espontâneo e abandonos esporádicos em função das guerras fronteiriças que resultavam sempre no recrutamento de pessoas em idade de trabalho. Além disso, as lavouras ali desenvolvidas não encontravam valor comercial dentro do modelo agrário-exportador. O resultado foi a adoção da agricultura destinada ao comércio local e ao autoconsumo, complementada pela caça e pela pesca (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 79-80)

A economia local encontrou impulso para o crescimento quando o porto de São Francisco do Sul se tornou a porta de entrada da imigração europeia, no século XIX. A região, até então, contava com reduzido número de escravos em relação às outras partes de Santa Catarina, mesmo nas propriedades rurais. A região foi, portanto, muito beneficiada pela política de imigração, principalmente com a chegada de alemães, suíços, dinamarqueses e noruegueses. Com a instalação das colônias de imigrantes europeus por todo o território circundante, até o interior antes desocupado do Estado, o porto se tornou principal meio de escoamento da produção econômica, principalmente a partir da construção de infraestrutura, como a Estrada Dona Francisca, que liga o litoral ao planalto catarinense, concluída em 1873 (POZZOBON, 2016, p. 20) e a chegada da estrada de ferro, um ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em 1903.

> A conjugação inicial de fatores como a abundância de madeira e da erva-mate proveniente da região e do planalto, a conclusão da Estrada Dona Francisca, o Rio Cachoeira, e, principalmente, o Porto de são Francisco fizeram nascer (...) uma teia de relações econômicas e políticas com peso bastante para promover interessante impulso econômico (THIAGO SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 79-80)

A relação da região com os franceses se repetiu, alguns séculos mais tarde, quando houve a instalação de um falanstério[162], a primeira experiência fourierista[163] fora do continente europeu (GALLO, 2002). Cerca de 217 franceses aportaram em São Francisco do Sul, liderados pelo médico Benoit Jules Mure, para realizar a utopia idealizada por Fourier. O Falanstério do Saí teve uma curta duração, de 1841 a 1844, e era localizado na Península do Saí, na Vila da

[162] Por seus vestígios se situarem distantes do centro histórico tombado, na parte insular do município de São Francisco, o tema do falanstério não será aprofundado neste estudo.

[163] Os falanstérios eram comunidades coletivas experimentais concebidas pelo filósofo francês Charles Fourier (1772-1837), que visavam realizar a plena natureza humana por meio do socialismo utópico. Os edifícios, chamados de falanstérios, eram uma propriedade coletiva em que os membros da falange compartilhariam não apenas a moradia, mas também os meios de produção, exercendo funções de acordo com sua vocação.

Glória, região da porção continental do município de São Francisco do Sul[164]. Embora haja placa indicativa da existência das ruínas do falanstério em Vila da Glória, dificilmente se encontra seus vestígios em meio à mata.

Na transição dos séculos XIX e XX, com o impulso das imigrações e da implementação de infraestrutura, o centro histórico da cidade começou a ser transformado por conta das atividades portuárias. Os primeiros grandes armazéns se instalaram na cidade, como é o caso da empresa Carlo Hoepcke e Cia, de Florianópolis, que construiu vários armazéns e um trapiche nas proximidades do porto antigo.

Figura 10 – Vista aérea de São Francisco do Sul, meados do século XX.
Instalações do antigo porto em funcionamento (à esquerda).
Na parte superior, é possível ver a construção das instalações do novo porto.



Fonte: Arquivo digital IPHAN.

[164] Ver GALLO, Ivone Cecilia d'Avila. **A aurora do socialismo:** fourierismo e o falansterio do Sai (1839-1850). 2002. 297p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280276. Acesso em: 31 jul. 2018; THIAGO, Raquel S. **Fourier: Utopia e Esperança na Península do Saí.** Blumenau: Editora da FURB, 1995; SILVA, Gisele Maria. Falanstério do Saí: uma experiência utópica em Santa Catarina. In: **Santa Catarina em História**, Florianópolis, UFSC – Brasil, vol.1, n.1, 2007; e diversos artigos do pesquisador da UFSC Hoyêdo Nunes Lins sobre o tema.

Em 1955, o porto foi transferido para outra localidade ainda mais próxima dos armazéns e da Estação Ferroviária, construída em 1910, mais para sul, fora da poligonal do centro histórico tombado. Além dos armazéns, segundo Pereira (2007), São Francisco do Sul também teve sua economia dinamizada pela instalação das primeiras pequenas fábricas, olarias, engenhos e curtumes (PEREIRA, 2007, p, 36), além das atividades econômicas associadas ao porto. De acordo com Regina S. Thiago, este afastamento do porto da cidade influenciou na vitalidade urbana, no "burburinho" causado pelas chegadas e partidas, típicos de uma cidade portuária (THIAGO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 99-100). No entanto, vale ressaltar que a cidade já dispunha de um circuito cultural ativo, conforme Pereira:

> A vida cultural da cidade se agita com uma série de apresentações teatrais e uma importante produção de jornais e revistas. Estas transformações também são percebidas na arquitetura local com a valorização financeira dos imóveis e, uma série de novas construções, erguidas ao gosto arquitetônico europeu. (PEREIRA, 2007, p. 36).

É no início do século XX que, no afã de modernizar-se e alinhar-se com as tendências europeias, trazidas pelos europeus, que a maior parte das edificações coloniais é demolida ou reformada, adquirindo feições ecléticas. De acordo com Chuva e Pessôa (apud PEREIRA, 2007, p. 37), no parecer elaborado para o tombamento pelo IPHAN, é neste contexto que surgem as primeiras referências à "arquitetura nórdica", devido à influência dos imigrantes. Surgem chalés, tipologias de residência com acabamentos em madeira, e telhados de grande inclinação, transformando a paisagem urbana antes predominantemente colonial. Estas transformações se deram pela mudança do gosto da população, mas também por meio de implementação de políticas de estetização urbana, como os Códigos de Posturas que, desde 1887, com a aprovação do primeiro, existência de "artigos que visavam regulamentar obras e uniformizar edificações, ruas e passeios" (BAUER, 2008, pp. 10-11), determinando desde materiais construtivos até altura de vegetação no alinhamento das ruas. Este Código de Posturas é reeditado em 1926, reforçando os pontos anteriores e detalhando, ainda mais, a padronização arquitetônica desejada na paisagem das ruas:

> Foi definida a espessura de barrotes e vigas mestras, bem como da altura mínima do pé direito em 4 metros para o primeiro pavimento, 3,80m no segundo e 3,60 nos demais. As portas deveriam ter, no mínimo, 3 metros e janelas, 2 metros de altura. Modificações na cobertura das edificações, obrigatoriamente de telhas de barro, deveriam ter cornijas com 50cm de altura e 30 cm de saliência, e platibandas nas fachadas, sendo proibida a renovação dos beirados de telhados voltados para a rua. As sacadas dos sobrados ou casas assobradadas no perímetro urbano deveriam ser de

> ferro fundido ou balaústres. No perímetro urbano era proibido construir ou reconstruir madeiramentos de coberturas por sistema de meia-água ou alpendre, bem como cobrir ou recobrir os prédios e dependências com madeira ou palha. Era terminantemente proibido construir fora do alinhamento. (BAUER, 2007, p. 23).

Em 1912, surgem referências nos jornais da cidade de uma "Commissão de Embellezamento das Praças e Ruas" (BAUER, 2008, p. 39), cujo ano de criação não foi encontrado por falha na sequência dos periódicos. De acordo com o levantamento realizado por Bauer, constatou-se nos jornais da época que tais intervenções provocaram uma valorização dos imóveis que, apesar da alta dos aluguéis, continuavam ocupados ao limite, levando a uma "crise na habitação" (BAUER, 2008, p. 42). Os jornais urgiam que cidadãos com capital investissem na construção de edificações, sugerindo engenheiros de fora para a realização dos projetos arquitetônicos "elegantes e hygienicos" (BAUER, 2008, p. 42). Havia apelo para o adensamento da Rua da Babitonga (ao longo da orla da Baía de mesmo nome) preenchendo os vazios urbanos, e garantindo uma aparência menos rural e mais moderna, dentro dos parâmetros estéticos do ecletismo europeu, como se vê na fotografia a seguir:

Figura 11 – Vista da Rua da Babitonga, S/D.



Fonte: Arquivo Museu Histórico de São Francisco do Sul.

Segundo Pozzobon, a atuação da referida Comissão impactou a demolição de edificações mais antigas da cidade:

> A necessidade de construção de novos imóveis na cidade tornava-se evidente, mas, mesmo assim, diversas construções antigas foram demolidas. Data dessa época a demolição da grande maioria das casas coloniais localizadas em volta da Igreja Matriz e da praça, possivelmente as mais antigas do conjunto, para a implantação da Superintendência Municipal e construção de novas edificações mais imponentes, com

> o objetivo de demonstrar a modernidade que a cidade vivenciava. (POZZOBON, 2016, p. 21).

A cidade de São Francisco, neste aspecto, não era diferente da maior parte das cidades brasileiras no período, em que Códigos de Posturas e outras políticas de padronização estética impunham uma imagem idealizada de cidade, seguindo os modelos europeus. Cidades maiores investiam em grandes projetos urbanos inspirados na Paris de Haussmann ou na Barcelona de Cerdá, porém a maior parte das cidades de médio e pequeno porte no Brasil se reduziam à normatização de fachadas alinhadas ao arruamento, garantindo apenas uma ilusão de modernidade. Letícia Bauer destaca que, no caso de São Francisco do Sul, "o detalhamento das normas para edificações (...) aponta para a tentativa de inscrever efetivamente São Francisco do Sul na categoria das cidades modernizadas" (BAUER, 2008, p. 28). No entanto, a autora conclui que questões básicas como calçamento das ruas, abastecimento de água, melhoria do trânsito e dos transportes públicos ainda não eram propostas, sendo implementadas apenas alguns anos mais tarde, com certo atraso em relação a outros municípios.

Apesar destas ações, é interessante ressaltar que, segundo Vanessa Pereira, "a imagem da cidade enquanto conjunto manteve-se muito próxima do que era antes das transformações do início do século XX" (PEREIRA, 2007, p.37), pois o traçado urbano foi mantido igual, além da cidade não ter sofrido verticalização. Assim, embora do ponto de vista da rua as transformações tenham sido significativas, para Pereira, de um ponto de vista distante a paisagem da cidade se mantinha similar.

O crescimento da cidade e transformação de sua paisagem urbana, com a renovação das edificações, é ditada pelo ritmo do crescimento econômico do porto até mais recentemente, quando a atividade turística nos balneários mais a leste da ilha começam a impulsionar o crescimento. Antes disso, porém, Vanessa Pereira ressalta que a crise econômica internacional impactou a cidade à mesma época da instalação do novo porto, em 1955, e da criação da autarquia Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS), por concessão do governo do estado de Santa Catarina. A criação da autarquia, segundo Lins (in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 169-170), possibilitou avanços na infraestrutura portuária, necessária para sua ampliação e prosperidade, como a instalação de redes férreas, guindastes, dragagens, construção de cais, e outras iniciativas, que permitiram a expansão econômica do porto, alçando-os a um dos mais importantes da região sul. Conforme enfatiza Pereira em seu estudo

sobre a paisagem urbana de São Francisco do Sul, os guindastes do porto em operação passam a compor a imagem da cidade de forma indissociável (PEREIRA, 2007, pp. 40-41).

Figura 12 – Vista da paisagem da orla da Babitonga, com os guindastes e navios do porto ao fundo.



Fonte: IPHAN/SC.

Assumindo vocação de terminal graneleiro, principalmente a partir de 1970, a paisagem urbana se transforma com a inserção dos primeiros grandes armazéns graneleiros e dos tanques para óleos vegetais (LINS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 171). Dois novos terminais foram instalados para atender à Petrobrás e a atual Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc). No final da década, em 1979, empresas privadas como a Bunge Alimentos S/A e Terlogs Terminal Marítimo Ldta., instalaram operações que também instalaram equipamentos de dimensões vultosas nas proximidades do porto, como silos verticais e horizontais, *ship loaders* (torres de embarque de grãos diretamente no navio), guindastes móveis, entre outros. Em termos econômicos, inaugurou-se um período de grande avanço e crescimento da cidade, cuja economia, essencialmente, se estrutura em torno da atividade portuária.

Nos anos 2000, o porto tem novo avanço de prosperidade, com a instalação de empresas como a Vega do Sul, a Cargo Link, a Rocha Top Terminais, Operadores Portuários Ltda, e Terminal Babitonga (LINS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 172), que, juntos com a Bunge e a Terlogs, investiram cerca de R$1,5 bilhão entre 2001 e 2003. A expansão da capacidade do porto levou a uma significa mudança na paisagem nos arredores da cidade histórica, com a

proliferação de parques de contêineres. No entanto, as transformações no tecido urbano pela instalação de silos, armazéns, contêineres e demais superestruturas não impactam, diretamente, a paisagem urbana por estarem localizados para fora do polígono do centro histórico tombado, e atrás dos morros que abraçam a cidade. Deste modo, porto e centro histórico convivem harmonicamente, em termos visuais, sem que as alterações impactem negativamente a paisagem e o tecido urbano, ao mesmo tempo em que os diálogos entre ambos são intrincados, em relação à sua relação histórica, econômica e simbólica. No centro histórico, por exemplo, são instalados a Delegacia e Capitania dos Portos, sedes de sindicatos e escritórios de logística e empresas de transporte portuário.

Mapa 4 – Localização do porto em relação ao centro histórico.



Fonte: POZZOBON, 2016, p. 35.

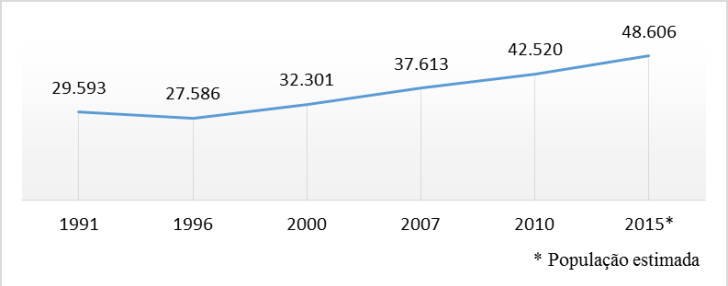
Atualmente, de acordo com dados da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, por meio de seu website, o Porto de São Francisco do Sul é "o maior porto catarinense e o 5º maior do Brasil" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL[165]), sendo o principal porto graneleiro do estado. O porto possui cinco berços de atracação, 975 metros de cais, 8.000 m² de armazéns próprios e 70 mil m² de armazéns terceirizados. Essencialmente exportador, movimenta aproximadamente 5,4 milhões de toneladas/ano e respondendo por cerca de 70 a 80% da economia municipal (LINS in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 218).

[165] Disponível na página do Porto de São Francisco do Sul, no portal da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Disponível em: http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/c/porto-sao-francisco-do-sul. Acesso em 10 jan. 2019.

3.1.1. Dinâmicas territoriais

Em seu estudo, Bruno Pozzobon (2016) analisou as dinâmicas territoriais, o que permite traçar um diagnóstico do crescimento e apropriação populacional na cidade. Estes dados podem ser úteis para compreender, adiante, os desafios contemporâneos que a cidade apresenta. Enquanto que nos últimos anos 40% dos municípios catarinenses perderam moradores em 2018, segundo o IBGE (NUNES; WEISS, 2018[166]), a cidade de São Francisco do Sul vem demonstrando um crescimento constante nos últimos anos, principalmente em função do crescimento das atividades portuárias e a partir da instalação de indústrias na região.

Gráfico 2 – Crescimento populacional em São Francisco do Sul/SC entre 1991 e 2015



Fonte: IBGE, 2014. POZZOBON, 2016, p. 58.

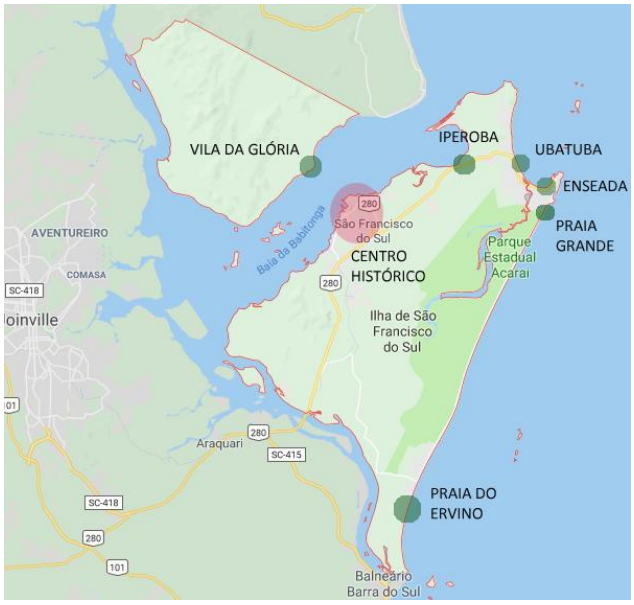
Embora em números absolutos a população do município cresceu, no comparativo estabelecido entre bairros, foi constatado que a população nas regiões que compreendem o centro, houve um decréscimo populacional. De acordo com Pozzobon,

> A partir dos dados analisados foi possível perceber que a grande maioria dos bairros de São Francisco do Sul - como os bairros da Enseada, do Iperoba, da Reta e do Ubatuba - apresentou crescimento populacional no período, sendo somente constatado decréscimo nos bairros das Laranjeiras e Centro. Nesse último os números são mais expressivos, representando uma diminuição de cerca de 11% no número de habitantes. O Centro que representava em torno de 6% da totalidade de habitantes do munícipio no censo do ano 2000, passou para 4% no censo de 2010. (POZZOBON, 2016, p. 59).

[166] Em reportagem veiculada pelo Diário Catarinense: NUNES, Samuel; WEISS, Cristian Edel. Mais de 40% das cidades de Santa Catarina perderam moradores em 2018, diz IBGE. **Diário Catarinense.** Florianópolis, 29 ago. 2018. s/p. Disponível em: http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/08/mais-de-40-das-cidades-de-santa-catarina-perderam-moradores-em-2018-diz-ibge-10551851.html. Acesso em: 12 jan. 2019.

A área com maior crescimento populacional está na região das praias, no norte da ilha de São Francisco do Sul. Uma das vocações da região é o chamado “turismo de sol e praia” (SANTOS, 2016, p. 15). Durante os meses de verão, é comum que a população dobre ou até triplique (POZZOBON, 2016, p. 60). De acordo com Pozzobon, ao somar as porcentagens dos novos moradores por bairro, foi constatado que 60% dos novos moradores optaram por residir nas áreas costeiras próximas às praias de banho, como Ubatuba, Enseada, Iperoba, Praia Grande, Praia do Ervino e Vila da Glória. Algumas destas localidades são distantes do centro histórico e administrativo do município, como é o caso da Praia do Ervino, a 25 km do centro. O mapa a seguir apresenta a distribuição dos bairros no município, de modo que seja possível visualizar as dinâmicas territoriais mencionadas.

Mapa 5 – Localização dos principais bairros no município de São Francisco do Sul.



Fonte: Google Maps, 2019. Modificado pela autora.

Além da distância física em si, os bairros mencionados têm uma acessibilidade restrita em relação ao centro da cidade. Para acessar a Vila da Glória, as únicas opções são travessia por barco de passageiros ou por balsa, em horários determinados, ou então é necessário acessar a BR-280 até Joinville e acessar via continente, pela cidade de Garuva (totalizando 89,3km). Já no caso dos bairros das praias na região norte da ilha, deve-se acessar a rodovia Duque de Caxias, com pista simples, até os balneários (até Enseada, a distância é 16,7km). Na temporada de verão, os acessos são insuficientes para o fluxo de veículos, o que desestimula o trânsito entre os bairros, que acabam por se tornar autossuficientes e isolados em relação ao centro histórico.

3.2. O tombamento do centro histórico

"Se a natureza é exuberante, composta de ilhas, praias, dunas, mangues, florestas e lagoas, o patrimônio cultural de São Francisco do Sul não fica atrás: a cidade mais antiga de Santa Catarina possui riquíssimo acervo de sítios arqueológicos, manifestações da cultura imaterial, arquitetura histórica e urbanismo. Apesar de todos estes atributos, seus méritos não se encerram no passado. A cidade está vocacionada para o futuro."
Dalmo Vieira Filho
(in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 191).

O tombamento de São Francisco do Sul se insere em uma concepção de patrimônio urbano que se dissocia da visão clássica de priorizar os aspectos estéticos e físicos, dentro de uma lógica de monumentalidade ou excepcionalidade, e volta sua compreensão para a construção da paisagem como um conjunto que carrega em si a natureza de documento. Esta mudança de paradigma foi sendo construída a partir das discussões teóricas que, durante todo o desenvolvimento do pensamento do campo do restauro, se colocaram como forças de difícil equilíbrio: numa livre aplicação da terminologia de Cesare Brandi[167], podemos denominar estas questões de *instância histórica* e *instância estética* (BRANDI, 2004, p. 29). Estas duas instâncias exprimem a dualidade intrínseca ao patrimônio histórico e arquitetônico, que conjuga em si mesmo suas características estéticas, de obra de arte ou de seu caráter pitoresco, por um lado; e acumula a função de documento, de suporte de memórias, tradições e sociabilidades, como *lócus* da atividade humana, e, portanto, com as marcas das diversas estratificações da sua trajetória ao longo do tempo.

Outra perspectiva para esta análise é o que Márcia Sant'anna denominou de "cidade-documento" (1995) é fruto da crescente atuação da ciências humanas, como sociologia e antropologia, nas discussões patrimoniais. Este enfoque, como discutido no primeiro capítulo, analisa a cidade sem desconsiderar suas idiossincrasias, sua aparente falta de monumentalidade ou de excepcionalidade estética do ponto de vista material.

De acordo com Sant'anna (1995), no caso específico do IPHAN, é possível observar três fases distintas no trato com o patrimônio urbano. Na fase inicial da atuação do IPHAN, entre 1937 a 1968, sob direção de Rodrigo Mello Franco Andrade, a ênfase recaiu no caráter monumental, visando catalogar e proteger o patrimônio considerado de excepcional qualidade,

[167] Cesare Brandi e sua interpretação da dúplice polaridade histórico-estética serão abordados, com maior profundidade, no Capítulo 4 (4.1.2).

dentro de critérios bastante restritivos, e suporte das grandes narrativas da construção da identidade nacional. Entre 1968 e 1979, já sob a orientação de Renato Soeiro, Sant'anna assinala a ampliação dos critérios de atribuição de valor, incluindo não apenas linguagens arquitetônicas anteriormente desprezadas, como o ecletismo, como também outros contextos culturais representativos da nação. Por fim, a partir de 1979, com a reformulação empreendida por Aloísio Magalhães à frente da instituição, os conjuntos urbanos passam a ser compreendidos como detentores de valor por seu caráter documental: as chamadas cidades-documento. Segundo Oliveira, Carvalho e Meira (2018, p. 139), o patrimônio urbano é compreendido como "documento dos processos sociais de produção, uso e transformação do espaço. (...) nessa concepção, os aspectos estético-estilísticos e fachadistas deixam de ser os critérios de atribuição de valor privilegiados". Marcia Sant'anna define, nesta mudança de paradigma, os termos *cidade-monumento* e *cidade-documento*:

> A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas-patrimônio ocorre na década de 80. Os critérios que a informam deixam definitivamente de lado a questão estética e passam a fundamentar-se no valor histórico do objeto. Ocorre, na realidade, uma mudança de conceitos. De cidade-monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passa a cidade-documento, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases da sua história [...]. Em suma, a área urbana-patrimônio passa a ser percebida como documento histórico, um 'objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas' além da história da arte e da arquitetura, como era usual." (SANT'ANNA, 1995, p. 209).

É neste contexto que o tombamento do conjunto histórico de São Francisco do Sul começa a ser discutido, já a partir dos anos 1970. De acordo com Vieira Filho, o potencial patrimonial foi entendido não apenas como um olhar para o passado, mas visando seu desenvolvimento futuro. "Para que esta cidade ingressasse no século XXI com todo o seu potencial humano, econômico e social, precisou ter guardado (...) a somatória das contribuições das diversas fases da sua história. (...) Seu cenário está constituído dentro da dimensão humana" (VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 192). Esta historicidade é perceptível em diversos aspectos: Vieira Filho destaca a riqueza e variedade do patrimônio da cidade, o qual inclui desde a beleza do ecológico, passando pelo patrimônio imaterial e se corporificando na fartura de seu patrimônio material, que abrange o arqueológico, o urbano e o arquitetônico.

O reconhecimento deste patrimônio, no entanto, não garantia sua proteção. Pelo contrário: em função do intenso desenvolvimento econômico das atividades portuárias, as cidades de São Francisco do Sul e Laguna estavam "ameaçadas de rápida descaracterização"

(VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 192). Deu-se início então o pedido de tombamento municipal em 1981, por meio da Lei nº 756, de 18 de março de 1981, na gestão do prefeito Flávio Gameiro de Camargo. Segundo Vanessa Pereira, "tal lei criou uma zona especial de proteção, estabeleceu benefícios e incentivos fiscais e deu atribuições ao Departamento de Educação, Cultura e Turismo e ao Conselho Municipal de Cultura" (PEREIRA, 2007, p. 44).

De acordo com o processo de tombamento nº 1163-T-85[168], o prefeito da cidade José Schmidt fez uma solicitação de tombamento ao Ministro da Cultura Aluísio Pimenta, datada de 08 de julho de 1985. De acordo com Pozzobon (2016, pp. 28-29), o prefeito defendia a proteção do patrimônio da cidade "visto sua importância para a compreensão da história da região sul do país e do Estado de Santa Catarina, e da crescente dificuldade para a manutenção da integridade do local somente pela Prefeitura Municipal". Segundo Dalmo Vieira Filho (apud PEREIRA, 2007, p. 4), o fato de já existir proteção municipal facilitou que o processo de tombamento em nível federal ocorresse sem grandes dificuldades. A partir do parecer técnico do relator do processo de tombamento, Alcídio Mafra de Souza, em 1987[169], o "Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul", foi tombado em nível federal pelo processo 1.163-T-85, sendo inscrito em dois Livros do Tombo do IPHAN, a saber:

a) Inscrição: 101 - Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico, fls 50 a 55.
b) Inscrição: 518 - Livro histórico, vol. II, fls 2 a 5.

A historiadora Marcia Regina Romeiro Chuva e o arquiteto José Simões de Belmont Pessôa foram os responsáveis pela elaboração do Estudo de Tombamento que fundamentou sua proteção legal pelo IPHAN. No texto, os autores ressaltam o caráter documental da cidade:

> São Francisco do Sul não se apresenta como objeto de estudo para preservação por concentrar em sua história uma densa lista de 'acontecimentos notáveis', mas por tratar-se de um documento da história urbana do país dentro do contexto histórico de expansão das fronteiras meridionais, importantes para os ainda escassos estudos sobre o processo de ocupação daqueles territórios (...) É esta a opção metodológica que confere historicidade ao nosso objeto de estudo e possibilita a identificação de São Francisco do Sul como documento histórico. A possibilidade de construir-se a história urbana de São Francisco, através de uma metodologia histórica concomitante com a leitura urbana da cidade hoje é, portanto, o que nos leva a identificá-la como

[168] Em consulta no arquivo do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul (ET – IPHAN/SFS).

[169] Publicação no Diário Oficial da União em 06 de julho de 1987, fls. 10-524-10.527 – Seção I.

> documento potencialmente passível de infinitas leituras, o que a compromete como um bem a ser preservado, posto que 'a construção' de um documento histórico dá-se, efetivamente, apenas em função de problemáticas do presente (CHUVA; PESSÔA, Estudo de Tombamento, fs. 1-2[170]).

Como o próprio nome do bem inscrito no tombamento sugere, o que está tombado é o centro histórico e paisagístico – ou seja, não são objeto do tombamento federal edificações isoladas, mesmo que algumas das mais significativas do conjunto fossem, posteriormente, restauradas individualmente pelo Programa Monumenta, como se verá adiante. Foi sua ambiência excepcional, conformada entre morros e mar, e sua forte centralidade em relação ao núcleo urbano que se mantém até hoje – principalmente por conta do porto, sua principal atividade econômica – que justificaram sua proteção (BRASIL, 2005, p. 375). No estudo de tombamento, os autores argumentam que a arquitetura do conjunto, enquanto paisagem, como "cenário", é o que confere valor documental e estético ao conjunto urbano, na construção de imagem da cidade, como se pode aferir nos dois trechos a seguir:

> Nossa análise se deterá no trecho delimitado pelos morros da Caixa d'água e do Rádio e pela orla da baía da Babitonga, em cujo tecido urbano encontramos as referências que contam a história do assentamento mais do que nos monumentos. Estes constituem o cenário, a parte da narrativa do documento urbano através do qual tem início a percepção de caráter sensível que antecede a compreensão da cidade. Dentre as referências de tecido identificamos dois pontos significativos: a praça com a respectiva Igreja, onde anteriormente localizava-se também a Casa de Câmara e Cadeira e a rua da Praia. Os dois elementos espaciais, a praça e a rua litorânea, junto com a fonte d'água, determinam, durante a lenta construção da cidade, a forma geral que irá assumir o centro histórico de São Francisco do Sul e que se materializa com as ligações entre esses espaços e do conjunto com o interior da ilha" (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 60).

> Mais do que as peculiaridades arquitetônicas, o cuidado com o frontispício da cidade deve estar presente nas intervenções futuras. Neste momento devemos ter em mente, também em função da referida diversidade de seus elementos arquitetônicos, tratamentos diferenciados, reportando-se sempre àquilo que os caracteriza enquanto elementos explicativos e esclarecedores da evolução do processo antrópico de construção da cidade (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 66-67).

Portanto, no estudo de tombamento, os autores ressaltam que o objeto do tombamento é o conjunto de cerca de 400 edificações delimitadas numa poligonal de tombamento de 40 hectares, que abrange a área urbana historicamente consolidada às margens da Baía da

---

[170] A diferença entre as citações relativas ao Estudo de Tombamento se dá devido à consulta a duas versões do documento. Na citação anterior, referencia-se a versão original, disponível no ET-IPHAN/SFS. O mesmo texto foi publicado em um volume editado pelo IPHAN em 1995, fonte também consultada e origem de algumas das citações. PESSÔA, José Simões de Belmont. **Caderno de Documentos 2. Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

Babitonga e encerrada entre os Morros do Hospício, do Rádio e da Caixa d'Água. O tombamento ressalta que "a estagnação econômica ocorrida a partir da metade deste século impediu que houvesse um grande crescimento na cidade, evitando uma descaracterização completa, com processos de verticalização" (BRASIL, 2005, p. 376), destacando a integridade e uniformidade da paisagem construída. Pereira (2007, p. 45) ressalta que o perímetro delimitado avança sobre o mar, o que demonstra a articulação entre a paisagem construída com a paisagem natural como sendo elemento essencial de preservação da imagem como objeto de proteção. Esta defesa, enfatiza-se, justificou o embargo, por parte do IPHAN, do projeto de um aterro, na região ao lado do Mercado Público, conforme pretendia a Prefeitura Municipal (VIEIRA in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, p. 199).

Neste aspecto, é interessante reforçar a dualidade entre história e estética, cuja interrelação permeiam toda a história do campo da preservação do patrimônio. Afinal, ao transicionar de *cidade-monumento*, em o que o valor histórico e artístico excepcional vinculados a um ideário de identidade nacional norteavam a intervenção com destaque aos edifícios notáveis, para a *cidade-documento*, em que o é posto em valor é a relação do conjunto de edifícios e sua paisagem com a história e tradições da população (SANT'ANNA, 1995), o que se percebe é a mudança no equilíbrio de forças da dúplice polaridade histórico-estética do monumento[171]. Entretanto, embora os edifícios isolados percam primazia na análise, a partir do momento em que há destaque para a composição de uma paisagem, os critérios formais, inerente à plasticidade dos edifícios que compõem essa paisagem, não deixam de ser levados em consideração. Essa paisagem volta a ter certa relevância como imagem constituída, pela sua configuração formal e estética, quando, nos anos 90, o modelo de preservação urbana se torna o da *cidade-atração* (SANT'ANNA, 2004), em que a aparência é tratada como cenário de atividades de lazer e turismo. São Francisco do Sul, portanto, no transcurso de seu tombamento e requalificação urbana, traz elementos destas transições de valor indicadas por Marcia Sant'anna, como se vê nos documentos e intenções ao longo de todo o processo.

[171] Conforme terminologia proposta por Cesare Brandi em *Teoria da Restauração* (1963). Ver BRANDI, 2004, pp. 29-30.

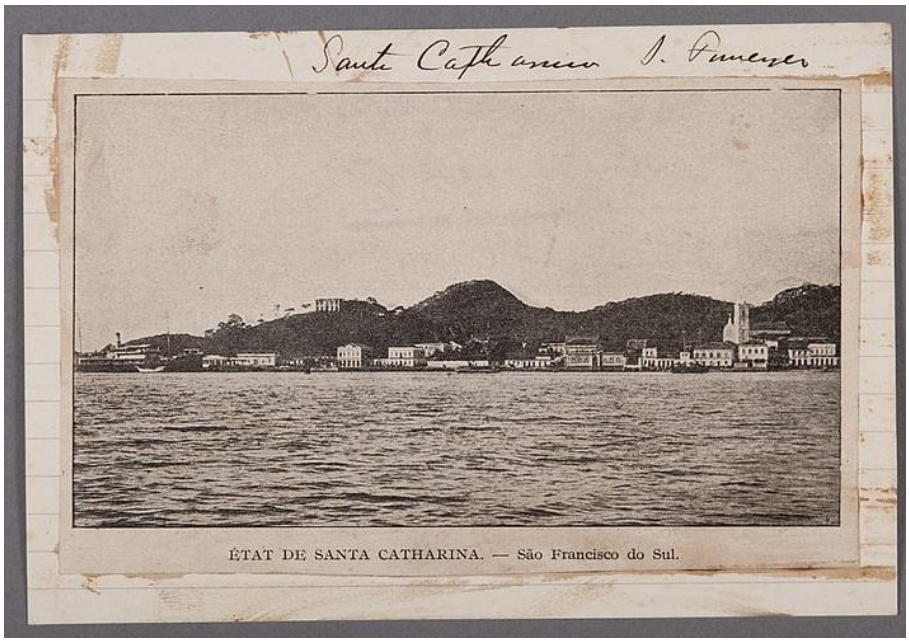
Mapa 6 – Poligonal de tombamento delimitado pelo IPHAN.



Fonte: ETEC/SFS – IPHAN. Modificado pela autora.

A relação da cidade com o mar é, portanto, essencial nas diretrizes de preservação indicadas pelo tombamento federal, e consiste em um elemento visual poderoso na composição da imagem da cidade em suas diversas vistas. Por configurar-se em um terreno plano, na beira da Baía da Babitonga, que se eleva em direção aos morros – os quais fazem o pano de fundo do cenário visto do mar, e fornecem visuais do alto, em direção ao mar –, a cidade fornece inúmeras vistas pitorescas em que o mar e as construções se intercalam. A mais reconhecida, e que se configurou como a "imagem da cidade", é a *paisagem clássica*[172] composta pelo conjunto de fachadas dos edifícios históricos ao longo da orla da Baía da Babitonga, vista do mar. Esta paisagem, sob proteção e reconhecimento tanto por parte do IPHAN quanto do governo municipal, tem resistido às alterações do tombamento até hoje, segundo Pereira (2007, p. 93). O patrimônio compreendido como paisagem – logo, pensado como um conjunto de edificações e suas caraterísticas formais e volumétricas, em relação ao sítio natural em que são implantadas – é o que norteia todas as ações sobre o patrimônio, que se esforçam em garantir a homogeneidade da paisagem que se estabeleceu como imagem da cidade ao longo da sua história, e evitar descaracterizações.

Figura 13 – Cartão postal retratando a paisagem marítima de São Francisco do Sul, datando provavelmente de fins do século XIX.



Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP. Coleção João Baptista de Campos Aguirra. Wikimedia Commons.

[172] Terminologia cunhada por Vanessa Pereira (PEREIRA, 2007) em seu importante estudo sobre a paisagem de São Francisco do Sul como patrimônio.

Figura 14 – Paisagem Clássica do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul.



Fonte: Divulgação Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

Muito além de paisagem, o mar consiste também, como enfatizam Chuva e Pessôa (1995) no Estudo de Tombamento, em modo de vida da comunidade em todos os momentos de sua história, e é eixo central e norteador das ações de salvaguarda da cidade.

Figura 15 – **Detalhe construtivo da Peixaria anexa ao Mercado Público**, em que as letras que identificam o local, em alto relevo na platibanda do edifício, são formadas por peixes.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Figura 16 – Paisagem típica do Centro Histórico: construções históricas, barcos, trapiches e mar.



Fonte: Priscila Henning, 2016.

Embora bem sucedido na conservação desta imagem clássica, impedindo a inserção de novos edifícios que desrespeitem a configuração volumétrica e a ambiência do conjunto, o instrumento do tombamento com este recorte específico traz algumas limitações. A restrição no entendimento do que, de fato, configura patrimônio cultural na cidade faz com que diversos sítios de inegável importância cultural e histórica para a cidade, mas que situam-se fora do polígono tombado, não tenham sido alvo de especiais medidas de proteção e salvaguarda, como é o caso dos sítios arqueológicos, o Forte Marechal Luz[173], as ruínas do "antigo leprosário"[174], os vestígios do Falanstério do Saí, a estação ferroviária, entre outros locais de memória de interesse para a história da cidade, da região e até mesmo do país. Reforçando o argumento de Vanessa Pereira (2007, p. 93), é de grande importância que o instrumento de tombamento seja revisto e ampliado no município, abarcando a diversidade e riqueza de seu patrimônio e garantindo a conservação destes bens.

[173] Localizado no alto do Morro João Dias, entre as praias do Forte e do Itaguaçu, o Forte Marechal Luz foi construído em 1909 sobre as ruínas do antigo forte militar localizado na região. No topo do morro, encontra-se uma bateria de artilharia de costa, composta de 04 canhões da época, e vistas panorâmicas muito apreciadas da orla. Popular destino turístico da região, é conservado e utilizado até hoje pelo Exército Brasileiro.

[174] O "antigo leprosário", localizado na Praia do Capri, data do século XIX, quando foi construído supostamente a pedido de Dom Pedro II para abrigar portadores de hanseníase deportados do Rio de Janeiro. Atualmente encontra-se em estado de ruínas.

3.3. O Programa Monumenta em São Francisco do Sul

A experiência do Programa Monumenta em São Francisco do Sul é sempre citada como sendo um exemplo de sucesso, tanto nas falas dos participantes da experiência em entrevistas realizadas para fins desta pesquisa (VIEIRA FILHO, 2019a e 2019b; COSTA, 2019) como nas muitas publicações que documentam e analisam o processo (ver BONDUKI, 2010; DIOGO, 2009; BRASIL, 2005; PEREIRA, 2006; PEREIRA, 2007; MARTINS, 2008; PAULI, 2010; SANTOS, 2015; POZZOBON, 2016, para citar alguns[175]). Diante da grande disponibilização dos dados relativos à intervenção, o que se conforma com o princípio de divulgação dos resultados por se considerar o patrimônio cultural de interesse público já previsto desde a Carta de Veneza pelos organismos internacionais, o presente trabalho apresentará uma breve síntese das informações já disponíveis nas publicações citadas.

São Francisco do Sul foi uma das 26 cidades contempladas para receber os investimentos do Programa Monumenta, dentre 101 cidades que eram listadas, até aquele momento, como sítios e centros urbanos históricos sob proteção federal. Os critérios de seleção levavam em consideração a existência de conjuntos urbanos ou sítios históricos de relevância nacional. Conforme visto no capítulo 2, inicialmente o programa propunha intervenções em 6 áreas históricas já consolidadas, como Ouro Preto, Olinda e as regiões históricas das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. "(...) Prevaleceu a ideia de ampliar o número de municípios, privilegiando também o interior do país, com maior diversidade regional e núcleos de menor dimensão." (BONDUKI, 2010, p. 40). De acordo com Erica Diogo,

> Ao todo, havia 80 cidades elegíveis. Foram atendidas pelo Programa 26 delas, distribuídas em 17 estados. As demais puderam participar, a partir de 2004, de editais de apoio a projetos pontuais nas áreas de capacitação e promoção de atividades econômicas (DIOGO, 2009, p. 9).

[175] É importante ressaltar que a maior parte levantamentos, relatórios e análises disponíveis e citados como fontes deste trabalho são, geralmente, de pesquisadores vinculados, direta ou indiretamente, ao IPHAN. Além dos volumes produzidos pelo próprio órgão (BRASIL, 2005; DIOGO, 2009; BONDUKI, 2010), que detalham as intervenções realizadas pela perspectiva do conjunto urbano ou dos imóveis privados, os artigos e trabalhos acadêmicos citados são de pesquisadores que participaram diretamente do processo em algum momento como técnicos ou estagiários do IPHAN (PEREIRA, 2007; MARTINS, 2008; PAULI, 2010), ou estagiam junto ao Escritório Técnico de São Francisco do Sul durante realização de pesquisa para o Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan – PEP (POZZOBON, 2016). Ressalta-se também a participação por meio de entrevistas (2019) a esta pesquisadora de Dalmo Vieira Filho, ex-superintendente do IPHAN/SC, que atuou e atua até hoje nas iniciativas de preservação do centro histórico; e Ângelo Pereira Costa, responsável por conduzir os trabalhos na UEP de São Francisco do Sul durante as ações do Programa.

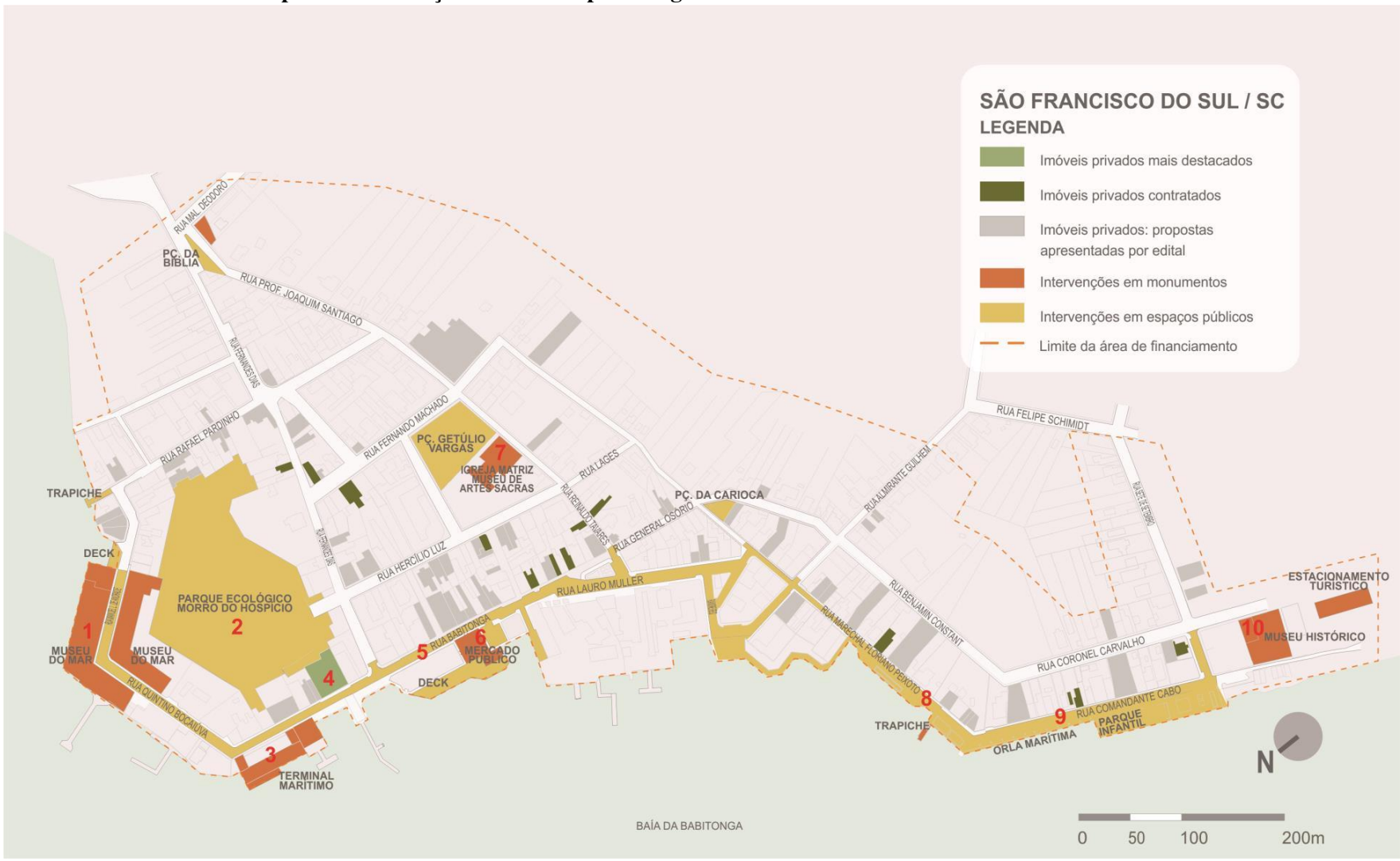
Dalmo Vieira Filho afirma que a escolha de São Francisco do Sul foi um notável feito, considerando que a cidade, pouco conhecida no âmbito nacional, competiu com outras cidades mais célebres, como Ouro Preto e Diamantina (apud POZZOBON, 2016, p. 38). O motivo para isto, segundo Vieira Filho (2019b), são o fato de que São Francisco do Sul já contava com um projeto pronto, elaborado localmente, em iniciativa conjunta da Prefeitura Municipal com a Superintendência do IPHAN de Santa Catarina. Esta articulação bem-sucedida vinha ao encontro das premissas-base do programa, que determinava a gestão integrada entre estados, municípios, sociedade civil e entidades privadas de projetos de desenvolvimento sustentável vinculados à preservação patrimonial. Este projeto, inclusive, já havia estruturado potencialidades e vocações, e através das discussões e iniciativas entre poder público e empresários do setor privado, já havia sido viabilizada a instalação e o funcionamento do Museu Nacional do Mar, inaugurado quase uma década antes do início das atividades do Programa Monumenta e sempre mencionado como uma iniciativa positiva.

Com a articulação e colaboração eficiente entre o poder público municipal e o IPHAN, os resultados do Programa no município foram bastante aplaudidos. Nabil Bonduki, em sua análise publicada no livro "Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos", editado em 2010 pelo IPHAN, afirma o seguinte:

> A proposta que gerou o melhor resultado do ponto de vista urbano foi a realizada no porto catarinense de São Francisco do Sul (...) A intervenção se estende por cerca de dois quilômetros por um longo calçadão que liga os vários edifícios históricos de interesse cultural da cidade, que foram reabilitados, onde um bom projeto urbanístico se combina que um cenário natural privilegiado, gerando um resultado paisagístico excepcional. A análise mostra como as intervenções que articulam o espaço público e as edificações litorâneas valorizam os núcleos históricos. (BONDUKI, 2010, pp. 13-14).

As intervenções se realizaram entre 2002 e 2013 e, no caso específico de São Francisco do Sul, se concentraram principalmente na requalificação da orla marítima da Baía da Babitonga (DIOGO, 2009, p. 19), ao longo de um eixo de dois quilômetros de extensão, que liga os dois principais espaços museológicos da cidade, situados nos dois extremos da região tombada: o Museu Histórico Prefeito José Schmidt e o Museu Nacional do Mar.

Mapa 7 – Intervenções realizadas pelo Programa Monumenta em São Francisco do Sul/SC.



Fonte: BONDUKI, 2010, p. 119.

Nos espaços públicos, as principais ações foram: a ampliação dos passeios e calçadas, alargando alguns pontos junto à orla com pavimentação de paralelepípedos ou *decks* de madeira. Também foram implementados mobiliário como bancos e lixeiras, iluminação pública (com fios aterrados), sinalização urbana, paisagismo e eliminação de quaisquer barreiras no percurso ou na relação visual que se estabelece entre o transeunte e o mar. Figura O objetivo, segundo Diogo, era "valorizar o uso cotidiano desses espaços pelos moradores, estabelecendo, inclusive, novas visuais da cidade" (DIOGO, 2009, p. 20).

Figura 17 – Vista de passeio à beira da orla requalificada,
nas proximidades do Largo Almirante Morães Rêgo.



Fonte: Priscila Henning, 2015.

Figura 18 – Vista passeio alargado na Rua Comandante Cabo, Praia do Mota.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Bonduki descreve que a requalificação dos espaços públicos, com mobiliário discreto e paisagismo que não compete com a potência visual da paisagem, convida o morador ou o visitante a um “prazer inenarrável” (2010, p. 119), de contemplação da paisagem marítima, em especial nos fins de tarde, em que a orientação para o poente oferece espetáculos de rara beleza.

> O eixo formado pela orla liga os principais edifícios da cidade, com ênfase para aqueles em que o Monumenta atuou, garantindo uma forte unidade à intervenção (...) No percurso, limitado em uma das extremidades pelo Museu Nacional do Mar e na outra pelo Museu Histórico, estão localizados vários imóveis reabilitados ou restaurados pelo Monumenta, como o Terminal Marítimo, o Mercado Público e a igreja matriz, que, embora afastada da orla, a ela se liga por uma via também reformada pelo programa.” (BONDUKI, 2010, p. 121).

Embora o principal foco do Programa Monumenta fosse a requalificação urbana dos espaços da orla marítima, o objetivo de integrar a requalificação urbana com a intervenção nos edifícios de maior relevância histórico-cultural na área tombada contemplou obras de restauração, ampliação ou reforma em quatro equipamentos públicos: a Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, o Mercado Público, o Terminal Marítimo e o Museu Nacional do Mar, integrando-os ao projeto urbano como pontos de interesse no interior do conjunto urbano.

Figura 19 – Fachada externa da Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças após a restauração.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Figura 20 – Mercado Público Municipal, após a intervenção, visto do *deck* de madeira construído para o Programa Monumenta, que amplia o passeio sobre o mar da Babitonga.



Fonte: Priscila Henning, 2015.

Mais recentemente, já fora do âmbito do Monumenta, mais dois equipamentos públicos foram reabilitados e abertos para o público: o Centro Cultural Ester dos Passos Rosa, que ocupa um antigo casarão na Rua Floriano Peixoto, e a Biblioteca Augusto José Ribeiro, instalada em uma antiga residência em ruínas reconstruída na Baía da Babitonga. Ambos foram inaugurados em 2016, após intervenções realizadas em parceria do município com o IPHAN[176].

Figura 21 – Fachada externa da Biblioteca Augusto José Ribeiro.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

[176] Segundo informações do site da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul. Disponível em: http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/3958. Acesso em 15 de março de 2019.

Informações sobre a Biblioteca no site da Secretaria Especial de Cultura do estado de Santa Catarina. Disponível em: http://cultura.gov.br/santa-catarina-recebe-biblioteca-publica-restaurada/. Acesso em 15 de março de 2019.

Figura 22 – **Vista do casarão do Centro Cultural Ester dos Passos Rosa**, a partir da Praça Almirante Morães Rêgo.



Fonte: Priscila Henning, 2018.

O Programa Monumenta também contou com financiamentos destinados aos imóveis particulares, atendendo a duas demandas frequentes: proprietários que não têm condições financeiras de conservar seus imóveis, e os proprietários que não têm interesse ou não priorizam a manutenção de seus bens, optando por deixá-los deteriorar até o arruinamento (DIOGO, 2009). O edital para fins de financiamento de bens privados consistiria em um instrumento que pudesse viabilizar ou estimular a reabilitação de edifícios no centro histórico, contribuindo para a reconfiguração da paisagem cultural objeto da intervenção. Em São Francisco do Sul, após divulgação entre os moradores por parte da UEP (Unidade Executora do Projeto), houve uma demanda de 89 propostas, das quais 13 foram aprovadas, com um orçamento total de R$ 911.584,09, segundo dados do IPHAN (DIOGO, 2009, p. 276). Dentre os motivos da não aprovação de muitas das propostas, estava o fato de que, apesar das orientações da UEP, muitos moradores não compreendiam que os projetos de intervenção em bens patrimoniais não eram livres, e têm uma série de particularidades e restrições. De acordo com Roberta Pauli, que atuou junto à UEP neste processo, "(...) as pessoas, como proprietárias dos bens, começaram a se achar no direito de propor qualquer intervenção e, por outro lado, o Iphan queria que se mantivessem as características históricas vivas e intactas. Iniciou-se o embate" (PAULI, 2010, p. 59).

Dentre as edificações privadas que foram objeto de investimentos, destaca-se o Clube XXIV de Janeiro, localizado na parte centra da Avenida da Babitonga e importante elemento

da paisagem da orla. De acordo com Diogo, o Clube recebeu para sua recuperação o montante de R$560 mil.

> Fundado em 1908 e fechado havia dez anos, o prédio estava em más condições, tendo perdido a cobertura. No prédio há três ambientes apropriados para convenções e apresentações artísticas e culturais, além de restaurante e galerias de lojas no térreo – fontes de receita para o Clube. Desde a reinauguração, ali se realizam bailes e festas com regularidade. (DIOGO, 2009, p. 279).

Figura 23 – **Clube XXIV de Janeiro** (em vermelho) **logo após a intervenção.**



Fonte: DIOGO, 2009, p. 282.

Figura 24 - Inserção do Clube XXIV de Janeiro na Baía da Babitonga. O clube é o edifício maior na imagem, em tons de rosa, quase diretamente em frente ao trapiche.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Atualmente, quase 10 anos após a publicação de Diogo, o Clube XXIV de Janeiro interrompeu suas atividades culturais. Seu térreo foi arrendado para atividades comerciais,

porém muitas das salas estão fechadas e o espaço, subutilizado. É interessante ressaltar o clareamento da tonalidade de cor do imóvel, repintado neste intervalo de tempo.

Figura 25 – **Detalhe dos ornatos ecléticos na fachada do Clube do XXIV de Janeiro.**



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Figura 26 – Rua Dr. Luís Gualberto, em que a rua e os imóveis privados foram reabilitados pelo Programa Monumenta, garantindo a perspectiva visual característica que liga a Rua Babitonga à Igreja Matriz, localizada em lote um pouco mais afastado do mar.



Fonte. Priscila Henning, 2019.

As intervenções nos imóveis privados foram intermediadas pela UEP de São Francisco, coordenada pelo engenheiro civil local Ângelo Pereira Costa, que já tinha interesse em trabalhar com preservação do patrimônio cultural mesmo antes do Programa Monumenta. Em

entrevista[177] (2019), Costa mencionou as dificuldades de interlocução entre o IPHAN e a população local, que foram superadas por sua atuação. Ele próprio nascido e criado em São Francisco do Sul, com família pertencente à comunidade há gerações, tinha uma relação de familiaridade com os moradores, suavizando as "diferenças de linguagem e entendimento" que dificultavam a ação conjunta. Neste sentido, as atividades suscitam os questionamentos contemporâneos que vêm sendo discutidos no campo da preservação do patrimônio, por autores como Laurajane Smith (2006), que questionam a imposição "de cima para baixo" de um discurso autorizado do patrimônio, que oprime e acua a população local que é, ao fim das contas, não apenas objeto mas o próprio sujeito do patrimônio, no sentido de produtor e reprodutor do patrimônio que se pretende proteger.

Segundo relato de Roberta Pauli,

> Em São Francisco do Sul o Projeto Monumenta – trata-se de um projeto para as unidades executoras (UEP municipais) e de um programa para o geral, denominado também como UCG (Unidade Central de Gerenciamento) – acabou tendo a função de extensão do Iphan, pois ali se faz a ponte entre o instituto e a população, na orientação de projetos, cores de pinturas e demais dificuldades encontradas pelos usuários locais. Muitas reuniões são feitas no escritório da UEP de São Francisco do Sul com moradores e o Iphan, no intuito de ajudar e nortear as diversas dúvidas expostas pelos residentes/usuários acerca de seu imóvel (PAULI, 2010, p. 57).

O Programa Monumenta tem como objetivo, conforme já relatado, a integração do patrimônio público e privado reabilitado, dos espaços urbanos requalificados, e o desenvolvimento de potencialidades econômicas locais, para fins de garantir o desenvolvimento sustentável do centro histórico. Uma vez o programa possibilita a concretização destes projetos, via vultoso financiamento do BID, a intenção é de que o município continue a evoluir no desenvolvimento por conta própria, gerando um fluxo de caixa que possa ser revertido na conservação continuada do patrimônio cultural local. Um dos principais obstáculos reside na conscientização da população local e no treinamento de mão-de-obra para atuar nas atividades econômicas propostas, como serviços turísticos. Além disto, um dos princípios-chave das atividades de preservação patrimonial é a realização de atividades voltadas para a educação patrimonial.

[177] Entrevista com Ângelo Pereira Costa a esta pesquisadora, realizada na Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no dia 08 de fevereiro de 2019.

Em São Francisco do Sul, a UEP do Programa Monumenta promoveu algumas atividades de divulgação e capacitação. Além de realizar seminários e palestras para apresentar e intermediar o Perfil do Projeto do Programa Monumenta, elaborado pela empresa Setepla Tecnometal Engenharia Ltda., à população. Além disto, o Programa Monumenta contemplou o patrocínio dos seguintes projetos:

a) Capacitação de pescadores em turismo;

b) Seminário Nacional sobre as Embarcações Brasileiras;

c) Oficina Nacional de Artesanato Naval

d) Produção de calendário (2007) e de totem interpretativo;

e) Mapeamento Cultural e Projeto de Educação Patrimonial (DIOGO, 2009, p. 276).

Apesar dos esforços empreendidos e dos resultados, em geral, considerados positivos, o Programa Monumenta suscitou algumas avaliações críticas, segundo Pozzobon (2016),

> (...) O diretor-presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul (FUCISF), Aldair Carvalho, considera que o Monumenta atingiu ótimos resultados na realização de obras, mas deixou muito a desejar no processo intelectual de pensar o centro histórico como um todo, dialogando com o ambiente onde está inserido e discutindo a relação das pessoas com o lugar. Para Carvalho, isso fez com que durante muito tempo, as ações do IPHAN fossem percebidas pela população francisquense apenas como tendo uma função operacional e não científica (POZZOBON, 2016, p. 44).

Embora em geral elogioso em seu levantamento, Bonduki (2010) ressaltou, em sua descrição dos resultados obtidos em São Francisco do Sul, as questões relativas à função habitacional no centro histórico, que, a seu ver, não foi suficientemente contemplado no projeto para a cidade:

> Em São Francisco do Sul, o Monumenta contribuiu para a criação de uma consciência da necessidade de valorizar os edifícios preservados, que podem suprir a necessidade de imóveis para uso comercial e, ainda, garantir condições econômicas para sua preservação, sustentada por valores dos aluguéis compatíveis com o custo da manutenção do patrimônio (...) Apesar disso, ainda existe certa ociosidade na área, assim como imóveis em estado de abandono, em razão do longo período de estagnação econômica que a cidade sofreu. Esse quadro, entretanto, vem sendo alterado pelo processo crescente de valorização dos edifícios do centro histórico. A tendência é estes imóveis serem reabilitados para uso comercial ou residencial (...) Questão ainda

> não enfrentada é a do reduzido número de moradores no núcleo histórico (...) O estímulo ao uso residencial – não suficientemente privilegiado pelo perfil do projeto – contribuiria para evitar que a área se torne unifuncional, condição que pode comprometer parcialmente a qualidade da intervenção. (BONDUKI, 2010, p. 125).

Como consequência comum às ações de reabilitação urbana, os imóveis na região central tiveram valorização econômica considerável, em função da procura e da especulação imobiliária na região. Uma das consequências deste fato, segundo Pauli (2010, p. 60) foi a transformação de muitas residências em espaços comerciais, o que deixa a região deserta após o horário comercial e nos finais de semana. Já Pozzobon (2016) destacou que a especulação imobiliária fez com que muitos imóveis ficassem fechados, enquanto seus proprietários visavam lucrar com a valorização do mesmo em futuras negociações.

Bonduki ressalta a importância que a função habitacional tem para a cidade, reforçando a necessidade de garantir meios para que a população permaneça no lugar e facilitando o acesso a financiamento para reabilitar suas propriedades. Além disso, ressaltou a necessidade de conservar serviços de utilidade pública municipais, estaduais e federais no local, o que acontecia no momento de sua visitação, justamente para garantir o fluxo constante de usuários – o que, por sua vez, poderia estimular a permanência de moradores e a instalação de estabelecimentos de comércio nas edificações ociosas. O alerta, infelizmente, não surtiu efeito: como será discutido na próxima seção, um fenômeno que acabou se realizando alguns anos depois foi o êxodo de importantes equipamentos de interesse público do centro histórico em favor de sua instalação em uma nova centralidade urbana que se consolidou fora do centro histórico, apesar dos esforços dos membros do IPHAN em convencer os responsáveis pela decisão do contrário.

Com o fim da atuação do Programa Monumenta na cidade, em 2013, não houve mais intervenções de maior magnitude na cidade. Neste intervalo, algumas construções apresentaram declínio na sua conservação e administração, como foi o caso específico do Mercado Público, de gestão municipal.

O IPHAN mantém um escritório técnico na cidade, que tem como função desenvolver procedimentos de análise de intervenções e fiscalização na área tombada. De acordo com Pozzobon (2016, p. 44), no entanto, a atuação do ET têm se mostrado insuficiente e muitas vezes

restrita a questões meramente operacionais, com ênfase na materialidade dos bens em detrimento de questões mais complexas e abrangentes, como iniciativas em escalas de espaço maiores ou atuação junto ao patrimônio imaterial. Isso se dá, na visão de Pozzobon, em virtude do reduzido corpo técnico do órgão que "durante todo seu funcionamento contou com apenas um técnico com formação em arquitetura e urbanismo - geralmente não concursado, o que acabou gerando uma troca constante de pessoas no cargo -, uma secretária e uma servente" (POZZOBON, 2016, p. 44). Esta situação reflete as questões de ordem política e econômica que afetam o órgão de modo geral nos últimos anos, em que os cortes orçamentários e a não-reposição do quadro de técnicos vêm diminuindo o alcance e a potência de sua ação.

Por um lado, iniciativas como a de São Francisco do Sul são louváveis, em que a Prefeitura Municipal, órgãos culturais da sociedade civil e entidades privadas se articulam para compartilhar a responsabilidade de gestão do patrimônio cultural, embora, como se percebe em São Francisco do Sul, os resultados podem se mostrar um pouco lentos e custosos.

3.4. Potencial turístico: um centro de lazer regional

No referido processo de tombamento 1.163-T-85[178], consta o registro de um ofício, de número 157/85, datando de 19 de setembro de 1985, em que se afirma que há "manifesta aspiração da comunidade, expressa pelo Sr. Prefeito, no sentido de, articulado com Laguna e Florianópolis, tornar São Francisco (...) um outro polo de interesse *turístico-cultural* no litoral de Santa Catarina" (grifo nosso). Neste trecho, fica evidente que a intenção da preservação do patrimônio vinha articulada com a promoção do seu potencial econômico já desde o nível municipal. O prefeito citado na ocasião era José Schmidt, e este ofício explicita a visão que vinha sendo construída na cidade de aliar a preservação do patrimônio cultural e natural na cidade com a atividade turística.

> O planejamento do desenvolvimento turístico de São Francisco do Sul constituiu parte de um amplo processo político, com a finalidade de desenvolvimento socioeconômico e a modernização da administração municipal empreendido na gestão de José Schmidt (...) Esforços relevantes foram empreendidos na cidade de São Francisco do Sul no sentido de diversificar suas fontes de receita, o que implicou não apenas o estimulo ao desenvolvimento do turismo, mas também ao desenvolvimento industrial, com a instalação de poucas, mas grandes indústrias na cidade. O turismo, nesse contexto de gestão pública municipal, era constantemente mencionado como atividade alternativa ao desenvolvimento econômico local, alinhado com a preservação do patrimônio natural municipal. (SANTOS, 2016, p. 7).

Dalmo Vieira Filho, em relação a esta questão, elucida em entrevista concedida a esta autora (2019a) que desde o princípio das discussões sobre a preservação do centro histórico em nível municipal, se vislumbrava um potencial de tornar-se um *centro regional de lazer*, articulando o patrimônio preservado com atividades culturais e lúdicas atrativas, que pudessem convidar o visitante oriundo das cidades vizinhas, ressaltando que São Francisco do Sul é próxima de três grandes cidades: Joinville, distante 46,2km; Florianópolis, a 189km; e Curitiba, no Paraná, a 178km, sem contar outras cidades próximas de médio porte, como Jaraguá do Sul, Blumenau, e São Bento do Sul, para citar alguns exemplos. Visitantes oriundos destas cidades já costumam frequentar a ilha, no entanto, frequentemente são turistas "de sol e praia", indo diretamente até os balneários no norte da ilha, sem se interessar em conhecer o centro histórico (VIEIRA FILHO, 2019[179]a). O objetivo foi, no entanto, criar laços do centro histórico com estes

[178] Em consulta direta ao processo, disponível para consulta no arquivo do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul.

[179] Informação fornecida em entrevista a esta pesquisadora, realizada por telefone em 31 de janeiro. Texto na íntegra nos Apêndices deste trabalho.

visitantes que, por conta das curtas distâncias, podem retornar repetidas vezes ao longo do ano, diferentemente dos destinos turísticos tradicionais (VIEIRA FILHO, 2019b).

Vieira Filho elucida os princípios por trás desta ideia em capítulo publicado no livro "São Francisco: muito além de Gonneville" (2004):

> Em todo este processo, a ação do IPHAN foi importante para que São Francisco do Sul guardasse seus diferenciais do passado, a esta época já reconhecidos como potenciais do futuro. A trajetória de proteção na cidade seguiu a sequência ideal preservacionista: identificar, proteger e valorizar. Também a constatação de que não basta tombar – é indispensável atuar na potencialização da área protegida – foi seguida à risca (VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 199-200).

Vieira Filho descreve que o IPHAN então propôs uma discussão pública com lideranças e administradores para refletir sobre o desenvolvimento potencial futuro do centro histórico preservado. Ao serem perguntados sobre as próximas décadas, Vieira Filho narra que as respostas dos participantes enfatizavam duas fontes de trabalho e renda no município: o porto e o turismo. No entanto, ao discutirem as respostas, apontou-se que os portos têm condições restritas de repassar riquezas para as cidades, não sendo incomum cidades pobres que abrigam portos prósperos. No caso do turismo, o grande desafio – e que se mantém até os dias de hoje na cidade – é superar o "veranismo", ou o turismo sazonal, cujos impacto econômico também não se sustenta ao longo de todo o ano (VIEIRA FILHO, 2019b[180]). A proposição a que se chegou como atividade permanente geradora de renda para a cidade era tornar-se um centro regional de lazer, articulando o conjunto de suas potencialidades naturais, culturais, ambientais, festividades e eventos com o patrimônio construído preservado e as atividades portuárias. Vieira Filho argumenta que São Francisco do Sul, por conta de todos estes elementos, "apresenta uma invejável condição de desenvolvimento acoplado ao lazer regional. Os turismos cultural e ecológico, aliados ao lazer náutico, trazem uma imperdível possibilidade de futuro para São Francisco do Sul e para toda a sua comunidade" (VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 200).

O olhar para o patrimônio francisquense, portanto, se volta para suas potencialidades a serem exploradas dentro do recorte do planejamento estratégico, que, segundo Kaufman e

[180] Em segunda entrevista realizada com Dalmo Vieira Filho, realizada em São Francisco do Sul em 07 de fevereiro de 2019.

Jacobs (1987), transfere princípios do planejamento de empresas para o campo do planejamento das cidades e estavam sendo introduzida às ações urbanas justamente naquele período e seriam, mais tarde, incorporadas como eixos norteadores das ações do Programa Monumenta. Neste sentido, as discussões na cidade de São Francisco do Sul estavam em compasso com as discussões nacionais e internacionais do período, considerando que as intervenções em Barcelona, que se tornou referência neste tipo de ação integrada, estavam sendo implementadas na mesma época.

De acordo com Renato Saboya, de forma resumida, o planejamento estratégico tem como característica o foco em ações voltadas para um ideal de desenvolvimento, e a "consideração dos '*stakeholders'*, entendidos como todos aqueles indivíduos, grupos ou organizações que têm algum interesse e/ou que podem de alguma maneira influenciar no processo de planejamento" (SABOYA, 2008). E continua:

> (...) é no planejamento estratégico que se incorpora explicitamente a noção de que é necessário envolver todos os atores mais importantes para a implementação posterior das estratégias. Até então, as teorias sobre o planejamento urbano tratavam os decisores de forma implícita, como se o próprio planejador tivesse a prerrogativa sobre a decisão final. Além disso, o planejamento estratégico dá atenção também à análise das forças e tendências que estão fora do domínio do município, como é o caso das condicionantes macroeconômicas (SABOYA, 2008).

Em São Francisco do Sul, o processo participativo que envolveu a comunidade, em especial as lideranças, nas decisões do encaminhamento do patrimônio construído foram diferenciados em relação ao que se costumava fazer, na medida em que buscou-se respeitar, antes de mais nada, as relações da comunidade com a cidade, como espaço de moradia, de trabalho e de memória (VIEIRA FILHO, 2019b). O objetivo, com isso, foi evitar as frequentes ações de projetos turísticos e planos estratégicos que têm, como resultado final, um processo de gentrificação e alteração dramática da relação da comunidade tradicional com o espaço que produziram. Conforme Vieira Filho afirmou em uma palestra para moradores da cidade em 2015, e reafirmado em entrevista recente (VIEIRA FILHO, 2019b), duas metas foram traçadas, de modo a garantir uma forma de turismo que não fosse predatório na região:

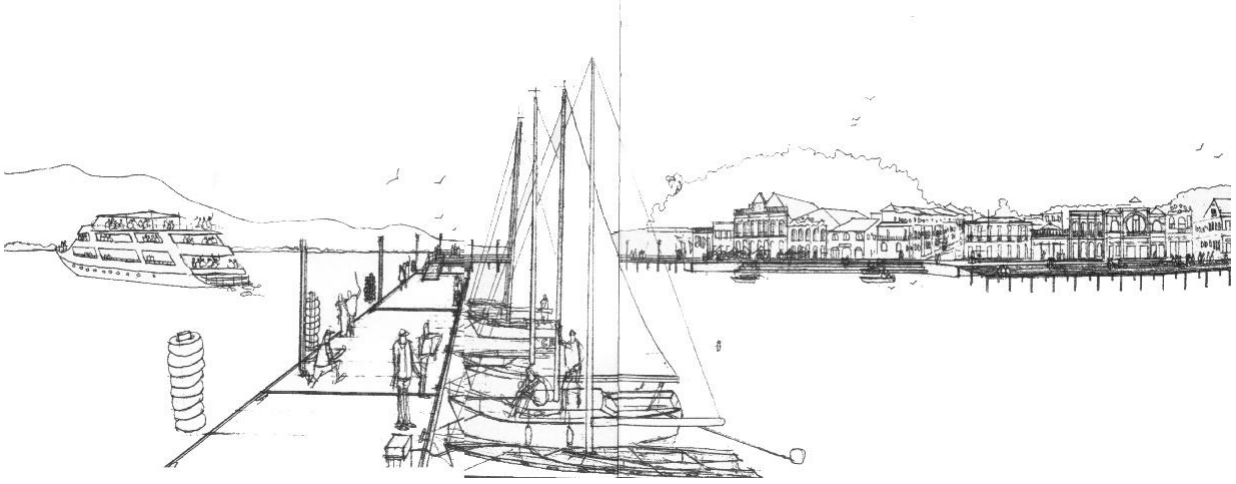
> [...] A primeira é continuar sendo uma cidade, porque muitas das cidades tombadas no mundo [...] atraem tanta gente, possuem cenários tão bonitos, que aquilo acaba sendo apropriado por quem vem de fora, muitas vezes pra passar o fim de semana, e a cidade fica sendo uma espécie de cenário. São Francisco corre esse risco. [...] Há todo um movimento de que a cidade perca a vitalidade na função habitacional, a

> consequência disso é o enfraquecimento do comércio, virá um processo que no mundo inteiro se tenta reverter. O primeiro compromisso de uma cidade tombada é continuar sendo uma cidade, quer dizer, o que que é cidade? Lugar de cidadãos. E o segundo objetivo para o centro histórico, proposto na época e aceito, era fazer do centro histórico de São Francisco uma espécie de centro regional de lazer. Por quê? Como se preserva aqui essa qualidade do cenário urbano, a força que tem, até emotiva dos casarões, da escala humana, da harmonia da paisagem, isso pode servir para que as pessoas, mal comparando, trabalhem durante a semana em Jaraguá do Sul, em São Bento, em Joinville, em Curitiba, em Blumenau, e venham gastar o dinheiro que conquistaram naquela semana aqui em São Francisco do Sul, na Babitonga, no centro histórico, em restaurantes, no museu, no Cine Teatro, assim acontece no mundo. [...] Mas esse tipo de atividade praticamente não tem sido explorada, não tem sido devidamente explorada no Brasil. (VIEIRA FILHO apud POZZOBON, 2016, pp. 37-38).

Renato Saboya elenca que o planejamento estratégico enfatiza os aspectos da cidade considerados estruturais, a partir dos quais há um impacto no restante do sistema urbano. "Portanto, a atuação do planejamento estratégico não se dá sobre todos os pontos importantes, mas apenas sobre aqueles que têm a capacidade de atuar como catalisadores de mudanças importantes, chamados também de fatores críticos" (SABOYA, 2008). Em São Francisco do Sul, entre as ideias para "dinamizar" o centro histórico e atrair visitantes, estão algumas propostas, como a criação do Museu Nacional do Mar, do Terminal Turístico Naval e a implantação de uma marina de embarcações de lazer. Sobre este tema, Vieira Filho discorre sobre as propostas e os encaminhamentos que surgiram, em um primeiro momento:

> As ações preservacionistas concentraram-se neste potencial e passaram a ocorrer em série, orientadas, desde então, por um norte que lhes permitia saber onde chegar. Primeiro, fora o tombamento nacional do centro histórico, logo depois, a criação do Museu Nacional do Mar. Em seguida, ocorreu a inclusão da cidade no Programa Monumenta/BID. (...) Ultrapassadas as etapas iniciais, outras ações decorrentes logo se viabilizaram. Os patrocínios de empresas como a Petrobrás e a Vega do Sul resultaram na reabertura do Cine-Teatro e na reciclagem do Museu do Mar, criando uma nova realidade urbana, impensável há apenas alguns anos. O estímulo a restaurantes e pousadas resultou na decisão do Grupo Empresarial Costão do Santinho, de Florianópolis, de instalar importante empreendimento no centro histórico da cidade. A ideia do 'portal de turismo', capaz de receber os grandes navios de passageiros que percorrem o litoral durante o verão, foi partilhada com a Marinha e encampada pelo governo estadual. Os trabalhos de implantação do porto de lazer (a marina do Museu e da cidade) abriram novas frentes de interesse: o que representarão para São Francisco do Sul uma centena de lanchas de veleiros ancorados nos antigos trapiches da Santista e da Hoepcke, em pleno centro da cidade? (VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 200).

Figura 27 – Proposta de píer para atracação de embarcações particulares na orla de São Francisco do Sul.
Destaque para a "paisagem clássica" como pano de fundo. Desenho por Arq. Marcelo Cabral Vaz.



Fonte: PEREIRA, 2007, p. 47. Modificado pela autora.

Destas proposições, algumas foram de fato efetivadas nos quinze anos que se transcorreram até agora, e outras ainda estão em fase de implementação e negociação junto ao Poder Público, principalmente para captação de recursos e liberação das licenças necessárias. O Museu Nacional do Mar foi de fato instalado, nos antigos barracões dos Armazéns Hoepcke, que estavam abandonados havia mais de uma década. As construções foram revitalizadas e adaptados ao novo uso, através de financiamento combinado entre a Prefeitura Municipal e uma grande empresa privada da região, a Vega do Sul (VIEIRA FILHO in SANTOS; NACKE; REIS, 2004, pp. 202). Criado em 1991 pelo decreto nº 615, de 10 de setembro, inaugurado em 1992 e aberto a público no ano de 1993, o museu atua, segundo Bonduki (2010, p. 117), como uma espécie de "âncora para a intervenção". O museu possui um acervo de notável importância nacional, tombado em nível federal em 2010, e tem se colocado como protagonista no processo de reabilitação do centro histórico, atraindo interesse e promovendo ações culturais no município. Segundo a Fundação Catarinense de Cultura,

> O acervo está organizado em 18 salas divididas por temas. Entre as peças disponíveis à visitação do público, estão mais de 91 barcos em tamanho natural, cerca de 150 peças de modelismo e artesanato naval e a Coleção Alves Câmara, do século XXI (reprodução da coleção original que se encontra no espaço cultural da Marinha, no Rio de Janeiro). Tudo identificado com textos, imagens explicativas e trilha sonora com músicas folclóricas das diversas regiões brasileiras e a música tema do museu, produzida especialmente para esta finalidade. (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA[181], online)

[181] Informações disponíveis na website da Fundação Catarinense de Cultura, disponível em: http://www.cultura.sc.gov.br/espacos/museudomar. Texto publicado em 11 de fevereiro de 2019. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

Entre 2002 e 2003, o Museu foi ampliado, abarcando também o outro conjunto de armazéns, antes também em desuso e deteriorados, localizado no outro lado da rua. Sua infraestrutura agrega salas sonorizadas, expositores com texto e imagem, loja, e bar-café, onde frequentemente ocorrem eventos culturais como apresentações musicais de artistas locais e de fora da cidade.

Figura 28 – Café do Museu Nacional do Mar.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

A sua implantação em um dos extremos da área tombada, em uma reentrância do mar, permite que se possa ver, de suas janelas e jardins externos, a Baía da Babitonga e também as instalações do porto, configurando em uma paisagem bastante pertinente à temática do museu. Integrado a um trapiche, onde antigamente eram embarcados os insumos dos Armazéns, o objetivo é que seu trapiche se integre com as instalações da futura marina, integrando as suas funções.

Figura 29 – Vista do Museu Nacional do Mar a partir do píer.



Fonte: Priscila Henning, 2016.

Figura 30 – Vista da Baía da Babitonga a partir dos jardins do Museu.



Fonte: Priscila Henning, 2016.

Figura 31 – Vista dos antigos Armazéns Hoepcke, que abrigam o Museu Nacional do Mar, a partir da rua.



Fonte: Priscila Henning, 2016.

Com visitação que chega a 40 mil visitantes ao ano, de acordo com os dados da Fundação Catarinense de Cultura (2019), o museu se impõe como principal atrativo no conjunto urbano histórico. Esta percepção é compartilhada por Nabil Bonduki, que atribui especial destaque ao

> Museu Nacional do Mar, seja pelo interesse arquitetônico e urbanístico que ele cria com a orla, seja pela sua potencialidade como equipamento, que atrai milhares de visitantes, gerando um movimento extremamente importante para uma preservação sustentável da cidade. O museu é vital para a preservação do patrimônio naval e resgate do saber popular, desenvolvido pelas populações que vivem junto à água na construção e decoração de barcos das mais diferentes origens. (BONDUKI, 2010, p. 14).

O Portal Naval Turístico, por sua vez, está ainda em fase de implementação. O objetivo da estrutura é receber navios de cruzeiro, que costumam passar muitas vezes pelo litoral

catarinense durante a temporada de verão. Instalado nas antigas ruínas dos Armazéns Santista, na ponta da Rua da Babitonga, onde antes se localizava o primeiro porto da cidade, o imóvel foi totalmente reconstruído para abrigar a Secretaria de Turismo e a Fundação Cultural, nos edifícios reconstruídos, e, na edificação central, ter instaladas as estruturas do Terminal Marítimo/Terminal de Turismo. Segundo Santos (2016),

> (...) a argumentação em favor dessa intervenção e sua inclusão no Programa Monumenta, pela Prefeitura Municipal, afirmava-a como estratégica para a cidade, visto que, em futuro próximo, esta figuraria como "[...] um dos principais pólos de desenvolvimento turístico de São Francisco do Sul" e seria uma das ações que promoveriam a valorização da relação da cidade com o mar. (SANTOS, 2016, p. 11)

Figura 32 – Instalações e Atracadouro do Portal Turístico Naval



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Em 2011, o Portal Turístico inaugurou suas atividades: "foram 34 escalas de duas companhias marítimas (CVC e MSC Cruzeiros), que trouxeram à cidade cinco diferentes embarcações."[182] Segundo a reportagem, naquele ano 90% dos turistas que desembarcaram optaram por permanecer na cidade, conhecendo o centro histórico e as praias, e a receita gerada com o turismo naval foi de R$6 milhões, a partir de um gasto médio *per capita* de R$81,55 na cidade. No entanto, houve um declínio significativo na temporada de 2014/2015, quando a cidade recebeu apenas 5 embarcações (SANTOS, 2016). O motivo se deu porque o píer construído na primeira fase se mostrou insuficiente para receber os navios de maior parte – os quais, inclusive, nas temporadas anteriores, aumentaram de porte e dimensões. A Baía da

[182] Segundo reportagem publicada em SCHAPOCHNIK, Claudio. S.Francisco do Sul celebra 1° temporada de cruzeiros. **Panrotas**. 07 abr. 2011. Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/cruzeiros/2011/04/sfrancisco-do-sul-celebra-1o-temporada-de-cruzeiros_66990.html. Acesso em: 02 mar. 2019.

Babitonga não tem condições técnicas de receber navios de grande porte, pois além de questões de manobra, em função das instalações do porto, os seus pontos de fundeio, principalmente nas proximidades do terminal, permitem embarcações com no máximo 210 metros[183] de submersão. No entanto, possíveis soluções estão em vias de proposição, como a possibilidade de acesso dos turistas marítimos por meio de embarcações menores, com o navio principal atracado a uma distância maior.

Em 2019, após a construção do píer ampliado, o Portal Turístico Naval retomou suas operações e recebeu seu primeiro cruzeiro de luxo, o americano *Seven Seas Explorer*, com capacidade para 750 passageiros e 542 tripulantes. A Secretaria de Turismo da cidade preparou roteiros turísticos que contemplavam não apenas passeios pela cidade histórica, mas também em direção às praias e ao Forte Marechal Luz, um forte de 1909 construído no alto do Morro do Alemão, na ponta norte da ilha, próximo ao balneário de Ubatuba. De acordo com informações disponibilizadas pelo portal da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, em janeiro de 2019 foi realizada uma reunião da Secretária de Turismo Jamille Douat com representantes da Associação Internacional de Cruzeiros Marítimos (CLIA/Brasil), da empresa armadora MSC, do Porto de São Francisco do Sul e da praticagem, com vistas à reinclusão da cidade nas rotas de turismo naval na temporada de 2019/2020, uma atividade que tem potencial para dinamizar a renda da cidade.

A construção da marina na orla é uma das propostas que constavam no projeto estratégico de São Francisco do Sul que ainda não se concretizaram. O projeto de criar um píer em formato de T, acoplado com o terminal turístico e se estendendo até o Museu do Mar, já está pronto e prevê capacidade para abrigar 300 embarcações. Em reportagem no portal de notícias NSC Total[184], o colunista de economia Loetz noticia um encontro que reuniu o atual Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, Renato Gama Lobo, e o célebre navegador Amyr Klink, com o governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés, em fevereiro de 2019. O projeto apresentado prevê sua realização por meio de parcerias público-privadas, envolvendo

---

[183] Segundo reportagem publicada: Sem identificação do autor. São Francisco do Sul recebe primeiro cruzeiro de luxo. **Correio Francisquense**. 25 de janeiro de 2019. Disponível em: http://www.adjorisc.com.br/jornais/correiofrancisquense/noticias/economia/s%C3%A3o-francisco-do-sul-recebe-primeiro-cruzeiro-de-luxo-1.2119744. Acesso em 02 mar. 2019.

[184] LOETZ, Claudio. Marina em São Francisco do Sul. **NSC Total.** Florianópolis. 14 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/colunistas/loetz/marina-em-sao-francisco-do-sul. Acesso em 15 mar. 2019.

os governos municipal, estadual e a iniciativa privada. O município conta, atualmente, com três marinas de menor porte, todas localizadas fora do centro histórico: Marina Iperoba, no bairro de mesmo nome, Marina di Capri e Marina Arco-íris, localizadas na praia de Capri. Dalmo Vieira Filho, em entrevista (2019b), mostra-se entusiasmado com as perspectivas possíveis de viabilização deste projeto em um futuro próximo.

A despeito dos investimentos e projetos realizados no âmbito da reabilitação pelo Programa Monumenta, São Francisco do Sul ainda se mostra bastante tímido, com ações lentas e pouco agressivas no setor turístico. Além das questões técnicas, como o caso específico do fundeiro da Baía da Babitonga como empecilho para receber navios turísticos de grande porte, há outras limitações – restrições de orçamento e financiamento, a oscilação de visitantes ao longo do ano, dificuldades políticas e administrativas, dificuldades de acesso e mobilidade urbana pelo território da cidade, baixa oferta de serviços turísticos (como hospedagem ou alimentação) de maior qualidade, além da priorização de outras atividades econômicas, como as portuárias, são alguns dos desafios apontados e percebidos na cidade.

De acordo com Costa (2005), em levantamento realizado à época, o diagnóstico das condições turísticas do centro histórico tinham pontos fortes e fracos. Como pontos fortes, o destaque ficava com o patrimônio histórico preservado e a balneabilidade das praias. Já com relação aos pontos negativos, a ênfase recaía na baixa qualidade percebida no comércio e serviços como habitação e gastronomia, mão-de-obra pouco preparada para o atendimento turístico, equipamentos fechados nos fins de semana, falta de banheiros públicos e falta de informações turísticas, entre outros. Não foi encontrado outro levantamento semelhante mais recente para fins comparativos.

3.4.1. Perfil do turismo e dos visitantes

De acordo com Maria Helena Mattos Barbosa dos Santos (2016), as propostas de desenvolvimento turístico sustentável, e não mais apenas sazonal, desenvolvidas a partir da década de 1980 ainda não lograram os resultados almejados. No comparativo econômico, segundo dados analisados pela autora, cerca de 80% da receita do município advém das

atividades portuárias, enquanto o setor de serviços vinculados ao turismo (alimentação, hospedagem, agenciamento de viagens e transportes) contribui com aproximadamente 15% da receita total do município (SANTOS, 2016, p. 2). Com relação ao perfil dos turistas da cidade, segundo dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO) de Santa Catarina de 2016, 93,5% dos turistas que visitam o município de São Francisco do Sul são brasileiros, em especial oriundos dos estados do Paraná (50%) e Santa Catarina (40%). Os turistas estrangeiros, em outras localidades no litoral de Santa Catarina, tendem a ter uma proporção maior, cerca de 25% da quantidade total de turistas.

Os dados da FECOMÉRCIO reforçam que 90% dos turistas que chegam à cidade o fazem por meio de automóvel, sendo a maioria das cidades mais próximas, com expressividade para Joinville e Curitiba. Justamente por conta do perfil do turista que frequenta a região de São Francisco do Sul, é notável destacar que a maioria opta por permanecer na cidade em casas alugadas (55%), casas de parentes ou amigos (20%) ou residências próprias (13%, com declínio após 2014, quando se registrou um índice de 20%). Estes moradores de localidades próximas que possuem imóvel nas praias para descanso, tendem a retornar diversas vezes ao longo do ano em fins de semana e feriados, o que reforça a proposta de Vieira Filho de potencializar o turismo regional por meio da instalação de atrativos contínuos, ligados ao lazer.

Em seu levantamento, Santos registra que as atividades turísticas em São Francisco do Sul têm origem nas décadas de 1930/1940, principalmente com destino às praias no litoral nordeste da ilha, com incremento significativo de visitantes durante a década de 1970 (SANTOS, 2016, pp. 6-7), com o avanço dos loteamentos e instalação de infraestrutura nas praias mais frequentadas, como Enseada e Ubatuba. O centro histórico não consta como potencial atrativo até a década de 1980, quando o então prefeito José Schmidt começa a articular políticas objetivando o turismo cultural na cidade. Santos relaciona esta visão às políticas que surgiam, ainda que de forma incipiente, com este discurso no âmbito da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). A partir desta época, Santos registra a inclusão de São Francisco do Sul em políticas estaduais e regionais de promoção turística.

> Desde 2004, a Secretaria de Turismo e Lazer de São Francisco do Sul tem direcionado esforços para ampliação da participação desse destino no fluxo turístico regional. O destino turístico São Francisco do Sul integra a região turística Caminho dos Príncipes, que é uma das dez regiões turísticas do Estado de Santa Catarina, da qual também faz parte outros dez municípios do estado e também integra quatro dos seis

> roteiros turísticos sugeridos pelo Sindicado de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Joinville/SC e Região. (SANTOS, 2016, pp. 9-10).

A autora enfatiza que apesar dos empresários da região ansiarem por associar a imagem de São Francisco do Sul a uma diversidade de atividades de lazer, que incluem desde atrativos culturais e históricos, esportes náuticos e praias variadas, em realidade não há uma oferta satisfatória de produtos e serviços, facilmente acessíveis pelo visitante, que atenda a esta expectativa.

Ainda hoje, o turismo local ainda é fortemente alavancado pela atração das praias, distantes e isoladas do centro histórico (ver mapa 3), sendo que o acesso às praias contorna o centro histórico. Assim, grande parte dos visitantes não passa pelo centro histórico. A solução de dinamizar as atividades turísticas no centro histórico por meio da atração dos navios de turismo, gerando um consequente fornecimento de equipamentos de apoio atraentes, como restaurantes, lojas e vida noturna, poderia garantir a sustentabilidade das visitas durante o ano e, potencialmente, atrair a atenção do turista das praias. A respeito desta questão, Dalmo Vieira Filho, em entrevista ao Diário Catarinense em 1999, afirmou:

> Os navios de passageiros vão atracar praticamente 'dentro' do centro histórico [...] Com isso, os turistas que hoje apenas passam pelo centro em direção às praias ou a balneários vizinhos, aumentarão seu tempo de permanência na cidade (VIEIRA FILHO apud SANTOS, 2016, p. 10).

Santos aponta alguns desafios com relação à gestão turística: o perfil do turista de veraneio, oriundo das cidades vizinhas, e o perfil do turista de cruzeiros marítimos são bastante distintos, em características e anseios. O turista regional, que potencialmente seria o público do centro regional de lazer, em geral opta por se hospedar nas praias do nordeste da ilha, em residências secundárias (casas de veraneio), de familiares ou de aluguel, no que a autora denomina "turismo de segunda residência" (SANTOS, 2016; COSTA, 2005), conforme descrito no começo desta seção. Este turista, segundo Santos (2016), permanece por mais tempo (de 5 a 10 dias, em média, segundo dados da FECOMÉRCIO de 2016), cria vínculos afetivos com o local e é mais adaptável às condições dos serviços e produtos ofertados na região. Em geral, este turista é mais interessado nas atividades de lazer dos balneários e tem demonstrado baixo interesse nas atividades culturais promovidas pelo centro histórico, frequentando o local de modo pontual, para fins de abastecimento ou atividades bancárias. Segundo esta questão, é

interessante notar a pouca atratividade que os serviços e comércio do centro histórico têm para o turista das praias[185], conforme análise de Pozzobon:

> (...) um dado bastante interessante, mas somente divulgado na pesquisa da FECOMÉRCIO de 2015, diz respeito aos pontos de comércio que o turista desejava visitar durante sua estadia em São Francisco do Sul. Cerca de 94% pretendia visitar o comércio das praias – lojas de roupas e calçados, artesanato e presentes - e somente 0,7% o comércio da área central da cidade, incluindo aí o centro histórico, e os demais não tinham intenção de visitar o comércio da cidade ou não souberam responder (POZZOBON, 2016, p. 96).

O turista de cruzeiros marítimos, por sua vez, tende a exigir maior qualidade de produtos e serviços, mas a frequência ainda baixa do fluxo de turistas com este perfil torna a oferta deste tipo de serviço mais dispendioso e, muitas vezes, até mesmo inviável, em função do valor alto do investimento com baixa previsão de retorno imediato. O desafio que se apresenta, portanto, é como atrair o fluxo de turistas de segunda residência, oriundos predominantemente das regiões próximas e, portanto, os potenciais usuários de um centro regional de lazer, e que poderiam estimular o comércio local? O estímulo aos dois tipos de turismo por meio de políticas e projetos de desenvolvimento que atuassem em rede e de modo articulado, tanto no centro histórico como nos balneários, poderiam alimentar iniciativas de fomento econômico e vitalidade urbana que certamente impactaria o município como um todo. No entanto, é interessante notar como em geral as iniciativas são localizadas nos dois pontos da cidade (centro histórico e balneários) de modo isolado e desconexo, muitas vezes suscitando nos moradores e usuários uma sensação de disputa por atenção, e não uma iniciativa integrada e mutuamente incentivada. A pouca divulgação de eventos e atrativos das outras localidades também contribui para o baixo deslocamento dos visitantes de uma parte a outra da ilha.

Uma das questões essenciais a ser debatida, e que também impedem a fruição do centro histórico, é a questão da mobilidade no território[186]. Há apenas uma estrada de acesso entre o continente e a ilha de São Francisco do Sul (BR-280), que não é duplicada e insuficiente para o tráfego de veículos particulares, bem como dos muitos caminhões que têm como destino final

---

[185] Em 2019, unidades de grandes redes de varejo, de grande apelo popular, estão se instalando nas proximidades do centro histórico, o que poderá alterar as dinâmicas de consumo na região futuramente. No entanto, ressalta-se que, à exceção de um grande supermercado, estas lojas têm optado por instalar-se à beira da estrada que tangencia o centro histórico e dirige-se às praias, o que poderá, efetivamente, não suscitar grande impacto em termos de visitação à região tombada.

[186] Para uma análise mais aprofundada desta questão, ver POZZOBON, 2016, pp. 61-64.

o porto. Embora não haja registro oficial nos estudos analisados, são frequentes reportagens de final de ano, nos principais canais de televisão locais, em que visitantes mencionam que esta dificuldade os desmotiva a retornar. Entre os balneários e o centro histórico, a situação se repete: a Rodovia Duque de Caxias também é insuficiente para o fluxo de veículos durante os meses de alta temporada. O acesso é somente rodoviário, com poucas opções de transporte público. Considerando que os acessos só se dão por veículo automotor, as dificuldades de estacionamento de veículos particulares na região do centro histórico são um agravante no desestímulo do visitante comum à cidade.

A duplicação da BR-280 vem sendo pleiteada há anos no município e as obras se iniciaram nas regiões de Araquari e São Francisco do Sul, este último em novembro de 2018. No entanto, entraves políticos e processos burocráticos de licitação e liberação de recursos têm retardado a sua conclusão, para a qual não há previsão efetiva.

3.4.2. Transformações territoriais: uma nova centralidade urbana

Outro aspecto que precisa ser aprimorado, por meio de políticas públicas, é o incentivo à permanência de comércio e serviços no polígono do centro histórico, visto que nos últimos anos tem se verificado um êxodo considerável de estabelecimentos comerciais, inclusive do porte da agência central dos Correios e diversas agências bancárias. O destino atual destes estabelecimentos está nas proximidades da Avenida Barão do Rio Branco, que se localiza fora do polígono tombado, por trás do morro da Caixa d'Água, e vem se consolidando como uma *nova centralidade* na cidade, papel que anteriormente era do centro histórico, que "vem perdendo sua força gravitacional" (VIEIRA FILHO, 2019b). Esta transformação das dinâmicas urbanas nos últimos anos são explicadas, segundo Dalmo Vieira Filho, possivelmente pelo fato de que a localidade oferece incentivos importantes para os usuários: é mais próxima dos acessos, tanto do continente quanto das praias; tem maiores facilidades de mobilidade e estacionamento; e é uma região com menos restrições à renovação urbana, por não ser objeto de proteção cultural. Como é comum, há por parte de alguns moradores e comerciantes "uma certa ânsia por modernidade" (VIEIRA FILHO, 2019b), valores que remetem ao "valor de novidade" que Riegl descreveu ainda no começo do século XX.

Figura 33 – **Localização da Avenida Barão do Rio Branco** (amarelo) **em relação ao centro histórico preservado** (delimitado em vermelho)



Fonte: Google Earth, 2016. Modificado pela autora.

É esta região em torno da Avenida Barão do Rio Branco que vem se tornando uma nova centralidade nas dinâmicas territoriais da cidade, aglutinando comércio e serviços essenciais, tais como agências bancárias, grandes mercados, comércio varejista variado, e, mais recentemente, até mesmo secretarias e autarquias municipais. Esta transferência, e seu consequente esvaziamento do centro histórico "vem interferindo de forma mais direta na preservação e nas dinâmicas do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul. (POZZOBON, 2016, p. 65), especialmente na diminuição da vitalidade urbana nas áreas comerciais, intensificada pela presença de muitos imóveis fechados ou abandonados.

Figura 34 – Vista da Avenida Barão do Rio Branco,
nova centralidade de comércio e serviços.



Fonte: Priscila Henning, 2018.

Segundo Pozzobon, em 2012, diversas secretarias e departamentos da estrutura da Prefeitura Municipal saíram de seus espaços no centro histórico e foram realocados em uma única edificação, chamada de Centro Integrado Municipal – Multiuso, localizada na Avenida Barão do Rio Branco. Pozzobon elenca as secretarias e departamentos que foram transferidos, como: Agricultura e Pesca; Educação; Habitação e Assuntos Fundiários; Infraestrutura, Urbanismo e Integração; e Meio Ambiente, além de departamentos como o de Protocolos, de Tributação, Junta Militar, Sistema Nacional do Emprego (SINE) e Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), concluindo que estas são as secretarias que mais atraem o fluxo de pessoas (POZZOBON, 2016, p. 65).

Além das próprias estruturas do poder público, outras instituições de grande importância foram sucessivamente deixando a região do centro histórico em favor da nova centralidade. É o caso da Caixa Econômica Federal, do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e a agência da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos. Segundo Pozzobon (2016, pp. 79-81), a saída destes equipamentos impactaram significativamente o centro histórico, pois deslocou um forte fluxo de pessoas para outra região da cidade. De acordo com o relato de uma comerciante do centro histórico, segundo Pozzobon (2016, p. 80), a cada equipamento destes que se desloca da região, mais diminui o movimento das pessoas nas ruas, o que impacta diretamente a sobrevivência do comércio na região. Com mais lojas fechando ou também se deslocando para a região da Avenida Barão do Rio Branco, há menor vitalidade no centro histórico, que se torna menos atrativa para os usuários, sejam moradores locais ou os turistas. Estimular a ocupação do centro com atividades diversificadas é o principal meio de garantir vitalidade urbana, já dizia Jane Jacobs em *Morte e vida das grandes cidades.*

3.5. Algumas reflexões sobre os resultados do Programa Monumenta em São Francisco do Sul

Em geral, os resultados do Programa Monumenta têm sido satisfatórios na cidade, na perspectiva dos autores dos textos e estudos analisados. São Francisco do Sul foi um modelo considerado bem-sucedido por diversos motivos, dentre os quais podemos destacar o trabalho harmonioso e associado entre o município e o IPHAN, diminuindo entraves comuns no projeto; e a atuação continuada de profissionais, desde o momento do tombamento municipal, em 1981, até os dias de hoje. É o caso específico de Dalmo Vieira Filho, ex-superintendente do IPHAN de Santa Catarina, que conduziu e acompanhou o desenvolvimento do projeto por pelo menos 30 anos. Ainda hoje, já aposentado, participa ativamente das reuniões de negociação de novas fases do projeto idealizado, bem como é presença constante em eventos e seminários que tratam do tema. Esta continuidade de atuação de vários dos participantes do projeto permite coesão e consistência no desenvolvimento das diversas fases que um projeto desta magnitude exige, por um longo período.

No tocante aos resultados da intervenção, em uma análise mais ampla, a partir de comparação com os pontos levantados por Sant'Anna (2004), em seu exame de intervenções realizadas no Brasil na década anterior à experiência em São Francisco do Sul, ou por Brendle (2017), tratando de outras localidades que foram objeto do Programa Monumenta, algumas tendências neste tipo de intervenção e seus resultados se repetiram, enquanto outras questões foram melhor resolvidas neste caso, ou até mesmo superadas. Além da distância temporal, que permitiu que experiências como as realizadas no Pelourinho, em Salvador (1992-1999), já tivessem sido elaboradas e aprimoradas no momento em que se empreendeu a requalificação urbana de São Francisco do Sul alguns anos depois, há também diferenças importantes na própria dinâmica urbana e social, por se tratar de um município pequeno, interiorano, em que as relações com a comunidade local são mais diretas e articuláveis de modo mais próximo e afetivo. Os membros locais da UEP, por serem conhecidos da comunidade, tiveram cuidado e sensibilidade ao tratar da temática junto aos moradores, intermediando o processo e reduzindo a sensação de alienação. Um exemplo é a atuação do engenheiro civil, morador da cidade, Ângelo Pereira Costa, que atuou como responsável técnico e coordenador da UEP durante parte do processo. No entanto, os pontos negativos estão na atuação direta sobre os bens patrimoniais de poucos profissionais com ampla experiência e conhecimento aprofundado das

especificidades de projetos de restauro, o que levou a algumas tendências e tomadas de decisão discutíveis, do ponto de vista cultural.

Alguns aspectos e resultados, porém, são similares entre a experiência de São Francisco do Sul e de outros centros históricos, o que podem indicar uma tendência. O principal deles está no próprio caráter de uma intervenção promovida pelo Programa Monumenta, que tem como premissa básica a preservação do patrimônio cultural urbano por meio da articulação entre poder público (tanto em nível federal quanto municipal), com a comunidade e o setor privado, incentivando a integração sustentável do desenvolvimento econômico com os sítios urbanos preservados. Conforme Sant'anna (2004) relata, o direcionamento das atividades econômicas incentivadas foi, sobretudo, visando o desenvolvimento turístico e cultural e contam com a contribuição ativa de parcerias com a iniciativa privada[187]. A proposição de potencializar o papel de São Francisco do Sul de tornar-se um centro regional de lazer, incentivando atividades culturais e turísticas em um cenário urbano requalificado e de singular beleza, se enquadra neste perfil.

No entanto, passados alguns anos desde o fim da intervenção, percebe-se que alguns elementos-chave deste projeto não se concretizaram, embora iniciativas recentes indiquem que o processo esteja em andamento, se revelando apenas um processo lento e cheio de obstáculos. Embora o Museu Nacional do Mar tenha logrado grande êxito, o Museu Histórico tenha se conservado, e recentemente a Biblioteca Pública e o Centro Cultural Ester dos Passos Rosa foram inaugurados, outras propostas não chegaram a se efetivar até o momento. São justamente os equipamentos que, em conjunto com o Museu Nacional do Mar, têm maior potencial de atração turística. As muitas dificuldades, tanto políticas, burocráticas quanto técnicas, de construir a marina de embarcações de lazer e viabilizar o Terminal de Turismo Naval, que teve funcionamento irregular ao longo destes anos, protelaram os resultados almejados. Alguns empreendimentos imobiliários de grande porte foram prometidos em um primeiro momento, como se registrou na visita de Bonduki à cidade:

> Empreendimentos imobiliários de grande porte, como o Costão do Santinho e a Pousada São Francisco, assim como projetos econômicos estratégicos, como os realizados pela Petrobrás e a Usinor, tenderão a modificar o perfil econômico da cidade. Caso eles sejam bem conduzidos, controlando-se seus impactos negativos, o movimento econômico que poderão gerar terá um resultado positivo na preservação do patrimônio urbano, garantindo sua sustentabilidade. (BONDUKI, 2010, p. 126).

[187] Conforme abordado no Capítulo 2.

No entanto, muitas destas parcerias não se concretizaram, como a vinda do grande empreendimento hoteleiro do Costão do Santinho, conforme relato de Dalmo Vieira Filho (VIEIRA FILHO, 2019b). Outras iniciativas, como a instalação de um hotel nas atuais ruínas de um casarão em frente ao Terminal Turístico, se mostram lentos em função de uma série de entraves burocráticos.

Enquanto as ambições maiores não se realizaram, as ações de promoção do turismo, lazer e cultura mais imediatos, com impacto direto na população moradora e nos turistas regulares (conforme o perfil descrito no item 3.4.1), foram mais tímidas, se concentrando em um calendário de eventos que incentivam o uso do centro histórico ao longo de todo o ano. Além das festas já tradicionais, como o Carnaval e a Festa das Tradições da Ilha (Festilha), a qual se realiza anualmente no mês de abril, eventos como o Festival Gastronômico, em julho, visam estimular a vinda ao centro histórico fora dos meses de verão. No entanto, o turismo na cidade ainda é irregular e sazonal, e os esforços tendem a se arrefecer após a dificuldade de prosseguir. Como Santos relata, a preferência em traçar perfis e estratégias de atração parece priorizar o público de cruzeiro marítimos e não necessariamente o turista regional:

> A importância da manutenção do público de turistas de cruzeiros marítimos para a validação das políticas públicas implementadas, assim como para a dinamização do turismo e para o desenvolvimento econômico da cidade é de tal forma percebida como de capital importância pelas instituições públicas locais, que esse público de turista é o único público em relação ao qual a Secretaria de Turismo realiza uma pesquisa de perfil e de demanda específica. Essa instituição realiza outra pesquisa de perfil e de demanda de turistas, também no período de veraneio, sem o mesmo esforço de coleta de dados e análise particularizada em relação às demandas dos turistas das tipologias de turismo de sol e praia, de turismo de residência secundária, de turismo cultural e de turismo em áreas naturais (SANTOS, 2016, p, 13).

Neste caso, nota-se uma dificuldade de direcionar políticas de promoção do turismo aos diversos perfis de turistas à cidade – como os que visitam frequentemente a cidade, mas tendem a fixar-se primordialmente nos balneários, com desinteresse pelas (ou desconhecimento das) ofertas de atividades no centro histórico. A realização de atividades como roteiros guiados ou a promoção de visitação a locais de interesse longe do centro histórico (com transporte direto e facilitado e guias turísticos), como o Forte Marechal Luz, apenas a grupos de turistas desembarcados dos navios turísticos, ao invés de ofertá-los regularmente para o turista comum, de forma metódica, parece privilegiar apenas um tipo de visitante à apropriação da dimensão cultural do centro histórico. A implementação destas ofertas de modo continuado e regular, divulgando-as permanentemente de modo integrado nos balneários, inclusive em períodos fora

do verão, poderia estimular a criação de vínculos não apenas com as praias, mas também com o centro histórico. No entanto, iniciativas anteriores do tipo foram descontinuadas, principalmente, em função da baixa procura e da sazonalidade da atividade turística, mesmo com o turista regional.

Estes resultados não são incomuns nem recentes. Sant'anna, avaliando os resultados de iniciativas que associam o turismo como meio de conservação de patrimônio ainda no âmbito do ainda na década de 1970, com o Programa de Cidades Históricas – PCH, mencionou que a associação com o turismo como principal motor de conservação já se mostrou ineficiente em outros momentos:

> (...) a experiência ensinou, entretanto, que não era simples conservar o patrimônio apenas desenvolvendo o turismo. Os projetos executados durante os anos 70 em regiões e cidades com graves problemas sociais e econômicos não produziram mais do que zonas mortas, artificiais e despovoadas (...) Na avaliação de especialistas, as políticas que aliavam preservação e desenvolvimento turístico, nos anos 70, não deram certo por vários fatores. Entre os mais citados estão a sazonalidade e a instabilidade próprias da atividade; sua fragilidade diante das crises econômicas que assolaram a América Latina, nos anos 80; a retração e a descontinuidade dos investimentos públicos, e a ausência de solução para problemas ligados ao desenvolvimento econômico e social. (SANT'ANNA, 2004, pp. 254-255).

Estas questões, continua a pesquisadora, não se encerraram nas décadas seguintes. Mesmo com as iniciativas de desenvolvimento estratégico e integrado do Programa Monumenta, em muitos casos, os resultados se repetiram. Diante de locais com entraves que dificultam o desenvolvimento econômico e social (no caso específico de São Francisco do Sul, é digno de nota a dificuldade dos acessos – tanto por terra quanto por mar – para o centro histórico), captar parceiros na iniciativa privada que efetivamente se mostrem dispostos a investir em cenários arriscados, não tem se mostrado tarefa fácil. Ao mesmo tempo, o Estado – ainda mais em situações de crise econômica e cortes orçamentários no setor cultural – muitas vezes se mostra ineficaz em sustentar o processo no seu lento desenrolar (2004, pp. 256-257).

> O modelo ancorado na atração de investimentos privados é problemático, porque supõe um cenário de vitalidade econômica, disponibilidade de investimentos, boa distribuição de renda e valor de mercado do patrimônio que inexiste na maioria dos países da América Latina (SANT'ANNA, 2004, p. 257).

Apesar dos muitos êxitos do Programa Monumenta, que não estão sendo desconsiderados nesta avaliação crítica, algumas questões se mostraram falhas na condução do

programa. A rigidez do modelo de projeto, por exemplo, não permitia uma maior flexibilização das iniciativas econômicas ou da compreensão de outros meios que poderiam incentivar a economia local que poderiam ser realizadas, levando em consideração as particularidades de cada localidade e os anseios de sua população (SANT'ANNA, 2004, p. 262). Embora o processo de gestão democrática tenha sido uma das premissas do Monumenta – e, no caso de São Francisco do Sul, é relatado nos estudos como um ponto forte da experiência, conforme relato de Vanessa Pereira (2006) –, demonstrando uma evolução em relação a experiências anteriores em que isso não ocorreu[188], Marcia Sant'anna reforça que um dos principais problemas do modelo está na priorização da participação da sociedade e da iniciativa privada por meio empreendimentos comerciais ou imobiliários, de natureza turística ou cultural, que em raras ocasiões efetivamente resultaram em meios sustentáveis de preservação do patrimônio.

> As experiências demonstram que essa ineficácia, na maioria das vezes, se relaciona ao fato de que esses empreendimentos não se ancoram nem na realidade, nem nas demandas e nem nas potencialidades reais das áreas enfocadas. Assim, como se verá, por falta de diagnósticos precisos das situações enfrentadas, por uma certa rigidez de modelo e pela permanência dessa ideia equivocada de que patrimônio tem de ter, necessariamente, uso turístico e cultural, o conjunto forte de premissas do programa tem produzido sua maior fragilidade (SANT'ANNA, 2004, p. 262).

Nos seus levantamentos comparativos, Sant'anna ressalta, por exemplo, que em diversas situações, é a promoção de incentivos à habitação nas regiões históricas que logrou os melhores resultados (2004, p. 309), e Bonduki alertou que as poucas menções no projeto de São Francisco do Sul em relação à reduzida habitação na região tombada poderia vir a tornar-se um problema, mas que a presença dos equipamentos públicos na centralidade garantiriam o fluxo constante de pessoas, inclusive advindas de outros bairros da cidade (2010, p. 125-126). Afinal, o incentivo à permanência e socialização dos moradores nas regiões, com iniciativas que não sejam particularmente direcionadas para o visitante externo, mas que se relacionem com o cotidiano do morador local, faz com que haja estímulo econômico no setor de comércio e serviços de modo sustentado e constante ao longo de todo o ano, sem depender exclusivamente do fluxo errático do turismo sazonal. Em São Francisco do Sul, segundo relatos de Vieira Filho (2019b) e Costa (2019), esforços específicos foram feitos para que lojas e equipamentos tradicionais da centralidade urbana permanecessem no local. No entanto, diante da pressão das condições

[188] O exemplo mais frequentemente citado de implementação de projetos de requalificação urbana que não dialogou com a população local é Salvador, na Bahia, em que os moradores do Pelourinho não apenas não tiveram voz, mas foram realocados. Ver SANT'ANNA (2004); BRAGA (2013).

econômicas, isto não impediu que empreendimentos como o Clube XXIV de Janeiro, restaurado com financiamento do Monumenta, e o Clube Náutico tivessem dificuldades de manter seu apelo junto à população, ou mesmo encerrassem suas atividades. Além disto, a saída de equipamentos e serviços essenciais da região em direção à nova centralidade urbana da região da Avenida Barão do Rio Branco, conforme descrito anteriormente no item 3.4.2., também contribuíram para o esvaziamento e a perda da vitalidade urbana na região. É essencial que políticas de incentivo à permanência de moradores e comerciantes locais sejam aplicadas, em concomitância com aquelas que visam atrair agentes externos. Ao mesmo tempo, garantir condições e estimular os usos tradicionais da comunidade local com a cidade, de modo com que estes se apropriem de forma natural de seu espaço, poderia promover a vitalidade sustentada da cidade, como muito além de cenário.

> A segunda etapa de intervenções do Programa priorizaria, segundo anseios das autoridades locais, as áreas que não correspondiam à orla, todavia a aprovação dos projetos apresentados para esta etapa passou por grandes dificuldades no Ministério da Cultura. A situação exemplificada pelas obras do Programa Monumenta apenas reafirma a *preferência* pela preservação e valorização do cenário, já estabelecido da cidade. (PEREIRA, 2007, p. 92)

3.6. Teoria e prática nas intervenções em edifícios isolados

Uma das questões que norteia este trabalho é a análise das intervenções como a realizada em São Francisco do Sul à luz da questão da ruptura entre teoria e prática no campo do restauro das edificações, assunto que será analisado com maior profundidade, dentro da perspectiva teórica, no capítulo 4. Em intervenções com a natureza e a escala do que foi a intervenção realizada pelo Programa Monumenta em São Francisco do Sul, algumas questões problemáticas se apresentam na observação dos procedimentos adotados nas ações de reabilitação dos edifícios, agora analisados de forma individualizada.

Estas questões surgem em função das perspectivas conceituais adotadas pelos mentores do projeto quando se trata de intervenções em escala urbana, pensadas em termos de planejamento estratégico ou conjunto de edificações compreendidas como ambiência cenográfica. Nestes casos, é usual que algumas liberalidades sejam adotadas ou defendidas nas intervenções físicas individuais em função de objetivos mais amplos, como a manutenção da paisagem urbana ou da coesão do conjunto, o que é justificável, dentro de uma perspectiva específica do trato do patrimônio. Entretanto, dentro do contexto discutido nos dois primeiros capítulos, as decisões projetuais, metodologias e critérios adotados e mesmo os objetivos almejados com as intervenções podem refletir questões mais profundas e simbólicas sobre o próprio entendimento dos edifícios como patrimônio histórico e cultural, em especial, no período em que o Programa Monumenta atuou em São Francisco do Sul.

Decorridos cinco anos desde o fim do projeto, os desgastes já se mostram visíveis na cidade. Evidentemente que sua situação em região marítima acelera os processos de deterioração, em razão da umidade e maresia, mas a ausência de manutenção em muitas das edificações deixa nítido que pouco ou nada foi feito desde a intervenção durante o programa Monumenta, por parte dos proprietários e administradores. Um dos princípios-chave da preservação patrimonial, preconizados já desde 1964 na Carta de Veneza, é a necessidade de manutenção permanente, preferencialmente de forma preventiva, evitando a deterioração ou surgimento de patologias que comprometam a integridade física do bem. O próprio Monumenta prevê a continuidade das ações de conservação depois do projeto, principalmente por meio do uso de recursos captados em um Fundo. Porém, os desafios de garantir que isso seja feito em

um grande conjunto de edificações e vasta área de espaço público, na prática, se mostram de difícil solução e vem sendo motivo de reclamações por muitos visitantes e usuários.

Quanto às intervenções específicas nos monumentos, dois edifícios restaurados pelo programa Monumenta foram escolhidos como exemplos da análise dos procedimentos de restauro: o Mercado Público Municipal e o Terminal Turístico Naval. Ambos sofreram intervenções dentro do escopo da atuação do Monumenta em São Francisco do Sul, com projetos encomendados e detalhados no Perfil de Projeto para a cidade. Ambos os projetos, também, são exemplos interessantes de questões que surgem na cisão entre teoria e prática no campo disciplinar específico do restauro.

3.6.1. O Mercado Público Municipal

O Mercado Público Municipal, inaugurado em 1900, é um dos principais edifícios da orla da Baía da Babitonga, por sua implantação e função dominante no comércio local desde sua origem. De acordo com Seibel, "É provável que tenha sido o primeiro prédio edificado sobre a área aterrada da baía e durante todo o século manteve a mesma função, a de principal centro comercial da Ilha de São Francisco" (SEIBEL, 2004, s/p) De estilo eclético luso-brasileiro, começou a ser construído em 1887 e seus ornatos são bastante típicos da tradição eclética da transição dos séculos XIX-XX.

Figura 35 – Vista do Mercado Público Municipal



Fonte: Priscila Henning, 2015.

O edifício tem apenas um pavimento, quadrangular, organizado em torno de um pátio central sem cobertura. Em torno deste pátio, se organizam os espaços comerciais – antes da intervenção do Programa Monumenta, eram 12 *boxes*. A circulação entre os espaços comerciais se dá por um espaço avarandado, coberto, que contorna o pátio. Os acessos ao pátio central se dão por quatro portões, no meio das quatro fachadas, sem hierarquia entre eles. Entre as portas, há uma sequência regular de três grandes janelas, com bandeiras em arco pleno, de disposição simétrica em cada lado dos portões de acesso, marcado por duas colunas e um frontão curvo, com o detalhe de uma estrela. O telhado é contido dentro de platibandas com cimalhas em alto-relevo, com acabamento em nervura simples.

Figura 36 – Foto do Mercado Público na década de 1980,
antes do restauro pelo Monumenta. Vista do anexo da Peixaria.



Fonte: Acervo ET-SFS IPHAN.

Em 1928, o mercado recebeu um anexo no seu lado esquerdo, aos fundos (a partir da orientação da rua), para abrigar uma peixaria. A tipologia construtiva do anexo manteve os elementos de forma harmônica com o edifício original, com especial destaque aos relevos e letras em formato de peixes. Há diferença nos gradis de portas em janelas, metálicos, que diferem das janelas do edifício original, estas com fechamento em madeira. Diretamente ligado ao mar por um trapiche, a peixaria era abastecida com peixes frescos vindos diretamente da Baía da Babitonga.

De acordo com a Proposta de Revitalização do Mercado, de autoria dos arquitetos Simone Schroeder e Dalmo Vieira Filho em atuação conjunta da Prefeitura Municipal e do

IPHAN[189], o mercado possui importância única pois, dentre os mercados catarinenses, é um dos que melhor manteve seu aspecto original:

> Em Santa Catarina, Florianópolis, Laguna, Itajaí, Joinville e São Francisco do Sul, entre outras cidades, construíram mercados durante o período eclético. Os de Itajaí e de Laguna foram posteriormente transformados em art-decô e o da capital manteve uma linguagem híbrida, influenciada pelas duas tipologias. O de Joinville foi insensatamente transformado em pastiche. O mercado de São Francisco do Sul foi o que melhor guardou os seus elementos externos, enquanto foi o de Itajaí o que melhor preservou o pátio interno. Trata-se portanto de exemplar de grande valor regional, sintonizado com a linguagem eclética luso-brasileira da virada do século (SCHROEDER e VIEIRA FILHO, 1999, s.p.).

É interessante notar que o projeto de revitalização destaque que o mercado não sofreu alterações significativas no seu aspecto exterior por conta da influência dos imigrantes europeus no século XIX, fortemente presentes na tradição da cidade. Porém, na foto a seguir, sem indicação de data, consta a inserção de acabamentos em lambrequins no arremate do telhado interno, que faz a cobertura dos corredores em frente às lojas.

Figura 37 – Imagem do pátio interno do Mercado Municipal.



Fonte: SCHROEDER e VIEIRA FILHO, 1999, s/p.

O mercado sofreu diversas reformas e alterações ao longo do tempo, sendo que a realizada em 1976 resultou no emparedamento das aberturas externas e na alteração da configuração do pátio interno. “Por muitos anos centro do comércio cotidiano, o Mercado Municipal viu decrescer sua importância no contexto da cidade nas últimas décadas”

[189] Cópia única, em encadernação simples, disponível para consulta no acervo do Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul.

(SCHROEDER; VIEIRA FILHO, 1999, s/p). No entanto, dentre as lojas no seu interior, abrigava diversos espaços comerciais tradicionais na cidade, como a já citada Peixaria, o Açougue Público, um comércio de frutas e legumes, uma barbearia, um bar e lanchonete, e lojas de artesanato e variedades, muitas vezes ligadas ao cotidiano pesqueiro da cidade (chapéus de palha, redes de pesca, chinelos, entre outros). No seu pátio central, frequentemente eram realizadas apresentações musicais de artistas locais, festividades ligadas às festas da cidade (como o Carnaval), e apresentações folclóricas locais, como o Boi de Mamão[190][191].

Integrante da poligonal de tombamento do Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul, o Mercado Público Municipal não é tombado individualmente, não obstante, na sua ficha de inventário consta a proteção em nível P1[192]. O mercado foi um dos quatro edifícios públicos da cidade restaurados pelo Programa Monumenta, sendo inaugurado em 2008. No âmbito do Monumenta, o entorno do Mercado Municipal recebeu um deck de madeira que prolongou os espaços ao seu redor sobre o mar. O projeto de revitalização do Mercado propunha a utilização destes espaços prolongados como espaços de permanência, com instalação de mesas e cadeiras, de modo a estimular a sua utilização como principal espaço de sociabilidade e reinserir o mercado na dinâmica da cidade. O projeto propunha retomar a configuração original do edifício, estimulando a permanência do comércio local tradicional em alguns dos boxes, e propondo a instalação de bares e restaurantes.

O texto explicita que o partido do restauro proposto é devolver ao edifício seu aspecto original:

> A linha mestra da restauração é a de retornar ao mercado do início do século, apogeu da arquitetura e da economia do edifício. Embora a Carta de Veneza preconize que 'a volta ao estado jacente não é o objetivo do restauro', o fato é que as intervenções realizadas nas últimas décadas desqualificam o edifício, simplificando o telhado, o vão central e as aberturas, além de pisos, revestimentos, forros e esquadrias. Sendo assim, tomando como base a documentação fotográfica existente, propõe-se a recomposição da cobertura, a valorização do pátio interno e a restauração das portas externas, hoje transformadas em janelas, além de qualificar os elementos de acabamentos internos e externos. As áreas de comércio, cozinhas e banheiros seguirão os

[190] O Boi de Mamão é uma manifestação folclórica típica do litoral catarinense. Há elementos em comum com o Bumba-meu-boi nordestino, porém não há consenso sobre sua origem.

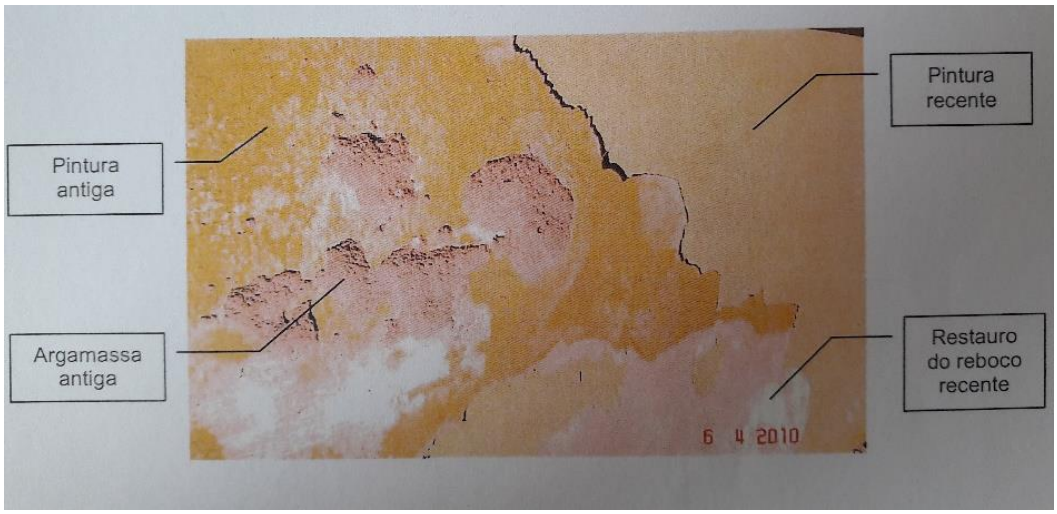
[191] Os relatos das atividades do Mercado Público são memórias e vivências pessoais da própria autora no espaço do Mercado Público.

[192] O nível P1 exige a preservação integral do imóvel, nos elementos constituintes internos e externos.

> padrões contemporâneos de conforto e qualidade (SCHROEDER; VIEIRA FILHO, 1999, s/p).

A definição das cores foi feita a partir da prospecção do edifício, segundo Vieira Filho (2019a), no qual foi localizada a cor original a partir de estratigrafia cromática. Não há registro do procedimento no arquivo do ET, no entanto, há uma imagem de estudos do reboco realizados por uma empresa de engenharia em 2010 que indicam graficamente as camadas cromáticas, indicando um forte tom amarelado como a cor original. Ao longo das últimas décadas, o mercado foi pintado numa tonalidade suave, levemente rosada, mas a determinação foi pela reconstituição cromática original. De acordo com o parecer técnico 043/07, que tratava dos procedimentos para pintura dos ornatos do Mercado Público, indicou-se a pintura dos elementos em relevo, principalmente nas janelas, em duas tonalidades de cores mais claras que as da parede, enfatizando seu volume em jogos de luz e sombra, segundo a tradição construtiva da época da origem da edificação. Não há indicação nos documentos da origem da tonalidade verde utilizada nas esquadrias e nos gradis de ferro.

Figura 38 – **Análise da argamassa do Mercado Público**,
realizada por empresa de engenharia em 2010.



Fonte: Documentação ET-SFS IPHAN.

Figura 39 – Aspecto do Mercado Público Municipal logo após restauração.



Fonte: Divulgação (s/autoria). Secretaria do Turismo, São Francisco do Sul.

Observa-se na imagem acima a reconstituição do mercado a partir das definições detalhadas anteriormente. A tinta utilizada foi mineral, em conformidade com o traço da argamassa da construção. No entanto, não há resquício de pátina no seu aspecto final, o que lhe confere aparência de novo e recém-construído, como tendem a ser as restaurações em estilo no Brasil.

A respeito das tendências costumeiramente associadas à revitalização de edifícios históricos, especialmente à época em que o mercado foi restaurado, Vieira Filho relata que o desejo de um dos coordenadores da UEP era que o mercado fosse transformado em uma "praça de alimentação", com as lojas tradicionais substituídas por bares e restaurantes, dentro da visão comum do espaço histórico reconfigurado como equipamento de lazer. No entanto, os membros do IPHAN temiam pela perda da autenticidade do mercado, reconduzindo alguns dos comerciantes tradicionais ao local. Estão ainda presentes no local o Açougue, a Peixaria, a barbearia, o bar/lanchonete e a verdureira. Alguns dos espaços destinados a lojistas estão sem uso e fechados. O aspecto geral do mercado é de negligência e descuido, tornando o espaço pouco atrativo. A colocação de uma cobertura sobre o pátio central, que já vinha sendo pleiteada, não dialogou com o aspecto geral do edifício e prejudicou a leitura dos espaços internos, conferindo uma impressão geral caótica.

Atualmente, de acordo com Ângelo Pereira Costa (2019), a Prefeitura Municipal está em vias de captar financiamento para fins de intervir mais uma vez na edificação, a fim de realizar reparos e para implementar melhorias, como uma cobertura do pátio interno mais condizente e harmônica com a edificação do que a solução encontrada no momento.

Figura 40 – Condições atuais do pátio interno do Mercado Público Municipal.
Nota-se as más condições de conservação, como os danos na argamassa das paredes, e a colocação de um toldo que interfere de modo agressivo na percepção do espaço interno da edificação.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Um aspecto curioso no restauro do Mercado Público foi seu aspecto muito similar aos dos outros mercados em Santa Catarina, que também foram restaurados poucos anos depois e tiveram as mesmas soluções, inclusive cromáticas, para o tratamento das paredes, esquadrias e até elementos integrados, como toldos. O Mercado Público de Florianópolis, havia sido construído em originalmente 1899, com a expansão de sua ala sul em 1931, em estilo *art-déco*. Sofreu um incêndio em 2005, sendo posteriormente restaurado entre 2013-2015.

Figura 41 – Mercado Público de Florianópolis, SC.



Fonte: Flávio Tin/Portal ND+, 2015.

Outro mercado que teve o mesmo aspecto é o de Itajaí, construído em 2017 e tombado pelo IPHAN em 1986. Após um incêndio, foi reconstruído também em estilo *art déco* em 1936. Passou por obras de restauração entre 2012 e 2013 e adotou as cores da fotografia a seguir:

Figura 42 – Mercado Público de Itajaí, SC.



Fonte: Sem indicação de autor ou data. Wikimedia Commons.

Figura 43 – Pátio Central do Mercado Público de São Francisco do Sul, logo após restauração.



Fonte: Priscila Henning, 2009.

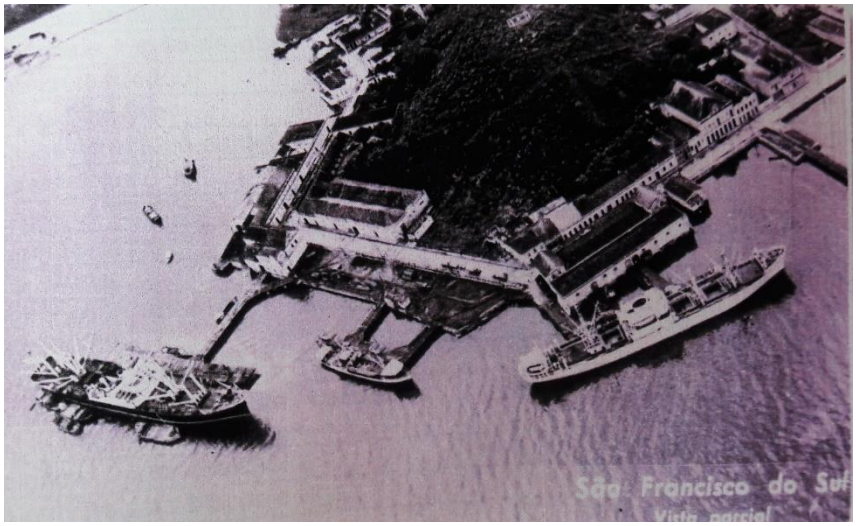
Observa-se a presença de elementos em comum entre os três mercados: tonalidades quase idênticas de amarelo nas paredes e verde nas esquadrias, toldos (também em tons de verde escuro), e elementos em madeira. Por serem construídos em estilos e épocas diferentes, não parece justificar-se a adoção das mesmas soluções formais. É possível que os mercados tenham sido, na origem, pintados com a mesma tonalidade – talvez fruto de algum modismo ou mesmo

padronização à época. Levando-se em consideração as soluções de usos, disposição de mobiliário, elementos agregados e usos, a solução estilística adotada nos três casos parece indicar procedimentos de restauro por analogia ou repetição de tendências, gerando, mesmo que de forma não intencional, uma tipologia reconhecível para este tipo de equipamento.

3.6.2. Terminal Turístico de Passageiros (Antigos Armazéns Santista)

Outra edificação que foi contemplada com aportes para sua reconstrução foi o Terminal Naval, também conhecido como Portal Turístico de São Francisco do Sul. Trata-se de um edifício reabilitado no final da Rua Babitonga, na curva em que ela se torna a Rua Quintino Bocaiúva. Na origem, em 1910, era conhecido como Trapiche Portela, e sua função era abastecer os navios com água potável, de um reservatório em uma casa do outro lado da rua. A localidade passou por muitos proprietários, e foi o sítio do primeiro porto de São Francisco do Sul, de acordo com Seibel (2004, s/p).

Figura 44 – Imagem aérea de 1960, retratando as instalações e trapiches dos antigos Armazéns Hoepcke (atual Museu Nacional do Mar), à esquerda na foto, **e dos Armazéns Santista (atual Terminal Naval),** à direita.



Fonte: Acervo ET-SFS IPHAN.

Adquirido por uma subsidiária da Moinhos Santista, com sede em Santos, o armazém ficou conhecido mais tarde como Trapiche Santista ou Armazém Santista. O espaço consistia

em uma área de 1.342m^2, abrangendo trapiches, dois edifícios em torre, armazéns, cais com boias, dentre outros.

O trapiche, em forma de "T", era apoiado sobre estacas de madeira com 26m de profundidade, apoiado sobre paredões em alvenaria de pedra. A implantação consistia em dois edifícios, um em cada extremidade, e entre eles um espaço coberto para abrigar as cargas perecíveis. O acesso ao trapiche, pela rua, se dava por um muro com grandes aberturas em arco. Inicialmente, um dos edifícios era ocupado pela Associação dos Práticos do Porto e da Barra, enquanto a outra torre abrigava os escritórios da S. A. Moinhos Riograndenses (SAMRIG), subsidiária da Moinhos Santista. O movimento na região era intenso, com carga e descarga constante dos navios e embarcações.

Logo depois, foi adquirido pela Babitonga Indústria de Pesca. Durante os anos 80, começou a deteriorar-se, com uma das torres tornando-se ruína. O imóvel foi adquirido pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, que instalou a Secretaria de Turismo na torre que estava intacta. Ao entrar em ruínas, o edifício abriu a paisagem da Rua da Babitonga para o mar, compondo uma imagem pitoresca constantemente fotografada.

Figura 45 – Edifício dos Armazéns Santista em ruínas



Foto: Priscila Henning, 1999.

Figura 46 – Edifício dos Armazéns Santista em ruínas, vista interna.



Foto: Priscila Henning, 1999.

Conforme descrição na proposta de restauração do Trapiche Santista, em documento constante do acervo do Escritório Técnico do IPHAN, a opção foi de reconstruir o edifício, recuperando a sua volumetria e o aspecto original da Rua da Babitonga. A proposta original de intervenção, apresentada por parte da Associação dos Amigos do Museu Nacional do Mar, era para que o equipamento se tornasse um complemento do Museu Nacional do Mar, com espaços expositivos e culturais anexos a um píer, com capacidade de atracação de embarcações pequenas e grandes, com grande número de passageiros.

Os edifícios foram integralmente reconstruídos, com elementos suavizados e simplificados, visando criar uma distinguibilidade entre a reconstrução em estilo com os edifícios vizinhos, mais autenticamente antigos. Ambos abrigam secretarias da prefeitura: um continua sendo a Secretaria de Turismo, e o outro abriga a Fundação Cultural, com uma loja de artesanato local no pavimento térreo. Entre os dois, um pátio amplo, no momento sem destinação clara, sendo utilizado para abrigar eventos pontuais, como o festival gastronômico. Aos fundos, um edifício fecha o acesso ao mar. Em amplos salões multiuso reconstruídos, com piso em madeira, consistem nas instalações do terminal turístico naval com bilheterias,

alfândegas e banheiros públicos. O muro, com suas arcadas originais, que delimita o acesso à rua, foi reconstruído e teve seus vãos fechados com portas em vidro blindex, mantendo a transparência original.

Figura 47 – Aspecto atual do Terminal de Passageiros, vista da rua.



Fonte: Priscila Henning, 2016

Figura 48 – Aspecto atual da torre antes em ruínas, que atualmente abriga a Fundação Cultural e loja de artesanato.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

A opção por se reconstruir a volumetria do edifício, ao invés de deixá-la como ruína, se justificou pelo fato de que o arruinamento era muito recente, não se constituindo em fato

histórico relevante, na visão dos técnicos do IPHAN. A prerrogativa maior era de reconstruir a paisagem urbana e criar equipamentos para abrigar as funções previstas para o local. No entanto, pode-se questionar a escolha por reconstruir algo que não está mais lá, recorrendo ao pastiche ou uma arquitetura inexpressiva ou de baixa qualidade. Soluções criativas que trabalham com a própria aparência das ruínas, integradas a materiais contemporâneos que recuperem a volumetria sem, no entanto, imitar o edifício original, poderiam ter produzido um espaço com maior qualidade arquitetônica. Exemplos interessantes, como o Parque das Ruínas, no Rio de Janeiro; ou o Santuário do Caraça, em Minas Gerais, se tornam referências de intervenções contemporâneas em ruínas, sem que sua intervenção leve a reconstruções em estilo, o que compromete seu caráter de documento histórico e mesmo suas qualidades estéticas, inerentes à sua condição de ruína, que provocam no observador um prazer estético de reconhecimento do seu valor de antiguidade (RIEGL, 2014, p. 49).

Figura 49 – Exemplo de intervenção contemporânea em ruínas: Colégio do Caraça, Minas Gerais.



Fonte: BAETA; NERY, 2017, p. 235.

Figura 50 – Pátio interno do Terminal Naval de Passageiros



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Figura 51 – Vista do Terminal Naval de Passageiros a partir do seu trapiche.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

3.6.3. Outras edificações

Em geral, um aspecto comum a diversos edifícios do conjunto da cidade histórica é o uso de cores fortes, usadas com frequência nos edifícios que compõem o centro histórico. Segundo informações do Escritório Técnico de São Francisco do Sul, não há orientação oficial sobre a escolha das cores adotadas pelos proprietários da maior parte dos bens restaurados. Portanto, as escolhas refletem o gosto pessoal, com indicação de uma certa tendência a adotar cores fortes e em combinações contrastantes para imóveis históricos. Esta tendência, muito

perceptível na maior parte dos centros históricos reabilitados, segue o modelo estabelecido da intervenção no Pelourinho, que tornou-se uma referência visual de centros históricos lúdicos e alegres, condizentes com sua função de espaços de lazer.

Figura 52 – Entrada do Parque Ecológico Morro do Hospício.



Fonte: Divulgação – Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

Figura 53 – Imóveis particulares de estilos diversos após intervenção na Rua Dr. Hercílio Luz.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

O objetivo principal do tombamento, e portanto das intervenções realizadas a partir do Monumenta, é garantir o aspecto do cenário composto pelo conjunto das edificações. Segundo Dalmo Vieira Filho, o objetivo é garantir o aspecto coeso da paisagem cultural, conforme ela se constituiu ao longo do tempo, sem, porém, congelar a cidade. Neste sentido, as novas construções devem atentar para a sua inserção no tecido urbano consolidado, respeitando as volumetrias e inclinações naturais do terreno, recuos e alinhamento. Algumas concessões foram feitas no sentido de permitir a inserção de construções que exigiam, até por estudos de

viabilidade financeira, uma ocupação mais densa do lote. Nestes casos, estudos foram feitos para trabalhar a volumetria em consonância com terrenos com grande declividade, gerando edificações com mais de um pavimento, porém imperceptíveis ao nível da rua.

Vanessa Pereira, em seu estudo sobre a paisagem que se constrói em São Francisco do Sul, atentou para outra questão de ordem teórica-metodológica: a construção de arquitetura que imita, de forma artificial, aspectos da arquitetura tradicional. A pouca distinguibilidade entre a arquitetura autêntica e a imitação, bem como a dificuldade de percepção temporal provocada por acabamentos repristinados[193] de edifícios de temporalidades diferentes, porém aparentemente todos novos, pode acabar interferindo na percepção do próprio legado histórico da cidade:

> Outra questão bastante relevante para a preservação (...) é a pouca participação dos elementos arquitetônicos em si na composição da paisagem na escala do todo, embora sejam extremamente significativas na escala do pedestre. A identificação de tendência à produção da arquitetura mimética, que na escala do conjunto torna-se pouco perceptível, pode acarretar perdas significativas para o conjunto não no seu aspecto visual, mas enquanto documento histórico (PEREIRA, 2007, p. 93).

É importante refletir que práticas como mimetismo, fachadismo e tratamento cromático descolados da historicidade da edificação têm sido comuns em centros históricos ou conjuntos de edificações tombados em conjunto, entendidos como uma preocupação secundária ou preciosista, diante de metas mais abrangentes. É vital, porém, que a dimensão urbana dos projetos de requalificação não desconsidere as especificidades metodológicas e conceituais do restauro nos edifícios isolados. Afinal, não faz sentido haver uma dicotomia, em que a questão urbana acabe por anular a questão da arquitetura do edifício isolado, ou o tratamento do edifício desconsidere questões de inserção urbana e relação com o entorno. Os dois níveis de espaço construído, afinal, são integrados, são um só.

[193] *Repristinar*, significa "restaurar a forma ou aspectos primitivos de algo" (REPRISTINAR, Dicionário Priberam de Língua Portuguesa. Online. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/repristinar. Acesso em 15 março 2019.)

CAPÍTULO 4

A RESTAURAÇÃO NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA: a cisão entre teoria e prática

"Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática,
e toda a prática deve obedecer a uma teoria.
Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática,
não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática,
e a prática não é senão a prática de uma teoria. (...)
para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência,
há uma separação abusiva. Na vida superior a teoria e a prática
completam-se. Foram feitas uma para a outra."

(Fernando Pessoa[194])

"A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade".

(Paulo Freire, *A educação como prática da liberdade*)

Ao considerar as discussões da primeira parte deste trabalho, e partindo da análise específica das intervenções realizadas em São Francisco do Sul no âmbito do Programa Monumenta, percebe-se algumas questões que, entrelaçadas, suscitam uma reflexão a respeito das restaurações e reabilitações realizadas nas últimas décadas em contraponto com o aporte teórico que orienta a prática da preservação do patrimônio cultural edificado. Conforme analisado no primeiro capítulo, a respeito do fenômeno da patrimonialização recente e suas relações com transformações significativas no plano social, cultural, político e econômico da contemporaneidade, percebe-se que nas últimas décadas há uma mudança crescente de percepção sobre o próprio entendimento e atribuição de valor ao patrimônio, conforme Waterton e Watson (2015, p. 1, tradução nossa[195]) resumem: "a ênfase tem, sem dúvida, mudado de uma preocupação com os objetos em si mesmos – sua classificação, conservação e interpretação – para os modos com que são consumidos e expressos como noções de cultura,

[194] Trecho de PESSOA, Fernando. Palavras iniciais. In: **Revista de Comércio e Contabilidade**, nº 4. Lisboa: 25 abr. 1926.

[195][195] No original: *"emphasis has undoubtedly changed from a concern with objects themselves – their classification, conservation and interpretation – to the ways in which they are consumed and expressed as notions of culture, identity and politics"* (WATERTON; WATSON, 2015, p.1).

identidade e política". Kühl menciona que, no caso brasileiro, há grandes avanços na reflexão a respeito de aspectos das ciências humanas no patrimônio (historiografia, sociologia, antropologia, etc.), que "não encontra contrapartida proporcional na reflexão sobre princípios teóricos que deveriam guiar as atuações práticas" (KÜHL, 2008, p. 113). Como resultado desta mudança de ênfase, percebemos alguns pontos de tensão e mesmo de cisão entre a teoria clássica e a prática de restauração-conservação do patrimônio material das últimas décadas, resultando em discursos dicotômicos, ao invés de dialéticos.

Dentro do âmbito teórico mesmo, percebe-se atualmente que os discursos apontam para duas direções, com uma terceira via apontando tendências de ações práticas. A primeira é decorrente do deslocamento das atribuições de valores e interpretações do patrimônio para as ideias de significância, de emoção e da experiência do usuário, de apropriação pela comunidade ou de comoditização, por exemplo (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, p. 102-103). Estas reflexões abordam o bem patrimonial por uma ótica multidisciplinar louvável e contextualizada em uma conjuntura cultural mais ampla. Certamente auxiliam no entendimento do objeto em sua complexidade e na determinação de diretrizes projetuais menos restritivas, mas mais compatíveis com os valores e discursos contemporâneos. No entanto, não necessariamente indicam caminhos ou princípios metodológicos claros que orientam o processo projetual do responsável pela restauração na prática, resultando em uma multiplicidade de soluções com resultados diversos. Quando se analisa pela perspectiva da conservação de conjuntos de edificações, as discussões tendem a enfatizar, também, uma perspectiva abrangente do planejamento urbano estratégico, analisando tecnicamente as diversas questões relativas ao espaço urbano (como paisagem, mobilidade, infraestrutura, tratamento dos logradouros comuns, uso e ocupação do solo, instrumentos urbanísticos, entre outros) e/ou seus impactos sociais, priorizando as questões de ordem econômica e social ou projetos amplos, que transcendem os edifícios isolados e compreendem-nos dentro de um todo urbano – a noção *conservação integrada* de centros históricos, preconizada na UNESCO a partir da década de 1970 (JOKILEHTO in MEURS; ROBLES, 2015, p. 35). Porém, embora resultem em conjuntos históricos com dimensões cada vez maiores preservados e listados, um espaço urbano é composto por diversas edificações isoladas que formam o conjunto, algumas das quais com presença significativa dentro do todo, seja ela visual ou documental. Uma abordagem que prioriza somente uma visão intervencionista ampla, uma "visão macro", pode levar a um tratamento meramente cenográfico das edificações isoladas, as quais não são problematizadas em suas especificidades individuais (no plano "micro"), resultando em muitas das tendências

descritas no Capítulo 2 desta tese, e, no caso específico de São Francisco do Sul, se fazem sentir nas ações que privilegiam a conservação da paisagem urbana e do conjunto como um todo.

Por outra via teórica, persistem os discursos teóricos "clássicos" (na terminologia utilizada por VIÑAS, 2005) que visam fundamentar a atuação prática do arquiteto ou conservador nos processos de intervenção, como os textos das Cartas Patrimoniais e suas premissas, além dos princípios, reflexões conceituais e metodologias propostas por autores reconhecidos de diversas vertentes ao longo da história do campo disciplinar do restauro. Estas abordagens são fruto de uma longa trajetória de consolidação, em que foram discutidas a fundo por especialistas das diversas áreas correlatas, aplicadas e testadas em campo, tiveram seus resultados constantemente avaliados e questionados e, por fim, são atualizadas em encontros específicos e no desenvolvimento de novas teorias, premissas e orientações. Isto não significa, convém ressaltar, que sejam inquestionáveis ou insuperáveis, e as problematizações contemporâneas em torno de alguns conceitos, como *autenticidade*, ou princípios de intervenção como a *reversibilidade*, demonstram a necessidade de propor novos caminhos; porém até que ponto este *corpus* teórico deve ser dispensado por completo quando se trata de aplicar seus princípios na prática atual?

E, por fim, temos a realidade das intervenções realizadas nos bens patrimoniais em si. Esta prática é muitas vezes completamente descolada das discussões teóricas especificas, e frequentemente é guiada por motivações pragmáticas de uso, econômicas ou políticas, cujos procedimentos e resultados muitas vezes são completamente alheios às particularidades deste tipo de obra (KÜHL, 2006b). Atualmente, com o aumento da popularidade e do interesse das questões patrimoniais, as pressões dos diversos atores interessados nos edifícios de valor cultural muitas vezes acabam por determinar tomadas de decisões que seguem uma interpretação diversa da obra, que deixa de ser entendida primordialmente como objeto cultural, com sua própria historicidade, configuração estética e significado junto à comunidade, e passa a ser interpretada por motivos meramente pragmáticos ou econômicos – principalmente, como atrativo.

Uma vez que a preservação do patrimônio edificado necessita de intervenções, em alguma medida, para garantir a sua sobrevida e continuidade – sejam meramente conservativas ou mais drásticas, como operações de restauração, reconstituição e adaptações para usos

contemporâneos –, é necessário verificar como estas mudanças de paradigma analisadas nos capítulos anteriores reverberam na prática de intervenção arquitetônica dos espaços construídos e de que forma estes atendem aos objetivos da preservação patrimonial. Assim, é possível detectar os pontos de conflito e apontar possíveis direcionamentos.

O presente capítulo pretende pontuar brevemente algumas questões suscitadas que expressam esta cisão de teoria e prática, muitas das quais já vêm sendo levantadas por outros estudiosos do assunto (CHOAY, 2001; SANT'ANNA, 2004; VIÑAS, 2005; CARBONARA, 2006; KÜHL, 2006b, 2008, 2016; CUNHA, 2012; BRENDLE, 2012, 2013, 2017; WATERTON e WATSON, 2015; MEURS e ROBLES, 2015[196]; entre outros). No entanto, para além destes autores, se percebe na pesquisa bibliográfica a pouca quantidade ou disponibilidade de textos, aqui no Brasil, que abordem esta mudança de paradigmas pela perspectiva de *projeto* de arquitetura e urbanismo, com teoria e processo próprios, de modo a embasar as escolhas projetuais de modo consistente e coerente com os princípios do campo do patrimônio. Em geral, os textos tratam de análises gerais das tendências atuais e apresentam conceitos imprecisos, o que torna a discussão dos direcionamentos projetuais difusa e subjetiva; ou, por outro lado, são manuais puramente técnicos que tratam de processos específicos de conservação e restauro, mas não costumam abordar a criação projetual como um todo. É à luz destas limitações que a análise a seguir se empreenderá, pois se mostra bastante indicativa do atual momento dentro do campo da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico, do qual a intervenção em São Francisco do Sul se mostra bastante ilustrativa.

[196] Editoras da revista *Conversaciones com Paul Phillipot* (2015), a qual contém artigos sobre este tema de autoria de Paul Phillipot, Jukka Jokilehto, Beatriz Kühl, entre outros.

4.1. Teoria e prática na conservação e restauro de monumentos: complementaridade ou conflitos?

"Entre o ideal e a prática, a história 'eterna' e o presente, existe tensão e contraste: o problema consiste em colocar os dois valores em uma relação dialética, em resolver o caso particular sem contradizer o princípio universal".
(Giulio Carlo Argan, *Clássico Anticlássico*)

A especial atenção da sociedade contemporânea pelas edificações e conjuntos urbanos considerados patrimônio cultural consolida a preservação do patrimônio como um campo disciplinar específico e autônomo em desenvolvimento desde a passagem do século XVIII para o século XIX. A maturidade desta área do conhecimento, em especial quando se trata da conservação de bens de arquitetura, é demonstrada na vasta produção teórica construída e constantemente alimentada, problematizada e ampliada partir do diálogo proveniente de diversas perspectivas que buscam compreender o monumento e suas especificidades, assim como sua relação com a sociedade e com o contexto no qual está inserido. Estas discussões destacam a natureza multidisciplinar e complexa do patrimônio cultural, e encontram-se em constante questionamento e revisão, tendo como fim a orientação da prática intervencionista visando à salvaguarda do patrimônio cultural, além de embasar políticas de preservação a serem implementadas.

Como foi discutido nos primeiros capítulos deste trabalho, nas últimas décadas, a mudança de paradigmas em curso impactaram diretamente a área do conhecimento da preservação do patrimônio. Honório Pereira (in GOMES; CORRÊA, 2011, p. 102) argumenta que a "virada cultural" e a "virada comunicativa" dos anos 1980 deslocaram a discussão para "um novo arcabouço conceitual" que questiona alguns princípios historicamente construídos e estabelecidos, e traz novas leituras para o fenômeno patrimonial – transcendendo os tradicionais valores histórico e artístico, "a categoria se expandiu para incluir valores sociais, econômicos, espirituais, afetivos e simbólicos" (PEREIRA in GOMES; CORRÊA, 2011, p. 105). Estas contribuições são valiosas para compreender as relações particulares da sociedade de nossa época com os bens patrimoniais acumulado ao longo dos séculos – relações estas que fomentam atividades lucrativas com uma expressividade inédita na nossa história, haja vista a força atual da indústria turística no âmbito da economia mundial, o que torna inevitável considerar este fator no jogo das políticas e práticas preservacionistas.

À luz desta nova forma de atratividade, o interesse pelas ações sobre os bens patrimoniais acabou por atrair diversas partes interessadas ao campo da preservação do patrimônio, ampliando os atores envolvidos e alterando os objetivos da preservação patrimonial. Antes ditado por razões prioritariamente culturais, agora passa a atender também às expectativas do consumo, sendo objeto das operações normalmente empregadas para vender um produto: construção de uma identidade ou marca (*branding*[197]), a difusão de uma imagem harmônica idealizada por meio da propaganda para atrair o turista-consumidor, além do tratamento espetacularizado que visa provocar emoções e experiências singularizadas para o visitante, dentro do modo de vida hedonista da sociedade pós-moderna. Por outro lado, também há a força cada vez maior dos moradores e usuários dos espaços históricos, buscando se apropriar de seus espaços tradicionais, exigindo que suas necessidades e relações com o espaço sejam consideradas e garantindo, assim, a usabilidade contemporânea das estruturas antigas para muito além de cenários, assim como a continuidade de seus modos de vida.

As mudanças impactaram inclusive a própria terminologia do campo. O termo "patrimônio histórico" tornou-se obsoleto e restritivo, substituído atualmente pela designação de "patrimônio cultural", mais abrangente. A ideia de que o patrimônio consiste em bens "excepcionais" também ficou na história, pois atualmente, para ser patrimônio, um bem pode ter inúmeros valores atrelados a ele – valores formais, documentais, memoriais, simbólicos, científicos, éticos, entre outros (KÜHL, 2016). As denominações de intervenções possíveis se multiplicaram: requalificação, reabilitação, restauração, conservação, conservação preventiva, conservação curativa, *retrofit*, reutilização, reciclagem, manutenção, e diversas outras terminologias polissêmicas, cujos significados e limites não são claramente identificados (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 446-448). O próprio termo que se utiliza para designar a disciplina encontra diferentes acepções em países de tradições distintas: o termo "conservação" é utilizado para designar o campo nos países anglo-saxões; enquanto que nos países latinos, a opção se dá por "restauração" ou mesmo "restauro" (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017, p. 446). Em textos recentes, é frequente encontrar o uso do termo duplo "conservação-restauração" ou mesmo Conservação e Restauração para designar este campo de atuação. Estas mudanças apontam para um movimento de revisão e redefinições, apontando para uma multiplicidade de caminhos e abordagens sem que estas estejam definidas com clareza ou delimitadas, o que, por si só, já impacta as ações práticas nos bens e as abordagens teóricas

[197] Conforme foi discutido no capítulo 2.3.4.

sobre o tema, uma vez que muitos destes conceitos parecem se desenvolver fora do campo específico do restauro ou se descolam de seus princípios específicos consolidados. É o caso de ações como *retrofit*[198], intervenções em bens antigos (não necessariamente considerados patrimônio) visando a sua modernização e atualização para a usabilidade contemporânea; ou a *reciclagem*, em que as intervenções adaptam edifícios antigos a novos usos, geralmente exigindo uma reformulação dos espaços internos da construção. O objetivo destas operações, frequentemente mencionadas no mercado da construção civil, é reaproveitar a estrutura física de um edifício antigo degradado e reinseri-lo em seu meio, conferindo a ele nova relevância (OLIVEIRA; SALCEDO, 2007), geralmente em meio a áreas urbanas que passaram por processos de revitalização, contribuindo para a valorização econômica e a gentrificação[199]. Ambos os processos, no entanto, não estão vinculados à fidelidade histórica e permitem um grau bastante flexível de criatividade projetual, geralmente atendendo a interesses primordialmente pragmáticos e econômicos. Neste cenário, portanto, vemos que a pluralidade de tendências de abordagem do patrimônio edificado dentro desta rede de interesses se afastam das premissas teóricas específicas do campo do restauro, conforme Kühl aponta:

> Na prática atual, em diversos países, é possível verificar numerosas ações em bens culturais que não respeitam o documento histórico, sua configuração, seus aspectos memoriais e tampouco as especificidades e características dos materiais de que são compostos: ocorrem e não poderiam ser classificadas como ações de preservação (apesar de se autodenominarem como tal, pois são ditadas essencialmente por razões de uso, de especulação econômica (para obter maiores lucros), vinculadas a certas práticas políticas, inspiradas por vaidades ou ignorâncias, pessoais e coletivas. São ações de cunho pragmático e não cultural (KÜHL, 2008, p. 94).

Mas quais são os critérios consolidados internacionalmente sobre a restauração? Ao longo dos últimos dois séculos, o campo disciplinar específico da preservação do patrimônio vem sendo estruturado, consistindo em diversas vertentes teóricas que analisam o patrimônio

---

[198] Termo oriundo das Engenharias Civil e Mecânica, se refere a "colocar em forma" algo antigo. Nos edifícios antigos, refere-se à adaptação de um edifício antigo para condições de uso contemporânea, tais como: conformação com legislação e normas atuais, diminuição de consumo energético e inserção de novas tecnologias e infraestrutura, além de intervenções físicas em sua estrutura e elementos construídos. Difere-se do restauro na medida em que, apesar de almejar que o aspecto da edificação seja mantido, há menos rigor nas intervenções.

[199] A respeito das renovações e da gentrificação que ocorre em áreas centrais: "(...) tais processos ocorrem como uma volta, um retorno do capital ao centro, o que estabelece novas possibilidades de realocação residencial. O estoque de imóveis vagos, subestimados ou com usos pouco lucrativos é um pré-requisito. Mas, para Smith, não se trata de uma volta das pessoas ao centro e sim do capital, e as forças desse processo são a indústria imobiliária e a indústria cultural (...) enfatiza o papel de construtores, empreendedores, hipotecas, agentes imobiliários, etc. (...) o assim chamado renascimento urbano foi mais estimulado por forças econômicas do que culturais" (RUBINO, 2009, p. 27).

por diversos vieses: ora priorizando seu caráter documental, ora avaliando a pertinência de suas qualidades estéticas, ora discutindo seu valor junto à comunidade, ora discutindo a abordagem pela perspectiva técnico-científica[200]. Estas vertentes teóricas subsequentes procuravam, em seus respectivos momentos, oferecer os instrumentos conceituais que guiam a atuação prática na conservação ou restauração dos bens culturais materiais[201], ou analisavam a problemática patrimonial a fim de desenvolver legislações específicas de salvaguarda. De qualquer modo, a evolução das discussões resultam hoje em vertentes diversas de restauro, no entanto, independente da abordagem, "há princípios gerais (algo diverso de regras fixas) comuns ao campo; na prática, os meios empregados variam" (KÜHL, 2006b, p. 21).

Estes princípios que guiam a prática constam dos documentos internacionais são conhecidos como as Cartas Patrimoniais, que atuam como base deontológica para orientar a prática de restauração (KÜHL, 2010). A partir da primeira reunião em Atenas, em 1931, promovida pela Sociedade de Nações, estes documentos resultantes das discussões de representantes da área de diversas nacionalidades visavam alcançar um consenso na interpretação e na abordagem do patrimônio histórico-artístico, buscando universalizar as discussões, uma vez que há bens patrimoniais em nações distintas com inegável importância para a humanidade como um todo – caso, por exemplo, das ruínas gregas na Acrópole ateniense, local desta primeira reunião. A partir dela, e em especial após a Segunda Guerra Mundial, com

[200] Algumas das principais linhas históricas do campo da restauração serão abordadas na próxima seção (4.1.1.).

[201] Cabe aqui esclarecer as diferentes formas de intervir no monumento, especialmente para os não familiarizados com as práticas de restauro. Embora tanto "conservação" quanto "restauração" (ou "restauro") podem, em um sentido amplo, designar o próprio campo disciplinar da atuação sobre os bens patrimoniais edificados, em sentidos restritos identificam formas de intervenção bastante diversas entre si, em termos de limites e abrangência da atuação. Estas duas formas de intervir estão, como se verá na seção 4.1.1, identificadas já nas discussões iniciais do campo, a partir da dualidade entre os *intervencionistas* e *antiintervencionistas* do século XIX, comumente associados com E.E. Viollet-le-Duc e J. Ruskin, respectivamente. De qualquer modo, conceitua-se que *conservação*, enquanto prática, visa garantir a subsistência material de uma edificação por meio de ações de manutenção e tratamento de patologias, porém sem intervir na configuração formal da edificação. O objetivo é garantir a continuidade do monumento, evitando qualquer remoção ou acréscimo físico que altere as relações de volumes e cores (KÜHL, 2006b, p. 23). Já a restauração é uma operação mais drástica, que intervêm fisicamente no bem, com o objetivo de reintegrá-lo em sua unidade artística e histórica, adaptá-lo aos usos contemporâneos e reabilitá-los. Por ser uma operação com potencial de grande transformação, deve, segundo os princípios contidos nas Cartas Patrimoniais, ser uma intervenção excepcional, apenas quando necessária para garantir a continuidade do bem patrimonial quando a conservação, por si, não é mais suficiente. Neste caso, há parâmetros que visam estabelecer limites para a ação, como os princípios de distinguibilidade, reversibilidade e respeito à matéria original, e sempre baseado na própria historicidade da obra, respeitando suas várias fases de acordo com pesquisa documental segura (CARTA DE VENEZA, 1964). No entanto, as terminologias relativas às práticas de intervenção são múltiplas e não há consenso em suas definições, que inclusive podem variar de país para país. A respeito destas diferenças, ver: BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017.

a constituição das Nações Unidas e, portanto, da UNESCO, o Comitê do Patrimônio Mundial passou a promover, em conjunto com o ICOMOS, assembleias gerais reunindo representantes de todos os países signatários (lembrando que, na atualidade, são 193 países-membros ao todo)[202]. É importante ressaltar que, apesar de buscar um consenso, expresso de forma concisa nestes documentos, as dissensões conceituais são frequentes, em função da diversidade cultural dos países-membros. O objetivo, portanto, das Cartas é que sejam aplicadas no contexto de cada país, inclusive sendo rediscutida em outros documentos, estes de alcance nacional ou regional.

A partir destas assembleias, diversas cartas patrimoniais foram elaboradas, com o objetivo de orientar políticas, legislação, abordagens e intervenções em diversos tipos de bens culturais, de cidades históricas (Carta de Washington, 1987) a jardins históricos (Carta de Florença, 1981), passando pelo patrimônio imaterial (Recomendação de Paris, 2003). Todas, ou a maior parte[203], no entanto, pretendem seguir os princípios-chaves contidos na Carta de Veneza[204] (1964), fruto de uma Assembleia Geral do ICOMOS, a qual estabelece definições do patrimônio e indica princípios-base que devem nortear a intervenção nos bens construídos. Embora as Cartas Patrimoniais sejam, no entanto, ratificadas pelos representantes dos países-membros da Convenção do Patrimônio Mundial – que se comprometem em aplicar seus princípios em legislação própria – não há, porém, obrigatoriedade de aplicação, uma vez que se tratam de documentos indicativos, e não normativos. A aplicação de seus princípios não é óbvia, pois não se trata de uma metodologia específica aplicada indiscriminadamente e de forma padronizada, pois o restauro contemporâneo, antes de mais nada, é entendido como uma operação reflexiva e teórico-crítica que adota procedimentos diversos em função das particularidades do objeto no qual se pretende agir. Portanto, embora não sejam regras fixas e

[202] Ver discussão anterior no capítulo 1.2.3, ou consultar a lista atualizada dos países-membros que ratificaram a Convenção do Patrimônio Mundial. Disponível em: https://whc.unesco.org/en/statesparties. Acesso em 23 jul. 2019.

[203] É importante destacar aqui uma questão importante, levantada por Kühl: "Cabe esclarecer, porém, uma confusão muito comum: falar das cartas patrimoniais como um conjunto homogêneo de documentos. Sem fazer a necessária distinção entre estes escritos, são colocadas num mesmo plano, por exemplo: a Carta de Atenas, de restauração, de 1931; a Declaração de Nara sobre a Autenticidade, de 1994, do ICOMOS; as Normas de Quito, da Organização dos Estados Americanos, de 1967; e a Carta e Declaração de Amsterdã, do Conselho da Europa, de 1975. Claro está que todos são de enorme interesse, mas estão longe de constituir um conjunto coerente, existindo, entre eles, numerosas contradições – justamente por serem elaborados em períodos distintos, por organismos e grupos diferentes, com finalidades diversas, intenções e repercussão bastante variadas –, que devem ser devidamente pesadas e evidenciadas" (KÜHL, 2010, pp.291-292).

[204] Para compreender a Carta de Veneza e o contexto em que ela foi produzida, ver KÜHL, 2010.

inflexíveis, são diretrizes consistentes que já pretendem impedir a atuação meramente empírica e arbitrária, ou guiada por predileções pessoais (KÜHL, 2006b, p. 25).

No espírito da Carta de Veneza, independente da abordagem à qual o conservador adere, alguns princípios se colocam como diretrizes-chave para a prática contemporânea de restauração. São eles: a distinguibilidade; a reversibilidade; mínima intervenção; a conservação por meio de uso compatível com sua estrutura física; a necessidade de manutenção permanente para evitar a degradação; a priorização em consolidar eventuais partes degradadas; a excepcionalidade do restauro; a exigência de tomar decisões embasadas em documentação segura e, por fim, a reflexão crítica na tomada de decisão, uma vez que cada caso é um caso – e o restauro deve ser feito individualmente, e não por analogia (KÜHL, 2008).

Dentre estes princípios, merecem destaque os três primeiros, que podemos definir como:

> **a) Distinguibilidade:** Todo acréscimo ou alteração no patrimônio material edificado deve ter aspecto e natureza atual, deixando claro que se trata de uma obra de nosso tempo. Assim, não se induz o observador ao engano ao cometer um falso histórico.
>
> **b) Reversibilidade (ou Retratabilidade):** Toda intervenção não deve alterar a substância da obra, inserindo-se de modo respeitoso em sua materialidade e não impedindo qualquer intervenção futura, inclusive sua remoção.
>
> **c) Mínima intervenção:** A intervenção deve buscar preservar o máximo da matéria original, uma vez que sua imagem figurada é expressa pela sua materialidade. Nos casos em que perdas são inevitáveis, como ocorre em intervenções adaptativas para novo uso ou legislação contemporânea (como normas de bombeiros ou de acessibilidade), a indicação é que se evite alterações desnecessárias na materialidade original, conservando ao máximo sua autenticidade, pois a imagem figurada do monumento se expressa em sua consistência material (KÜHL, 2006b; KÜHL, 2008; VIÑAS, 2005).

A restauração contemporânea, a partir da Carta de Veneza, "se fundamenta no respeito pela obra, pela sua materialidade, pelos seus aspectos documentais e formais" (KÜHL, 2006b, p. 25). A própria categoria *patrimônio material* já infere a importância da consistência física deste tipo de bem cultural. Dentro da visão estabelecida dentro do campo do restauro – e que é oriunda, em grande parte, da influência do pensamento de Cesare Brandi – a materialidade é "o único objeto da intervenção do restauro" (BRANDI, 2004, p. 35-37), pois ela é o veículo "que serve à epifania da imagem" em seu aspecto e estrutura, e em que consiste o documento histórico autêntico. Sem a adequada conservação da matéria em suas duas funções – seja aquela que comunica a imagem da obra para quem o observa (aspecto), ou a matéria mais interna, que dá estrutura ao aspecto final, a forma e a imagem que se consolidou ao longo dos anos se transfigura e o documento histórico se perde. Qualquer tentativa de refazê-lo, mesmo com materiais novos e idênticos ao original, consistiriam em um "falso histórico e estético" (BRANDI, 2004, p. 38). Logo, o papel do restaurador de obras físicas é atuar na matéria buscando retardar a sua degradação natural preventivamente e alterando o mínimo possível, assegurando, assim, ao longo do tempo a possibilidade da leitura de sua totalidade como objeto artístico e documento histórico, visando diminuir a interferência em sua mensagem.

No entanto, é justamente na materialidade que reside o debate e a contestação por parte de algumas das teorias contemporâneas de restauro. Salvador Muñoz Viñas, ao discutir as teorias clássicas de restauração, menciona o "fetichismo material" nas abordagens, em especial aquelas que pretendem conferir à autenticidade material a prioridade de ação (VIÑAS, 2005, pp. 82-87). O autor avalia que nas teorias clássicas, a conservação é uma operação que visa reforçar a ideia de "verdade", embora essa pretensão seja, por sua lógica, falha:

> Os objetos não podem existir em um estado de *falsidade*, nem podem ter uma natureza *falsa.* Se eles realmente existem, eles são inerentemente reais (...) O objeto real, existente, pode ser alterado através da conservação para fazer com que coincida, ou se aproxime, de um estado diferente e preferido, mas o objeto não será mais *real* do que ele era antes (VIÑAS, 2005, p.93, tradução nossa[205]).

Pode-se perceber, neste raciocínio de Viñas, uma leitura contemporânea das concepções de verdade, de falsidade, e de realidade – revelando a complexidade que faz com que estes

[205] No original: *"Objects cannot exist in a state of falsehood, nor can they have a false nature. If they really exist, they are inherently real (...) The real, existing object can be altered through conservation to make it coincide with, or come closer to, a different, preferred state, but the object will be no more real than it was before"* (VIÑAS, 2005, p. 93).

conceitos sejam menos evidentes do que pareciam ser em outras épocas, abarcando e acolhendo narrativas e perspectivas diversas da visão unívoca e totalizante anterior. Salvador Muñoz Viñas, em seu livro *Teoría Contemporánea de la Restauración*, publicado em 2004, problematiza os paradigmas tradicionais estabelecidos na teoria da restauração, em especial os conceitos de autenticidade, reversibilidade, objetividade, verdade, entre outros, que para o autor se mostram inconsistentes e imprecisos e, por este motivo, acabariam por gerar o conflito entre a teoria e a prática. Sua crítica, porém, se mostra frágil ao discutir conceitos abordados pelos autores das ditas "teorias clássicas", as quais exigem uma leitura cuidadosa e aprofundada diante da complexidade das questões teórico-práticas que problematizam, mas que, em sua obra, são tratadas de modo superficial e muitas vezes equivocadas. No entanto, por se tratar de uma referência bibliográfica recente e frequentemente adotada por se contrapor às teorias clássicas como uma pretensa mudança de paradigma, a teoria contemporânea de restauração de Viñas acaba por demonstrar claramente os limites e problemas típicos do pensamento contemporâneo que o presente trabalho propõe debater.

Em sua crítica ao que ele considera rigidez dos conceitos enumerados anteriormente, Viñas (2005, p. 107) categoriza as teorias clássicas de restauro em duas principais linhas: as teorias clássicas estéticas, que enfatizam a relevância dos valores estéticos e o papel das ciências humanas nas tomadas de decisão de conservação (entre os nomes que ele elenca nesta categoria estão Cesare Brandi, Roberto Pane, Renato Bonelli, e outros ligados ao Restauro Crítico); e os adeptos de uma conservação científica, que busca a objetividade através do uso das ciências duras (uma corrente iniciada, nas primeiras décadas do século passado, pelos italianos Camillo Boito e Gustavo Giovannoni – propositores das vertentes de *restauro filologico* e *restauro scientifico*, e que se tornou crescentemente tecnicista ao longo do século XX). Para Viñas, ambas as abordagens – tanto as que privilegiam o documento histórico quanto aquelas que enfatizam a obra de arte – ainda buscam a *verdade,* a essência do objeto a ser conservado, a qual seria acessível somente por especialistas, técnicos e cientistas.

Sua teoria contemporânea, por sua vez, enfatiza decisões e valores subjetivos, como seu significado e sua relação com as comunidades a que pertencem. Outros autores, como Emily Waterton e Steve Watson (2015), também ressaltam que nos últimos 30 anos o foco das análises e discussões patrimoniais deixou de enfatizar os objetos em si mesmos, como sua classificação, metodologias de conservação e sua interpretação. Os conceitos-chave do campo, como

"autenticidade", "memória", "lugar", "representação", "dissonância" e "identidade", que já gozavam de relativa estabilidade nas teorias e documentos relativos às práticas, têm sido desafiados ou reinterpretados como novos modos de pensamento, advindos das ciências sociais (WATERTON e WATSON, 2015, pp. 1-2). Neste novo contexto de discussão, o objeto e as especificidades de seu manejo têm tido menos presença no debate, o qual se tem voltado mais para as maneiras *como* estes objetos são apreendidos e consumidos como representações de cultura, identidade e política, problematizando processos de engajamento e a construção de significados pelos múltiplos atores que produzem e se expressam por meio do patrimônio. Aqui, retomamos uma questão-chave que já foi abordada no primeiro capítulo: o discurso autorizado do patrimônio, conforme conceituado por Laurajane Smith (2006). Percebe-se que o questionamento da preeminência dos especialistas sobre os usuários "leigos" em geral é recorrente na contestação do que é entendido como uma imposição dos valores das teorias clássicas. Viñas, por exemplo, afirma que:

> Sentir que as próprias opiniões são mais sólidas e bem fundamentadas que as de outras pessoas (leigos ou especialistas sem visão) – por mais honestas e sinceras que essas perspectivas sejam – pode levar a uma bem intencionada imposição, um tipo de despotismo conservacionista ilustrado baseado em competências e saber (VIÑAS, 2005, p. 206, tradução nossa[206]).

Assim, antes mesmo de pensar em *como* preservar, nos termos técnicos e científicos de procedimentos a serem adotados, Viñas (2005, pp. 158-162) reforça que a teoria contemporânea urge que sejam definidos, desde o princípio, os objetivos (*para quê*) e o público afetado (*para quem*), de modo a evitar ações que acabam por – mesmo que inadvertidamente – causar impactos negativos, principalmente sociais, como é o caso da gentrificação ou de alterações drásticas que alterem o modo com que a comunidade se relaciona e se apropria do objeto restaurado.

Entre os autores cujos argumentos Viñas compila e analisa, figura Chris Caple, que estabelece que não haveria apenas uma única verdade inerente aos objetos, e esta também pode ser servida de diferentes formas, a depender do objetivo da conservação. "Cada objeto evoluiu através de sua criação e uso, e cada e qualquer ponto dentro da vida útil do objeto pode ser

[206] No original: *"Feeling that one's own views are more solid and well-grounded than those of other people (laypeople or experts with no vision) – however hones and sincere these views may be – can lead to a well-intended imposition, to a sort of illustrated conservation despotism based on expertise and knowledge"* (VIÑAS, 2005, p. 206).

descrita como sua 'verdadeira natureza'" (CAPLE, 2000 apud VIÑAS, 2005, p.174, tradução nossa[207]). Sendo assim, para Caple, princípios éticos estabelecidos como reversibilidade e mínima intervenção não seriam reconhecidos como sendo o meio principal para alcançar o objetivo da preservação, mas atuariam como valores complementares, uma vez que a intervenção no presente também faria parte do transcurso da obra. Outros autores analisados por Viñas vão além. Há os defensores de um subjetivismo radical, que questiona o fato de que a restauração, na realidade, altera os objetos e seus significados ao adaptá-los aos usos e expectativas atuais, ao invés de conservá-los. Sendo assim, autores como Denis Edmund Cosgrove ou John MacLean defendem que a saída seria abdicar por completo de qualquer pretensão de objetivismo, e permitir que o restauro se torne uma atividade *criativa*, a qual

> (...) permite tanto a fluidez e flexibilidade exigida por formulações contemporâneas de cultura e evita prender a cultura a um único cânone. Ela também permite a possibilidade de maior liberdade criativa da parte do conservador, de fuga da subordinação escrava a uma noção adulteradora do autêntico, da 'coisa real' (COSGROVE, 1994 apud VIÑAS, 2005, pp. 148-149, tradução nossa[208]).

Estes autores reforçam o caráter progressista do restauro criativo, que estabeleceria elos com o presente, possibilitando uma nova fase na trajetória do bem cultural de forma dinâmica, e não estática. Assim, questionam o "engessamento" conservador provocado pelas ações de preservação que rejeitam veementemente intervenções radicais, como as de muitos arquitetos contemporâneos, especialmente aqueles vinculados à corrente desconstrutivista[209]. A respeito desta crítica de que o restauro não permitiria intervenções criativas, Kühl (2016) rebate que se trata de um preconceito, visto que o restauro é essencialmente uma ação que exige criatividade, porém restrita a algumas condicionantes, como qualquer projeto arquitetônico.

---

[207] No original: *"Every object has evolved through its creation and use; any and every point within an object's working life could be described as its 'true nature'"* (CAPLE, 2000 apud VIÑAS, 2005, p. 174).

[208] No original: *"allows both for the fluidity and flexibility demanded by contemporary formulations of culture and avoids tying culture to a single canon. It also opens the possibility of greater creative freedom on the part of the conservator; of escape from slavish subordination to a distorting notion of the authentic, 'the real thing'"* (COSGROVE, 1994 apud VIÑAS, 2005, pp. 148-149).

[209] Conforme mencionado *en passant* no segundo capítulo, este é o caso de arquitetos notórios da atualidade que vêm, nos últimos anos, construindo anexos ou extensões contrastantes em edifícios antigos ou no seu entorno imediato, com linguagem artística ousada e sem pretensão de integrar-se harmonicamente ao preexistente. Ver obras de Daniel Libeskind (foi apresentado um exemplo deste arquiteto na figura 4), Norman Foster, Rem Koolhaas, o escritório Coop Himmelb(l)au, e Frank Gehry, dentre outros nomes. Estas intervenções criativas têm resultados e impactos variáveis, que vão das que são amplamente aplaudidas e premiadas, às categoricamente rejeitadas ou às que produzem sentimentos mistos na população afetada. Em muitos casos, tornam-se também atrativos turísticos.

> Muitos arquitetos acreditam que a ação contemporânea deva ter total liberdade para se manifestar, de maneira completamente autônoma em relação ao contexto existente, não apenas o contexto material, de conformação, e histórico-documental do edifício ou área em que está inserido, mas também o contexto cultural e social, os anseios da comunidade, as formas de uso, de apreensão e de sociabilidade. Consideram as premissas do restauro um mero empecilho. Não fazem o paralelo com o projeto do novo, em que também existem fatores que condicionam o partido projetual (as dimensões do terreno, o programa, o orçamento, a legislação etc.), mas não anulam o ato criativo. Essas limitações, ao contrário, devem ser encaradas como impulso para renovadas soluções (KÜHL, 2016, p. 3).

Vinãs concede, porém, que a abordagem radical de Cosgrove ou MacLean se trata de uma posição extrema e que o relativismo criativo poderia levar a situações pouco aceitas pela maioria da população afetada, além de ações potencialmente destrutivas – pode se mostrar insustentável e arruinar o poder simbólico que o objeto possa ter para o usuário futuro (VIÑAS, 2005, p. 208). É interessante ressaltar, em todo caso, o que estas posições refletem, pois elas não são posições descuidadas de pessoas com pouco conhecimento no tema. Ao contrário, partem de estudiosos da área que conhecem a trajetória do campo conceitual. Destaca-se o uso de termos como *fluidez* (o qual remete ao conceito de "líquido" de Zygmunt Bauman), *flexibilidade*, do questionamento das noções de *verdade* e *autenticidade*, da insubordinação às regras e questionamento da autoridade que caracteriza tanto o contexto contemporâneo. Viñas resume: "a teoria contemporânea de conservação não relaciona conservação à verdade, mas sim para significados" (VIÑAS, 2005, p. 175, tradução nossa[210]), os quais seriam de valor fundamental para a teoria contemporânea da conservação.

Na perspectiva dos defensores de uma teoria contemporânea, como campo de estudo dinâmico, as abordagens metodológicas tidas como rígidas e baseadas em uma interpretação monolítica e intransigente do objeto e das maneiras com que ele deve ser abordado tornam-se um obstáculo à compreensão do patrimônio como um processo cultural, em que as complexidades ontológicas do objeto precisam ser levadas em consideração. Viñas conclui que a teoria contemporânea de restauração ainda está em desenvolvimento, mas que, em essência, exige "bom senso" (2005, p. 212), em forma de decisões gentis e ações sensatas, que são determinadas "não [pela] verdade ou pela ciência, mas pelos usos, valores e significados que

[210] No original: *"Contemporary theory of conservation does not relate conservation to truth but rather to meanings"* (VIÑAS, 2005, p. 175).

um objeto tem para as pessoas (...) a conservação é um meio, e não um fim em si mesmo" (VIÑAS, 2005, pp. 212-213, tradução nossa[211]).

Chama a atenção, porém, os termos utilizados. Ao questionar os conceitos de *autenticidade* ou *objetividade* como sendo imprecisos, os teóricos da contemporaneidade apresentam termos como *significados*, *necessidades* e *valores*, sem, no entanto, precisar quais são e como se deve proceder em termos de uma metodologia projetual. Portanto, os termos adotados são, também, imprecisos. Viñas ressalta que as tomadas de decisão de projetos não devem ser limitadas a estudar como impor a verdade do objeto, mas também devem levar em consideração os diferentes significados que um objeto tem para grupos diferentes de pessoas, buscando contemplar o máximo de perspectivas possível. Embora o autor reconheça que não se trata de tarefa fácil, ele ressalta que a autoridade técnica não deve eliminar a discussão, mas justamente encorajá-la antes do processo conservativo, o qual, dentro da ética contemporânea, deve ser adaptativo (VIÑAS, 2005, p. 214).

Ao analisar determinadas tendências contemporâneas, em especial as que visam ao espetáculo, o que inclui processos de rejuvenescimento idealizado, cidades-cenário, patrimônio tratado como parques temáticos, entre outros (JOKILEHTO, 1999; CHOAY, 2001; JACQUES, 2003), percebe-se o quanto conceitos imprecisos como "necessidades" ou "valores" do público podem ser problemáticos. Considerando o contexto contemporâneo da cultura de massa, do consumo, do hedonismo, da aceleração, até que ponto priorizar o atendimento aos valores e supostos anseios da sociedade atual (ou de parte dela) são, necessariamente, benéficos para a preservação do patrimônio? Afinal, não se pode afirmar que a prática atual de produzir cidades-cenário lúdicas, voltadas para o turismo do lazer e para o consumo, desconectadas de seu caráter cultural e atendendo às exigências do turista global, não está atendendo aos valores e necessidades do usuário atual, ao menos uma boa parte deles. Se preservar o patrimônio tem como objetivo salvaguardar tesouros herdados do passado com vistas à transmissão para as gerações futuras, será que ter como objetivo principal atender aos anseios imediatistas de uma sociedade presentista não significaria, ao menos em parte, a descontinuidade deste processo?

[211] No original*: "Not truth or Science, but rather the uses, values and meanings that na object has for people. (...) In fact, conservation is a means, and not an end in itself"* (VIÑAS, 2005, pp. 212-213).

4.1.1. Cisão entre teoria e prática da restauração no âmbito dos órgãos de salvaguarda

Uma parte considerável da atuação prática na atualidade vem sendo marcada por uma crescente empirismo e relativismo conceitual, com intervenções sendo guiadas principalmente por ditames econômicos ou atendendo de forma acrítica a clamores populares – o que Viñas denominou de "conservação demagógica" (VIÑAS, 2005, pp. 208-209), em que há uma relativização dos procedimentos e uma transferência acrítica do processo de decisão. Segundo Kühl, discutindo particularmente o caso brasileiro, "na prática, temos constantemente desconsiderado os referenciais teóricos e agido de modo unicamente empírico, ou segundo as conveniências do momento" (KÜHL in MEURS; ROBLES, 2015, p. 55). Segundo a análise de Kühl, no caso específico do Brasil, percebe-se um conhecimento superficial dos textos teóricos e mesmo das cartas patrimoniais, muitas vezes com trechos tirados do contexto ou recorrendo a conceitos para justificar ações não condizentes com seus princípios.

> Parte desta situação é devida à falta de tradição da reflexão crítica e de formação de profissionais para a restauração no país, resultando na ausência de clareza conceitual e de meios apropriados para as intervenções. Citam-se frequentemente Brandi e a Carta de Veneza, mas o resultado de várias operações mostra ou uma ignorância completa desses escritos, ou uma leitura pouco profunda, ou, ainda, um flagrante e intencional desrespeito às posturas neles consolidadas. Verifica-se, ademais, que muitas das questões essenciais da restauração não têm sido nem mesmo reconhecidas como problemas de restauro, sendo tratadas com cego empirismo, sem filiar as ações a um pensamento científico e aos preceitos éticos e deontológicos da restauração, derivados das razões por que se preserva, como se fosse algo a ser resolvido meramente na prática (KÜHL, 2008, p. 113).

A intervenção em bens de valor patrimonial é operação que exige uma grande responsabilidade e cuidado, além de uma capacitação técnica específica para compreender o impacto – muitas vezes irreversível – de qualquer decisão, mesmo que aparentemente simples. É mister diferenciar as ações específicas em bens de valor histórico-cultural de outros tipos de intervenção arquitetônica em construções, uma vez que seus princípios, objetivos e sua metodologia são diversos de uma obra comum.

Embora autores como Kühl (2008) ressaltem que estes problemas não são específicos do Brasil, e podem ser encontradas ao redor do mundo – frutos do contexto discutido anteriormente neste trabalho –, no nosso país encontramos uma tendência bastante forte de descolamento entre teoria e prática de restauro. "No Brasil, a restauração é em muitos casos uma ação arbitrária e empírica permeada pelo desconhecimento de princípios e fundamentos teóricos como premissa

da definição de critérios e posturas de intervenção no bem patrimonial" (BRENDLE, 2013, p. 3). Kühl (2008, p. 100) ressalta a existência de uma "grande lacuna" em textos que tratam dos tipos de intervenção e princípios teóricos que deveriam nortear as ações práticas levando em consideração as especificidades nacionais, apesar da profusão de bons trabalhos que discutem questões relativas às políticas públicas, à trajetória dos nossos órgãos de preservação, aos instrumentos legais existentes e específicas do campo da sociologia, antropologia e história.

Mesmo dentro da atuação específica dos órgãos de preservação, como o IPHAN, ao longo de sua história foram muitos os momentos em que houve um distanciamento teórico das discussões pertinentes ao campo realizadas em outros países, revelando o que Brendle (2017), em uma crítica enfática, reputa ser aparente desconhecimento, incompreensão ou mesmo preconceito com relação às teorias de restauração.

> (...) Tem prevalecido a falta de fundamentação científica, de princípios e de métodos no campo disciplinar da restauração, principalmente pelo órgão federal responsável pela tutela do patrimônio cultural, o IPHAN. Exceções existem, mas não reverberam. Há uma grande lacuna sobre os critérios dos projetos de intervenção patrimonial e os princípios teóricos que deveriam regê-lo (BRENDLE, 2017, p. 3).

O resultado é a abundância de ações empreendidas de modo arbitrário, empírico, resultando muitas vezes em um tratamento fantasioso ou, em casos extremos, danoso e até mesmo destrutivo de documentos históricos e de obras artísticas insubstituíveis – em muitos casos, empreendidas por profissionais com pouco ou nenhum conhecimento específico sobre os conceitos específicos do campo de restauro; ou então por nomes de grande qualidade e indiscutível referência, porém guiados por princípios alheios às postulações específicas do campo da restauração[212], tais como a posição intelectual adotada relativa à identidade arquitetônica nacional, seu gosto pessoal ou sua preferência por linguagens e estilos arquitetônicos específicos, em detrimento de outros[213]. Afinal, a restauração é, também, uma ação datada e reflete os valores, as interpretações e as discussões conceituais pertinentes ao seu

[212] Ver especificamente a atuação de Lucio Costa à frente do SPHAN (1937-72), ou Luís Saia nas restaurações em São Paulo entre 1937-75. (CUNHA, 2010; BRENDLE, 2017; MAYUMI, 2008).

[213] Caso específico da eliminação de edifícios ecléticos de paisagens urbanas coloniais nas primeiras ações dos SPHAN, consideradas por Lucio Costa como de estilo "bastardo". Assim, as edificações eram restauradas ou reconfiguradas de modo a imitar estilos coloniais, garantindo um tratamento estilizado à paisagem como um todo (BRENDLE, 2017).

tempo, e, na chamada *fase heroica* do SPHAN, o ideal era constituir um *corpus* patrimonial que refletisse a imagem desejada de *nação*.

> Embora o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, contemplasse uma definição abrangente de "obras de parte patrimonial", a política de preservação do SPHAN (atualmente IPHAN) inclinou-se predominantemente, para a restauração arquitetônica de cunho facadista dos bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos (em sua maioria, representativos do estilo barroco colonial mineiro) expressavam uma versão oficial de patrimônio (LEITE, 2007, p. 51).

. Segundo Brendle (2017) e Cunha (2010), é perceptível na atuação dos primeiros anos do IPHAN (ainda SPHAN[214]) um aparente desconhecimento ou desconsideração deliberada do estado da arte do debate internacional a respeito das especificidades da atuação sobre o patrimônio, em especial das contribuições italianas, optando por uma ação idealizada que remetia às noções de um Restauro Estilístico novecentista[215]. Esta interpretação datada e equivocada de que a restauração deve objetivar uma reintegração ao "estado original" do monumento, com seu aspecto repristinado, ainda é fortemente presente, até mesmo entre profissionais que atuam nos bens patrimoniais e no interior dos órgãos de preservação (CUNHA, 2010; BRENDLE, 2017; KÜHL, 2008; KÜHL, 2016).

Na análise de Kühl, as razões para esta prática distanciada das discussões específicas e muitas vezes empirista são diversas, que abarcam desde a estrutura de funcionamento e as atribuições dos órgãos de salvaguarda do patrimônio no país, em seus três níveis (nacional, estadual e municipal) que muitas vezes se sobrepõem e até se conflitam; até a escassez de recursos financeiros, de corpo técnico especializado e de pressões políticas e influência de interesses privados nas decisões dos conselhos deliberativos dos órgãos de preservação (KÜHL, 2008, pp. 110-115). No caso do Brasil, é importante ressaltar que o IPHAN, fundado na década de 1930, e apesar de seus meros 80 anos de existência, possui grande representatividade e um vasto escopo de atuação – não apenas destina-se à documentação, proteção, orientação e

[214] O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1937, substituindo o órgão federal anterior, a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934), de atuação restrita, norteada por uma visão tradicionalista e patriótica. Embora funcionasse experimentalmente desde 1936, o SPHAN foi oficialmente criado, alocado dentro do Ministério da Cultura, a partir da lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade (de 1936 a 1967), por Lucio Costa (chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos de 1937 e 1972), e por Carlos Drummond de Andrade (chefe da Seção de História), entre outros grandes nomes modernistas. Em 1946, o SPHAN tem seu nome alterado para Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); e em 1970, finalmente, passa ser chamado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (FONSECA, 2005; Portal IPHAN, online).

[215] Ver a próxima seção (4.1.1), a respeito das teorias clássicas de restauro.

fiscalização das práticas de intervenção em bens patrimoniais por todo o país, mas também se volta à tutela de todas os tipos de patrimônio cultural (tangíveis e intangíveis, além de paisagens naturais e culturais). O órgão oferece uma atuação ampla que se reflete não apenas em tombamentos e registros, assim como em obras de restauração e revitalização de conjuntos históricos, mas também na divulgação de informações por meio de difusão bibliográfica e promoção de cursos e workshops de capacitação, incluindo um mestrado profissional destinado à formação de profissionais especializados para a atuação no campo[216].

> (...) Até a década de 1970 o IPHAN foi praticamente a única instância a empreender a tarefa da preservação no país, seja porque, mesmo após a proliferação de órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio, ainda sim (*sic*) a instância federal permaneceu como paradigma" (CUNHA, 2010, p. 18).

Ao longo de sua história, o IPHAN viu suas atribuições se ampliarem, enquanto que sua atuação direta sobre os bens foi atrofiando e se reduzindo a funções primordialmente burocráticas e fiscalizadoras, sem que esta expansão tenha sido proporcionalmente suficiente em termos de recursos financeiros e humanos. Na última década do século XX, segundo Sant'anna, o IPHAN perde seu protagonismo nas práticas preservacionistas:

> (...) Pela primeira vez na história da prática de preservação brasileira, os principais focos de produção da norma de preservação do patrimônio haviam se deslocado do plano federal para os planos estadual e municipal, e, no nível do governo central, do IPHAN para o Ministério da Cultura e seus novos parceiros. Nos anos 90, os pontos deflagradores de operações de preservação e de produção do patrimônio efetivaram-se, finalmente, no plano regional e local, e deslocaram-se, no nível do poder central, para as instituições executoras dos programas implantados. Esvaziado, com funções reduzidas e com uma estrutura operacional que foi tornada precária em todos os sentidos, o IPHAN deixou de ser, definitivamente, o *locus* central de exteriorização da norma preservacionista. Nos anos 90, intervenções locais e programas nacionais tomaram o seu lugar. (SANT'ANNA, 2005, p. 31).

A despeito das tendências de atuação adotadas e apesar de seu corpo técnico qualificado, ao terceirizar muitas das atividades de prospecção, projetos e obras, observam-se ações arbitrárias e completamente impertinentes ao campo, fato que deve provocar uma reflexão necessária por parte de todos os envolvidos. De certa forma, a atuação sem embasamento em critérios claros continua sendo comum em boa parte das intervenções mais recentes do IPHAN, como é o caso de muitas das obras vinculadas ao Programa Monumenta[217]

[216] Os diversos serviços e produtos oferecidos pelo IPHAN são listados no portal do órgão, disponível no endereço eletrônico http://portal.iphan.gov.br/ >.

[217] Conforme discutido na seção 2.5.1 desta tese.

(CUNHA, 2010; BRENDLE, 2012; BRENDLE, 2013; BRENDLE, 2017). Possivelmente, parte dos resultados discutidos pode ser creditado ao fato de que, no âmbito do Monumenta, o IPHAN teve um papel deslocado do processo direto da proposição dos projetos e da atuação direta nos monumentos, acarretando "um esvaziamento da importância do IPHAN como órgão central de preservação, que se vê alijado das funções de direção e coordenação da execução do Programa, para as quais são nomeados funcionários terceirizados" (CUNHA, 2010, p. 142), especialmente em nível local, nas UEPs, em que muitos dos profissionais que atuaram nas obras não pareciam estar aptos para a atividade. Betânia Brendle, nos últimos anos, vem publicando diversos trabalhos em que analisa o resultado de intervenções realizadas no âmbito do Programa Monumenta pelo ponto de vida dos procedimentos adotados nas intervenções.

> Um aspecto ainda mais grave foi constatado em Laranjeiras (SE) e Cachoeira (BA) onde os projetos do Programa Monumenta contratados e aprovados pelo IPHAN, não possuem conceituações e reflexões teóricas, nem uma carta de princípios para guiar a intervenção e foram executados por empresas que não possuem profissionais com experiência e estudos comprovados no campo da restauração (BRENDLE, 2017, p. 15).

Nestes trabalhos (BRENDLE, 2017; BRENDLE, 2013), a autora tece críticas enfáticas a obras realizadas no contexto urbano e em edificações específicas, sobretudo em estruturas significativas em estado de ruína, que não se aderem de modo algum às diretrizes teóricas consolidadas e postuladas nos documentos internacionais. A autora elenca refazimentos em estilo e reconstruções, em que o princípio de distinguibilidade é atendido de modo distorcido, uma vez que as adições contemporâneas não respeitam a volumetria, a configuração espacial, a materialidade ou o aspecto das preexistências, resultando em uma arquitetura de qualidade e pertinência questionável – ou mesmo em "falta de arquitetura", conforme a autora denomina (BRENDLE, 2013), uma vez que em alguns dos exemplos analisados as inserções depreciam a qualidade ambiental da estrutura antiga. Estes resultados se verificam também nas intervenções realizadas de modo muito similar em São Francisco do Sul, em específico na reconstituição de edifícios em estado de ruína, como o Portal Turístico, inclusive em termos da linguagem arquitetônica adotada, com elementos simplificados e suavizados, e do aspecto final da edificação.

Aprovados e chancelados pelo IPHAN, inclusive de forma celebratória nas publicações em que divulgam os resultados do Monumenta, o que, segundo a autora, "constitui um exemplo de fragilidade científica e de ignorância de conceitos básicos, teorias e posturas projetuais no

campo da restauração patrimonial contemporânea" (BRENDLE, 2017, p. 16), situação é agravada pela afirmação laudatória de que tais experiências consistiriam em modelos bem-sucedidos a serem seguidos.

Analisando especificamente a atuação do IPHAN, Cláudia dos Reis e Cunha conclui:

> (...) verificam-se referências recorrentes a textos teóricos da restauração – tais como a Carta de Veneza ou a Teoria da Restauração de Cesare Brandi –, as quais, entretanto, denotam um conhecimento superficial, quando não equivocado, dos princípios estabelecidos naqueles escritos, permanecendo como regra nas intervenções o empirismo ou a negligência. A noção equivocada ou a total ignorância do que venha a ser restauro, quase sempre entendido como ação que visa o retorno ao estado originário da obra ou como simples consolidação acrítica de uma determinada condição desta, certamente está na raiz da baixa qualidade das intervenções que são empreendidas sobre bens patrimoniais na atualidade e, consequentemente, na sistemática perda de valores que lhes eram inerentes e em razão dos quais esses monumentos foram conservados (CUNHA, 2010, pp. 17-18).

Por dedução, pode-se afirmar que a situação se repete e se agrava em nível estadual e municipal, sobretudo em regiões em que as iniciativas de preservação patrimonial são mais incipientes, com menos disponibilidade de profissionais especializados, e grandes restrições políticas e orçamentárias. Cabe, no entanto, ressaltar estruturas bem qualificadas e com atuação de grande pertinência de órgãos estaduais em regiões de maior tradição, como é o caso do FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) ou do IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais), para citar apenas alguns exemplos.

Com relação aos princípios de restauro que devem ser adotados nos procedimentos promovidos pelas diversas instituições de salvaguarda, não há definição clara sobre abordagens e princípios de restauro específicos. "A legislação em vigor, apesar do amplo espectro administrativo, é absolutamente lacônica no que respeita a princípios de restauro que deveriam reger modalidades de intervenção e tampouco remete ou vincula a documentos que tratem do assunto" (KÜHL, 2008, p. 113). Diversos órgãos de salvaguarda brasileiros, por exemplo, fazem parte do ICOMOS, que exige de seus membros a conformidade com as exigências descritas na Declaração de Compromisso Ético, o qual reitera a pertinência da Carta de Veneza para a conservação e restauração dos monumentos. No entanto, é frequente que suas práticas respeitem pouco estes princípios, e promovam ações bastante descoladas de seu discurso ou influenciadas

por tendências contemporâneas que aplicam de forma equivocada, negligente ou mesmo contrariam, os princípios específicos do restauro.

Esta dificuldade não é restrita ao caso brasileiro. Waterton e Watson (2015), ao discutir a importância de um projeto que pense as questões por uma perspectiva complexa, para além da mera aplicação prática de princípios técnicos, pondera que projetos mais integralizados e abrangentes podem ser vistos com resistência por parte dos agentes burocráticos, que precisam atuar sobre o patrimônio a partir de uma perspectiva legalista e institucional. E aqui, por fim, surge outro grande obstáculo que provoca uma cisão importante entre a teoria e a prática da restauração-conservação. É na relação institucional que o patrimônio se revela como um campo em disputa: por um lado, por parte dos órgãos institucionais de salvaguarda do patrimônio, a necessidade de adoção de princípios e processos claramente delineados, previstos e amparados na legislação pertinente; métodos e procedimentos objetivos que possam ser descritos nos editais de licitação; atuação sempre amparada nos documentos internacionais; além das questões de ordem orçamentária e política. Por outro, os profissionais da conservação que se veem tolhidos, por restrições de tempo, burocracia e orçamento disponível, da possibilidade de analisar profundamente o objeto antes de propor intervenções coerentes, alinhadas aos princípios teóricos que norteiam a prática de conservação. E, de forma transversal, o patrimônio como um processo de apropriação e significação dinâmico por parte dos múltiplos grupos sociais que interagem com o objeto, cujos valores também são apresentados e, em muitos casos, invalidados ou secundarizados.

Com relação ao patrimônio urbano, Paola Berenstein Jacques também considera que, no Brasil, os projetos de revitalização urbana nas cidades históricas com objetivo de conservação do patrimônio cultural vêm se multiplicando, porém alerta para o caráter espetacularizado e massificado destas intervenções. Neste caso, a questão não parece ser o desconhecimento dos princípios teóricos, mas uma mudança intencional de perspectiva sobre a natureza da ação sobre o patrimônio, que se afasta das questões teóricas para voltar-se a uma fórmula pronta de valorização econômica e apelo para o consumo turístico, que desconsidera as especificidades culturais e históricas de cada sítio histórico ao propor um tratamento estetizado e padronizado.

> A maior parte desses projetos repete a mesma fórmula, sem questionamento crítico: patrimonialização, estetização, espetacularização, padronização dos espaços, e o que

> é pior, gentrificação (expulsão dos moradores mais pobres das áreas de intervenção, que recebem moradores mais abastados ou novas funções elitizadas (JACQUES in JEUDY, 2005, pp. 11-12).

Muitos autores – no Brasil e no exterior – se colocam como críticos deste processo de dissociação entre a teoria e a prática da restauração, que não é localizado. Ao contrário, diante da força da globalização, as experiências nacionais e internacionais se reverberam e formam tendências de atuação que se replicam de forma similar nos locais os mais diversos. As denúncias sobre uma perceptível cisão percebida entre a teoria da conservação e a prática das intervenções vem sendo debatidas internacionalmente. Choay lamenta que a prática da preservação contemporânea, que visa primordialmente a valorização econômica dos espaços de memória, esteja deliberadamente desarticulada com a tradição teórica que deveria nortear a ação:

> *Conservação* e *restauração*: são estes os fundamentos de toda a valorização (...) Poder-se-ia considerar definitiva a condenação das reconstituições. Pensava-se que eram universalmente reconhecidas as regras de restauração formuladas por Boito, em especial aquela que manda indicar de forma clara todas as intervenções modernas, e de que se encontram magistrais demonstrações em todo o mundo (...) Todos esses princípios, regras e preceitos, devidamente argumentados e refinados nos últimos cem anos, pareciam estar plenamente estabelecidos, fora de qualquer questionamento. Mera ilusão. Reconstituições 'históricas' ou fantasiosas, demolições arbitrárias, restaurações inqualificáveis tornaram-se formas de valorização correntes (CHOAY, 2001, pp. 213-214).

Um dos pontos essenciais reforçados pelas Cartas Patrimoniais e pela teoria brandiana, principalmente, é o fato de que o restauro tem pertinência relativa, isto é, é uma ação marcada pelos parâmetros culturais, sociais, econômicos e políticos do momento em que é realizada. É impossível prever qual será a interpretação do monumento em questão no futuro. Como tuteladores, por mais presentistas que sejamos, fazemos parte da teia do tempo e somos apenas passageiros, logo, qualquer ação sobre os bens culturais herdados do passado nos exige profunda responsabilidade.

> A preservação de monumentos históricos deve, por isso, ser discutida e enfrentada com os instrumentos e vinculada à realidade de cada época, e o fato de, no futuro, as posturas serem diversas não exime um dado grupo social da responsabilidade pela preservação dos bens culturais e evidencia ainda mais a necessidade de se agir, sempre, de modo crítico e fundamentado (na história e na estética, para evitar arbitrariedades) em relação ao legado de outras épocas, pois somos responsáveis pelos nossos atos perante o presente e as gerações futuras (KÜHL, 2004, p. 319).

A prática da conservação e restauração precisa ser, independente da abordagem teórica escolhida, amparada em critérios claros e metodologia rigorosa. "(...) A atuação recente em nosso meio, tanto em relação aos referenciais teóricos do campo quanto às ações práticas, no que respeita aos aspectos filiados às humanidades, tem que caracterizado pelo arbítrio, quando deveria se caracterizar pelo rigor" (KÜHL, 2006b, p. 22). O rigor, porém, não é sinônimo de engessamento ou conservadorismo. É essencial atentar para que a problematização e questionamentos pertinentes e necessários quanto aos resultados das diretrizes de conservação que se estabeleceram não conduzam a um relativismo completo, que resulte em uma prática aleatória. Afinal, como argumenta Kühl, "é essencial (...) evidenciar a importância do rigor para as ciências humanas, pois, muitas vezes, a sua não exatidão é tomada como escusa para atos arbitrários" (KÜHL, 2006b, p. 22). Enquanto que, para as ciências naturais, é a objetividade e a exatidão que determinam seu rigor; para as ciências humanas, é justamente na necessidade de estarem fora da dimensão da exatidão que consiste seu rigor. No entanto, esta inexatidão não significa relativismo completo, mas um trabalho árduo para estabelecer um método para se alcançar a objetividade e o rigor científico (KÜHL 2006b, p. 22).

4.1.2. Síntese das teorias clássicas do campo da restauração[218]

O campo de conhecimento dedicado à intervenção em edificações consideradas de valor patrimonial é conhecida por diversos nomes, como restauração ou conservação (em sentidos amplos), dependendo o país que emprega o termo. De qualquer modo, como prática, é difícil precisar exatamente em que momento surgiu – Harvey (2001) pontua, por exemplo, que havia uma relação de respeito entre diversas civilizações antigas com seus monumentos, e Viñas (2005) argumenta que este cuidado já se expressava nas ações de manutenção e reparos, pois muitos destes movimentos mantiveram sua utilidade por séculos. No entanto, em geral, como prática norteada por questões culturais, científicas e éticas e não apenas ditadas apenas por questões práticas de uso ou reaproveitamento de material construtivo, considera-se que o as raízes do restauro, como campo disciplinar autônomo, estão ainda no Renascimento italiano,

[218] Para fins de compreensão de algumas das questões do tópico anterior, a seguir serão apresentadas, de forma sintética, a evolução do pensamento da conservação. Por tratar-se de tema amplamente debatido em um sem-número de textos do campo, o presente trabalho não irá deter-se nos pormenores do pensamento de cada autor.

no século XV (KÜHL, 2006b, pp. 19-20). A ética, no caso, refere-se a uma mudança na percepção histórica daquela sociedade, que estabelece uma ruptura histórica com as civilizações anteriores, reconhecendo-as não apenas por alteridade, mas reverenciando os grandes feitos das civilizações clássicas que precederam.

> Enquanto pensadores cristãos antes dele viam a história como contínua desde a Criação até sua própria época, Petrarca distinguia entre o mundo clássico, *historiae antiquae*, e a recente *historiae novae*. Ele se sentia cortado do mundo antigo e poderia, portanto, vê-la como uma totalidade, 'um ideal para ser almejado, ao invés de uma realidade para ser tanto utilizada quanto temida' (JOKILEHTO, 1986, p. 11, tradução nossa[219]).

É neste contexto que as primeiras intervenções em monumentos antigos surgem, embora sejam ainda bastante embrionárias e distintas dos processos reconhecidos como *restauro* na atualidade, devido ao grande empirismo e ações criativas, que consideravam as intervenções como uma continuidade da arquitetura. Contudo, as bases para um pensamento crítico surgiram neste momento. É interessante chamar a atenção, por exemplo, para a atuação de Leon Battista Alberti[220], o primeiro grande teórico que pensou a Arquitetura do Renascimento, a partir de uma interpretação do tratado *De architectura*, publicado originalmente no século I a.C. pelo romano Marcus Vitruvius Pollio e reencontrado durante o Renascimento. Em seu texto seminal, *De re aedificatoria*, considerado o primeiro tratado da era moderna e publicado pela primeira vez após sua morte em 1485, Alberti dedica o último livro de seu tratado para indicar procedimentos e orientações ao intervir em edifícios preexistentes, defendendo o argumento de que as construções deveriam ser vistas "como organismos naturais, nos quais tudo era ligado racionalmente e dentro das proporções corretas. Consequentemente, adições de quaisquer novos elementos deveriam ser feitas com respeito ao todo orgânico, tanto estruturalmente quanto esteticamente" (JOKILEHTO, 1986, p. 17, tradução nossa[221]). Ao pensar teoricamente sobre o papel da preservação do patrimônio clássico, uma sensibilidade também desenvolvida por meio do cargo de assistente do Papa, Alberti antecipa algumas noções que perduram até hoje,

---

219 No original: *"While Christian thinkers before him had seen history as continuous from the Creation to their own time, Petrarch distinguished between the classical world, historiae antiquae, and the recente historiae novae. He felt cut off from the ancient world and could thus see it as a totality, 'an ideal to be longed for, instead of a reality to be both utilized and feared'*" (JOKILEHTO, 1986, p. 11).

220 Leon Battista Alberti (1404-72) foi um humanista, arquiteto, escritor e antiquário renascentista. Para conhecer mais sobre sua atuação junto à questão da teoria e prática da conservação, ver JOKILEHTO, 1986.

221 No original: *"He saw buildings as natural organisms, in which everything was linked together rationally and in correct proportions"* (JOKILEHTO, 1986, p. 17).

principalmente o reconhecimento da qualidade estética, valor histórico e importância educativa. Como arquiteto, também foi autor de projetos em estruturas preexistências, como foi o caso do completamento da igreja Santa Maria Novella, dentre inúmeros outras intervenções em preexistências, conforme relatos de Giorgio Vasari no período. Pode-se considerar que este trecho de seu tratado, com alguns estudos sobre patologias e orientações sobre procedimentos, seja um dos primeiros textos teóricos sobre restauração de que se tem conhecimento (JOKILEHTO, 1986, pp. 16-18).



Figura 54 – Ilustração do tratado de Alberti. Indica-se o procedimento adequado para tratar a reinserção de uma coluna caída.

Fonte: JOKILEHTO, 1986, p. 18.

Até então, eram pintores, escultores, arquitetos, mestres de obras, entre outros profissionais que interviam em artefatos antigos, com o objetivo de garantir a integridade ou a percepção de completude dos objetos, resultando em danos materiais maiores ou menores aos monumentos alvo das intervenções[222]. Não havia ainda um entendimento do que é, de fato, o patrimônio e o que este objeto representa, muito menos os limites e a natureza dos procedimentos mais indicados na ação do conservador.

> A conservação começou quando se tornou claro que as visões, abordagens e habilidades exigidas para tratar uma pintura eram diferentes daquelas exigidas para tratar as paredes de uma casa camponesa comum; ou quando se tornou aparente que

[222] As experiências foram muitas, com resultados impactantes em alguns dos monumentos antigos mais conhecidos por nós. Para maior aprofundamento das experiências realizadas neste intervalo de tempo, ver JOKILEHTO, 1986; CHOAY, 2001; KÜHL, 2008.

> limpar um machado do Neolítico exigia uma atitude e conhecimento diferentes daqueles necessários para limpar uma luminária doméstica. A conservação nasce desta percepção, que se tornou difundida em algum momento entre o século XIX e o XX (VIÑAS, 2005, p.2, tradução nossa[223])

Entre o século XVIII e XIX, uma profusão de diferentes abordagens de restauração surgiam, amparadas em teorias muitas vezes contraditórias entre si, que resultavam em ações empíricas nem sempre bem-sucedidas. A partir dos avanços nos conhecimentos em história da arte e da arqueologia, as experiências, por tentativa e erro, foram estabelecendo distinções entre o que era considerado aceitável ou não, e apontavam caminhos para o desenvolvimento do campo do saber. Os debates em torno de experiências como as obras de restauro no Arco de Tito e no Coliseu no início do século XIX, realizadas por Raffaele Stern e Giuseppe Valadier, por exemplo, iniciaram algumas discussões posteriormente retomadas e aprofundadas (JOKILEHTO, 1986). Segundo Cunha, "o restauro do Arco de Tito transformou-se em parâmetro de intervenção, dada a adoção de materiais diferenciados e formas simplificadas, em relação à matéria original, nas necessárias adições e reforços estruturais" (CUNHA, 2012, p. 102). Porém, como a autora ressalta, a suposta distinguibilidade da opção pelo uso do mármore travertino e não o mármore grego, que havia sido o material utilizado na obra original, foi decorrente de decisões econômicas e não uma escolha deliberada. Não obstante, a experiência teve papel fundamental no desenvolvimento de discussões acerca da inserção de elementos novos em estruturas antigas.

De qualquer modo, conforme já foi repetidamente contextualizado no primeiro capítulo deste texto, foi somente no século XIX, em meio às ideias iluministas e um apreço pela ciência e pela produção do conhecimento – e em especial dentro do contexto da reapreciação do neogótico, em especial na França e na Inglaterra – que a necessidade de se discutir de forma mais consistente a questão da restauração dos monumentos ressurge, buscando afastar-se do empirismo (MENEGUELLO, 2008; KÜHL, 2008). É no contexto europeu, portanto, que as iniciativas surgem como disciplina e metodologia específica, e "as práticas preservacionistas (...) se expandiram territorialmente, no século XX, impulsionadas pela difusão do modelo institucional europeu, adquirindo, aos poucos, uma dimensão mundial" (SANT'ANNA, 2004, p.

[223] No original*: "Conservation began when it became clear that the views, approaches and skills required to treat a painting were different from those required to treat the walls of a common peasant house; or when it was apparent that cleaning a Neolithic axe required a different attitude and knowledge from that needed to clean a household lamp. Conservation was born out of this realization, which became widespread sometime between the nineteenth and twentieth century"* (VIÑAS, 2005, p.2).

20). Esta informação é importante pois toda a teoria e a legislação elaboradas pelos países europeus no período, posteriormente instituídos como modelos internacionais, são sustentadas sobre interpretações conceituais culturais específicas. A difusão dos princípios para outras partes do mundo é muito posterior: nas Américas, as primeiras iniciativas datam da década de 1930, enquanto que na Ásia oriental, somente se instaura como prática institucional a partir de 1950 (SANT'ANNA, 2004, p. 20).

Embora diversos arquitetos se dedicassem à prática de restauração de obras notáveis do período medieval, dentro do clima historicista que marcou a sociedade industrial ainda estéril de criações belas e próprias, e no espírito da busca da expressão das identidades nacionalistas em construção naquele momento, dois nomes se destacam na literatura como sendo representativos de formas distintas de compreender as intervenções em monumentos. Surgem, a partir desta conjuntura, as chamadas "teorias clássicas, com as primeiras teorias de conservação-restauração de fato. As contradições entre teoria e prática no âmbito da preservação e restauração do patrimônio histórico sempre existiram – e mesmo dentro das pertinências do campo podemos ver posições tomadas como antitéticas desde o princípio. Por um lado, a prática intervencionista, que tem, entre inúmeros arquitetos dedicados à prática na época, o arquiteto francês Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc como notório representante. Principal expoente do chamado *Restauro Estilístico*, Viollet-le-Duc tem como máxima o entendimento que o restauro tem como objetivo recompor o monumento a "um estado completo que pode não ter existido nunca" (VIOLLET LE-DUC, 2000) e deve, sobretudo, recuperar a "integridade" do *estilo* da construção, suprimindo fases da obra que destoassem desta unidade estilística e empreendendo substituições maciças. Em grande parte reagindo a esta vertente intervencionista, a linha puramente conservacionista, que tinha o inglês John Ruskin como grande nome, rejeitava intervenções em monumentos por considerar seus resultados "uma mentira" que "representa a morte do edifício" (RUSKIN, 2008), admitindo preferencialmente ações conservativas. Ambos, porém, eram grandes estudiosos da arquitetura – sobretudo a medieval – e defendiam que qualquer intervenção, mesmo de conservação, exigia rigor e sensibilidade diante do monumento que se pretende conservar.

Viollet-le-Duc atuava tanto como teórico, estudioso e restaurador, e foi responsável por obras de grande importância, como a intervenção realizada na medieval Notre Dame de Paris. Sua proposta transcende uma simples reconstituição hipotética do estado original das

construções, mas "procura fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, [os construtores] detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto" (KÜHL in VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 18). Deste modo, admite que o restaurador aja sobre o edifício interpretando-o, reconstituindo-o e utilizando também as técnicas e materiais que estavam sendo desenvolvidas pela insipiente indústria de sua época, tal como o ferro e a fotografia. A sua teoria foi publicada no verbete *Restauração*, o qual fazia parte do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XIe au XVIe siécle*, publicado entre 1854 e 1868. Neste texto, Viollet-le-Duc preconiza que "cada edifício ou cada parte de um edifício deve ser restaurado no estilo que lhe pertence, não somente como aparência, mas como estrutura" (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 47), buscando, através de estudos aprofundados sobre a obra e o estilo a que pertence, registrar "a idade e o caráter de cada parte" e compreender toda a lógica essencial inerente à edificação. No caso de precisar completar ou substituir elementos danificados, Viollet-le-Duc preconiza que o restaurador o faça emulando o estilo original, para fins de manter o aspecto e o caráter do edifício original. Percebe-se, portanto, que Viollet-le-Duc dava prioridade para a estética do edifício em detrimento da historicidade de sua passagem pelo tempo, visto que, para o arquiteto, era justamente a lógica e a integralidade estilística do projeto arquitetônico original seu maior valor e a principal informação a se conservar.

Já para o escritor, sociólogo e crítico de arte inglês John Ruskin, a historicidade da obra era o maior valor de uma construção antiga: "a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua Idade" (RUSKIN, 2008, p. 68). Em seu texto *A Lâmpada da Memória*, sexto capítulo das *Sete Lâmpadas da Arquitetura*, publicada em 1849, Ruskin expõe sua visão poética e opiniões bastante veementes a respeito do valor dos edifícios antigos, enquanto manifestação da memória e do sublime. Suas posições fazem parte do início do debate conceitual, que perdura até os dias de hoje, a respeito dos limites da atuação do restaurador numa obra de valor histórico, defendendo a mínima intervenção e a pura conservação da construção. Sua abordagem é sobretudo simbólica quando relaciona a arquitetura antiga com a passagem do tempo, com o "amor pelo lugar" e a paisagem, com a memória daqueles que a construíram, argumentando que não existem mais que dois grandes conquistadores do esquecimento dos homens: a poesia e a arquitetura (RUSKIN, 2008, p. 54). Porém, a arquitetura, por sua intrínseca relação com o lugar, é a forma mais potente de nos fazer recordar; daí a importância de conservar a arquitetura nacional como uma herança preciosa. Ruskin tem uma distinta preferência pelas contribuições da arquitetura menor, ressaltando ao

longo de seu texto as virtudes das construções civis e domésticas, principalmente estas últimas, por estarem dotadas de maior significação metafórica e histórica – há uma "santidade" na habitação de um "homem de bem" que não poderá se renovar em uma nova construção feita sobre suas ruínas (RUSKIN, 2008, p. 56). Deste modo, para Ruskin, as casas comuns seriam uma espécie de memorial, detentora de um espírito, uma aura, que diz respeito à vida vivida ali pelos construtores originais e seus descendentes. Antecipa-se, com esta reflexão, a noção de *monumento histórico* descrita por Alois Riegl meio século depois, além de uma postura *avamt-garde* ao valorizar as contribuições da arquitetura não necessariamente excepcional, mas vernacular e popular.

A idade é a maior glória do edifício, e portanto a durabilidade de sua execução deve ser a maior preocupação do arquiteto – os efeitos do tempo não são negativos, e devem ser levados em conta em seu caráter *pitoresco*, que ele define como "próprio para se tornar o tema de uma pintura" (RUSKIN, 2000, p. 71). Para Ruskin, em arquitetura, o pitoresco e sublime de uma obra estão em sua antiguidade e atingem seu ápice na condição de ruínas. O pitoresco e o sublime serão os atributos que interpretam sua idade, sua glória: o autor chega mesmo a afirmar que "não se pode considerar que um edifício tenha atingido sua plenitude antes do decurso de quatro ou cinco séculos" (RUSKIN, 2008, p.78). Com relação à restauração realizada à sua época, Ruskin é cético com respeito às suas contribuições: "O verdadeiro significado da palavra restauração (...) significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer" (RUSKIN, 2008, p. 79). Ironiza que é tão possível restaurar o que foi grande ou belo em arquitetura tanto quanto é possível ressuscitar os mortos, pois todo o acabamento da obra estava na "meia polegada desaparecida" (RUSKIN, 2008, p. 80). Portanto, esta destruição vem acompanhada de uma falsa descrição do monumento destruído e não é possível restaurar o que não está mais em um edifício sem fazê-lo por suposição. Quanto às cópias ditas fiéis do que antes havia, Ruskin pergunta qual seria a vantagem de se refazer o que já havia, pois considera que "havia ainda na antiga *alguma* vida, alguma sugestão misteriosa do que ela fora, e do que ela perdera" (RUSKIN, 2008, p. 80). Conclui, enfaticamente, que

> (...) o primeiro passo para a restauração (...) é despedaçar a obra antiga; o segundo, usualmente, é erguer a imitação mais ordinária e vulgar (...), é sempre uma imitação, um modelo frio (...) com adições conjeturais. (...) não falemos, pois de restauração. Trata-se de uma mentira do começo ao fim (RUSKIN, 2008, pp. 80-81).

Com esta questão, Ruskin aborda a questão da autenticidade e do respeito à materialidade original, que pauta as discussões até os dias atuais, defendendo a pura conservação do edifícios como forma de evitar conclusões hipotéticas e uma atuação que, para ele, pode ser bastante arrogante sobre a produção arquitetônica de uma época precedente. Ruskin chega a conceder, no final de seu texto, que a restauração pode ser necessária, mas implora que a mesma seja feita honradamente, sem trocar o edifício preexistente por uma mentira. Porém, prefere que sejam feitas no edifício conservações periódicas e frequentes de modo a evitar a intervenção drástica. "O princípio vigente dos tempos modernos (...) é o de descurar dos edifícios primeiro, e restaurá-los depois. Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los" (RUSKIN, 2008, pp. 81-82). Os monumentos construídos são comparáveis em beleza como a Natureza, e ambas não merecem ser "maltratadas" pela sociedade industrial: estão além de nossas capacidades, memorial das gerações passadas e legados que devem ser conservados para que sejam aproveitados também pelas gerações futuras, são uma manifestação do sublime, por fim, do Criador. "Nós não temos qualquer direito de tocá-los" (RUSKIN, 2008, p. 83). Portanto, vemos em Ruskin o embrião das noções que permanecem até hoje que postulam o respeito máximo pela matéria original, o valor conferido à autenticidade do documento e a rejeição à cópia, a excepcionalidade do restauro e a ênfase na necessidade de manutenção permanente.

Embora frequentemente se coloca estes dois teóricos como baluartes de duas posições radicalmente opostas, principalmente a partir da classificação difundida por Françoise Choay (2001), é importante ressaltar que "as duas teorias de conservação que entram em combate são a *intervencionista* (bem representada por Viollet-le-Duc mas também por grande parte dos países europeus) e a *antiintervencionista* (representada por Ruskin e típica da Inglaterra)" (MENEGUELLO, 2000, p. 13), e não os dois teóricos em si, uma vez que a oposição binária é reducionista e não necessariamente verdadeira. Meneguello (2008) aponta que há diversas aproximações e diálogos possíveis entre os dois teóricos do que o simplismo dualista dos comentadores posteriores, como Nikolaus Pevsner e Françoise Choay, parece indicar[224].

[224] Para aprofundar as questões acerca das aproximações e discordâncias entre os dois autores, para além do simplismo que os coloca em posições completamente antagônicas – e conferindo certa preferência a Viollet-le-Duc, por exemplo, indica-se ler a discussão trazida por MENEGUELLO, 2008, pp. 223-238.

A tendência europeia neste momento, em geral e para muito além da proposta de Viollet-le-Duc (inclusive sem a sua consistência teórica e metodológica), era majoritariamente intervencionista. Essencialmente, é este o debate que, mesmo no século XXI, não parece ter se resolvido: qual é o limite das intervenções no presente em um objeto antigo?

Desde estas discussões conceituais no século XIX a respeito da intervenção física em edificações históricas, quando o campo metodológico do restauro se consolidou, as diferentes maneiras de interpretar o monumento sempre foram contraditórias e conflitantes – ora priorizando seu caráter documental, ora conferindo primazia à sua configuração formal; ora preconizando a simples conservação, ora propondo intervenções e atualizações mais ostensivas –, demonstrando a natureza complexa do patrimônio em seus múltiplos valores. O embate se deu principalmente em discussões e publicações, muitas das quais abertamente críticas às ações de seus pares e, em alguns casos, também em ações diretas visando impedir a ação impensada potencialmente destrutiva –, como é o caso dos ingleses Ruskin, William Morris e os afiliados ao SPAB (*Society for the Protection of Ancient Buildings*[225]) confrontando a ação dos restauradores que seguiam as tendências estilísticas e idealizadas do período. As posições diversas e em alguns casos até antitéticas, foram levadas a congressos e eventos que visavam chegar a um consenso que pudesse funcionar como recomendação às práticas restaurativas, gerando as várias cartas patrimoniais, conforme discutido na seção anterior.

Ao longo do século XX, as visões teóricas foram se tornando menos díspares e mais fundamentadas em princípios que vinham se consolidando e formando uma base comum, sem, no entanto, deixar de refletir divergências no entendimento de algumas vertentes e culturas quanto a conceitos que foram se tornando cada vez mais complexos. Neste contexto, temos a contribuição de Camillo Boito, um dos teóricos mais destacados do séc. XIX, além de ser também arquiteto, historiador, professor e escritor. Na obra *Os Restauradores*, apresentada

[225] Fundada por William Morris, Phillip Webb e outros membros da irmandade pré-rafaelita inglesa em 1877, a SPAB (Sociedade para a Proteção dos Edifícios Antigos, em português) é uma entidade ainda em funcionamento que atua em prol da preservação do patrimônio edificado, sempre urgindo preferencialmente pela conservação do que por ações que descaracterizem ou destruam as edificações em nome da "modernização" ou outros riscos. Para tanto, oferece orientações, cursos, publicações e cadastra proprietários e profissionais especializados em restauração e manutenção de edifícios históricos. No ato de sua fundação, foi redigido um manifesto que até hoje rege os princípios da organização, em que os membros fundadores mostravam-se "profundamente preocupados que arquitetos bem-intencionados estejam raspando o tecido histórico de edifícios demais em suas 'restaurações' diligentes" (SPAB – History of the SPAB, online). Mais informações no site da organização ainda ativa, disponível em: https://www.spab.org.uk/. Acesso em março de 2017.

como conferência em Turim em 1884, Boito sintetiza alguns conceitos e experiências dentro do campo de estudo do restauro e da conservação, adotando uma postura crítica e intermediária entre Viollet-le-Duc e Ruskin, Estes autores foram analisados e reformulados por Boito, sendo que alguns de seus princípios foram sintetizados em uma terceira vertente, conhecida como *restauro filológico*. Boito contempla tanto a prática da conservação (entendida aqui como o tratamento e consolidação do monumento, sem intervir agressivamente em sua materialidade) quanto da restauração, estabelecendo uma distinção entre elas: "uma coisa é conservar, outra é restaurar, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra (...) meu discurso é dirigido não aos conservadores (...), mas sim aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos" (BOITO, 2003, p. 37). Neste sentido, seu pensamento se aproxima ao de Ruskin quando afirma que a conservação é um dever civil de toda a sociedade e seus governos, para que os edifícios sejam "longamente conservadas para a admiração do mundo" (BOITO, 2003, p.37). Boito defendia que o principal valor do monumento era seu caráter de documento histórico, que deveria ser respeitado por absoluto, de modo que o restauro filológico visava fidelidade ao monumento, sem adicionar ou subtrair nada que alterasse seu conteúdo. Ao abordar a necessidade de restauro, Boito estabelece dois princípios-chave: "É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco" (BOITO, 2003, p. 60) e "é necessário que os completamentos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje" (BOITO, 2003, p.61). Assim, podemos já encontrar nas propostas metodológicas de Camillo Boito muitos dos princípios que se estabelecem até os dias de hoje: o respeito pela matéria original; a reversibilidade e distinguibilidade das intervenções; a importância da documentação e do uso de uma metodologia científica; o interesse pela conservação frequente que possibilitaria uma mínima intervenção, que pode ser evitada; e respeitar todas as fases do monumento.

Já em meados do século XX, merece especial destaque a linha teórica do *Restauro Crítico,* preconizado por Roberto Pane e Renato Bonelli, que surge inicialmente na década de 1940, e que dialoga com outras abordagens do mesmo período, de Cesare Brandi e Paul Phillipot. O diálogo e o consenso entre os autores culminou na Carta de Veneza, de 1964. O restauro crítico entende "a restauração essencialmente como processo histórico-crítico que parte de uma pormenorizada análise da obra e não de categorias genéricas predeterminadas" (KÜHL, 2004, p. 315). Esta abordagem, em especial na interpretação de Cesare Brandi, compilada no livro *Teoria da Restauração*, publicado em 1963, compreende a questão da

restauração como sendo uma intervenção complexa, reflexiva e única (cada caso é um caso) que deve visar a integridade do bem em sua dupla polaridade estética e histórica, sem que seu aspecto documental sacrifique suas características estéticas e vice-versa. Ancorado em conceitos oriundos da filosofia, em especial a estética e fenomenologia, Brandi define a restauração como: "A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro" (BRANDI, 2004, p. 30).

Da teoria de Cesare Brandi, pode-se destacar o seu entendimento da obra a ser restaurada como, principalmente, uma obra de arte. Esta obra se destaca de todas as outras formas de produção humana justamente pelo seu reconhecimento como obra de arte – este juízo de valor, ou "juízo de artisticidade" (BRANDI, 2004, p. 28) que faz com que a consciência do indivíduo que frui este objeto o distinga de todos os outros objetos comuns. Esta relação entre o observador e a obra é singular pois ocorre em todos os momentos onde a obra é fruída, por todos os indivíduos, de forma dinâmica e perene (isto é, este fenômeno não ocorre apenas no momento de sua criação, mas sim ao longo de toda sua existência, o que acarretaria sua condição histórica também). No caso de obras de arte pragmáticas, como a Arquitetura, há uma terceira instância que seria sua funcionalidade – no entanto, para Brandi, a questão da funcionalidade deve ser secundária aos aspectos históricos e estéticos, contrariando a máxima modernista de que "a forma segue a função".

Brandi partia de uma concepção fenomenológica da imagem, e aborda longamente os aspectos cognitivos da construção desta imagem da obra de arte na mente do apreciador. A partir de princípios teóricos da Gestalt, compreende que a imagem da obra de arte é sempre construída como uma unidade, jamais percebida apenas por partes. Nesta questão, Brandi chega a dois princípios: a) A obra de arte não é constituída de partes. Ainda que esteja fracionada, ela existe potencialmente como um todo; b) Considerando que a "forma" da obra de arte singular é indivisível, é necessário restituir a unidade potencial desta obra, a partir de cada fragmento recuperado (BRANDI, 2004, p. 46). No entanto, no caso de se procurar, através da restauração, retraçar esta unidade originária, Brandi alerta para o perigo das suposições, advogando que o restaurador se restrinja em desenvolver as sugestões contidas em cada fragmento, ou então em documentos autênticos deste estado originário (BRANDI, 2004, p. 47). O restaurador deve atuar unicamente sobre a consistência da matéria, pois se trata "do meio físico ao qual é confiada a

transmissão da imagem" (BRANDI, 2004, p. 31), evitando de todo modo cometer um falso artístico ou falso histórico.

Para a restituição deste estado de unidade original da obra de arte, Brandi estabelece dois princípios, que já foram enunciados anteriormente, porém de forma diversa: os princípios de *distinguibilidade* ("a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isso se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir" BRANDI, 2004, p. 4) e o de *reversibilidade* ("prescreve que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras" BRANDI, 2004, p. 48). O resgate da unidade potencial da obra é uma das principais funções do restauro, para Brandi, que afirma como princípio do restauro o seguinte: "A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo" (BRANDI, 2004, p.33).

Brandi reafirma que estes axiomas não são inflexíveis e passíveis de converterem-se em normas fixas. De modo algum: a essência do chamado restauro crítico se dá na valorização do *juízo de valor*, que já havia sido citado por Alois Riegl, e a quem Brandi deve grande influência (CARBONARA, 2006). A partir da análise crítica da natureza da obra, tomam-se as decisões de projeto: apesar de enfatizar que, por ser uma obra de arte, a instância estética deve sempre prevalecer em à instância histórica (e ambas precedem a função), Brandi reconhece alguns casos onde a historicidade se torna a questão primordial. A restauração segundo a instância da historicidade é pertinente em alguns casos, dentre eles a ruína, uma vez que seu aspecto formal – logo, sua instância artística – se perde ou está em avançado estado de desfiguração.

Há diversas críticas contemporâneas que acusam o pensamento de Brandi de ultrapassado, por considerar que a restauração se dá primordialmente em obras de arte (VIÑAS, 2005, p. 32), ou obras que tenham esta "qualidade artística". Esta noção não contemplaria as obras comuns, dentro da visão contemporânea de que nem sempre os objetos preservados têm, afinal, uma qualidade artística superior, sendo muitas vezes apenas locais que guardam algum significado para a comunidade local, mesmo que desprovidos de um sentido de beleza intencional. Trata-se, porém, de um entendimento equivocado, a partir de uma interpretação bastante limitada e rígida do que seria, afinal, esta *obra de arte*. Jokilehto, a respeito disto,

reforça que Brandi considerava que esta artisticidade já é embutida no patrimônio *reconhecido* como cultural, o que é percebido no texto da *Carta del Restauro* italiana, escrita em 1972, da qual Brandi foi um dos principais autores. Nesta carta, o texto considerava que uma obra de arte pode ser considerada arte a partir de seu reconhecimento como tal por parte do público: "A consciência de que as obras de arte, entendidas no sentido mais amplo, que vai do ambiente urbano ao monumento arquitetônico aos da pintura e escultura, do descobrimento paleolítico às expressões figurativas das culturas populares (...)" (CARTA DEL RESTAURO, 1972 apud JOKILEHTO in MEURS; ROBLE, 2015, p. 30). Esta visão, portanto, considera que:

> (…) a noção de obra de arte pode ser no entanto associada com muitos tipos de recursos, os quais não são necessariamente considerados 'obras de arte' dentro do entendimento comum. Certamente, ao invés de obras de arte, poderíamos atualizar este conceito e falar de expressões culturais, como foi definido pela UNESCO na Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, adotada em Paris na 33ª sessão da Conferência Geral da UNESCO em 2005 (JOKILEHTO in MEURS; ROBLES, 2015, p. 31, tradução nossa[226]).

As manifestações culturais possuem uma forma e um aspecto que suscita, na maioria das vezes, uma apreciação estética – ou mesmo apenas o reconhecimento de sua configuração formal – no observador. Considerando que o patrimônio tangível possui uma configuração formal percebida visualmente pelo espectador (com elementos inerentes tais como volumetria, cores, texturas, materiais, etc.), até mesmo as ruínas provocam no observador um certo prazer estético, conforme já identificado por Ruskin (2008), ainda no século XIX, ou por Alois Riegl, quando definia o conceito do *valor de antiguidade* (RIEGL, 2014) – e esta experiência poderia, a partir da concepção de Brandi, reforçar um entendimento de que esta estrutura pode ser considerada uma obra de arte a partir do seu reconhecimento como tal por meio da experiência artística.

Brandi também explora a fundo as questões a respeito da conservação ou não das adições que por ventura existam em uma obra de arte, acumuladas ao longo do tempo – e, no caso de edificações, bastante comuns em função das adaptações para os diversos usos ao longo dos anos. A partir do ponto de vista histórico, Brandi considera que toda adição anterior é legítima: "do ponto de vista histórico a adição sofrida por uma obra de arte é um novo

[226] No original: *"(…) the notion of work of art can however be associated with many types of resources, which are not necessarily considered 'works of art' in the common understanding. Indeed, instead of work of art, we could update this concept and speak of cultural expressions, as it has been defined by UNESCO in the Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions, adopted in Paris at the 33rd session of the General Conference of UNESCO in 2005"* (JOKILEHTO in MEURS; ROBLES, 2015, p. 31).

testemunho do fazer humano e, portanto, da história" (BRANDI, 2004, p.71). A partir deste conceito, a remoção das adições se torna nociva pois remove um documento ao invés de produzir um novo documento e gera a falsificação de um dado histórico. Por esta ótica, a remoção é apenas aceitável, do ponto de vista histórico, quando é devidamente justificada e deixa traços de si mesma na obra, para servir como um novo documento histórico. Já a partir do ponto de vista da instância estética, é reconhecível que algumas adições podem comprometer a artisticidade da obra de arte. Brandi, no entanto, é cauteloso e sugere que sejam levadas em contas ambas as instâncias para escolher qual das duas terá maior peso (BRANDI, 2004, p.83-84). Brandi admite a remoção da adição que "deturpa, desnatura, ofusca, subtrai parcialmente à vista a obra de arte" (BRANDI, 2004, p. 84), com a ressalva de que o objeto removido seja devidamente documentado e conservado à parte do corpo da obra de arte. Estas questões são complexas e requerem um profundo estudo de casos antes de se optar por uma ou outra instância. Quanto ao refazimento de objetos que se perderam, a postura de Brandi é bastante contrária, devido ao seu caráter inautêntico, de cópia, de falso. Do ponto de vista filológico, é um procedimento inaceitável; porém na instância estética, em alguns momentos, o juízo que se faz pode considerar que o refazimento contribui para atingir a unidade artística. No entanto, sempre se levanta a questão "da legitimidade da cópia posta no lugar do original (...) nem na sede histórica, nem na sede estética se pode conseguir legitimar a substituição com uma cópia" (BRANDI, 2004, p.88).

De modo geral, pode-se esboçar os princípios da Teoria da Restauração de Brandi em três axiomas básicos:

a) O ato do restauro é crítico, e deve pautar-se no reconhecimento do objeto como obra de arte e na reconstituição de seu texto autêntico, recorrendo ao juízo de valor para resolver a problemática decorrente da dialética entre as duas instâncias: a histórica e a estética;
b) Por tratar-se de obra de arte, a restauração deve privilegiar a instância estética.
c) Devido ao fato de que a obra de arte deve ser entendida na sua totalidade, o restauro deve agir sobre a matéria, e também na salvaguarda das condições ambientais que possibilitem a fruição do objeto. (BRANDI, 2004, p.11-12).

Assim, conclui-se que a teoria brandiana não apresenta regras inflexíveis, mas sim oferece um respaldo teórico que procura elevar a prática a um nível de ciência, onde cada caso deve ser analisado e criticado. A ação do restaurador se torna assim mais responsável frente à conservação da memória para as gerações futuras, evitando o empirismo e as suposições que, muitas vezes, provocaram mais danos às obras que a própria ação do tempo.

A partir desta visão, a Carta de Veneza de 1964, que permanece sendo o principal documento internacional a respeito do tema, é formulada com recomendações que procuram "conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento" (CARTA DE VENEZA, 1964), ou seja, visando uma postura equilibrada que leva em conta tanto os aspectos histórico-documentais quanto estéticos, por meio de uma reflexão histórico-crítica.

Na segunda metade do século XX, as teorias estéticas como a do Restauro Crítico, que atribuem especial atenção para os valores artísticos atribuídos aos bens, conviveram com outra vertente significativa, que Viñas denomina "nova conservação científica" (VIÑAS, 2005, p. 6), que foi amplamente difundida entre décadas de 1930 e 1950. Esta vertente não tem uma produção teórica consistente que a ampara, mas na prática, consistiu em intervenções que enfatizam o papel da técnica e das ciências "duras", como química e física, no processo de intervenção na matéria original. O foco era compreender, tratar e evitar qualquer forma de deterioração, com objetividade científica – questões como significado, valor, juízo de artisticidade ou historicidade, eram consideradas consequência da adequada intervenção científica (VIÑAS, 2005, p. 70). Com ênfase no tratamento de patologias e desenvolvimento de técnicas de conservação, os textos desta perspectiva de restauração continuam muito frequentes nas publicações e cursos de Conservação.

4.1.3. Vertentes contemporâneas de restauro

Atualmente, mesmo dentro do campo disciplinar da preservação do patrimônio, vemos que divergências conceituais e de leitura persistem, embora todas, em maior ou menor grau, se aproximem das diretrizes internacionais discutidas em debates e registradas em documentos – as Cartas Patrimoniais, que servem como síntese das teorias vigentes e atuam como guias para orientar práticas de intervenção. Anteriormente, analisamos algumas questões apresentadas pelos autores contemporâneos em busca de uma teoria contemporânea de restauração, ressaltando que ainda não há um corpo teórico reunido e consistente que fundamente as ações de modo a satisfazer as necessidades atuais. O que parece ser verificado é que não há uma única vertente ou mesmo uma maneira de intervir no patrimônio que seja dominante.

A Itália consiste em uma exceção: as discussões teóricas persistem, e atualmente coexistem três principais vertentes de conservação, segundo a leitura de Giovanni Carbonara: o "restauro crítico-conservativo", a "conservação integral" e a "hipermanutenção-repristinação" (CARBONARA, 2006; KÜHL et al, 2010, pp. 211-213). A primeira, também denominada "posição central", parte das ideias de Brandi e do restauro crítico, propondo uma ação prudentemente conservativa, mas que ao mesmo tempo admite soluções criativas para tratar de problemas na restauração, como remoção de adições ou tratamento de lacunas. Para tanto, fundamenta-se no juízo histórico-crítico para avaliar a dialética entre as instâncias históricas e artísticas ao tomar qualquer decisão quanto ao monumento. Atualmente, conforme discutido anteriormente, diante da ampliação do conceito de patrimônio, o termo "obra de arte" especificamente abordado na teoria de Brandi e outros autores desta vertente, foi substituído por "bens culturais": "ou seja, bens que, mesmo não sendo 'obras de arte', com o tempo adquiriram significado cultural, além de possuírem valor documental e uma configuração" (KÜHL, 2006b, p. 25). Esta configuração formal tem, de certo modo, uma estética embutida em si, e que deve ser considerada como a "instância estética" que atua em equilíbrio com a instância histórica.

As duas outras vertentes adotam posições que remetem à dualidade original das teorias de restauração: por um lado, a "conservação integral" atualiza as ideias de John Ruskin e outros autores como William Morris e Camillo Boito, e posicionam-se quanto à preservação do patrimônio de modo a privilegiar sua instância histórica, pois considera que o juízo crítico e

dialético entre as instâncias histórica e artística é sempre falível, uma vez que não há possibilidade de domínio pleno da história, logo, deve-se sempre optar em preservar o aspecto documental da obra, sem suprimir as suas estratificações. A obra é vista como primordialmente um documento histórico e a intervenção deve respeitar todas as fases do monumento ao longo do tempo, apenas procurando conservá-lo de modo a tratar patologias e prolongar sua existência. A instância estética do monumento é percebida como indissociável da instância histórica, de modo que, para os adeptos desta linha teórica, toda e qualquer alteração na imagem do monumento com vistas a uma reintegração da imagem é rejeitada[227]. No entanto, não exclui por completo nenhuma adição: considera que novas obras ou adições sejam tratadas como uma nova etapa na vida da obra, como o "novo", porém devem ser harmoniosos com o preexistente, sem incorrer em imitações ou mimetismos (KÜHL, 2006a, p. 13). Diferentemente do restauro crítico-conservativo, entretanto, não entende o processo de restauração e conservação de forma integrada. O restauro, como inovação criativa, não é entendido como um outro nível no processo de preservação do patrimônio, mas como prática completamente diversa da conservação, que deve se ater rigorosamente às condições da obra como ela está – inclusive em suas contradições. Nesta linha, embora seus princípios possam em alguns casos serem entendidos como muito radicais ou até mesmo questionáveis, as reflexões de seus autores[228] retomam ideias que remetem a Ruskin ou Riegl e suscitam novas reflexões sobre a historicidade e os limites da intervenção.

A terceira linha, conhecida como "hipermanutenção" ou "repristinação", adota a instância estética como preponderante, visando à reintegração da imagem do passado. Atualizando em certa medida alguns princípios propostos por Viollet-le-Duc, porém sem se descolar dos princípios contidos nas Cartas Patrimoniais, os adeptos desta linha propõem manutenção e integrações de modo a recompor uma imagem prístina[229], imaculada e íntegra de

[227] A reintegração de uma imagem tida como ideal, em dado período da história, pressupõe a rejeição da configuração formal do monumento em outras fases. Os adeptos da pura conservação partem da noção de algumas correntes historiográficas que questionam a possibilidade de se julgar objetivamente que determinadas fases sejam mais relevantes que outras, visto que o olhar de quem avalia está sempre sujeito às limitações do presente: "[os] juízos são sempre relativos, e o conhecimento do passado, além de ser limitado, é sempre uma construção de um presente histórico" (KÜHL et al., 2010, p. 212). Sendo assim, concluem que há menor risco em perdas significativas fruto de um julgamento questionável futuramente se o monumento for conservado do modo em que se encontra no momento de sua preservação.

[228] Ver KÜHL, 2006a; KÜHL et al, 2010.

[229] O termo *prístino* significa, segundo o dicionário Houaiss: original, antigo, "o que vem antes", inalterado, puro.

sua fase original – muitas vezes trabalhando por meio de analogia ou de mimetismo. Um dos autores desta linha é Paolo Marconi, que considera que a autenticidade numa obra de arquitetura se coloca de forma distinta de outras obras de arte, e que inevitavelmente o uso e a exposição às intempéries acabam por alterar a morfologia de um dado monumento ou conjunto urbano. Deste modo, considera-se que preservar o patrimônio consiste em transmitir às gerações futuras o legado de determinada obra, Marconi afirma que é impossível fazê-lo sem intervir na "pele" de um monumento, pois, caso contrário, os significados perdidos não atingem as novas gerações. Daí o entendimento de que o restauro deve ser um movimento contrário ao desgaste e à alteração, visando restabelecer a imagem inicial ao longo do tempo (CUNHA, 2010, pp. 39-40).

É importante ressaltar que, embora cada vertente faça uma interpretação distinta de conceitos de restauração (principalmente com relação à pertinência absoluta ou relativa de determinadas práticas ao campo da restauração enquanto ação cultural), todas "preconizam o respeito absoluto pelos aspectos documentais das obras e excluem, por completo, a possibilidade de reconstrução que, do ponto de vista da preservação e do ponto de vista histórico-documental, constitui um falso" (KÜHL et al, 2010, p. 213). As três correntes baseiam-se, antes de tudo, nos documentos e princípios que consideram que a preservação do patrimônio deve atender a princípios e práticas bastante específicos, no tocante ao respeito pelos aspectos documentais, materiais, estéticos, sociais e simbólicos. Apesar de não termos, aqui no Brasil, uma classificação e caracterização das diferentes posturas atuais de interpretar e intervir em um bem patrimonial, podemos afirmar que estas posições divergentes com relação à dupla polaridade histórica e estética também são percebidas.

> Apesar das diferentes linhas de pensamento, aquelas que são realmente calcadas na visão do restauro como ato de cultura, estão ancoradas na aquisição da consciência histórica e no respeito pelos aspectos documentais da obra, de sua materialidade e conformação, como transformadas pelo tempo, como modo de assegurar que os bens desempenhem, de modo legítimo e não deformado, seu papel memorial e simbólico. Isso ajuda a circunscrever um campo de pertinência das ações, separando daquilo que exorbita completamente das motivações e objetivos do restauro (KÜHL in MEURS; ROBLES, 2015, p. 57).

4.1.4. A formação do arquiteto restaurador

Conforme o campo disciplinar do restauro foi se consolidando, foram os arquitetos que lideraram as discussões, em termos de princípios, filosofia, definições legais e metodologias, por diversos motivos – em especial, o fato de que a própria noção de patrimônio surge em torno das ruínas e edificações vinculadas às antigas civilizações, seguidos pelo desejo de preservação das obras-primas da história da arte, como pintura e escultura. De acordo com Viñas (2005, pp. 71-74), entre a teoria e prática proposta por Boito e aquelas aplicadas aos objetos não-arquitetônicos, o intervalo chega a ser superior a 50 anos. Os edifícios, para Viñas, tiveram proeminência em função de sua presença visual e socialmente relevante no espaço cotidiano das pessoas, atuando tanto como símbolos de identidade como também desempenhando funções úteis na sociedade (VIÑAS, 2005, p. 73), e, ao início do despertar da consciência sobre a importância de sua conservação, eram os arquitetos os profissionais mais adequados para atuar sobre eles – tanto pela natureza teórico-prática de sua formação, como pelo próprio reconhecimento acadêmico e social da profissão, já bastante consolidado, com treinamento profissional específico.

Atualmente, os profissionais envolvidos e conduzindo muitas das discussões a respeito da preservação do patrimônio edificado são diversos: historiadores, antropólogos, sociólogos, geógrafos, arqueólogos, biólogos, químicos, críticos de arte, legisladores, advogados, museólogos, curadores, artistas plásticos, arquivologistas, fotógrafos, turismólogos, engenheiros civis, membros da Igreja, publicitários, designers, jornalistas, dentre inúmeros outros, com destaque, talvez, para profissionais específicos como conservadores e restauradores dos mais diversos suportes materiais, como pintura, escultura, acabamentos em madeira, etc. (VIÑAS, 2005, pp. 11-12). Viñas ressalta a importância de que a intervenção seja liderada por um profissional específico com domínio relativo na maior parte destes saberes que se interconectam, de modo a guiar os demais profissionais na condução dos trabalhos, e relata que em muitos países, a profissão de "conservador" é diferenciada destas outras formações aliadas, tendo sua própria formação específica, código de ética, e critérios para sua atuação. O autor é categórico ao afirmar que

> simplificando, os conservadores têm um conhecimento fortemente específico, que não é aplicável fora de seu campo. Profissionais de outros campos podem executar uma função nos processos de conservação, mas o fato que eles estejam trabalhando dentro

> do campo da conservação não os converte em profissionais de conservação efetivo (VIÑAS, 2005, p. 12, tradução nossa[230]).

No entanto, esta exigência para a formação específica não é ainda universal, aliás, tampouco é presente em todos os países. No caso brasileiro, não há a determinação de um profissional específico para a condução dos trabalhos da equipe que intervirá no monumento fora o arquiteto urbanista de formação, o que acarreta uma série de problemas no campo prático, pois, na inexistência da profissão específica de "conservador" e com a atuação de agentes multidisciplinares sobre um mesmo objeto, há muitos profissionais com enfoques, critérios, juízos de valor e entendimentos até mesmo contraditórios. Com isso, é frequente a existência de conflitos e críticas quanto aos resultados, pois as capacitações técnicas e os pontos patentes de uma formação específica não são, necessariamente, compartilhados por outro profissional atuando no campo. Mesmo nos cursos de formação mais específica para atuar no campo, seja em nível técnico ou já na pós-graduação, nos diversos programas ofertados para a capacitação de profissionais específicos da preservação do patrimônio, há uma diversidade de orientações – alguns cursos primam por um maior aprofundamento teórico, outros já direcionam para uma capacitação técnica para atuar na prática; alguns seguem uma linha mais voltada aos conceitos das ciências humanas, outros para a as ciências tecnológicas e naturais. A consequência disto é uma multiplicidade de abordagens, com resultados divergentes e até conflitantes entre si.

Seguindo a tradição do campo, os arquitetos chamam para si a atribuição de serem os profissionais responsáveis nas obras de intervenção física em edificações de valor histórico – legalmente, exige-se a atribuição de um arquiteto para assumir o projeto, considerado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU, criado em 2010) como área de atuação do arquiteto urbanista, de acordo com a Lei nº 12.378, de 2010[231]. A atuação específica nos

---

[230] *"Simply put, conservators have a strongly specific knowledge, which is not applicable outside of their field. Professionals from other fields may play a role in conservation processes, but the fact that they are working within the conservation field does not convert them into actual conservation professionals"*.

[231] A Lei no 12.378, de 2010, regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. De acordo com o texto, no parágrafo único, entre os campos de atuação no setor consta o item "IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades".
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12378.htm#targetText=LEI%20N%C2%BA%2012.378%2C%20DE%2031%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202010.&targetText=Regulamenta%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20Arquitetura,CAUs%3B%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em 22 abril 2016.

monumentos, em geral, fica a cargo do corpo técnico do órgão que promove o restauro – no entanto, principalmente nos órgãos municipais, é frequente que nem sequer exista um corpo técnico especializado que possa fiscalizar as obras realizadas, reduzindo o processo a avaliações feitas por senso comum.

Apesar de, no caso brasileiro, termos sido bastante pioneiros e vanguardistas em um primeiro momento de definição do que seria o patrimônio cultural brasileiro, com anteprojeto de lei de autoria de grandes intelectuais como Mario de Andrade[232] e Rodrigo Mello Franco de Andrade incluindo como patrimônio a ser preservado não apenas as obras monumentais arquitetônicas, mas também manifestações culturais intangíveis, desde os primeiros bens tombados, a preferência foi dada para o patrimônio material edificado e contou com a contribuição de muitos notáveis arquitetos brasileiros no avanço dos estudos sobre arquitetura brasileira, embasando as ações diretas nas edificações. O arquiteto Lucio Costa foi proeminente neste sentido, sendo responsável pela Divisão de Estudos e Tombamentos do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e sendo determinante no levantamento, registro e orientações sobre as intervenções físicas nos bens patrimoniais.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em seu portal na internet, relembra este papel histórico e se coloca, de forma determinante, a assumir este papel de profissional técnico responsável pela intervenção no patrimônio edificado:

> (...) a participação dos arquitetos e urbanistas é fundamental, particularmente quanto aos ambientes construídos ou bens edificados (edificações e espaços urbanos). A

[232] O intelectual paulista Mario de Andrade (1893-1945) foi convidado pelo Ministro Gustavo Capanema (Ministro da Cultura durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 a 1945) a elaborar o anteprojeto de lei que criaria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O texto de autoria de Mario de Andrade foi entregue em 1936, e englobava, em sua definição do escopo de atuação do novo órgão, as funções de "determinar e organizar o tombamento, sugerir a conservação e defesa, determinar a conservação e restauração, sugerir aquisição e fazer os serviços de publicidade necessários para a propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional" (CALABRE, 2017, p. 35). A noção de patrimônio definida pelo intelectual modernista era bastante alargada, e compreendia oito categorias: a arqueológica, a ameríndia, a popular, a histórica, a erudita nacional, a erudita estrangeira, as aplicadas nacionais e as aplicadas estrangeiras – e dentro de cada categoria, mais abrangência: no caso da arte popular, por exemplo, estariam previstos como patrimônio objetos móveis de pequeno porte, monumentos e edificações, paisagens e folclore. A dimensão da visão de Mario de Andrade era vanguardista em uma época em que, mesmo nas discussões internacionais, a ênfase era colocada primordialmente (quando não exclusivamente) em obras de arquitetura e urbanismo específicas, antecipando uma visão ampla e compreensiva do que seria cultura e, portanto, de valor patrimonial. Sua visão ambiciosa, porém, foi inviabilizada na prática por diversos motivos – a impossibilidade prática de implementação, seja por falta de recursos e profissionais capacitados ou por inviabilidade jurídica de criar um instrumento legal que contemplasse toda esta complexidade. Ver: CALABRE, 2017, pp. 35-36; FONSECA, 2005.

> graduação em arquitetura e urbanismo confere a capacitação técnica, teórica e prática, para atuação no campo dos recursos culturais, relativo aos bens edificados, monumentos, conjuntos urbanos e cidades históricas. (...)
>
> A importância da designação de arquitetos e urbanistas no campo dos acervos construídos é reconhecida por organizações internacionais relativas ao tema. Historicamente os arquitetos e urbanistas desempenharam papel determinante na conceituação do campo do patrimônio histórico e cultural e no desenvolvimento de metodologias e técnicas de preservação. Assim como na estruturação das organizações do poder público e da sociedade civil dedicadas a proteger e promover os bens históricos, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. (CAU[233], online).

A atribuição de ser o profissional tecnicamente responsável por conduzir intervenções físicas em monumentos históricos, inclusive, é pleiteada enfaticamente pela controversa Resolução nº 51[234], de 12 de julho de 2013, que define as atribuições profissionais exclusivas dos arquitetos urbanistas a partir do estipulado pela Lei nº 12.378, de 2010. Na Resolução, determina-se que os arquitetos têm atribuição específica em 6 áreas de atuação, vigorando entre elas a atuação na preservação do patrimônio histórico e artístico:

> IV - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL E ARTÍSTICO:
>
> a) projeto e execução de intervenção no patrimônio histórico cultural e artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;
>
> b) coordenação da compatibilização de projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico com projetos complementares;
>
> c) direção, condução, gerenciamento, supervisão e fiscalização de obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
>
> d) inventário, vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo e parecer técnico, auditoria e arbitragem em obra ou serviço técnico referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico;
>
> e) desempenho de cargo ou função técnica referente à preservação do patrimônio histórico cultural e artístico; f) ensino de teoria, técnica e projeto de preservação do patrimônio histórico cultural e artístico (CAU/BR, 2013, Artigo 2º, pp. 4-5).

---

[233] CAU Brasil. **O arquiteto e o patrimônio histórico.** 1 de novembro de 2016. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/o-arquiteto-e-a-preservacao-do-patrimonio-historico/. Acesso em outubro de 2017.

[234] A Resolução nº 51 entrou em vigor em 17 de julho de 2013, e dispõe sobre as áreas de atuação exclusiva dos arquitetos e urbanistas. Dentre as áreas elencadas como exclusivamente pertinentes ao arquiteto urbanista, estão as atividades relativas à atuação direta sobre o patrimônio histórico, bastando, para esta atividade, a graduação em Arquitetura e Urbanismo. O documento vem sendo contestado por diversas categorias profissionais. O texto está disponível para acesso no portal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/BR).
Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2012/07/RES51-2013ATRIB-PRIVATIVAS20-RPO-1.pdf Acesso em novembro de 2016.

A argumentação para justificar que esta área de atuação está dentro da especialidade do arquiteto e urbanista se dá a partir da constatação que tais saberes, que aliam conhecimento teórico-histórico das estruturas edificadas a uma prática específica da atuação no desenvolvimento de projetos técnicos e no canteiro de obras, fazem parte dos conhecimentos específicos que constam nas diretrizes curriculares dos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo[235], que preveem a obrigatoriedade de disciplinas voltadas à preservação do patrimônio construído[236]. A disciplina costumeiramente chamada de Técnicas Retrospectivas (com algumas variações entre as instituições) tem, em geral, carga horária de até 60 horas, o que consiste em um semestre de estudos pertinentes ao assunto. Como resultado, a formação resultante muitas vezes é insuficiente e superficial para efetivamente capacitar o egresso para a atuação profissional em restauro, por restringir-se a poucos meses de estudos e estes serem, na maior parte das vezes, pouco voltados a exercícios práticos, quer sejam de levantamentos ou propostas projetuais de restauro. Este tipo de projeto é drasticamente diferente do projeto arquitetônico comum, abordado em disciplinas de Projeto (ou Ateliê) que acompanham a formação do estudante ao longo de todos os cinco anos do curso. Mesmo o conhecimento teórico fundamental à prática é dificilmente abordado com consistência, sendo necessário o aprofundamento adequado em formações complementares após a graduação. Em relação à formação profissional específica no Brasil, Kühl tece uma crítica enfática:

> Apesar das décadas de existência de serviços de preservação no Brasil, não existe uma tradição consolidada de ampla formação de profissionais para atuar na área, havendo

---

[235] As diretrizes curriculares dos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo são definidas pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), que "é uma entidade sem fins lucrativos reconhecida por sua intensa e responsável atuação pela melhoria na qualidade de ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil" (ABEA, online). Fundada em 1973 e reformulada na década de 1980, "a entidade tem participado ativamente, junto ao Ministério de Educação – MEC, no processo de avaliação da qualidade do ensino superior do país contribuindo, de forma eficaz, na elaboração e aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo de acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e, inicialmente, em conjunto com a Comissão de Especialistas de Ensino de Arquitetura e Urbanismo – CEAU/SESu/MEC." Informações contidas no site da entidade, disponível em: http://www.abea.org.br/. Acesso em julho 2017.

[236] A Resolução nº 2 do Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, de 17 de junho de 2010, institui as diretrizes curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. No parágrafo 1º, consta que "A proposta pedagógica para os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverá assegurar a formação de profissionais generalistas, capazes de compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação à concepção, à organização e à construção do espaço interior e exterior, abrangendo o urbanismo, a edificação, o paisagismo, bem como a conservação e a valorização do patrimônio construído, a proteção do equilíbrio do ambiente natural e a utilização racional dos recursos disponíveis.". O parágrafo 4º, por sua vez, reafirma que o egresso dos cursos tenham formação que os capacite para atuar no campo da "conservação e valorização do patrimônio construído".
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces002-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em jan. 2017.

> discrepâncias dentro dos próprios serviços; tampouco existe um quadro suficiente de mão-de-obra e de empresas verdadeiramente qualificadas para trabalhar no setor, nem exigências legais efetivas para esse fim (...) Não se exige do profissional responsável pelo projeto e/ou pela obra uma especialização, ou ao menos experiência comprovada no campo da restauração, em que pese a existência de cursos de especialização no país, que não são, porém, em número suficiente para atender às necessidades. O restauro arquitetônico é campo de alta formação, em que deveria ser exigida uma preparação de pós-graduação, como ocorre na medicina (KÚHL, 2008, p.112).

Ou seja: para atuar como profissional responsável na elaboração de projetos de intervenção nos monumentos, sejam eles isolados ou dentro de um conjunto urbano, basta, legalmente, ser arquiteto e urbanista formado e com registro junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Nos editais específicos para obras de restauro, pode-se solicitar que as empresas concorrentes já tenham experiência e atuação no campo, porém não há regulamentação clara, por parte de qualquer órgão, quanto à comprovação da qualidade ou consistência desta atuação prévia. Como discutido anteriormente, há uma falta de clareza conceitual e das metodologias adequadas nas intervenções até mesmo dentro dos órgãos de salvaguarda (sendo gradativamente mais falho em nível municipal), demonstrando uma leitura pouco aprofundada ou mesmo uma ignorância completa da existência das orientações teóricas discutidas anteriormente neste capítulo. O resultado, na visão de Kühl, é um "cego empirismo, sem filiar as ações a um pensamento cientifico e aos preceitos éticos e deontológicos da restauração (...) como se fosse algo a ser resolvido meramente na prática" (KÜHL, 2008, p. 113).

Se já há uma ignorância expressiva quanto às especificidades do campo no que tange à ação do arquiteto, este cenário é mais problemático ao se levar em consideração valores e contribuições das outras áreas multidisciplinares que também atuam no campo – são frequentes os conflitos entre arquitetos e historiadores, por exemplo, fruto de desconhecimento dos princípios historiográficos ou antropológicos contemporâneos por parte dos arquitetos; assim como muitas vezes há dificuldades em compreender a natureza da intervenção consistente em monumentos por parte de outros profissionais, mesmo os que atuam no campo da prática (como empreiteiros, engenheiros, mestres de obras e demais profissionais do canteiro de obras) ou servidores públicos da burocracia institucional. Por outro lado, a "negociação", emprestando um termo polêmico utilizado por Salvador Muñoz Viñas (apud KÜHL, 2016), entre os diversos profissionais, o público, e os diversos valores em disputa é, frequentemente, interpretado pelos arquitetos – responsáveis pela intervenção física no monumento – como sendo excessivamente relativista, e, em muitos casos, abertamente contraditórios com a metodologia que deverá ser aplicada, a partir das premissas teóricas que orientam a intervenção (KÜHL, 2016, p.5).

4.2. O espetáculo e o tempo: a imagem que não envelhece

"(..) A conservação espelha o sempre presente desejo contemporâneo de viver uma vida longa, e parecer jovem durante toda ela"
(Watkins, 1989, apud VIÑAS, 2005, p. 171, tradução nossa[237])

Ao observar especificamente as intervenções realizadas em São Francisco do Sul, um dos aspectos que salta aos olhos é o tratamento da cidade enquanto imagem – sua *paisagem*, considerada o valor preponderante da sua condição patrimonial de cidade-documento. A paisagem clássica da cidade, com o conjunto de edificações incrustadas entre os morros ao longo da orla da baía, corporifica a definição de paisagem de Milton Santos (apud MARTINS, 2008, p. 12): "paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza".

Figura 55 – Vista aérea de São Francisco do Sul a partir da Baía da Babitonga.



Fonte: Secretaria de Turismo de São Francisco do Sul/SC – divulgação.
S/data ou autoria. Disponível em:
http://www.visitesaofranciscodosul.com.br/img/conteudo/images/_DSF1575%20Centro%20Hist%C3%B3rico.jpg. Acesso em junho 2019.

Conforme se percebe na Figura 55, e em outras imagens propagadas da cidade logo após a intervenção pelo Programa Monumenta, um aspecto que salta aos olhos é o vibrante colorido da cidade, potencializado pelo tratamento saturado das cores nas imagens de divulgação. O

[237] No original: *"For Watkins (1989), conservation mirrors the ever-present contemporary desire to live a long life, and to look Young throughout it"* (VIÑAS, 2005, p. 171).

apelo atrativo das casas coloridas potencializa esta paisagem clássica, destacada por Márcia Regina Romeiro Chuva e José Simões de Belmont Pessôa em seu estudo de tombamento[238]. Consiste, portanto, em uma paisagem cultural, no seu sentido mais recente, conforme definido na Carta de Bagé, documento nacional que trata desta categoria de patrimônio:

> A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todas os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (CARTA DE BAGÉ, 2007, Artigo 2[239]).

Os autores do Estudo de Tombamento reforçam que não há, em São Francisco do Sul, monumentos excepcionais pela sua relevância histórica e artística, no entanto, há um conjunto significativo e harmônico de exemplares de uma arquitetura menor com grande diversidade entre si. Nos principais edifícios, predomina a arquitetura eclética típica das primeiras décadas do século XX, muitas vezes com as influências nórdicas e germânicas comuns na região[240], sobretudo nos telhados inclinados que lhes confere uma verticalidade mais acentuada em relação aos edifícios com aspecto mais aportuguesado (CHUVA; PESSÔA, 1995). Este conjunto se estrutura ao longo de dois principais eixos de ocupação identificado pelos autores em sua análise urbana: a Rua Babitonga, à beira da praia; e, no quarteirão acima, o entorno da praça da Igreja Matriz e da Câmara Municipal, com maior presença de construções em estilo *art déco*. Por ocuparem níveis diferentes em relação ao mar, subindo as bases dos morros, a paisagem singular das casas configura uma relação volumétrica escalonada das casas, entre si e com a morfologia do terreno – o que foi habilmente percebido e mantido, até o momento, na restrição de novas construções no polígono tombado cuja volumetria fosse mais verticalizada e destoassem deste conjunto, segundo Dalmo Vieira Filho. A igreja, por suas dimensões maiores em relação às edificações de seu entorno e situada em um nível mais alto em relação à orla, se destaca em meio à paisagem, sendo percebida como elemento de destaque a partir da perspectiva do mar, principal porta de acesso à cidade até a virada do século XIX para o XX.

---

[238] O Estudo de Tombamento que dá embasamento à proteção legal do centro histórico pelo IPHAN foi analisado no capítulo anterior desta tese (seção 3.2.).

[239] Carta de Bagé, fruto de encontro científico promovido por diversas instituições – dentre elas o IPHAN – em 18 de agosto de 2007, na cidade de Bagé, RS. Disponível em: http://embarecr.com/cartas%20patrimoniais/documentos/Carta%20de%20Bage%20ou%20Carta%20da%20Paisagem%20Cultural.pdf. Acesso em agosto 2019.

[240] Uma vez que o porto de São Francisco do Sul foi porta de entrada de levas de imigrantes europeus que ocuparam os estados de Santa Catarina e Paraná, entre fins do século XIX e início do século XX.

Porém, por se tratar de um núcleo urbano mais marginal em relação às cidades mais ao norte, a igreja e mesmo o parcelamento do solo não recebeu um tratamento monumental ou linguagem arquitetônica rebuscada. A partir desta análise do conjunto, Chuva e Pessôa ressaltam e orientam que "mais do que as peculiaridades arquitetônicas, o cuidado com o *frontispício da cidade* deve estar presente nas intervenções futuras" (CHUVA; PESSÔA, 1995, p. 66-67, grifo nosso).

O cenário de São Francisco, portanto, não se destaca pela sua singularidade ou excepcionalidade, mas pela singeleza de sua paisagem marítima e por sua historicidade, como testemunho da ocupação do sul. Remete às pacatas cidades do interior e do litoral, pequenas e tradicionais, com suas construções que resistiram aos períodos de estagnação econômica e onde o tempo parece transcorrer mais lentamente. As edificações inexpressivas individualmente adquirem força visual em conjunto e integradas à natureza, configurando uma paisagem cultural atrativa pela sua beleza e pelo encanto bucólico da cidade antiga que se apresenta como refúgio da vida agitada das cidades maiores em seu entorno, que consiste primordialmente de cidades com vocação econômica industrial. Neste aspecto, o apelo visual da cidade se aproxima do conceito de *cidade-presépio*, apelido atribuído no início do século XX à cidade de Vitória, no Espírito Santo, devido à sua configuração formal, muito similar em suas características a São Francisco do Sul.

Conforme Peter Ribon Monteiro (2008, p. 16) elucida, o apelido "cidade-presépio" diz respeito à "semelhança explícita do desenho natural da cidade a um presépio, tanto pelos elementos presentes – ilhas, baías, canais, pedras, morros – quanto pela disposição e escala em que estes se apresentam". O autor destaca que a "modéstia" da cidade seria outro elemento que condiz com a analogia simbólica do presépio, "onde nenhum elemento parecia se sobrepujar a outro, mas sim contribuir, numa espécie de dependência, para o destaque total do conjunto" (MONTEIRO, 2008, p. 16). Aliás, o autor reforça que a simbologia do presépio não se limitava ao desenho natural da cidade de Vitória, mas se estendia "à própria imagem construída da cidade, pois, se esta não conseguia se destacar por algo famoso ou maior (uma obra ou um conjunto de obras de determinado estilo)" (MONTEIRO, 2008, p. 17), a sua configuração formal e visual indicavam as referências simples da sua própria história, e por extensão, à história e o modo de vida tradicional do Brasil. De modo análogo, a alcunha de cidade-presépio – tanto por suas características arquitetônicas e geomorfológicas, como pelo modo de vida modesto e

pacato – poderia ser atribuída também ao centro histórico de São Francisco do Sul, assim como a outras pequenas cidades antigas, como um marcador identitário.

A cidade de Vitória passou, a exemplo de São Francisco do Sul, por um período de estagnação, sem grandes alterações urbanas em sua morfologia (MONTEIRO, 2008, p. 26), consolidando uma paisagem facilmente reconhecível, com limites demarcados por uma encosta de morros que protegia a parte antiga da desfiguração provocada por sua posterior expansão e desenvolvimento. São Francisco do Sul experimentou processo similar em seu desenvolvimento ulterior: os morros que delimitam o centro histórico protegeram o núcleo histórico de transformações drásticas por impedir sua expansão. Assim, a cidade fragmenta-se, com os eixos de expansão e modernização se estendendo por trás do morro da Caixa d'Água, gerando a nova centralidade identificada em torno da Avenida Barão do Rio Branco[241], além de um eixo de desenvolvimento urbano atual ao longo da rodovia que liga o continente ao porto. Com a iminente construção dos novos portos na região, este eixo tende a desenvolver-se cada vez mais para o interior da ilha, sem que as transformações atinjam o centro histórico – salvo pelo aumento da perda de vitalidade em função do deslocamento de atividades e consequente abandono de edificações. Jacques (2003) descreve este processo de fragmentação, provocado pela tensão entre preservar o antigo e construir o novo de modo simultâneo, como um fenômeno contemporâneo das nossas cidades, intensificado pelos instrumentos do planejamento estratégico.

As intervenções realizadas pelo Programa Monumenta, e as propostas correntes de implementação de equipamentos de lazer visando à realização do objetivo de estimular sua vocação turística como centro regional de lazer ou cultura, reforçam esta construção identitária de cidade-cenário histórica, a exemplo de tantos outros destinos no Brasil. É o caso das cidades históricas mineiras, como Tiradentes; ou mesmo outras cidades contempladas pelo mesmo Programa Monumenta, como Natividade, no Tocantins; Laranjeiras, no Sergipe; ou Icó, no Ceará. As propostas de atividades atrativas aos turistas, na maior parte regionais, e o tratamento dado às suas construções tendem a repetir um padrão, tanto estético quanto funcional. Apesar de não serem *disneyficadas* com a mesma intensidade que destinos turísticos internacionais descritos no Capítulo 2, por exemplo, não deixam de ser um tipo de simulação de um ideal: a

[241] Conforme descrito no capítulo 3 (seção 3.4.2) deste trabalho. Para visualizar a localização da Avenida Barão do Rio Branco em relação ao centro histórico, ver figura 33.

idílica "cidade-museu" (JACQUES, 2003), aparentemente congelada no tempo como forma de resistência cultural à descaracterização das transformações urbanas, porém modernizadas e dinâmicas em seu comércio, serviços e infraestrutura voltados para o visitante de fora da cidade. Paola Berenstein Jacques identifica esta tendência como uma das abordagens do pós-modernismo na arquitetura e urbanismo[242]:

> A corrente mais conservadora, pós-modernista tardia ou neoculturalista, radicaliza a preocupação pós-moderna com as culturas preexistentes e preconiza a petrificação ou o pastiche do espaço urbano, principalmente de centros históricos, provocando tanto uma museificação e patrimonialização quanto o surgimento da cidade-parque-temático e da *disneylandização* urbana, exemplos típicos da cidade-espetáculo (JACQUES, 2003, p. 33).

Os instrumentos do planejamento estratégico, considerado por Rogério Proença Leite como um "eufemismo acanhado para *gentrification* e espécie de onda neoconservadora do urbanismo" (LEITE, 2007, p. 71), "articulam essa dimensão do consumo à tradição e ao patrimônio quando revalorizam localidades (...) [tratando] a intervenção como uma forma de recuperar um espaço urbano enquanto 'espaço público' de lazer, entretenimento e consumo da população" (LEITE, 2007, p. 22). O objetivo é construir uma imagem identitária (*image-making*), reificada, que – associada com renovações urbanas e práticas turísticas e de consumo – atribua uma "aura" singular ao espaço histórico, contribuindo para o *city marketing* e para a atração de visitantes ávidos em vivenciar uma experiência agradável e diversa do seu cotidiano, impulsionando a economia local por meio do consumo e do lazer nos espaços do cotidiano. "A imagem de um lugar corresponde ao conjunto de crenças, ideias, impressões e expectativas que se têm acerca desse lugar. As imagens são uma simplificação de um vasto número de associações e de fragmentos de informações ligados a um lugar" (PEIXOTO, 2000, p. 103). A respeito disso, as ideias de Proença confluem com os trabalhos de Paola Berenstein Jacques, que comenta que na lógica contemporânea do consumo cultural das cidades, o patrimônio como expressão cultural passou a ser considerado como uma "imagem de marca ou grife de entretenimento", uma ferramenta para a construção de uma "imagem singular de cidade" (JACQUES in JEUDY, 2005, p. 9). Jacques identifica que nas políticas e na lógica de

[242] A autora considera que esta abordagem convive simultaneamente em oposição radical à tendência das cidades genéricas (na acepção de Rem Koolhaas), frutos da mesma racionalidade do espetáculo urbano da contemporaneidade, e muitas vezes promovidas pelos mesmos atores e pelas mesmas ferramentas de planejamento estratégico. O resultado são as cidades fragmentadas contemporâneas. Ver: JACQUES, 2003.

planejamento estratégico urbano atuais há uma intenção clara de se voltar para o consumo turístico e tratar o patrimônio urbano principalmente como uma questão de marketing.

Estas ações são empreendidas pela indústria do turismo e empresas privadas atuando em parceria com o poder público (LEITE, 2007, pp. 73-78), como foi o caso do Programa Monumenta/BID[243], e vêm sendo tendência na maior parte dos países, independentemente de suas diferenças culturais ou econômicas, demonstrando um "processo planetário de banalização e estandardização das sociedades e de seu meio" (CHOAY, 2001, p. 223). Convém destacar que é evidente que o alcance e a profundidade do fenômeno não é o mesmo por todos os países, assim como não o é mesmo entre as cidades de um mesmo país. Comparar o tratamento do patrimônio cultural de São Francisco do Sul com a Disneylândia ou com grandes destinos turísticos internacionais parece um disparate; e até mesmo a comparação com experiências brasileiras, como Salvador, também não pode ser feita de modo literal e absoluto. Porém, existem pontos em comum no entendimento do papel e da natureza do patrimônio conservado, que revelam tendências.

O que se propõe identificar aqui é um aspecto mais sutil: como a sociedade contemporânea, seja ela europeia ou francisquense, entende o patrimônio conservado? Qual é o destino e a função atribuída a estes espaços preservados? Por esta perspectiva, independentemente da disponibilidade dos recursos financeiros, do poder atrativo da localidade e do fluxo turístico, em comum há: a) um "ideal" imagético de patrimônio preservado, com aparência repristinada, geralmente com aparência atraente, vibrante, prazerosa e típica de "cartão postal"; b) o entendimento de que os conjuntos históricos têm vocação para o turismo, para atividades culturais e de lazer. Neste sentido, e guardadas as devidas proporções e particularidades de cada sítio histórico, percebe-se que as ações que produzem conjuntos de edificações coloridas e iluminadas, sem sinais da passagem do tempo, e que abrigam atividades turísticas, culturais e de consumo como motor de desenvolvimento local têm sido a norma, tanto em esfera global quanto nacional. O espetáculo, portanto, se realiza: as imagens idealizadas da cidade-produto acabam por ter primazia sobre a realidade do espaço, com sua trajetória pelo tempo, com suas dinâmicas sociais, com sua vitalidade própria.

---

[243] Leite destaca especificamente que, no plano institucional no Brasil, as políticas oficiais de preservação alinham-se à lógica do enobrecimento, destacando como exemplo desta concepção a parceria entre o Ministério da Cultura e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que criou o Programa Monumenta (LEITE, 2007, p. 75).

> É neste cenário, de mudança na natureza da identidade simbólica, marcado por um processo de hierarquização e competição crescente entre lugares e pela maior importância que a representação assume em relação ao próprio objeto que representa, que a gestão estratégica das imagens das cidades se torna relevante (PEIXOTO, 2000, p. 102).

Retomando as discussões anteriores, portanto, verifica-se uma tendência a privilegiar o tratamento das edificações como imagem e matéria, frequentemente oscilando entre o privilégio de uma visão idealizada de um suposto "estado original", retomando ideias extemporâneas de Viollet-le-Duc, ou "modernizando" as edificações de forma lúdica e criativa, inserindo novas cores e acabamentos, elementos contemporâneos e alterando seus usos, sob o discurso de revitalização e reapropriação dos edifícios antigos.

4.2.1. A primazia do "estado original"

Desde as propostas intervencionistas na gênese nos debates sobre restauração ainda no século XIX, até a discussão atual a respeito do patrimônio como espetáculo e mercadoria na contemporaneidade, a dicotomia entre o objeto material – com toda a sua passagem pelo tempo – e a sua imagem idealizada persiste, com amplas discussões nas mais variadas perspectivas deste campo complexo e multidisciplinar. São questões complexas: por um lado, filosoficamente, trata-se da dualidade entre o objeto e seu simulacro, entre o real e o espetáculo, entre o tangível e o intangível, tão presente nos questionamentos das últimas décadas. Por outro lado, quanto ao seu valor enquanto patrimônio, reflete as tensões inerentes entre suas instâncias históricas e estéticas, como descreve Brandi; e entre os valores paradoxais de antiguidade e novidade, na acepção de Riegl. A matéria envelhece, desenvolve patologias, sofre alterações e adaptações ao longo do tempo, acumula a pátina do tempo; mas sua imagem idealizada, não. Esta permanece intacta e em plena completude, seja no seu suposto "estado original" e na sua integridade estilística; ou modernizada, integrando o antigo e o novo de modo com que sua referência ao passado seja expresso meramente pela linguagem de seus elementos arquitetônicos, e não pela aparência de historicidade da matéria em si. Ironicamente, é a interpretação extemporânea (e, vale dizer, simplificada) de Viollet-le-Duc, uma das primeiras teorias a se consolidar no campo há dois séculos e que iniciou um longo processo de concatenação de ideias e propostas metodológicas cada vez mais complexas, que parece se

perpetuar no entendimento comum como a própria definição de restauro. Basta, para aferir isso, buscar as definições de restauro em portais de internet ligados ao mercado da construção civil, em que frequentemente se vê *restauração* definida como uma intervenção que "devolve o edifício ao seu estado original", contrariando diretamente os princípios sedimentados nos artigos 9º e 11º da Carta de Veneza – algo que, como foi discutido anteriormente, não se distancia muito das práticas chanceladas pelos próprios órgãos de salvaguarda.

A defesa de um suposto "estado original" nas edificações, em detrimento de uma avaliação crítica do seu valor histórico (analisando a pertinência dos acréscimos e adições, além das alterações em seu aspecto como manifestações da própria historicidade da obra) e de seu valor artístico, tem como resultado frequentes fabricações de um ideal originário. Há, porém, que se ressaltar que conciliar e equilibrar criticamente a dupla polaridade histórico-estética de um bem patrimonial não é, é claro, tarefa fácil, como reconheceu Paul Philippot, que considerou esta tensão justamente "o coração do problema da restauração" (1996, apud VIÑAS, 2005, p. 68). Parece ser mais simples recorrer ao "restauro estilístico positivista" de Viollet-le-Duc, em que o domínio do repertório estilístico originário e dos procedimentos científicos permite refazimentos por "analogias tipológicas", prática que perdura até os dias de hoje, e "se esforça para abolir os efeitos do tempo decorrido para restabelecer a unidade da obra primitiva" (PHILLIPOT in MEURS; ROBLE, 2015, pp.8-9, tradução nossa[244]).

Viñas afirma que a maior parte destas fabricações no patrimônio são feitas de forma não-intencional e muitas vezes sequer são percebidas como fabricações, até por essas práticas serem consideradas de fato uma maneira de conservar. É o caso da atitude de "reivindicar precedência" (conceito tomado de Lowenthal[245], que trata da atribuição de autoridade às conformações físicas mais antigas, ou, idealmente, "originais"), cuja consequência, segundo Viñas, seria a "frequente destruição de algumas características de um objeto para que as mais antigas sejam exibidas" (VIÑAS, 2005, p. 112-113). Apesar de autores como Boito e Brandi terem preconizado o respeito pelas diversas estratificações do monumento, e esta noção ter sido sedimentada na Carta de Veneza ("as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar

[244] No original: *"l'autre [forme] s'efforce d'abolir les effets du temps écoulé pour rétablir l'unité de l'oeuvre primitive"* (PHILLIPOT in MEURS; ROBLE, 2015, p. 9).

[245] Do livro *Fabricating Heritage* (1998), apud VIÑAS, 2005, p. 112.

no curso de uma restauração" (CARTA DE VENEZA, Artigo 11º), a prática.de justificar a eventual retomada de uma configuração formal original é bastante presente. Em uma sociedade presentista, acelerada e imediatista, em que a percepção do tempo se aplaina, parece fazer sentido que o passado se funda ao presente de modo que as linguagens e técnicas arquitetônicas de vários períodos convivam, porém sem que haja a expressão da profundidade temporal. Se, para Ruskin, no século XIX a pátina, definida por ele como a "mancha dourada do tempo" (RUSKIN, 2008, p. 68), as marcas e os desgastes produzidos pelo tempo eram o que conferiam à arquitetura seu caráter pitoresco, ou seja, "próprio para se tornar o tema de uma pintura" (RUSKIN, 2008, p. 71), atualmente temos outra situação: é o apelo visual lúdico, iconográfico e vibrante das construções antigas, cuja imagem é frequentemente manipulada por filtros e ajustes, que faz delas próprias para se tornarem temas de fotografias – quer sejam cartões postais, ou postagens com muitas curtidas nas redes sociais.

Estaria, portanto, o valor de antiguidade, que Alois Riegl definiu como sendo uma espécie de reverência, o reconhecimento de um efeito estético provocado pela "dissolução da obra humana, pelas forças mecânicas e químicas da natureza" (RIEGL, 2014, p. 52), o aspecto inatual da decomposição da superfície, do desgaste de ângulos e cantos, diminuindo sua apreciação universal? Ou será que este valor sempre foi – e continua sendo – sobrepujado pelo valor de novidade ou por uma versão deturpada do valor histórico, na terminologia deste autor? Apesar de editado no início do século XX, o livro *O culto moderno dos monumentos* de Riegl permanece como um diagnóstico bastante preciso das tensões e dificuldades na atuação prática sobre os monumentos, oferecendo ferramentas para compreender as múltiplas formas de atribuição de valor quanto ao tempo a um monumento. Riegl afirma que "o valor de antiguidade (...) tem sobre os outros valores ideais da obra de arte, a vantagem de poder ser partilhado por todos e ter validade para todos, sem exceção" (RIEGL, 2014, p. 54), e afirma que, do ponto de vista do valor de antiguidade, a intervenção arbitrária no monumento, para fins de acrescentar, reduzir ou restituir o que foi perdido com o desgaste do tempo devem ser absolutamente evitados. Como exemplo da apreciação universal do valor de antiguidade, Riegl menciona o reconhecimento das ruínas como algo pitoresco. As ruínas, como manifestação do pitoresco e do sublime, foram primeiramente discutidas no contexto do Romantismo, a exemplo das páginas dedicadas a estas questões na *Lâmpada da Memória* de John Ruskin. O valor de antiguidade manifestado pelas ruínas e a reflexão que essas suscitam encontra amparo até os dias de hoje, porém "a contemporaneidade parece oscilar entre o fascínio pelos vestígios de obras passadas e o temor de simplesmente conviver com estas marcas do tempo" (BAETA;

NERY, 2017, p. 219). Andreas Huyssen menciona a relação da ruína com a nostalgia onipresente da sociedade contemporânea:

> Desde o século XVII europeu, com a emergência de um novo sentido de temporalidade, cada vez mais caracterizado pelas assimetrias radicais de passado, presente e futuro, a nostalgia como saudade de um passado perdido evoluiu para a moderna doença em si (...) Mas o anseio nostálgico do passado também é sempre uma saudade de outro lugar. A nostalgia pode ser uma utopia às avessas. No desejo nostálgico, a temporalidade e a espacialidade estão necessariamente ligadas. A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia (...) Essa obsessão contemporânea pelas ruínas esconde a saudade de uma era anterior, que ainda não havia perdido o poder de imaginar outros futuros (HUYSSEN, 2014, p.91).

Entretanto, Huyssen faz uma distinção importante sobre o caráter das ruínas desde meados do século XX. Dentro da cultura da memória e da nostalgia das últimas décadas, as ruínas apreciadas atualmente são diversas do que ele denomina "ruínas autênticas", aquelas que têm como essência a sua "decadência, erosão e retorno à natureza" (HUYSSEN, 2014, p. 95).

> As 'ruínas autênticas', tais como ainda existiam nos séculos XVIII e XIX, parecem já não ter lugar na cultura de mercadorias e memória do capitalismo avançado. Na condição de *commodities*, as coisas em geral não lidam bem com envelhecimento. Tornam-se obsoletas e são descartadas ou recicladas. Construções são demolidas ou restauradas. A probabilidade de as coisas envelhecerem e se transformarem em ruínas diminuiu na era do capitalismo acelerado (HUYSSEN, 2014, p. 96).

Assim, vemos as ruínas serem reconstruídas e reconstituídas de modo a serem novamente úteis e funcionais, em intervenções esteticamente discutíveis. Betânia Brendle (2017), ao analisar as obras no âmbito do Programa Monumenta em Laranjeiras, Sergipe, apresenta e discute exemplos de intervenções que reconstituíram a volumetria de edifícios em avançado estado de arruinamento, como é o caso do Teatro São Pedro e edifícios do campus da Universidade Federal do Sergipe.

> Em Laranjeiras, palco de uma insólita intervenção do IPHAN para a "reconstituição da volumetria perdida" das ruínas do antigo Teatro São Pedro, a atuação do órgão tem se caracterizado pela impropriedade de intervenções empíricas e arbitrárias em edificações e ruínas de interesse patrimonial na cidade tombada, sem a realização de pesquisas arqueológicas prévias ao início das obras e destruidoras dos extratos arquitetônicos remanescentes através da persistência da reconstituição do suposto estado original dos edifícios deteriorados e arruinados, agravado pela baixíssima qualidade dos projetos de restauração e de arquitetura (BRENDLE, 2017, p. 17).

Brendle destaca que as ações na cidade seguiram o receituário de "reconstrução acrítica das ruínas arquitetônicas respondendo plenamente ao ideário normativo oficial de reconstituições estilísticas e integrais do IPHAN" (BRENDLE, 2017, p.20), que, segundo a autora, produziu pastiches imitando a gramática da arquitetura passada, de forma estilizada, em busca de uma suposta unidade estilística. As soluções projetuais e construtivas destas intervenções apresentadas neste estudo são inegavelmente similares à reconstituição de ruínas do Portal Turístico de São Francisco do Sul, com resultados que indicam uma tendência de atuação. De forma similar às intervenções empreendidas em Laranjeiras, as ruínas do Portal Turístico foram reconstruídas buscando reintegrar sua volumetria original e com traços estilísticos suavizados, resultando em uma arquitetura empobrecida, pouco criativa nas soluções adotadas, de baixa qualidade estética e ambiental.

Baeta e Nery (2017, p. 220) discutem, contudo, que atualmente há uma diversidade de modos de intervir em ruínas, que vão desde ações cautelosas de higienização e estabilização, que permitem ainda a percepção da passagem do tempo, até as reconstruções e reconstituições que recolocam a edificação em um limbo temporal que não se percebe como sendo nem pertinente ao passado, e nem ao presente. Estas últimas costumam ser apresentadas como uma solução aparentemente fácil e popular para aplacar a dor da perda (especialmente em função de episódios traumáticos, como guerras ou tragédias naturais), como foi o caso da reconstrução de Varsóvia, arrasada pelos bombardeios da 2ª Guerra Mundial, ou a reconstrução imagética da igreja matriz de São Luiz do Paraitinga, na Serra do Mar paulista, destruída por uma enchente de grandes proporções. Em seu estudo, Baeta e Nery (2017) identificam cinco posturas diferentes: intervenções que apenas conservam, consolidam ou estabilizam as ruínas, em conjunto com discretos acréscimos contemporâneos; ruínas escavadas que expõem fundações de antigos edifícios; recuperação da volumetria exterior dos edifícios arruinados, conservando os fragmentos da antiga ruína no interior da edificação; criação de nova arquitetura a partir das ruínas preexistentes; e as intervenções que reconstroem o edifício ou conjuntos urbanos a partir das ruínas. As soluções diversas apresentadas demonstram a atualidade do valor de antiguidade na apreciação estética das ruínas em boas soluções arquitetônicas, desde que mediante a integração em uma nova arquitetura respeitosa, que não considere o tempo como reversível e não recorra às soluções fáceis e previsíveis do pastiche.

No seu mesmo texto, porém, Riegl esclarece estes problemas contemporâneos ao pontuar que o valor de novidade, em via oposta ao valor da antiguidade, é aquele que reconhece na integralidade de forma e cor dos objetos novos, na sua gênese, "um valor elementar de arte" (RIEGL, 2014, p. 50). Em objetos novos, a decomposição ou incompletude provoca no observador uma aversão. Em objetos antigos, esta integralidade vai se perdendo por efeito do tempo, levando a um conflito: intervir ou não? "O valor de novidade é, de fato, o adversário mais temível do valor de antiguidade" (RIEGL, 2014, p. 71), e "um monumento com traços de degradação deve satisfazer ao querer da arte moderno, faz-se necessário que os traços da degradação sejam eliminados, ganhando a obra o aspecto do original pela reconstrução de sua forma e cor" (RIEGL, 2014, p. 70). À luz desta reflexão, há pertinência na discussão contemporânea acerca das réplicas e reconstruções, conforme Lowenthal: "Frequentemente confundida com as originais, cópias e réplicas podem ser preferidas a elas por sua completude, seu frescor, ou sua conformidade com o gosto e expectativas modernos" (LOWENTHAL, 2015, p.20, tradução nossa[246]).

De forma bastante crítica, Riegl já considerava, no início do século XX, que o valor de novidade era equivalente ao valor de arte "das grandes massas com pouca cultura (...) a massa sempre apreciou o que obviamente parecia novo. Ela prefere enxergar nas obras humanas a força criativa e vencedora do homem, ao invés da força destruidora e inimiga da natureza" (RIEGL, 2014, p. 71). O autor pontua que o valor de atualidade surge da satisfação de necessidades sensíveis, como os valores práticos e utilitários, em detrimento dos valores de arte – e o próprio valor de arte é relativo e não eterno, pois varia constantemente de sujeito para sujeito, e de momento para momento (RIEGL, 2014, p. 35). "O antagonismo entre o valor de novidade e o de antiguidade é o ponto central da controvérsia que, hoje em dia, apresenta as formas mais severas em relação à conservação dos monumentos" (RIEGL, 2014, p. 72) e ressalta que a visão da grande maioria sobre o monumento que ainda possui valor utilitário preconiza que este se apresente "jovem e forte, apagados os traços da idade, da decomposição do fraquejar das forças" (RIEGL, 2014, p. 72), reforçando um ideal de que o novo é tido, ao longo de toda a história, como um valor absoluto e eterno. Aliás, interessante é a conclusão de Riegl a respeito das intervenções que visam recuperar a aparência de integralidade e o "estado original" do monumento:

---

[246] No original: *"Frequently mistaken for originals, copies and replicas may be preferred to them for their completeness, their freshness, or their accordance with modern taste and expectations"* (LOWENTHAL, 2015, p.20).

> Qualquer coisa que se assemelhasse ao original, mesmo sendo uma invenção moderna, parecia mais satisfatório ao culto do valor histórico (...) A essa tendência do valor histórico, o culto do valor de novidade associou-se de tal forma que o original que se pretendia reconstruir deveria apresentar uma visão de integralidade, acreditando-se que qualquer acréscimo alheio ao estilo original seria uma quebra da integralidade ou um sintoma de degradação. Resulta daí o postulado da unidade de estilo, que levou a que não apenas devessem ser eliminadas as partes acrescentadas a posteriori em outro estilo, mas também à renovação do monumento em uma forma adaptada ao estilo original. Pode-se dizer, com razão, que a conservação de monumentos no século XIX é fundamentada essencialmente nos postulados da originalidade de estilo (valor histórico) e da unidade de estilo (valor de novidade) (RIEGL, 2014, p. 75).

Neste trecho, Riegl menciona outro valor relativo à memória, nos monumentos, que traz algumas complexidades em sua atuação: o valor histórico. Riegl define o valor histórico como a apreciação intelectual da engenhosidade humana, ao reconhecer em um artefato as habilidades técnicas e artísticas de uma determinada civilização ou período.

> O valor histórico de um monumento resulta, para nós, do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana. O valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e alterações parciais. Isso vale tanto do ponto de vista histórico-artístico como do ponto de vista histórico-cultural, e ainda mais do ponto de vista cronológico" (RIEGL, 2014, pp. 55-56).

No entanto, Riegl ressalta que, apesar dos sinais de degradação serem negativos pelo ponto de vista do valor histórico, estes são o principal fator do valor de antiguidade. Logo, o autor conclui que, do ponto de vista do valor histórico, o "apagamento" de sinais de deterioração não deve nunca ser feito no monumento original, o qual deve ser *conservado* o mais autêntico possível, até uma "futura restituição histórico-artística" em forma de uma restauração criteriosa, relegando a reconstituição da integridade do objeto a cópias ou descrições. Aqui, Riegl pontua o que mais tarde seria reforçado pela teoria brandiana e pela própria Carta de Veneza, ao enfatizar que "todas as conjecturas e restituições humanas estão sujeitas a erros subjetivos e, por isso, o documento deve ser conservado o mais intacto possível, como único objeto dado como certo" (RIEGL, 2014, p. 56), indicando a necessidade de possíveis intervenções restitutivas serem excepcionais, e, se inevitável que ocorram, sejam sempre muito bem fundamentadas. Ou seja: mesmo do ponto de vista do valor histórico, para Riegl não se justifica um suposto retorno ao estado original, visto que o autor ressalta que "o culto do valor histórico deve zelar pela manutenção dos monumentos no seu estado atual" (RIEGL, 2014, p. 57); assim como não há, de forma alguma, justificativa para a reconstrução de ruínas. De acordo com o autor, mesmo "nos

casos de restaurações que impliquem alterações de forma e cor, raramente serão aceitos. O culto de antiguidade, nesses casos, é muito mais sensível do que o culto histórico" (RIEGL, 2014, p. 61).

Riegl trata do contexto da passagem do século XIX para o XX, mas atualmente o quadro descrito parece ter se agravado. Afinal, se considerarmos que a "força criativa e vencedora do homem" se expressa por meio da técnica e da tecnologia cada vez mais avançada que reabilita e recria, com exatidão cada vez mais precisa, o que se perdeu pelo tempo, poderíamos dizer que o "querer da arte" (*kunstwollen*) moderno tem se voltado, cada vez mais, para os valores de novidade ou para uma versão sanitizada do valor histórico, em que o aspecto antigo é reconhecido como tal apenas como imagem, por sua aparência intacta e reconstituída, do que por sua pátina? Ou através do jogo de contrastes entre o antigo e as adições contemporâneas, ou mesmo nas réplicas e reconstruções? Podemos considerar que o valor de novidade chegou inclusive à ruína, que pode ser reconstruída "cientificamente" e se tornar novamente útil por meio da tecnologia e da sua destinação a atividades culturais e turísticas?

A maneira com que o edifício cultural é trabalhado reside na própria essência do espetáculo: a imagem é reificada em detrimento do objeto em si. Ou seja, a construção histórica precisa atender a uma expectativa quase mítica – a admiração, o culto, dos espectadores não se dirige necessariamente à construção de tijolos ou pedras: a sua presença física serve apenas para demonstrar a existência real da aparição, da sua imagem reificada. No entanto, o tempo é inexorável. Basta, como no caso de São Francisco do Sul (em que o sal da maresia acelera o processo de degradação), descuidar da conservação por poucos anos e logo se percebe a inexorável presença do tempo deixando suas marcas nas edificações, que logo perdem seu valor de novidade e passam a ser percebidas como deterioradas e obsoletas, o que suscita o questionamento a respeito das espetaculosas iniciativas pontuais de recuperação do patrimônio, movimentando recursos vultosos, como foi o Programa Monumenta: até que ponto as ações se mostram, de fato, sustentáveis e duráveis?

4.2.2. Diretrizes teóricas sobre tratamento de superfícies

O tratamento de superfícies é frequentemente ignorado ou relegado a uma posição de menor importância nas intervenções em edificações históricas. Em muitos casos, embora haja uma preocupação criteriosa com a conservação do edifício em outros aspectos, como o rigor na recuperação da estrutura ou de sua volumetria, o acabamento que se dá à superfície da construção muitas vezes é tratado de forma mais superficial e lúdica, voltado para a criação de uma imagem idealizada e consumível do bem restaurado. Aliadas a recursos de iluminação e paisagismo, intervenções como pinturas brilhantes e coloridas fazem com que a imagem de um monumento seja reduzida a uma cenografia agradável – o "cartão postal" da localidade. Como Kühl alerta,

> Os sinais de transcurso do tempo são cada vez menos apreciados na atualidade. Com essa tendência à renovação e à pasteurização de superfícies, muito se perde da riqueza e da vibração resultantes dos próprios métodos de execução tradicionais de argamassas e de pinturas (...) Deve-se lembrar que o objetivo de uma restauração não é oferecer uma imagem do passado facilmente consumível, simplificada de forma grosseira, para se tornar mais palatável ao gosto massificado (KÜHL, 2008, p. 231).

Verifica-se em diversos estudos, brasileiros e estrangeiros, uma avaliação frequente de que a prática da restauração parece considerar que o tratamento das superfícies é uma questão secundária na intervenção, sendo tratada de forma massificada e padronizada, repetindo modelos já familiares – a despeito das particularidades do próprio monumento, torna-se o próprio patrimônio, baluarte da identidade, contraditoriamente em um não-lugar (AUGÉ, 2012). Henri-Pierre Jeudy, por exemplo, avalia que

> nos centros históricos, os bairros restaurados e as fachadas rebocadas com suas velhas insígnias evocam a cidade perdida, uma cidade mítica da qual não mais encontraremos, olhando ao acaso, os poucos vestígios ainda escondidos, pois foram todos recuperados. A limpeza dos monumentos, desses edifícios urbanos que representam a história da cidade e sua inscrição no tempo, não faz senão consagrar o poder da uniformização patrimonial (JEUDY, 2005, p. 81).

Apesar da intensa problematização do tratamento estetizante, simplificado e homogêneo das edificações e da paisagem urbana histórica, cujos objetivos são voltados principalmente ao consumo turístico, é paradoxal perceber que muitas das intervenções com esta natureza são orientadas ou mesmo promovidas pelos órgãos de salvaguarda do patrimônio. No caso do Brasil, as críticas questionam as orientações do IPHAN com relação à natureza de repinturas em fachadas de imóveis dentro de conjuntos urbanos históricos (BRENDLE, 2012), em especial

a partir da experiência da revitalização do Pelourinho, em Salvador, que se tornou referência para a intervenção em uma série de outros centros históricos contemplados por projetos como o Monumenta. Discutindo o caso específico do tratamento espetacularizado em João Pessoa (PB), com participação e anuência do IPHAN, Brendle relata: "À exemplo do Bairro do Recife e do Pelourinho, o novo centro antigo de João Pessoa foi objeto de intervenções epidérmicas e cenográficas que tratavam muito mais a imagem das edificações do que sua recuperação física sendo transformado em polo turístico de consumo, bares e usos afins" (BRENDLE, 2012, p. 9).

Apesar dos questionamentos suscitados, pontualmente, no meio acadêmico, o que se percebe é a difusão destas práticas na maior parte dos centros históricos brasileiros atualmente, demonstrando ser este um *modus operandi* já estabelecido nas revitalizações. Em São Francisco do Sul, a experiência se repete: as casas coloridas, com aspecto alegre, apresentam uma profusão de cores vibrantes, variadas e pouco condizentes com o contexto urbano e histórico. Na ausência de diretrizes claras do IPHAN e outros órgãos competentes a respeito do tratamento cromático das construções, a população e mesmo os profissionais da construção civil que foram responsáveis pelas obras na UEP de São Francisco do Sul recorreram à imagem consolidada de centro histórico restaurado: o modelo do Pelourinho, em Salvador (VIEIRA FILHO, 2019b).

Figura 56 – Construções coloridas em São Francisco do Sul.
A segunda à esquerda é sede do Escritório Técnico do IPHAN.



Fonte: Priscila Henning, 2018.

Figura 57 – Vista do Largo do Pelourinho, Salvador.



Fonte: Wikimedia Commons, 2017. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Salvador_Casario_Pelourinho.jpg. Acesso em julho 2019.

A experiência da restauração do Pelourinho, em Salvador, no início dos anos 1990, estabeleceu um paradigma visual para as intervenções em centros históricos nos anos subsequentes. Segundo Brendle (2012, p. 17), "a imagem urbana dos centros antigos brasileiros padece de uma anomalia cromática homogeneizante que anula a história e elimina os traços da passagem do tempo em suas edificações". Em um artigo incisivo, a autora chama esse modismo de *carnavalização*, remetendo ao conceito de Mikhail Bákhtin de algo que subverte códigos e dessacraliza. Aplicado ao patrimônio, Brendle considera que a carnavalização manipula a "herança cultural coletiva reduzindo a arquitetura a um tipo de brinquedo urbano usado para forjar cenários ocos de significados e realidade visual adulterada em sua autenticidade e integridade" (BRENDLE, 2012, p. 2), inclusive remetendo ao simbolismo do alegre colorido da irreverente festa popular.

O modismo cromático não é mero acaso ou fruto de cópias aleatórias a partir de um modelo, mas faz parte de uma ação articulada a partir de parcerias público-privada que se instituíram como solução encontrada pelos órgãos de salvaguarda para obter recursos que viabilizassem as intervenções. Brendle (2012) afirma que o IPHAN contribuiu, de certa forma, para propagar esta noção do patrimônio pintado com cores berrantes ao não apenas chancelar, mas associar-se em projetos em parceria com empresas de tinta. A Fundação Roberto Marinho foi a instituição privada pioneira na parceria com os órgãos de salvaguarda (tanto com o IPHAN, como também com órgãos estaduais e municipais) para atuar em projetos de

restauração. A Fundação Roberto Marinho[247], junto com a Herbert Levy e a Ricardo Espírito Santo, dominou os editais de projetos de mecenato junto ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, quase sempre atuando em projetos de grande visibilidade em monumentos ou centros históricos notórios e quase sempre liderando as captações financeiras e as execuções do setor de patrimônio nas décadas de 1980-1990. No entanto, "a excelência desse desempenho, entretanto, não se refletiu, de um modo geral, na qualidade arquitetônica dos projetos e das intervenções realizadas. A maioria dos projetos é mal elaborada" (SANT'ANNA, 2004, p. 241). Nos últimos anos, a Fundação Roberto Marinho tem priorizado ações com maior visibilidade e menos onerosos e trabalho, como o projeto Cores da Cidade, em parceria com as tintas Ypiranga/Akzo Nobel. O projeto Cores da Cidade foi lançado em 1993 e, por meio de parcerias da Fundação Roberto Marinho, as tintas Ypiranga e o poder público, propunha intervenções em edifícios históricos com o objetivo de embelezamento, além de viabilizar um grande projeto de divulgação e marketing das empresas envolvidas (SANT'ANNA, 2004, p, 243). Ao longo dos anos, atuou em diversas cidades com variados perfis: Salvador, Curitiba, Santos, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife, entre outras. O mesmo procedimento foi adotado em outro projeto similar, realizado agora pelas Tintas Coral, também da Akzo Nobel: o "Tudo de cor para você". De acordo com o *site*[248] do projeto, "desde sua criação em 2009, entregamos 1.828 projetos, capacitamos 4.613 pintores, engajamos mais de 45 mil voluntários e destinamos 1 milhão de litros de tinta". O projeto atuou em conjuntos históricos de cidades como São Paulo, Paraty, Salvador, Florianópolis, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, entre diversos outros.

[247] Segundo Sant'anna (2004, p. 242): "Pioneira da participação privada na elaboração e administração de projetos de preservação do patrimônio cultural, a Fundação Roberto Marinho antecede as leis de incentivos fiscais. Criada, no final de 1977, com o objetivo de promover e divulgar atividades educacionais e culturais, a FRM já realizava, em 1980, projetos de restauração de monumentos em parceria com o poder público (...) Registrada como instituição sem fins lucrativos, a fundação funciona com recursos oriundos de uma doação anual das Organizações Globo, de royalties provenientes dos seus produtos educativos e, em maior parte, de parcerias e patrocínios que capta.A captação de recursos junto à iniciativa privada começou em 1982". Atualmente, a Fundação Roberto Marinho é uma das principais instituições que atuam no mecenato em prol do patrimônio cultural, com fonte das receitas captada principalmente por meio de leis de incentivo à cultura.

[248] Ver: https://www.coral.com.br/pt/tudo-de-cor-para-voce. Acesso em junho 2019.

Figura 58 – Imagens de divulgação do projeto Tudo de Cor para Você.

À esq: Mutirão em Paraty/RJ. No meio: mutirão de pintores chegando em Ouro Preto/MG.
Á dir: imagem de divulgação com a participação de Daniela Mercury em João Pessoa/PB.



Fonte das imagens:
Paraty: Foto de Manuel Salazar. Disponível em: http://www.paratyonline.com/jornal/wp-content/uploads/2012/01/tintas-coral-paraty.jpg. Acesso em junho 2018.
Ouro Preto: Sem atribuição de autoria. 2010. Disponível em: http://historiasylvio.blogspot.com/2014/01/tudo-de-cor-para-ouro-preto.html. Acesso em junho 2018.
João Pessoa: Imagem sem autoria. 2012. Disponível em: https://www.clickpb.com.br/click-imagens/daniela-mercury-participa-da-campanha-tudo-de-cor-pra-voce-da-coral-e-realiza-show-na-capital-2-195476.html. Acesso em junho 2018.

Os resultados destes projetos trazem à tona diversos conflitos decorrente de más práticas. Primeiramente, por não se tratar de mão de obra especializada para atuar em bens culturais, as ações muitas vezes levaram a procedimentos equivocados, conforme levantados por Brendle (2012) em Olinda e João Pessoa, em que a escolha de tintas com composição inadequada causaram descolamentos e proliferação de fungos nos revestimentos das construções, ou onde a aplicação apressada chegou a gerar situações insólitas como a não-remoção de plantas e raízes. Brendle critica que "as ações burlescas patrocinadas pela tirania financeira de empresas sem aporte acadêmico nem fundamentação teórico-científica, com o aval de instituições oficiais de preservação patrimonial e divulgadas espetacularmente com a participação de figuras midiáticas" (BRENDLE, 2012, p. 4) acabaram por manipular a opinião pública de que se tratavam de exemplos bem sucedidos de restauração, além de explorar o patrimônio nacional como meio de promoção marqueteira. No caso do Pelourinho, Leite relata que

> a exiguidade dos prazos e a participação de empresas pouco qualificadas em obras de restauro resultaram numa intervenção que também foi muito criticada em seus aspectos arquitetônicos. O Projeto Cores da Cidade encarregou-se de boa parte da pintura das fachadas, imprimindo o mesmo aspecto cenográfico que caracterizaria as políticas contemporâneas de "revitalização". (LEITE, 2007, p. 72).

A escolha inadequada das tintas ocasionam diversos danos ao patrimônio histórico, e muitas vezes aceleram a deterioração ao invés de efetivamente conservá-las. As tintas acrílicas e vinílicas, por exemplo, causam patologias como: "(1) perda de aderência do revestimento da alvenaria e entre camadas provocando um oco entre elas; (2) descamação superficial; (3) surgimento de lacunas; (4) aparecimento de bolhas; (5) rachaduras no revestimento; e (6), perda de revestimento nas partes junto ao solo" (BRENDLE, 2012, p. 8). Beatriz Kühl discute os efeitos de diferentes composições de tinta nas argamassas antigas (2008, pp. 238-240), e ressalta que o tratamento de superfícies não é um simples processo de aplicação de tinta, mas deve fazer parte de uma proposta de restauração consistente, elaborada a partir de análises minuciosas do edifício e do seu contexto. "Todas as decisões relativas às ações a serem desenvolvidas, incluindo-se o tratamento de superfícies, deveriam, de forma articulada, derivar dessa análise, seguindo os princípios basilares que regem a restauração" (KÜHL, 2008, p. 229).

O resultado são imagens de conjuntos históricos praticamente padronizados, com escolhas cromáticas e resultados estéticos similares entre si, e com um tratamento cromático que, em diversos casos, destoa por completo da historicidade do imóvel e até mesmo dificultam a percepção visual da sua volumetria ou estilo arquitetônico dos edifícios, como avaliado por Brendle na intervenção realizada pelo projeto Tudo de Cor para Você nos edifícios *art déco* da Praça Antenor Navarro em João Pessoa (BRENDLE, 2012, p. 10).

Figura 59 – Centros históricos repintados por projetos em parceria com empresas de tinta.
Da esquerda para a direita: João Pessoa/PB, Olinda/PE e Curitiba/PR.



Fonte:
João Pessoa: Prefeitura de João Pessoa. Sem atribuição de autoria, 2012. Disponível em: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/pintura-dos-casaroes-do-centro-historico-prossegue-ate-o-final-do-mes/. Acesso em julho 2018.
Olinda: IPHAN. Roberto Rosa. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/PE_Olinda/01_Sitio_Historico_de_Olinda_Roberto_Rosa.jpg. Acesso em julho 2018.
Curitiba: Radio CBN Curitiba. SMCS. 2019. Disponível em: https://cbncuritiba.com/wp-content/uploads/2019/07/centrohistorico-696x385.jpg. Acesso em agosto 2019.

Além da padronização, que se impõe independente do estilo da arquitetura (que pode ser colonial, eclético ou *art déco*), da época da sua construção, das técnicas construtivas correspondentes e compatíveis com a tinta escolhida, e mesmo do contexto social e geográfico, a aplicação aleatória de tonalidades também resulta em um acabamento artificial, uma vez que a superfície completamente rejuvenescida e desprovida das marcas do tempo compromete a historicidade da obra, em que muitas vezes a pátina e os danos acumulados adquirem valores figurativos "que não podem ser pura e simplesmente desprezados na busca da fonte da eterna juventude" (KÜHL, 2008, p. 232). Para o observador comum, que não conhece a história da arquitetura, as construções diversas, construídas em períodos distintos, surgem reintegradas e com a aparência igualmente jovem, o que compromete a capacidade do observador de ler a cronologia expressa pela ocupação do espaço. A história da cidade se petrifica como imagem, aplainada no tempo presente.

> Optar por cromias e superfícies originais num dado edifício pode sacrificar o conjunto urbano a valores excessivamente individuais. A lógica oposta, ou seja, impor um valor colectivo ou tipológico a cada elemento individual, pode anular os valores da autenticidade patrimonial, impondo uma imagem urbana profundamente artificial, que pode nunca ter existido nessa cidade e nesse estágio de completamento. (AGUIAR, 2003, p.6)

O que se percebe é o tratamento estilizado, por "analogias tipológicas" (PHILLIPOT in MEURS; ROBLE, 2015, p.9), em que os autores envolvidos entendem que conjuntos históricos devem ter este tipo de tratamento cromático. Empreendido por profissionais com pouco ou nenhum conhecimento específico acerca das especificidades da atuação sobre bens patrimoniais, ou então por decisão de cunho pessoal dos proprietários, multiplicam-se no Brasil conjuntos de edificações com esta mesma ambiência, como é o caso de São Francisco do Sul. Na cidade, não houve atuação direta deste tipo de projeto de parcerias com empresas de tinta, no entanto, a influência deste tipo de padrão de tratamento de superfícies certamente se fez sentir na cidade, em que as edificações diversificadas de diferentes períodos e estados de conservação adotaram soluções cromáticas muito similares às de outras cidades históricas restauradas na mesma época (como se viu nas figuras 56, 57 e 59).

Para as empresas envolvidas, a atuação junto ao patrimônio é duplamente benéfico: além de poderosas ações de propaganda e marketing, muitas vezes estreladas por celebridades, a empresa angaria simpatia ao se envolver em iniciativas socioambientais em ações espetacularizada, muitas vezes acompanhadas de eventos musicais e teatrais para entreter a

comunidade local. Todo o processo de intervenção – durante e após – é espetacularizado e feito para ser midiatizado. Com as ações filmadas e veiculadas em horário nobre na televisão, as empresas rapidamente obtêm retorno de seus investimentos. Para o IPHAN, por sua vez, é uma maneira de captar recursos escassos e necessários, além de divulgar as iniciativas de preservação patrimonial.

E qual é a posição do IPHAN, visto que essas ações muitas vezes são realizadas com sua participação nas parcerias? A interpretação do órgão é que ações como pinturas e reparos, e até mesmo substituições de revestimentos de pisos, paredes e forros, seriam "reformas simplificadas" – e não restauração – e, portanto, não necessitam de detalhamentos de projeto para que sua autorização seja solicitada junto ao órgão, consta em documentos oficiais como a Portaria 420/2010[249]. No seu artigo 3º, relativo às definições utilizadas no documento, a Portaria conceitua que as *Reformas Simplificadas* são:

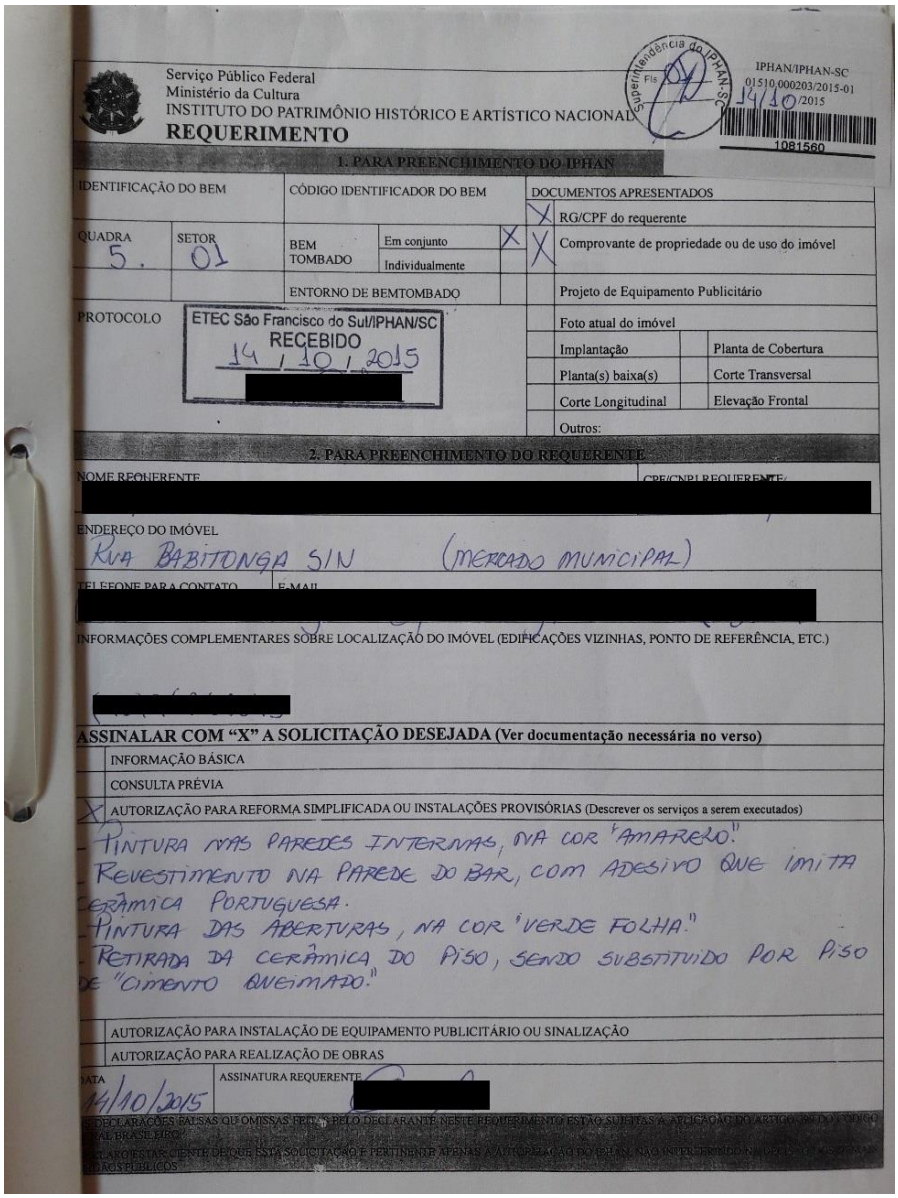
> (...) obras de conservação ou manutenção que não acarretem supressão ou acréscimo de área, tais como: pintura e reparos em revestimentos que não impliquem na demolição ou construção de novos elementos; substituição de materiais de revestimento de piso, parede ou forro, desde que não implique em modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; substituição do tipo de telha ou manutenção da cobertura do bem, desde que não implique na substituição significativa da estrutura nem modificação na inclinação; manutenção de instalações elétricas, hidrossanitárias, de telefone, alarme, etc.; substituição de esquadrias por outras de mesmo modelo, com ou sem mudança de material; inserção de pinturas artísticas em muros e fachadas (IPHAN, 2010, Artigo 3º).

Há a diferenciação das "reformas simplificadas" das obras de "restauração", sendo que esta última é definida, no mesmo documento, como: "serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções" (IPHAN, 2010, Artigo 3º). Destaca-se, portanto, nesta definição oficial, as palavras "unidade" e "concepção original". A portaria determina, no seu artigo 4º, que qualquer intervenção física no bem tombado deverá ser precedida por expressa autorização do IPHAN, sendo necessário a apresentação de formulários, documentos e especificações de projeto. O texto ressalta que a categoria "Restauração" exige conhecimentos profissionais específicos, sendo necessário que se apresente, junto à solicitação, extensos levantamentos e projeto detalhado. No entanto, na categoria "Reforma Simplificada",

[249] Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN) para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

em que se enquadram as intervenções nas superfícies, apenas se exige o detalhamento da intervenção a ser feita no formulário, sem a necessidade de levantamentos, estudos ou procedimentos específicos, projetos ou mesmo especificações mais detalhadas da cor ou da composição da tinta a ser empregada. É evidente que, no documento, considera-se que questões relativas à configuração espacial da planta e da volumetria são de maior importância que seu acabamento.

Figura 60 – Modelo de requerimento preenchido para obtenção de autorização para intervenções de pintura em imóvel tombado tanto em conjunto quanto individualmente.
No caso, trata-se de um restaurante instalado no Mercado Público Municipal de São Francisco do Sul, SC.



Serviço Público Federal
Ministério da Cultura
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
REQUERIMENTO

Superintendência do IPHAN-SC Fls. 04
IPHAN/IPHAN-SC 01510.000203/2015-01 14/10/2015
1081560

1. PARA PREENCHIMENTO DO IPHAN

IDENTIFICAÇÃO DO BEM	CÓDIGO IDENTIFICADOR DO BEM		DOCUMENTOS APRESENTADOS
			X RG/CPF do requerente
QUADRA 5. SETOR 01	BEM TOMBADO	Em conjunto X	X Comprovante de propriedade ou de uso do imóvel
		Individualmente	
	ENTORNO DE BEMTOMBADO		Projeto de Equipamento Publicitário
PROTOCOLO ETEC São Francisco do Sul/IPHAN/SC RECEBIDO 14 / 10 / 2015 [redacted]			Foto atual do imóvel
			Implantação / Planta de Cobertura
			Planta(s) baixa(s) / Corte Transversal
			Corte Longitudinal / Elevação Frontal
			Outros:

2. PARA PREENCHIMENTO DO REQUERENTE

NOME REQUERENTE [redacted] CPF/CNPJ REQUERENTE [redacted]

ENDEREÇO DO IMÓVEL
RUA BABITONGA S/N (MERCADO MUNICIPAL)

TELEFONE PARA CONTATO [redacted] E-MAIL [redacted]

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL (EDIFICAÇÕES VIZINHAS, PONTO DE REFERÊNCIA, ETC.)

[redacted]

ASSINALAR COM "X" A SOLICITAÇÃO DESEJADA (Ver documentação necessária no verso)

- INFORMAÇÃO BÁSICA
- CONSULTA PRÉVIA
- X AUTORIZAÇÃO PARA REFORMA SIMPLIFICADA OU INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS (Descrever os serviços a serem executados)

- PINTURA NAS PAREDES INTERNAS, NA COR "AMARELO."
- REVESTIMENTO NA PAREDE DO BAR, COM ADESIVO QUE IMITA CERÂMICA PORTUGUESA.
- PINTURA DAS ABERTURAS, NA COR "VERDE FOLHA."
- RETIRADA DA CERÂMICA DO PISO, SENDO SUBSTITUIDO POR PISO DE "CIMENTO QUEIMADO."

- AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO OU SINALIZAÇÃO
- AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS

DATA 14/10/2015 ASSINATURA REQUERENTE [redacted]

AS DECLARAÇÕES FALSAS OU OMISSÃO FEITAS PELO DECLARANTE NESTE REQUERIMENTO ESTÃO SUJEITAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.
ATESTO ESTAR CIENTE DE QUE ESTA SOLICITAÇÃO É PERTINENTE APENAS À AUTORIZAÇÃO DO IPHAN, NÃO INTERFERINDO NA [illegible] DOS DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS.

Fonte: Arquivo do Escritório Técnico do IPHAN de São Francisco do Sul/SC.
Os dados pessoais do requerente foram suprimidos.

Nestas definições e orientações da Portaria, nota-se o entendimento do órgão com relação ao tratamento cromático como algo desconectado do processo da restauração como um todo, o que se contrapõe com alguns princípios teóricos elementares em textos e documentos sobre o tema. Beatriz Kühl tece uma crítica à abordagem que deixa de considerar que o estado das superfícies arquitetônicas tem um relevante e particular "papel como testemunho privilegiado do transcurso de uma obra no tempo, ou seja, como documento histórico e como palco de transformações figurativas" (KÜHL, 2008, p. 229). Esta condição da superfície como *locus* do envelhecimento, onde as transformações pelo envelhecimento ocorrem, é conhecida como a *pátina* – objeto de extensas análises nos textos clássicos sobre o tema. Zancheti et al definem a pátina como um conceito que expressa "duas noções: uma que se refere à ação do tempo sobre determinado objeto e outra que diz respeito ao resultado dessa ação no objeto, isto é, a pátina aparece tanto como a causa, quanto como o efeito" (ZANCHETI et al, 2008, p. 2), ou seja, a aparência envelhecida da superfície de um objeto. O termo é utilizado pela primeira vez em 1681, no dicionário de Baldinucci, onde este a definia como "um termo usado por pintores, denominada por outros de pele ou crosta, isto é, aquele genérico tom escuro que o tempo faz aparecer em pinturas" (BALDINUCCI apud ZANCHETI et al, 2008). Como indicador da idade e do envelhecimento, a pátina adquire um duplo *status* conflituoso, segundo os autores. Por um lado, é consequência da deterioração da própria materialidade da obra, portanto, para muitos especialistas, a pátina deve ser considerada uma patologia e tratada. David Lowenthal acrescenta que em objetos com "valor de uso", como veículos ou eletrodomésticos, a pátina – em forma de ferrugem ou corrosão – "provoca desgosto geral" (LOWENTHAL apud ZANCHETI et al, 2008, p. 3), remetendo às considerações de Riegl acerca da rejeição quando se percebe sinais de deterioração em objetos tido como modernos (RIEGL, 2014, p. 50). No entanto, por outro lado, em obras de arte, a pátina foi frequentemente apreciada em momentos da história como um indicador de beleza e reverência, por sua "antiguidade e genuinidade", sendo apreciada por seu valor de antiguidade.

Como mencionado anteriormente, o inglês John Ruskin é, talvez, um dos autores que mais levou em consideração a força simbólica e a beleza inerente à pátina, assim como muitos de seus contemporâneos vinculados ao Romantismo. Para este autor, "a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua idade" (RUSKIN, 2008, p. 68), chegando, inclusive, a afirmar que

> os sinais exteriores dessa glória, tendo poder e finalidade mais importantes do que quaisquer outros pertencentes a sua mera beleza sensível, podem colocar-se entre suas características mais puras e essenciais; tão essenciais, em minha opinião, que penso que não se pode considerar que um edifício tenha atingido sua plenitude antes do decurso de quatro ou cinco séculos (RUSKIN, 2008, pp. 77-78).

Por conta desta avaliação, Ruskin valoriza o "dano material necessariamente imposto por esse lapso de tempo, seja pelas manchas de exposição às intempéries, seja pelo desgaste mecânico" (RUSKIN, 2008, p. 78), não o considerando uma patologia, mas sim a própria beleza do objeto. Abordando especificamente o problema das intervenções em edificações históricas, Ruskin ressalta novamente a importância das superfícies como detentoras destas qualidades superiores, ao denunciar, em seu aforismo 31, que o que se chamava de "restauração" é a pior forma de destruição – pois "todo o acabado da obra estava naquela meia polegada que se foi" (RUSKIN, 2008, p. 80), não sendo possível que sejam recuperadas ou refeitas, sem ser por meio de conjecturas. Quando menciona o "acabado da obra" que estaria na superfície sacrificada pela restauração, Ruskin estava, no caso da arquitetura, se referindo sobretudo ao acabamento envelhecido e aos detalhes desgastados das construções em pedra, e não se referia necessariamente à questão da cor, embora trate-se também de tratamento de superfícies arquitetônicas. No século XIX, era frequente a ação de raspagem das camadas externas e o refazimento das talhas decorativas das edificações góticas, como forma de recuperar sua aparência original idealizada, de acordo com os princípios do Restauro Estilístico que, embora tenha sido preconizada pelo francês Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, frequentemente era realizado por profissionais de qualidade muito inferior. A busca pelo "estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento" (VIOLLET-LE-DUC, 2000), levava, muitas vezes, à recriação por conjecturas equivocadas, provocando a alteração da percepção do monumento, a perda de seu caráter pitoresco e a destruição de um documento histórico, na visão de Ruskin compartilhada posteriormente também por seu seguidor William Morris e os arquitetos fundadores do *Society for the Protection of Ancient Buildings* (SPAB), mencionados anteriormente, que militavam ativamente contra este tipo de intervenção agressiva. A entidade, fundada em 1877, foi justamente apelidada pelo próprio Morris de "*Anti-Scrape*" (anti-"raspagem", em uma tradução livre), e tinha como princípio – explicitado em seu Manifesto[250] de fundação – o combate à restauração que pretendia recuperar um estado idealizado

[250] É possível ler o Manifesto "Anti-Scrape", na fundação do SPAB, de William Morris (1877). Disponível em: https://courseworks2.columbia.edu/courses/10532/files/579071/preview?verifier=MnfiVhm8ktyss1ym5reLKAFUiclVB7ri70Ak4dPm. Acesso em junho 2017.

supostamente original dos edifícios, urgindo, ao invés disso, que estas estruturas fossem reparadas e conservadas ao invés de restauradas.

Estes autores, ainda no século XIX, já denunciavam os perigos da ação inconsequente dos restauradores, chamando justamente a atenção para o procedimento junto às superfícies. Estes argumentos foram retomados adiante por Boito e especialmente por Cesare Brandi, que considerava que a pátina, como manifestação da dupla polaridade histórico-artística, deveria ser mantida em qualquer circunstância – até o ponto, porém, em que não afetasse negativamente a apreciação estética do monumento (ZANCHETI et al, 2008, p. 3), sendo necessário diferenciar os aspectos positivos das patologias, que devem ser tratadas.

Beatriz Kühl afirma que "o interesse em preservar as marcas do tempo não é mero 'ruinismo' ou necrolatria, mas é, sim, uma apreciação estética, crítica, histórica, que não considera o tempo como reversível" (KÜHL, 2008, p. 231), ressaltando que

> uma questão de primordial importância a ser levada em conta em intervenções em edifícios de interesse histórico é o tratamento das superfícies. A abordagem desse problema depende da proposta de restauração como um todo, resultante de análises pormenorizadas do edifício ou conjunto de edifícios e do ambiente em que estão inseridos. Todas as decisões relativas às ações a serem desenvolvidas, incluindo-se o tratamento de superfícies, deveriam, de forma articulada, derivar dessa análise, seguindo os princípios basilares que regem a restauração. O tratamento de superfícies deve ser encarado dentro desse processo e deve ser reconhecido com o *status* de um verdadeiro problema da restauração, ou seja, problema também histórico-crítico, e não decisão baseada unicamente em critérios técnicos e, muito menos, como simples questão de gosto ou de moda" (KÜHL, 2008, p. 229).

4.2.2.1. A cor dos monumentos

Retomando a conceituação da pátina, atualmente os argumentos de Ruskin quanto à recuperação das fachadas em pedra são mais facilmente aceitos, mas o mesmo não ocorre com o acabamento por tinta. E é justamente neste tipo de superfícies que a problemática da pátina e dos critérios de intervenção se tornam mais conflituosos. Por ser de fácil aplicação e renovação, predominam repintes aleatórios e rejuvenescedores, muitas vezes com uso de "cores frívolas – que no Brasil muitas vezes se está traduzindo em cores berrantes que chegam a impedir a própria apreciação do bem, tal a cacofonia que impõem" (KÜHL, 2008, p. 231), em grande parte

dos casos sem a reflexão necessária sobre a escolha da tonalidade ou até mesmo da composição da tinta a ser utilizada, causando alterações dramáticas na imagem e na própria materialidade do monumento, como se verá adiante.

A cor é parte integrante do edifício e da imagem que este projeta, inerente ao próprio material construtivo e elemento essencial da intenção do arquiteto em seu projeto. "A cor faz parte integrante e é elemento fulcral dos que caracterizam, humanizando, o espaço urbano e arquitetônico, tornando-o reconhecível e identificável" (AGUIAR, 2003, p. 2). Como uma das artes visuais, ou seja, uma forma de expressão artística que é percebida visualmente pela sua configuração plástica tridimensional no espaço, a arquitetura tem na sua materialidade, na sua configuração formal e na imagem que projeta seu maior apelo. É a sua forma que torna uma edificação distinta das outras que a cercam: pela sua dimensão, pela sua volumetria, pelos seus ornamentos, pelo seu formato. A sua forma é definida pela materialidade e suas características – sua geometria, sua substância, sua textura e sua cor. Sob o efeito da luz e disposta no espaço, esta materialidade é percebida pelo usuário. De acordo com Farina et al (2011), esta percepção – cujos princípios e mecanismos são analisados mais profundamente pela teoria de psicologia Gestalt – alteram a maneira com que o observador interpreta e se relaciona com o espaço:

> Toda cor possui uma ação móvel. As distâncias visuais tornam-se relativas. O campo torna-se elástico (...) A cor é uma força poderosa. Ela age de acordo com uma espécie de lei, pois não podemos negar que, do ponto de vista sensorial, as cores recuam ou avançam – pois causam em nós essa impressão. O próprio volume de um objeto pode ser alterado pelo uso da cor (FARINA et. al., 2011, p. 16).

Como elemento inerente à matéria e, portanto, à forma, a cor é elemento vital na percepção e na relação simbólica que o usuário estabelece com a edificação. De acordo com Meerwein, Rodeck e Mahnke,

> As cores são elementos fundamentais da nossa percepção visual e experiência ambiental; elas são a substância de como nós vivenciamos o ambiente (...) O ambiente projetado por humanos é todo em cor: ruas e lojas, edifícios e espaços. Nós as vemos, em toda sua variedade, em objetos e produtos culturais diferentes. A cor é de enorme importância em todos os âmbitos da vida e cumpre muitas funções diferentes. As cores servem como informação, comunicação e materiais do projeto (...) A cor é muito mais que uma afirmação estética: é parte de um processo que dá e preserva a vida. É parte dos termos e condições em que os humanos vivem e vivenciam. Para além das outras percepções sensoriais, os humanos se orientam por meio de sinais ópticos e aprendem através de mensagens visuais. Isto faz com que as cores sejam vitalmente importantes

> para o significado do ambiente, além da interação humana com ele. (MEERWEIN; RODECK; MAHNKE, 2007, p. 16, tradução nossa[251]).

Além da questão sensorial e perceptiva do espaço e dos volumes no espaço, a cor comunica, também, a periodização histórica, pois cada estilo arquitetônico se caracteriza pelo emprego desta ou daquela tonalidade. Os motivos para isto são diversos: as cores podem ser consequência do material utilizado, muitas vezes com tonalidades particulares por conta da composição específica do tipo do solo e da argila, ou de certo tipo de madeira encontrada na região, por exemplo. No caso de emprego de tintas, conforme a modernidade foi ampliando as possibilidades cromáticas, os estilos e linguagens arquitetônicas tinham como característica o emprego de matizes determinadas por motivos simbólicos ou de gosto. De acordo com José Aguiar, pesquisador português:

> Cada época possuiu a sua cultura arquitetônica, à qual correspondeu uma específica cultura cromática. Houve tempos em que a beleza, a eficácia (poder de coloração), ou prestígio cultural, divulgaram pigmentos como o célebre *Terra de Siena* (popularizado no Renascimento), os *Amarelos de Nápole*s, os *Vermelhos de Roussillon*, ou determinados azuis (Azul Esmalte) e as cores pastéis do Barroco, que gradualmente venciam a forte e intrínseca "regionalidade da cor" (AGUIAR, 2003, p. 2).

Diante desta importância perceptiva e simbólica, a alteração das cores de forma descompromissada, sem o devido cuidado e entendimento do projeto como um todo (de cuja natureza e caráter a escolha cromática faz parte), acaba por afetar a relação do público com a edificação e alterar o significado atribuído a ele. Não à toa, não é incomum verificar em diversas situações a rejeição e o estranhamento que a alteração das cores em bens patrimoniais provoca nos cidadãos que sempre conviveram com a estrutura com determinado aspecto. Conforme Veiga e Tavares (2002), "a cor do edifício histórico é a imagem estética de um monumento, de uma rua, de um centro histórico, que é de grande importância para a definição do seu valor enquanto património e para a autenticidade da sua imagem histórica e urbana" (VEIGA e TAVARES, 2002, p. 6), muitas vezes contribuindo para a construção de uma imagem identitária

---

[251] No original: *"Colors are fundamental elements of our visual perception and environmental experience; they are the substance of how we experience the environment (...) The human-designed environment is all in color: streets and shops, buildings and spaces. We see it, in all its variety, in different objects and cultural products. Color is of major significance in every realm of life and fulfills many different functions. Colors serve as information, communication, and design material. (...) Color is much more than an aesthetic statement: it is part of a life-giving and life-preserving process. It is part of the terms and conditions under which humans live and experience. Besides other sensory perceptions, humans orient themselves according to optic signals, and learn through visual messages. This makes color vitally important to the meaning of the environment as well as to human interaction with it."* (MEERWEIN; RODECK; MAHNKE, 2007, p. 16).

que tem na riqueza cromática e técnica as marcas visuais de determinada região. Brendle (2012) esclarece:

> A cor na arquitetura não é uma escolha de gosto ou de moda individual ou coletiva, mas uma resposta aos condicionantes culturais locais, às tonalidades extraídas dos materiais da natureza, das pedras, madeiras e terras, bem como das colorações únicas decorrentes da adição de pigmentos. (BRENDLE, 2012, p. 3).

Beatriz Kühl argumenta que a restauração deve respeitar os vários materiais e seus valores cromáticos, evitando desequilibrar a relação entre eles e alterar a leitura dos monumentos. Deste modo, a cor ou as várias composições de cores que um edifício recebeu ao longo de sua passagem pelo tempo deve ser analisado criteriosamente, de modo a distinguir as várias fases colorísticas e registrar as mudanças de gosto e percepção deste monumento pela população. Os vestígios, expressos nas camadas de tintas ou argamassa, devem ser encarados como documentos históricos, e serem devidamente respeitados, conforme postulado na Carta de Veneza, sem que haja privilégios atribuídos a uma suposta autoridade das "cores originais". Inclusive, a consolidação de uma configuração cromática diversa do original também é uma questão a ser valorizada e respeitada, pois esta imagem foi apropriada pela população como tal, não se justificando, de acordo com os princípios do Artigo nº 11 da Carta de Veneza, o "retorno" às cores tidas como originais ou pertinentes ao estilo arquitetônico próprio da edificação.

> Se a composição de cor que o edifício apresenta na atualidade for respeitosa em relação à composição do monumento e se tiver consolidado na sua própria imagem, deverá ser preservada. Caso contrário, deve-se, através do ato crítico, propor novas cores baseadas numa reinterpretação da obra, hoje (...), que, raríssimas vezes, pode ser coincidente com a composição primitiva (na verdade, isso seria quase uma impossibilidade teórica, pois a leitura de um dado presente histórico dificilmente coincidiria com a da época da construção" (KÜHL, 2008, p. 236).

A retomada das "cores originais" é um discurso frequente por parte das autoridades e dos técnicos que atuam na restauração dos bens, mesmo os vinculados aos órgãos que têm como paradigma a própria Carta de Veneza. "Converte-se essa volta num álibi cômodo, como se cores (supostamente) originais tivessem por si só uma autoridade irrefutável" (KÜHL, 2008, p. 237).

Um exemplo ilustrativo deste tipo de argumentação se dá no caso da restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis (SC), entre 2015-2016. Em reportagem publicada no site

da Prefeitura Municipal de Florianópolis[252], a manchete anuncia: “Casa de Câmara e Cadeia volta a seu estado original”. Segundo a reportagem, a restauração foi acompanhada por técnicos do IPHAN e do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (Sephan) em reuniões semanais. O texto destaca a alteração cromática da edificação, que anteriormente era rosa, para o amarelo: “Quem circula pela praça XV de Novembro pode ter percebido o novo visual da estrutura. A pintura externa está pronta e traz a cor amarela, a original que foi utilizada há mais de cem anos, quando ela passou do estilo colonial para o eclético” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, online). Mais abaixo, um destaque enfático: sob o título “Cor rosa não tinha explicação histórica”, um trecho do texto afirma a diretriz cromática da intervenção:

> Muitos devem se perguntar por que, afinal de contas, a Casa de Câmara, que ficou também conhecida como Casa Rosa, agora está amarela. Na verdade, segundo Maria Anilta Nunes, restauradora do Sephan e uma das responsáveis pelo projeto, a cor rosa não tinha fundamento histórico nenhum. “Originariamente, a construção era em estilo colonial, branca com janelas verdes. No início do século XX, mudou do colonial para o eclético e passou a ser amarela, exatamente a mesma cor que passou a ter hoje”, relatou (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2016, online).

Figura 61 - A Casa de Câmara e Cadeia de Florianópolis, antes e após restauro.



Fonte: à esquerda: Foto por João Cavallazzi/PMF.
Disponível em:
http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=16429.
Acesso em fevereiro 2018.
à direita: Foto por Mauro (não consta sobrenome).
Fonte: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/index.php?pagina=notpagina&noti=620.
Acesso em fevereiro 2018.

[252] Reportagem “Casa de Câmara e Cadeia volta a seu estado original”, sem atribuição de autoria, publicado em 19 de fevereiro de 2016 no portal da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/mobile/index.php?pagina=notpagina&noti=16429>. Acesso em abril de 2017.

Em outra reportagem publicada no próprio site da Prefeitura Municipal de Florianópolis, porém antes da restauração[253], menciona-se que houve a descoberta de afrescos sob as camadas de tinta nos ambientes internos, demonstrando a preocupação por parte dos restauradores em proceder à estratigrafia para compreender as fases do edifício, ao menos nas partes internas. No entanto, no processo decisório, optou-se por recuperar a suposta cor original das fachadas externas, à despeito da apropriação da imagem consolidada em cor rosa pela população, que chegou a apelidar o monumento de "Casa Rosa", demonstrando a força da percepção desta cor como elemento identitário. Se formos retomar os princípios da Carta de Veneza, já é questionável a afirmação de que esta tonalidade, que se consolidou ao longo do tempo, não tivesse fundamentação histórica, visto que se trata de uma das fases do bem e, portanto, passa a ter pertinência histórica. "Se a composição de cor que o edifício apresenta na atualidade (...) tiver consolidado na sua própria imagem, deverá ser preservada" (KÜHL, 2008, p. 236). É evidente, porém, que o processo de escolha não exclui a adoção da tonalidade amarela em si mesma, mesmo que sob a argumentação de uma qualidade tida como superior para a valorização do edifício. O que se argumenta, aqui, não é a escolha em si, mas os argumentos que a embasam, que demonstram os motivos pela adoção da cor original como algo inquestionável. De forma análoga, a paisagem urbana de São Francisco do Sul também viu as cores da sua paisagem urbana se transformarem por ocasião do Programa Monumenta: as cores pálidas que se estabeleceram ao longo dos anos subitamente se transformaram em tonalidades saturadas, e as transformações cromáticas da cidade não sofrem nenhuma restrição ou mesmo atendem a nenhuma orientação específica por parte dos órgãos de tutela.

> A cor é tema da maior relevância, importante para entender e valorizar a articulação dos elementos, o ritmo, das fachadas e dos espaços internos, e fundamental na percepção que se tem da volumetria do edifício, sendo determinada segundo uma lógica compositiva que não pode ser tratada de modo aleatório. Se o objetivo da restauração é facilitar e valorizar a leitura de um dado monumento, trata-se de fazer uma nova composição que cumpra es função, através do ato criativo fundamentado. Não é livre e arbitrária sobreposição de tinta (KUHL, 2008, p. 237).

Zanchetti et al (2008), a respeito desta questão, reforçam:

> A compreensão da pátina como algo negativo normalmente decorre do fato de ela ser símbolo de antiguidade. Por esta razão, mesmo que de forma inconsciente, é comum

[253] Reportagem de título "Casa da Câmara e Cadeia está sendo restaurada", publicada e 18 de dezembro de 2009, sem autoria. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/index.php?pagina=notpagina&noti=620. Acesso em abril de 2017.

> ser traçada uma analogia com o tempo de vida humana, em que a beleza está relacionada à juventude e a feiura ao envelhecimento.

O que se pode concluir, a respeito da cisão entre teoria e prática e as abordagens mais recentes nos bens patrimoniais, é a tendência por ações que busca reintegrar o edifício enquanto imagem reificada do objeto, descolado de sua materialidade. Assim, o seu apelo histórico está nas formas da sua linguagem arquitetônica entendida como "antiga", porém, na sua aparência, ainda fresca e jovial – congelada no eterno presente. Esta estética artificial, potencializada pelas imagens televisionadas (KÜHL, 2008, p. 231), pela publicidade, pelos cartões postais e, mais recentemente, pelas imagens atraentes difundidas pelos *influencers* nas redes sociais, leva a entender que os sinais do transcurso do tempo são patologias pois suscitam, incomodamente, reflexões indesejáveis sobre a passagem inexorável do tempo, da decrepitude e da morte, o que é incompatível com o hedonismo e a atração de visitantes, agora mais consumidores do que movidos por interesses culturais. E é o consumo que orienta as práticas contemporâneas atuais, e exige produtos que suscitem sempre o prazer e a sensação de novidade.

> "Esse 'rejuvenescimento' forçado dos bens culturais faz parte, na verdade, de um fenômeno mais amplo, que se acentuou em tempos recentes: a busca de juventude a qualquer preço, que também acaba por repercutir no trato dos monumentos históricos, que passam a ter obrigação de parecer novos" (KÜHL, 2008, p. 230).

No entanto, o tempo passa e se mostra incontornável. A juventude é apenas uma ilusão, e o incentivo para a conservação por meio do incentivo do turismo e das atividades culturais, por si só, não é o suficiente para garantir a sobrevivência de locais menos proeminentes, como é o caso de São Francisco do Sul. Passados alguns anos, e a despeito dos valores vultosos destinados às obras, o frescor das restaurações sofre o irrefreável efeito das intempéries, da maresia, da especulação imobiliária, das oscilações econômicas, do abandono e das mudanças de hábitos e costumes. Sem uma sustentação forte e consistente para as políticas de preservação e para as intervenções de conservação e restauro, compreendendo a natureza do monumento desde seus princípios, e sem a inclusão dos proprietários e da comunidade local no processo de apropriação, manutenção da vitalidade e cuidados com a conservação, as intervenções no patrimônio se relevam insustentáveis. As imagens atuais da cidade falam por si.

**Figura 62 – Vista atual da Rua Comandante Cabo,
Centro Histórico de São Francisco do Sul.**



Fonte: Priscila Henning, agosto 2019.

"A vontade é impotente perante o que está para trás dela.
Não poder destruir o tempo, nem a avidez transbordante do tempo,
é a angústia mais solitária da vontade."
(Friedrich Nietzsche, *Assim falou Zaratustra*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Simplesmente identificar algo como 'passado' afeta sua ambiência: o reconhecimento implica em marcar, proteger e realçar relíquias para que se tornem mais acessíveis, seguras ou atraentes. Preservar as coisas inevitavelmente as transforma, muitas vezes de modos não intencionados ou indesejados"
(David Lowenthal, The Past is a Foreign Country, tradução nossa[254])

São Francisco do Sul, município insular no Sul do Brasil, com suas paisagens idílicas compostas por suas belezas naturais e pela historicidade expressa em suas construções e logradouros, é um lugar fascinante. Ao longo deste estudo e dos muitos anos de convivência nesta cidade, foi comum encontrar muitos relatos de pessoas vindas das mais variadas localidades que se apaixonaram pela pacata cidade e lá resolveram ficar. Afinal, a cidade possui atrativos culturais no centro histórico e de lazer em seus balneários, belas paisagens naturais, uma história centenária e dotada de eventos interessantes, cujos vestígios encontrados por toda a região. Em 1987, seu centro histórico foi reconhecido como patrimônio nacional, por seu caráter de cidade-documento e pela riqueza da sua paisagem, testemunho da ocupação do sul do país.

Figura 63 – Vista da Rua da Babitonga, a partir do mar.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

O centro histórico de São Francisco do Sul foi um dos 26 municípios contemplados em 2002 com uma intervenção de grande porte em sua área tombada, uma área de 40 hectares que

[254] No original: *"Simply to identify something as 'past' affects its ambience: recognition entails marking, protecting, and enhancing relics to make them more accessible, secure, or attractive. Preserving things inevitably transforms them, often in unintended and undesired ways"* (LOWENTHAL, 2015, p. 20. Kindle Edition).

abriga cerca de 400 imóveis, promovida pelo Programa Monumenta, uma parceria entre o Ministério da Cultura e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) entre 1996 e 2010. Entre as muitas benfeitorias realizadas por meio do programa, ao longo do período das obras (2002-2013), foram realizadas a reurbanização da orla da Baía da Babitonga, a implementação de praças e mobiliário urbano, a disponibilização de financiamento para o restauro de diversas edificações privadas e a atuação na recuperação de algumas construções icônicas da cidade, como a Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, que data do século XVII, e o Mercado Municipal.

Figura 64 – Torres da Igreja Matriz de São Francisco do Sul,
vista do canto posterior da Praça Getúlio Vargas.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Além disso, foram promovidos cursos, oficinas e seminários visando a educação patrimonial e a capacitação dos moradores locais para atuar no turismo, na produção de artesanato local e outras atividades econômicas (DIOGO, 2009, p. 276). De forma independente ou como parte da atuação do Programa Monumenta, porém sempre fruto de uma visão integrada de desenvolvimento da cidade por meio de estímulo à sua cultura, foram criados museus, como

o Museu Nacional do Mar (criado em 1993, por meio de parcerias e programas de desenvolvimento estratégico do município, IPHAN e governo do estado) e o Museu de Arte Sacra, este último fazendo parte do conjunto de operações do Monumenta, além de incentivos à criação de outros equipamentos culturais no conjunto histórico, como o centro cultural Ester dos Passos Rosa, instalado em um antigo casarão restaurado, e a Biblioteca Municipal, ambos criados e construídos com parceria entre a prefeitura e o IPHAN. À época, os projetos foram realizados e recebidos com entusiasmo por gestores e população da cidade, pois o centro histórico havia passado por um longo período de estagnação econômica e deterioração física, enquanto que as atividades econômicas priorizadas historicamente no município são aquelas vinculadas ao Porto, um dos principais da região, ou às atividades turísticas sazonais das praias dos balneários ao norte da ilha.

Passados poucos anos desde o fim das obras, a cidade hoje apresenta alguns desafios que mostram a complexidade destes projetos de grande monta como o Programa Monumenta. Aportes significativos foram destinados ao município para custear obras de restauração nos principais monumentos públicos e nas casas privadas do centro. Muitos dos projetos de desenvolvimento econômico, social e turístico vinculados ao patrimônio não saíram ainda do papel ou estão em lenta via de implementação, em função de dificuldades técnicas, políticas ou econômicas. Enquanto isso, muitas das casas e comércios da área central foram fechados ou abandonados, e as perspectivas de algumas ruas já mostram os rápidos efeitos do tempo e da maresia retomando os edifícios que haviam sido restaurados, muitos dos quais não passaram pelos procedimentos de conservação absolutamente necessários para evitar nova degradação. Enquanto que as gestões políticas mais recentes priorizaram o desenvolvimento econômico por meio da construção de mais equipamentos portuários e estruturas industriais na região, em diálogo com o perfil econômico da região nordeste de Santa Catarina, boa parte do centro histórico voltou a se deteriorar antes mesmo que muitos de seus projetos se concretizassem. O turismo, sozinho, se mostrou insuficiente para garantir a continuidade do processo de preservação do patrimônio, com as condições reais que a cidade oferece, dentro de seu perfil social e econômico e com as limitações de infraestrutura de que dispõe. É verdade que a gestão política e econômica de um município vasto e fragmentado pelo território como São Francisco do Sul, com demandas e perfis diversos por investimentos, é difícil. No entanto, o esvaziamento do centro histórico nos últimos anos em direção a uma nova centralidade urbana, com o deslocamento inclusive dos principais equipamentos que antes atraíam maior fluxo de usuários e moradores ao centro antigo, demonstram que as ações de apropriação do espaço pela

comunidade local têm muitos desafios e demonstram problemas. O Mercado Público, local de comércio e socialização tradicional da cidade, antes sempre ocupado com atividades diversas, hoje em dia está bastante deteriorado e com pouca vitalidade no seu interior, uma vez que muitos dos espaços comerciais estão vazios e o aspecto geral é de abandono e falta de conservação.

Figura 65 – Mercado Público Municipal, hoje.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

Ao acompanhar as transformações na cidade antes, durante e após as intervenções promovidas pelo Programa Monumenta, é inevitável reconhecer que houve avanços significativos na reintegração da paisagem, nas melhorias da infraestrutura urbana e na conservação de diversos edifícios isolados que, antes da ação, estavam em avançado ritmo de deterioração. Há uma comunidade local dedicada, que se esforça em promover eventos e dinamizar os equipamentos culturais da cidade, no afã de conservar suas relíquias, valorizar a cidade por meio do uso e difusão do patrimônio cultural material e imaterial e intermediar o diálogo com os moradores locais mais indiferentes ou resistentes. A despeito disto, muitos dos limites encontrados pelas intervenções propostas transcendem essa boa vontade e demonstram que, para garantir a conservação do patrimônio, é preciso ir muito além – e talvez até em outra direção – do que programas estratégicos como o Monumenta oferece. Ao analisar as propostas do Monumenta e os resultados logrados em outras localidades contempladas pelo programa, é possível verificar um padrão de atuação e de direcionamento, o que indica que a insustentabilidade da preservação do patrimônio ou a dificuldade em implementar algumas de suas diretrizes dizem respeito a uma certa incompatibilidade de ideais com as condições reais

da cidade, em suas instâncias política, econômica e social. Quanto da realidade fransciquense se mostrou mais forte que os ideais do projeto que se pretendia implementar?

Projetos como o Monumenta refletem, porém, noções e valores que não são próprios do programa ou das instituições parceiras, muito menos dos profissionais que atuaram com dedicação para que os resultados fossem exitosos. Para fins de compreender a complexidade do caso que se apresenta e das visões opostas que tratam da preservação do patrimônio tanto pela perspectiva da teoria quanto da prática, o caminho de análise buscou contextualizar a experiência do Monumenta em São Francisco do Sul dentro de um panorama maior. O objetivo é compreender os conflitos de atribuição de valores e as mudanças conceituais no entendimento do próprio objeto patrimonial – agora deslocado de uma função primordialmente cultural para uma utilidade econômica, a partir de um contexto de consumo cultural. À luz das mudanças culturais e filosóficas do que alguns autores classificam como pós-modernismo, a análise do contexto cultural demonstrou que muitos dos conflitos observados em São Francisco do Sul têm similaridades e dialogam com outras experiências, tanto no Brasil quanto em outros países. À luz da expansão da patrimonialização, tanto em termos do seu escopo e da sua localização no tempo e no espaço, compreendeu-se que ao longo das décadas recentes fomos confrontados por uma grande *mudança de paradigmas* no campo da preservação patrimonial.

A expansão da patrimonialização demonstrou um deslocamento da abordagem: saía do domínio enfático da materialidade, de uma análise que priorizava aspectos históricos e artísticos dos bens patrimoniais, e de um discurso da excepcionalidade, e seguiu rumo a uma visão mais abrangente, acrescentando às discussões de ordem arquitetônica, artística e histórica, as contribuições antropológicas e sociológicas. A própria noção de historicidade mudou com mudanças também no campo da historiografia, conforme relato de Marcia Chuva, uma dos autores responsáveis do estudo de tombamento em São Francisco do Sul:

> Com base na redefinição do valor histórico, segundo ideias e conceitos, oriundos da *Nova História* (fruto das apropriações na historiografia brasileira das renovações da Escola dos Annales), a área urbana de valor patrimonial passa então a ser concebida como um documento dos processos econômicos e sociais de produção; uso e transformação do espaço.
> Este conceito implicou grandes mudanças, tanto nos critérios de seleção como nos de intervenção sobre o patrimônio urbano. Os aspectos estético-estilísticos e fachadistas deixaram de ser tão importantes. Deram lugar à avaliação da capacidade de determinado sítio urbano concentrar informações históricas, relevantes sobre os processos sociais e culturais na construção daquele espaço.

> Com isso, o valor histórico tornou-se crucial na seleção de cidades ou trechos urbanos para tombamento. As áreas urbanas foram entendidas como documentos do processo histórico de ocupação do território brasileiro, no que se refere à formação de uma rede de cidades, constituída desde o início da colonização. Nessa perspectiva, foram tombadas pelo IPHAN, a partir dos anos 1980, cidades fundadas no período colonial, mas que antes eram desconsideradas para tombamento em função de seus aspectos formais. São exemplos dessa nova visão os tombamentos das cidades de Laguna e São Francisco do Sul, em Santa Catarina e Cuiabá, no Mato Grosso (CHUVA in LEAL; TEIXEIRA; CHUVA, 2014, p. 241).

Ao reorientar a perspectiva de análise dos monumentos construídos, transcendendo as questões específicas do problema do objeto físico – os quais, em especial na ação no Brasil, eram ainda muito presas a visões equivocadas da análise arquitetônica ao priorizar critérios estilísticos e o fachadismo – , o patrimônio passou a ser compreendido por um viés mais complexo, a partir das relações sociais e comunitárias, da apropriação e da experiência, do significado, da representação da diversidade e de grupos minoritários, das narrativas históricas e das relações de poder e disputa no interior das dinâmicas patrimoniais, entre outras questões. Estas mudanças forneceram mais instrumentos para compreender a complexidade do patrimônio e sua inserção social e cultural, questionando práticas há muito consolidadas, apontando suas limitações e impactos, o que é salutar, por permitir uma leitura mais complexa e abrangente que aprimora o olhar e a atuação sobre os monumentos. Por outro lado, a crítica e a ênfase dominantes desta perspectiva de análise também abriu brecha para que a prática na atuação sobre os bens patrimoniais, nas intervenções em sua materialidade, seguisse princípios diversos dos estabelecidos no campo por meio das teorias e documentos específicos que orientam a atuação prática sobre os monumentos. Muitas vezes, relativizando métodos e abordagens práticas, procedimentos técnicos, reflexões críticas, análises criteriosas e leituras pormenorizadas do espaço urbano e do monumento, específicas do campo da restauração-conservação. Atualmente, principalmente com a associação do patrimônio cultural edificado, por meio dos órgãos de salvaguarda, com os operadores turísticos, com as parcerias com o setor privado, por meio de ações de planejamento estratégico com viés cultural, como as grandes operações de reabilitação urbana, há uma profusão de visões diversas e muitas vezes antagônicas sobre como o patrimônio deve ser tratado.

Esta problemática descrita é complicada quando se trata do patrimônio cultural edificado, na dimensão *material* do patrimônio tangível. Conforme discutido no Capítulo 4, de acordo com os argumentos de Brandi – e, em realidade, pode-se encontrar as origens desta

noção na tríade vitruviana[255] de 2000 anos atrás –, é através da matéria que a imagem se configura e se revela, é através da sua consistência física que a sua forma se torna agradável esteticamente, e é por meio da sua consistência material que a edificação desempenha uma função para a comunidade, a qual se apropria dela e a significa como símbolo de identidade ou afetividade. Portanto, a despeito da lógica da *desmaterialização* tão típica da contemporaneidade, não se pode desprezar a importância que a tangibilidade tem para a continuidade da própria existência daquele edifício considerado patrimônio, o que exige responsabilidade, conhecimento do campo do restauro e rigor por parte do profissional que intervém em sua materialidade. Qualquer atuação impensada ou pouco embasada pode levar à destruição do patrimônio não apenas em sua autenticidade material, mas também em sua configuração imagética e nas próprias relações com a comunidade – pois deixa de ser aquela estrutura "velha conhecida", e se torna uma construção como outra qualquer – ou, pior, uma caricatura de si mesma.

Apesar de argumentos que parecem desconsiderar a problemática da natureza das intervenções em monumentos em termos do rigor teórico-prático da restauração, do ponto de vista de sua arquitetura, um projeto mal pensado, por mais bem intencionado que seja, tem consequências diretas em sua dimensão social e cultural. Uma intervenção descuidada e descompromissada com as premissas pertinentes ao campo da prática na restauração de monumentos pode romper os elos com a comunidade ao intervir nos espaços em que as práticas sociais acontecem, tornando o espaço alheio, irreconhecível, ou até hostil às antigas atividades lá realizadas. Desconsiderar a historicidade expressada em sua pátina; reconstruir ruínas; modificar suas formas e alterar sua inserção no contexto urbano; mudar seus usos; construir anexos e demolir adições consolidadas; dentre outras ações comuns, muitas das quais percebidas nas intervenções realizadas em São Francisco do Sul, têm profundo impacto em como a edificação é percebida e apropriada pela comunidade e pelos visitantes.

> Uma vez que o suporte físico é o que corporifica o patrimônio construído, as operações de conservação, em última instância, determinam o que será ou não

[255] A *tríade vitruviana* são os três princípios que definem, para o romano Marcus Vitruvius Pollio (séc I a.C), autor do tratado mais antigo conhecido sobre arquitetura, a arquitetura. Os princípios seriam: *firmitas* (que, grosso modo, pode ser considerada a sua consistência física, sua estrutura); *utiilitas* (que se refere à sua utilidade e funcionalidade) e *venustas* (que seria sua beleza, sua forma). Combinadas, são estes três elementos que distinguem a arquitetura de outras estruturas ou expressões artísticas. Ao longo da história, a tríade vitruviana foi reinterpretada por diversos teóricos com definições um pouco diversas para cada um de seus elementos.

> preservado e a ideia de patrimônio que entrará em circulação ampla no conjunto da sociedade. Na medida em que deixem em segundo plano ou ignorem a função memorial informativa e documental dos bens culturais, funcionam, ainda que involuntariamente, como instrumentos de produção de um patrimônio vazio de significados e de caráter meramente cenográfico (SANT'ANNA, 2003a, p. 169).

Este trabalho procurou, portanto, se debruçar na natureza das intervenções por meio da análise das teorias clássicas e das discussões contemporâneas sobre a prática das intervenções em bens patrimoniais edificados, questionando-as e contextualizando-as dentro de uma conjuntura ampla, de modo a procurar compreender a problemática atual da cisão entre teoria e prática nas intervenções sobre o patrimônio edificado, inclusive realizado ou chancelado pelos órgãos de salvaguarda. O que se percebe é que a mudança de leitura e interpretação impactou significativamente as percepções do patrimônio e das diretrizes que devem nortear a prática da intervenção. Contudo, o vasto *corpus* teórico que orienta as práticas de intervenção é consistente e discute, de forma ainda bastante coerente, muitas das questões atuais e não se mostra, ainda, superada. Logo, não há motivo para que seja totalmente desconsiderado, ou tratado como mero preciosismo, mesmo se há (como sempre deve haver) a necessidade de novas discussões e aprimoramentos, conforme o contexto sociocultural vai se alterando. No entanto, ao invés de evoluir e ampliar os conhecimentos e princípios, em alguns aspectos a cisão entre teoria e prática de restauração mostra o contrário: um desconhecimento completo ou uma visão preconceituosa das premissas específicas do campo, ou a regressão para perspectivas já ultrapassadas e superadas, como a ainda frequente defesa do restauro como "retorno ao estado original", ou o rejuvenescimento e estilização da aparência do monumento.

A própria relação da sociedade contemporânea com o tempo e o espaço, aplanando o tempo e comprimindo o espaço (a *compressão espaço-tempo* que Harvey menciona) diminui a realidade e a austeridade do monumento como instrumento de memória e de identidade que transcende gerações. A sociedade do espetáculo, do consumo e do hedonismo o transforma em imagens e ideais que servem ao presente. O patrimônio cultural, como testemunho do passado, é desconstruído em sua sóbria autoridade e sua materialidade, transformando o passado em nostalgia, em fetiche, e sobretudo, em espetáculo. Sendo esta uma maneira de relacionar-se com o espaço construído e com os monumentos relativamente nova, das últimas décadas, esta mudança impactou a maneira com que o público também se relaciona com as cidades históricas e como que os moradores se apropriam de seu próprio patrimônio.

Estas questões apresentadas são fatores essencial para compreender operações contemporâneas como o Programa Monumenta, e para entender o papel do patrimônio enquanto objeto de consumo, principalmente por meio do turismo. Embora a dimensão econômica do patrimônio tenha sempre sido inerente a ele, nas últimas décadas, a popularização das viagens e turismo potencializou de forma exponencial o caráter econômico dos bens culturais. O crescimento exponencial do turismo e a cultura se consolidando como um dos bens mais rentáveis da sociedade contemporânea e, longe de ser um fenômeno simples, têm suscitado diversas discussões e influenciado práticas diversas, que alteram as dinâmicas dos espaços históricos. Ao pesquisar o fenômeno turístico e suas relações com os espaços históricos e com a sociedade que os produz e os visita, é evidente que a fusão atual da gestão do patrimônio com o turismo é fruto de uma nova lógica espacial e econômica, que adveio junto com a globalização, o desenvolvimento do consumo e das facilidades de deslocamento propiciada pelas novas tecnologias. Como tanto, é um processo irreversível e que exige reflexões e cuidados por parte dos proponentes do turismo como ferramenta para a preservação do patrimônio, pois, frequentemente, o que se obtém como resultado é justamente o contrário. As experiências de programas de monta como o Monumenta, que têm o turismo como um de seus motores, a exemplo de experiências internacionais, têm revelado diversas questões difíceis, que vão da gentrificação, à espetacularização, até a deformação caricatural e cenográfica das edificações. Por outro lado, como Maria Tereza Luchiari aponta,

> "Se a conclusão mais fácil nos leva à constatação de que o processo de produção de lugares para o consumo acaba por consumir e degradar os próprios lugares, numa outra perspectiva podemos considerar que essas novas paisagens da urbanização turística representam também as formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis" (LUCHIARI in SERRANO, BRUHNS, LUCHIARI, 2001, p. 108)

E qual é o papel do arquiteto restaurador nesta conjuntura de transformação? Antes de mais nada, é essencial retomar a importância do conhecimento embasado das teorias e normativas que orientam a prática da restauração, aprimorando e atualizando as noções que se mostrem superadas e atuando sempre de forma crítica e reflexiva. O restauro, embora seja também uma forma de projeto arquitetônico, não segue as mesmas regras e procedimentos e atende a outra lógica, outros valores, e é restringida por outros tipos de condicionantes. Desconsiderar todo o conhecimento específico desenvolvido e acumulado ao longo de décadas, em nome de práticas empiristas ou que atendam simplesmente a exigências contemporâneas, como o utilitarismo e as pressões de mercado, é desprezar a própria essência do patrimônio

como objeto de grande complexidade, com valores diversos. Por outro lado, a aplicação das teorias e métodos de intervenção deve ser crítica e contextualizada, e não mera aplicação de um receituário padronizado e meramente tecnicista, como também tem sido frequente. Afinal, se há uma mudança de paradigmas, o arquiteto também precisa estar sensível às mudanças da sociedade e de suas relações com o espaço construído, e buscar soluções criativas que sejam consistentes e coerentes com a natureza do patrimônio e da sociedade que dele usufrui, sem, no entanto, recair no empirismo e no relativismo.

Verificando-se que o risco de perdas e deturpações ocasionadas pelas intervenções geridas pela lógica de mercado turístico, promovidas por interesses alheios ao campo cultural, são danosas para a sociedade contemporânea e vindoura, urge-se que os arquitetos retomem o rigor nas práticas intervencionistas, compreendendo a complexidade de valores trazidos pelas contribuições das ciências humanas nas décadas recentes; em especial, que haja uma melhor formação e conhecimento das questões específicas desta área de atuação; e também maior sensibilidade em compreender a dinâmica das instâncias histórico-artísticas, bem como as do suporte material/valores imateriais em um mesmo objeto; assim como a importância de compreender e agir melhor sobre as relações das edificações com o público que o produz e que dele se ocupa. Neste último caso, é essencial também atentar-se para que diretrizes de projeto não alijam a comunidade local do processo de apropriação do patrimônio, mas sem, no entanto, impor um "discurso autorizado" que desconsidere seu lugar de fala, suas dinâmicas sociais, seus valores, suas condições econômicas e sua relação com o espaço. Só assim é possível propor soluções criativas e coerentes com o local de ação, que se mostrem sustentáveis e pertinentes.

O restauro tem pertinência relativa e se vincula à interpretação do momento em que foi realizado. Por este motivo, o restauro nunca é uma intervenção definitiva, uma vez que o patrimônio tem uma trajetória temporal que vem do passado e pretende continuar existindo até as gerações futuras. Valores como significância ou experiência emotiva dos turistas são importantes, e devem ser consideradas, contudo têm, também, pertinência relativa, na medida em que significados e as experiências alteram-se ao longo do tempo. A sociedade contemporânea presentista, em que as dimensões do tempo se fundem no instante, e que vivencia a realidade por meio do espetáculo e da virtualidade, se afastou da materialidade e, por isso, parece ser evidente que valorizar a substância material pareça algo ultrapassado.

Entretanto, esse caráter inefável da experiência contemporânea é algo pertinente ao presente, até que ponto este sistema de valores se estenderá até o futuro? Qual será a interpretação do patrimônio da sociedade de cinquenta, cem, mil anos à nossa frente? Impossível prever. Nosso dever, enquanto tutores do patrimônio de que dispomos no momento, é garantir que as construções possam continuar existindo para que novas sociedades a signifiquem, para que outras experiências sejam vividas nos espaços, para que outras comunidades se apropriem destas estruturas e interpretem-na com os critérios daquele momento tão fora do nosso alcance. Que não sejamos nós, tão presentistas e imediatistas nesse momento em que tudo rapidamente se consome e se torna obsoleto, os destruidores dos próprios objetos secular que nos propusemos a preservar.

> O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2001, p. 18).

Figura 66 – Vista da construções à beira da Baía da Babitonga, São Francisco do Sul.



Fonte: Priscila Henning, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGUIAR, João Valente. A imagem na cultura do pós-modernismo. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo, jun. 2010, v. 22, n. 1, pp. 179-198.

AGUIAR, José. **Planear e Projectar a Conservação da Cor na Cidade Histórica: experiências havidas e problemas que subsistem**. III ENCORE, Lisboa: LNEC, 2003.

ALMEIDA, Giovana G. F.; ENGEL, Vonia. A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 89, mar. 2017. Disponível em: http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5202. Acesso em: 13 jun. 2019.

ALMEIDA, Onésimo T. Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades. **Cultura**, Vol. 22, 2006, p. 49-69. Disponível em: http://journals.openedition.org/cultura/2147. Acesso em: 23 jan. 2018.

ALSAYYAD, Nezar. **Consuming tradition, manufacturing heritage**. Londres: Routledge, 2001.

AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 2012. 9ª ed.

BAETA, Rodrigo E.; NERY, Juliana C. Entre reflexões e práticas: A experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras/SE. **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo** – ENANPARQ. Natal, 2012.

BAETA, Rodrigo E.; NERY, Juliana C.. Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas. **Oculum Ensaios**, [s.l.], v. 14, n. 2, p.217-240, 6 set. 2017. Cadernos de Fe e Cultura, Oculum Ensaios, Reflexão, Revista de Ciências Médicas e Revista de Educação da PUC-Campinas. http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v14n2a3871. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/3871>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação.** Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1991.

BANDEIRA, Dione da Rocha; BORBA, Fernanda Mara; ALVES, Maria Cristina (Org.). **Patrimônio cultural de São Francisco do Sul com base na pesquisa em arqueologia histórica.** Joinville: Editora Univille, 2017. 239 p. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/editora/VirtualDisk.html/downloadDirect/1145901/LV_patrinonio_cultural.pdf. Acesso em: 13 dez. 2018.

BARRETO, Wxlley Ragne de Lima. **Disneylandização e cidade criativa:** pesquisa etnográfica sobre a Festa de Sant'ana, em Caicó-RN. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Urbanos e Regionais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo:** discussões contemporâneas. [Livro eletrônico]. Campinas, SP: Papirus, 2015.

BAUER, Letícia. Pesquisa histórica sobre São Francisco do Sul (1880 – 1930). In: LUCA, Virginia Gomes de; MARTINS, Marina Canãs (Coord.). **Estudos, levantamentos e consultorias sobre o centro histórico de São Francisco do Sul/SC**. IPHAN, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima; MICHELON, Francisca Ferreira; BEVILACQUA, Cleci. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. **Calidoscópio**, [s.l.], v. 15, n. 3, p.443-454, 26 maio 2017. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOYER, Marc. **História do Turismo de Massa**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** Cotia: Ateliê Editorial, 2004. Trad. Beatriz M. Kühl.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Monumenta – Cadernos Técnicos - Vol. 4**. Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: sudeste e sul. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo – 2018**. Ano base 2017. Volume 45 - 1ª Edição. Brasília – DF, julho/2018. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html. Acesso em abril 2019.

----------. **Anuário Estatístico de Turismo – 2019**. Ano base 2018. Volume 46 - 1ª Edição. Brasília – DF, maio/2019. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html. Acesso em agosto 2019.

BRENDLE, Betânia. Carnavalização Patrimonial: destruição da identidade cromática dos centros antigos de João Pessoa, Areia (PB) e Olinda (PE). In: **Urbicentros #3 Morte e vida dos centros urbanos**. Salvador, 2012.

----------. Falta de arquitetura na restauração da antiga carpintaria de Laranjeiras-SE. In: **Anais do Arquimemória 4**: Encontro internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, Instituto de Arquitetos do Brasil, 2013.

----------. Restauros sem teoria e a falácia da intervenção oficial na preexistência patrimonial no Brasil: malogro do IPHAN em Cachoeira/BA e Laranjeiras/SE. In: **Anais do Arquimemória 5:** Encontro internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador, Instituto de Arquitetos do Brasil, 2017.

BRUNEL, Sylvie. Turismo e Mundialização: rumo a uma disneylandização universal? In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, v. 8, n. 15, p.7-18, 31 maio 2009. Disponóvel em: http://dx.doi.org/10.4215/rm2009.0815.0001. Acesso em abril 2019.

COSTA, Helena Araújo. **Análise das relações em rede e do perfil da competitividade turística:** estudo comparativo entre São Francisco do Sul e Laguna - SC. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo e Hotelaria, Univali (universidade do Vale do Itajaí), Balneário Camboriú, 2005.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 35. IPHAN, 2017. pp. 33-44.

CARBONARA, Giovanni. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**. In: Desígnio, 2006, n. 6, p. 35-47.

CARSALADE, Flavio L. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção em restauro em lugares especiais feitos pelo homem.** Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, área de concentração Conservação e Restauro. Tese de doutorado, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8815. Acesso em junho de 2015.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU/BR). **Resolução nº 51**, de 12 de julho de 2013. Dispões sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wpcontent/uploads/2012/07/RES51-2013ATRIB-PRIVATIVAS20-RPO-1.pdf. Acesso em novembro de 2016.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro**.** Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35. IPHAN, 2017. pp. 79-104.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro; PESSÔA, José Simões de Belmont. Centro Histórico de São Francisco do Sul. In: PESSÔA, José Simões de Belmont. **Caderno de Documentos 2. Estudos de Tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

Comitê do Patrimônio Mundial (World Heritage Committee, UNESCO). **States Parties Ratification Status**. Atualizado em 31 de janeiro de 2017. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/statesparties/ Acesso em março de 2017.

CRIPPA, Giulia e SOUZA, Willian E.R. O patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. In: **Em Questão**. Porto Alegre, v. 17, n.2, pp.237-251, jul/dez 2001.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de Doutorado, 2010.

----------. Teoria e Método no campo da restauração. **Revista Pós**. São Paulo. v.19 n.31, junho 2012. pp. 98-115.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **O Direito à Memória**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), 1992.

CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz. **Patrimônio cultural:** memórias intervenções humanas. São Paulo: Annablume/Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017.

DÉBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DIOGO, Erica (org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

DUARTE JUNIOR, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. **Revista CPC**, n. 10, p. 49-88, 1 out. 2010.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação.** São Paulo: Ed. Blucher, 2011. 6ª edição.

FRATUCCI, Aguinaldo C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Fecomércio SC - Turismo de Verão 2016**: Turistas e Empresários. 2016. Disponível em: http://www.fecomercio-sc.com.br/fmanager/fecomercio/pesquisas/arquivo490_1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2016.

FEILDEN, Bernard M. Conservation and Tourism. In: **Cultural Tourism** – International Scientific Symposium, 10th General Assembly – Sri Lanka. Paris: ICOMOS, 1993. pp. 59-65.

FERNANDES, Ana M. V. Turismo e Patrimônio na cidade de Barcelona. In: **XV Encontro Geógrafos da América Latina** - EGAL, 2015, Habana. Memórias, 2015.

FONSECA, Maria Cecília F. L. **Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

FORTUNA, Carlos. Património, turismo e emoção. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 97 | 2012. Disponível em: http://rccs.revues.org/4898 Acesso em 23 junho 2016. DOI : 10.4000/rccs.4898

Forum Econômico Mundial. **Travel and Tourism Competitiveness Report 2015**. Disponível em: https://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2015/index-results-the-travel-tourism-competitiveness-index-ranking-2015/. Acesso em março de 2017.

FROLICH, Martin. Is there a tourist culture? In: **Cultural Tourism – International Scientific Symposium**, 10th General Assembly – Sri Lanka. Paris: ICOMOS, 1993. pp. 66-69.

FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2005.

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.77-89, nov. 2003.

GIANNECCHINI, Ana Clara. **O IPHAN e o Programa Monumenta**: Lições para a gestão do patrimônio cultural. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2014.

GOMES, Marco Aurélio A. F; CORRÊA, Elyane L (orgs.). **Reconceituações contemporâneas do patrimônio** [online]. Salvador: Edufba, 2011. Arquimemória collection. Disponível em: SciELO Books http://books.scielo.org.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.

----------. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: a cultura como patrimônios. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 35. IPHAN, 2017. pp. 213-226.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade – presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

----------. Tempo e Patrimônio**.** In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

----------. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

----------. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. In: **International Journal of Heritage Studies**, Vol. 7, No. 4, 2001, pp. 319± 338.

HENNING, Priscila. **Memória, preservação e autenticidade:** a colônia alemã-bucovina no Paraná. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. Disponível em: http://houaiss.uol.com.br.

HUYSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.

----------. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). **Carta de Turismo Cultural**. 1976. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf. Acesso em março 2019.

International Council on Monuments and Sites (ICOMOS). **International Cultural Tourism Charter: Managing Tourism in Places of Heritage Significance**. 1999. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/tourism_e.pdf. Acesso em março 2019.

IPHAN**. Cartas Patrimoniais**. Disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226. Acesso em: datas diversas entre 2015 a 2019.

IPHAN. **Portaria nº 420**, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf > Acesso em: 17 jan. 2017

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte**, Salvador, vol. 6, nº 1, 2003, p. 33-39. Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347. Acesso em novembro de 2017.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernidade:** A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation:** The contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property. 1986. 446 p. (Doutorado em Arquitetura) – Institute of Advanced Architectural Studies, University of York, Inglaterra. Disponível em: http://www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf. Acesso em março de 2017.

----------. **Conceitos e ideias sobre conservação**. In: ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. UFPE/CECI. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

----------. International Trends in Historic Preservation: From Ancient Monuments to Living Cultures. In: **Bulletin of the Association for Preservation Technology** (APT Bulletin), Vol. 29, No. 3/4, Thirtieth-Anniversary Issue (1998), pp. 17-19.

KAUFMAN, Jerome L.; JACOBS, Harvey M.. A Public Planning Perspective on Strategic Planning. **Journal Of The American Planning Association**, [s.l.], v. 53, n. 1, p.23-33, 31 mar. 1987. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/01944368708976632.

KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. The Generic City**.** In: **S, M, L, XL.** Nova York: The Monacelli Press, 1997. 2a edição. pp. 1248-1264.

KOOLHAAS, Rem. **Preservation is overtaking us.** GSAPP Transcripts. New York: Columbia Books on Architecture and the City, 2014. Disponível em: https://www.arch.columbia.edu/books/reader/6-preservation-is-overtaking-us#reader-anchor-5. Acesso em março de 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração**.** In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 309-330. jan./dez. 2004.

----------. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. In: **Revista CPC** (Centro de Preservação Cultural / USP), São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006a.

----------. Restauração hoje: método, projeto e criatividade. **Desígnio**, São Paulo, n. 6, p. 19-34, 2006b.

----------. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

----------. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.18. n.2. p. 287-320. jul.- dez. 2010.

----------. Desconstruindo os preconceitos contra a restauração**.** In: **Revista Restauro**, edição nº 0, 2016. Disponível em: http://web.revistarestauro.com.br/desconstruindo-os-preconceitos-contra-a-restauracao/. Acesso em dezembro de 2017.

KÜHL, Beatriz; VIVIO, Beatrice; CAMPANELLI, Alessandro; CERROTI, Alessandra. Seminário de Estudos sobre Restauração Arquitetônica: "temas recentes no restauro na Itália", FAU – Maranhão. In: **Revista Pós**, Universidade de São Paulo, v. 17, n. 27. São Paulo, junho 2010.

LEAL, Claudia B.; TEIXEIRA, Luciano dos S.; CHUVA, Marcia. **Patrimônio Cultural.** Volume 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

LEITE, Rogério P. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas, SP: Unicamp / Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da Cultura de Massa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country - Revisited.** New York: Cambridge University Press, 2015. Versão digital Kindle.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. In: **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 17, pp. 95 - 105, 2005.

LUVIZOTTO, Caroline K. **Modernidade e modernidade tardia.** In: As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. pp. 53-63. Disponível em: http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-05.pdf. Acesso em jun. 2019.

MARTINS, Marina Cañas. **Paisagem em Circulação:** o imaginário e o patrimônio paisagístico de São Francisco do Sul em cartões-postais (1900-1930). (2008) 197f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MEERWEIN, Gerhard; RODECK, Bettina; MAHNKE, Frank H.. **Color - Communication in Architectural Space**. 4. ed. Berlin: Birkhäuser Verlag Ag, 2007.

MENEGUELLO, Cristina. A preservação do passado das cidades: considerações sobre patrimônio e identidade. In: **SCHU** – 1900, n.2 v.2 2000a [Online]

----------. A preservação do patrimônio e o tecido urbano. Parte 1: A reinterpretação do passado histórico. In: **Arquitextos**, São Paulo, ano 01, n. 003.05, Vitruvius, ago. 2000b http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992. Acesso em setembro de 2016.

----------. O coração da cidade: observações sobre a preservação dos centros históricos. In: **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, nov-dez, 2005. [Online] < http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/coracao_da_cidade.pdf>.

----------. **Da ruína ao edifício: neogótico, reinterpretação e preservação do passado na Inglaterra vitoriana.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

MENESES, José N. C. **História & Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** pp. 9 – 23, V. 34. São Paulo, 1992.

MEURS, Valerie M.; ROBLES, Lucía G (orgs.). **Conversaciones**... con Paul Phillippot. México DF, vol. 1, n.1, 2015. Coordinación Nacional de Conservación del Patrimonio Cultural (CNCPC); Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH). Disponível em: https://mediateca.inah.gob.mx/repositorio/islandora/object/issue%3A864. Acesso em: nov. 2018.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno:** arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MONTEIRO, Peter R. **Vitória Cidade e Presépio:** os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume/Fapesp / Vitória: Facitec, 2008.

NADAL, Paco. Nove lugares que odeiam os turistas.. [s.l.], 4 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/01/elviajero/1496315476_605835.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM. Acesso em: maio 2018.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15660. Acesso em julho 2019.

NOBRE, Eduardo A. C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e 'gentrificação' no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR**, 10., 2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. Disponível em: http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/nobre_intervencoes_urbanas_salvador.pdf. Acesso em maio 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, .10, dez. 1993, p.7-28. Trad. Yara Aun Khoury.

NURYANTI, Wiendu. Heritage and postmodern tourism. In: **Annals Of Tourism Research**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.249-260, jan. 1996. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383(95)00062-3.

OLIVEIRA, Andréa de; CARVALHO, Aldair; MEIRA, Vanessa Aparecida de. Patrimônio e preservação: o exemplo do Centro Histórico Tombado de São Francisco do Sul, estado de Santa Catarina, Brasil. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; SANTOS, Marcos César Pereira (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente:** educação contextualizada – Arqueologia e diversidade. Volume III. Criciúma: Unesc, 2018. Cap. 7. pp. 132-144. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/6391. Acesso em: 10 jan. 2019.

OLIVEIRA, Jardiel Sampaio; SALCEDO, Rosío Fernández Baca. As múltiplas dimensões da reciclagem e requalificação do edifício Brigadeiro Tobias no centro histórico de São Paulo**. Anais do 7o Seminário Docomomo Brasil**: O moderno já passado, o passado no moderno - reciclagem, requalificação, rearquitetura, Porto Alegre, p.1-2, 24 a 27 out. 2007.

Organização dos Estados Americanos (OEA). **Normas de Quito**.1967. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf. Acesso em março 2019.

Organização Mundial do Turismo (OMT**). UNTWO Annual Report 2014**. UNWTO, Madri, 2015. Disponível em: http://www2.unwto.org/annual-reports. Acesso em: 05 de junho de 2015.

----------. **UNWTO Tourism Highlights 2016 Edition**. Madri, 2016. Disponível em: http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145. Acesso em março de 2017.

----------. **UNWTO Annual Report 2017**. UNWTO, Madrid, 2018. DOI: https://doi.org/10.18111/9789284419807. Acesso em março 2019.

PAULI, Roberta Cristina Silva. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul.** 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville, 2010.

PEIXOTO, Paulo. Gestão estratégica das imagens das cidades: análise das mensagens promocionais e das estratégias de marketing urbano. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra. Número 56, fevereiro, 2000. pp. 99-122. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/56/Paulo%20Peixoto%20-%20Gestao%20estrategica%20das%20imagens%20das%20cidades.pdf. Acesso em maio 2019.

PEIXOTO, Paulo. A cidade performativa na era da economia das experiências. In: FORTUNA, Carlos et. al. (orgs). **Cidade e espetáculo:** a cena teatral luso-brasileira contemporânea. São Paulo: EDUC, 2013. pp. 141-152.

PEREIRA, Carlos da Costa. **História de São Francisco do Sul.** Florianópolis: Editora da UFSC; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, 1984.

PEREIRA, Vanessa Maria. Gestão democrática do patrimônio cultural em São Francisco do Sul (SC). **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, p.119-128, maio/out. 2006.

----------. **São Francisco do Sul:** o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAUCIDADE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PORTER, Benjamin W.; SALAZAR, Noel B.. Heritage Tourism, Conflict, and the Public Interest: An Introduction. **International Journal Of Heritage Studies**, [s.l.], v. 11, n. 5, p.361-370, jan. 2005. Informa UK Limited. http://dx.doi.org/10.1080/13527250500337397.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira.

POZZOBON, Bruno Cezar. **Preservação do Patrimônio Cultural:** discutindo ações para o Centro Histórico e Paisagístico de São Francisco do Sul/SC. 2016. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

RAIZMAN, David; ROBIE, Ethan. **Expanding Nationalisms at Worlds' Fair:** Identity, Diversity, and Exchange, 1851-1915. Boston: Routledge, 2017.

REYNOLDS, Simon. **Retromania: pop culture's addiction to its own past.** New York: Faber & Faber, 2011.

RIBEIRO, Cecilia. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? **Arquitextos**, São Paulo, ano 16, n. 189.03, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953. Acesso em maio 2019.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos:** a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de Cidade:** Novos Léxicos Urbanos, Coimbra, Ed. Almedina, 2009. pp. 24-40.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Cotia: Ateliê Editorial, 2008. Trad. Maria Lúcia Bressan Pinheiro.

RUSSO, Antonio Paolo. The "vicious cycle" of tourism development in heritage cities. In: **Annals of Tourism Research,** Vol. 29, No. 1, 2002, pp. 165-182.

SABOYA, Renato. Planejamento estratégico de cidades – parte 1. **Urbanidades**: Urbanismo, Planejamento e Planos Diretores. 2008. Disponível em: https://urbanidades.arq.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1/. Acesso em: 11 nov. 2018

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, [s.l.], v. 22, n. 44, p.289-310, 2002. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-01882002000200003.

SANT'ANNA, Marcia. **A cidade-atração:** a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

----------. A cidade-atração – Patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil nos anos 90. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades**, vol. 1. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a. p. 153-172.

----------. A recuperação do centro histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte**, Salvador, v. 6, n. 1, 2003b. pp. 44-59. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3231/2349. Acesso em março 2019.

SANTOS, Maria Helena Mattos Barbosa dos. O Turismo em São Francisco do Sul (SC-Brasil): cidade e patrimônio cultural no desenvolvimento sustentável. **Anais do Seminário da Anptur**, São Paulo, s/p, 2016. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/635.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese; REIS, Maria José (Orgs.). **São Francisco do Sul:** muito além da viagem de Gonneville. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. O Programa Monumenta e o modelo de centro histórico das cidades brasileiras. **Parc Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 3, n. 1, p.16-34, 30 jun. 2012. Universidade Estadual de Campinas.

SCHLEE, Andrey R; QUEIROZ, Hermano. O jogo de olhares. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Nº 35. IPHAN, 2017. pp. 105-120.

SEIBEL, Nelci Terezinha. **São Francisco do Sul 500 anos: construções históricas.** Joinville: S&A Editora, 2004.

SERRANO, Celia; BRUHNS, Heloísa Turini; LUCHIARI, Maria tereza D. P (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo.** Campinas: Papirus, 2000. 2ª. edição.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Scientiae Studia**, [s.l.], v. 6, n. 1, p.43-81, mar. 2008. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100003. Acesso em 20 jan. 2018.

SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. In: **Aurora**. Marília, Ano V, número 7 – janeiro de 2011. pp. 106-113.

SMITH, Laurajane. **The uses of heritage**. New York: Routledge, 2006.

SORKIN, Michael. See you in Disneyland (Capítulo 16). In: FAINSTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott (org). **Readings in Planning Theory:** Studies in urban and social change. Hoboken, NJ: Wiley, 2003. pp. 205-232.

TIMOTHY, Dallen J.; BOYD, Stephen W. Heritage Tourism in the 21st Century: Valued Traditions and New Perspectives. **Journal of Heritage Tourism**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-16, jul. 2006.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Paris, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em novembro 2017.

UNESCO, ICCROM, ICOMOS. **Nara Conference on Authenticity – Japan 1994:** proceedings. Trondheim, Noruega: Tapir, 1995.

URRY, John. Globalizando o olhar do turista. In: **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, 2016, v.23.2, p.142-155. Trad. Natália Otto.

VARGAS, Helena C.; PAIVA, Ricardo A (orgs.). **Turismo, arquitetura e cidade.** Barueri, SP: Manole, 2016.

VASCONCELLOS, Lélia M.; MELLO, Maria Cristina F. Terminologias em busca de uma identidade. In: **Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte**, Salvador, vol. 6, nº 1, 2003, p. 60-63. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3232. Acesso em: maio 2018.

VASCONCELOS, Marcela C. A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15689. Acesso em: 10 jul. 2019.

VEIGA, Maria do Rosário; TAVARES, Martha. Características das paredes antigas. Requisitos dos revestimentos por pintura. In: **Actas do Encontro: A indústria das tintas no início do século XXI.** Lisboa: APTETI, 2002.

VERLINDEN, Charles. Paulmier de Gonneville e os Índios do Brasil em 1504. **Revista de História**, São Paulo, v. 39, n. 19, p.3-17, jul./set. 1959. Conferências. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119712. Acesso em: 22 ago. 2018.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

VIÑAS, Salvador Muñoz**. Contemporary theory of conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.

WALSH, Kevin. **The representation of the past:** museums and heritage in the post-modern world. London: Routledge, 1992. [E-book publicado por Taylor & Francis]. Disponível em: https://www.taylorfrancis.com/books/9780203075722. Acesso em: 30 ago 2018.

WATERTON, Emily; WATSON, Steve (orgs.). **The Palgrave handbook of contemporary heritage research.** Houndmills, Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2015.

WELLS, Jeremy C. Using sequential mixed social science methods to define and measure heritage conservation performance. In: ZANCHETI, Silvio M.; SIMILÄ, Katrina (Org.). **Measuring Heritage Conservation Performance**. Olinda e Roma: Ceci & Iccrom, 2012. p. 165-173. Disponível em: www.iccrom.org/ifrcdn/pdf/ICCROM_19_Measuring-Heritage-Performance01_en.pdf. Acesso em: abril 2017.

WTTC – World Travel & Tourism Council. **Travel and Tourism Economic Impact 2018:** Brazil. 2018. Disponível em: https://www.wttc.org/economic-impact/country-analysis/country-reports/. Acesso em agosto 2019.

ZANCHETI, Silvio et al. **A pátina na cidade.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008a. 15 p. (Textos para Discussão n. 31 – Série Gestão da Conservação Urbana). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/en/informacao/acervo-para-download/category/2-cursos.html?download=10:texto-discusso-31. Acesso em: março 2017.

----------. **Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2008b. 15p. (Textos para Discussão V. 28 – Série 3 – Identificação do Patrimônio Cultural). Disponível em: http://www.ct.ceci-br.org/ceci/br/informacao/acervo-para-download/category/2-cursos.html?download=13%3Atexto-discusso-28. Acesso em: abril 2018.

ZANIRATO, Silvia H. A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil: Potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. História, Cultura e Cidade. In: **HAOL**, Núm. 14, Otoño, 2007. pp. 35-47.

Entrevistas realizadas:

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Entrevista concedida a Priscila Henning**. Florianópolis, 31 jan. 2019a. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A dessa tese.

----------. **Entrevista concedida a Priscila Henning**. São Francisco do Sul. 07 de fev. 2019b. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A dessa tese.

COSTA, Ângelo Pereira. **Relato concedido a Priscila Henning.** São Francisco do Sul. 08 de fev. 2019. Trechos do relato encontram-se transcritos no Apêndice A dessa tese.

APÊNDICES

Transcrições de Entrevistas:

1.1. Entrevista com Dalmo Vieira Filho.
31 de janeiro, 2019 (por telefone)

1.2. Entrevista com Dalmo Vieira Filho.
07 de fevereiro, 2019. São Francisco do Sul.

1.3. Conversa com Ângelo Pereira Costa.
08 de fevereiro, 2019. São Francisco do Sul.

(*) O texto das entrevistas e relatos transcritos foi adaptado, eliminando as características comuns na fala que tornam-se pouco compreensíveis quando transcritas de forma literal. Interrupções, repetições, ruídos, vícios de linguagem, redundâncias, oscilações e cumprimentos iniciais e finais foram eliminados para privilegiar os dados objetivos colhidos nas respostas dos entrevistados. De modo similar, entrevistas longas foram editadas para enfatizar apenas as informações efetivamente utilizadas nesta pesquisa.

Os áudios completos podem ser obtidos em contato direto com esta autora.

1.1. **Entrevista com Dalmo Vieira Filho.** Ex-superintendente do IPHAN em Santa Catarina e idealizador dos projetos de preservação no centro histórico de São Francisco do Sul. Entrevista realizada em 31 de janeiro, 2019 *(por telefone).*

Priscila Henning: Primeiramente, com relação à questão turística em São Francisco do Sul. O entendimento do turismo como meio de conservação do patrimônio é algo bem frequente, inclusive esta associação já aparece em algumas das Cartas Patrimoniais e outros documentos desde a década de 1960. É uma relação que não tem como dissociar e nem tem sentido, uma vez que pode ser muito interessante, muito rica. Verifiquei nas leituras que fiz que o senhor participou do processo de preservação de São Francisco [do Sul] já desde o início, desde a época em que foi feito o estudo [em nível] municipal. E eu percebi que esta intenção de transformar São Francisco em um atrativo turístico, como inclusive um meio de desenvolvimento econômico, já era um discurso presente desde a época do tombamento na Prefeitura. Gostaria de perguntar para o senhor como foi o processo, como o senhor avalia os resultados destas políticas, inclusive a política que depois foi implementada pelo próprio IPHAN, através do programa Monumenta.

Dalmo Vieira Filho: [...] A gente fez uma reflexão sobre São Francisco do Sul, que é o seguinte: o turismo tem muita importância no Brasil, mas tem um conceito que beneficia muito São Francisco [do Sul], que é a ideia de lazer regional. A gente tenta distinguir o seguinte, por exemplo, o turismo clássico a gente[256] faz, digamos, no Ceará, Alagoas, Pernambuco. O que eu chamo de turismo clássico: a gente se programa para passar uma semana, dez dias; reserva um hotel, um avião, chega lá e aluga um carro, e vai para Jericoacoara... No ano seguinte, talvez a gente vai para o Caribe, ou vai para qualquer outro lugar. Isso é diferente de um lugar como São Francisco do Sul, aonde a gente pode ir de carro, e aí, neste caso, várias vezes por ano. [...] Quem vem de Curitiba, de São Bento, de Florianópolis, de Blumenau... a gente está falando de uma viagem de menos de duas horas. É o que a gente chamaria de lazer regional, é uma opção a mais... Até porque, por exemplo, naquela comparação de ir para o Ceará, a gente vai uma vez na vida, ou duas... Depois vai para Pernambuco, para o Pará, para o Rio Grande do Norte, Bahia... é um dos destinos turísticos. E a ideia do lazer regional, é que a pessoa possa se transformar em um frequentador. Ela gosta do lugar, e aí no aniversário da mulher, do filho, eles vão passar um fim de semana, são várias [*interrupção inaudível*]. Essa constatação, como São Francisco está no centro de uma região, muito próxima de quem iria, por exemplo, de Curitiba para Florianópolis, Ponta Grossa, tudo o mais... a gente começou a imaginar esse conceito de lazer regional que deveria primar pela qualidade, com um receptivo bem feito, com o objetivo de lidar principalmente com pessoas que moram perto e que tivessem a possibilidade de ir várias vezes na vida a São Francisco do Sul. Bem, este projeto foi exposto a muito tempo atrás. Ele estava lá nos fundamentos do Monumenta, nas próprias justificativas do tombamento – isso já poderia estar, não lembro exatamente como a gente formatou isso. Mas o Museu do Mar, o programa Monumenta, a ideia de uma marina... todos são elementos que consolidariam essa vocação, isso partia muito desse debate: qual era a vocação, o papel do centro histórico? Como a gente poderia imaginar o desenvolvimento do centro histórico no contexto de São Francisco? [*Inaudível*]. A gente viu que no contexto de praias, principalmente naquela época, todo mundo ia para Camboriú, Piçarras... São Francisco? Quem vai para a praia não vai para o centro histórico.

PH – Certo... a maioria não conhece [o centro histórico], né?

DVF – Exatamente. E assim se criou esse conceito do centro regional que seria muito direcionado para Jaraguá [do Sul], Joinville, Curitiba, Florianópolis, para as cidades bem próximas. Nós chegamos a fazer uns cartazes, uma produção direcionada especificamente para esta região, uma ideia bem primária desse projeto seria assim: a pessoa trabalha em Joinville durante a semana, e vai gastar o dinheiro no fim de semana em São Francisco. Mas isso precisa que os hotéis... Os hotéis até estão razoáveis, mas a culinária teria que evoluir, ter eventos, programação no cinema, a biblioteca tem que estar aberta, quer dizer... Este ano eu discuti muito com o prefeito atual, a gente

[256] Na resposta, o entrevistado refere-se aos habitantes da região Sul. Tanto a autora quanto o entrevistado são moradores do Paraná e Santa Catarina (respectivamente), e frequentam a região há décadas – daí a menção à realidade específica deste tipo de visitante de São Francisco do Sul.

tem muita esperança no Renatinho[257], né? Mas eu te diria assim: algumas coisas a gente conseguiu fazer deste projeto, mas ele continua mais no potencial do que nos resultados. Concorda?

PH: Concordo bastante. São Francisco tem mesmo essas vocações variadas: tanto pelas praias, e tem esse valor cultural do centro histórico. [Quanto ao centro histórico], o valor dessas edificações, deste conjunto, foi mais pelo valor paisagístico, histórico, artístico... qual foi o principal critério para justificar estas políticas?

DVF: Como é a cidade mais antiga aqui de Santa Catarina – na verdade, [é a mais antiga] do Sul, depois de Paranaguá, vem São Francisco. No fundo, aqueles edifícios têm valor do ponto de vista arquitetônico, do ponto de vista histórico, por ser parte deste processo de expansão planejada para o Sul, que acaba levando o território do Brasil para muito adiante de Tordesilhas... A justificativa do tombamento do conjunto vai desde [...] acho até que a cidade está inscrita no Livro do Tombo Histórico e no de Belas Artes. E tem muito também do aspecto da tradição, né? A dança do vilão, o [*inaudível*], tem muita coisa do patrimônio imaterial em São Chico.

PH: Mas eu percebi uma ênfase maior no aspecto paisagístico em si [...] Como as edificações em si não são tombadas individualmente, mas como um conjunto, um todo. Então seria um valor mais paisagístico do que necessariamente o valor histórico de cada uma das edificações, até porque elas são mais recentes, né...

DVF: Realmente, o conjunto é [...] tem uma conotação paisagística grande. Não é uma simples somatória de casas de valor, é uma interação das construções ao longo do século, com a natureza... isso forma o valor.

PH: Um aspecto que, para mim, foi bem notável ali em São Francisco... Isso do ponto de vista de uma usuária, pois eu lembro bem da intervenção na cidade, pois estava cursando Arquitetura na época da intervenção do Monumenta [...] E percebi depois uma perda de centralidade ali do Centro Histórico [nos anos seguintes à ação do Monumenta na cidade], inclusive este foi tema de uma pesquisa de mestrado [de Bruno Pozzobon] do PEP [-IPHAN]... E eu havia percebido mesmo um certo esvaziamento ali da Rua da Babitonga, especialmente depois da saída das agências bancárias, a maioria foi para a região da Av. Barão do Rio Branco... E eu gostaria de saber como você diagnostica esse processo de perda de vitalidade urbana, se isso de fato acontece, ou se é uma percepção talvez equivocada minha... E, se sim, se isso se deu em decorrência da valorização [da área], de um novo perfil socioeconômico da região, o que poderia explicar este processo?

DVF: Isso é um ponto central [...] e também perpassa a questão turística. Na verdade, o nosso conceito é que São Francisco tem como vocação ser um centro regional de lazer, mas antes de tudo tem que se manter como cidade, para não ser uma coisa artificial. Até do ponto de vista turístico, continuar sendo uma cidade onde as pessoas moram, o mercado funciona, a peixaria, a padaria... é uma coisa essencial. Então a gente não tentou uma glamurização que independesse da população, da continuidade da vida [cotidiana]. Mas o que que aconteceu? Principalmente pela questão de trânsito, eu acho, ter lugar para estacionar, ter facilidade para se locomover, né? Ao longo do tempo, primeiro [houve] uma perda mesmo de vitalidade no centro porque, com a facilidade de trânsito para Joinville – e também por [conta de] esta proximidade que a gente fala, também perde potencial para Curitiba, para essas outras cidades. A verdade é que se uma pessoa vai comprar uma geladeira, por exemplo, um automóvel, um bem durável assim mais caro, ela vai pesquisar hoje em dia na internet e vai ver que provavelmente vai ser mais barato, a loja é muito maior, lida com muito mais clientes, ali em Joinville ou em Curitiba. Então já havia uma decadência que foi se acentuando com o tempo a partir da conexão viária, e logo depois pela internet. E, bem, lá pelas tantas, aquele bairro próximo começou a ter um crescimento mais desordenado – e essa coisa é um problema para o patrimônio, porque ao normatizar, mesmo com flexibilidade, mas segurando mais as coisas... há uma tendência das pessoas procurarem uma coisa mais livre, mais moderna, com condições mais fáceis. E assim foi se criando esta centralidade longe do centro histórico, que nós consideramos muito ruim, sabe? Eu cheguei, no ano passado, no retrasado, a gente desenvolveu um projeto bem interessante, acho... naquela região ali da Pedreira, está na área tombada também, mas não fica no coração do centro histórico [...] fica ali nas imediações do Porto.

[257] Renato Gama Lobo (PSD), prefeito de São Francisco do Sul entre 2016-2020.

[...] Quando a gente fez o tombamento, acabou prevalecendo – e isso foi meio inédito no Brasil, em Laguna e São Francisco – o critério geográfico, quer dizer, proteger o sítio. No caso de São Francisco, são aquelas montanhas que existem e o Rio Pedreira que delimita o centro histórico. Não é só um conjunto de casas, é o sítio geográfico, com o arruamento, com o conjunto de casas, é um pouco mais que o paisagístico, como tu colocastes. Então é o conjunto de decisões que acabaram levando à configuração atual das cidades. Aquela área não estava prevista, inicialmente, para entrar no tombamento. É uma área que já está bastante descaracterizada, é uma área mais transformada, e tal. Mas ela entrou quando todo mundo se definiu por este critério geográfico [...] Bem, esta área, justamente por ter uma arquitetura mais transformada, a gente achou que ela pudesse ser uma base de uma [*incompreensível*]. Um processo intencional de levar mais gente, mais atividade econômica, mais animação, porque o centro histórico, além de tudo, é muito sensível. Aquelas casas térreas, ou de dois andares, o limite de ter gente lá, de ter atividade, ter dinamismo, é relativamente restrito. [...] E a Pedreira poderia, no nosso entendimento, uma das opções. A pessoa poderia morar lá, ter escritórios, transitar com mais facilidade... caminhando mesmo, ou morar no centro histórico, vir almoçar, ter os horários de lazer, caminhar à noite, alguma coisa neste sentido. Esse projeto tinha uma proposição de um proprietário que estava querendo fazer negócio com dois imóveis ali, e a gente acabou desenvolvendo este conceito, não foi para a frente porque afinal ele acabou não comprando esses dois terrenos, sabe? Mas a gente colocou no papel uma série de reflexões e de alternativas que acho que foram bem inovadoras para o patrimônio do Brasil [...].

PH: É quase como se fosse uma zona de amortecimento, entre o patrimônio e a área mais nova?

DVF: É, de certa maneira, é sim... É um dilema, né? Os centros tombados precisam estar em condições de concorrer com os centros novos que são naturalmente mais dinâmicos, né? Então ele precisa se recapacitar para continuar sendo protagonista. E este projeto lida com esta opção.

PH: E com relação às políticas urbanísticas, como o plano diretor, ele leva em consideração esta questão? O zoneamento, ou há alguma tentativa de dinamizar ali o uso do centro histórico...? Porque os espaços de comércio [no centro histórico] estão abandonados, pouco ativos, né?

DVF: Exatamente, e parece que cada vez mais, né?

PH: E é incompreensível, né? Porque a gente imagina que, diante das melhoras, da requalificação daquele espaço... é incompreensível perceber isso acontecer.

DVF: É... Bem, a gente tá falando de qualificação do espaço. Tu vens veranear, a gente vai muitas vezes a trabalho ou a lazer, mas para o morador, e particularmente pelos valores que são colocados pela sociedade de hoje, vale o lugar que você estaciona na frente, que ele tem facilidade... Infelizmente, essa acaba sendo a regra. Para o próprio comerciante: onde ele tenha área suficiente para um depósito, onde ele próprio possa trazer um caminhão e abastecer, e levar o resultado da sua venda com mais facilidade... é uma série de fatores, mas principalmente ligados às noções de conforto que a sociedade tem hoje em dia, que eles acabam não conseguindo conviver com essas restrições maiores de um centro histórico como São Francisco. É fácil perceber de onde que veio, mas as opções reais de lidar com isso, de reverter essa situação, não são fáceis. Nós tentamos, chegamos a ir à direção central da Caixa Econômica, conseguimos algumas adesões – e nos Correios, a mesma coisa – quando os gerentes locais quiseram (quiseram não, acabaram mesmo fazendo isso) , levando a Caixa Econômica, tirando dali do Centro... e mesma coisa, o Correio. É lamentável. No começo, há dez anos atrás, uma vez um Prefeito me chamou e falou, "Dalmo, nós achamos uma solução. O que você acha da gente tirar a Prefeitura daqui? E deixar o centro histórico só para turista?". E eles ficaram perplexos quando falamos, mas isso é uma bobagem, a cidade vai [*interrupção inaudível*]. Aí acho que convenci alguns deles, ou por isso, ou por falta de meios para fazer o que queriam, acabaram não tirando a Prefeitura dali. Mas eu atribuo mas a essa noção de valores, de conforto, e a dificuldade de lidar com [essas restrições].

PH: E em casos de cidades como Paraty, como isso foi feito? Porque lá também há restrições de carros, e é uma cidade mais ativa? Estive lá em vários momentos, em várias épocas do ano, e a cidade está sempre viva, tem sempre uma atividade acontecendo...

DVF: Eu gosto muito de Paraty. Coordenei, inclusive, do trabalho de proposição de Paraty como Patrimônio da Humanidade, talvez agora no ano de 2020[258] isso vá sair... Mas Paraty tem um estigma. É estigmatizada inclusive dentro do IPHAN, por uma corrente que eu acho que só pega um lado e assume uma crítica que vem do exterior, apesar de que todos os centros [históricos considerados] Patrimônio da Humanidade na França, na Alemanha, são completamente gentrificados. São muito semelhantes entre si. Paraty, o que aconteceu? Primeiro, o lugar estava praticamente parado no tempo, mal se chegava lá, às vezes só se chegava de barco. Nos anos 1970, foi construída a Rio-Santos. De repente esse lugar, que só se chegava pela serra [..] ela ficou à margem da conexão São Paulo-Rio de Janeiro pelo litoral. E aquilo virou um foco para o turismo brasileiro. Alguns atores da Globo, logo no começo do processo, compraram alguns casarões de Paraty e transformaram em pousadas. Na realidade, hoje em dia, Paraty quase não tem mais moradores originais no centro histórico, virou comércio, lojas...

PH: Ah sim... um processo de exclusão, mesmo, né?

DVF: Sim, mas aí é que está: essas coisas têm que ser analisado com bastante profundidade. Parte da população realmente se desfez do imóvel ali bem na Matriz, na praça, bem no centro da cidade. Mas Paraty continua tendo, por exemplo, uma das Festas do Divino mais interessantes do litoral do Brasil. Tem uma questão econômica aí – e queremos ou não, a gente é capitalista – que quando uma propriedade, uma pessoa que vivia da pesca, ela passa a valer mais do que ele poderia ganhar com a pesca na vida inteira, seria totalmente artificial... Na realidade, nenhum país – na França, na Itália – praticamente não se consegue deter essa tentação do morador, da pessoa original, vender o imóvel. Isso aconteceu em Paraty. Então há uma crítica muito grande, dentro do próprio IPHAN, em relação a esta dinâmica.

PH: Seria o caso do Pelourinho também, né?

DVF: Os casos mais sérios do Brasil, neste quesito, seriam Tiradentes (MG), Paraty (RJ) e Pirenópolis (GO). O Pelourinho já foi uma outra coisa. Era mais... bom, havia um empobrecimento, e aí sim, veio aquele projeto da turma do Antonio Carlos Magalhães, e aí usaram este mesmo critério de expulsar para tentar fazer um *shopping* a céu aberto. Não funcionou, não funcionou em lugar nenhum. É tudo bem complexo, tem muita dose de subjetividade. Em São Francisco, sempre, enquanto estive na coordenação do processo, se alguém queria fazer uma casa, ou manter a casa e ampliar, eu sempre defendi que "nós vamos dar um jeito", sabe? Porque ter o morador, ter uma família [morando ali]... Posso até te mostrar alguns casos em que a gente olha e pode até dizer "isso aqui está ruim no contexto", mas a gente abriu mão porque considerávamos que a restauração do centro histórico, a vida da cidade, tem nesse componente da vida da cidade, da presença do morador, uma da das coisas mais imprescindíveis. A gente chegou muitas vezes a ter que engolir sapo, com projetos ruins, um pouco exagerados, mas conseguimos manter...

PH: Para tentar negociar com o morador a permanência, né... E tem essa visão equivocada de que se [uma edificação] é patrimônio, precisa ser vendido, e tem que ser para o poder público, para uma atividade cultural... E acaba acontecendo esse esvaziamento da vida cotidiana nesses espaços.

DVF: Exatamente. O poder público cada vez tem menos condições de fazer coisas no Brasil, né?

[...]

PH: Bom, especificamente sobre algumas edificações isoladas. O Mercado Público me chamou muito a atenção, especialmente durante as obras do Monumenta. Eu conheci o Mercado anteriormente, e ele tinha outra cor – era um tom meio bege, meio rosa claro. Na intervenção, [foi feita a] pintura em amarelo, com acabamentos verde, ficou muito bonito. Porém, visitando outras cidades, especificamente Itajaí e Florianópolis, me chamou a atenção que os mercados [destas cidades] tiveram um tratamento muito similar,

[258] Paraty e Ilha Grande foram, de fato, reconhecidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) como patrimônio cultural da humanidade naquele mesmo ano, em julho de 2019. Ver: http://whc.unesco.org/en/list/1308. Acesso em: dezembro 2019.

na escolha das cores e acabamentos. Isso durante o Monumenta, pois vi que recentemente o de Itajaí já teve uma alteração cromática.

DVF: Isso, isso.

PH: Mas percebi especialmente esta escolha das cores: esse amarelo queimado, com os relevos em branco, enquanto que as esquadrias são todas pintadas em verde escuro, e aí alguns elementos adicionados, como por exemplo os toldos verde-escuros, que eram encontrados tanto no mercado de São Francisco quanto no de Itajaí e de Florianópolis. Isso me chamou a atenção pois parecia uma construção de uma tipologia reconhecível de mercados. Fiquei pensando como foi esse processo, pois se for analisar historicamente cada um deles, embora não sejam tão distantes uns dos outros, mas o de São Francisco seria um pouco mais antigo, e é eclético, né? Enquanto os outros dois já são mais art-déco. Como foi o processo de definição desse tratamento de imagem? Ela tem relação com a história de cada um destes mercados, que coincidiu de serem similares, ou houve o objetivo de no processo de restauração criar uma imagem reconhecível, tipológica, do equipamento mercado público em Santa Catarina? Qual foi a diretriz?

DVF: Posso te garantir que foi casual, sabe? Em São Francisco, eu não me lembro dos detalhes do projeto, mas para cada edifício destes, foi contratado um escritório para o projeto.

PH: Eu não encontrei esta informação, mas no Escritório Técnico [do IPHAN, em São Francisco do Sul] eu encontrei um caderno de levantamento, que acho que foi de autoria sua e da Simone Schroeder, de Joinville, e lá havia a indicação do amarelo. Daí, a justificativa era de que no estilo eclético era comum a escolha do tom amarelo. Mas o que me chamou a atenção não foi nem só a cor, mas os toldos, os gradis, que são muito semelhantes nos três mercados.

DVF: Olha, pode ser que os elementos agregados, sim. O amarelo, eu tenho certeza que foi uma prospecção feita nas paredes.

PH: Ah, sim. Isso do mercado de São Francisco. E nos outros dois, também?

DVF: Olha, Itajaí, eu fiz o primeiro projeto de restauro, sabe? Mas isso foi nos anos 1980. Eu não te garanto se a cor atual foi a que nós preconizamos no projeto.

PH: Ela teve uma alteração agora, acho que está bege, se não me engano.

DVF: Exatamente, exatamente. Eu acho que não era amarelo. Ele foi amarelo a partir de uma intervenção feita mais recente, há cerca de dez anos, não sei exatamente quantos anos... que, assim, já tratou o mercado mais como um lugar de encontro, um lugar pitoresco, do que exatamente como uma restauração. E aí ele pode ter sofrido, realmente, a influência de Florianópolis ou de São Francisco [...] [O de] Florianópolis eu me lembro que foi o Instituto de Planejamento, aqui, que fez o projeto, e a seleção das cores foi feita pela Betina Adams, que trabalhava aqui no IPUF, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. E certamente não teve relação na época, até porque é anterior, não teve relação com São Francisco e com Itajaí.

[...]

PH: E, por fim, com relação ao Portal Turístico. O objetivo dele é ser convertido em uma recepção turística, mas também de atracamento de navios de cruzeiro. Isso já está em funcionamento?

DVF: Eles fizeram uma obra que eu não vi ainda, fizeram um meio-termo. Fizeram a base da obra, e alguns flutuantes. Semana passada foi um navio, muita gente desembarcou lá, mas não é ainda o terminal que tem que ser. É uma coisa meio paliativa.

PH: Está ainda em processo (risos). Até vi que tem até um restaurante novo do lado, com uma linguagem contemporânea, fazendo um contraste...

DVF: É, o pessoal aprovou aquela construção ali (risos).

PH: É, uma construção bem diferente, bem contrastante... mas meio na linha até do que se tem visto recentemente até mesmo na Europa, né? Isso de criar essa tensão, esse contraste...

DVF: É, eu acho que sim.

PH: E qual foi a justificativa, ali no Portal Turístico, para reconstruir a ruína? Porque aquela construção em ruínas já estava consolidada daquele jeito na paisagem, era até bastante apreciada. Qual foi o critério para a solução arquitetônica que foi tomada?

DVF: É, foi muito reconstruir a volumetria do prédio, pela função que ele poderia ter. Porque ali tem uma coisa raríssima, no mundo. É o calado, a cinquenta ou sessenta metros, ele tem dez metros de profundidade, sabe? Então é um lugar ideal, um dos melhores lugares do Brasil para essa ideia de atracação de navios de turismo, barcos maiores, marina... E pesando todos os prós e contras, como a demolição é muito recente e havia documentação suficiente do edifício, a gente acabou optando por reconstituir o edifício. É uma decisão polêmica. Se fosse uma coisa purista, ela teria que ser preservada como ruína ou coisa parecida. Mas optamos por uma solução neutra, a ideia foi essa, de reconstruir a volumetria dentro do que ela teria sido, mas principalmente já como elemento indutor do desenvolvimento da cidade, de fomento dali do núcleo tombado.

PH: Certo. E, para concluir, como você avalia o impacto da construção iminente dos novos portos ali na região, agora?

DVF: Eu ainda não tenho uma solução... Um deles, que eu ouvi falar, muito perto ali do centro histórico... uns eu acho que são bastante excessivos, e acho que o suporte natural dali não comporta. Tem uma grande transformação. Outros são importantes para manter o porto, o complexo, a baía, nessa... porque a rigor, os portos do Brasil, esses pontos de conexão com o mundo via marítima, eles se transformaram muito, eles são em todos os lugares.... por exemplo, na Europa, o que aconteceu? As pessoas saíram dos portos antigos e criaram portos novos, sempre com custos altos. E isso de certa forma também está acontecendo em São Francisco, ou também em Itajaí, onde a capacidade do porto tradicional se estender é limitada. Então eu vejo assim como uma coisa dúbia: tem que haver uma transformação, de alguma maneira essas regiões têm que continuar sendo atrativas para o comércio internacional de navios, mas ao mesmo tempo têm projetos que são excessivos, que realmente desconsideram a natureza e não têm nenhuma conexão com o lugar ali da Babitonga e com São Francisco do Sul. Eu acho que tem que crescer, tem que desenvolver a cidade portuária ali, mas tem limite para isso.

1.2. **Entrevista com Dalmo Vieira Filho**. Entrevista realizada em 07 de fevereiro, 2019. São Francisco do Sul.

Dalmo Vieira Filho: Então, Priscila... na origem, na concepção, o Monumenta foi um programa extremamente centralizador, e que passava a impressão até mesmo [*incompreensível*] pelo coordenador do programa, que o IPHAN tinha feito tudo errado e agora que ia ser feito o certo. E aconteceram vários absurdos.

Priscila Henning: Isso no momento que o Monumenta foi implementado?

DVF: Quando o Monumenta foi criado, isso. Primeiro, o [Francisco] Weffort[259] tentou fazer junto com o IPHAN, a verdade é que houve uma resistência, eu acho que o pessoal não acreditava muito no projeto, e lá pelas tantas ele se encheu e chamou o Pedro Taddei[260], professor da FAU lá de São Paulo. O Taddei era um cara com vivência, mas tinha pouco traquejo com a área de patrimônio, e no exercício da coordenação ele se mostrou... muito truculento (risos). Talvez até tenha tido razão em algumas evasivas, por uma falta de engajamento do que se esperava do IPHAN – e por incrível que pareça, eu era talvez dos poucos dirigentes do IPHAN naquele momento, que achava que o Monumenta era uma grande oportunidade. Muita gente via coisas como, assim, recursos do BID, essas coisas, com isso não se coaduna... sabe? [*interrupção*]... Então sabe, um programa que poderia ter sido mais cooperativo, encontrou uma oposição enorme no IPHAN. Isso culminou com um encontro que houve aqui em Santa Catarina, lá no Costão do Santinho. Aí, logo depois foi mudado o presidente do IPHAN, o Glauco Campello[261] deixou de ser presidente. Mas, bem, São Francisco do Sul foi o único caso que o programa, o projeto inteiro tinha sido formatado previamente pelo IPHAN.

PH: E por que isso? Qual foi o diferencial?

DVF: Porque a gente tinha uma visão de tratar o patrimônio de uma maneira um pouco diferenciada...

PH: Aqui, você diz o grupo de Santa Catarina?

DVF: É, isso. E a gente tinha traduzido essa visão da cidade tombada, que a gente mesmo tinha estruturado o processo de tombamento, nós tínhamos um estudo preliminar, mais que isso: perspectivas, plantas, que previam uma intervenção quase completa na cidade, uma repaginação. Calçadas, ruas, praças... no fundo, o que foi feito pelo Programa Monumenta. E quando o Monumenta chegou, a gente fez uma apresentação preliminar para o coordenador, ele teve a sensibilidade de ver que o projeto era importante, mas o Programa tinha a sua metodologia. A primeira dela, era ser apresentada para a população, ser participativa. Houve uma reunião, nós apresentamos um projeto, aqui no hotel Zibamba, e ele teve adesão unânime. Era um bom projeto, todo mundo percebia que ele podia ser transformador, muita gente não acreditava que aquilo tudo fosse acontecer [*risos*], mas aí o projeto foi detalhado, foi executado, vieram os recursos, e realmente foi transformador. A gente já tinha, a essa altura, viabilizado algumas coisas transformadoras, como o Museu do Mar, que também ninguém acreditava... Era um passo bem diferenciado. Então, nesse caso, o Programa tinha tudo a ver com essa noção de turismo, mas não qualquer noção. [*Interrupção*] Por que que eu digo não qualquer uma? A gente tinha feito uma reflexão. Não é só em relação ao patrimônio, afinal justiça se faça, o turismo no Brasil é bem primário, né? Basta ver Santa Catarina, um potencial enorme... e como ninguém dá bola para uma coisa séria, profissional, e tudo o mais. Bem. A gente provocou uma reflexão aqui na cidade sobre, digamos, o papel do centro histórico. Na verdade não só do centro histórico, era sobre as vocações de São Francisco, coisas desse tipo, e dentro disso o papel do centro histórico. As pessoas sempre falavam em duas coisas em relação ao centro: falavam do porto, e do turismo, genericamente. O porto, a gente percebeu, vamos olhar Paranaguá, Santos, Rio Grande – não são cidades muito ricas. O porto,

[259] Francisco Weffort, ex-Ministro da Cultura entre 1995 e 2002, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso.
[260] Pedro Taddei Neto foi Coordenador Geral do Programa Monumenta entre 1997 e 2002.
[261] Glauco Campello foi presidente do IPHAN entre 1994 e 1998.

principalmente naquela época que era muito centrado na soja, o porto tem uma capacidade relativa de transferir riquezas para o lugar onde os produtos são embarcados ou recebidos dos navios. [...] Hoje, a coisa do contêiner, agregou muito... tem o agente, tem o cara que carrega, o escritório... o contêiner mudou muito... Antes o caminhão chegava, jogava a soja, e ia embora. O porto então tinha que ser relativizado, sendo assim a grande opção de futuro que a cidade teria. O segundo era o turismo. Mas a verdade é que o turismo – continua, e na época era maior ainda – era muito centrado nas praias. Então a gente começo a distinguir uma coisa que quase não tem no Brasil, que é o lazer regional. Acho que já comentei com você, né?

PH: Sim, comentou. [*Interrupção*] [...] Esse conceito [de lazer regional] é de vocês, ou...?

DVF: Eu acho impossível que ele não exista, talvez com outro nome, mas a gente não partiu de nenhuma bibliografia, foi uma sacada. Principalmente porque quando a gente parte da reflexão que tem no Brasil, ela não é muito fruto da situação do Sul. É muito do Norte, do Nordeste, ainda mais em um país grande como o Brasil. Agora, aqui no Sul, a proximidade geográfica... vamos pegar São Francisco. Se a gente pegar Olinda, com Alcântara, ou mesmo com as cidades mineiras, nenhuma estaria a 150 km de Curitiba, de Blumenau, perto de São Paulo, relativamente mesmo do Rio de Janeiro... Em um estado que recebe mais de um milhão de pessoas aqui na faixa [litorânea] todo ano... Então, o lazer regional, a gente caracterizou assim: uma distância pequena que em algumas horas se possa vir de carro ou de ônibus, e se poderia voltar várias vezes em um ano, ou várias vezes ao longo da vida – diferentemente desses destinos turísticos tradicionais, como o Caribe, e lá vai. No fundo esse conceito foi que nos fez ver a cidade desse jeito: o que precisava ser feito? E aí chegamos a algumas conclusões interessantes, até para enfrentamento em relação ao turismo. O resultado desse encontro, esse seminário que a gente fez lá no começo dos anos 1990, foi o seguinte. Primeira coisa: a cidade precisa ser uma cidade, com moradores, com loja, com comércio, com mercado, com verdura. Até do ponto de vista turístico, essa é a primeira coisa: tem que ser organizada e tem que ser vivida por moradores, por sujeitos locais. A segunda: garantida essa primeira condição, a segunda seria que a cidade, o centro histórico, poderia ser um grande centro regional de lazer. Então, ele aliaria à essa condição de cidade, uma capacidade de receber moradores de todo esse cinturão, em nome de quê? Da tranquilidade do centro histórico, a presença do mar, o monumento, a beleza... todo esse mix de coisas que tem em São Francisco. Então... mesmo a defesa de criar o Museu do Mar, o Programa Monumenta, o fato de ter esse conceito [de lazer regional], de estar explicitado na época [um raio de abrangência] de 100, 500km, o potencial dessa região... essa diretriz foi muito importante para captar os recursos e viabilizar os projetos que a gente colocou. Então, a minha opinião sobre essa questão que tu colocas do turismo: há uma dificuldade no Brasil.... Somos dogmáticos, nós superestimamos os problemas e subestimamos as vantagens. O turismo é mais antagonizado, mais pessoas torcem o nariz, do que veem como um aliado... a gente acaba desperdiçando.

PH: Eu penso que isso acaba abrindo um precedente para um turismo mal gerido, justamente essa resistência. Se a população não se apropria, não toma isso para si, aí entra um turismo predatório, externo... Há uma percepção de que isso deve ser exclusivamente direcionado e promovido pelo poder público. Mesmo o empresário, o empreendedor, não participa ativamente deste processo...

DVF: Sim, sem dúvida! [...]

PH: Agora me chamou bastante a atenção, andando pela cidade, a quantidade de imóveis que estão para alugar ou para vender ao longo da orla.

DVF: Está havendo outra vez um esvaziamento, quer dizer, essa função de ser cidade está em xeque. Como tu dissestes aquele dia: a força gravitacional do centro está perdendo força diante da nova centralidade.

PH: Ali da Avenida Barão do Rio Branco, né. Como se fosse quase que uma gentrificação às avessas, que é o abandono dos próprios moradores da cidade [rumo à parte mais nova da cidade]. A que você credita isso, com sua experiência? Onde foi o ponto que talvez este projeto falhou?

DVF: Eu tenho a impressão que ficou um vazio de usufruir mais dessa área diferenciada que é o centro histórico, porque ela tem um potencial, uma vocação, eu acho que para ser isso: para ser uma área de permanência, de lazer,

de cultura, de sociabilidade... para ser uma espécie de sala de estar. Mas ela não tem vocação... [*interrupção*] para a facilidade para a chegada de automóvel, de sair, de estacionar. As noções de conforto, os valores, uma certa ânsia por modernidade mal interpretada que a gente tem no Brasil, tem levado a população a associar com aquela área e não com essa. Eu atribuo o vazio dessa área... a vocação dela não se materializou, não está acontecendo o dinamismo que deveria acontecer. E esse outro, digamos, dinamismo, essa força de atração mais primária, mais simplista...

PH: A cidade convencional mesmo...

DVF: Exatamente! Essa, aqui ou em qualquer outro lugar, Joinville, Jaraguá... essa área está crescendo como cresceria em qualquer outro lugar.

PH: Será que talvez as políticas deixaram um pouco a desejar?

DVF: Certamente. Eu acho que faltou [*interrupção*]. Teria que refletir bastante sobre isso, mas a minha impressão é essa...

PH: Porque o Programa Monumenta tinha aqueles programas de capacitação para a população pesqueira, capacitação, o treinamento de tear, essas propostas que tentam trazer essa economia ativa aqui...

DVF: Essa coisa que tu comentas, que a população fica sempre esperando que o poder público faça... Eu me lembro que muitos antes do Monumenta, vários anos antes, a gente organizou uma excursão até Paraty com moradores daqui. Com comerciantes, pequenos empresários e tal... para eles verem como pode ser aproveitado o potencial de um centro histórico. Hoje deve ter umas 200 pousadas em Paraty, todo mundo ficou maravilhado com a qualidade, os restaurantes, bares [...] Talvez isso tenha dado um resultado, não sei, a gente teria que ver. Mas a gente fez várias tentativas nesse sentido, de ir ver coisas, tentar ampliar o repertório do pessoal. Mas o fato é assim: agora parece que está havendo uma pequena organizaçãozinha na noite, em alguns bares... Uma coisa importante: várias vezes [...] agora tem um morador aqui, o Portela, do restaurante... ele quer fazer um hotel. O IPHAN deve perceber a importância, mas eu sei que este projeto está parado há meses, por pequenos detalhes. Não se tem conseguido aprovar de uma vez este projeto [...] Quando teve [uma proposta de pousada de um grupo empresarial de Curitiba, que se concretizou – foi o local onde a entrevista estava sendo realizada], eu estava na superintendência, a gente forçou a barra para viabilizar. Porque se for ver bem, ela não cabia exatamente nas regras, mas era essencial ter mais lugares de hospedagem no centro histórico. Então, em nome disso, a gente atropelou um pouco as regras e bancamos a construção dessa pousada. O que ele precisava era chegar em um número de quartos [para poder viabilizar empréstimos para o empreendimento]. [...] É uma situação análoga com o Portela. Eu acho que este projeto já deveria ter sido aprovado faz tempo, nem que o técnico do IPHAN tivesse que sentar com ele e desenvolver junto o projeto, que acho que ele toparia. O importante é que a gente precisa trabalhar com a cidade como um todo, não adianta ficar vendo se o beiralzinho está... tudo bem, isso tem importância, mas a saúde, a vitalidade da cidade, é essencial quando se lida com áreas tombadas – ou com cidades, em modo geral, não só com [áreas protegidas]. Em um outro momento, a gente intermediou, eu trouxe aqui o dono do Costão do Santinho lá de Florianópolis, ele comprou uma área, se associou com empresários daqui, e no final por uma série de questões isso acabou não dando certo. Mas houve um esforço grande, chegou a ser apresentado um projeto aqui para a cidade, seria o Costão da Babitonga [*risos*]. Seria um hotel-marina, perto do Museu do Mar. E essa agora é uma aposta que eu faço: a questão da marina. Cabe muito bem neste conceito do lazer regional.

PH: E a marina será implementada?

DVF: Eu vou conversar com o Prefeito [Renato Gama Lobo] sobre isso. [...] A marina teria que ter uma estrutura para talvez uns 200 barcos, bem maior, talvez com um enrocamento, com uma proteção para os barcos. Um porto de lazer, como se chama na França. Isso seria uma alternativa importante para São Chico, eu acho. Por que é importante? Porque uma marina, digamos tenha uns 200 barcos. Desses 200, uns 160, 180 seriam de moradores de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de Blumenau... mas o cara que tem um barco na água vem com frequência, traz os amigos, ele sai de barco, para em um restaurante, compra camarão, peixe, aí tem mecânico... É uma indústria

importantíssima na França, na Itália, na Holanda. E o Brasil é um dos países que não dá bola para isso. São Francisco, com essa condição de porto da Baía da Babitonga, e com essa proximidade geográfica com todas essas cidades, o potencial é assim, total. Há anos a gente discute isso. Mas acho que agora, por várias circunstâncias, tem fatores que convergem para esse projeto ser mais exequível. Isso que vai trazer mais hotéis, mais restaurantes, mais pousadas, e vai cuidar de uma apropriação aqui na área central... Eu não sei quantos moradores, aqui aparentemente os moradores ou estão se mudando, ou envelheceram. São Francisco tem esse problema. A cidade praticamente se esvaziou nos anos 1970 e 1980. Todo mundo saiu. Não sei se foi em termos quantitativos, mas provavelmente... Quando fiz a faculdade de Arquitetura, na Universidade Federal do Paraná, o reitor da universidade federal era de São Francisco. E o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina também era [*risos*]. Isso te dá uma ideia, quer dizer. Como a cidade parou, e as cidades em volta cresceram muito, imagina? Jaraguá, São Bento, Blumenau, Joinville, Curitiba, quem tinha mais, quem era mais dinâmico, saía da cidade. Quando houve o tombamento, em 1985-86, alguma coisa como 30, 35% dos imóveis estavam fechados, arruinados ou sem uso. E o turismo acabou se voltando um pouco para as praias. [*Interrupção*].

Então, é assim, acho que essa questão de vocação... ainda é uma luta. Tem faltado uma certa dose de novidades. Desde o Programa Monumenta, a coisa deu uma decaída.

PH: Estava observando, como estão já deteriorando as obras... que estavam tão bem conservadas. O Mercado está em um estado lastimável. E ele é gerenciado pelo...?

DVF: Pelo município. O programa tinha esse mérito, ele deixa para o município o gerenciamento, o IPHAN só fiscaliza.

PH: O que será que acontece ali, então?

DVF: É um problema também de gestão... e faltou isso, faltou o combustível que retroalimente, o uso frequente, mais gente... [...]

PH: No papel, o projeto tem uma vocação interessante, e na prática... [...] Neste aspecto, como você entende, na sua experiência, essa cisão entre a teoria e a prática de restauração...?

DVF: [*Risos*] Eu acho assim, a teoria nunca conseguiu cobrir completamente as questões que a prática apresenta. Talvez o melhor exemplo, na própria... Tu sabes que lá no século XIX se desenvolveram aquelas escolas tradicionais, né? Ruskin na Inglaterra, França, na Itália, e tal. Todavia, pela exuberância do patrimônio, dos desenvolvimentos, a Itália foi a mais ortodoxa, e continua sendo. Bem, mas aí de repente acontece... cai um raio, e cai o campanário da Praça São Marcos, em Veneza. Aí vem toda a teoria. Desapareceu, então vamos fazer um pastiche? Vamos refazer, vamos não fazer, vamos fazer um movimento moderno, vai ser uma coisa *déco*, foi no começo do século XX, né? Eles vão e reconstruíram tudo. Contrariam totalmente as teorias vigentes.

PH: Até por pressão popular, né...

DVF: Sim, tem isso, e a mesma coisa aconteceu com as cidades bombardeadas, né? Varsóvia, na Alemanha, na França inteira, na Bretanha, na Normandia, de construir em estilo. E na Itália também. Talvez o caso mais clássico seja Florença, que foi muito bombardeada. [*Interrupção*]. Então assim, a teoria acadêmica, muito voltada para o conceito, para questões as mais variadas, na prática, ela muitas vezes... aí entra mesmo a questão da autenticidade, a materialidade que a gente dá para o conceito da autenticidade do Ocidente... E muitas e muitas vezes não responde, o que fazer com uma igreja incendiada em Pirenópolis?

PH: Ou São Luiz do Paraitinga, né, que é um ótimo exemplo...

DVF: Ou São Luiz de Paraitinga. A gente foi lá no dia seguinte da enchente, e até hoje eu não me conformo com a não-reconstrução dos casarões da praça. Porque eu então estava na direção do IPHAN, tinha dinheiro, nós oferecemos, insistimos, e por uma questão, digamos assim, de hesitação intelectual, o IPHAN em São Paulo não quis...

PH: E o que foi feito das construções...?

DVF: Não foi feito nada, estão lá os terrenos baldios. Foram reconstruídas a Matriz, pelo Estado; Mercês, o IPHAN em parte também refez... mas estão até agora discutindo o que fazer com os sobrados.[...] Quando a estrutura estava, eles recompuseram algumas coisas... mas o principal, a identidade da cidade que estava naquela praça, eles não ousaram reconstruir – como o mundo inteiro fez, diante de uma catástrofe.

A minha impressão é que a gente deve, também, digamos assim, relativizar... exatamente a nossa tendência dogmática, a gente tende entronizar o resultado da reflexão acadêmica. E ela, particularmente no Brasil, ela é divorciada da realidade. Ela sempre foi incapaz de responder aos problemas reais. A nossa universidade não é voltada para a sociedade. Muitas outras universidades do mundo são, mas as nossas não. Então quando a gente pega uma questão subjetiva, cheia de implicações, porque tem o lado sentimental, o emotivo, uma série de usuários, tem o sujeito que usa a igreja para ir lá rezar, como lugar de culto religioso... o outro vai lá para fotografar, é um uso completamente diferente. Nós tendemos a priorizar esse segundo [*risos*]. E como nosso conceito de autenticidade é muito ligado, é dependente da materialidade [...], a gente cria situações às vezes em que é quase inaplicável... e a população sempre desconfia das soluções acadêmicas. Que são muito ruins mesmo, na maioria das vezes.

PH: E não é possível tentar conciliar?[...] Eu tenho uma colega que trabalha no IPHAN... e ela comenta que nos últimos anos, por conta do corte de verbas, algumas atribuições que eram sempre do IPHAN acabaram sendo terceirizadas. E agora o IPHAN teria mais a função da fiscalização do que tocar projetos. E ela lamentava algumas coisas que via acontecer, pois às vezes se jogava na mão da própria construtora que faria a obra o papel de fazer, por exemplo, a arqueologia. [...] Então acontece um conflito de interesses e muitas vezes até um comodismo, de economia, algumas coisas eram sacrificadas. E acaba até tendo uma cultura geral de deixar um pouco de lado, e não pensar em soluções criativas e mais embasadas técnica e teoricamente...

DVF: Sim. Eu acho que a gente teria que se readaptar, sabe? Por exemplo, eu vejo que é muito recorrente na concepção dos meus ex-colegas do IPHAN, algo assim: "ah, a iniciativa privada não faz com o cuidado que a arqueologia mereceria". Mas é claro que não faz, porque a iniciativa privada precisa viver de lucro. E é legítimo isso. Quem pode se dar ao luxo de viver sem lucrar, com uma equação que cai no vermelho, é o poder público. Mas fez tanto isso, que secou a fonte. Então...

PH: Então como equacionar interesses tão contraditórios?

DVF: O IPHAN tem a capacidade de fazer termos de referência adequados para os projetos. Um projeto, se ele prevê uma quantia menor para a arqueologia, então é claro que não vão fazer direito. Mas se ele tem a capacidade de fazer uma coisa bem definida, bem amarrada, digamos: tem uma etapa X, a prospecção vai fazer tal coisa, se ele encontrar uma evidência X ele vai fazer Y, o recurso pode chegar a tanto... quer dizer, se isso for bem feito, a empresa vai ser obrigada a fazer. Se ela tiver prejuízo, ela não vai fazer. Salvo se for um cara que... mas a grande maioria quer acertar. Só que se tem licitações pelo menor preço, tudo converge para situações em que a obra vira quase que uma aventura. Aí é claro que ele não vai querer, e a gente colocou a arqueologia na mão de pouquíssimos, e virou um negócio caro, aonde... eu acho que também na arqueologia tudo teria que ser refeito. Tá errado. Sabe? Porque, assim, até quando que nós vamos desenterrar todos os caquinhos de telhas, de azulejos, fivelas, cacos de garrafas do Brasil? A gente tem que assumir isso. Nós vamos desenterrar tudo das gerações anteriores? O sentido da arqueologia de adquirir conhecimento através de restos materiais das civilizações passadas tem muito sentido quando a gente não conhece nada sobre aquela sociedade, não tinha escrita, é de 1000 anos, de 500 anos atrás, e tal... Mas de uma sociedade que nós temos cartórios, fotografias, depoimento oral, textos, literatura, às vezes até pessoas vivas, é um embuste. Nós não encaramos a realidade. Agora, o que o IPHAN como entidade pública, fez? Pegou o particular, que é o arqueólogo, é ele quem cadastra o sítio, a rigor, é ele quem vai explorar depois, fazer o trabalho de salvamento, é uma coisa que mais cedo ou mais tarde vai ter que ser refeito. E toda casa que a gente vai entrar, a gente vai ver um caquinho de remédio [...] A arqueologia tem sentido, a arqueologia histórica, ela pode ver questões da culinária de um lugar tal que a história não registra normalmente, da senzala X, do quartel

Y, no centro da cidade X [...] há uma série de conhecimentos que podem ser... mas normalmente os conhecimentos são os mais banais.

PH: E nos casos em que se trabalha, muitas vezes, por analogia? Em que determinadas soluções se impõem sobre os objetos... até poderia ser o caso de centros históricos, não sei como foi a orientação que foi dada aqui, mas uma coisa que achei interessante, por exemplo, é nos centros históricos a obsessão pelo colorido.

DVF: É, esse modismo entrou no Brasil pelo Pelourinho.

PH: E é interessante que a maior parte dos centros históricos do Monumenta acabaram tendo este resultado.

DVF: Aqui, vou te dizer um exemplo do Monumenta. [...] O Mercado [Público] de São Francisco, o coordenador queria que fosse – ele usava essa expressão – uma... como a gente chama em *shopping*? Uma praça de alimentação. E nós dizemos: "Isso aqui é uma coisa autêntica, um lugar que vem a população, não tem nada a ver fazer isso aqui para turista". Sabe o que nós fizemos no final? Nós enganamos ele. Nós enchemos de cadeirinha e mesinha. Conseguimos manter a verdureira, o açougue, o barbeiro... tudo que estava ali, tudo bem, com espaço para restaurante, e tudo o mais... mas ele queria que fosse só esse tipo de coisa voltada para os turistas.

PH: Então que os comerciantes tradicionais fossem removidos, e outros entrassem...?

DVF: Exatamente. É uma reapropriação que não deu certo no Pelourinho, que não dá certo em lugar nenhum. Era essa a concepção. Era esse o programa mais avançado do Ministério da Cultura na época. Então nós enganamos... quem olhasse, quem era arquiteto e olhasse a planta, achava que era uma praça de alimentação porque estava cheia de mesinha e cadeira. Então os restaurantes aparentemente tomariam conta do espaço, e passou. E aí, no final, já estava na Prefeitura, acho que nem era mais ele o coordenador do Programa quando o Mercado foi realmente restaurado... Aí a gente redirecionou isso.

[...]

PH: Bom, retomando a questão da reconstrução da ruína do Portal Turístico, a solução que você tinha mencionado era a recomposição da visão da rua, né? Da volumetria e da paisagem urbana?

DVF: Ali a decisão foi quase que minha, sabe? Mas eu sempre conversava com o Ciro Correia Lira, com o pessoal que eram os nossos construtores, pessoas que conversavam sobre isso. Aquele arruinamento era muito recente. Até tinha um processo na época que uma vereadora gravou uma máquina da Prefeitura derrubando uma parte daquelas paredes, isso nos anos 1980, já era até tombado. Então, eu acho que a gente se conformar com aquela perda, tão recente, com evidências na obra... A ideia foi refazer pela utilidade que poderia ter. A gente montou, na verdade, um programa estratégico para a cidade. Com a coisa do navio, com o portal do turismo, com o Museu do Mar, com o Mercado [Público], com a Igreja [Matriz], com a orla toda ali trabalhada, e tal... E lá, o que tinha era essa ideia do Portal dos navios de turismo, e futuramente a base para a marina. Então, não tinha sentido, eu acho, em pleno meio da cidade manter aquela ruina. E a gente optou por reconstruir o volume, com base nas evidências que tinham, e com base em fotografias. Mas mesmo aquelas ruínas, elas permitiam saber a altura, a largura... praticamente os elementos foram... tinham vestígios das soleiras. Uma reconstrução baseada em evidências de obra.

PH: E aí, neste caso, como você entende a questão da teoria e a prática? Porque aí neste caso, pela teoria, teria um problema... na reconstituição do que já havia sido perdido.

DVF: Eu acho que se encaixa exatamente nesses casos – eu vou te mostrar outros – em que a teoria não funciona. Tem uma coisa com a teoria também, que a gente precisa levar em conta. Nós somos muito subdesenvolvidos, no Brasil, em todos os aspectos. Inclusive na maneira como nós nos colocamos como subalternos, no ponto de vista dos conceitos, das ideias, das práticas que vêm de fora. Então, por exemplo, os europeus: nós adoramos repetir o que eles dizem, e tudo mais. Quando eles se viram, por exemplo, diante de uma guerra, de demolições em massa, eles refizeram o patrimônio deles. Depois que eles refizeram 90, 99%, surgem casos emblemáticos, eles fazem

projetos, fazem coisas instigantes, fazem a pirâmide no Louvre, fazem uma série de coisas. Mas eles já garantiram as noções de homogeneidade, os lugares simbólicos, uma série enorme de patrimônio. Nós temos pouquíssimas coisas que sobraram. Nós vivemos essa guerra, essa insensatez, que arrasou as cidades, destruiu as harmonias, e tudo o mais. E nós não vencemos essa batalha ainda. Continua, olha aí a situação de São Francisco, e se for ver no fundo, é a situação de quase todos os lugares tombados, sabe? Então, na verdade, eu acho que nós deveríamos continuar trabalhando em reforçar as evidências dos referenciais, das qualidades desses lugares. Fazer um projeto, digamos assim, apenas conceitual, abrir mão daquela participação do portal no contexto da paisagem, eu acho que teria sido equivocado. Inclusive é uma visão, que eu acho que é um dos outros problemas que a gente precisa equacionar e ultrapassar no Brasil: nós temos uma tendência de valorizar o pontual, a arquitetura, a obra, aquele projeto. E nós temos uma quase que completa abstração do conjunto, digamos, da concepção urbanística – que no meu entendimento é o principal em um centro histórico. Então a gente problematiza, "poxa, mas aquele projeto é um pastiche, ele tá repetindo, não tem brilho", e ele não tem, mas ele de repente... ele e boa parte de Tiradentes, boa parte de Ouro Preto, de Olinda, aconteceu isso: as pessoas mesclaram, fizeram uma arquitetura medíocre, de acompanhamento, Paraty é assim... mas aquilo do ponto de vista urbanístico, costurou, criou coesões, criou a noção de um conjunto que já não existia mais na maior parte da cidade. Se isso não fosse feito, estaria se achando coerente em função de um projeto X, e teria estragado o que é o principal que é a paisagem, que é a noção de conjunto, a relação do conjunto com a natureza.

PH: Então esse é principal elemento norteador do projeto aqui em São Francisco, essa noção em escala mais abrangente?

DVF: Sim, a gente sempre teve em mente que o sentido do processo era o urbanístico, na sua integritude. Desde a vida do espaço urbano, a dinamicidade, gerar atividade econômica, gerar trabalho, gerar significância... essa mescla era o que a gente buscava. Hierarquicamente, o norte do projeto não era a ênfase na arquitetura individual.

1.3. **Conversa com Ângelo Pereira Costa**, ex-coordenador da Unidade Executora do Projeto (UEP) em São Francisco do Sul de 2001 a 2009. Relato concedido em 08 de fevereiro, 2019. São Francisco do Sul.

Ângelo Pereira Costa: Eu lembro muito bem da cena, sabe? O Marco Antônio era o coordenador adjunto lá, era uma pessoa do IPHAN [*interrupção*], na UCG [Unidade Central Gestora do Programa Monumenta] em Brasília, e ele disse assim: "Ângelo, toca!" Porque eu precisava de elementos, né? E ele disse, "Toca, porque vocês são as nossas cobaias".

Priscila Henning: Por quê? Por que vocês foram os primeiros...? (...) Qual foi o diferencial daqui?

APC: Não [*risos*]. Eles depois, no transcorrer, teve matéria no jornal, isso tudo... eu até tenho guardado... que era a unidade-modelo do Programa [Monumenta]. Apesar de que eram só 26 cidades [...] tinha essas unidades bem diferenciadas, mais avançadas, como Porto Alegre, que era muito bem tocada [...] porque o programa começou aqui em 2001, mas haviam cinco cidades que eram protótipos, que eram experiências, né? Que eram as grandes cidades, se não me engano, São Paulo, Porto Alegre, Rio... que começaram antes... 1999, 2000... Que eram cidades que tinham apelo de turismo internacional, que era o que a gente ouvia. Aí teve uma espécie de um lançamento de um edital lá, uma coisa bem técnica, né? Para que fossem selecionados os municípios. E eles promoviam o convite. Eram cento e poucas cidades, e vinha do Ministério da Cultura, já, desde que foi constituída a UCG em Brasília... [...] Aí como efetivamente houve essa seleção para que eles promovessem o convite, especificamente eu não sei, pois eu não vivia lá na época... Mas São Francisco [do Sul] foi incluída logo no início para se manifestar se tinha interesse, tal... Foi logo na primeira leva que São Francisco foi incluída. Isso eu ouvi, lá na época, do superintendente Luiz Fernando [...] São Francisco foi incluída nessas primeiras cidades graças a uma pessoa: Dalmo Vieira. Isso eu ouvi do Superintendente... que chegou depois a ser até o Diretor do IPHAN...

[...]

APC: Aí tinha uma equipe que era encaminhada pelo Ministério da Cultura, que eles denominavam de 'equipe precursora'. Era uma equipe que vinha para conhecer, levantar dados, o município tinha que levantar dados, mapas, plantas, o que tivesse a ver com o Centro Histórico (...) Aí nós recebemos – eu falo nós, mas era eu que estava à frente no início aqui, né? Porque quando assumiu essa gestão, eu já tinha essa familiaridade com o patrimônio, já tinha uma relação de trabalho com o Dalmo, ele sempre nos ajudava, nos orientava, e eu como engenheiro civil já atuava nas casas da cidade [...] Como ele me disse há pouco, na concepção dele, "tudo isso que aconteceu aqui, a sementinha, a origem de tudo isso... foram os seminários que vocês promoveram – eu era presidente da União Francisquense de Engenheiros e Arquitetos, a UFEA. Em 1997, nós criamos a UFEA, eu fui o primeiro presidente... Éramos um grupo pequeno [...] Eu estava focado no patrimônio, já, na época. Não tinha Monumenta, não tinha nada. Eu vivia o patrimônio. Ué, era meu bairro, né? Eu era suspeito... [...] Aí nós promovemos um seminário, eu não lembro exatamente o nome... [...] O Seminário era composto, assim, em linhas gerais: eram 6 palestras, com temas relacionados ao patrimônio histórico, e seriam promovidas que eram implicadas. O primeiro palestrante: Cyro Lyra, do IPHAN, amigo do Dalmo, que tem "n" livros sobre patrimônio... e o Cyro veio. [...] Eram os técnicos. Mas a gente queria envolver a comunidade, porque havia um distanciamento muito grande entre o IPHAN e a comunidade, tinha muito conflito. [...] Mas aí as pessoas mesmo começaram a ter uma aversão, muita falta de informação, muita falta de contato, assim, de proximidade... de bem querer, juntos, a mesma coisa. Aí eu pensei: mas não tem alternativa, a gente tem que se juntar, no bom sentido. Não adianta ficar cada um de um lado, um querendo fazer, outro não deixando fazer, que era o IPHAN... A ideia era de alguma forma aproximar, nivelar a informação, e aí fomos promover esse seminário. [...] Aí como eu tinha essa proximidade com o Dalmo, a gente agilizou essa vinda do Cyro Lyra, o próprio Dalmo foi um dos palestrantes... e era para ter o La Pastina, do IPHAN de Curitiba, mas ele acidentou-se na estrada, nada aconteceu com ele, mas não teve a palestra... [...] mas era nesse nível.

[...] Eu ia de porta em porta, aqui no Centro. Eu fazia um convite, que seria tipo um A3, para o comércio, e eu fiz em A4, e fui de porta em porta convidando... os conhecidos, né? Aí eu ouvia: "Mas eu não vou em mais nada. Porque marcam às sete e começam às oito". Eu tenho isso comigo, inclusive, agora – se marca às sete, é quinze minutos de tolerância, não passa disso! [...] Aí no dia lá, ela foi, sentou no primeiro lugar... deu quinze minutos, começou... e as pessoas foram chegando. [...] Começou meio que mudar aquela cultura, né?

[...]

PH: Que iniciativa interessante! Então vocês fizeram esse seminário como uma ponte entre o IPHAN e a população?

ACP: E os funcionários, né? Para aproximar, para nivelar a informação, em função até dessas diferenças de linguagem e de entendimento, né? O que pode pra um, não pode pra outro... é aquela coisa.

PH: Houve algum tipo de orientação junto à população? Sobre como que funcionaria, a metodologia, o que se pretendia fazer, essas coisas?

ACP: Se falava de forma geral, até porque cada caso é um caso, né? Mas se tentava passar esse tipo de informação. Foi muito proveitoso. E aí o próprio Dalmo me falou... "Ângelo, aquelas reuniões é que foram o estopim de se repensar tudo isso", a nível nosso aqui, do centro... e calhou de que na sequência, em 1997, 1998... surgiu o tal do Monumenta. E aí o projeto que foi criado, ele era um dos mentores do projeto daqui, de transformar São Francisco em um centro regional de lazer, de que em um raio de 500 quilômetros nós abrangemos 2 milhões de pessoas, desde Londrina, até São Paulo, Curitiba [...] está lá nos anais do Monumenta, na carta-consulta, nos materiais... está tudo lá.

[...]

ACP: Quando eu assumi lá [...], na segunda semana em 2001 surgiu o convite, de Brasília, para que alguém do município fosse indicado como um interlocutor, eles precisavam de ter uma pessoa... e aí o Prefeito me indicou, disse, "Ângelo, tu que vai tratar desse assunto, tu que é amigo do Dalmo, já trabalhou no patrimônio, essas coisas, e tal"... E eu estava no [Secretaria de] Planejamento, eu já tinha ouvido alguma coisa, mas a gente não sabia muita coisa, né? Aí na segunda semana já fui a Brasília, participamos de uma oficina, de uma reunião [...] e lá estava o pessoal do Ministério da Cultura, já era do UCG, a primeira fala daquela pessoa, eu não esqueço: "antes de começar nosso trabalho, quero deixar claro o seguinte: questões de saneamento, que é comum a todas as cidades do Brasil, as prefeituras municipais têm que procurar a FUNASA [...]". E já foi um balde de água fria [*risos*], porque alguns já tinham feito essa interlocução, e ele explicou o que era o Monumenta, como funcionava, qual era o foco, e tal. E aí cada município deveria promover uma oficina. [...] Nós tínhamos uma série de ações a promover no município. E eu saí de lá com uma incumbência: promover uma oficina aqui em São Francisco, aqui na comunidade. E da parte dele vinha [um representante do Programa], é o... é um termo em inglês... mas é a promoção de um conflito de ideias, com a comunidade e esse mediador, vinha o representante do IPHAN, o representante da UNESCO, vinha uma equipe. E eu vim com a incumbência de montar isso, já tinha uma data. [...] Eu sentei: quem vai ser os representantes da população organizada? Um representante do Porto... um representante de tal segmento... um representante da Associação Comercial... fizemos uma lista, e aí chamamos pessoas que poderiam contribuir. Porque não dá pra chamar um Zé Guedé qualquer que vai só para atrapalhar, né? Então eu fiz essa lista, e liguei. Cadê o número, acha o número... Aí fui ligando um por um, contava do Programa [Monumenta], explicava... e ia chamando as pessoas que iam somar. Sugeri alguns nomes. Aí a apresentação foi positiva, as pessoas da comunidade participaram... e aí os outros que souberam, queriam participar. [...] Tinha lá alunos que eram universitários na área do Turismo, aí eles iam, ficavam lá aprendendo, ouvindo... Foi muito bom. E ali foi o embrião.

PH: E nessa oficina eles explicaram tudo, qual seria o escopo do projeto...?

ACP: Não. Havia uma ideia pré-concebida pelo IPHAN, que era do Dalmo, na época, do centro regional de lazer... Aí jogou a ideia num momento lá, para ver como era recebida... e isso veio de encontro, a partir das próprias sugestões que vieram, né? Aí se desenvolveu todo... Foi contratada uma empresa que fez todos os anteprojetos, desenvolveu todos os levantamentos, fez a análise de viabilidade, análise econômica do município, e foi ela que montou todo o projeto, não era nosso. E foi ela que desenvolveu esses cinco, seis livros que tem toda essa conceituação.

PH: Então foi a partir dessa oficina, desse processo participativo, que surgiu o projeto? É dali que surgiram as diretrizes?

ACP: É... se ouviu a comunidade, apresentou-se o tema, patrimônio e turismo... então se discutiu muito isso, e se promoveu esse material, e dali saiu o que eles denominavam de Carta-Consulta. Esse material todo foi para Brasília, para análise econômica e ver a suscetibilidade dos investimentos, e tal. Eu falo sempre: sinônimo para mim de Monumenta, é sustentabilidade. [...] Todo o investimento do Monumenta tinha esse viés: foi feito um estudo, econômico, financeiro... não adianta eu, o Dalmo, inventar... "vamos incluir o prédio da Prefeitura para que fosse promovido o restauro"... Isso de alguma forma tinha que ter um retorno para o Fundo Municipal de Preservação [...] que é o grande diferencial do Monumenta. De alguma forma, todos estes investimentos tinham que ter retorno para este fundo. Esse fundo era criado a partir de uma lei específica municipal, que era condição para a assinatura do convênio. Lá em 2002, quando o Ministro veio aqui, Governador, fizeram todo um auê... e assinaram o convênio, tiveram várias solenidades.. a condição para a assinatura era que houvesse uma lei municipal criando o fundo. O que que é o fundo? Todos os investimentos que foram feitos pelo Monumento, teriam que ter retorno para esse fundo. Esse fundo é gerido por um Conselho, e que esses recursos possam ser reinvestido na conservação do centro histórico. Eu ouvi isso deles, lá de Brasília: que, conhecendo todas as 26 cidades na época, onde eles mais botavam fé que essa concepção, isso tudo ia funcionar era aqui.

PH: E isso deu certo? Esse fundo existe ainda?

ACP: Existe. Mas as coisas tomaram... um rumo um pouco diferente. As pessoas que sucederam, nesses quase 15 anos... eles não tinham esse conhecimento, dessa coisa que estou falando aqui de forma sucinta, né? Foi feito um investimento, pouco, desse fundo, que eu soube que foi feito... mas as coisas foram sendo tratados como uma coisa comum. Não se tinha um conhecimento, essa visão da necessidade disso retornar. Ponto. Nós estávamos na época aprimorando esse retorno.

[...] Aí surgiu tudo isso, o Monumenta, e foram pré-selecionados alguns edifícios na primeira fase do programa: o Mercado Público, Igreja Matriz, Museu do Mar, Terminal Turístico Naval, o Clube XXIV, e isso foi, assim, a primeira fase do Monumenta, em uma determinada área [...] pegava ali do Museu do Mar até o Museu Histórico, ali na orla, mas os prédios eram estes. [...] E as coisas já estavam mais ou menos formatadas, eu conduzi o processo aqui. Só que quando chegou a hora de montar a UEP [Unidade Executora do Projeto] local, eu ajudei a montar a UEP, mas eu não fui para a UEP. O Prefeito quis que eu ficasse aqui. E aí vieram outras pessoas, infelizmente, nada contra ninguém... mas eram pessoas até de fora, não tinha envolvimento aqui... essas coisas. Era um técnico, na área de patrimônio, tinha que ter formação, era tudo definido [...] Tinha que ter no mínimo, não lembro bem quanto, mas de uns cinco a dez anos de trato com o assunto, tinha que ser arquiteto, mestre de obra, engenheiro civil especialista em patrimônio. Com esse currículo, tinha que ser comprovado, e isso ir para Brasília para eles analisarem. [...] Eu fui lá [na UEP] quando foram licitar as primeiras obras, mas eu acompanhava meio de longe [...] quando chegou a fase das primeiras obras, que precisava ter um especialista em patrimônio ou em obras, e precisava ter um engenheiro, e não tinha. E aí eu fui como especialista em obras. [...] E aí houve um desentendimento, essa pessoa saiu e eu assumi [a coordenação da UEP]. E um dia eu fui para Brasília como coordenador e especialista em obras. E cheguei lá, tinha um dos mentores do projeto, um dos ideólogos... e ele olhou para mim e falou, "você vai ter que arrumar alguém para te ajudar, porque é muita coisa, muita burocracia, muita coisa para fazer, muito projeto, tu não tem ideia. Tu vai assumir mesmo essas duas patotas?" E montamos a equipe, e aí eu fiquei só na coordenação... e tinha que ter alguém com currículo para ser o especialista em obras,

mas tinha que ser alguém da minha confiança, né? Aí chamei um colega meu, um cara que se formou comigo, para assumir isso.

[...] O Mercado, o que aconteceu? Ali no Mercado tinha uma coisa, as pessoas tinham vínculo com a Prefeitura, porque o prédio era da Prefeitura, né? E o ponto era passado quase que como herança. O cara era *boxista*, envelhecia, passava para o filho... Alguns vendiam o ponto, passava para a frente... E era uma casa da Mãe Joana, não se pagava luz, água, aluguel... E aí no projeto se estabeleceu alguns quesitos, o que tinha que ter lá, e foi feita a seleção. Removemos todos, fizemos um mercado provisório, do lado do Mercado. [...] Removemos, e aí foi dito: o retorno vai ser diferente! Vai ter medidor de água, de luz, de gás, vai ser diferente. Acharam que era picuinha pessoal, tinha gente que virava a cara... Na época teve aquele incêndio do mercado de Florianópolis, e era a mesma coisa: todo mundo usava, ninguém pagava, Joinville foi a mesma coisa [...] Qual foi o critério de ocupação? Fizemos um edital. O IPHAN determinou, até pelo projeto, que tem que ter banca de peixe, tem que ter barbearia, tem que ter açougue, tem que ter verdureiro. Era o mercado da época. Você não pode descaracterizar o mercado. [...] Aí foi feito um convênio com a Caixa Econômica, fizeram um levantamento dos valores de aluguéis ali na região, as atividades, a perspectiva de retorno, e foi definido valores de aluguel de acordo com a atividade. Uma hipótese: ali vai ser 2x3m, para ser uma barbearia. Aí se estabelecia um mínimo de valor de aluguel, quem quisesse, se candidatava [...] Agora está daquele jeito, o Prefeito se incomoda muito com isso, eu vejo, participo das reuniões, a gente se incomoda com o Mercado... Mas os *boxes* são ocupados por editais, mas às vezes a pessoa quer outra atividade lá do que o que foi determinado e não pode. Aí tem a licitação, foi feito uma licitação para materiais, uma tinta especial, para fazer a pintura e a manutenção do Mercado. Mas pela demora, o que é próprio do serviço público, isso só foi liberado em dezembro, mas aí... eles não quiseram porque ia conflitar com o movimento [do verão]. E aí ficou para janeiro, e depois adiado para depois do Carnaval, e está aí. Até agora. A gente se preocupa porque pode botar tudo o que foi feito a perder, né? É muito descuido...e falta de planejamento, porque essas coisas tem que programar. [...]

[Sobre o projeto da cobertura do Mercado Público]: Aí fizemos este novo projeto, vamos fazer a licitação pelo Programa, e tinha que ter o envolvimento do IPHAN, a aprovação do projeto pelo IPHAN [...] Aí, eu tive que oficializar este outro projeto, foi para Florianópolis. Aí demorou um tempo... nós perguntando, sempre monitorando, e aí veio uma resposta: um questionamento [...] alguém de lá fez uma análise de tudo isso e fez um rosário de questionamentos, sobre a fundação, sobre a estrutura, se suportava o peso... era em 2009, era mudança de governo aqui. [...] Poxa, o IPHAN era parceiro, não era visita, estava acompanhando todo o processo. E tinha uma estrutura que era mais pesada do que essa que eu estava propondo, e eles questionando... Eu já estava há oito anos, ralando... qualquer pessoa poderia me perguntar, mas do IPHAN? [...] Isso foi lá em fevereiro, em março, e aí foquei em outras coisas, e depois em agosto eu saí. Até hoje não fizeram o Mercado, que nós tínhamos o projeto pronto. Então agora, com essa retomada, e com outras conversas que se está tendo, eu relembrei desse assunto: vamos retomar esse projeto da cobertura do Mercado [...] na época, eu fui pesquisar o que para nós era uma nova tecnologia, afinal, para quem tá promovendo lá uma estrutura de ferro, né? Mesmo que seja alumínio, pintado, parece ferro. Aí como houve um sinal positivo por parte do IPHAN para ver essa inserção de algo novo, aí comigo é assim, é oito ou oitenta. Ah, aprovaram o Mercado? Então vamos fazer também no Terminal Marítimo, sabe aquele pátio ali? E chamamos empresa, e tal. Já fomos lá com a empresa, estivemos medindo, e tal... e o terminal já estava em uso, mas ali é uma área nobre que até o mês passado estava sendo usado como estacionamento. [...] Falei ali, fecha este estacionamento. E aí colocaram ali aquele *blindex*... e usaram ali para o festival gastronômico, e para o evento fechou, e depois não deixou mais abrir. [...]

PH: Qual é o uso que eles pretendem dar para aquele pátio?

ACP: Aquele pátio ali, no projeto original, é para ser uma pracinha. Mas assim, com mesas de restaurante, porque lá dentro está previsto uma lanchonete. Dentro do princípio da sustentabilidade do retorno para o fundo. Então aquilo tem que ter um retorno para o fundo. Tem que ter verde ali... O que não dá é para fazer como tinha antes, aquela loucura de ar condicionado ali, aquelas duas ilhas enormes... Tem "n" maneiras de encobrir aquilo ali, para não ficar uma coisa agressiva. Eu sugeri: botem vasos, plantem verde... Mas é que é muita coisa, né? Tem gente dinâmica, mas a equipe é reduzida e tem bastante coisa para fazer. [...] Mas o Mercado, nós vamos correr atrás para revitalizar o Mercado e, em um segundo momento, colocar uma cobertura mais adequada.

[...] E é nesse sentido, é? Não que seja um desestímulo, mas eu bato muito nesta tecla: não é só fazer [o restauro], tem que ter gente, estrutura, e gerenciar isso aí. Não é só fazer e largar. E aí, ó: mau uso, não tem equipe de manutenção, as pessoas usam e... fica assim. Mas eu não quero mais envolvimento com isso ai, a minha parte eu já fiz. Eu falo, com saudade, dessa época, mas agora é outras pessoas que têm que tocar isso aí. Eu quero participar da discussão, mas eu, sinceramente... aquilo foi uma época, foi ótimo, mas infelizmente não foi dada a sequência.

[...] Então foi se esvaindo desse jeito. Os imóveis privados: as pessoas, em tese, pagam o financiamento, suponho que foram 15 imóveis privados. Nós lançamos três vezes o edital. As pessoas que assumiram, teriam 6 meses de carência, e em quinze anos o imóvel residencial... Não sei hoje como as coisas estão, saí do Monumenta em 2009 [...] Depois de um tempo, em 2011 ou 2012, eles retomaram. Porque tinha recurso para todo mundo. [...] Nós tínhamos recurso, mas não tinha interessado. Eu [pedia] para que as pessoas pegassem, recuperassem o imóvel, sabendo que o recurso voltava [para o Município] para o fundo. Não iam pagar para a Caixa [Econômica Federal], para a Caixa mandar para Brasília. E eu explicava isso para as pessoas. Só que surgiu um buxixo na época que era uma forma que o governo, a Caixa, havia arrumado para que as pessoas que assumissem o financiamento iam perder, porque não iam conseguir pagar o financiamento. Isso vieram várias pessoas me perguntando, "Pô, ouvi falar, é verdade?" E eu, "tá louco, cara, isso não tem lógica. O governo não quer se apropriar porque ele não pode, não tem como gerir isso tudo, senão vai o quê? Vai virar uma casa de boneca isso aqui? Uma maquete?" Isso que houve apresentações, quando abriu o Edital de Financiamento eles vieram, explicaram, faz uma reunião, convida a comunidade, promove num auditório que havia ali embaixo... Vou lá, explano, chamo gente para vir com propriedade falar... e aí surgem esses boatos. Cidade pequena, né? [...] Eu me distanciei muito disso, tenho procurado não me envolver mais... Eu gosto, mas é frustrante. [...] Eu queria tentar, através da experiência, dos casos bem sucedidos... de tentar corrigir algo que talvez não foi executado de acordo aqui, para ver se as coisas retomam.

PH: O que você acha que não ficou de acordo?

ACP: Por exemplo, essa operacionalização do fundo. [...] Durante aquele período, eu fui o primeiro presidente do fundo. E eu dizia, não estou preocupado em saber de que forma nós vamos usar esse recurso. Nós temos que otimizar o retorno dos recursos para o fundo e fazer caixa. E o recurso nosso é de Brasília, nós temos que usar os recursos que estão disponíveis em Brasília, porque estes depois vão voltar para o fundo. Então o que eu entendi: nós tínhamos é que operacionalizar o retorno. Nós tínhamos feito vários investimentos, estava previsto o retorno. O primeiro que aconteceu, foi o do Mercado que eu citei. As pessoas depois de todo aquele processo que falei, reocuparam o Mercado, teve o prazo de carência, e os boletos eles tinham que pagar. Eles pagavam o boleto no banco, o recurso entrava na conta da Prefeitura, e ia para o fundo. Então, eu saí lá em agosto de 2009, na época nós tínhamos quase quinhentos mil reais na conta do fundo oriundo do retorno do Mercado e de outras fontes [...] O município, quando assinou o compromisso do Programa Monumenta, o prefeito da época assumiu um compromisso de repassar para o fundo anualmente duzentos mil reais. E, nesse período, eu acho que havia sido repassado uma ou duas [vezes], que eu estava à frente. Eu sei que, depois de 2017, a gente retomou aqui, a gente lembrou desse assunto. E isso não tinha mais constado do orçamento do município. O dinheiro não foi mais para abastecer o fundo.

PH: O dinheiro que estava no fundo chegou a ser aplicado?

ACP: O dinheiro ficou lá. Quando eu saí, tinha essa importância. Outras fontes surgiram, conseguiram, sabe? Porque tem o Conselho que [controla], sabe? Mas a forma com que foi usado, aí eu não sei. Mas eu entendo que foi usado aqui no Centro Histórico porque você não teria como utilizar esse recurso sem ter o aval do Conselho. Mas o que eu preocupo com a forma com que foi usado, é se teve a preocupação com essa questão do retorno dos recursos.

PH: Até para manter aquele fluxo girando, né?

ACP: Se alguém tem direito de receber investimento do fundo é o Mercado Público, afinal por anos os *boxistas* foram pagando, né? Mas o fundo não isenta a Prefeitura das ações de manutenção e conservação que são inerentes

a todo o município. [...] Aqui não tem nada a ver contratar alguém com recursos do fundo para fazer atividades básicas de manutenção, né? Nesse aspecto eu fico triste.

PH: E com relação com esta questão do esvaziamento aqui do centro histórico, como você pensa esta questão?

ACP: Sempre houve essa oscilação de ocupação ao longo do tempo, é uma senoide, essa associação da economia com a ocupação. Chega um determinado ponto, a atividade econômica promove a evolução, a mudança [...] Por exemplo, as construções subiram, durante a época do café, muitas das construções que eram térreas, casas de pedra, subiram um segundo pavimento de tijolo. É o caso ali do [edifício que abriga O] Boticário. Tem casos de edificações que nem têm viga... a gente via na obra, coisas como barrotes, dormente de trilho. E subiam o segundo pavimento ao longo do tempo. Os antigos não eram burros, eu vi cada coisa aqui que me chamavam a atenção... [...] Aqui, especificamente, a cidade chegou a um determinado apogeu, tudo era aqui no centro, eu vivi, conheci... Os sindicatos, os prédios oficiais, a Câmara dos Vereadores era aqui no prédio da Prefeitura. Agora a Câmara está lá do outro lado, para o lado do Museu Histórico, essa mudança aconteceu em 1998, 1999 no máximo em 2000. Tudo era aqui. E eles já diziam na época, eu conversava com algumas pessoas [...] vocês deveriam ter comprado um prédio antigo aqui no centro e restaurado, não deveria sair daqui do centro histórico.

PH: Muitos setores da Prefeitura foram ali para o lado da Avenida Rio Branco, né?

ACP: Sim, o Multiuso... que é na Barão do Rio Branco. Essa é uma das coisas que a gente questiona, pagar um determinado valor de aluguel, podendo eventualmente comprar um prédio aqui.... Tudo bem que aqui tem a questão do sistema viário, estacionamento... enfim. Sempre se pensou, mas isso é coisa das gestões passadas. Nós temos o Estacionamento Turístico ali, faz parte do Monumenta, isso foi feito por nós... Lá era para ser um terminal turístico terrestre, e aqui na orla o Terminal Turístico Marítimo. [...] Essa questão do esvaziamento. Aqui os imóveis ficaram concentrados na mão de meia dúzia de pessoas, a maioria é até herança. Tinham o seu comércio, e tinham propriedades que alugavam. E aí começa a se desenvolver um novo centro, e ali o aluguel é mais em conta. O que acontece? As pessoas começam a migrar. O que que eu vejo e sempre dou como exemplo: eu alugo uma sala aqui para uma agência marítima, um despachante marítimo... Em um navio por ano, ele pagava o aluguel aqui e ficava o ano todo fechado, se quisesse. Era outro tipo de rendimento. E aí aquele aluguel mais simples, por sua vez, migrou. Outra coisa: as pessoas que moravam aqui nos sobrados, elas foram passando, e os herdeiros se mudaram, estudaram, fizeram família, os avós ficaram até morrer e a casa ficou como herança. E o locatário não investe, e o herdeiro não investe, e nisso a casa entra em ruína. [*Indica como exemplo um conjunto de residências nas proximidades*]. Por exemplo, aquelas casas ali. São casas que as pessoas moravam, a casa estava inteira, eu lembro, eu vi. A dona daquela casa faleceu, a casa estava inteira, só que ela era vizinha da outra casa já abandonada. A casa seguinte era também da dona... de uma senhora... me fugiu o nome. Também morou ali, faleceu, os herdeiros moram fora, a casa ficou fechada... Eu um dia passando por ali, um sábado à tarde, tinha um carro parado na frente da casa, e tinha dois homens. Um embaixo, um de dentro da casa, removendo uma janela de alumínio. Eu pensei que estavam trabalhando, reformando, mas no fim estavam roubando... Moral da história: a casa está ali, quatro paredes, tem uma cobertura, o mato toma conta... Quase todas a gente sabe a história das casas, do que aconteceu. [...] Tem outra casa [*indica a localização*] que foi comprada por um empresário aqui, um conhecido nosso, já tem um projeto, uma arquiteta está desenvolvendo... não sei bem a finalidade, mas então a perspectiva é que ainda possa voltar a ter vida por aqui. Está tendo uma tendência, várias casas sendo vendidas e ocupadas por pessoas que querem voltar e morar no centro histórico.